



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2168

Sexta-feira - 13 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Garuva .....	406	Paulo Lopes .....	589
Anchieta .....	3	Governador Celso Ramos .....	407	Penha .....	590
Anita Garibaldi .....	29	Grão Pará .....	408	Peritiba .....	598
Anitópolis.....	30	Guaraciaba .....	409	Pinheiro Preto .....	599
Antônio Carlos .....	31	Guaramirim .....	411	Planalto Alegre.....	604
Arabutã .....	32	Guarujá do Sul .....	412	Pomerode .....	605
Ascurra.....	33	Herval d'Oeste .....	450	Ponte Serrada .....	608
Balneário Gaivota .....	34	Ibiam .....	460	Porto Belo.....	609
Balneário Piçarras.....	35	Ilhota .....	466	Porto União.....	629
Balneário Rincão .....	39	Indaial.....	471	Pouso Redondo .....	633
Barra Bonita.....	40	Ipuacú.....	486	Presidente Nereu.....	654
Barra Velha.....	41	Ipumirim .....	489	Princesa .....	660
Benedito Novo .....	42	Irineópolis .....	491	Rio dos Cedros.....	662
Biguaçu .....	44	Itá .....	495	Rio do Sul.....	661
Bom Jesus do Oeste .....	56	Itaiópolis .....	497	Romelândia.....	663
Braço do Trombudo .....	70	Itapiranga.....	498	Santa Cecília .....	664
Brusque.....	265	Itapoá .....	506	Santa Rosa de Lima.....	673
Caçador.....	267	Ituporanga .....	507	São Bento do Sul.....	674
Camboriú.....	270	Jacinto Machado .....	508	São Domingos.....	677
Campo Alegre .....	271	Jaraguá do Sul .....	509	São João do Oeste .....	679
Campo Erê.....	286	Joaçaba .....	514	São João do Sul .....	680
Campos Novos.....	287	Laguna .....	517	São Joaquim .....	681
Canoinhas.....	289	Lauro Muller .....	518	São José do Cedro.....	682
Capinzal .....	290	Leoberto Leal.....	521	São Lourenço do Oeste.....	721
Catanduvas.....	292	Lindóia do Sul .....	537	São Miguel da Boa Vista .....	724
Caxambu do Sul.....	295	Luzerna .....	538	São Miguel do Oeste.....	725
Celso Ramos.....	296	Macieira .....	543	São Pedro de Alcântara.....	726
Chapadão do Lageado .....	297	Maracajá .....	544	Seara .....	728
Chapecó .....	316	Maravilha.....	545	Serra Alta .....	730
Cocal do Sul.....	320	Marema .....	548	Siderópolis.....	732
Concórdia .....	321	Meleiro .....	550	Sul Brasil .....	733
Cordilheira Alta .....	330	Modelo .....	551	Tigrinhos .....	735
Coronel Freitas.....	331	Mondaí.....	555	Tijucas .....	737
Coronel Martins.....	332	Monte Carlo .....	557	Timbé do Sul .....	738
Correia Pinto.....	337	Navegantes.....	558	Timbó .....	739
Curitibanos.....	338	Nova Trento .....	560	Treze Tilias .....	740
Ermo .....	347	Otacílio Costa.....	563	Tunápolis.....	743
Eral Velho .....	348	Palhoça .....	564	Vargeão.....	744
Faxinal dos Guedes.....	349	Palma Sola.....	576	Vargem Bonita .....	745
Forquilha.....	355	Papanduva.....	578	Vidal Ramos.....	746
Fraiburgo.....	356	Paraíso .....	579	Videira.....	747
Galvão.....	363	Passo de Torres.....	582	Xanxerê.....	750
Garopaba.....	364	Passos Maia .....	583		

### Associações

FECAM .....	752
-------------	-----

### Consórcios

CIGA .....	753	CIMVI.....	771	CIS/AMMVI.....	774
------------	-----	------------	-----	----------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### ERRATA

Prefeitura Municipal de Água Doce

### ERRATA

Na edição nº 2161, página 2 do Diário Oficial dos Municípios DOM/SC foi publicado o DECRETO Nº 001/2017 de 02 de janeiro de 2017 e a seguir segue a descrição:

Onde se lê:	Leia-se:	Artigo:
R\$470.880,11(quatrocentos e setenta mil e oitocentos e oitenta reais e onze centavos)	R\$283.248,19(duzentos e oitenta e três mil e duzentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos)	1º e TOTAL
R\$335.177,39	R\$147.545,47	2º

Publique-se na forma de costume.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal de Água doce

### PORTARIA 069/2017

PORTARIA Nº 069/2017 – DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária DANIELA DRESCH HACK, inscrita no CPF nº 041.262.589-06, efetiva no cargo de Psicóloga, no período de 12/01/2017 até 10/02/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

### PORTARIA 070/2017

PORTARIA Nº 070/2017 – DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CAMILA RAQUEL MACAGNAN DANGUI, inscrita no CPF nº 048.074.679-64, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, no período de 12/01/2017 até 30/01/2017, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

# Anchieta

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO DE CONTRATOS FMS

CANCELAMENTO DE CONTRATOS Nº 008/2017 E 009/2017 – FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Os contratos nº 008 e 009/2017 do Fundo Municipal de Saúde publicados no dia 10/01/2017 na página nº 06 do Diário Oficial dos Municípios do Contratado Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS AMEOSC foram cancelados. Os mesmos serão retificados e publicados posteriormente.

Anchieta, 13 de janeiro de 2017  
MARTINHOS SCANTAMBURLO  
GESTOR DO FMS

### PORTARIA Nº 38/2017

PORTARIA nº. 38/2017  
De, 12 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Revogar Portaria nº 03/2017,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 03/2017 de 02/01/2017, a qual objetiva a designação dos responsáveis pelas contas do FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 12 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº 39/2017

PORTARIA Nº. 39/2017  
De, 12 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias proporcionais para a Servidora Pública Municipal Marcieli Wendling, ocupante do cargo de Auditora de Tributos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 12/01/2017 à 21/01/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 12 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº 40/2017

PORTARIA nº. 40/2017  
De, 12 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar Responsáveis,

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pela assinatura nas contas abaixo enumeradas constantes do CNPJ 11.243.552/0001-47 – Fundo Municipal da Saúde - FMS, o Prefeito Municipal, Senhor Ivan José Canci e o Secretário Municipal da Saúde, senhor Martinhos Scantamburlo.

Art. 2º - As contas correntes são as seguintes: 11.123-6, 11.124-4, 11.126-0, 11.223-2, 11.279-8, 11.952-0, 12.053-7, 12.054-5, 12.077-4, 12.185-1, 12.359-5, 12.443-5, 12.475-3, 12.504-0, 12.515-6, 12.665-9, 12.666-7, 12.705-1, 12.726-4, 12.813-9, 13.151-2, 13.152-0, 13.359-0 e 13.362-0.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 12 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PREGÃO PRESENCIAL N 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna

público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para aquisição de combustíveis para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar de Anchieta SC, durante o exercício de 2017. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:30 horas do dia 27/01/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 001/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2017

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de combustíveis para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária do Município de Anchieta/SC durante o Exercício de 2017. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 27/01/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

### **PREGÃO PRESENCIAL N 001/2017 - HOSPITAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Anchieta SC, para o exercício de 2017. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:30 horas do dia 26/01/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 001/2017 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos residenciais e comerciais urbanos do município de Anchieta SC, para o exercício financeiro de 2017. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 26/01/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 002/2017 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 002/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento aos idosos carentes do município de Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:30 horas do dia 27/01/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 002/2017 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 002/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias da Infraestrutura, Agricultura, Administração, Fazenda, Educação Cultura e Esporte, Desenvolvimento Local e Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta SC, durante o exercício financeiro de 2017. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:30 horas do dia 27/01/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL

## RREO : 6 ° BIMESTRE 2016

Município de ANCHIETA - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	567.466,72	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	232.533,28	112.374,66	567.466,72	232.533,28	567.466,72	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	709.650,00	709.650,00	105.805,89	563.304,72	146.345,28	112.374,66	563.304,72	146.345,28	563.304,72	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	500.000,00	500.000,00	95.980,98	471.755,12	28.244,88	95.980,98	471.755,12	28.244,88	471.755,12	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	209.650,00	209.650,00	9.824,91	91.549,60	118.100,40	16.393,68	91.549,60	118.100,40	91.549,60	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	90.350,00	90.350,00	0,00	4.162,00	86.188,00	0,00	4.162,00	86.188,00	4.162,00	0,00
INVESTIMENTOS	90.350,00	90.350,00	0,00	4.162,00	86.188,00	0,00	4.162,00	86.188,00	4.162,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANCHIETA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	232.533,28	112.374,66	567.466,72	232.533,28	567.466,72	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	232.533,28	112.374,66	567.466,72	232.533,28	567.466,72	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	—	112.374,66	567.466,72	—	567.466,72	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	0,00	0,00	0,00		0,00		
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							0,00
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIIB)/100]</b>							0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (j/total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/total m) *100	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		567.466,72		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		800.000,00		
Créditos Adicionais		0,00		
Dotação Atualizada		800.000,00		
Despesas Empenhadas		567.466,72		
Despesas Liquidadas		567.466,72		
Despesas pagas		567.466,72		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		567.466,72		
Liquidadas		567.466,72		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	17.097,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-567.466,72	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	17.097,00	0,00	17.097,00	0,00
LEGISLATIVO	17.097,00	0,00	17.097,00	0,00
TOTAL:	17.097,00	0,00	17.097,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		4.162,00	86.188,00	

Continua 1/2

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
			0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	100,00	232.533,28	112.374,66	567.466,72	100,00	232.533,28	0,00
Legislativa	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	100,00	232.533,28	112.374,66	567.466,72	100,00	232.533,28	0,00
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	105.805,89	567.466,72	100,00	232.533,28	112.374,66	567.466,72	100,00	232.533,28	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>105.805,89</b>	<b>567.466,72</b>	<b>100,00</b>	<b>232.533,28</b>	<b>112.374,66</b>	<b>567.466,72</b>	<b>100,00</b>	<b>232.533,28</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.



3

1

-

-

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (JUL. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRPJ/F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.E.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 61/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 87/1966	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

EDMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/0-6

VALDEZ LIZOTTON  
PRESIDENTE

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES								
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/4								

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4



Município de ANCHIETA - SC  
 Continuação 4/4  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON PRESIDENTE	EDEMAR LUIZ GRIEBLER CRC SC-036.207/O-8
--------------------------------	--

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.097,00	22.593,52	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.097,00	22.747,80	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	154,28	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-17.097,00	-22.593,52	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-17.097,00</b>	<b>-22.593,52</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>22.593,52</b>	<b>17.097,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS					
				Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)				0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga Tributária				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.P.T.U.				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.S.S.				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.T.B.I.				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.R.R.F.				0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Tributárias				0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga de Contribuição				0,00	0,00	0,00	0,00		
Recargas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições				0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga Patrimonial Líquida				0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga Patrimonial				0,00	0,00	0,00	0,00		
(-) Aplicações Financeiras				0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.P.V.A.				0,00	0,00	0,00	0,00		
I.C.M.S.				0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênios				0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Ativa				0,00	0,00	0,00	0,00		
Diversas Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (II)				0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito (III)				0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)				0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00		
Convênios				0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)				0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)		709.650,00		563.304,72	581.461,52	563.304,72	581.461,52	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		500.000,00		471.755,12	442.193,25	471.755,12	442.193,25	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		209.650,00		91.549,60	139.268,27	91.549,60	139.268,27	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		709.650,00		563.304,72	581.461,52	563.304,72	581.461,52	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XII)		90.350,00		4.162,00	38.451,22	4.162,00	21.354,22	0,00	17.097,00
Investimentos		90.350,00		4.162,00	38.451,22	4.162,00	21.354,22	0,00	17.097,00
Inversões Financeiras		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>90.350,00</b>	<b>4.162,00</b>	<b>38.451,22</b>	<b>4.162,00</b>	<b>21.354,22</b>	<b>0,00</b>	<b>17.097,00</b>
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>90.350,00</b>	<b>4.162,00</b>	<b>38.451,22</b>	<b>4.162,00</b>	<b>21.354,22</b>	<b>0,00</b>	<b>17.097,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>567.466,72</b>	<b>619.912,74</b>	<b>567.466,72</b>	<b>602.815,74</b>	<b>0,00</b>	<b>17.097,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-800.000,00</b>	<b>-567.466,72</b>	<b>-619.912,74</b>	<b>-567.466,72</b>	<b>-602.815,74</b>	<b>0,00</b>	<b>-17.097,00</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						0,00	

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	-	-	-	-	-	17.097,00	17.097,00	17.097,00	-	-	-
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	17.097,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	17.097,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.097,00</b>	<b>17.097,00</b>	<b>17.097,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ EZZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	—	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							0,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	90.350,00	4.162,00	4.162,00	0,00	86.188,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>90.350,00</b>	<b>4.162,00</b>	<b>4.162,00</b>	<b>0,00</b>	<b>86.188,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-90.350,00</b>	<b>-4.162,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-86.188,00</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 12/01/2017

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 001/2017**

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gasolina comum, diesel comum e S10 destinados a Frota de veículo e máquinas da Administração Municipal de Anita Garibaldi.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 09h15 do dia 26/01/2017.

Abertura: às 09h30 do dia 26/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 02 de janeiro de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS – IPREAPOLIS – Extrato do 3º termo aditivo ao contrato 02/2014. CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis. CONTRATADA: SMI Prime Consultoria de Investimentos. Fica prorrogado contrato de 06/01/2017 à 05/01/2018, tendo como valor total R\$ 15.000,00. Ficam ratificadas as demais cláusulas contratuais não alteradas no presente termo aditivo. Anitápolis, 12/01/17 – Christian Loch Teodoro – Diretor Executivo.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 001/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 001/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de cestas básicas (gêneros alimentícios) destinados a famílias carentes do Município de Antônio Carlos S/C, para distribuição gratuita na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 25 de janeiro 2017 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 12 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 002/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 002/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de material tipo rejeito de asfalto (limpeza de usina), bica corrida e massa asfáltica, para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na manutenção e reparo das estradas vicinais do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 25 de janeiro 2017 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 12 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 003/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 003/2017 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de tubos de concreto para uso da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, na manutenção e reparo nas estradas vicinais do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 26 de janeiro de 2017 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 12 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

**PORTARIA 105/2017**

PORTARIA Nº 105/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS NUNES SCHEIFLER, inscrita no CPF sob nº. 045.437.089-03, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, férias referentes ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 107/2017**

PORTARIA Nº 107/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor LAURI ENCK inscrito no CPF sob nº. 653.414.659-20, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 106/2017**

PORTARIA Nº 106/2017

CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. Faz Cessar os efeitos da portaria nº292/2015 designou o servidor MARCIO MALAKOWSKI, inscrito no CPF sob nº. 627.096.079-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, para ser o responsável pelo abastecimento dos combustíveis utilizados em máquinas e veículos pertencentes à frota municipal, conforme o art.91 e parágrafos seguintes da Lei nº. 159, de 29 de dezembro de 2014 e o laudo emitido pela Medicina e Segurança do Trabalho, contratada pelo Município.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 02 de janeiro de 2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2017

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 2-2017

#### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 2/2017

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O item 2 do termo de referência do edital 2/2017, onde lia-se:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,4690	69.380,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,4690	34.690,0000
3	6.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9000	17.400,0000
4	120.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,8400	340.800,0000

Passa a ler-se da seguinte forma:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,5200	70.400,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,5200	35.200,0000
3	6.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9900	17.940,0000
4	120.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,9500	354.000,0000

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 17/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 25/1/2016, às 9 horas.

Ascurra, 12 de janeiro de 2016.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 2-2017 FMS

#### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 2/2017 FMS

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O item 2 do termo de referência do edital 2/2017 FMS, onde lia-se:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,4690	69.380,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,4690	34.690,0000
3	15.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9000	43.500,0000
4	25.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,8400	71.000,0000

Passa a ler-se da seguinte forma:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,5200	70.400,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,5200	44.850,0000
3	15.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9900	17.940,0000
4	25.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,9500	73.750,0000

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 11 horas do dia 17/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 25/1/2016, às 11 horas.

Ascurra, 12 de janeiro de 2016.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### PORTARIA 005/2017

PORTARIA N. 005 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, Artigos 81 ao 84 da Lei 045/1997, Lei nº 831/2014, em conformidade com o artigo 93 do Decreto 3.048/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à servidora Kaliandre Espindola dos Santos, portadora da matrícula nº 1719, sem prejuízo da remuneração, a contar de:

Licença Maternidade	Prorrogação da Licença Maternidade
02/01/2017 a 01/05/2017	02/05/2017 a 30/07/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 12 de Janeiro de 2017.  
RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2017-FMS CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017-FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2017-FMS  
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2017-FMS

A Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras/SC, CNPJ: 04.402.872/0001-37, através da Secretaria de Administração e Fazenda, comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM OU SEM FINS LUCRATIVOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS -SC.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 12 de janeiro de 2017. Vinício José dos Santos -Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA 031/2017**

PORTARIA N.º 031/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e por estar de acordo com o art. 40, § 7º e 8º, da Constituição Federal (com redação dada pela EC 41/2003), em conformidade com os Artigos 71 da Lei Complementar nº 331/2013, RESOLVE:

Art. 1 Conceder PENSÃO POR MORTE, a dependentes da servidora Iraci Candido de Souza, matricula 10010-01, CPF sob nº. 026.259.759-46 falecida em 05/12/2016.

Art. 2 O valor total dos proventos de pensão será pago na proporção de 100% (cem por cento) cota temporária a dependente Luana Cristina de Souza, CPF sob nº. 109.411.739-09, com paridade de acordo com a regra;

Art. 3 Os efeitos desta Portaria retroagem a data do falecimento da servidora, em de 05 de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 072/2017**

PORTARIA N.º 072/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pelo FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, a Senhora EUNICE BERNARDINO ROSA DE SOUZA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 890.487.259-68 e CI nº. 3.006.282-9 SSP/SC, portadora da matrícula funcional nº 2793, admitida no cargo efetivo de, Agente Sanitário II, nomeada em 01 de dezembro de 2006.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 074/2017**

PORTARIA N.º 074/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pelo FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, cumulativamente ao seu cargo atual, a Senhora ANA PAULA RIBEIRO STIEBLER, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF nº 040.300.659-70, e inscrito na CI nº. 3.661.759 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 084/2017**

PORTARIA N.º 084/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA interinamente para responder ao cargo de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, SEM DIREITO AO SALÁRIO DE PRESIDENTE, cumulativamente ao seu cargo atual,



com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão a senhora, SILVANA MARIA REBELLO PEREIRA, brasileira, maior, casada, CPF nº 704.287.439-00, CI nº 199.623 SSP – SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017- PMBP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017- PMBP - SRP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 001/2017- PMBP

Pregão Presencial nº 001/2017- PMBP - SRP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por lote, para aquisição de manutenção preventiva e corretiva de sistema de vídeo monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância em protocolo tcp/ip, com fornecimento de peças sob-demanda. Recebimento dos Envelopes até: 27/01/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 27/01/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 10 de JANEIRO de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

## ANEXO I - METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO E DESEMBOLSO EXERCÍCIO 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

## METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO E DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 70.565.255,82</b>
Receita Tributária	R\$ 20.265.624,26
Receita de Contribuições	R\$ 4.050.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 2.266.622,16
Receita de Serviços	R\$ 1.029.562,68
Transferências Correntes	R\$ 39.369.181,22
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.584.265,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 19.684.744,18</b>
Operações de Crédito	R\$ 6.750.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 200,00
Transferências de Capital	R\$ 12.934.544,18
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 3.510.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 93.760.000,00</b>

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>66.045.908,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	49.428.202,40
Juros e Encargos	780.000,00
Outras Despesas Correntes	15.837.706,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.772.971,18</b>
Investimentos	24.222.971,18
Inversões Financeiras	50.000,00
Amortização de Empréstimos	500.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>2.891.120,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>93.760.000,00</b>

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.222.952,31</b>	<b>11.205.762,62</b>	<b>10.055.548,95</b>	<b>9.900.305,39</b>	<b>9.963.814,12</b>	<b>13.216.872,43</b>	<b>70.565.255,82</b>
Receita Tributária	4.659.067,02	3.218.181,13	2.887.851,46	2.843.267,08	2.861.506,15	3.795.751,43	20.265.624,26
Receita de Contribuições	931.095,00	643.140,00	577.125,00	568.215,00	571.860,00	758.565,00	4.050.000,00
Receita Patrimonial	521.096,43	359.939,60	322.993,66	318.007,09	320.047,05	424.538,33	2.266.622,16
Receita de Serviços	236.696,46	163.494,55	146.712,68	144.447,64	145.374,25	192.837,09	1.029.562,68
Transferências Correntes	9.050.974,76	6.251.825,98	5.610.108,32	5.523.496,13	5.558.928,39	7.373.847,64	39.369.181,22
Outras Receitas Correntes	824.022,64	569.181,36	510.757,83	502.872,45	506.098,29	671.332,93	3.584.265,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>33,33</b>	<b>33,33</b>	<b>600.033,33</b>	<b>1.200.033,33</b>	<b>600.033,33</b>	<b>17.284.577,53</b>	<b>19.684.744,18</b>
Operações de Crédito	-	-	600.000,00	1.200.000,00	600.000,00	R\$ 4.350.000,00	6.750.000,00
Amortização de Empréstimos	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	12.934.544,18	12.934.544,18
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>810.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>3.510.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.032.985,64</b>	<b>11.745.795,95</b>	<b>11.195.582,28</b>	<b>11.640.338,72</b>	<b>11.103.847,45</b>	<b>31.041.449,96</b>	<b>93.760.000,00</b>

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.883.760,87</b>	<b>10.249.366,61</b>	<b>9.991.212,00</b>	<b>10.715.648,79</b>	<b>9.970.622,98</b>	<b>13.743.630,91</b>	<b>66.554.242,15</b>
Pessoal e Encargos	7.604.338,83	7.604.338,83	7.604.338,83	9.505.423,54	7.604.338,83	9.505.423,54	49.428.202,40
Juros e Encargos	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	780.000,00
Outras Despesas Correntes	4.149.422,04	2.515.027,78	2.256.873,16	1.080.225,25	2.236.284,15	4.108.207,37	16.346.039,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.659.038,11</b>	<b>1.006.242,68</b>	<b>714.183,62</b>	<b>434.503,27</b>	<b>643.037,81</b>	<b>16.807.632,35</b>	<b>24.264.637,85</b>
Investimentos	4.575.704,78	922.909,35	630.850,29	351.169,94	559.704,48	16.674.299,00	23.714.637,85
Inversão Financeira	-	-	-	-	-	50.000,00	50.000,00
Amortização de Empréstimos	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,35</b>	<b>2.891.120,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,35</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.032.985,64</b>	<b>11.745.795,95</b>	<b>11.195.582,28</b>	<b>11.640.338,72</b>	<b>11.103.847,45</b>	<b>31.041.449,96</b>	<b>93.760.000,00</b>

Balneário Piçarras, 13 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
Prefeito Municipal

Ana Lúcia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Silvana Dallagnol  
Especialista em Finanças - Contadora CRC/025.983/O-0

**ANEXO II - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

**CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.883.760,87</b>	<b>10.249.366,61</b>	<b>9.991.212,00</b>	<b>10.715.648,79</b>	<b>9.970.622,98</b>	<b>13.743.630,91</b>	<b>57.166.711,14</b>
Pessoal e Encargos	7.604.338,83	7.604.338,83	7.604.338,83	9.505.423,54	7.604.338,83	9.505.423,54	49.428.202,40
Juros e Encargos	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00	780.000,00
Outras Despesas Correntes	4.149.422,04	2.515.027,78	2.256.873,16	1.080.225,25	2.236.284,15	4.108.207,37	16.346.039,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.659.038,11</b>	<b>1.006.242,68</b>	<b>714.183,62</b>	<b>434.503,27</b>	<b>643.037,81</b>	<b>16.807.632,35</b>	<b>24.264.637,85</b>
Investimentos	4.575.704,78	922.909,35	630.850,29	351.169,94	559.704,48	16.674.299,00	23.714.637,85
Inversão Financeira	-	-	-	-	-	50.000,00	50.000,00
Amortização de Empréstimos	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,33</b>	<b>481.853,35</b>	<b>2.891.120,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,33</b>	<b>8.333,35</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.032.985,64</b>	<b>11.745.795,95</b>	<b>11.195.582,28</b>	<b>11.640.338,72</b>	<b>11.103.847,45</b>	<b>31.041.449,96</b>	<b>93.760.000,00</b>

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.941.880,43</b>	<b>5.941.880,43</b>	<b>5.124.683,31</b>	<b>5.124.683,31</b>	<b>4.995.606,00</b>	<b>4.995.606,00</b>	<b>6.308.366,75</b>
Pessoal e Encargos	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	5.703.254,12
Juros e Encargos	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
Outras Despesas Correntes	2.074.711,02	2.074.711,02	1.257.513,89	1.257.513,89	1.128.436,58	1.128.436,58	540.112,63
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.329.519,06</b>	<b>2.329.519,06</b>	<b>503.121,34</b>	<b>503.121,34</b>	<b>357.091,81</b>	<b>357.091,81</b>	<b>217.251,64</b>
Investimentos	2.287.852,39	2.287.852,39	461.454,68	461.454,68	315.425,15	315.425,15	175.584,97
Inversão Financeira	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.516.492,82</b>	<b>8.516.492,82</b>	<b>5.868.731,31</b>	<b>5.868.731,31</b>	<b>5.593.624,47</b>	<b>5.593.624,47</b>	<b>6.766.545,05</b>

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.407.282,04</b>	<b>4.985.311,49</b>	<b>4.985.311,49</b>	<b>5.921.273,10</b>	<b>7.822.357,81</b>	<b>66.554.242,15</b>
Pessoal e Encargos	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	3.802.169,42	5.703.254,12	49.428.202,40
Juros e Encargos	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	780.000,00
Outras Despesas Correntes	540.112,63	1.118.142,07	1.118.142,07	2.054.103,69	2.054.103,69	16.346.039,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>217.251,64</b>	<b>321.518,91</b>	<b>321.518,91</b>	<b>8.403.816,18</b>	<b>8.403.816,18</b>	<b>24.264.637,85</b>
Investimentos	175.584,97	279.852,24	279.852,24	8.337.149,50	8.337.149,50	23.714.637,85
Inversão Financeira	-	-	-	25.000,00	25.000,00	50.000,00
Amortização de Empréstimos	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	500.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>240.926,67</b>	<b>2.891.120,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>4.166,67</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.869.627,01</b>	<b>5.551.923,72</b>	<b>5.547.757,06</b>	<b>14.566.015,95</b>	<b>16.467.100,66</b>	<b>93.760.000,00</b>

Balneário Piçarras, 13 de janeiro de 2017

Leonel José Martins  
Prefeito Municipal

Ana Lúcia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Silvana Dallagnol  
Especialista em Finanças - Contadora CRC/025.983/O-0

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/PMBR/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 30/01/2017 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de preços de Materiais de Expediente, Limpeza, Higiene, Copa e Cozinha, Gás, Gêneros Alimentícios, Material Escolar e Suprimento Informática, para aquisições futuras, no atendimento a Diversas Secretarias do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 12 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2017.

Data e horário da sessão de abertura: 26/01/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de serviços de manutenção, com fornecimento de peças, para atender as necessidades da frota pertencente ao SAMAE do Balneário Rincão durante o ano de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com)

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 11 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO 903/2017

DECRETO Nº903/2017, DE 11 de janeiro de 2017

“NOMEIA A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Econômico, composta dos seguintes membros:

I – Representante Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Sadi Pandolfo;

II – Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: Ademir Dassi;

III – Representante da Epagri: Claudinei Isoton;

IV – Representante da Sociedade Civil: Rogério Tesser;

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda: Roberto Francisco Giongo;

VI – Representante da Indústria e Comércio: Itacir Novello;

V – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Viações Públicas: Paulo Sergio Boff.

Art. 2º. Os membros da Comissão exercerão o mandato até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA/SC, em 11 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

### EDITAL PREGÃO Nº02/2017

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº 02/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Município de Barra Bonita/SC, conforme linhas, itinerários abaixo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 26 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 12 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

# Barra Velha

## PREFEITURA

### **ERRATA 001/2017 PP 001/2017 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2017 – FUMTEC

Pregão Presencial nº 001/2017 - FUMTEC

ERRATA 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote Para locação de arquibancadas e camarotes para a programação de verão do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 23/01/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 23/01/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 09 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, Educação, Fundação do Meio Ambiente, Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Fundo de Saúde, Fundo de Reequipamento dos Bombeiros Militares e Fundo de Assistência Social do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 26/01/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 26/01/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 13 de janeiro de 2017.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

### **INEX/CHAMADA PUBLICA 001/2017 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2017

EDITAL CHAMADA PUBLICA DE COMPRA Nº 001/2017

O Prefeito de Barra Velha/SC, em atendimento a Lei nº 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 038/2009 Torna Público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barra Velha/SC, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Data de abertura: 14/02/2017

Horário de abertura: 08:30 horas

Barra Velha 12 de janeiro de 2017

VALETR MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### **PP 002/2017 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2017 - Pregão Presencial nº 002/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio,

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP Nº 82/2016****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 12/01/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 82/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 82/2016, com a presença do Pregoeiro SERGIO DARIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou que compareceu ao certame protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado somente a empresa IVETE DADAM ME. A empresa participante apresentou seu credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.5 do Edital, credenciando respectivamente seu representante legal EVELIZE DADAM, portadora da carteira de identidade nº 4.649.849. A licitante apresentou a Declaração de Habilitação, cumprindo com a exigência do item 3.6 do Edital. A licitante apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura do envelope identificado como de Proposta de Preço, sendo a proposta nele contida disponibilizada a todos para ser conferida e rubricada. A proposta foi analisada pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise da proposta, relativamente a imposições do Edital, a mesma foi considerada classificada, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com a licitante, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante participante. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o respectivo item do presente certame à empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente Ata. O representante da licitante optou por não aguardar a lavratura da presente ata, deixando de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Assessoria Jurídica e posteriormente a Autoridade Superior.

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

**ANEXO DA ATA DA SESSÃO**

Pregão Presencial nº 82/2016

**Propostas iniciais apresentadas:**

Item: 00001 RECARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP PARA BOTIJAO DE 13KG - P13

Fornecedor	Proposta
IVETE DADAM ME	55,0000

**Lances e negociações efetuados:**

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	IVETE DADAM ME	55,0000	48,0000

**Vencedor:**

Fornecedor	Item	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitario	Preço Total
109592 - IVETE DADAM ME	1	SUPERGASBRAS	350,00	UND	48,00	16.800,00
Total Geral ---> 16.800,00						



**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 26 de janeiro de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 26 de janeiro de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 11 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

**VISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA UTILIZAÇÃO NO REPARO DE PONTILHÕES DE MADEIRA E REDE DE ESGOTOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 30 de janeiro de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 30 de janeiro de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 11 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 27 de janeiro de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 27 de janeiro de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 11 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

**CHAMAMENTO PUBLICO Nº 1/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2017

O Município de Benedito Novo/SC, em observância ao artigo 34, parágrafo único, c/c o artigo 36, da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, convida os atuais cadastrados a promoverem a atualização dos registros existentes e os novos interessados em fornecer bens, obras e serviços à Administração Municipal, na forma prescrita pela Lei de Licitações e Contratos, a realizarem seu cadastramento, junto ao Setor de Compras e Licitações. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, pelo Fone: (47) 3385-0487, pelo site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) e e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br). Benedito Novo, 10 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito



# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 001/2017

CONVÊNIO Nº 01/2017

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Biguaçu.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Biguaçu, CNPJ nº 82.101.874/0001-08, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 26, Bairro Centro, representada neste ato pela sua Presidente, Senhora Jacqueline Schuh, CPF nº 582.780.879-20 RG nº 563469, residente e domiciliado na Rua Minervina Angélica Cardoso, 72, Bairro Saudade, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, autorizado pela Lei nº 3699/2016, datada em 15/12/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apoio financeiro à Beneficiária que menciona para atender despesas com a manutenção dos serviços de oferta de vagas e educação á pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município e integrante deste Convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

2.1. Matricular pessoas com necessidades especiais que necessitam dos seus serviços;

2.2. Prestar aos matriculados, serviços de qualidade, com higiene e segurança;

2.3. Permitir que o Município por seus Secretários da Educação e da Assistência Social tenham acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;

2.4. Aplicar diretamente os recursos recebidos na destinação indicada no Plano de Trabalho aprovado pelo Município;

2.5. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica e com cheques nominais ou transferência financeira;

2.6. Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;

2.6. Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.14, Anexo I, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores;

2.7. Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto à Prefeitura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

3.2. Acompanhar e avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela Beneficiária;

3.3. Através da Diretoria de Controle Interno, apreciar e se manifestar sobre as prestações de contas apresentada pela Beneficiária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

4.1. O valor do presente convênio é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro à outubro e dezembro/2017) e no mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por aluno atendido, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2017, com a seguinte classificação: 07 – Educação; 367 – Educação Especial; 0003 – O futuro se faz com educação; 2029 – Apóio à APAE; 3.3.50.00 – Outras Despesas Correntes/Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos; 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este convênio tem vigência pelo prazo de 14 (quatorze) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses, desde que autorizado em lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

7.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da Beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de

recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
  - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
  - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;
  - c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
  - d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
  - e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.
- 9.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:
  - 9.2.1. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
  - 9.2.2. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
  - 9.2.3. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
  - 9.2.4. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
  - 9.2.5. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;
  - 9.2.6. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
  - 9.2.7. Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;
  - 9.2.8. Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

9.2.9. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

9.2.10. Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

9.2.11. Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Jacqueline Schuh PRESIDENTE DA APAE
---------------------------------------	--

Marivalde Inêz Kons  
CPF – 493.371.149-68  
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza  
CPF – 000.080.379-06  
TESTEMUNHA

#### CONVÊNIO Nº 003/2017

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA JOÃO ROSA.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente “Município” e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA JOÃO ROSA - AMPRA, CNPJ nº 01.569.993/0001-80, com sede na Rua José Francisco Sodré, 514, Bairro: Praia João Rosa, representada neste ato pela sua Presidente, Senhor Esequiel Monteavaro, CPF nº 044.402.329-14 e RG nº 4.415.292, residente e domiciliado na Rua João Martimiliano Rodrigues, 651, Bairro: Praia João Rosa, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominado simplesmente “beneficiário”, considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a

necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, autorizado pela Lei nº 3698/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apoio financeiro à Beneficiária que menciona para atender despesas com a manutenção dos serviços de oferta de vagas e educação á crianças, da Creche Centro de Educação Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município e integrante deste Convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

- 2.1. Matricular crianças que necessitam dos seus serviços;
- 2.2. Prestar aos matriculados, serviços de qualidade, com higiene e segurança;
- 2.3. Permitir que o Município por seus Secretários da Educação e da Assistência Social tenham acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;
- 2.4. Aplicar diretamente os recursos recebidos na destinação indicada no Plano de Trabalho aprovado pelo Município;
- 2.5. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica e com cheques nominais ou transferência financeira;
- 2.6. Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;
- 2.6. Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.14, Anexo I, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores;
- 2.7. Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto à Prefeitura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 3.1. Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;
- 3.2. Acompanhar e avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela Beneficiária;
- 3.3. Através da Diretoria de Controle Interno, apreciar e se manifestar sobre as prestações de contas apresentada pela Beneficiária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

4.1. O valor do presente convênio é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro/2017 a outubro/2017 e dezembro/2017) e no mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017.

#### CLAÚSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2017, com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026 – Manutenção do Ensino Infantil, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes/TIPSFL.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este convênio tem vigência pelo prazo de 14 (quatorze) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses, desde que autorizado em lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

7.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da Beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
  - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
  - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;

c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;

e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

9.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:

9.2.1. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

9.2.2. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

9.2.3. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

9.2.4. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

9.2.5. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;

9.2.6. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;

9.2.7. Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;

9.2.8. Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

9.2.9. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

9.2.10. Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

9.2.11. Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das

testemunhas abaixo.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Esequiel Monteavaro PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA JOÃO ROSA
---------------------------------------	---

Marivalde Inêz Kons  
CPF – 493.371.149-68  
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza  
CPF – 000.080.379-06  
TESTEMUNHA

#### CONVÊNIO Nº 02/2017

CONVÊNIO Nº 002/2017

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente “Município” e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS, CNPJ nº 06.343.144/0001-27, com sede na Rua Júlio Teodoro Martins, nº 3668, Bairro: Fundos, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Djialma dos Santos Guedes, CPF nº 654.643.899-20 e RG nº 1.662.159, residente e domiciliada na Rua Três de Outubro, nº 05, Bairro: Prado, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominada simplesmente “beneficiária”, considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, autorizado pela Lei nº 3697/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apoio financeiro à Beneficiária que menciona para atender despesas com a manutenção dos serviços de oferta de vagas e educação á crianças, da Creche Centro de Educação Infantil Planeta Azul, conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município e integrante deste Convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

2.1. Matricular crianças que necessitam dos seus serviços;

2.2. Prestar aos matriculados, serviços de qualidade, com higiene e segurança;

2.3. Permitir que o Município por seus Secretários da Educação e da Assistência Social tenham acesso ao ambiente de trabalho da beneficiária para avaliar a qualidade dos serviços;

2.4. Aplicar diretamente os recursos recebidos na destinação indicada no Plano de Trabalho aprovado pelo Município;

2.5. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica e com cheques nominais ou transferência financeira;

2.6. Identificar os bens permanentes adquiridos com os recursos deste convênio, quando for o caso;

2.6. Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento de cada parcela, na forma estabelecida pelas Normas de Controle



Interno do Município, item 3.1.14, Anexo I, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores;

2.7. Manter permanentemente atualizado o cadastro da entidade junto à Prefeitura.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Realizar a transferência de cada parcela, mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

3.2. Acompanhar e avaliar a qualidade, a higiene e a segurança dos serviços prestados pela Beneficiária;

3.3. Através da Diretoria de Controle Interno, apreciar e se manifestar sobre as prestações de contas apresentada pela Beneficiária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

4.1. O valor do presente convênio é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro/2017 à outubro/2017 e dezembro/2017) e no mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2017, com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026 – Manutenção do Ensino Infantil, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes/TIPSFL.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este convênio tem vigência pelo prazo de 14 (quatorze) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses, desde que autorizado em lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

7.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da Beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
  - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
  - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;
  - c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
  - d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
  - e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.
- 9.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:
  - 9.2.1. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
  - 9.2.2. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
  - 9.2.3. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
  - 9.2.4. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
  - 9.2.5. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;
  - 9.2.6. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
  - 9.2.7. Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;
  - 9.2.8. Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
  - 9.2.9. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

9.2.10. Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

9.2.11. Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

- Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Djalma dos Santos Guedes PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS
---------------------------------------	---

Marivalde Inêz Kons  
CPF – 493.371.149-68  
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza  
CPF – 000.080.379-06  
TESTEMUNHA

#### DECRETO Nº 245/2016

DECRETO Nº 245/2016 DE:20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar	2.326,03
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.326,03
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	2.326,03

0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	998,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	998,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	998,00

#### 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1104.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	1.100,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	1.100,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.100,00

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	3.680,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	564,37
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.115,63
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.680,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	2.780,42
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.780,42
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	2.780,42

1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	600,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	600,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	600,00

#### 12. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1201.22.661.0007.2072	Manutenção Secret. Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica	1.200,00
	ANULA:	
3.3.91.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	1.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 246/2016**

DECRETO Nº 246/2016 DE:20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.589/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.01.000000 alocado na ação de governo de nº 2017 – Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental está acima das necessidades para o exercício de 2016.

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.02.000000 alocado na ação de governo de nº 2040 – Centro e Especialidades Odontológicas – MAC/CEO está acima das necessidades para o exercício de 2016;

Considerando, a necessidade de recursos dessas fontes nas ações de governo de nº 2026 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche, 2019 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício e 2033 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde para atender despesas com folha de pagamento até o final do exercício;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da Educação e Saúde em 2016 e envolvendo ações relacionadas à folha de pagamento,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3.604/2015:

**07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	116.730,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	116.730,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	116.730,00
0.1.01.0100000	Recursos Ordinários	116.730,00
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	12.297,38
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.297,38
3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.397,38
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	12.397,38
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	15.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas/Oper. Intra	15.000,00
0.1.02.0102000	Recursos de Impostos p/ ASPS	15.000,00
Total		144.027,38
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	91.107,84
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.829,38

3.1.90.00	Aplicações Diretas	35.829,38
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	55.278,46
3.3.90.00	Aplicações Diretas	55.278,46
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	91.107,84
0701.12.361.0003.2019	Remuneração Profissionais do magistério em Efetivo Exercício	12.468,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.468,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	12.468,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	12.468,00
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	25.451,54
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	25.451,54
3.1.90.00	Aplicações Diretas	25.451,54
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	25.451,54
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	15.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.02.0102000	Recursos de Impostos p/ ASPS	15.000,00
Total		144.027,38

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2017/SMR**

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2017/SMR

Edital de lançamento das Taxas de Renovação da Licença, para os Contribuintes inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

**EXERCÍCIO DE 2017****I- DO LANÇAMENTO**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições e com fundamento no art. 91 e 118, da Lei Complementar nº. 003, de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos no art. 92, incisos II, III, IV, V, VI e VIII da referida Lei Complementar, com vista à renovação das licenças para o exercício de 2017, a seguir especificadas:

- Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços;
- Taxa de Renovação da Licença para Veiculação de Publicidade;
- Taxa de Renovação da Licença para Atividades Ambulantes;
- Taxa de Renovação da Licença para Utilização de Vias e

Logradouros Públicos;  
e. Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial;  
f. Taxa de Renovação da Licença para Circulação de Veículos de Transporte de Passageiros;  
g. Esclarece, outrossim, que a listagem dos lançamentos se encontra à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria de Administração Tributária, no endereço abaixo indicado.

## II- DO PAGAMENTO

Nos termos do art. 97, inciso II, da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, as taxas referidas neste Edital, quando devidas, devem ser pagas, em parcela única, até o dia 10 de março de 2017, na rede bancária do Município.

## III- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeitará o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como, a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

## IV- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Na internet através do site [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br);
- Na Diretoria de Administração Tributária no endereço indicado no item VII.

### Observação:

A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria de Administração Tributária será efetuada diariamente, no período indicado no item IV, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00.

## V- DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA 2017.

- A liberação do Alvará da Licença do exercício de 2017 dispensa o requerimento de Renovação de Licença.
- Os Alvarás de Licença serão emitidos de ofício pela Secretaria Municipal da Fazenda, aos contribuintes regularmente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura.
- A entrega dos Alvarás de Licença aos contribuintes será feita a partir do dia 02 de janeiro, na Diretoria de Administração Tributária, mediante:
  - A comprovação do pagamento das respectivas taxas de renovação da licença lançadas nos termos deste Edital;
  - A comprovação do pagamento da TPCS – Taxa de Prevenção Contra Sinistros cobrada nos termos do Convênio nº 25.803/2010-2, autorizado pela Lei Municipal nº 2974/2010 firmado ente o Município de Biguaçu e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;
  - A apresentação do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nas letras "a" e "b" deste item será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.

d. A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nos itens "i" e "ii" da letra "c" será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.

## VI- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste

lançamento poderá, com base nos arts 319, 320 e 321 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2016.

## VII- DAS ISENÇÕES

Por força de Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 que alterou o art. 4º, § 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, encontram-se isentos de quaisquer taxas as pessoas jurídicas enquadradas como Microempreendedores Individuais.

## VIII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

BRUNO DIOGO MARQUES

Diretor de Administração Tributária

## EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 002/2017/SMR

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 002/2017/SMR

Edital de lançamento da Taxa de Domicílio Fiscal, para os Contribuintes inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

## EXERCÍCIO DE 2017

## I- DO LANÇAMENTO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições e com fundamento nos arts. 7º e 8º, da Lei Complementar nº. 66, de 11 de dezembro de 2013, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos no art. 7º e 8º, da referida Lei Complementar, com vista à renovação da licença para o exercício de 2017, do Contribuinte não estabelecido dentro do Programa de Domicílio Fiscal.

## I- DO PAGAMENTO

Nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 66, de 11 de dezembro de 2013, a taxa referida neste Edital, quando devidas, devem ser quitadas, em parcela única, até o dia 10 de março de 2017.

## II- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeitará o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como, a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

## III- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Na internet através do site [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br);
- Na Diretoria de Administração Tributária no endereço indicado no item VII.

### Observação:

A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria de



Administração Tributária será efetuada diariamente, no período indicado no item IV, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00.

#### IV- DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PARA 2017.

a. A liberação do Cartão de Inscrição para Contribuintes não estabelecido no exercício de 2017 deverá ser instruída com os seguintes documentos, na forma do art. 6º da LC 66/2013:

- i. Contrato Social, ou Declaração de empresário Individual;
- ii. CNPJ;
- b. Os Cartões de Inscrição para Contribuintes não estabelecidos serão emitidos de ofício pela Secretaria Municipal da Receita, aos contribuintes regularmente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura.
- c. A entrega dos Cartões de Inscrição para Contribuintes não estabelecidos aos contribuintes será feita a partir do dia 02 de janeiro, na Diretoria de Administração Tributária, mediante:
  - i. A comprovação do pagamento da respectiva taxa de renovação da TDF lançadas nos termos deste Edital;
  - ii. A apresentação dos documentos elencados no subitem "a" deste item.

#### V- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 319, 320 e 321 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2017.

#### VI- DAS ISENÇÕES

Por força de Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 que alterou o art. 4º, § 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, encontram-se isentos de quaisquer taxas as pessoas jurídicas enquadradas como Microempreendedores Individuais.

#### VII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU.

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.  
BRUNO DIOGO MARQUES  
Diretor de Administração Tributária

### **EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 003/2017/SMR**

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 003/2017/SMR

Edital de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre serviços prestados por pessoas físicas e sociedades simples de profissionais, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

#### EXERCÍCIO DE 2017

#### I- DO LANÇAMENTO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento nos arts. 42, 59, II e 64, I, todos da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento

do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, por pessoa física ou sociedade simples de profissionais, sujeitas ao pagamento do imposto calculado em base fixa na forma dos arts 53 e 54 da referida Lei, relativo ao exercício de 2017, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Receita no endereço abaixo indicado.

#### II- DO PAGAMENTO

O imposto referido neste Edital deverá ser pago integralmente até o dia 10 de março de 2017, na rede bancária do Município.

#### III- DO DESCONTO

O pagamento efetuado até a data do vencimento assegura o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento.

#### IV- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do imposto na data fixada sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

#### V- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2017.

#### VI- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis:

a. A partir do dia 02 de janeiro de 2017, na internet através do site [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), além de estar disponível na Diretoria de Administração Tributária no endereço abaixo indicado.

Observação:

i. A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria de Administração Tributária será efetuada no período indicado na letra "a", de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00.

#### VII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.  
BRUNO DIOGO MARQUES  
Diretor de Administração Tributária

### **EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 004/2017/SMR**

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 004/2017/SMR

Edital de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre serviços prestados por contribuintes enquadrados no item 17.19 da Lista de Serviços e desde que sejam optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, enquadrados no Regime de Pagamento Fixo de

ISS na forma que trata o artigo 18, § 22-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

## EXERCÍCIO DE 2017

### I- DO LANÇAMENTO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento nos arts. 42, 59, II e 54-A, §1º, todos da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre serviços prestados por contribuintes enquadrados no item 17.19 da Lista de Serviços e desde que sejam optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, enquadrados no Regime de Pagamento Fixo de ISS na forma que trata o artigo 18, § 22-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sujeitas ao pagamento do imposto calculado em base fixa na forma do art. 54-A e Anexo IV da referida Lei, relativo ao exercício de 2017, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria de Administração Tributária da Secretaria Municipal da Receita no endereço abaixo indicado.

### II- DO PAGAMENTO

O imposto referido neste Edital deverá ser pago mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, na rede bancária do Município.

### III- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do imposto na data fixada sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

### IV- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts. 54-A, §3º, 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 31 de janeiro de 2017.

### V- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis:

a. A partir do dia 16 de janeiro de 2017, na internet através do site [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), além de estar disponível na Diretoria de Administração Tributária no endereço abaixo indicado.

Observação:

i. A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria de Administração Tributária será efetuada no período indicado na letra "a", de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00.

### VI- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

BRUNO DIOGO MARQUES

Diretor de Administração Tributária

## EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 005/2017/SMR

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 005/2017/SMR

Edital de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, sobre os imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal.

## Exercício de 2017

### I- DO LANÇAMENTO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 20 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) – incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2017, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria de Administração Tributária da Secretaria Municipal da Receita, no endereço abaixo indicado.

### II- DO PAGAMENTO

Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos:

a) Integralmente, até o dia 10 de abril de 2017, com desconto de 20%; ou

b) Integralmente, até o dia 10 de maio de 2017, com desconto de 10% ou

Em até 10 (dez) parcelas, parcelas mensais e sucessivas, com vencimento das parcelas em:

Parcela	Data de Vencimento
1ª	10/04/2017
2ª	10/05/2017
3ª	11/05/2017
4ª	12/06/2017
5ª	10/07/2017
6ª	10/08/2017
7ª	12/09/2017
8ª	11/10/2017
9ª	10/11/2017
10ª	11/12/2017

Os pagamentos serão efetuados na rede bancária.

### III- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do IPTU e da COSIP nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, antecipação de vencimento das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

### IV- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts. 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de abril de 2017.

### VI – DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

Nos termos do art. 20, inciso I da Lei Complementar nº. 003, de 13 de dezembro de 2007, com alteração dada pela Lei Complementar nº. 069, de 30 de dezembro de 2013, a notificação do lançamento se dará da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios e os respectivos carnês de pagamento serão entregues no período de:

a) A partir de 23 de janeiro de 2017 na internet, através do site [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

b) 13 de fevereiro a 31 de março de 2017 no local do imóvel;

c) 31 de março a 10 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal, no seguinte endereço:

i. Pró-Cidadão Biguaçu: Rua Lúcio Born, nº 12 – Centro – Biguaçu / SC;

ii. Poderá por interesse da Municipalidade estabelecer outros endereços para entrega do IPTU 2017.

Observação:

1) O horário de atendimento ao público para entrega de carnês, esclarecimentos de dúvidas e protocolização de reclamação do lançamento serão realizados no Pró-Cidadão Biguaçu, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00.

2) Para recebimento do carnê do exercício 2017, o contribuinte deverá apresentar o carnê do exercício de 2015 ou 2016.

3) Para esclarecimento de dúvidas ou reclamação do lançamento, o contribuinte deverá apresentar os carnês de 2013, 2014, 2015 e 2016.

#### VII- DAS ISENÇÕES

1) Os contribuintes com direito à isenção do IPTU previsto no artigo 28, inciso VI da Lei Complementar 003/2007, deverão requerer o benefício fiscal para o ano de 2017 até o dia 10 de abril de 2017.

2) O pedido de isenção será formalizado em processo administrativo junto à Diretoria de Administração Tributária, acompanhado dos documentos que comprovam os requisitos previstos na lei para cada situação específica.

#### VIII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA.

Rua Lúcio Born, nº 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP: 88.160-126.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

BRUNO DIOGO MARQUES

Diretor de Administração Tributária

#### LEI Nº 3708/2017

LEI Nº 3708/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA OSVALDINO MATIAS WEBER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Osvaldino Matias Weber a via pública que inicia a esquerda partindo da Rua Alzemi Flor, vindo da Rua Dr. Homero de Miranda Gomes, latitude 27º 31' 31.82" S e longitude 48º 39' 06.03" W e finaliza distando 75,00 metros, sentido noroeste, latitude 27º 31' 29.59" S, longitude 48º 39' 06.82" W, Bairro Fundos, Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3708 /2017, de 04/01/2017

Sancionada em 04/01/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

#### PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 01/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SESSÃO DO DIA 31/01/2017 COM INÍCIO ÀS 15:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 9707/2016

AUTOS DE INFRAÇÃO Nº: 865/2015, 866/2015, 867/2015, 868/2015 e 869/2015

RECORRENTE: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: DIEGO GARCIA CRISTOFOLINI

ANDERSON SOARES OPUSZKA

SECRETÁRIO-GERAL

#### PP143/2016-PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 143/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 30 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 30 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 144/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A LOCAÇÃO DE LINKS DE FIBRA ÓTICA PONTO A PONTO COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10Mbps.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 31 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 31 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2013****CONVOCAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital 001/2013, da C.M.B., para comparecer na Câmara de Vereadores de Biguaçu, situada na Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Ed. Coml. Nagib Garcia, 1º andar, centro de Biguaçu, neste Estado, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e do CPF (originais), a fim de dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, RESTANDO ENTENDIDO QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO ENSEJARÁ A DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Após aprovação do referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do respectivo cargo.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2017.

Vereador Ângelo Ramos Vieira

Presidente

Cargo 3040 – Serviços Gerais - Igor Alexandre Pacheco Fonseca

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 005/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 005/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMÉRICAS

Objeto: Prestação de serviços com elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

Valor: R\$ 103.631,20 (Cento e três mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos)

Vigência: 12.01.2017 a 31.12.2017.

Assinatura: 12 de janeiro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.040/2017, DE 11 DE JANEIRO 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.040/2017,  
DE 11 DE JANEIRO 2017

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 755/2010, que institui o Sistema de Carreira na Administração Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, fixa suas diretrizes e dá outras providências e dá outras providências.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER à todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado por esta lei o cargo de Controle Interno com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimento R\$ 1.633,58 (um mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos). Sendo parte integrante do ANEXO III, GRUPO IV - ATIVIDADE TÉCNICA SUPERIOR- ATS - (R\$), Código - 0099, Cargos/CE/20 horas semanais, Vcto/Base R\$ 1.633,58 (um mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), Vagas 01 (uma); atribuições do cargo de Controle Interno de Código 0084, constando no Anexo V.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 11 de janeiro de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGER  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.041/2017, DE 11 DE JANEIRO 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.041/2017,  
DE 11 DE JANEIRO 2017

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 755/2010, que institui o Sistema de Carreira na Administração Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, fixa suas diretrizes e dá outras providências e dá outras providências.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER à todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam modificados os artigos 12, 24, 25, e parte dos os Anexos I, II e V, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 - Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração que integrarão os quadros de pessoal da administração pública municipal são os seguintes:

- 01 - Secretário Municipal
- 02 - Sub Secretário
- 03 - Contador
- 94 - Assessor Jurídico
- 03 - Diretor
- 04 - Chefe de Departamento
- 05 - Supervisor Administrativo
- 58 - Assessor Administrativo

Art. 24 - O Regime semanal de trabalho dos servidores públicos será de 10 (dez), 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, salvo os membros do magistério, cujo quadro de pessoal permanente está estabelecido em lei própria.

Art. 25 - A cada 100 (cem) horas de curso, na área de atuação, será concedido um Adicional de 2% (dois por cento), calculado sobre o vencimento base do Servidor, até o limite de 14%.

§ 1º - O Adicional de que trata o presente artigo, será devido a partir de cursos realizados por instituições legalmente constituídas e que tenham como objeto a atividade desenvolvida pelo servidor e específica na área de atuação.

§ 2º - O Adicional especificado no presente artigo somente será devido para cursos realizados a partir de 01 de janeiro de 1997, cominado com a data de investidura/admissão ao cargo e será concedido sempre no mês de janeiro de cada ano, mediante edital de chamamento de interessados.

§ 3º - O Servidor fará jus a uma progressão anual de 2% (dois por cento) até o limite fixado no caput deste artigo, sempre que apresentar 100 (cem) horas de cursos, das quais obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento) deverão ser presenciais.

#### ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS - 40 HORAS SEMANAIS

QUADRO DE NIVEIS E VAGAS

CÓDIGO CARGOS/40/20 horas semanais NÍVEL VAGAS



## ANEXO I

## CARGOS COMISSIONADOS – 40/20/10 HORAS SEMANAIS

## QUADRO DE NIVEIS E VAGAS

## CÓDIGO CARGOS NIVEL VAGAS

0001 Secretário Municipal CC-09 06
0002 Sub Secretario CC-08 03
0062 Contador CC-08 05
0003 Diretor CC-07 05
0004 Chefe de Departamento CC-06 05
0005 Supervisor Administrativo CC-05 05
0058 Assessor Administrativo CC-04 03
Total de vagas ..... 28

## CÓDIGO CARGOS/20 horas semanais NIVEL VAGAS

0094 Assessor Jurídico CC-09 01
Total de vagas ..... 01

## ANEXO II

## QUADRO DE REMUNERAÇÃO - CARGOS COMISSIONADOS

## QUADRO DE REMUNERAÇÃO (R\$)

## NÍVEL VENCIMENTO TOTAL

CC-09 4.340,16
CC-08 3.133,86
CC-07 2.507,00
CC-06 2.193,61
CC-05 1.750,00
CC-04 1.250,00

## ANEXO V

## DESCRIÇÃO ANALITICA DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

- a) Descrição das atribuições;
- b) Códigos dos Cargos;
- c) Regime de Trabalho;
- d) Carga horária;
- e) Condições para ingresso;
- f) Habilitação/Instrução;

## 1 - Cargos Comissionados

## 1.1 - Descrição das Atribuições:

Os servidores compreendidos neste grupo dirigem e coordenam órgãos ou unidades específicas da Administração Superior, processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos na Esfera Administrativa do Poder Público Municipal, assessoram na realização das políticas governamentais a nível municipal e institucional, além da participação de grupos e ou comissões de nível estratégico.

Representam o Chefe do Poder Executivo, assumem funções de ordenador de despesas quando delegadas, supervisionam as demais atividades administrativas, assessoram nos trabalhos de divulgação das atividades da administração, no planejamento, na arrecadação de tributos, no relacionamento parlamentar, nas ações de cunho comunitário, no controle financeiro, nas relações como juventude, no comando de atividades educacionais, no assessoramento pedagógico e cultural e na atividade geral, voltada à comunidade.

1.2 - Código dos Cargos  
0001-0002-0003-0004-0005-0058-0062-0094.

1.3 - Regime de Trabalho  
Regime Jurídico Único

1.4 - Carga Horária  
Dedicação integral ou semi-integral, em 10, 20, 30, e 40 horas semanais, de acordo com a efetiva atividade existente no órgão e valorização no mercado profissional do agente.

1.5 - Condições para Ingresso  
Nomeação pela autoridade competente.

1.6 - Habilitação  
1.6.1. Escolaridade mínima, ensino fundamental completo.  
1.6.2. Assessor Jurídico - Possuir nível de 3º grau específico (bacharel em direito e inscrição na OAB).  
1.6.3. Contador – Possuir nível de 3º grau específico (bacharel em contabilidade e inscrição no CRC).

## 2 - PESSOAL EM QUADRO PERMANENTE

## 2.1 - Descrição das atribuições:

## 2.1.1 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (0013):

- 1 - Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
  - 2 - Executar trabalhos braçais;
  - 3 - Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
  - 4 - Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas;
  - 5 - Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão;
  - 6 - Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
  - 7 - Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
  - 8 - Requisitar material necessário aos serviços;
  - 9 - Processar cópia de documentos;
  - 10 - Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência do órgão;
  - 11 - Receber e transmitir mensagens;
  - 12 - Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
  - 13 - Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas;
  - 14 - Relatar as normalidades verificadas;
  - 15 - Atender telefone e transmitir ligações;
  - 16 - Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão;
- 2.1.2 - Regime de Trabalho  
Regime Jurídico Único
- 2.1.3 - Carga Horária  
40 horas semanais
- 2.1.4 - Condições para Ingresso  
Concurso de provas ou provas e títulos.
- 2.1.5 - Habitação  
Ensino Fundamental Completo.

## 2.2.1 – VIGIA (0014):

- 1 - Manter vigilância em geral;
  - 2 - Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso;
  - 3 - Relatar anormalidades verificadas;
  - 4 - Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato;
  - 5 - Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas;
  - 6 - Desenvolver outras tarefas semelhantes;
- 2.2.21 - Regime de Trabalho

**Regime Jurídico Único****2.2.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

**2.2.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.2.5 - Habitação**

Ensino Médio Completo.

**2.3.1 – MOTORISTA (0015):**

1 - Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;

2 - Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;

3 - Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;

4 - Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;

5 - Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;

6 - Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipos de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;

7 - Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;

8 - Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;

9 - Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;

10 - Executar outras tarefas afins;

**2.3.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.3.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

**2.3.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.3.5 - Habitação**

Ensino Médio Completo e possuir carteira habilitação.

**2.4.1- AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO (0016):**

1 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;

2 - Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;

3 - Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral.

4 - Controlar e arquivar publicações oficiais;

5 - Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA;

6 - Expedir relatório das atividades desenvolvidas no setor;

7 - Proceder cópia de documentos necessários aos serviços;

8 - Receber e transmitir mensagens;

9 - Realizar outras tarefas afins;

**2.4.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.4.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

**2.4.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.4.5 - Habitação**

Ensino Médio Completo.

**2.5.1 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM (0017):**

1 - Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;

2 - Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;

3 - Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;

4 - Fazer notificação de doenças transmissíveis;

5 - Participar das atividades de vigilância epidemiológica;

6 - Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;

7 - Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização

técnica de aplicação adequada;

8 - Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;

9 - Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontologia, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;

10 - Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;

11 - Efetuar visita domiciliar;

12 - Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;

13 - Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios.

14 - Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;

15 - Executar outras tarefas afins;

**2.5.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.5.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

**2.5.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.5.5 - Habitação**

Ensino Médio Específico Completo.

**2.6.1 – TELEFONISTA (0019):**

1 - Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;

2 - Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;

3 - Atender as chamadas internas e externas, localizando as pessoas quando solicitadas;

4 - Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;

5 - Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;

6 - Manter registro de ligação a longa distância;

7 - Receber e transmitir mensagens pelo telefone;

8 - Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;

9 - Fornecer dados para elaboração de expediente à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc.

10 - Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;

11 - Executar tarefas semelhantes;

**2.6.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.6.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

**2.6.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.6.5 - Habitação**

Ensino Médio Completo.

**2.7.1 – OPERADOR (0020):**

1 - Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;

2 - Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;

3 - Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas, tratores pés, carregadeiras e similares;

4 - Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade.

5 - Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;

6 - Proceder ao mapeamento dos serviços executados;

7 - Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;

8 - Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;

9 - Executar outras tarefas afins.

**2.7.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.7.3 - Carga Horária**

40 horas semanais

2.7.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.7.5 - Habitação

Ensino Médio Completo e possuir carteira habilitação.

2.8.1 – MECÂNICO (0021):

1 - Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários;  
2 - Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento;  
3 - Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.

4 - Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.

5 - Desmontar, reparar e montar distribuidores;

6 - Desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível;

7 - Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvula e buchas.

8 - Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas;

9 - Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.

10 - Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relês, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos.

11 - Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros;

12 - Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas;

13 - Executar outras tarefas afins.

2.8.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.8.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.8.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.8.5 - Habitação

Ensino Médio Completo e possuir carteira habilitação.

2.9.1 - AUXILIAR DE ESPORTE (0060):

1- Zelar pela manutenção das instalações mobiliárias e equipamentos dos órgãos.

2- Executar serviços relacionados a atividades esportivas do Município;

3 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas;

4 - Organizar e controlar os serviços relacionados à área de esporte;

5 - Requisitar material necessário aos serviços;

6 - Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;

7 - Realizar outras tarefas afins.

2.9.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.9.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.9.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.3.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.10.1- MESTRE-DE-OBRAS (0081):

1- Coordenar obras projetadas e dirigidas por profissional legalmente habilitado;

2- Colaborar na fiscalização de obras de engenharia;

3- Comandar os recursos humanos e determinar tarefas, na execução dos projetos de engenharia;

4- Solicitar, receber e conferir material e equipamentos necessários a execução da obra;

5- Zelar pela boa e regular aplicação dos materiais especificados no projeto de engenharia utilizados na obra;

6- Controlar o desempenho e o horário de trabalho do pessoal sob sua responsabilidade;

7- Executar outras tarefas semelhantes;

8- Realizar reparos.

2.10.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.10.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.10.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.10.5 - Habitação

Ensino Médio Completo e possuir carteira habilitação.

2.11.1 – PEDREIRO (0085):

1- Executar trabalhos de alvenaria e concreto.

2 - Efetuar a locação de pequenas obras; fazer alicerces; levantar parede de alvenaria; fazer muros de arrimo;

3 - Trabalhar com instrumentos de prumo e nivelamento; fazer e reparar bueiros, poços e pisos de cimento; preparar ou orientar a preparação de argamassas para junção de tijolos ou para reboco de paredes; rebocar paredes; mexer e colocar concreto em forma e fazer artefatos de cimento, assentar marcos de portas e janelas, colocar telhas, azulejos e ladrilhos, armar andaimes, fazer consertos em obras de alvenaria, pinturas, distribuir serviços aos ajudantes sob sua direção;

4 – Realizar serviços de reparos nos bens públicos municipais;

5 – Realizar serviços de encanamentos;

6 - Executar outras tarefas correlatas.

2.11.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.11.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.11.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.11.5 - Habitação

Ensino Médio Completo e possuir carteira habilitação.

2.12.1 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO (0022):

1 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;

2 - Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;

3 - Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;

4 - Controlar e arquivar publicação oficiais;

5 - Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade.

6 - Proceder controle de provimento e vacância de cargos;

7 - Estudar e propor à base de vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;

8 - Responsável pelas compras e licitações;

10 - Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor;

11 - Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas;

12 - Executar outras tarefas correlatas às descrições acima;

2.12.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.12.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.12.4 - Condições para Ingresso



Concurso de provas ou provas e títulos.

2.12.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.13.1- FISCAL TRIBUTÁRIO (0023):

1 - Atuar junto ao setor de tributação e cadastro;

2 - Atuar na fiscalização dos tributos municipais;

3 - Realizar as demais tarefas atinentes à função.

2.13.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.13.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.13.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.13.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.14.1- ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO (0024):

1 - Assessorar o responsável pelo Departamento de Administração;

2 - Acompanhar a atividade administrativa;

3 - Coordenar e protocolizar correspondências recebidas e expedidas;

4 - Realizar outras tarefas afins.

2.14.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.14.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.14.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.3.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.15.1 - ASSISTENTE DE TRIBUTAÇÃO (0025):

1 - Acompanhar e execução do Código Tributário Municipal;

2 - Assistir os lançamentos tributários e acompanhar sua cobrança;

3 - Realizar outras tarefas afins.

2.15.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.15.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.15.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.15.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.16.1 – AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (0061):

1 – Executar procedimentos de vigilância sanitária de acordo com as normas técnicas;

2 - Participar de ações de vigilância sanitária desenvolvida na comunidade;

3 – Emitir Alvarás Sanitários

4 – Participar das atividades de vigilância epidemiológica;

5 – Participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;

6 – Efetuar visitas a estabelecimentos do Município;

7 – Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;

8 – Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios.

9 – Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;

10 – Executar outras tarefas a fins.

11 – Atendimento de ocorrência de intoxicação alimentar;

12 – Visita em estabelecimentos comerciais a título de orientação de intimação e infração;

13 – Coletas de amostras de alimentos, de água para análise laboratorial;

14 – Fiscalização de construções e reformas de casa e prédios;

15 – Fiscalização de dejetos de suínos em rios, riachos etc.

2.16.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.16.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.16.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.16.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.17.1 – AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (0077):

1 – Executar procedimentos de vigilância epidemiológica de acordo com as normas técnicas;

2 - Participar de ações e atividades de vigilância epidemiológica desenvolvida na comunidade;

3 – Participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;

4 – Efetuar visitas a estabelecimentos do Município;

5 – Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;

6 – Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios.

07 – Executar outras tarefas a fins.

08 – Visita em estabelecimentos comerciais a título de orientação;

09 – Coletas de amostras de insetos para análise;

2.17.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.17.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.17.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.17.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.18.1 - AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA – PSF (0092)

1- Cabe a responsabilidade de atender as necessidades do programa de Agentes de Saúde Pública, criado pelo Ministério da Saúde, objetivando o atendimento preventivo na comunidade, entre outras atividades correlatas.

2- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

3- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

4- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

5- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

6- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

7- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

8- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

9- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

10- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

11- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação

da SMS;

12- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

13- Participar das atividades de educação permanente; e realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

14- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

15- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

16- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

17- Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;

18- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

19- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

20- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

21- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue.

2.18.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.18.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.18.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.18.5 - Habitação

Ensino Fundamental completo e curso de capacitação para o Programa de Saúde da Família – PSF.

2.19.1 – INSEMINADOR (0026):

1 - Realizar levantamento da atividade animal no município;

2 - Executar inseminação artificial, dentro das técnicas existentes;

4 – Dar sugestões e pareceres sobre o aspecto da atividade agropecuária;

5 – Atender ao aperfeiçoamento e qualidade técnica dos produtores de leite;

6 – Atender consultas feitas por criadores; orientar a produção, administração e planejamento agropecuário;

7 – Realizar demais tarefas da função.

2.19.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.19.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.19.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.19.5 - Habitação

Ensino Médio Completo, curso específico e possuir carteira habilitação.

2.20.1 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE (0027):

1 - Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa;

2 - Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão;

3 - Participar na elaboração de propostas orçamentárias;

4 - Classificar a receita;

5 - Emitir empenhos de pessoas;

6 - Relacionar notas de empenho, subempenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa

orçamentária.

7 - Efetuar balanço e balancete.

8 - Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos;

9- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária;

10 - Elaborar registros da execução orçamentária;

11 - Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão;

12 - Manter atualizadas as fichas de despesas e arquivo de registros contábeis;

13 - Conferir boletins de caixa;

14 - Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho;

15 - Controlar a execução orçamentária;

16 - Relacionar restos a pagar;

17 - Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários;

18 - Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título;

19 - Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação;

20 - Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal;

21 - Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios;

22 - Assinar balanços e balancetes, na ausência do contador;

2.20.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.20.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.20.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.20.5 - Habitação

Ensino Médio Específico Completo.

2.21.1 – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (0030):

1 - Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a executar tarefas de caráter técnico, relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários;

2 - Auxiliar os especialistas de nível superior no desenvolvimento da reprodução agropecuária;

3 - Organizar os trabalhos em propriedades agrícolas, promovendo a aplicação de técnicas novas ou aperfeiçoadas de tratamento e cultivo da terra;

4 - Orientar agricultores na execução do plantio, adubação, cultura, colheita e beneficiamento das espécies vegetais;

5 - Orientar a respeito de técnicas, máquinas, equipamentos agrícolas e fertilizantes adequados;

6 - Executar outras atribuições afins.

2.20.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.21.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.21.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.21.5 - Habitação

Ensino Médio Específico Completo e possuir carteira habilitação.

2.22.1 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM (0031):

1 - Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a exercer atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;

2 - Participação no planejamento da assistência de enfermagem;

3 - Executar outras atribuições afins.

2.22.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.22.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.22.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.22.5 - Habitação

Ensino Médio Específico Completo e registro no órgão de classe.

2.23.1- TESOUREIRO (0057):

1 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;

2 - Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;

3 - Participar na elaboração de proposta orçamentária;

4 - Emitir ordens bancárias e cheques,

5 - Relacionar notas de empenho, subempenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária;

6 - Elaborar termo de conferencia de caixa;

7 - Controlar os serviços bancários;

8 - Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;

9 - Conferir boletins de caixa;

10 - Reparar recursos financeiros;

11 - Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos bancários;

12 - Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.

13 - Desempenhar outras tarefas semelhantes;

2.23.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.23.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.23.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.23.5 - Habitação

Ensino Médio Completo.

2.24.1 - TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL (0082):

1- Confeccionar modelos em gesso;

2- Revela e monta radiografias;

3- Orienta pacientes sobre a saúde bucal;

4- Controla e agenda consultas;

5- Auxilia o odontólogo nos procedimentos;

6- Zelar pela limpeza e ordem do material de equipamentos e das dependências da unidade de saúde;

7- Integrar a equipe de saúde;

8- Participar de atividades de educação em saúde;

9- Executar outras tarefas afins.

2.24.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.24.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.24.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.24.5 - Habitação

Ensino Médio Específico Completo e registro no órgão de classe.

2.25.1 – AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (0097)

Orientar os pacientes sobre higiene bucal, marcar consultas, preencher e anotar fichas clínicas, manter em ordem arquivo e fichário, controlar o movimento diário/mensal, revelar e montar radiografias intra-orais, preparar o paciente para o atendimento, auxiliar no atendimento ao paciente, instrumentar o Cirurgião Dentista e o Técnico em Higiene Dental junto à cadeira operatória, promover isolamento do campo operatório, manipular materiais de uso odontológico, selecionar moldeiras, confeccionar modelos em gesso, aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental, proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico. Estando as suas atividades sob a supervisão do Cirurgião-Dentista ou do Técnico em Higiene Dental.

2.25.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.25.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.25.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.25.5 - Habitação

Ensino Médio Específico Completo e registro no órgão de classe.

2.26.1 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA (0028):

1 - Realizar programas específicos de computação;

2 - Auxiliar na implantação de programas de informática para a administração;

3 - Realizar as demais tarefas atinentes à função;

2.26.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.26.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.26.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.26.5 - Habitação

Ensino Superior na área de Informática e Computação.

2.27.1 - MÉDICO VETERINÁRIO (0034):

1 - Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades;

2 - Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma;

3 - Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem;

4 - Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais;

5 - Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insentos nas exposições pecuárias;

6 - Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial;

7 - Participar de eventos destinados ao estudo de medicina veterinária;

8 - Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante a doenças de animais, transmissíveis ao homem;

9 - Proceder à padronização e à classificação dos produtos de origem animal;

10 - Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registro genealógicos;

11 - Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootecnia bem como a bromatologia animal em especial;

12 - Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos;

13 - Participar do planejamento e execução rural;

14 - Apresentar relatórios periódicos;

15 - Desempenhar tarefas semelhantes;

2.27.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.27.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.27.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.27.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e possuir carteira habilitação.

2.28.1 - ENGENHEIRO CIVIL (0095):

1 - Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição das instalações e equipamentos;

2 - Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística

e obras de decoração arquitetônica;

3 - Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feitos para áreas operacionais;

4 - Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações;

5 - Participar de elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;

6 - Fazer avaliação, perícias e arbitramentos relativos à especialidade;

7 - Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços;

8 - Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação;

9 - Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica;

10 - Executar estudos, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras;

11 - Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão;

12 - Participar de comissões técnicas;

13 - Propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis;

14 - Elaborar projetos de loteamentos;

15 - Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos;

16 - Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como, baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais; (p)

17 - Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado;

18 - Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico;

19 - Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria;

20 - Apresentar relatórios de suas atividades;

21 - Desempenhar outras tarefas semelhantes.

2.28.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.28.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.28.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.28.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e possuir carteira habilitação.

#### 2.29.1- ENGENHEIRO AGRÔNOMO (0036):

1. Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior e executar trabalhos de engenharia agrônoma na forma das especializações abaixo indicados;

2. Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade características tecnológicas e de mercado desejáveis;

3. Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico;

4. Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;

5. Ecologia, fisiologia, botânica e taxinomia vegetal;

6. Nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;

7. Biologia, química e física do solo;

8. Emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;

9. Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;

10. Organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;

11. Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas, bem

como trabalhos em campo, em apoio às campanhas de saúde pública, tais como:

12. Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estaciona, objetivando a eliminação desses criadores;

13. Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;

14. Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;

15. Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos de água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;

16. Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de epidemias;

17. Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;

18. Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;

19. Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;

20. Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;

21. Participação no planejamento, execução supervisão das operações de inseticidas;

22. Planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;

23. Investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;

24. Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;

25. Execução de serviços de desinfecção fitossanitária;

26. Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;

27. Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária.

28. Resolução de problema econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas em nível das unidades de produção;

29. Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;

30. Programas de investimentos no setor agrícola;

31. Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;

32. Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à economia rural;

33. Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;

34. Mecanização agrícola;

35. Avaliação agrícola;

36. Construções rurais;

37. Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;

38. Topografia e foto-interpretção;

39. Irrigação e drenagem para fins agrícolas;

40. Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;

41. Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;

42. Exame de problemas técnicos de engenharia rural;

43. Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;

44. Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;

45 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;

46 - Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais visando

47. Aplicação de melhores técnicas no setor;



48. Apresentar relatórios periódicos;  
49. Desempenhar tarefas semelhantes;  
2.29.2 - Regime de Trabalho  
Regime Jurídico Único  
2.297.3 - Carga Horária  
40 horas semanais  
2.297.4 - Condições para Ingresso  
Concurso de provas ou provas e títulos.  
2.297.5 - Habitação  
Ensino Superior Específico Completo e possuir carteira habilitação.

2.30.1 - ASSISTENTE SOCIAL (0037):

1 - Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;  
2 - Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.  
3 - Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;  
4 - Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médico e pericial;  
5 - Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;  
6 - Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.  
7 - Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;  
8 - Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividades na área do Serviço Social;  
9 - Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;  
10 - Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição;  
11 - Desempenhar tarefas semelhantes;  
2.30.2 - Regime de Trabalho  
Regime Jurídico Único  
2.30.3 - Carga Horária  
40 horas semanais  
2.30.4 - Condições para Ingresso  
Concurso de provas ou provas e títulos.  
2.30.5 - Habitação  
Ensino Superior Específico Completo.

2.31.1 - ENFERMEIRO(A) PADRÃO (0040):

1 - Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;  
2 - Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição;  
3 - Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;  
4 - Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição;  
5 - Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;  
6 - Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;  
7 - Prestar assessoria quando solicitado;  
8 - Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;  
9 - Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;  
10 - Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública, quando solicitado;

11 - Elaborar e executar uma política de formação de recursos humanos de enfermagem de acordo com a necessidade da instituição;  
12 - Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;  
13 - Fazer notificação de doenças transmissíveis;  
14 - Participar das atividades de vigilância epidemiológica;  
15 - Dar assistência de enfermagem no atendimento as necessidades básicas do indivíduo, família e a comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição;  
16 - Identificar e preparar grupos de comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;  
17 - Participar de programas de saúde desenvolvida pela comunidade;  
18 - Promover e participar de atividades de pesquisas operacionais e estudos epidemiológicos;  
19 - Elaborar informes técnicos para divulgação;  
20 - Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da instituição em todos os níveis de atuação;  
21 - Desempenhar outras funções afins;  
2.31.2 - Regime de Trabalho  
Regime Jurídico Único  
2.31.3 - Carga Horária  
40 horas semanais  
2.31.4 - Condições para Ingresso  
Concurso de provas ou provas e títulos.  
2.31.5 - Habitação  
Ensino Superior Específico Completo.

2.32.1- FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO (0083):

1- Aviar, classificar e arquivar receitas;  
2- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;  
3- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;  
4- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;  
5- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;  
6- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;  
7- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas.  
8- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;  
9- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;  
10- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;  
11- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;  
12- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;  
13- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;  
14- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;  
15- Executar outras atividades semelhantes.  
16- Coordenar, supervisionar e executar atividades relacionadas às análises, bromatológicas e de medicamentos.  
17- Coordenar, supervisionar e executar a preparação de reativos, corantes, anticoagulantes, meios de cultura, soluções detergentes e outros produtos utilizados em laboratório.

18- Coordenar e executar pesquisas, montagens e implantação de novos métodos de análise para determinações laboratoriais e produção de medicamentos.

19- Orientar e supervisionar os técnicos de laboratório e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades.

20- Coordenar e supervisionar a solicitação, recebimento e acondicionamento de materiais de uso no laboratório.

21- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização.

22- Responsabilizar-se pelo arquivo de documentos e de registro de exames do setor.

23- Coordenar e supervisionar a coleta, identificação e registro de materiais biológicos destinados a exames.

24- Executar determinações laboratoriais pertinentes à parasitologia, urinálise, imunologia, bioquímica e microbiologia (bacteriológica, virologia e micologia).

25- Executar determinações laboratoriais de água, bebidas, alimentos, aditivos, embalagens e resíduos, através, de análises físico-químicas, microscópicas e microbiológicas.

26- Executar técnicas especializadas, tais como: cromatografia, eletroforese, análises radioquímicas, liofilização, congelamentos e produtos, imunofluorescências e outras.

27- Coordenar e executar a preparação de produtos imunológicos destinados a análises, prevenção e tratamento de doenças.

28- Coordenar, supervisionar, executar e responsabilizar-se pela produção, manipulação e análise de cosméticos, a fim de obter produtos de higiene e proteção.

29- Efetuar o controle de qualidade de todas as técnicas, equipamentos e materiais utilizados nas análises laboratoriais e na produção de medicamentos.

30- Emitir pareceres e laudos técnicos concernentes a resultados de análise laboratoriais e de medicamentos.

31- Planejar, coordenar, supervisionar e executar o treinamento de pessoal na área de competência.

32- Articular-se com a chefia, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais e o bom relacionamento de pessoal.

33- Assinar documentos elaborados no laboratório.

34- Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades laboratoriais inerentes à vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e serviços básicos de saúde.

35- Participar de outras atividades específicas, relacionadas com planejamento, pesquisas, programas, levantamentos, comissões, normas e eventos científicos no campo da saúde pública.

#### 2.32.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

#### 2.32.3 - Carga Horária

40 horas semanais

#### 2.32.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

#### 2.32.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo.

#### 2.33.1 - MÉDICO(A) -PSF (0089)

1- Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população;

2 - Receber e examinar os pacientes de sua especialidade utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades;

3- Requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica;

4- Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico;

5- Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via

de administração dos mesmos;

6- Prestar orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde;

7 - Anotar e registra em fichas específicas, o devido registro sobre os pacientes

examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso;

8- Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso;

9- Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários

próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais;

10- Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis;

11- Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas;

12- Emitir atestados e laudos para concessão de licenças, abono de faltas e outros;

13- Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;

14- Efetuar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

15- Cabe a responsabilidade de atender as necessidades do Programa de Saúde da Família, criado pelo Ministério da Saúde, objetivando o atendimento preventivo na comunidade, entre outras atividades correlatas.

16- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

17- Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição;

#### 2.33.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

#### 2.33.3 - Carga Horária

40 horas semanais

#### 2.33.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

#### 2.33.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

#### 2.34.1 - ENFERMEIRO(A) -PSF (0090)

1- Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva.

2- Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o

aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição;

3- Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde;

4- Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe;

5- Planejar, coordenar e organizar campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras;

6- Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança;

7- Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade,

valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes;

8- Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alergênicas e fazendo a leitura das reações para obter subsídios diagnósticos;

9- Participar na elaboração, execução e avaliação dos planos, de saúde, visando a melhoria da qualidade da assistência;

10- Executar a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica;

11- Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade;

12- Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc;

13- Manter uma previsão a fim de requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem;

14- Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho;

15- Fazer a triagem nos casos de ausência do médico e presta atendimento nos casos de emergência;

16- Providenciar o recolhimento dos relatórios das unidades da Prefeitura Municipal, bem como realiza uma análise dos mesmos;

17- Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

18- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

19- Cabe a responsabilidade de atender as necessidades do Programa de Saúde da Família, criado pelo Ministério da Saúde, objetivando o atendimento preventivo na comunidade, entre outras atividades correlatas.

20- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

21- Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição

2.34.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.34.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.34.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.34.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

2.35.1 - ODONTÓLOGO(A) – PSF (0091)

1- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários do Programa de Saúde da Família -PSF.

2- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.

3- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.

4- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.

5- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.

6- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.

7- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.

8- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.

9- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.

10- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.

11- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.

12- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.

13- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.

14- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.

15- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública.

16- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

17- Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição

18- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.

19- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

2.35.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.35.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.35.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.35.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

2.36.1 – CONTROLE INTERNO (0084) (0099):

1- Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Município, promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle;

2- Acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos;

3- Assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

4- Interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

5- Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas na área de saúde;

6- Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;

7- Revisar processos licitatórios e contratos;

8.- Praticar atos correlatos a sua função.

2.36.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.36.3 - Carga Horária

40 horas semanais para o (0084) e 20 horas semanais para o (0099)

2.36.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.36.5 - Habitação

Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis ou Direito.

2.37.1 – ODONTÓLOGO (0033):

1 - Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;

2 - Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha

aos interesses e necessidades do serviço;

3 - Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;

4 - Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;

5 - Fazer o encaminhamento a serviços a entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado;

6 - Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;

7 - Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à população métodos eficazes para evitá-las;

8 - Requisitar ao órgão competente todo o material técnico administrativo;

9 - Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;

10 - Prestar assistência odontologia ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;

11 - Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.(p);

12 - Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;

13 - Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;

14 - Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;

15 - Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;

16 - Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

#### 2.37.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

#### 2.37.3 - Carga Horária

20 horas semanais

#### 2.37.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

#### 2.37.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

#### 2.38.1 - MÉDICO CLÍNICO GERAL (0038):

1 - Realizar atendimento ambulatorial;

2 - Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas;

3 - Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;

4 - Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;

5 - Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;

6 - Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;

7 - Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;

8 - Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da Instituição;

9 - Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

10 - Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;

11 - Proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;

12 - Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:

- Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias

- Educação sanitária;

13 - Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;

14 - Desempenhar outras atividades afins;

#### 2.38.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

#### 2.38.3 - Carga Horária

20 horas semanais

#### 2.38.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

#### 2.38.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

#### 2.39.1 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (0086):

1 - Executar serviços relacionados a atividades esportivas do Município;

2 - Planejar, supervisionar, executar, orientar e acompanhar a prática do exercício sistematizado individual ou coletivo, aplicando a triagem para avaliação funcional, identificando fatores de risco cardiovasculares e metabólicos nos usuários, bem como planejar, coordenar e participar de intervenções educacionais de medidas preventivas visando os cuidados com a saúde da população.

3 - Participar, auxiliar e assessorar as ações do Departamento Municipal de Esportes nas mais diversas competições esportivas e manifestações de física esportiva, inclusive na confecção de projetos, realização e execução de programas de quaisquer níveis.

4 – Organizar, assessorar os atletas e organizar competições esportivas a nível municipal, regional e estadual.

5 – Organizar e coordenar os trabalhos da CME – Comissão Municipal de Esportes.

6 - Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas;

7 - Organizar e controlar os serviços relacionados à área de esporte;

8 – Requisitar material necessário aos serviços;

9 – Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.

#### 2.39.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

#### 2.39.3 - Carga Horária

20 horas semanais

#### 2.39.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

#### 2.39.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

#### 2.40.1 – NUTRICIONISTA (0087):

1 - Realizar estudos, pesquisas e levantamentos de informações que forneçam subsídios à formulação de políticas, diretrizes e planos à implantação, manutenção e funcionamento de programas de alimentação e de nutrição do Município.

2 - Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos.

3 - Prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultório de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos.

4 - Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição.

5 - Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento.

6 - Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética.

7 - Prescrever suplementos nutricionais necessários à complementação da dieta.

8 - Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica.

9 - Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no



estoque existente;

10 - Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas.

11 - Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.

12 - Participar de programa de treinamento, quando convocado.

13 - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade.

14 - Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.

15 - Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.

16 - Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

2.40.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.40.3 - Carga Horária

20 horas semanais

2.40.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.40.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

2.41.1 – PSICÓLOGO(A) (0088):

1 - Realizar diagnóstico psicológico através de entrevistas, observação e testes, com vistas à prevenção e tratamento de problemas de ordem existencial, emocional e mental;

2 - Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo adequado as diversas faixas etárias, em instituições de prestação de serviços de saúde ou em consultórios particular;

3 - Realizar atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterápico, realiza atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógicos;

4 - Acompanhar psicologicamente a gestante durante a gravidez e o puerpério para fornecer apoio emocional e informações, além de conscientização e integração das vivências corporais próprias dessas fases;

5 - Preparar psicologicamente pacientes para cirurgias, para exames que constroem física e psicologicamente e para alta hospitalar; promover a adaptação de pacientes ao ambiente hospitalar;

6 - Trabalhar a situação de debilidade emocional, em fase de momentos críticos inerentes à vida, inclusive de doenças em fases terminais;

7 - Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas à realidade psicossocial da clientela;

8 - Criar e sistematizar tecnologias próprias dirigidas ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com objetivo de qualificar o desempenho das várias equipes, participar da elaboração de programas educativas e de treinamento em saúde mental, em nível de atenção primária, em instituições como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas dentre outros, colaborar em equipe multiprofissional no planejamento das políticas de saúde, coordenar e supervisionar as atividades de psicologia em instituições ou estabelecimentos destinados ao tratamento psicológico ou que se incluam em suas atividades;

9 - Realizar pesquisas visando à construção e à ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo de saúde.

2.41.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.41.3 - Carga Horária

40 horas semanais

2.41.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.41.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

2.42.1 – FISIOTERAPEUTA (0096)

1 - Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso, intervindo na prevenção, através da atenção primária e também em nível secundário e terciário de saúde por julgar o profissional habilitado para realizar procedimentos tais como: imobilizações de fraturas, mobilização de secreções em pneumopatas, tratamento de pacientes com AVC na fase de choque, tratamento de pacientes cardiopatas durante o pré e pós cirúrgico, analgesia através da manipulação e do uso da eletroterapia;

2 - Realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados. Encaminhando à serviços de maior complexidade, quando julgar necessário;

3 - Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), mal formações congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais; pois com os procedimentos ou recursos fisioterápicos o número de hospitalizações pode ser reduzido, a progressão das lesões pode ser evitada ou acentuada e o desenvolvimento motor normal pode ser estimulado;

4 - Orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que este seja completo e eficaz;

5 - Realizar técnicas de relaxamento, prevenção e analgesia para diminuição e/ou alívio da dor, nas diversas patologias ginecológicas;

6 - No pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré e no pós parto para que ela possa retornar às suas atividades normalmente;

7 - Na prevenção de câncer, o profissional pode orientar quanto ao diagnóstico precoce: papanicolau e auto exame das mamas. Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas afim de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia, incluindo drenagem linfática como forma de tratamento;

8 - Realizar programas de atividades físicas e psico-sociais com o objetivo de aliviar os sintomas dessa fase da vida da mulher, onde ela passa da fase reprodutiva para a não reprodutiva (climatério);

9 - Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada;

10 - Orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado;

11 - Desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorespiratório e orientações nutricionais para o obeso, prevenindo com isso a instalação de enfermidades relacionadas a obesidade;

12 - Em patologias específicas, como a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Tuberculose e Hanseníase – prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, afim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicas respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam às incapacidades;

13 - Atuar de forma integral às famílias, através de ações interdisciplinares e intersetoriais, visando assistência e a inclusão social das pessoas portadores de deficiências, não capacitadas e desassistidas.

2.42.2 - Regime de Trabalho

Regime Jurídico Único

2.42.3 - Carga Horária

20 horas semanais

2.42.4 - Condições para Ingresso

Concurso de provas ou provas e títulos.

2.42.5 - Habitação

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

**2.43.1 – FONOAUDIÓLOGA (0098)**

Acompanhar o desenvolvimento dos pacientes na forma de expressão verbal; Desenvolver campanhas pelo uso adequado e correto da voz; Contribuir na identificação e correção de distorções na voz dos pacientes; Orientar os profissionais da saúde para os cuidados básicos para evitar problemas com a voz; e Desenvolver outras atividades inerentes à profissão.

**2.43.2 - Regime de Trabalho**

Regime Jurídico Único

**2.43.3 - Carga Horária**

10 horas semanais

**2.43.4 - Condições para Ingresso**

Concurso de provas ou provas e títulos.

**2.43.5 - Habitação**

Ensino Superior Específico Completo e registro de classe.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 11 de janeiro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGHER

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 009/2017

DECRETO Nº 009/2017

Estabelece o prazo para pagamento da Taxa de Renovação e Licença, ISS Fixo (imposto sobre serviço fixo) e Taxa Licença e Fiscalização dos Atos da Saúde Pública (alvará sanitário).

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal, do município de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo para pagamento da Taxa de Renovação e Licença, ISS Fixo (imposto sobre serviço fixo) e Taxa Licença e Fiscalização dos Atos da Saúde Pública (alvará sanitário), fixando o vencimento, conforme segue:

Parcela Única ..... Venc. 20.02.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 008/2017

DECRETO Nº. 008/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA  
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (116) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0361.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 32.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 32.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0361 – Transferências de Convênios - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de janeiro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 03/2017

EXTRATO DE CONTRATO 03/2017

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Marcos Renken

CPF: 039.249.309-88

Rua Dom Pedro, 938

Centro

Braço do Trombudo - Santa Catarina

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

valor de de R\$ 13.913,70 (treze mil, novecentos e treze reais e setenta centavos).

Vigência até 31.12.2017

Data da assinatura: 12/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 42/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 42/2016 O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 42/2016. Processo licitatório 54/2016. Objeto: Aquisição de um distribuidor de adubo orgânico líquido e um distribuidor de adubo e calcário para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, conforme Convênio nº 815266/2014, Operação nº 1022254-97/2014, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento da proposta, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITENS	R\$ VALOR
FÁTIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 06.139.399/0001-72	1	14.210,00
ALTAIR FABRO & CIA LTDA CNPJ: 02.747.714/0001-93	2	17.500,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeiro Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 12/01/2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016 PMBT

Página: 1/190

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
 Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	APONTADOR FORMA DE TUBO, apontador para lápis, material plástico, tipo escolar, cor preta. (13913)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TRIS	0	1,2394	1
2			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	1,1974	2
3			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	1,2000	3
4			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo e leo	0	1,2056	4
5			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,2200	5
6			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FABER	0	1,2400	6
7			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	FABER CASTI	0	1,2400	7
8			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FABER CASTI	0	1,2400	8
1	APONTADOR DE METAL - para lápis nº02. Ótima qualidade, fio e corte. Lâmina eficiente que não mastigue a madeira do lápis. (13914)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	0,9995	1
2			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	1,0000	2
3			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	1,0210	3
4			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	1,0500	4
5			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	1,0512	5
6			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,0700	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 2/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor azul. Composição, resinas termoplástica, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e estera de tungstênio. Ponta fina 0.8mm. Escrita Minúcia de 1600 MTS. (13915)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	1,0800	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FOSKA	0	1,0800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BIC	0	44,5333	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BIC	0	44,6438	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	44,6488	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	BIC	0	45,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	BIC	0	45,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	INJEXEN	0	45,2000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BIC	0	45,2500	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	compactar	0	45,3000	8
4	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor preto. Composição, resinas termoplástica, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e estera de tungstênio. Ponta fina 0.8mm. Escrita Minúcia de 1600 MTS. (13916)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BIC	0	44,5330	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BIC	0	44,6438	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	44,6490	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 3/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA- ME (9326)	BIC	0	45,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI- EPP (8962)	BIC	0	45,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	INJEXPEN	0	45,2000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI- ME (8903)	BIC	0	45,2900	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	compacto	0	45,3000	8
5	CANETAS ESFEROGRAFICAS. Caixa com 50 unidades. Cor vermelho. Composição, resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio. Ponta fina 0,8mm. Esorta Mínima de 1600 MTS. (13917)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BIC	0	44,5330	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (9460)	BIC	0	44,6438	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	44,6490	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA- ME (9326)	BIC	0	45,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI- EPP (8962)	BIC	0	45,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	INJEXPEN	0	45,2000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI- ME (8903)	BIC	0	45,2900	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	compacto	0	45,3000	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 4/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	LÁPIS DE COR - longos, para desenho, caixa com 12 cores diferentes, corpo sextavado com mina macia e fácil de apontar; cores vivas e intensas com ótimo poder de cobertura, fabricados com madeira 100% reflorestada. Certificação FSC. (13918)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	LABRA	0	10,4807	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MULTICOLOR	0	9,9307	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MULTICOLOR	0	10,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LABRA	0	10,4384	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LABRA	0	10,4743	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	10,4800	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LABRA	0	10,4801	7
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LABRA	0	10,7000	8
7	LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL. Caixa com 24 unidades. Composição: pigmentos aglutinantes, carga inerte, ceras de madeira 100% reflorestada. Aprovado pelo INMETRO. Certificação FSC. (13919)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	LABRA	0	37,9991	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAPED	0	37,9491	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	faber castell	0	38,0474	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FABER	0	38,0475	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FABER CASTE	0	38,0778	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 5/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	FABER	0	38,7297	6
7			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FABER CAST	0	39,0000	7
8			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	FABER CAST	0	39,0500	8
1		CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BIC	0	42,9716	1
2			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	make+	0	42,9809	2
3			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FABER	0	42,9810	3
4			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LABRA	0	43,0178	4
5			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	MOLIN	0	43,0503	5
6			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	FABER	0	43,6951	6
7			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MULTICOLOR	0	44,0000	7
8			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LABRA	0	44,1000	8
1		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SOUZA	0	7,9961	1
2			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	souza	0	8,2650	2

9 RÉGUA DE MADEIRA. 1 metro (13921)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 6/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	WALEU	0	8,2929	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	8,5000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CAGEIMA	0	8,5000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SOUZA	0	8,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SOUZA	0	8,5300	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SOUZA	0	8,5300	8
10	RÉGUA ACRÍLICO RÍGIDO, transparente, espessura mínima de 3mm 30cm. (13922)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	BANDEIRANT	0	1,2994	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	waleu	0	1,2641	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	WALEU	0	1,2848	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	WALEU	0	1,3000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	WALEU	0	1,3000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DELLO	0	1,3000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEO & LEO	0	1,3300	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DELLO	0	1,3300	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 7/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	PINCELCHATO, cerda Brasil, nº 04, (13923)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	3,2638	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,2499	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	3,2733	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	3,2800	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	3,3000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	3,3100	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	3,3100	7
12	PINCELCHATO, cerda Brasil, nº 10, (13924)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	3,9144	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	3,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,9098	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	3,9278	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	3,9500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	3,9700	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	3,9700	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 8/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	PINCELCHATO, corda Brasil, para contorno, nº 0, (17410)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	2,5636	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	2,5000	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	2,5500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	2,5606	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	2,5680	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	2,6000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	2,6000	7
14	PINCEL CHATO, corda Brasil, nº 02, (13926)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	2,9680	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	3,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	3,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,0235	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	3,0252	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	3,0700	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	3,0700	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 9/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	PINCEL CHATO, oarda Brasil, nº 08. (13927)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	3,8356	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,8311	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	3,8385	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	3,8500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	3,8900	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	3,8900	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,0000	7
16	PINCEL CHATO, oarda Brasil, nº 12. (13928)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	4,1215	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,1000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	4,1167	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	4,1361	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	4,1500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	4,1800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	4,1800	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 10/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	PINCEL CHATO, oarda Brasil, nº 18. (13929)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	4,7328	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	4,7765	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	4,8106	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	4,8200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	4,8600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	4,8600	7
18	PINCEL CHATO, oarda Brasil, nº 14. (13930)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	4,3384	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	4,3333	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	4,3500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	4,3642	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,4000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	4,4100	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	4,4100	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 11/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor verde, de 1º qualidade. (13831)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6879	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6913	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6922	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6968	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7011	7
20	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor azul, de 1º qualidade. (13832)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 12/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor vermelha, de 1ª qualidade. (13933)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7
22	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor amarela, de 1ª qualidade. (13934)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 13/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor preto, de 1º qualidade. (13935)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7
24	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor laranja, de 1º qualidade. (13936)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 14/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor branca, de 1º qualidade. (13937)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7
26	PAPEL DOBRADURA, brilhante, folha 50x60cm, cor roxo, de 1º qualidade. (13938)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,6885	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,6902	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,6920	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6985	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,7000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,7021	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 15/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Azul, de 1° qualidade. (13939)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7
28	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Branco, de 1° qualidade. (13940)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 16/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor Azul Claro, de 1º qualidade. (13941)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7
30	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor amarelo, de 1º qualidade. (13942)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 17/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor marrom, de 1ª qualidade. (13943)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7
32	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor preto, de 1ª qualidade. (13944)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 18/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor verde, de 1º qualidade. (13945)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7
34	PAPEL CREPOM. Tamanho 0,48x2,00m. Cor verde claro, de 1º qualidade. (13946)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 19/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	PAPEL CREPOM, Tamanho 0,48x2,00m. Cor vermelho, de 1º qualidade. (13947)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,9343	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,9392	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9400	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,9444	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9465	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,9493	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,9600	7
36	CARTOLINA, tamanho 48x66 cm. Cor branca, 240 gramas. (13948)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JANDAIA	0	0,9147	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILAR	0	0,9095	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IMV	0	0,9149	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,9169	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BIGNARD	0	0,9197	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,9200	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JANDAIA	0	0,9300	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 20/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	FOLHA ALMAÇO PAUTADA, Pacote com 10 folhas. Linha preta certificação do INMETRO (13949)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	2,1140	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PANAMERICA	0	1,9956	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	credeal	0	2,1393	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PANAMERICA	0	2,1439	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	2,2200	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREDEAL	0	2,2300	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CREDEAL	0	2,2300	7
38	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x69cm. Cor amarelo, de 1ª qualidade. (13950)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,4162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,4000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,4137	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,4166	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,4198	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,4200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,4240	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 21/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor azul, de 1º qualidade. (13951)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,4162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,4000	2
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	vmp	0	1,4099	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,4137	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,4166	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,4200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,4240	7
40	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor prata, de 1º qualidade. (13952)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,4162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,4000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,4137	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,4166	4
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	vmp	0	1,4198	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,4200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,4240	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 22/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor verde, de 1º qualidade. (13953)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,4162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,4000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,4137	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,4166	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,4198	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,4200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,4240	7
42	PAPEL LAMINADO, tamanho 45x59cm. Cor vermelha, de 1º qualidade. (13954)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,4162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,4000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,4137	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,4166	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,4198	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,4200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,4240	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 23/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor amarela, de 1º qualidade, (13955)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	7
44	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor branca, de 1º qualidade, (13956)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 24/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor verde, de 1º qualidade. (13957)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	7
46	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor vermelho, de 1º qualidade. (13958)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 25/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, cor preto, de 1º qualidade. (13959)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1200	7
48	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor laranja, de 1º qualidade. (13960)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,0944	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1200	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 26/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor rosa, de 1º qualidade. (13961)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1200	7
50	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor azul claro, de 1º qualidade. (13962)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1015	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,0875	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1018	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1043	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1076	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 27/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	PAPEL CAMURÇA, tamanho 40x60cm, na cor roxo, de 1º qualidade. (13963)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1999	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1863	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,2000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2002	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2029	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2065	7
52	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor amarelo (13964)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,2000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	4
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2862	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 28/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor azul claro (13965)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7
54	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor azul escuro (13966)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2589	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,2000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2555	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2592	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2600	5
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	vmp	0	1,2620	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2658	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 29/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor vermelho (13967)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7
56	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor branco (13968)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 30/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor preto (13969)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7
58	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor laranja (13970)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 31/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor rosa (13971)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7
60	PAPEL CARTÃO, Tamanho 50x70cm, 240g, Cor verde, (13972)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,2884	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,2817	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,2852	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,2888	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,2955	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,3000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 32/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor amarelo, de 1º qualidade. (13973)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7
62	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor azul escuro, de 1º qualidade. (13974)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 33/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor azul claro, de 1º qualidade. (13975)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7
64	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor verde bandeira, de 1º qualidade. (13976)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 34/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor vermelho de 1º qualidade. (13977)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7
66	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor laranja, de 1º qualidade. (13978)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 35/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor rosa, de 1º qualidade. (13979)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7
68	PAPEL SEDA, Tamanho 48x60 cm. Cor lilás, de 1º qualidade. (13980)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5999	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	0,5916	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	0,5932	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	0,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,6001	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,6032	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 36/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor vermelho, de 1º qualidade. (13981)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7
70	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor azul de 1º qualidade. (13982)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 37/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde, de 1º qualidade. (13983)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CRONUS	0	1,5740	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,6000	7
72	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor branca, de 1º qualidade. (13984)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CRONUS	0	1,5740	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,6000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 38/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor amarelo, de 1ª qualidade. (13985)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7
74	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde escuro, de 1ª qualidade. (13986)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 39/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor verde claro, de 1º qualidade. (13987)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7
76	PAPEL CELOFONE. Tamanho 90x100cm. Na cor roxo, de 1º qualidade. (13988)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,5736	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PACKPEL	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,5719	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CROMUS	0	1,5740	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,5775	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,5800	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,5822	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 40/190

Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	PAPEL PARANÁ, Tamanho 100x80cm, espessura 1mm, cor interna branco, cor externa natural. Peso aproximado do pacote de 2,8Kg. Pacote com 5 unidades. (13989)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	21,0962	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	VMP	0	20,7668	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	21,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	21,1021	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	21,1485	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILAR	0	21,1960	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	21,4200	7
78	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm. Cor vermelho, de 1º qualidade. (13990)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	2,9407	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	2,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	2,9415	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	2,9461	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	2,9480	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	2,9568	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	2,9700	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 41/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm. Cor verde, de 1º qualidade. (13991)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	2,9407	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	2,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	2,9415	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	2,9461	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	2,9480	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	2,9568	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	2,9700	7
80	PAPEL MICRO-ONDULADO. Tamanho 50x80cm Cor branco, de 1º qualidade. (13992)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	2,9407	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	2,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	2,9415	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	2,9461	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	2,9480	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	2,9568	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	2,9700	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 42/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	PAPEL DUPLEX, Cor amarela, Tamanho 48X66cm. (13993)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7
82	PAPEL DUPLEX, Cor azul, Tamanho 48X66cm. (13994)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 43/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	PAPEL DUPLEX, Cor preto, Tamanho 48X66cm, (13995)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7
84	PAPEL DUPLEX, Cor verde, Tamanho 48X66cm, (13996)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1600	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 44/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	PAPEL DUPLEX, Cor roxo, Tamanho 48X66cm. (13997)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7
86	PAPEL DUPLEX, Cor lilás, Tamanho 48X66cm. (13998)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,5000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 45/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	PAPEL DUPLEX, Cor laranja, Tamanho 48X66cm. (13999)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1500	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7
88	PAPEL DUPLEX, Cor vermelha, Tamanho 48X66cm. (14000)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	1,1605	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VMP	0	1,1500	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	1,1500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	1,1567	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	1,1609	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	1,1634	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	1,1669	7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 46/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	BOBINA DE PAPEL PRESENTE. Tamanho 0,60cm. 5 quilos. Estampa infantil. (14001)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILAR	0	48,3616	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	VMP	0	48,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	embalatrando	0	48,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SAFRA	0	48,4800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	48,5000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)		0	48,5000	6
90	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor amarelo ouro. (14002)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5882	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,6039	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	3,6700	7
91	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor azul celeste. (14003)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 47/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	TINTA GUACHE tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor laranja. (14004)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,6138	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	3,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,6138	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	3,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1
93	TINTA GUACHE tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor preto. (14005)	UND					

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 48/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor verde folha. (14006)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marpel	0	3,6138	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	3,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marpel	0	3,6138	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	4
95	TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Cor vermelho. (14007)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	3,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 49/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor preto Validade mínima de 2 anos. (14008)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,6138	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	3,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9828	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9845	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
97	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo ouro. Validade mínima de 2 anos. (14009)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9824	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 50/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	7
98	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor laranja Validade mínima de 2 anos. (14010)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
99	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho vivo. Validade mínima de 2 anos. (14011)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 51/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	7
			UND RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
			UND RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

100 TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho fogo (14012)

101 TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vinho Validade mínima de 2 anos. (14013)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 52/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
102	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor <del>violeta</del> Validade mínima de 2 anos. (14014)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
103	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul cobalto Validade mínima de 2 anos. (14015)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 53/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0700	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	7
104	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde musgo Validade mínima de 2 anos. (14016)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0700	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	7
105	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde bandeira Validade mínima de 2 anos. (14017)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 54/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor branco. Validade mínima de 2 anos. (14018)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
107	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor turquesa. Validade mínima de 2 anos. (14019)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 55/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul celeste. Validade mínima de 2 anos. (17368)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
109	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor marrom. Validade mínima de 2 anos. (17369)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 56/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
110	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul marinho. Validade mínima de 2 anos. (17370)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
111	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor cidaame. Validade mínima de 2 anos. (17371)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 57/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
112	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde folha. Validade mínima de 2 anos. (17372)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
113	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor lilás. Validade mínima de 2 anos. (17373)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 58/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
114	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor violeta cobalto. Validade mínima de 2 anos. (17374)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
115	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde bandeira. Validade mínima de 2 anos. (17375)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 59/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
116	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor verde oliva. Validade mínima de 2 anos. (17376)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
117	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor azul mar. Validade mínima de 2 anos. (17377)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 60/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
118	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor coral. Validade mínima de 2 anos. (17378)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
119	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor rosa escuro. Validade mínima de 2 anos. (17379)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 61/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
120	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor rosa bebê. Validade mínima de 2 anos. (17380)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
121	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo bebê. Validade mínima de 2 anos. (17381)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 62/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
122	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo limão. Validade mínima de 2 anos. (17382)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
123	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor púrpura. Validade mínima de 2 anos. (17383)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 63/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
124	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor salmão. Validade mínima de 2 anos. (17384)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
125	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor amarelo pele. Validade mínima de 2 anos. (17385)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 64/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
126	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor vermelho escarlate. Validade mínima de 2 anos. (17386)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
127	TINTA PARA TECIDO, 37ml. Cor cinza. Validade mínima de 2 anos. (17387)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	2,9524	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 65/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	2,9554	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ACRILEX	0	3,0200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACRILEX	0	3,0500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ACRILEX	0	3,0700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,0800	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acrilex	0	3,0800	7
128	TINTA SPRAY . De uso geral e externo, 200ml. Cor branca. (14021)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2221	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2395	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2416	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
129	TINTA SPRAY De uso geral e externo, 200ml. Cor marrom. (14022)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 66/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor azul. (14023)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
131	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor dourado. (14024)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	18,7560	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	18,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	18,7036	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	18,7223	4
132	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor prata. (14025)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	18,7560	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	18,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	18,7036	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	18,7223	4
133	TINTA SPRAY. De uso geral e externo 200 ml. Cor preto. (14026)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 67/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	TINTA SPRAY . De uso geral e externo, 200 ml. Cor verde. (14027)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
135	TINTA SPRAY . De uso geral e externo, 200 ml. Cor vermelho. (14028)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
136	TINTA SPRAY . De uso geral e externo, 200 ml. Cor amarelo. (14029)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 68/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor rosa. (14030)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4500	4
138	TINTA SPRAY. De uso geral e externo, 200 ml. Cor laranja. (14031)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CHEMICOLOF	0	17,2218	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHEMICOLOF	0	17,2396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chemicolor	0	17,2413	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHEMICOLOF	0	17,4000	4
139	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, porta fina 1.0mm, cor vermelha, porta políéster. (14032)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,8977	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	3,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	3,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RADEX	0	3,9048	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	3,9500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,9500	6

Página: 69/190

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, ponta fina 1.0mm, cor azul, ponta poliéster. (14033)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,9075	1

140	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, porta fina 1.0mm, cor azul, porta poliéster. (14033)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,9075	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	3,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	3,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RADEX	0	3,9048	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	3,9500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,9500	6
141	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, porta fina 1.0mm cor verde, porta poliéster. (14034)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,9075	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	3,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	3,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RADEX	0	3,9048	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,9500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	3,9500	6
142	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, porta fina 1.0mm, cor preto, porta poliéster. (14035)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,9075	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	3,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 70/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor vermelha, ponta poliéster. 2,0mm (14036)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	3,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RADEX	0	3,9048	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	3,9500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,9500	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,4228	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	3,4000	2
144	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor verde, ponta poliéster. 2,0mm (14037)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,4000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,4192	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,4700	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	3,4700	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,4327	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PILOT	0	3,4000	2
145	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2,0, cor verde, ponta poliéster. 2,0mm (14038)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,4000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,4192	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 71/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	MARCADOR PARA RETROPROJETOR 2.0, cor preto, ponta poliéster. 2.0mm (14038)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PILOT	0	3,4700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,4700	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,4327	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	3,4000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,4000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,4192	4
146	Marcador para retroprojtor 2.0, cor azul, ponta poliéster. 2.0mm (14240)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,4700	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	3,4700	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,4327	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	3,4000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,4000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,4192	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	3,4700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	3,4700	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 72/190

Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
147	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia para não danificar o quadro. Apaga facilmente. Ponta redonda e média. Cor verde. E necessário para substituir o refil de tinta, ponta acrílica. (apresentar catálogo com as descrições na sessão). (17412)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	5,9917
148	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia para não danificar o quadro. Apaga facilmente. Ponta redonda e média. Cor vermelho. E necessário para substituir o refil de tinta, ponta acrílica. (apresentar catálogo com as descrições na sessão). (17413)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	5,9920
149	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia para não danificar o quadro. Apaga facilmente. Ponta redonda e média. Cor preta. E necessário para substituir o refil de tinta, ponta acrílica. (apresentar catálogo com as descrições na sessão). (17414)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	5,9920
150	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. Ponta macia para não danificar o quadro. Apaga facilmente. Ponta redonda e média. Cor azul. E necessário para substituir o refil de tinta, ponta acrílica. (apresentar catálogo com as descrições na sessão). (17415)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	5,9920
151	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(VBS-VBM). Embalagem plástica para cada unidade. Tinta Líquida. Conteúdo 5,5 ml Caixa com 12 unidades. Cor preta. Embalado individualmente pela fabricante. O refil deverá ser a mesma marca dos marcadores de quadro branco. O refil deverá ser da mesma marca do Marcador para quadro branco. (17416)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	37,9492

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 73/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(VBS-VBM). Embalagem plástica para cada unidade. Tinta Líquida. Conteúdo 5,5 ml Caixa com 12 unidades. Cor azul. Embalado individualmente pela fabricante.O refil deverá ser a mesma marca dos marcadores de quadro branco. O refil deverá ser da mesma marca do Marcador para quadro branco. (17417)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	37,9492	1
153	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(VBS-VBM). Embalagem plástica para cada unidade. Tinta Líquida. Conteúdo 5,5 ml Caixa com 12 unidades. Cor vermelho. Embalado individualmente pela fabricante.O refil deverá ser a mesma marca dos marcadores de quadro branco. O refil deverá ser da mesma marca do Marcador para quadro branco. (17418)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	37,9492	1
154	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO –(VBS-VBM). Embalagem plástica para cada unidade. Tinta Líquida. Conteúdo 5,5 ml Caixa com 12 unidades. Cor verde. Embalado individualmente pela fabricante.O refil deverá ser a mesma marca dos marcadores de quadro branco. O refil deverá ser da mesma marca do Marcador para quadro branco. (17419)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	37,9492	1
155	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs Tinta resistente a Luz secagem rápida resistente a água e umidade, cor preta, ponta 1,0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de feltro. (14047)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	27,6889	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	27,5000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	27,7105	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	28,0000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	28,0000	5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 74/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente, a luz, secagem rápida resistente a água e humidade, cor vermelha, ponta 1,0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14049)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	28.0000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	27.6889	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	27.7105	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	28.0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	28.0000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	28.0000	5
157	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente a luz, secagem rápida resistente a água e humidade, cor verde, ponta 1,0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14050)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARIPEL	0	28.0000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	27.6889	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	27.7105	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	28.0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARIPEL	0	28.0000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	28.0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	28.0000	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 75/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
158	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta, resistente a luz, secagem rápida resistente a água e humidade, cor azul, ponta 1,0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14051)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	27,6889	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	27,7105	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	28,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	28,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	28,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	28,0000	6
159	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor amarelo. Aprovado pelo INMETRO. (14052)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILU	0	2,3592	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2992	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3323	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3616	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3782	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 76/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
160	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor marrom. Aprovado pelo INMETRO. (14053)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
161	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor roxo. Aprovado pelo INMETRO. (14054)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 77/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
162	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado,,lavável, não perecível, cor azul. Aprovado pelo INMETRO. (14055)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
163	E.V.A Tamanho 480x400x1,5mm, atóxico, emborrachado, ,lavável, não perecível, cor bege. Aprovado pelo INMETRO. (14056)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 78/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
164	E.V.A. Tamarinho 480x400x1,5mm, atóxico, emborrachado,, lavável, não perecível, cor branco. Aprovado pelo INMETRO. (14057)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
165	E.V.A. Tamarinho 45X60,2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor laranja. Aprovado pelo INMETRO. (14058)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 79/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, - emborrachado, lavável, não perecível, cor preta. Aprovado pelo INMETRO. (14059)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 80/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
167	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor verde bandeira. Aprovado pelo INMETRO. (14060)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
168	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor verde claro. Aprovado pelo INMETRO. (14061)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 81/190

Número do Registro de Preços: 4/2016                 Data do Registro: 12/01/2016                 Válido até: 12/01/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor vermelho. Aprovado pelo INMETRO. (14062)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
170	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico,...emborrachado, lavável, não perecível, cor azul escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14063)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 82/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	E.V.A., Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor rosa claro. Aprovado pelo INMETRO. (14064)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
172	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico/ emborrachado, lavável, não perecível, cor verde grama. Aprovado pelo INMETRO. (14065)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 83/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
173	E.V.A. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor marrom. Aprovado pelo INMETRO. (14066)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 84/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
174	E.V.A. Tãmanho, 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor Pink. Aprovado pelo INMETRO. (14067)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILIU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	8
175	CANETA PARA, CD ideal para CD e DVDs. Tinta resistente a luz secagem rápida resistente a água e humidade, cor preta, ponta 1.0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14048)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3742	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	2,3000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	2,3588	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RADEX	0	2,4000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 85/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	E.V.A Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxico, emborrachado, lavável, não perecível, cor azul Royal. Aprovado pelo INMETRO. (14089)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	2,4000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAXPRINT	0	2,4000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	2,3589	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	2,2988	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DUBFLEX	0	2,3325	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	2,3500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,3610	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DUBFLEX	0	2,3787	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DUB FLEX	0	2,3800	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,3800	8
177	E.V.A ESTAMPADO COM BOLINHA, cores variadas, tamanho 600X400X2mm, atóxico, emborrachado, não perecível. Aprovado pelo INMETRO. (14070)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KREATEVA	0	6,8998	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	6,8863	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	6,9378	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	6,9479	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 86/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	E.V.A ESTAMPADO COM ESTRELAS, cores variadas tamanho 600X400X2mm, atóxico, emborrachado, não pericível. Aprovado pelo INMETRO. (14071)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	6,9965	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	7,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	7,0000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	7,0000	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KREATEVA	0	6,8998	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	6,8863	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	6,9378	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	6,9479	4
179	E.V.A ESTAMPADO COM CORAÇÃO, cores variadas, tamanho 600X400X2mm, atóxico, emborrachado, não pericível. Aprovado pelo INMETRO. (14072)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	6,9965	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	7,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	7,0000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	7,0000	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KREATEVA	0	6,8998	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	6,8863	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 87/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
180	E.V.A ESTAMPADO COM PRIMAVERA cores variadas, tamanho 600X400X2mm, atóxico, emborrachado, não perecível. Aprovado pelo INMETRO. (14073)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	6,9378	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	6,9479	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	6,9965	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	7,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	7,0000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	7,0000	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KREATEVA	0	6,8998	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	6,8863	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	6,9378	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	6,9479	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	6,9965	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	7,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	7,0000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	7,0000	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 88/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	E.V.A LISTRADO, cores variadas, tamanho 600X400X2mm, atóxico, emborrachado, não perecível. Aprovado pelo INMETRO. (1407/4)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,5729	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5883	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,5779	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,6000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,6500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,6500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,6671	8
182	E.V.A PLUSH, Tamanho 480X400X1,5, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor amarelo. Aprovado pelo INMETRO. (1407/5)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,6024	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5883	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,6000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,6074	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,6500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 89/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	E.V.A PLUSH. Tamanho 480X400X1,5. atóxica, emborrachada, não perecível. Cor azul claro. Aprovado pelo INMETRO. (14076)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,6800	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,6971	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
184	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor azul escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14077)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4697	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 90/190

Número do Registro de Preços: 4/2016								Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

185	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor branco. Aprovado pelo INMETRO. (14078)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4697	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
186	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor laranja. Aprovado pelo INMETRO. (14079)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 91/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	E.V.A PLUSH, Tamanho 45x60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor lilás. Aprovado pelo INMETRO. (14080)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 92/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
188	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor marrom escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14081)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
189	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica, emborrachada, não perecível. Cor bege. Aprovado pelo INMETRO. (14082)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 93/190

<div>Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017</div> <div>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.</div>								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
190	E.V.A PLUSH, Tamanho 45X60 2cm espessura...atóxica, emborrachada, não perecível. Cor preto. Aprovado pelo INMETRO. (14083)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8	
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1	
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3	
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4	
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6	
191	E.V.A PLUSH, Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica - emborrachada, não perecível. Cor rosa escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14084)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8	
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1	
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3	
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 94/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
192	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura, atóxica / emborrachada, não perecível. Cor verde escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14085)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA- ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
193	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura - atóxica, emborrachada, não perecível. Cor verde claro. Aprovado pelo INMETRO. (14086)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA- ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 95/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
194	E.V.A PLUSH. Tamanho 45X60 2cm espessura – atóxica, emborrachada, não perecível. Cor vermelho escuro. Aprovado pelo INMETRO. (14087)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILIU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILIU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 96/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
195	E.V.A PLUSH. Tamanho 45x60 2cm espessura- atóxica, emborrachada, não perecível. Cor vermelho claro. Aprovado pelo NIMETRO. (14088)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MILJU	0	5,4746	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MILJU	0	5,4512	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,4795	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MAKE	0	5,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREATEVA	0	5,5286	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	5,5500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	5,5500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	5,5672	8
196	PAPEL A4, colorido, 75g/m², pacote com 100 folhas, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis. Cor amarelo. (14089)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	4,8048	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	4,7962	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	4,8162	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	4,9887	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	5,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	5,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 97/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

197	PAPEL A4, colorido, 75g/m², pacote com 100 folhas, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis. Cor azul. (14090)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	5,0100	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	4,8048	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	4,7962	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	4,8162	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	4,9887	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	5,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	5,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	5,0100	7
198	PAPEL A4, colorido, 75g/m², pacote com 100 folhas, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis. Cor verde. (14091)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	4,8048	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	4,7962	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	4,8162	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	4,9887	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	5,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	5,0000	6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 98/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

199	PAPEL A4, colorido, 75g/m², pacote com 100 folhas produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis. Cor vermelho. (14092)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	5,0100	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	4,8048	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	4,7962	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PEGASUS	0	4,8162	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	4,9887	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	5,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	5,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	5,0100	7
200	PAPEL A4, colorido, 75g/m², pacote com 100 folhas, produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis. Cor rosa (14093)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	4,8048	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	4,7962	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	4,8162	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	4,9887	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	5,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	5,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 99/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	5,0100	7
201	FOLHAS COLORIDAS. Tamanho ofício A4, cor salmão/ Pacote com 100 folhas. (14094)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	14,3184	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	13,9683	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	chamequinho	0	14,3406	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	14,3716	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	14,5000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	14,9400	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	14,9500	7
202	PAPEL IMPRESSÃO - tamanho A4, com folhas ultra brancas, 75g/m², não reciclado. ISO 9001 e ISO 14001, certificação do Inmetro. Pacote de 500 folhas. (14095)	PCT	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	19,1233	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ECOQUALITY	0	18,9570	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	RINO	0	19,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobily	0	19,1367	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	19,1973	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBILY	0	19,9500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 100/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
203	PAPEL A3, 297 X 420mm, 75g/m², alcalino, ultra branco, 100% celulose de eucalipto, acabamento superficial homogêneo, para reprodução, impressão e escrita, embalagem de proteção impermeável original, contendo as informações do fabricante na embalagem. Embalagem com 500 unidades. (14096)	resma	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COPIMAX	0	19,9700	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FANACOPY	0	36,4975	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUZENO	0	36,4509	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	36,5298	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	37,9140	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	37,9900	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAEX	0	38,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REPORT	0	38,0000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	8,4959	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NEW	0	8,5081	2
204	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 2/0. (14097)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	8,5168	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CLIPS NEW	0	8,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	8,7500	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 101/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 8/0. (14098)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NEW	0	8,7600	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	NEW	0	8,7600	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACCHI	0	8,7600	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	8,4959	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new	0	8,5081	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	8,5168	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	8,7500	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CLIPS NW	0	8,7500	5
206	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 4/0. (14099)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACCHI	0	8,7600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NEW	0	8,7600	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	NEW	0	8,7600	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	8,4959	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new	0	8,5081	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	8,5168	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 102/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	8,7500	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CLIPS NEW	0	8,7500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACCHI	0	8,7600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NEW	0	8,7600	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	NEW	0	8,7600	8
207	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 0. (14100)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	8,4959	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NEW	0	8,5081	2
			JUN DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	8,5168	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	8,7500	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	8,7500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACCHI	0	8,7600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NEW	0	8,7600	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	NEW	0	8,7600	8
208	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 6/0. (14101)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	8,4959	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 103/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	new	0	8,5081	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	8,5168	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	8,7500	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CLIPS NEW	0	8,7500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACCHI	0	8,7600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NEW	0	8,7600	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	NEW	0	8,7600	8
209	PERFURADOR DE PAPEL, capacidade de 20 folhas, (14102)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ADECK	0	19,9902	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	19,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	20,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	20,0997	4
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	make+	0	20,1764	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	20,5000	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	20,6500	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 104/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	20,6700	8
210	PERFURADOR DE PAPEL, capacidade de 50 folhas (14236)						
		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9328)	CAVIA	0	66,9673	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	65,3619	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	65,4091	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CAVIA	0	67,2000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	67,2000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CAVIA	0	67,2300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	67,2300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	67,2300	8
211	PERFURADOR DE PAPEL, capacidade de 100 folhas (14103)						
		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9328)	CAVIA	0	109,9463	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CAVIA	0	107,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cavia	0	107,6109	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	107,7011	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CAVIA	0	110,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 105/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
212	PERFURADOR DE PAPEL, capacidade de 10 folhas. (14104)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CAVIA	0	110,5000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	110,6000	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CAVIA	0	110,6700	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ADECK	0	10,9946	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	11,2714	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	11,2794	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	11,5000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	11,5800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	11,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	JOCAR	0	11,6000	7
213	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 20 folhas (14105)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	FOKSA	0	11,6000	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CAVIA	0	13,9832	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	14,3131	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	14,3277	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 106/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
214	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 25 folhas (14106)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	14,7000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	14,7000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	14,7000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	14,7300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	14,7300	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CAVIA	0	21,9893	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	21,8489	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	21,8517	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	22,4000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	22,4500	5
215	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA; tipo escolar, lavável e atóxica. Embalagem de 1 litro. (14107)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CAVIA	0	22,4500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	22,4700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	22,4700	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	10,8095	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 107/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	frama	0	10,8195	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	10,8319	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PIRATININGA	0	10,8825	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FRAMA	0	11,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	11,0500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	11,0700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PIRATININGA	0	11,1000	8
216	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA; tipo escolar, lavável e atóxica, embalagem com 110g. (14108)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	2,0450	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FRAMA	0	2,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,0415	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	2,0469	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	2,0500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PIRATININGA	0	2,0588	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	2,0800	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 108/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	COLA COLORIDA - Atóxica, lavável, cores vivas e brilhantes; pgo com 6 cores (amarelo, azul, vermelho, verde, branco, preto), tubo de 25 g. (14109)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PIRATININGA	0	2,1000	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KOALA	0	7,3716	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marpel	0	7,3690	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	7,3844	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	7,4216	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	7,5000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DELTA	0	7,5000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KOALA	0	7,5000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	7,5200	8
218	COLA PARA EVA E ISOPOR, 35 gramas (14110)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	3,7783	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DELTA	0	3,6000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	radex	0	3,7527	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,7801	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,8039	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 109/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
219	COLA instantânea, linha artesanato nº 2, 20gr. (14111)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,8500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,8500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,8800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TECBOND	0	12,6106	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TEKBOND	0	12,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	RADEX	0	12,5491	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TECBOND	0	12,6000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	superdano	0	12,6228	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TEKBOND	0	12,6395	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TEK BOND	0	12,9000	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	12,9200	8
220	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor amarela, 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Granulatura/espessura mínima 60gr. (14112)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7640	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7940	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8390	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 110/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9150	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9830	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
221	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m na cor azul claro.100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14113)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
222	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor azul escuro.100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14114)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 111/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
223	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor branca,100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14115)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
224	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e, de largura 1,40m, na cor preta,100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14116)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 112/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
225	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m - na cor verde. 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14117)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
226	TNT, rolo, com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor vermelha. 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14118)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 113/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
227	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura, 1,40m na cor laranja.100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14119)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
228	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor rosa.100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14120)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 114/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor roxa-100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14121)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
230	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m, na cor azul escuro. 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (17388)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 115/190

<div> <div>Número do Registro de Preços: 4/2016</div> <div>Data do Registro: 12/01/2016</div> <div>Válido até: 12/01/2017</div> </div>							
<div>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.</div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m., na cor cinza,100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14123)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SUL BRASIL	0	82,0000	6
232	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura 1,40m., na cor marrom, 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Gramatura/espessura mínima 60gr. (14124)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SUL BRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUL BRASIL	0	81,7959	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 116/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
233	TNT, rolo com 50 metros de comprimento e de largura, 1,40m, na cor <b>lilas</b> , 100% polipropileno. Com identificação na embalagem. Granulatura/espessura mínima 60gr (14125)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SULBRASIL	0	82,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SULBRASIL	0	83,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	subrasil	0	81,7759	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULBRASIL	0	81,7969	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANTA FÉ	0	81,8367	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SULBRASIL	0	81,9184	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SB	0	81,9796	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SULBRASIL	0	82,0000	6
234	CD-RW VIRGEM REGRAVAVEL 700MB 80 MINUTOS C/CAPA (3638)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SULBRASIL	0	83,0000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ELGIN	0	3,9878	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elgin	0	3,9173	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ELGIN	0	3,9254	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 117/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ELGIN	0	3,9265	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ELGIN	0	3,9959	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ELGIN	0	4,0000	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ELGIN	0	4,0000	7
235	CD-R VIRGEM 700 MB 80 MINUTOS (2664)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ELGIN	0	1,9839	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ELGIN	0	1,9980	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elgin	0	2,0566	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ELGIN	0	2,0799	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ELGIN	0	2,0800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ELGIN	0	2,0804	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ELGIN	0	2,1000	7
236	Pendrive, 8GB, (14126)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MULTILASER	0	35,8901	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SANDISK	0	35,9633	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SANDISK	0	36,0613	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 118/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
237	DVD/R VIRGEM 120 min, 4,7GB.com capa (17389)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MULTILASER	0	36,0704	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sandisk	0	36,1374	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	KINGSTON	0	36,9000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SAN DISK	0	36,9200	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ELGIN	0	2,5821	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ELGIN	0	2,7341	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ELGIN	0	2,7348	3
238	DVD+RW VIRGEM 4,7GB C/ CAPA (6574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elgin	0	2,7421	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ELGIN	0	2,7500	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ELGIN	0	2,7900	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ELGIN	0	2,7971	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ELGIN	0	5,1841	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ELGIN	0	4,9849	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	elgin	0	5,1415	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 119/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ELGIN	0	5,1460	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ELGIN	0	5,1473	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ELGIN	0	5,2000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ELGIN	0	5,2800	7
239	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 110cmx50cmx15mm. (14131)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PLACTERM	0	4,7950	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	4,1000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	4,7886	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	placterm	0	4,9000	4
240	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 110cmx50cmx10mm. (14132)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PLACTERM	0	4,8931	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	5,0126	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	5,1400	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	placterm	0	5,1500	4
241	PLACA DE POLIESTIRENO (ISOPOR) com 100cmx50cmx10mm. (17390)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PLACTERM	0	5,2845	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	5,3338	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 120/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	5,4700	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	placadm	0	5,4800	4
242	BOLA DE ISOPOR 100 mm, material de polipropileno não reciclado cor branca gelo (14133)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	2,3487	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	2,3846	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	2,4400	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocont	0	2,4500	4
243	BOLA DE ISOPOR 150 mm, material de polipropileno não reciclado cor branca gelo (14134)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	3,4251	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	3,4066	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocont	0	3,5200	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	3,5200	4
244	BOLA DE ISOPOR 200 mm, material de polipropileno não reciclado cor branca gelo (14135)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	4,8931	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	4,8666	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	5,0500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocont	0	5,0500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 121/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
245	BOLA DE ISOPOR 250 mm, material de polipropileno não reciclado cor branca gelo. (14136)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	7,396	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	7,3973	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	7,5900	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocorfe	0	7,6000	4
246	BOLA DE ISOPOR 35 mm., material de polipropileno não reciclado cor branca gelo. (14137)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	0,9297	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	0,9344	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocorfe	0	0,9500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	0,9500	4
247	BOLA DE ISOPOR 50 mm, material de polipropileno não reciclado cor branca gelo. (14138)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	1,2233	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	1,2167	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	1,2700	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocorfe	0	1,2800	4
248	BOLA DE ISOPOR 75 mm, material de polipropileno não reciclado não reciclado cor branca gelo. (14139)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	STYROCORT	0	1,5462	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	STYROVILLE	0	1,5379	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 122/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	STOCK	0	1,5700	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	styrocorte	0	1,5800	4
249	CADERNO BROCHURA, Capa dura lisa 1/4, tipo brochura, 48 folhas, cores sortidas. (14140)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	3,3150	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PANAMERICA	0	3,2575	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PANAMERICA	0	3,3000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREDEAL	0	3,3000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	credeal	0	3,3237	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	3,3500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	TILIBRA	0	3,3700	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JANDAIA	0	3,3900	8
250	CADERNO UNIVERSITÁRIO, 200 folhas capa dura, 10 matérias, estampa sortida colorido. (14141)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	11,8672	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	credeal	0	11,9183	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PANAMERICA	0	11,9441	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PANAMERICA	0	12,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 123/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
251	CADERNO DE CALIGRAFIA, 40 folhas, capa flexível, estampa sortida. (14142)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JANDAIA	0	12,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	12,0500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PANAMERICA	0	12,1000	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JANDAIA	0	12,1300	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	1,8438	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	credeal	0	1,6717	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	1,8500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	PANAMERICA	0	1,8755	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	TILIBRA	0	1,8800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PANAMERICA	0	1,9000	6
252	CADERNO QUADRICULADO, 5x5mm, 96 folhas, capa dura. Quadrado de 5x5mm. (14143)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CREDEAL	0	1,9000	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JANDAIA	0	1,9000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	3,1861	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	credeal	0	3,1467	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 124/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
253	TESOURA, ambulestra, pequena, ponta arredondada, tipo escolar, tamanho aproximadamente de 14 cm, certificação do Inmetro. (17411)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PANAMERICA	0	3,1884	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	3,2000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	TLIBRA	0	3,2000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FORONI	0	3,2000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TLIBRA	0	3,2300	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JANDAIA	0	3,2300	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	6,8966	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESART	0	6,7842	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo e leo	0	6,7871	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	6,9000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	6,9500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	6,9500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TRIS	0	6,9800	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LEO E LEO	0	6,9800	8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 125/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
254	TESOURA, cabo preto, tamanho mínimo de 24 cm, aço inox de alta qualidade. (14145)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	10,5948	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	10,3751	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DESART	0	10,3856	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DESART	0	10,6000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	10,6500	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MUNDIAL	0	10,6500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DESART	0	10,6800	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DESART	0	10,6800	8
255	TESOURA COM LÂMINA DE PICOTAR uso artesanal, resistente, com 18 cm a 25 cm de comprimento; multiuso com corte zig-zag e cabo plástico; lâmina em aço inoxidável, embalagem individual. (14146)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	49,9756	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mundial	0	48,6179	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	48,6480	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MASTERPAPE	0	49,0000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	50,0000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	50,0000	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 126/190

Número do Registro de Preços: 4/2016								Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

256	ESTILETE - corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço, sistema deslizante com trava; lâmina tamanho grande (14147)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	50,0000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CLASSE	0	50,0000	8
		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TRIS	0	4,6977	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	4,5650	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	4,5701	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	4,6500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	OFFICE	0	4,6800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	4,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	4,7000	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	4,7000	8
257	ESTILETE -corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço, sistema deslizante com trava; lâmina de 9mm. (14146)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TRIS	0	3,4983	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	3,4616	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	3,4651	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	3,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 127/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
258	PERCEVEJO, caixa com 100 unidades, latirados, com tratamento antiferrugem. Percevejo 10mm prateado. (14149)	CX	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CIS	0	3,5000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	OFFICE	0	3,5500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CIS	0	3,5700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	CIS	0	3,5700	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	2,7986	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	2,7323	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	2,7351	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BACCHI	0	2,8000	4
259	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/5040 unidades, tamanho 26/06 galvanizado espiral, tratamento anti-ferrugem. (14150)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	2,8000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CIS	0	2,8000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	PRAYON	0	2,8200	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MAPED	0	2,8200	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	3,2984	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	3,8155	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 128/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
260	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa, c/3000 unidades, tamanho 106/08galvanizado. (14151)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	3,8214	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	3,9000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MARIPEL	0	3,9000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	3,9000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SERTIC	0	3,9300	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	RAFA	0	3,9300	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	BACCHI	0	11,9941	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bacchi	0	12,5920	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	12,5951	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	12,9000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BACCHI	0	12,9000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	12,9400	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	12,9500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SERTIC	0	12,9500	8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 129/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
261	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/3000 unidades, tamanho 106/08galvanizado, (14152)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	BACCHI	0	12,9537	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bacchi	0	13,0782	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	13,0818	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BACCHI	0	13,4000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	13,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	13,4300	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SERTIC	0	13,4500	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BACHI	0	13,4500	8
262	ALFINETE DE CABEÇA DE USO PARA MAPAS Nº 01. Caixa com 50 unidades. (14153)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	3,5472	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	3,5309	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	3,5930	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,6000	4
263	MASSA DE MODELAR - TEXTURA SUPER MACIA; que não grude; atóxica. Composição aroma, pigmentos; cloreto de sódio, aditivos, glúten, água, conservantes, corantes de cereais. Massa feita com amido. Peso mínimo de 180 gr. Caixa com 12 cores diferentes, ótima qualidade, 180 gramas, (14241)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ACRILEX	0	4,5768	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 130/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	4,5811	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripal	0	4,5813	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,6079	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	4,6500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ACRILEX	0	4,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	4,7000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DELTA	0	4,7000	8
264	BALÃO LISO Nº 6,5, cores sortidas, pacote com 50 unidades. Certificação da Imetro. (14155)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	IBB	0	4,9974	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOY	0	4,9927	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	new ball	0	5,0209	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	RIBERBALL	0	5,1000	4
265	BARBANTE, 8 fios, 100% algodão, com 300 metros, na cor cru. (14156)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	KOREA	0	14,1593	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KOREA	0	13,9794	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	piratininga	0	14,1704	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 131/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EURORAMA	0	14,2000	4
266	BARBANTE 8 fios, 100% algodão, com 300 metros, cores variadas, (14157)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	KOREA	0	14,1593	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KOREA	0	13,9794	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	piratinga	0	14,1704	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EURORAMA	0	14,2000	4
267	LANTEJOULA em formato de estrela ou lisa, nº 10 cores sortidas 3g, (14158)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LANTECOR	0	2,4007	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	REAL SEDA	0	2,4000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real seda	0	2,4026	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LANTECOR	0	2,4464	4
268	LANTEJOULA em formato redondas lisa, cores sortidas 3g. Cores, vermelho, verde, azul, dourado, prateado e rosa. As cores deverão ser proporcionalmente divididas. Nº 10. (14159)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LANTECOR	0	2,4007	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	REAL SEDA	0	2,4000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real seda	0	2,4026	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LANTECOR	0	2,4464	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 132/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
269	LASTEX, elástico látex natural, rolo com 10 metros. (14160)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LINE	0	4,9484	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real latex	0	4,9523	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LUX	0	4,9927	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	COATS	0	5,0000	4
270	PALITO DE PICOLÉ com extremidade arredondadas, pacote com 100 unidades (14161)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	GABOARDI	0	4,8308	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	THEOTO	0	4,8000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gaboard	0	4,8052	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	GABOARDI	0	4,9228	4
271	PALITO PARA ESPETINHO, pacote com 100 unidades, no tamanho 3,0 x 180mm. (14162)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	GABOARDI	0	4,8308	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gaboard	0	4,8052	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	THEOTO	0	4,8500	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	GABOARDI	0	4,9228	4
272	FITA BEBÊ, rolo com comprimento 100m, largura 5mm, 100% poliéster, nas cores: vermelho, verde escuro, dourado e em estrellinha. As cores devem ser divididas proporcionalmente. (14163)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	14,2573	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 133/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arcoiris	0	14,2885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	KIT	0	14,5000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KIT	0	14,5286	4
273	FITA BEBÊ, rolo com comprimento 100m, largura 7mm., 100% poliéster, nas cores: branco, amarelo, azulão, azul escuro, violeta, rosa, preto, vermelho, laranja, verde, lilás. As cores devem ser divididas proporcionalmente. (14164)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	14,3063	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arcoiris	0	14,3175	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KIT	0	14,5785	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	KIT	0	14,6000	4
274	FITA ADESIVA DUPLA FACE, branco/creme; medindo aproximadamente 12mmX30m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebaba de cola. (14165)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	delix	0	5,7327	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	EPA	0	5,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FSP	0	5,7182	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	5,7266	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	5,8928	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	5,9000	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 134/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
275	FITA ADESIVA KRAFT - papel Kraft liso saturado com soluções que torna resistente e impermeável, coberto com adesivo de borracha e resina sintética; medidas 50mmX50m. Deve suportar até 60kg. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14166)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EUROCELL	0	5,9300	7
				SP	0	5,9300	8
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	delix	0	13,4603	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	12,9842	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	EUROCEL	0	13,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FITASA	0	13,4517	4
276	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - medindo aproximadamente 45mmX50m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (17391)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FSP	0	13,4724	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	13,8000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EUROCELL	0	13,9000	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	ADELBRAS	0	13,9000	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	delix	0	3,2924	1
277	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - medindo aproximadamente 45mmX50m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (17391)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FSP	0	3,2807	2
278	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - medindo aproximadamente 45mmX50m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (17391)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FSP	0	3,2854	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 135/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	3,3500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	3,3959	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SP	0	3,4000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FLAX	0	3,4000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	T.TAPE	0	3,4000	8
277	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - larga, transparente, medindo 25mm X 50m. Dorso de filme de polipropileno bi orientado e adesivo acrílico à base d'água. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14170)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	celfix	0	3,2924	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	3,2807	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FSP	0	3,2854	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	3,3500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	3,3959	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	EUROCEL	0	3,4000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FLAX	0	3,4000	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SP	0	3,4000	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 136/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
278	PASTA COM ABA ELÁSTICA OFÍCIO DE plástico, 23x33cm, (14171)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	2,7399	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	alaplact	0	2,7403	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ALAPLAST	0	2,7610	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ALAPLAST	0	2,7619	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ALAPLAST	0	2,8000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ALAPLAST	0	2,8700	6
279	PASTA CATÁLOGO com 50 envelopes, categoria universitária, cor preta, (14172)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DAC	0	11,7895	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dac	0	11,7804	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DAC	0	11,8023	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACP	0	11,8086	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACP	0	12,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DAC	0	12,2700	6
280	PASTA MINI TRANSPARENTE C/ELÁSTICO, fechamento com elástico, cor transparente espessura: 4 cm 33x250x5mm, (14242)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	1,8655	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	alaplact	0	1,8752	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 137/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
281	PASTA A a Z registrador AZ global, encapados com filme, de PVC plástico. Contém rodas, cantoneiras longas para proteção de arítes, compressor niquelado de altíssima qualidade, alíal niquelado e visor plástico longo na lombada. Na cor preta. Formato LL: altura 345mm x 285mm. (14174)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ALAPLAST	0	1,8757	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ALAPLAST	0	1,8767	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACP	0	1,9000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ALAPLAST	0	2,2700	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHIES	0	13,3569	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	FRAMA	0	13,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	frama	0	13,3672	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FRAMA	0	13,3702	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FRAMA	0	13,3773	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FRAMA	0	13,9000	6
282	REFIL PLÁSTICO, PARA PASTA CATÁLOGO. (14175)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHIES	0	0,3750	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acp	0	0,3847	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DAC	0	0,3848	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 138/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DAC	0	0,3850	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PLASTIPARK	0	0,4000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACP	0	0,4000	6
283	CANETINHA HIDROCOLOR, estojo com 12 unidades. Cores variadas. Ponta fibra de poliéster, média. A base de água, corantes, unectantes; corpo e tampa: resinas termoplásticas; parvo; acetato. Aprovado pelo INMETRO. (14177)	estojo	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	7,3176	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	7,3077	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	7,3167	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LEO E LEO	0	7,3273	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	7,3273	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	COMPACTOR	0	7,4480	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TRIS	0	7,5000	7
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	7,5000	8
284	CANETINHA HIDROCOLOR gigante caixa com 12 unidades, corpo plástico, formato cilíndrico, com carga de cores variadas, tinta lavável, tamanho mínimo 16 cm. (14178)	estojo	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	10,0131	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	9,9307	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 139/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
285	FITA CORRETIVO - 4mmX10m, não tóxico, secagem rápida, com tampa protetora. (14179)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	10,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LEO E LEO	0	10,0227	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	10,0227	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	10,0359	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	10,0482	7
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	10,2000	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	4,6966	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	4,7076	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	4,7100	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	4,7942	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	4,8500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MERCUR	0	4,8700	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CLASSE	0	4,8700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	4,8700	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 140/190

**Número do Registro de Preços:** 4/2016      **Data do Registro:** 12/01/2016      **Válido até:** 12/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
286	Pistola ocla quente 50/60hz bastão grosso, plug de acordo com as normas de INMETRO, 220v. Aprovado pelo INMETRO. Manual do fabricante, na cor blue. (14180)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	24.0155	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TLIBRA	0	24.0541	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	24.0717	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	24.4703	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FOX LUX	0	24.8000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	24.8000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	RAMOS E BRI	0	24.8300	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	R.B	0	24.8300	8
287	Pistola ocla quente 50/60hz bastão fino, plug de acordo com as normas de INMETRO, 220v. Aprovado pelo INMETRO. Manual do fabricante, na cor blue. (14181)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	18.5927	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TLIBRA	0	18.6269	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	18.6362	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CIS	0	18.9770	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	19.2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	R.B	0	19.2300	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 141/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	RAMOS E BRI	0	19,2300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FOX LUX	0	19,2300	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	19,1737	1
		PCT	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	RENDICOLLA	0	18,9770	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	19,2084	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RENDICOLLA	0	19,2186	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	RENDICOLLA	0	19,8000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	RENDICOLLA	0	19,8300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RENDICOLLA	0	19,8300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	19,8300	8
		PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	19,2221	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	19,2472	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	RENDICOLLA	0	19,2671	3

288      REFIL PARA PISTOLA COLA QUENTE, SILICONE FINO, tamanho 30 cm, Transparente viscosidade Brookfield LVF (spindle 04/12 RPM à 190° C) Pacote com 1 kg. (14182)

289      REFIL PARA PISTOLA COLA QUENTE, SILICONE GROSSO, tamanho 30 cm. Transparente viscosidade Brookfield LVF (spindle 04/12 RPM à 190° C) Pacote com 1 kg. (14183)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 142/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	RENDICOLLA	0	19,7760	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	RENDICOLLA	0	19,8500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	RENDICOLA	0	19,8700	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE+	0	19,8700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RENDICOLA	0	19,8700	8
290	PAPEL CONTACT, Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo com 45X25mts gramatura 60gr, transparente. (14184)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	INFORMS	0	48,8113	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PLAVITEC	0	48,4559	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	POLIFIX	0	48,8251	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	48,9324	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	POLIFIX	0	49,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	49,0553	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	49,5800	7
291	PAPEL CONTACT cor de madeira natural, rolo com 45cmx10m. (14185)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	55,0467	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PLAVITEC	0	54,3862	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 143/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	55,0622	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	55,1833	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	55,3232	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VULCAN	0	55,6000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	55,9400	7
292	PAPEL CONTACT ESTAMPADO (INFANTIL), rolo com 45cmx10m, (14186)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	60,7805	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PLAVITEC	0	60,3226	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	60,7977	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	vmp	0	60,9314	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	VULCAN	0	61,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	VMP	0	61,1857	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	61,7500	7
293	GIZ DE CERA, Atóxica, caixa com 12 cores diferentes, cores vivas e intensas, de boa qualidade, Bastão grosso, (14187)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	4,0091	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,9723	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 144/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
294	GIZ DE CERA, Atóxica, caixa com 12 cores, diferentes, cores vivas e intensas, de boa qualidade. (14188)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,9949	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	matpel	0	4,0091	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KOALA	0	4,0188	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,0290	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	4,0500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DELTA	0	4,1000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,1042	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,0984	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	matpel	0	3,1139	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KOALA	0	3,1139	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,1218	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	3,1500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,1778	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DELTA	0	3,2000	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 145/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
285	MATRIZ AZUL. Caixa com 100 folhas, no formato 22x33cm. (14189)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARDCOPY	0	90,9781	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	91,0026	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	91,1425	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HARDCOPY	0	93,3867	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	HARDCOPY	0	93,9300	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HARD COPY	0	93,9500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HARDCOPY	0	93,9500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HARDCOPY	0	93,9500	8
286	ALMOFADA PARA CARIMBO, tamanho 117x68mm, cor azul, Nº 02. (14190)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CARBRINK	0	4,1979	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	4,0783	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	radex	0	4,0639	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CARBRINK	0	4,1000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	STAR	0	4,1800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	J.STAMP	0	4,2000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 146/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JAPAN	0	4,2000	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CARBRINK	0	4,2000	8
297	ALMOFADA PARA CARIMBO, tamanho , 117x68mm, cor preta, Nº 02. (14191)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CARBRINK	0	3,9980	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	4,0783	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	radex	0	4,0839	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CARBRINK	0	4,1000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	STAR	0	4,1800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JAPAN	0	4,2000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CARBRINK	0	4,2000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	J.STAMP	0	4,2000	8
298	CALCULADORA 12 dígitos, e visor grande, tamanho aproximadamente de 17,5x12,5cm, alimentação bateria visor solar e bateria pilha aa. (14192)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	19,9902	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	adeck	0	20,3709	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	LEOTEK	0	20,3819	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	20,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 147/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CLASSE	0	20.9000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MJ	0	20.9200	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ELGIN	0	20.9500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CLASSE	0	20.9500	8
299	Bloco Adesivo - para anotação de recados; tamanho mínimo: 47,6mm X 47,6mm X 47,6mm; bloco de 400 folhas, cor amarelo, (14193)	Bloco	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INFORMS	0	10.7284	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	INFORMS	0	10.5000	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	10.9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	3M	0	10.9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TAMOIO	0	10.9500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	INFORMS	0	10.9500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ADELBRAS	0	10.9500	7
300	CAIXA ARQUIVO - aplicação: arquivo de documentos, em papelão de 3,4mm de espessura, tamanho 35 cm de comprimento X 13,5 mm de largura X 24 cm de altura - com encaixes perfeitos. Sem cheiro. Fardo com 50 unidades. Gramatura mínima de 340 gr. (14194)	fardo	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JLM	0	118.5680	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	frana	0	118.5734	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 148/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	LIVRO ATA capa dura tamanho ofício contendo 200 páginas. (14196)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SC	0	118,6288	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	BRAGAGNOLI	0	118,6920	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SÃO CARLOS	0	122,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BRAGAGNOLI	0	123,3300	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PAG. BRASIL	0	17,0162	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SD	0	17,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TLIBRA	0	17,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tambó	0	17,0612	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TLIBRA	0	17,0772	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	17,3500	6
302	Livre Ata capa dura tamanho ofício contendo 50 páginas (14196)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SÃO DOMING	0	17,3700	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PAG BRASIL	0	17,3700	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PAG. BRASIL	0	10,3861	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	P.B	0	10,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 149/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamão	0	10,4236	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TLIBRA	0	10,4635	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SD	0	10,5000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	10,6000	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SAO DOMING	0	10,6300	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PAG BRASIL	0	10,6300	8
303	ENVELOPE TIPO SACO, Kraft natural, com aproximadamente 280mmx380mm, no mínimo 80g. Caixa com 250 unidades. (14198)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	72,4005	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	foroni	0	72,4135	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	72,4297	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	72,4682	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FORONI	0	75,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	75,3000	6
304	ENVELOPE BRANCO 12x16, (9529)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	0,2693	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MAITRA	0	0,1900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 150/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
305	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor branca, (14200)	MTS	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	0,2789	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	foroni	0	0,2789	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	0,2791	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	0,2900	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MT	0	29,2986	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MALHEX	0	28,9574	2
306	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor verde, (14201)	MTS	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	casa dos retail	0	29,3215	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	COATS	0	29,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MT	0	29,2986	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MALHEX	0	28,9574	2
307	HELANCA, tecido 100% poliéster, cor vermelho, (14202)	MTS	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	casa dos retail	0	29,3215	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	COATS	0	29,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MT	0	29,2986	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MALHEX	0	28,9574	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 4/2016

3309 TINTA GUACHE, tinta lavável. Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml. Pote com 250ml. Cor verde. (14204)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 152/190

Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
310	TINTA GUACHE, tinta lavável, Composição: Resina, água, pigmentos, carga e conservantes. Solúvel em água. Pote com 250ml, Cor rosa. (14205)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6300	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ACRILEX	0	3,5978	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripal	0	3,5744	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIRATININGA	0	3,6000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRATININGA	0	3,6000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PIRATININGA	0	3,6300	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	3,6300	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PIRATININGA	0	3,6500	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LEO E LEO	0	2,9409	1
311	COLA EM BASTÃO, colagem eficiente, limpa e econômica, não tóxica, a base de glicolina. Tubo com 20g. (14206)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,9242	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	2,9401	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEONORA	0	2,9608	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 153/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
312	EXTRATOR DE GRAMPOS - em aço inox: 150mmX45mmX20mm. (OxLxV) (14207)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	3,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONORA	0	3,0000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARIPEL	0	3,0000	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CAVIA	0	1,8991	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	1,8396	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maxprint	0	1,8475	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	1,8500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CARBRINK	0	1,8800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CAVIA	0	1,9000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CAVIA	0	1,9000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	J.STAMP	0	1,9000	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	YUR	0	21,8617	1
313	PINTURA ESPECIAL PARA ROSTO - em pasta; kit com 6 potes de no mínimo 4 gramas cada. Textura macia, produto atóxico, fácil de limpar, formulação cosmética, testado dermatologicamente. Cores vivas. (14208)	KIT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	color make	0	21,8628	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 154/190

Número do Registro de Preços: 4/2016								Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

3			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	YUR	0	21,9188	3
4			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ROSTINHO PI	0	22,0000	4
5			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARIPEL	0	22,0000	5
6			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MARIPEL	0	22,0089	6
7			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PINTAKARA	0	22,4500	7
8			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ACRILEX	0	22,4500	8
1			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	100,4799	1
2			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MARES	0	98,0000	2
3			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	alaplant	0	100,4941	3
4			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CEMIL	0	100,5166	4
5			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DAC	0	100,5701	5
6			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	104,0000	6
1			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SOUZA	0	7,9861	1
2			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acimet	0	8,5762	2

314	REFIL PARA PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, tamanho 220x307mm, espessura 125mic, caixa com 100 refs. (14209)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	100,4799	1
2			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	MARES	0	98,0000	2
3			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	alaplant	0	100,4941	3
4			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	CEMIL	0	100,5166	4
5			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DAC	0	100,5701	5
6			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	104,0000	6
1			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SOUZA	0	7,9861	1
2			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acimet	0	8,5762	2

315	PRANCHETA - tamanho ofício (aproximadamente 320mm X 220mm), em MDF, espessura de 2,5mm, sem rebordos e pregador em metal, (chapa galvanizada), (14210)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SOUZA	0	7,9861	1
2			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	acimet	0	8,5762	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 155/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SOUZA	0	8,5849	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CARBRINK	0	8,8000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CARBRINK	0	8,8000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BACCHI	0	8,8000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	NOVACRIL	0	8,8300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	DELITEC	0	8,8300	8
316	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - com estojo dupla para canetas, corpo plástico e feltro desing ergonômico e de fácil manuseio cor fume ou azul, tamanho aproximadamente 18 cm comprimento 6,5 cm de largura. (14211)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9328)	CARBRINK	0	5,1975	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JAPAN	0	5,1101	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	5,1243	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CORTIARTE	0	5,2000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CARBRINK	0	5,2000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	STAR	0	5,2500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KIT	0	5,2700	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 156/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
317	Espiral preto 07mm até 25 folhas, para encadernação, pacote com 100 und. (14212)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	RADEX	0	5,2700	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	moraes	0	15,7844	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LASSANE	0	15,7243	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	15,7873	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	15,9806	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	OFFICE	0	16,3000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	MARES	0	16,3000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EJR	0	16,3000	7
318	Espiral preto 09mm até 50 folhas, para encadernação, pacote com 100 und. (14213)	PCT	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PLASPIRAL	0	16,3000	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	moraes	0	16,0749	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	15,7873	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LASSANE	0	16,0155	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	16,3801	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PLASPIRAL	0	16,6000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 157/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
319	Espiral preto 17mm até 100 folhas, para encadernação, pacote com 100 und. (14214)	PCT	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	OFFICE	0	16,6000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EJR	0	16,6000	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MARES	0	16,6000	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	moraes	0	32,5371	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LASSANE	0	32,5648	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	32,5826	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	33,4594	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PLASPIRAL	0	33,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EJR	0	33,6300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	OFFICE	0	33,6300	7
320	Capa para encadernação, tamanho A4, pacote Capa para encader com 100 unidades. Cor preta. (14215)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MARES	0	33,6300	8
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	alapaist	0	36,4106	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	36,4592	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LASSANE	0	36,4958	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 158/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	USA	0	36,9552	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PLASPIRAL	0	37,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EJR	0	37,6300	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MARES	0	37,6300	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	OFFICE	0	37,6300	8
321	Capa para encadernação, tamanho A4, pacote com 100 unidades. Cor transparente. (14216)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	41,7956	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	OFFICE	0	38,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MARES	0	42,0000	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PLASPIRAL	0	42,6000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ALAPLAST	0	42,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EJR	0	42,6300	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MARES	0	42,6300	7
322	ETIQUETA AUTOADESIVO - branca, 14 etiquetas por folhas, tamanho A4, medidas 99mm de largura X 38,1mm de altura. Caixa com 100 folhas. (14217)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	41,1288	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	POLIFIX	0	41,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 159/190

<div> Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017 </div> <div> Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município. </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
323	FITA CETIM, nº 2, 1cm X 10m. Cores: verde, branco, vermelho, lilás, azul claro, azul escuro. As cores deverão ser divididas proporcionalmente. (14218)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PIMACO	0	41,9200	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	INFORMS	0	41,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIMACO	0	41,9500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	INFORMS	0	41,9500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IMPRIMASTEF	0	41,9500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	23,9582	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arco iris	0	23,9769	2
324	BLOCO DE ESPUMA tamanho de 22,0X13,0X6cm. (14219)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	KIT	0	24,3000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	KIT	0	24,4640	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	13,6204	1
325	VELCRO DUPLA FACE, rolo 2 cm de largura X 3m. BRANCO. (14220)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	13,6311	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSEI	0	13,8000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	POLIBOX	0	13,8796	4
325	VELCRO DUPLA FACE, rolo 2 cm de largura X 3m. BRANCO. (14220)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	12,6405	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 160/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
326	Vélcro Dupla Face Preto Robo 2 cm de largura X 3 m de comprimento. (14221)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	12,6405	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	casa dos retalh	0	12,6504	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSI	0	12,8000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	VEBER	0	12,8810	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PROGRESSO	0	12,6405	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	casa dos retalh	0	12,6504	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSI	0	12,8000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	VEBER	0	12,8810	4
327	ELÁSTICO, COR PRETO, largura, comprimento 25m, Composição: 69% poliéster e 31%elastodieno. (14222)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LINE	0	7,6431	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real latex	0	7,6491	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ZANOTTI	0	7,7885	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSI	0	7,8000	4
328	ELÁSTICO, COR CRU, largura, comprimento 25m, Composição: 73% poliéster e 27% elastodieno. (14223)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LINE	0	7,6431	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	real latex	0	7,6491	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 161/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ZANOTI	0	7,7885	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSI	0	7,8000	4
329	Fita adesiva kraft 24 mm x 50 m (14245)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FITASA	0	11,2678	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ADELBRAS	0	11,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	EUROCELL	0	11,5000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DELFI	0	11,5000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	11,5000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	11,5000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	EUROCELL	0	11,5000	7
330	FIO DE SILICONE, rolo com 100m. Espessura 1,0mm. (14225)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	GRADE	0	18,6178	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CATARINENSI	0	18,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	eklon	0	18,6324	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TRAY	0	18,9721	4
331	Bobina Papel Pardo, Rolo Largura 120 cm, aproximadamente 400 m (14239)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILAR	0	149,5927	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 162/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
332	LAPIS BORRACHA ( 12 UN) (1635)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SAFRA	0	149,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	embalatranto	0	150,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SAMPA	0	150,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)		0	150,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TRENT0	0	150,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	34,3132	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BRW	0	34,9000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LABRA	0	35,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FABER CAST	0	35,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EBRAS	0	35,0000	5
333	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estojo, em cores variadas. (11139)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LABRA	0	35,0000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ECOLE	0	35,0000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	0,9795	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	LEONROA	0	0,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 163/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
334	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM/AZUL (5464)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	0,9441	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	0,9500	4
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	leo leo	0	0,9529	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	0,9600	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEONORA	0	0,9800	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	0,9800	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PILOT	0	4,3255	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	4,3000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	4,3387	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PILOT	0	4,3652	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILOT	0	4,3900	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PILOT	0	4,4000	6
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	pilot	0	4,4000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PILOT	0	4,4000	8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 164/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
335	CANIETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM PRETA (5465)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PILOT	0	4,6499	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	4,6345	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PILOT	0	4,6628	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	4,7000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PILOT	0	4,7000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PILOT	0	4,7200	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILOT	0	4,7200	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	plkt	0	4,7200	8
336	CANIETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM VERMELHA (5466)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PILOT	0	4,6499	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	4,6345	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PILOT	0	4,6628	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PILOT	0	4,7000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	4,7000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILOT	0	4,7200	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 165/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
337	CANETA ESFEROGRAFICA BPS GRIP F 1,0 MM AZUL (5747)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PILOT	0	4,7200	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pilot	0	4,7200	8
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	PILOT	0	3,8831	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	3,8851	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,9000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	PILOT	0	3,9000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PILOT	0	3,9187	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	PILOT	0	3,9400	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PILOT	0	3,9400	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pilot	0	3,9500	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	4,9141	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	4,9205	2
338	CANETA CORRETIVO (4610)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	4,9335	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	4,9335	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 168/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
339	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0,7) (6582)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	JOCAR	0	4,9461	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	5,0000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	5,0000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	5,0349	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	5,5369	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	5,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	5,5466	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KIT	0	5,5466	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	5,5538	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	PILOT	0	5,5607	6
340	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0,5) (6583)	UND	BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	5,6500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TRIS	0	5,6605	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	5,5369	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	5,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 167/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
341	Grafite extra macia - 0.5mm c/ 24und (7721)		INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KIT	0	5,5466	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	5,5466	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	5,5538	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	5,5607	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	5,6500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	TRIS	0	5,6605	8
			TUBO JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	3,5041	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	3,5000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	3,5077	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,5225	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	GOLLER	0	3,5226	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SERTIC	0	3,5315	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	3,5500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	FOSKA	0	3,5949	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 168/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
342	Grafite extra macia - 0,7mm c/ 24und (7722)	TUBO	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	JOCAR	0	3,5129	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	3,5000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	3,5077	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	leo leo	0	3,5225	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	GOLLER	0	3,5226	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SERTIC	0	3,5315	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	3,5500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BIG TREE	0	3,5949	8
343	BORRACHA BRANCA Nº 20 ( C/20 UND) (3618)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	LEO E LEO	0	11,9941	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zaap	0	11,6683	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ZAP	0	11,6705	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	LEO LEO	0	11,9000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	12,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	REDBOR	0	12,0000	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 169/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
344	Caneta marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, trço 4 mm. (11131)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ZAP	0	12,0000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	REDBOR	0	12,0000	8
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	2,5028	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	2,4777	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	2,5000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	2,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	2,5300	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	2,5300	6
			RL JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	3M	0	8,3062	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EMBALANDO	0	8,3000	2
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DELFX	0	8,4500	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	ADELBRAS	0	8,4500	4
345	Fita Adesiva Durex Transparente 12 mm x 50m - 3M, resistente a umidade (14952)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	3M	0	8,4800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	8,4800	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 170/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	3M	0	8,4800	7
346	GRAMPO TRILHO 80MM (PCT C/50 UND) PLÁSTICO (6581)	PCT	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NEW	0	10,9946	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NEW	0	10,9502	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bacchi	0	10,9585	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IARA	0	11,0000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BACCHI	0	11,2000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	11,2500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DELLO	0	11,2700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DELLO	0	11,2700	8
347	Pendrive 4 GB (6724)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SANDISK	0	32,8993	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SANDISK	0	32,2237	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MULTILASER	0	32,2319	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sandisk	0	32,3180	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	SANDISK	0	32,9664	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 171/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
348	Tesoura profissional com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas: 275mm de comprimento, 105mm largura e 16mm altura. (7711)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SAN DISK	0	32.9900	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	SANDISK	0	33.0000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	13.9832	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mundial	0	14.0700	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	14.0746	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DESART	0	14.4000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	14.4400	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	MUNDIAL	0	14.4500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	14.4700	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	14.4700	8
349	Tesoura grande, 21 cm, lâmina de aço inoxidável, corpo plástico. (11132)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	9.9951	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jocar	0	10.0153	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAKE	0	10.0158	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	10.2000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 172/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
350	ENVELOPE KRAFT 310 X 410 (2238)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	10,2800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	10,3000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	10,3000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JOCAR	0	10,3000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	0,6443	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FORONI	0	0,6251	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	0,6541	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	0,6544	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MAITTRA	0	0,6600	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	0,6800	6
351	ENVELOPE KRAFT 240 X 340 (7757)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	0,6347	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FORONI	0	0,6251	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	0,6445	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	0,6448	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 173/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
352	CARTAO PONTO KRAFT 86X180 MM (1688)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MAITTRA	0	0,6600	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	0,6700	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SÃO DOMING	0	0,2389	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SD	0	0,2390	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SÃO DOMING	0	0,2500	3
353	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (11181)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	SD	0	0,2500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5114	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	0,5042	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,5116	4
354	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (11180)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	filipaper	0	0,5127	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,5142	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FILIPAPER	0	0,5200	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VMP	0	0,5114	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 174/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
355	PAPEL IMPRESSÃO ofício 2, tam. 216 x 330mm (75g/m²) resma (17401)		BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	VMP	0	0,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	filipaper	0	0,5028	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ROMITEC	0	0,5042	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	VMP	0	0,5116	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	RST	0	0,5142	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FILIPAPER	0	0,5200	7
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CHAMEX	0	18,2199	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	suzeno	0	18,2255	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	REPORT	0	18,2649	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CHAMEX	0	18,9570	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHAMEX	0	18,9900	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COPIMAX	0	19,0000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	CHAMEX	0	19,0000	7
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	5,7601	1
356	PASTA PLASTICA POLIAMIDA C/ABAS ELASTICAS 335X250X35MM, NA COR GRAFITE (11109)						

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 175/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
357	PASTA CATÁLOGO com 100 envelopes, categoria universitária, cor preta. (17402)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	5,7700	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ALAPLAST	0	5,7713	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ALAPLAST	0	5,7744	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	POUBRAS	0	6,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ALAPLAST	0	6,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHIES	0	15,6648	1
358	PASTA SUSPENSÃO KRAFT (CX C/ 50) (2384)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	15,6752	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	DAC	0	15,6787	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DAC	0	15,6870	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ACP	0	16,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	DAC	0	16,3000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COLLOR PRE	0	100,9222	1
359	PASTA SUSPENSÃO KRAFT (CX C/ 50) (2384)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	100,9749	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	FRAMA	0	100,9975	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 176/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
359	PASTA C/ ABAS E ELÁSTICO, PAPEL (23X33 CM) (2874)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FRAMA	0	101,0513	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FRAMA	0	104,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ICL	0	105,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ICL	0	2,2117	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	2,2118	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ICL	0	2,2316	3
360	CAIXA ARQUIVO MORTO de polionda com aproximadamente 390mmx30mmx180mm cores diversas. (10478)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FRAMA	0	2,2328	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	FRAMA	0	2,3000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ICL	0	2,3200	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ALAPLAST	0	3,8946	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	ALAPLAST	0	3,8860	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	POLIBRAS	0	3,8947	3
4			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ALAPLAST	0	3,9169	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	ALAPLAST	0	4,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 177/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
361	Carbono filme manual formato A4 21x29,7 cm, caixa com 100 folhas. (14955)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	ALAPLAST	0	4,0700	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	RADEX	0	46,0811	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	CIS	0	47,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CIS	0	47,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	KAZ	0	47,0000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	HARDCOPY	0	47,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HARDCOPY	0	47,0000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARIPEL	0	47,0000	7
362	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, alim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. (14956)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INFORMS	0	5,0886	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	INFORMS	0	5,1000	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JOCAR	0	5,1500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	5,2000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	LYKE	0	5,2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	3M	0	5,2000	6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 178/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
363	BLOCO PARA RECADO, em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afin de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mm x 101mm, com mínimo de 90 a 100 folhas. (17403)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	INFORMS	0	5,2000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INFORMS	0	4,3541	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	INFORMS	0	4,4000	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	3M	0	4,4200	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JOCAR	0	4,4500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	4,4500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	INFORMS	0	4,4500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	3M	0	4,4500	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	3,3150	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JANDAIA	0	3,3000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamio	0	3,3434	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	3,3500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	PANAMERICA	0	3,3562	5
364	Caderno pequeno 96 folhas capa dura (7712)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PANAMERICA	0	3,3150	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JANDAIA	0	3,3000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamio	0	3,3434	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	JANDAIA	0	3,3500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	PANAMERICA	0	3,3562	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 179/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 12/01/2016**      **Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
365	Porta canetas, borracha, clips etc (11116)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	TILIBRA	0	3,3800	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	JANDAIA	0	3,4000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	PANAMERICA	0	3,4000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	WALEU	0	11,7287	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NOVACRIL	0	11,6000	2
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	WALEU	0	11,9500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	WALEU	0	11,9500	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	NOVACRIL	0	11,9700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WALLEU	0	11,9700	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	WALEU	0	11,9700	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	WALEU	0	24,5066	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	CARBRINK	0	24,9000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WALLEU	0	25,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	WALEU	0	25,0000	4
366	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores claras, (11115)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	WALEU	0	24,5066	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 180/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
367	Suporte para copos, para afixar na parede, poupa copos, 180 ml. (11119)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	NOVACRIL	0	25,0000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	NOVACRIL	0	25,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	WALEU	0	25,0000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	NOBRE	0	30,8809	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	32,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	COPOBRAS	0	32,0000	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	COLUMBUS	0	32,4000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EXACCTA	0	32,5000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	JSN	0	32,5000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	COPOBRAS	0	32,5000	7
368	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 260gr. Na cor preta (11126)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	matpel	0	3,7196	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,7000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	COMPACTOR	0	3,7000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,7165	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 181/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
369	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 260gr. Na cor azul (11127)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPACTOR	0	3,7700	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	COMPACTOR	0	3,7700	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,7294	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	COMPACTOR	0	3,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,7000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,7165	4
370	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 260gr. Na cor vermelha (11128)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	COMPACTOR	0	3,7700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPACTOR	0	3,7700	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maripel	0	3,7196	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	3,7000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	COMPACTOR	0	3,7000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	3,7165	4
370	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 260gr. Na cor vermelha (11128)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPACTOR	0	3,7700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPACTOR	0	3,7700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 182/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
371	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 250gr. Na cor verde. (11129)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	manipel	0	2,6710	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	COMPACTOR	0	3,7700	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	JOCAR	0	2,6000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	2,6561	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	COMPACTOR	0	2,7000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	COMPACTOR	0	2,7000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPACTOR	0	2,7000	6
372	Pincel lixado número 2. (11172)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	3,8454	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	3,3624	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	3,5000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	orion	0	3,8409	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	3,8500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CASTELO	0	3,9000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	3,9000	7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 183/190

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 12/01/2016 Válido até: 12/01/2017  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
373	Papel lixado número 4. (11173)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	4,1412	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	4,1000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	orion	0	4,1364	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	4,1559	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	4,2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CASTELO	0	4,2000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,2000	7
374	Papel lixado número 6. (11174)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	4,1412	1
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	4,1000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	orion	0	4,1364	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	4,1559	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	4,2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CASTELO	0	4,2000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	4,2000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 184/190

**Número do Registro de Preços: 4/2016      Data do Registro: 12/01/2016      Válido até: 12/01/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
375	Pincel lixado número 10. (11175)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TIGRE	0	7,0992	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TIGRE	0	7,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	orton	0	7,0909	3
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TIGRE	0	7,1000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CONDOR	0	7,1316	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	TIGRE	0	7,2000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	CASTELO	0	7,2000	7
376	Cola Locitile Power Flex Gel, tubo de 3 gramas, ideal para aplicações na vertical e materiais flexíveis. (14966)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BIC	0	14,0713	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	super bonder	0	14,0849	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SUPERBONDI	0	14,1046	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LOCTITE	0	14,1668	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	TECKBOND	0	14,2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HENCKEL	0	14,3000	6
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	TEK BOND	0	14,4000	7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 185/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
377	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 25mm, embalado em caixa cartão com 12 unidades. Produzido em aço de alta qualidade (preto). (17404)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	14,4200	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DESART	0	6,4968	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	6,7745	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	6,7773	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BRW	0	6,9000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	6,9500	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BACCHI	0	6,9500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8982)	JOCAR	0	6,9700	7
378	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 32mm, embalado em caixa cartão com 12 unidades. Produzido em aço de alta qualidade (preto). (17405)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	6,9700	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DESART	0	9,9951	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BRW	0	10,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	10,0639	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	10,0644	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BACCHI	0	10,3000	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 186/190

Número do Registro de Preços: 4/2016								Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

379	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 41mm, embalado em caixa cartão com 12 unidades. Produzido em aço de alta qualidade (preto). (17406)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	10,3000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	10,3500	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	10,3500	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DESART	0	14,9927	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	14,8285	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	14,8338	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BRW	0	15,0000	4
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BACCHI	0	15,2000	5
380	Prendedor de Papel tipo "Binder Clip" com 51mm, embalado em caixa cartão com 12 unidades. Produzido em aço de alta qualidade (preto). (17407)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	15,2200	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	15,2500	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	15,2500	8
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	DESART	0	21,9893	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	desart	0	21,4405	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GENNES	0	21,4526	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 187/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
381	ENVELOPE, Kraft natural, com aproximadamente 9,5cmx15,5cm. Caixa com 250 unidades. (17408)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	21,9000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	BRW	0	22,0000	5
			BOZZANO E BOZZANO LTDA (9111)	BACCHI	0	22,0000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	22,0400	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	BRW	0	22,0500	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	61,0534	1
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	FORONI	0	61,0658	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	61,0795	3
382	ENVELOPE, Kraft natural, com aproximadamente 20,5cmx25,5cm. Caixa com 250 unidades. (17409)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	61,1120	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SCRITY	0	63,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	63,5000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	REPEL	0	66,7750	1
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (8615)	FORONI	0	66,7877	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	IPECOL	0	66,8027	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016

Página: 188/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SCRITY	0	66,8382	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	SCRITY	0	69,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 189/190

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	IPECOL	0	69,4500	6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016								Data do Registro: 12/01/2016		Válido até: 12/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016

PROCESSO Nº 76/2015

- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (8623) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
- (8903) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9111) - BOZZANO E BOZZANO LTDA
- (9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
- (9326) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (9460) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 12 de Janeiro de 2016.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016FMS

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

**Número do Registro de Preços: 8/2016**      **Data do Registro: 13/10/2016**      **Válido até: 13/10/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multigrado para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API - CI-4 SAE 15W/40. (4932)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) PETROBRAS	0	16,2000	1
2	Óleo lubrificante multigrado sintético de alta performance para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SL SAE 5W/30 (4933)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) GT OIL	0	28,6000	1
3	Óleo lubrificante multigrado mineral para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SJ-SAE 20W/50 (4934)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) PETROBRAS	0	13,8000	1
4	Filtro lubrificante PEL-119 (4935)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	25,7000	1
5	Filtro lubrificante PSL - 55 (4937)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	16,3000	1
6	Filtro lubrificante PSL - 619 (4936)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,0000	1
7	Filtro Lubrificante PSL - 156 (4938)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	70,3500	1
8	Filtro lubrificante HU923 X (17643)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	48,3500	1
9	Filtro Lubrificante PSL - 311 (4939)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	18,4000	1
10	Filtro Combustível GL-04/7 (4940)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,1000	1
11	Filtro Combustível PC947 (4941)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	47,5500	1
12	Filtro Combustível PSC - 881 (17642)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	112,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Filtro combustível R2610MBAQIII (17644)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) RACOR	0	59,9700	1
14	Filtro de ar ARL - 4154 (4943)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	33,2000	1
15	Filtro de ar ARL - 8834 (4944)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	10,3100	1
16	Filtro de ar ARL - 5137 (4945)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	76,0100	1
17	Filtro de ar ARL-4152 (4946)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	24,7200	1
18	Filtro de ar ARL-5310 (4947)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	58,7900	1
19	Filtro de ar ARL - 4147 (4948)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	14,6000	1
20	Filtro de ar condicionado ACP 131 (4949)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,0000	1
21	Filtro de ar condicionado ACP 906 (4950)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,5000	1
22	Filtro de ar condicionado ACP 003 (4951)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,4000	1
23	Filtro de ar condicionado ACP 600 (4952)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	37,4700	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2016**

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Filtro de ar condicionado ACP 103 (4953)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	14,5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016  
PROCESSO Nº 15/2016  
(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Outubro de 2016.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 10/2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 10, de 12 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, no cargo em Comissão de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Moacir Giraldi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.724.973-2 - SSP/SC, CPF nº 570.298.309-20, a contar de 12 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 12 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

### PORTARIA Nº 11/2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 11, de 12 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Eduardo Serpa, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.822.421 - SSP/SC e CPF nº 031.567.199-86, a contar de 12 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 12 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

### PORTARIA Nº 13/2017

PORTARIA Nº 13/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ROBERTO DE BRITO, matrícula nº 707031-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados médicos do dia 06/12/2016 de 10 (dez) dias e do dia 15/12/2016 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 21/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 208/2017

PORTARIA Nº 208/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. JOÃO JANUÁRIO, matrícula nº 4116739-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado no Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado médico do dia 05/01/2017 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 20/01/2017.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.  
Edena Beatriz Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 44/2017**

PORTARIA Nº 44/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOÃO JANUÁRIO, matrícula nº 4116739-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado médico do dia 05/01/2017 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 20/01/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2017 - SECRETARIA DA FAZENDA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados constam como 'Inativos' no Cadastro de Inscrição Municipal

#### NOTIFICA

para que, no prazo máximo de 5 dias a partir da publicação deste, compareçam à Secretaria da Fazenda e Fiscalização para esclarecer quanto à continuação de sua atividade econômica. Caso esta notificação não seja cumprida no prazo máximo acima fixado, a Fiscalização procederá com a baixa ex-officio da inscrição municipal bem como as demais providências junto às Fazendas Estadual e Federal. E, para que chegue ao conhecimento da interessada, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Insc. Mun. Razão Social

100644002 CONSTRUTORA EXATA LTDA.

101656002 JAIR RUPPEL

101295002 JANDIR FRIGERI

134080264 WALDEMAR SILVANO CAMARGO

134080272 ANDRE SANTOS DE OLIVEIRA

101860001 GISLAINE KRAESKI - ME

102144001 MARCOS ANTONIO CADORE - ME

100571001 CEREALISTA DE EMBAL. UEDA LTDA.

101117001 JOSE ZAROR CORDEIRO

101184001 NATURALISTA FCA.DE ARTEF.DE XAXIM

101343001 LILIANDRO LUIZ MORAES

102087001 DISTRIB DE ALIMENTOS ROFRAN LTDA

100327001 EMPREIT.MAO DE OBRA C.MELLO LT

100453001 IVADIL MACIEL

100845001 EXTINTORES CACADOR LTDA.

100967001 LUCIO KRAIESKI

101118001 FUNILARIA OESTE LTDA.

101946001 FAMAFAER FAB DE MAD FERRAZ LTDA-ME

100467001 JOAO BATISTA BELENKE

101164001 MILTON FERREIRA CALCADOS

100403001 PEDRINHO JANDIR MENDES

100842001 COM. DE CONFECÇÕES ZAMBONIN LTDA

101022001 CLAUDIO ARRUDA

101108001 ADAIR PERES GARCIA

101721001 TRANSPORTES CROTTI LTDA - ME

100541001 BAR E MERCEARIA FLESH LTDA.

100902001 TRANSPORT. RAPIDO PAULISTA LTDA

100906001 REIS TRANSP.E ENCOMEN. LTDA.

130660001 LUIS IVALDIR DA SILVA

102600001 SECAMAR PREST DE SERV EM SERR E SE

130157001 NEY ROBERTO SCHMITZ - ME

102299001 ROSELI TERESINHA MACHADO - ME

100548001 IVO DA COSTA

102380001 J. SORGATO REPRES COMERCIAIS LTDA

130618001 EDINO CAMARGO DOS SANTOS EPP

132927001 SAPOI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE SISTEMA ANTIGRANIZO S/A

134077456 COMERCIAL BERTOTTO LTDA - ME

101970001 JANICE PIRES JARDIM

100763001 CENTRO EDUCACIONAL BUSCANDO O SABER LTDA

101258001 REI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA EPP

100381001 COML. DE ALIMENTOS RETORE LTD

100288001 LORENI PADILHA

100567001 BAR E MERCEARIA OLIMPICO LTDA.

100650001 JOSE PIERDONA

101256001 IRMAOS PASSAURA & CIA. LTDA.

101760001 NILVE APARECIDA LARA CAMPOS

102348001 MAURICIA MINIKOVSKI DE OLIVEIRA -M

129759001 BRITES & GOULART REPRESENTACOES LTDA

112792003 PODALIRIO ALVES PEREIRA - ME

134080274 CAMILA CAMARGO  
131347001 NE CONFECCOES E PRESENTES LTDA  
100977001 MARCOS LUIZ WORDEL  
100587001 MELITA STASSUN PEREIRA  
100993001 INDUSPEL IND. E COM. DE MADE. LTDA  
101120001 MAKINDE COM.DE LUBRIFC.LTDA.  
100698001 JOSE NELSON R. BORGES

Caçador, 12 de janeiro de 2017.

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN  
Secretário da Fazenda

### **PORTARIA Nº 27.588**

PORTARIA Nº 27.588, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 117, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo e data de início da licença, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	Servente da Educação	28/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 27.590**

PORTARIA Nº 27.590, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
831	Clarice Abrão	Atendente de enfermagem	502

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.593**

PORTARIA Nº 27.593, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §2º, do art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal IZAQUE ALVES DOS SANTOS, matrícula 14506, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no cargo de Assistente Administrativo, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em razão do nascimento de seu filho Vittor Gabriel do Amaral dos Santos, ocorrido no dia 16 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 104/16 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 104/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE DAM-DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL 2017, SENDO OS CARNÊS DE IPTU E OS CARNÊS DE COSIP, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 01 (um) ano.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 10/01/2017

1ª Publicação.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA CHAMADA PÚBLICA 06/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

CHAMADA PÚBLICA Nº 6/2016

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas, em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Patrick Onghero, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo julgamento do Processo de Dispensa de Licitação, Chamada Publica nº 6/2016, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, diretamente do produtor da agricultura familiar ou empreendedor rural da região. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes (apenas os membros da Comissão). Passou-se ao recebimento dos envelopes contendo os documentos para habilitação e o projeto de venda, para classificação. Recebeu-se o envelope do seguinte grupo: Grupo Informal – Marcelo Nunes Seifert DAP Física SDW0004302739320501151027 e Clóvis Seifert DAP Física SDW0827260279200911150315. Abaixo relação dos preços apresentados no projeto de venda:

Item	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTDE ANUAL PREVISTA	UNIDADE	PROPONENTE	VALOR UNITÁRIO R\$	Valor Total R\$
03	Maçã, tipo "Gala" ou "Fuji" Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas sadias, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio, transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA.	4760	KG	Marcelo Nunes Seifert	4,20	19.992,00
		240		Clóvis Seifert	4,20	1.008,00

A Comissão julga o Grupo Informal: Marcelo Nunes Seifert vencedor do item 03 -4.760kg (maçã) e Clóvis Seifert vencedor do item 03 - 240kg (maçã), com os preços apresentados no Projeto de Vendas e que consta transcrito na tabela acima. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata que vai assinada pelos presentes:

### CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NAIARA NIESCIUR BECKERT, inscrito no CPF/MF sob nº 074.523.129-29, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público exercendo a Função de ODONTÓLOGO I – 20 HORAS SEMANAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de janeiro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 12 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

### DECRETO Nº 10.236 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.236 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

REAJUSTA O VALOR DE REFERÊNCIA, PARA CÁLCULOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XVI, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 2.293, de 23 de dezembro de 1997 "Código Tributário Municipal", alterada pela Lei Municipal nº 2.793, de 28 de outubro de 2003;



**DECRETA:**

Art.1º) O valor referente a Unidade de Padrão deste Município (UPM), fixado pelo Decreto nº 9.535 de 12 de janeiro de 2016, passa a ser de R\$ 3,13 (três reais vírgula treze centavos).

Art.2º) Este Decreto entra em vigor a partir de 1X de janeiro de 2017.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.535 de 12 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.237 DE 12 DE JANEIRO DE 2017****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 10.237 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

ATUALIZA TABELA DE VALOR BÁSICO DO M² SEGUNDO O TIPO DE EDIFICAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 01 de 21 de dezembro de 2001; Decreta:

Art.1º) Ficam atualizados os valores de que trata o Inciso IV do Caput do Artigo 104 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 01 de 21 de dezembro de 2001.

TIPO DE EDIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS POR M2
Apartamento/Especial/Sala/Loja	R\$ 167,9162
Casa	R\$ 134,3324
Garagem	R\$ 132,5786
Galpão/Telheiro/Fábrica	R\$ 114,8999

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.238 DE 12 DE JANEIRO DE 2017****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 10.238 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

ATUALIZA TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE CONVERTIDO EM REAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei

Complementar Municipal nº 002 de 21 de dezembro de 2001 alterada pela Lei Complementar Municipal nº 041 de 19 de dezembro de 2006 em seu Artigo 2º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Ficam atualizados os valores de que trata o Caput do Artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 041 de 19 de dezembro de 2006, conforme Tabela de Valores Mínimos – Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 002 de 21 de dezembro de 2001, parte integrante deste Decreto:

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.537 de 12 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002  
TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI DO  
TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE CONVERTIDO EM REAIS

LOCALIDADE	CLASSE A	CLASSE B
Avenca do Rio Negro	14.087,06	10.565,29
Avenquinha	19.499,37	14.967,92
Distrito Bateias de Baixo (Rural)	17.610,51	13.207,88
Bateias de Cima	14.087,06	10.565,29
Campestre	22.892,34	18.489,71
Campinas	14.087,06	10.565,29
Cãozinho	14.087,06	10.565,29
Capinzal	14.087,06	10.565,29
Corredeiras	19.499,37	14.967,92
Cubatão	14.087,06	10.565,29
Estr. Rio Vermelho	19.499,37	14.967,92
Faxinal	19.499,37	14.967,92
Floresta	22.892,34	18.489,71
Distrito de Fragosos (Rural)	14.087,06	10.565,29
Fundão	19.499,37	14.967,92
Lageado	22.892,34	18.489,71
Laranjeiras	17.610,51	13.207,88
Lavrinha	14.087,06	10.565,29
Mato Bonito	14.087,06	10.565,29
Onça Parda	14.087,06	10.565,29
Papanduva	22.892,34	18.489,71
Papanduvinha	14.087,06	10.565,29
Queimados	14.087,06	10.565,29
Quiriri	14.087,06	10.565,29
Rio Represo	14.087,06	10.565,29
Ribeirão das Pedras	14.087,06	10.565,29

Ribeirão do Meio	14.087,06	10.565,29
Rodeio Grande	14.087,06	10.565,29
Saltinho	17.610,51	13.207,88
Salto	22.892,34	18.489,71
Sant'Ana	14.087,06	10.565,29
São Miguel	22.892,34	18.489,71
Serrinha	14.087,06	10.565,29
Tijucume	14.087,06	10.565,29
Ximbuva	14.087,06	10.565,29
Outras Localidades não especificadas	14.087,06	10.565,29

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 10.239 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 10.239 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

ATUALIZA TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO, PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2001; Decreta:

Art.1º) Ficam atualizados os valores de que trata o Caput do Artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2001, conforme Anexo Único, parte integrante deste Decreto:

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO, PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO E DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS.

#### CLASSE 1 – VERMELHO – R\$ 20.0130

Rua Cél. Bento D'Amorim – início na Rod. SC-418, final da Rua Cél. Raymundo Munhoz

- 1- Rua Pe. Luiz Gilg – início na Rod. SC-418, final da Rua Pe. Lino Jacob Vier.
- 2- Rua Carlos Brandes – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final da Rua Karl H. W. Dudda.
- 3- Rua 18 de Março – início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Karl H. W. Dudda.
- 4- Rua Karl H. W. Dudda – início Rua Carlos Brandes, final Rua Pe.

Lino Jacob Vier.

5- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Karl H. W. Dudda, final do Rio Lageadinho.

6- Rua Nereu Ramos – início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél. Raymundo Munhoz.

7- Rua Benjamin Constant – início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél. Raymundo Munhoz

8- Av. Dr. Getúlio Vargas – início Rio Turvo, final da Rua Jorge Lacerda.

9- Rua Paulo Schroeder – início da Av. Dr. Getúlio Vargas, final da Rua 7 de Setembro.

10- Rua 7 de Setembro – início da Rua Nereu Ramos, final da Rua Paulo Schroeder.

11- Rua Cél. Bueno Franco – início da Av. Dr. Getúlio Vargas, final Prédio Sede da Prefeitura Municipal.

12- Praça Esportes Maurício Foitte lado direito e esquerdo – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Quadra Areia.

13- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início na Rua Cél. Bueno Franco, final Rua Raymundo Gomes.

14- Rua Adolfo Konder – início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Cél. Bento D'Amorim.

15- Rua Carlos Brandes – início Rua Karl H. W. Dudda, final da Rod. SC-418.

16- Calçada da Cascatinha – situado entre as Ruas Cél. Raymundo Munhoz e Av. Dr. Getúlio Vargas.

#### CLASSE 2 – AZUL – R\$ 17,3666

1- Rua Carolina Kotovicz – início Rod. SC-418, final Rua Eugênio Duarte.

2- Rua Eugenio Duarte – início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Leoberto Leal.

3- Rua Leoberto Leal – início Rod. SC-418, final Rua Eugênio Duarte.

4- Rua Santo Antônio – início Rod. SC-418, final Rua Leoberto Leal.

5- Rua 18 de Março – início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.

6- Rod. SC-418 – início Rua Maria Dorinha Amorim, final da Propriedade da antiga Indústria Moveis Cascata Ltda.

7- Rua Benjamin Constant – início Rod. SC-418, final Rua Pe. Lino Jacob Vier.

8- Rua Carlos Brandes – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final entrada da antiga Indústria de Móveis Cascata Ltda.

9- Rua Adolfo Konder – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final Rua Benjamin Constant.

10- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.

11- Rua 7 de Setembro – início Rua Paulo Schroeder, final Rua

Altamiro Lobo Guimarães.

12- Rua Paulo Schroeder – início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz.

13- Rua Irmã Bonavita – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.

14- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final Rua Altamiro Lobo.

Guimarães.

15- Rua Raymundo Gomes Munhoz – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final da Cooperativa de Produtores de Mate.

16- Rua Cél. Bueno Franco, início Prefeitura Municipal, final propriedade de Sr. Gastão Wendel.

17- Rua da Cascata – início Prédio Sede da Prefeitura Municipal, final portão da propriedade de CRH Empreendimentos Ltda.

18- Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Prefeitura Municipal, final Rio Turvo.

19- Rua José Gomes Munhoz – início Rua Waldomiro Machado Schroeder, final Av. Dr. Getúlio Vargas.

20- Rua Rudolfo Bartsch – início na Rua Nereu Ramos, final propriedade de Nádia Terezinha Bastos.

21- Travessa do Mate – início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final propriedade de José Eurides Cordeiro da Cruz.

22- Rua Ernesto Afonso Scheide – início ponte do Rio Turvo, final Rua Vicente Pereira Neto.

23- Rua Ernesto Afonso Scheide lado esquerdo – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC-418.

24- Travessa Moacir Machado Schroeder – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Prefeito Oldemar Duvoisin.

25- Rua Prefeito Oldemar Duvoisin – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.

26- Rua Santa Catarina – início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske.

27- Rua Eliza Piske – início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rod. SC-418.

28- Rua Paulo Narloch – início Rua Eliza Piske com extensão de 97,00 metros.

29- Rua Carlos Piske Filho – início Rua Eliza Piske com extensão de 150,00 metros.

30- Rua Odorico Gomes Munhoz – início Rua Eliza Piske com extensão de 138,00 metros.

31- Rua Aluizo G. A. Buchmann – início Rua Eliza Piske com extensão de 71,00 metros.

32- Rua Dona Francisca – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.

33- Rua Das Américas – Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 94,00 metros.

34- Rua Vicente Pereira Neto – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.

35- Rua Miguel Kotovicz – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Rodolfo Paulo Herbst.

36- Rua Adele Schultz – início Rua Vicente Pereira Neto, final propriedade Greipel.

37- Rua Adolfo Paulo Herbst – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.

38- Rua Athanagildo Schmidt – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final com extensão de 151,00 metros.

39- Rua Horst Walter – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.

40- Rua Sebastião Leeck – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final com extensão de 44,00 metros.

41- Rua Ernesto Afonso Scheide lado direito – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC-418.

42- Rua Bento Veríssimo Munhoz – início Rod. SC-418, final com extensão de 33,00 metros.

43- Rua Emília Cardoso – início na Rua Paulo Schroeder final com extensão de 85,00 metros.

44- Rua Gustavo Muhlmann – início na Rua Carlos Schroeder, final com extensão de 68,00 metros.

45- Rua Walter Weege – início na Rua Carlos Brandes, final com extensão de 70,34 metros.

#### CLASSE 3 – AMARELA – R\$ 15,4207

1- Rua Santo Antonio – início Rua Eugênio Duarte, final Rua Carolína Kotovicz.

2- Rua Carolina Kotovicz – início Rua Eugênio Duarte, final Rua Santo Antônio.

3- Rua Altamiro Lobo Guimarães – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Av. Dr. Getúlio Vargas.

4- Rua Jorge Lacerda – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rod. SC-418.

5- Rua 18 de Março – início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.

6- Rua Maria Dorinha Amorim – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC-418.

7- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.

8- Av. Dr. Getúlio Vargas – início Rua Jorge Lacerda, final Rod. SC-418.

9- Rua Irmã Amália Gheller – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Av. Dr. Getúlio Vargas.

10- Rua Jose Cardoso de Lima – início Rua Maria Dorinha Amorim, final com extensão de 81,50 metros.

11- Rod. SC-418 – início Rua Maria Dorinha Amorim, final Av. Dr. Getúlio Vargas.

12- Travessa Brüski – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rod. SC-418.

13- Rua Lucidório de Souza Freitas – início Rod. SC-418, Av. Dr. Getúlio Vargas.

14- Rua Ernesto Friedrich – início Rua Lucidório de Souza Freitas, final Rua Victório Hostins.

15- Rua Victório Hostins – início Rod. SC-418, final Av. Dr. Getúlio Vargas.

16- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua Das Palmeiras.

17- Rua Sebastião Inglês – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final na Igreja Família de Jesus.

18- Rua Ricardo Fuckner – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final com extensão de 120,00 metros.

19- Rua Ervino Friedrich – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final com extensão de 126,00 metros.

20- Rua Miguel Gorniack – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final com extensão de 240,00 metros.

21- Travessa Brasil – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final propriedade de Sandra Regina Lepeck.

22- Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Fábrica de

Refrigerantes

23- Rua Eugênio Duvoisin – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final Herdeiros de Faustino Cardoso Aguiar.

24- Travessa do Caulin – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final Rua Cél. Bueno Franco.

25- Rua Cél. Bueno Franco – propriedade Sr. Gastão Wendel, final frente propriedade de Hans

Ricardo Schneider.

26- Rod. SC-418 início na Ind. de Moveis Cascata Ltda, final Rua Ernesto Afonso Scheide.

27- Rua Adele Schulze – início Greipel, final Herdeiros de Mário Feliciano.

28- Rua Rodolfo Stutzer – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Eurípides Farias Munhoz.

29- Rua Joinville – início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.

30- Rua Eurípides Farias Munhoz – início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.

31- Rua Alfredo Friedrich – início Rua Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer.

32- Rua Dona Francisca – início Rua Alfredo Friedrich, final Rua

Rodolfo Stutzer.

33- Rua Dona Francisca lado direito – início Rua Rodolfo Stutzer, final ponte Riacho.

34- Rua João Machado Pereira – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final com extensão de 74,00 metros.

35- Rua Rudolfo Muhlbauer – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final com extensão de 46,20 metros.

36- Rua São Paulo – início Rua Eugênio Duvoisin, final com extensão de 55,50 metros.

37- Rua Generoso Fragoso – início no começo do asfalto, final Rua Victor Stachon.

38- Rua Max Otto Becker – início Rua Generoso Fragoso, final Rod. SC-418.

39- Rua Fernando Jung – início Rua Francisco Dranka, final Rua Max Otto Becker.

40- Rua Francisco Dranka – início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.

41- Rua Carlos Brandes – início Rua Roberto Koenig, final Rua Max Otto Becker.

42- Rua Francisco Rudnick – início Rua Max Otto Becker, final Rua Victor Stachon.

43- Rua Victor Stachon – início Rod. SC-418, final Rua Generoso Fragoso.

44- Rua Germano Schroth – início Rua Bernardo Mareth, final Rua Max Otto Becker.

45- Rua Estanislau Cavalheiro – início Rua Victor Stachon, final com extensão de 150,00 metros.

46- Rod. SC-418 – início Rua Max Otto Becker, final com extensão de 400,00 metros.

47- Rua Prof. Rufino Blaskovski – início Rua João Pius Schindler, final do calçamento.

48- Rua João Pius Schindler – início Propriedade de Francisco Koeher, final Rua José Endler.

49- Rua Paulo Hornick – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final Rua João Pius Schindler.

50- Rua José Endler – início Rua João Pius Schindler, final Rua Albano Wollner.

51- Rua Edgar Cubas – início Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 248,38 metros.

52- Rua Laurentino de Barros Lima – início na Veríssimo de Souza Freitas com extensão de 95,22 metros.

53- Rua Jacy Schroeder Franco – início na Rod. SC-418 sentido Norte, final com extensão de 526,00 metros.

54- Rua João Hansen Junior – início e final no Condomínio Córdula Schneider.

55- Rua Eduardo Duvoisin – início final no Condomínio Córdula Schneider.

#### CLASSE 4 – VERDE – R\$ 12,0400

1- Rua Santo Antônio – início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Floriano Telma.

2- Rua Floriano Telma – início Rua Santo Antônio, final com extensão de 121,00 metros.

3- Rua Rodolfo Stutzer – início Rua Eurípides Farias Munhoz, final Rua Dona Francisca.

4- Rua Irmã Concília Ortmann – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Dona Francisca.

5- Rua Dona Francisca lado esquerdo – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.

6- Rua Irmã Olga Mezzaroba – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.

7- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho.

8- Rua Das Palmeiras – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Rua Das Azaléias.

9- Rua Do Ipê – início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.

10- Rua Das Azaléias – início Rua Das Palmeiras, final Rua Das

Petúncias.

11- Rua Das Flores – início Rua Das Palmeiras, final Rua Do Ipê.

12- Rua Das Petúncias – início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.

13- Rua Generoso Fragoso – início Rua Germano Neumann, final no início do asfalto.

14- Rua Fernando Jung – início Rua Raimundo Pereira de Lima, final Rua Francisco Dranka.

15- Rua Roberto Dranka – início Rua Fernando Jung final Rua Carlos Brandes.

16- Rua Bernardo Mareck – início Rua Carlos Brandes, final Rua Germano Schroth.

17- Rua Jacob Kniecick – início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.

18- Rua Alice Lemos – início Rua Jacob Kniecick, final do Perímetro Urbano.

19- Rua Alcides Medeiros Correia – início Rua Alice Lemos, final com extensão de 115,20 metros.

20- Rua Bernardo Stominski – início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.

21- Rua Jacob Oda – início Rua Bernardo Stominski, final do Perímetro Urbano.

22- Rua Elízio Vicenzi – início Rua João Pius Schindler, final do Perímetro Urbano.

23- Rua Jacy Schroeder Franco, início na Rod. SC-418 com extensão de 526,00 metros final propriedade família Schroeder.

24- Rua Pe. Romero – Bairro Cascatas, início Rua das Palmeiras, final extensão 177,00 metros.

25- Rua Das Rosas – Bairro Cascatas, início na Rua Pe. Romero, final extensão 66,00 metros.

#### CLASSE 5 – ROXO – R\$ 9,2341

1- Rua Carlos Schroeder – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final com extensão de 223,00 metros.

2- Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas – início Fábrica de Refrigerante, final Rua Cél. Bueno Franco.

3- Rua Cél. Bueno Franco, início propriedade Hans Ricardo Schneider, final Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas.

4- Rua Santo Antônio – início Rua Floriano Telma, final do Perímetro Urbano.

5- Rua Oscar Schwarz – início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.

6- Rua Generoso Fragoso – início Rua Max Rudnick, final Rua Germano Neumann.

7- Rua Germano Neumann – início Rua Generoso Fragoso, final Estrada Boa Vista.

8- Rua Fernando Jung – início Rua Raimundo P. de Lima, final Cemitério Ecumênico.

9- Rua Raimundo P. de Lima – início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.

10- Rua Carlos Brandes – início Rua Raimundo P. de Lima, final Rua Roberto Koenig.

11- Rua Germano Schroth – início Rua Carlos Brandes, final Rua Bernardo Mareth.

12- Rua Aníbal R. Batista – início Rua Estanislau Cavalheiro, final com extensão de 60,00 metros.

13- Rua Antônio Basílio da Rocha – início Rod. SC-418, final com extensão de 30,00 metros.

14- Rua Prof. Rufino Blaskovski, início no final do calçamento, final do rio que passa na propriedade do Sr. Arlindo Ranthum.

15- Rua Luiz Holmann – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 168,90 metros.

16- Rua Leonardo Saidock – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 200,00 metros.

17- Rua Francisca Augustin – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com 137,30 metros.

18- Rua Júlia Pazda – início Rua João Pius Schindler, final Rua Rafael Guidini.



19- Rua Otto Rudnick – início Rua José Endler, final Rua João Stall.  
 20- Rua João Stall – início Rua José Endler, final Rua Otto Rudnick.  
 21- Rua Tarumã – início a 27,00 da esquina entre as Ruas Generoso Fragoso e Germano Neumann, final com extensão de 92,51 metros.  
 22- Rua Girassol – início na Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 78,52 metros.  
 23- Rua Bernardo Holmann – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 158,35 metros.  
 24- Rua Augusto Pfau – início na Rua Ferdinando Jung, final Rua Affonso E. Rudnick.  
 25- Rua Priscila Kiefer – início Ferdinando Jung, final Rua Affonso E. Rudnick.  
 26- Rua Elza Rudnick – início Rua Germano Neumann – final Rua Priscila Kiefer.  
 27- Rua Affonso E. Rudnick – início Rua Germano Neumann final com extensão de 178,00 metros.

#### CLASSE 6 – LARANJA – R\$ 6,6668

1- Rua Paulo Schultz – início Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 180,00 metros.  
 2- Rua Generoso Fragoso – início Rua Max Rudnick, final propriedade Industria Buddmeyer.  
 3- Rua Max Rudnick lado Direito – início na Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 170,00 metros.  
 4- Rua Max Rudnick lado esquerdo – início Rua Generoso Fragoso, final do Perímetro Urbano.  
 5- Rua Ervino Neumann – início Rua Germano Neumann, final com extensão de 145,00 metros.  
 6- Rua Eduardo Hadas – início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 85,00 metros.  
 7- Rua Pe. Genésio Scharf – início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 105,00 metros.  
 8- Rua Elvino Neumann – início Rua Germano Neumann, final com extensão de 70,00 metros.  
 9- Estrada Boa Vista – início Rua Germano Neumann, final do Perímetro Urbano.  
 10- Rua Germano Neumann – início Rua Estrada Boa Vista, final com extensão de 395,00 metros.  
 11- Rua Bernardo Oleskovicz – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.  
 12- Rod. SC-418 – início 400,00 metros do Trevo sentido São Bento do Sul, final Perímetro Urbano.  
 13- Rua Prof. Rufino Blazskowsky - Rio, final Perímetro Urbano.  
 14- Estrada Salto – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.  
 15- Rua Pedro Sorminski – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.  
 16- Rua Jacob Augustin – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 80,00 metros.  
 17- Rua Emília Ionk – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.  
 18- Rua José Wollner – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.  
 19- Rua Alexandre Telma – início Rua José Wollner, final do Perímetro Urbano.  
 20- Rua Júlia Pazda – início Rua Rafael Guidini, final Perímetro Urbano.  
 21- Rua Francisca Heiden – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 134,00 metros.  
 22- Rua Rafael Guidini – início Rua Júlia Pazda, final com extensão de 180,00 metros.  
 23- Rua Estanislau Milczewsky – início Rua José Endler, final Perímetro Urbano.  
 24- Rua Francisco Narloch – início Rua Estanislau Michewsky, final Rua Estanislau Ossovski.  
 25- Rua Estanislau Ossovski – início Rua Francisco Narloch, final Rua Rodolfo Heiden.

26- Rua Rodolfo Heiden – início Rua Estanislau Milchewsky, final Rua Rodolfo Heiden.  
 27- Rua José Ossovsky – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 90,00 metros.  
 28- Rua João Odia – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 160,00 metros.  
 29- Rua Augusto Ossovski – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 57,00 metros.  
 30- Rua José Endler – início Rua Albano Wollner, final Perímetro Urbano.  
 31- Rua Alberto Kroll – início Rua João Pius Schindler, final Rio Bateias.  
 32- Rua Blondina Tabbert – início Rua João Pius Schindler, final Rua Adão Zezotko.  
 33- Rua Adão Zezotko – início Rua Blondina Tabbert, final Rua Antonio Milchewsky.  
 34- Rua Antonio Milchewsky – início Rua Adão Zezotko, final Rua Jose Endler.  
 35- Rua Aleixo Pazda – início Rua Antônio Milchewsky, final Rua José Endler.  
 36- Rod. SC-110 – início Rio São Miguel, final Rua Número 12.  
 37- Rua Agapantos – início na Rodovia Municipal 010, final com extensão de 140,00 metros.  
 38- Rua Das Camélias – início na Rua Agapantos, final Rio São Miguel.  
 39- Rua Dos Lírios – início na Rua Agapantos, final da Rua Das Bromélias.  
 40- Rua Das Bromélias – início na Rod. SC-110, final com extensão de 80,00 metros.  
 41- Rua Miguel Zoellner – início da Rod. SC-110, final com extensão de 80,00 metros.  
 42- Rod. SC-110, início no Rio São Miguel final na esquina da Rua: Das Bromélias.  
 43- Rua Tarumã – início no novo entroncamento da Rua Germano Neumann com extensão de 27,00.

#### CLASSE 7 – MARROM – R\$ 3,9877

1- Rua Laurindo Machado – início Rua Max Rudnick, final com extensão de 165,00 metros.  
 2- Rua Albano Wollner – início Rua José Endler, final com extensão de 100,00 metros.  
 3- Estrada Dona Francisca – início Rod. SC-418, final Rodovia Municipal 020.  
 4- Rodovia Municipal 020 – início Rod. SC-418, final Rio São Miguel.  
 5- Estrada Dona Francisca – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.  
 6- Rod. SC-418 – início propriedade Itamar José Cubas, final propriedade Restaurante Carlito Neves Zumbach.  
 7- Rod. SC-110 – início Rio São Miguel, final Perímetro Urbano.  
 8- Rua número 01 início Rod. SC-110, final com extensão de 390,00 metros.  
 9- Rodovia Municipal 333 lado esquerdo – início Rod. SC-110, final Rio São Miguel.  
 10- Rua Waldemiro Bartsch – início Rodovia Municipal 333, final com Extensão de 150,00 metros.  
 11- Rodovia Municipal 333 lado direito – início Rod. SC-110, final do Perímetro Urbano.  
 12- Rod. SC-110 – início Rua nº 12, final com extensão de 340,00 metros sentido sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias Baixo.  
 13- Rua Carlos Schroeder – início do Rio até o final do Perímetro Urbano.  
 14- Guilherme Muller Junior – início na Rua denominada A em São Miguel com extensão de 605,00 metros.  
 15- Rua Rodolfo Roberto Weldt – início na Rua denominada B em São Miguel com extensão de 365,00 metros.  
 16- Rua Paulo Ferreira da Silva – início na Rod. SC-110 com extensão de 450,00 metros.

17- Rua Saltinho – início na Rodovia Municipal 333, com extensão de 255,00 metros.  
18- Rua Vitória Régia – início na Rua Saltinho com extensão de 480,00 metros.  
19- Rua Das Pedras – início na Rua Vitória Régia com extensão de 140,00 metros.  
20- Rod. SC-110 – início do Perímetro Urbano na localidade de Lageado, final Rio São Miguel.  
21- Rod. SC-110 – início esquina da Rua Das Bromélias, final com extensão de 340,00 metros sentido sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo.  
22- Rua Miguel Gorniack – início no Rio Lageadinho, termina no final do Perímetro Urbano.  
23- Rua Marcília Gomes Munhoz – início Estrada Dona Francisca, Final extensão de 66,45 metros.

**CLASSE 8 – CINZA – R\$ 1,3246**

1- Rod. SC-418 – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final do Perímetro Urbano.  
2- Rod. SC-418 – início final Rua Ernesto Afonso Scheide, final do Perímetro Urbano.  
3- Rod. SC-110 – início Rod. SC-418, final Perímetro Urbano.  
4- Rod. SC-418 – início Rua Max Otto Becker, final Rio Negro.  
5- Rua Antônio Basílio da Rocha – início Riacho, final do Perímetro Urbano.  
6- Rua Generoso Fragozo – início Rua Victor Stachon, final Rio Negro.  
7- Rod. SC-110 – início 340,00 metros da Rua Número 12, final do Perímetro Urbano.  
8- Rod. SC-418 – início propriedade Itamar José Cubas, final do Perímetro Urbano.  
9- Rua Dona Francisca – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.  
10- Rua Alice Lemos – início Jacob Kmiecick, final Perímetro Urbano.  
11- Rua João Stall – início Rua Otto Rudnick, final Campo de Futebol.  
12- Rua Cambará – início na intercessão da Estrada Dona Francisca com a Rod. SC-418 com extensão de 142,00 metros.  
13- Rua Antonio Rohrbacher início na Estrada Rio Represo sentido Nordeste, final com extensão de 189,06 metros.  
14- Rua Manuel Francisco Neneve – início na encruzilhada da Estrada Bateias de Baixo a Agudos do Sul, final defronte a propriedade de Walter Sell.  
15- Rua João de Deus Cubas – entre a Estrada do Salto e Estrada da Mangueira Velha.  
16- Rua Francisco Bueno Franco – início Rod. SC-418, final com extensão de 808,13 metros – Parque Industrial.  
17- Rua Salvador de Lima Cubas – início na Rua Francisco Bueno Franco, final com extensão de 121,82 metros no Parque Industrial.  
18- Rua Bento Martiniano D' Amorim – início da Rua Francisco Bueno Franco, final com extensão de 625,00 metros no Parque Industrial.  
19- Rua Otto Zschoepper – início na Rod. SC-418, final com extensão de 1.825 metros – Campestre.  
20- Rua Norvalino Gomes – início na Rod. SC-418, final com extensão de 290,00 metros.  
21- Rua Das Nações – início na Rod. SC-110, final propriedade de Clodoaldo Antonio Machado.  
22- Rua Aldo Schmalz – início na Rod. SC-110, final com extensão de 315,42 metros.  
23- Rua José de Souza Freitas – início na Rod. Municipal 080, final com extensão de 936,17 metros,  
24- Rua Antonio Rohrbacher – início Estrada Rio Represo sentido Nordeste com extensão de 89,06 metros.  
25- Rodovia Municipal 070 – Localidade de Salto na Zona de Turismo.  
26- Rodovia Municipal 080 – Localidade de Avenquinha na Zona de Turismo.

27- Rodovia Municipal 080 – Localidade de Faxinal.  
28- Rua João de Deus Cubas – Início na Rodovia Municipal 070 final na Rua Ferino Gabriel May.  
29- Rua Dos Lagos – Localidade de Rio Vermelho – Zona de Turismo.  
30- Rodovia Municipal 130 – Localidade de Rio Represo – Perímetro Urbano.  
31- Rua Ferino Gabriel May – início Rodovia Municipal 070 – Localidade de Faxinal – Perímetro Urbano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.240 DE 12 DE JANEIRO DE 2017**  
**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 10.240 DE 12 DE JANEIRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana – iptu PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E estabelece OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 113 da Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Decreta:

Art.1º) O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2016 poderá ser efetuado em até 05 (zero cinco) parcelas mensais e consecutivas a partir de 14 de abril de 2017.

Art.2º) Para o pagamento efetuado no total do imposto até a data de 14 de abril de 2017 será concedido o desconto de 15% (quinze por cento); até a data de 14 de maio de 2017 será concedido o desconto de 10% (dez por cento) e até a data de 14 de junho de 2017 será concedido o desconto de 5% (cinco por cento).

Art.3º) Para o pagamento parcelado a 1ª parcela a vence em data de 14 de abril de 2017, a 2ª parcela vence em data de 14 de maio de 2017; a 3ª vence em data de 14 de junho de 2017; a 4ª parcela vence em data de 14 de julho de 2017 e a 5ª vence em data de 14 de agosto de 2017.

Art.4º) As condições e prazos estabelecidos nos Artigos anteriores são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no mesmo carnê de pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.241 DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 10.241 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios prestados pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. e seus respectivos preços serão:

**I - SERVIÇOS PERTINENTES ÀS OBRAS EM GERAL:**

a) Recolhimento de Restos de Ajardinagem (poda, folhagens, galhadas etc.) por carga 15 UPM;

b) Alinhamento e Nivelamento:

até 12 m <sup>2</sup>	10 UPM
de 13 m <sup>2</sup> a 50 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 51 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup>	30 UPM
acima de 101 m <sup>2</sup>	60 UPM

c) Exame de Projeto Arquitetônico:

c.1) Projeto Inicial:

até 70 m <sup>2</sup>	10 UPM
de 71 até 100 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 101 a 150 m <sup>2</sup>	40 UPM
de 151 a 200 m <sup>2</sup>	60 UPM
de 201 a 300 m <sup>2</sup>	80 UPM
acima de 301 m <sup>2</sup>	100 UPM

c.2) Modificação do Projeto (Após Aprovado):

até 70 m <sup>2</sup>	05 UPM
de 71 até 100 m <sup>2</sup>	10 UPM
de 101 a 150 m <sup>2</sup>	15 UPM
de 151 a 200 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 201 a 300 m <sup>2</sup>	30 UPM
acima de 301 m <sup>2</sup>	40 UPM

d) Exame de Projeto de Parcelamento do Solo:

d.1) Loteamento - Projeto Inicial:

até 3.000 m <sup>2</sup>	300 UPM
de 3.001 a 10.000 m <sup>2</sup>	500 UPM
de 10.001 a 50.000 m <sup>2</sup>	800 UPM
de 50.001 a 100.000 m <sup>2</sup>	1.000 UPM
acima de 100.001 m <sup>2</sup>	1.500 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

d.2) Arruamento - Projeto Inicial:

até 400 m <sup>2</sup>	50 UPM
de 401 a 800 m <sup>2</sup>	60 UPM
de 801 a 1200 m <sup>2</sup>	70 UPM
de 1201 a 2000 m <sup>2</sup>	80 UPM
de 2001 a 3000 m <sup>2</sup>	100 UPM
acima de 3001 m <sup>2</sup>	120 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

d.3) Desmembramento e Remembramento – Projeto Inicial – Exame.



Valor Único Fixado Independente da Área em m² 5 UPM

Emissão de Certidão de Desmembramento

de 360 a 3000 m²	50 UPM
de 3001 a 10000 m²	100 UPM
Acima de 10001M²	150 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

Considerando-se a soma da metragem quadrada dos lotes Desmembrados.

e) Expedição de Alvará de Construção e Registro Imobiliário (Inclusive Renovação);

até 70 m²	5 UPM
de 71 até 100 m²	10 UPM
de 101 a 150 m²	15 UPM
de 151 a 200 m²	20 UPM
de 201 a 300 m²	30 UPM
acima de 301 m²	40 UPM

f) Expedição de Alvará para Obra de Parcelamento (Inclusive Renovação);

f.1) Loteamento:

até 3.000 m²	50 UPM
de 3.001 a 10.000 m²	100 UPM
de 10.001 a 50.000 m²	150 UPM
de 50.001 a 100.000 m²	200 UPM
acima de 100.001 m²	250 UPM

f.2) Arruamento:

até 400 m²	10 UPM
de 401 a 800 m²	15 UPM
de 801 a 1200 m²	20 UPM
de 1201 a 2000 m²	25 UPM
de 2001 a 3000 m²	30 UPM
acima de 3001 m²	35 UPM

g) Vistoria para Baixa de Alvará de Construção e Habite-se;

até 70 m²	5 UPM
de 71 até 100 m²	20 UPM
de 101 a 150 m²	30 UPM
de 151 a 200 m²	45 UPM
de 201 a 300 m²	60 UPM
acima de 301 m²	80 UPM

h) Exame de Projeto de Obra Pública e Expedição de Alvará;

até 10 m²	15 UPM
de 11 até 30 m²	30 UPM
de 31 a 50 m²	40 UPM
de 51 a 100 m²	60 UPM
de 101 a 200 m²	100 UPM
de 201 a 400 m²	150 UPM
acima de 400 m²	200 UPM

i) Identificação e Numeração de Prédios: 10 UPM

j) Fornecimento de Autorização para Ocupação de Via Pública, por Área Ocupada;

até 10 m²	15 UPM
de 11 a 20 m²	25 UPM

de 21 a 50 m²	35 UPM
acima de 50 m²	50 UPM

## II – SERVIÇOS PERTINENTES A ATIVIDADES COMERCIAIS E OUTRAS DE FINS ECONÔMICOS:

### a) Vistoria para Fins de Concessão de Licença;

a.1) de localização	60 UPM
a.2) diversas	10 UPM

### b) Autorização para Uso de Vias e Logradouros Públicos por Dia;

b.1) feira livre e eventual	5 UPM
b.2) mesa e cadeira por unidade	0,3 UPM
b.3) caçamba	2 UPM
b.4) banca de jornal	4 UPM
b.5) atividade circense ou similar	10 UPM

### c) Fornecimento de Alvará, 2ª via ou renovação;

#### c.1) de localização

##### c.1.1) Serviços

1) de 0 a 5 empregados	12 UPM
2) de 6 a 10 empregados	14 UPM
3) de 11 a 15 empregados	18 UPM
4) de 16 a 20 empregados	20 UPM
5) de 21 a 50 empregados	22 UPM
5) de 21 a 50 empregados	24 UPM

##### c.1.2) Extração e Indústria

1) de 0 a 5 empregado	30 UPM
2) de 6 a 10 empregados	40 UPM
3) de 11 a 15 empregados	50 UPM
4) de 16 a 20 empregados	60 UPM
5) de 21 a 50 empregados	70 UPM
6) de 51 a 100 empregados	80 UPM
7) de 101 a 200 empregados	90 UPM
8) de 201 a 300 empregados	100 UPM
9) acima de 301 empregados	110 UPM

##### c.1.3) Comércio:

1) de 0 a 5 empregados:	20 UPM
2) de 6 a 10 empregados:	30 UPM
3) de 11 a 15 empregados:	40 UPM
4) de 16 a 20 empregados:	50 UPM
5) acima de 20 empregados:	60 UPM

##### c.1.4) Outras Atividades:

###### 1) Diversões Públicas

1a) Jogos (Por Mesa)	30 UPM
1b) Discoteca, bailes, bar dançante e similares	42 UPM
1c) Espetáculos, Esportivos, Competições, Exposição Cobrança de Ingressos	30 UPM
2) Cultura vegetal e criação animal	6 UPM
3) Comunicação	24 UPM
4) Transporte rodoviário de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, supermercados, comércio atacadistas, importação e exportação	60 UPM

##### c.2) De Exercício de Atividade Ambulante, Feirante e Eventual (em UPM):

ATIVIDADE	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
-----------	---------	---------	---------

1. AMBULANTE			
1.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	1	7,5	40
Com veículo motorizado	7,5	20	75
Trailer	12,5	30	100
1.2 Outros Artigos			
Sem veículo motorizado	1,5	12,5	50
Com veículo motorizado	7,5	20	75
Trailer	12,5	30	100
2. FEIRANTE			
2.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	1	7,5	40
Com veículo motorizado	2,5	20	50
Trailer	3	17,5	110
3. EVENTUAL			
3.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	5	15	45
Com veículo motorizado	10	25	75
Trailer	10	25	75
3.2 Outros Artigos			
Sem veículo motorizado	6	17,5	55
Com veículo motorizado	12,5	22,5	65
Trailer	12,5	22,5	65
Circo e Parque de Diversão	25	150	450

## c.3) Atividade de Anúncio:

Inanimado não luminoso	5 UPM
Inanimado luminoso	6.5 UPM
Animado não luminoso	7.5 UPM
Animado luminoso	9 UPM
"Out-door" - Por ano	25 UPM

## c.4) Exploração de Veículo de Transporte de Passageiros (Incluindo Vistoria):

1) Ônibus:	40 UPM
2) Microônibus:	40 UPM
3) Furgão:	30 UPM
4) Kombi:	30 UPM
5) Táxi:	25 UPM
6) Outros:	40 UPM

## c.5) Exercício de Atividade em Horário Extraordinário (em UPM):

NUMERO DE EMPREGADOS	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
De 0 a 5 empregados	1.5	6	24
De 6 a 10 empregados	2.1	8.4	33
De 11 a 15 empregados	3	12	36
De 16 a 20 empregados	3.6	14.5	57
Acima de 20 empregados	4.5	18	60

## c.6) Outros Alvarás: 20 UPM:

## d) Depósito e armazenagem de mercadoria apreendida por unidade/ dia: 0,1 UPM:

## III - SERVIÇO DE CEMITÉRIO:

a) perpetuidade por m²	75 UPM
b) serviço de sepultamento	25 UPM
c) serviço de entrada e saída de ossos	50 UPM
d) rebaixamento em sepultura	50 UPM
e) autorização para construção de jazigo	10 UPM
f) transporte de título de perpetuidade	25 UPM
g) atestado de sepultamento	25 UPM

**IV - SERVIÇOS DIVERSOS:**

a) Expedição de Certidões:		
a.1) Certidão de Baixa:	10 UPM	
a.2) Certidão de Pagamento de Tributos:	20 UPM	
a.2.1) até 5 anos:	15 UPM	
a.2.2) de 6 a 15 anos:	20 UPM	
a.2.3) acima de 15 anos:	30 UPM	
a.2.4) Certidão Negativa de Débito:	12 UPM	
b) Cópia de legislação municipal ou de qualquer documento de interesse do contribuinte, por folha:	0,4 UPM	
c) Fornecimento cópia autenticada Prefeitura:	10 UPM	
d) Expediente:	4 UPM	
e) Identificação e Numeração de Prédios:	10 UPM	

Art.2º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município de Campo Alegre/SC., de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

Art.3º) O Preço Público de Expediente será cobrado em função do tempo despendido por Servidor Público Municipal de eventuais gastos com papéis, suprimentos e do valor de locação da estrutura colocada à disposição do usuário em função da prestação de um serviço ao mesmo.

Art.4º) Os Preços Públicos relacionados com atividades da Vigilância Sanitária e Epidemiológica serão objeto de Regulamentação Própria.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2017**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017

Objeto: Cessão, pela CEDENTE em favor da CESSIONÁRIA, dos direitos de uso, de manutenção e fornecimento de novas versões de sistema de computador em código objeto gerenciador do cartão ponto do município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 02/2016.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 0896 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração – Secretaria Municipal de Administração.

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: R\$ 2.340,84 (dois mil trezentos e quarenta e reais e oitenta e quatro centavos).

Contratada: PONTUAL INFORMÁTICA LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 13.947 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.947 DE 11 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000847, Registro no Sistema sob nº 955541, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 08 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 11 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de janeiro de 2016 sob nº 7658.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
11 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 13.948 DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.948 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 04 de janeiro de 2017 á 13 de janeiro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de janeiro de 2017 sob nº 7659.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 13.949 DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.949 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2017 á 04 de fevereiro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de janeiro de 2017 sob nº 7660.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CAMADA PUBLICA 03/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 03 de Fevereiro 2017, a Comissão de Análise e Classificação, estará recebendo os documentos para habilitação e os projetos de venda dos interessados no objeto do Edital de Chamamento Público Nº 03/2017 do Município de Campo Erê - SC, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas Organizações, conforme especificado neste Edital de Chamamento Publico n. 03/2017, e em conformidade com a art.14, da Lei nº 11.947/2009; Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00hs às 13:00hs e pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê-SC, 11 de Janeiro de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 02/2017**

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 03/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 02/2017

#### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 02/2017

b) Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo o fornecimento de equipe padrão com 09 (nove) colaboradores, além dos equipamentos necessários para os serviços e segurança dos trabalhos, para realização dos seguintes serviços: roçadas mecanizada em vias e logradouros públicos, incluindo passeio e canteiros, coletas desses resíduos, no perímetro urbano da cidade de Campo Erê - SC.

c) Contratada: MARCIO JOSÉ MARIA - AROMA FLORICULTURA - ME

Valor: R\$ 28.800,0 (vinte e oito mil e oitocentos reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 11 de Janeiro de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº02/2017.

#### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 06/2017

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDENCIA, SEDEX, CARATA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNES DE IPTU, PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Campos Novos, 12 janeiro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO.

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 01H/17

PORTARIA Nº 01/17 DE 09/01/17

NOMEIA STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR FINANCEIRO,

Canísio Isidoro Winkelmann, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

#### RESOLVE:

Nomear STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER, para o cargo em comissão de Diretor Financeiro, junto a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
09 de janeiro de 2017.

Canísio Isidoro Winkelmann

Administrador Geral

### PORTARIA Nº 50H/17

PORTARIA Nº 50/17 DE 11/01/17

NOMEIA EUCLIDES DALL OGLIO JUNIOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR TÉCNICO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Canísio Isidoro Winkelmann, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

#### RESOLVE:

Nomear EUCLIDES DALL OGLIO JUNIOR, para o cargo em comissão de Diretor Técnico, junto a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
11 de janeiro de 2017.

Canísio Isidoro Winkelmann

Administrador Geral

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### PORTARIA 019/2017

PORTARIA SAMAE CNO 019/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

#### RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, MARIO LUIZ PEGORARO, para o cargo de ENGENHEIRO, Padrão 10, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, retroagindo à 02 de Janeiro de 2017, com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

### PORTARIA 020/2017

PORTARIA SAMAE CNO 020/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

#### RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, ADEMIR LUIZ PACHECO, para o cargo de MOTORISTA II, Padrão 5, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, retroagindo à 10 de Janeiro de 2017, com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE



**PORTARIA 021/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 021/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

CONTRATAR, em caráter temporário, SONIA APARECIDA MARTINS DE SOUZA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 2, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMAS 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Edital de Chamada Pública n.º FMAS 01/2017

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO.

Item	Procedimento	Quantidade estimada anual	Valor unitário	Valor total
01	Funeral adulto, conforme anexo II	40	R\$ 550,00	R\$ 22.000,00
02	Funeral Infantil, conforme anexo II	15	R\$ 410,00	R\$ 6.150,00
03	Translado, transporte rodoviário de cadáveres em estradas.	8000	R\$ 0,80	R\$ 6.400,00
Total Geral anual.				R\$ 34.550,00

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do Edital.

Inscrições: A partir de 13 de janeiro de 2017.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município

de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link – licitações, no local de Informações adicionais.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### ATA Nº 2.892/2017 - CÂMARA DE VEREADORES

ATA Nº 2.892/2017

#### ATA DE INSTALAÇÃO DA 18ª LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO, JURAMENTO E POSSE DOS AGENTES POLÍTICOS.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseite, às nove horas, reuniram-se em Sessão Solene convocada por dispositivo legal para instalação, juramento e posse da 18ª legislatura, nos termos do inciso IV, do art. 17, da Lei Orgânica do Município, os vereadores eleitos na eleição ocorrida em dois de outubro de dois mil e dezesseis. O Mestre de Cerimônia, Senhor Alexson Luiz Mattos, deu por aberto os trabalhos da Sessão Solene de instalação e posse da 18ª legislatura e, em cumprimento ao art. 11 do Regimento Interno, convidou o Vereador diplomado Alcdir Afonso Coronetti, na qualidade de Vereador mais idoso, para presidir os trabalhos, e fez o chamado dos Vereadores diplomados, convidando-os para que tomassem assento as suas respectivas cadeiras: Bruno Michel Favero, Carlos Adriano Zocoli, Gilmar Junior da Silveira, Kelvis Borges, Lucas Antonio Dorini, Rafael Edgar Tonial, Renato Marcelo Markus e Valmor de Vargas. Na sequência, registrou a presença das demais autoridades. Assim se manifestou o Presidente: Invocando a proteção divina, iniciamos os trabalhos da presente Sessão Solene de Posse e Instalação de Legislatura e convido a todos para, em pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional. Após, convidou o Vereador Valmor de Vargas para secretariar os trabalhos. A seguir, o Mestre de Cerimônia esclareceu que o Presidente efetuará a leitura do compromisso solene dos empossados e que cada um seria chamado, e, em pé e ao microfone, deveria declarar: "ASSIM O PROMETO" e logo em seguida deveriam assinar o termo de posse. O Presidente efetuou a leitura do Juramento de Posse: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Após o juramento e as referidas assinaturas dos Termos de Posse o Presidente declarou solenemente empossados os Vereadores e Instalada a 18ª Legislatura, que compreende o período 2017/2020. O Mestre de Cerimônias comunicou ao Plenário que conforme o inciso VII, do art. 11, do Regimento Interno, os Vereadores Empossados poderiam fazer uso da palavra, por até 2 (dois) minutos cada um, para seu pronunciamento. Todos os Vereadores fizeram uso da palavra. Na sequência foi iniciado o processo de eleição para os cargos da Mesa Diretora. O Mestre de Cerimônia procedeu à leitura das normas para a eleição, conforme arts. 40, 41 e 42 do Regimento Interno. O Presidente iniciou o processo de eleição abrindo as inscrições para o cargo de Presidente, sendo os Vereadores inscritos: Carlos Adriano Zocoli e Gilmar Junior da Silveira. O Presidente solicitou aos Servidores da Casa que procedessem a distribuição da cédula de votação para o Cargo de Presidente aos Senhores Vereadores, esclarecendo que os Vereadores receberiam uma cédula com o nome dos Candidatos ao cargo em disputa, e quando solicitados pela presidência, deveriam assinalar com um "X" ao lado do candidato escolhido, e declarar ao microfone, o nome do candidato. Assim foi procedido e o resultado do escrutínio apresentou 5 (cinco) votos para o candidato Vereador Gilmar Junior da Silveira e 4 (quatro) votos para o candidato Vereador Carlos Adriano Zocoli. Ato contínuo, para o cargo de Vice-Presidente foi procedido e o resultado do escrutínio apresentou

5 (cinco) votos para o candidato Vereador Alcdir Afonso Coronetti e 4 (quatro) votos para o candidato Vereador Kelvis Borges. Para o cargo de Primeiro Secretário foi procedido e o resultado do escrutínio apresentou 5 (cinco) votos para o candidato Vereador Lucas Antonio Dorini e 4 (quatro) votos para o candidato Vereador Rafael Edgar Tonial. Para o cargo de Segundo Secretário foi procedido e o resultado do escrutínio apresentou 5 (cinco) votos para o candidato Vereador Bruno Michel Favero e 4 (quatro) votos para o candidato Vereador Valmor de Vargas. Na sequência foi procedida a leitura do Boletim de Votação pelo Presidente, e de acordo com o seu resultado foi elaborado o Termo de Posse assinado pelo Presidente e pelo Secretário, que apresentou o seguinte resultado: Presidente: Vereador Gilmar Junior da Silveira, Vice-Presidente: Vereador Alcdir Afonso Coronetti, Primeiro Secretário: Vereador Lucas Antonio Dorini e Segundo Secretário: Vereador Bruno Michel Favero. O Presidente declarou solenemente empossada a Mesa Diretora para o biênio 2017/2018. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente convidou o Vereador Gilmar Junior da Silveira, Presidente eleito, para dar continuidade aos trabalhos. O Presidente eleito, Vereador Gilmar agradeceu a presença dos colegas Vereadores, autoridades, familiares, amigos e demais presentes, bem como a escolha de seu nome para comandar o Poder Legislativo, não esquecendo de enaltecer o Vereador Alcdir pelo trabalho de condução da Sessão até o momento e também da eleição da Mesa Diretora e convidou o Vereador Lucas Antonio Dorini, eleito para o cargo de Primeiro Secretário, para secretariar a Sessão. Após, o Presidente eleito convidou o Senhor Nilvo Dorini, Prefeito diplomado, para proferimento de Compromisso de Posse, que foi o seguinte: "PROMETO MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A DO ESTADO, A LEI ORGÂNICA DE CAPINZAL, OBSERVAR AS LEIS, E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Após o juramento, procedeu-se a assinatura do Termo de Compromisso e Posse. Ato contínuo, a Vice-Prefeita diplomada, Senhora Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio, foi convidada a proferir o seu Compromisso de Posse e também firmou a sua assinatura no referido termo. Após as assinaturas do Prefeito e Vice-Prefeita, o Presidente declarou-os solenemente empossados para o Período 2017/2020. O Presidente ressaltou que conforme o Regimento Interno o Prefeito e a Vice-Prefeita poderiam fazer uso da Tribuna, por até 5 (cinco) minutos cada um, para seu pronunciamento. Ambos fizeram uso da palavra. O Mestre de Cerimônia convidou todos os presentes para que, em pé, acompanhassem a execução do Hino de Capinzal. O Mestre de Cerimônia informou que ao término da Sessão de Posse, dar-se-ia, no Gabinete do Prefeito, a assunção ao cargo de Prefeito e Vice-Prefeita, também de caráter público, estendemos a todos o convite para a participação do referido ato. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a Sessão Solene de Instalação e Posse e convocou os senhores Vereadores para comparecerem na Sessão Plenária Ordinária, que se realizará no dia 16 de janeiro de 2017, às 19 horas. Do que para constar, eu Eduardo Augusto Coeli, Agente Legislativo \_\_\_\_\_, Redator, lavrei a presente ata e, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Poder Legislativo, nos termos regimentais. Câmara de Vereadores, 1º de janeiro de 2017.

**TERMO DE COMPROMISSO****TERMO DE COMPROMISSO DE POSSE**

Termo de compromisso de posse dos Vereadores eleitos em 2 de outubro de 2016, conforme a alínea "a", do inciso VI, do parágrafo único, do art. 11, e art. 13 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Capinzal, observar as leis, cumprir o Regimento Interno desta Casa e desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado, trabalhando sempre pelo progresso do Município e bem-estar do seu povo". "Assim prometo".

Câmara de Vereadores, 1º de janeiro de 2017.

Gilmar Junior da Silveira  
Vereador

**TERMO DE POSSE****TERMO DE POSSE**

O Vereador Alcidir Afonso Coronetti, no uso das atribuições que o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores lhe confere, especialmente a alínea "a", do inciso III, do art. 53, do Regimento Interno, de acordo com o Boletim Oficial de Votação na eleição realizada na Sessão Solene do dia 1º de janeiro de 2017, declara eleitos e empossados, para o biênio 2017/2018, o Vereador Gilmar Junior da Silveira, no Cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, Vereador Alcidir Afonso Coronetti, no Cargo de Vice-Presidente, Vereador Lucas Antonio Dorini, no cargo de Primeiro Secretário e Vereador Bruno Michel Favero, no Cargo de Segundo Secretário.

Câmara de Vereadores, 1º de janeiro de 2017.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti  
Presidente

Vereador Valmor de Vargas  
Secretário

# Catanduvás

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2017 - PREGÃO Nº 0008/2017** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2017

Objeto: Aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 31 de janeiro de 2017.

Dotação Orçamentária:

2.018.3390.00 - 101 - 37/2017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
2.053.3390.00 - 100 - 75/2017 - CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 12 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvás.sc.gov.br](http://www.catanduvás.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 12 de janeiro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.227 DE 02 DE JANEIRO DE 2017** DECRETO nº 2.227/2017, de 02 de janeiro de 2017.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2017, composta pelos seguintes membros, sobre a presidência do primeiro:

I – ALICE PAGANINI – Presidente – CPF nº 058.455.799-02  
II – LEANDRO GUERRA – Membro Titular - CPF nº 933.021.429-00  
III – ROSILENE VERDE BRUSTOLIN – Membro Titular - CPF nº 824.711.189-68  
IV – MICHEL CRISTOFFER FAVERO – Membro Titular - CPF nº 059.518.439-10  
V – MARTA ANGELA BORELLA MENEGAT - Membro Suplente - CPF nº 710.974.579-15

VI – LEANDRA CAMILA ZENARO – Membro Suplente – CPF nº 008.615.059-64  
VII – ANA CRISTINA VARGAS MASCARELLO - Membro Suplente – CPF nº 085.791.329-83

§ 1º. A Comissão ora instituída terá mandato de 1(um) ano, permitida a recondução por períodos subsequentes observadas as disposições contidas no artigo 51, § 4º da Lei 8.666/93.

§ 2º. Excepcionalmente e tendo em vista a peculiaridades especiais ou técnicas do objeto licitado, poderão ser convidados terceiros para integrar a Comissão.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar a julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo único. Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela servidora ALICE PAGANINI.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado para desempenhar as funções de Pregoeira Oficial, a servidora ALICE PAGANINI, com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, e normas Municipais pertinentes, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Parágrafo único. Para os casos de impedimento da Pregoeira Oficial, fica designada como Pregoeira Substituta, a servidora LEANDRA CAMILA ZENARO BRITO.

Art. 6º. Os membros da presente Comissão, bem como a Pregoeira Oficial e Pregoeira Substituta, não farão jus a remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 02 de janeiro de 2017.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em: 02/01/2017.

LUCIMARI SPADER  
Secretária de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 2.229 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO nº2.229/2017, de 11 de janeiro de 2017.

“NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA CONFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC)”

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e

### **CONSIDERANDO:**

a) que no dia da transmissão do cargo de Prefeito, não houve a transferência patrimonial dos bens públicos do Município de Catanduvas (SC);

b) que segundo as informações colhidas junto ao setor próprio, muitos bens públicos se encontram deteriorados, alguns não foram encontrados e outros se encontram em poder de terceiros;

c) que existe a necessidade de levantamento da real situação dos bens públicos para que medidas urgentes possam ser tomadas para a regularização do patrimônio público municipal,

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada Comissão para a conferência do patrimônio público do Município de Catanduvas (SC), composta pelas seguintes pessoas:

- a) ANA PAULA BEGNINI – Servidora Efetiva;
- b) EVERALDO GABRIEL DA COSTA – Servidor Efetivo;
- c) ANGELA MARIA CASSIANO DE MORAIS DA CRUZ – Servidora Efetiva e Vereadora do PPS;
- d) ANDRÉ ALVÍCIO ATZ – Vereador da Bancada do PSD; e
- e) IVACIR CARDOSO MOREIRA – Vereador da Bancada do PMDB.

Art. 2º. A Comissão ora nomeada deverá se reunir no prazo máximo de 5(cinco) dias a partir da publicação do presente Decreto, objetivando a eleição de presidente e secretário, bem como para elaboração do planejamento de trabalho, e terá o prazo de 60(sessenta) dias para concluir a conferência dos bens, podendo tal prazo ser prorrogado por mais 30(trinta) dias mediante justificativa;

Art. 3º. Findo os trabalhos, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo relatório dos trabalhos de conferência, indicando os bens que eventualmente faltarem, a situação dos bens deteriorados, e a sugestão para a destinação dos mesmos (reforma, alienação, doação, etc.) se for o caso.

Art. 4º. Os trabalhos realizados pela Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante para o Município, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 11 de janeiro de 2017.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
PREFEITO

Registrado e publicado nesta Secretaria em 11/01/2017.

LUCIMARI SPADER  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 7.089 DE 10 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA P/7.089/17, de 10.01.17.

Catanduvas, 10 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que o servidor DIEGO GREZELLE, agente administrativo, inscrito no CPF sob o nº 055.889.679-09 está autorizado a realizar a movimentação financeira da Conta Adiantamento do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91.

E o mesmo terá os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito de Catanduvas/SC.

## **PORTARIA Nº 7.090 DE 10 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA P/7.090/17, de 10.01.17.

Catanduvas, 10 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que o servidor DIEGO GREZELLE, agente administrativo, inscrito no CPF sob o nº 055.889.679-09 está autorizado a realizar a movimentação financeira da Conta Adiantamento da Secretaria de Administração do Município de Catanduvas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45.



E o mesmo terá os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG;

solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito de Catanduvas/SC.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### **PORTARIA Nº PL/101/2017 DE 13 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº PL/101/2017 de 13 de janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA COMISSIONADA MONIA KITIANE TONIAL.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Monia Kitiane Tonial, ocupante do Cargo de Assessora Jurídica, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 16/01/2017 a 30/01/2017, referente ao período aquisitivo de 18/01/2016 a 17/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas (SC), 13 de janeiro de 2017.

MONALISA RUARO  
Presidente

Registra-se e Publica-se em 13.01.2017.

Monalisa Ruaro Claire      Regina Haro Zuqui  
Presidente                      1ª Secretária

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 036/2017

DECRETO Nº 36/2017

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido de exoneração apresentado pelo(a) servidor(a) em 09 de janeiro de 2017;;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Psicólogo(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o(a) Sr(a). Daniela Fernanda Schott, brasileiro(a), solteiro(a), portador da Cédula de Identidade nº 4.291.975 e inscrito no CPF/MF sob nº 052.700.079-59, domiciliado na Rua Firmino Pedro Vanzin, 602D, Bairro Universitário, no município de Chapecó/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 12 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal



# Celso Ramos

## PREFEITURA

### 04-2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 4/2017

PROCESSO: 4/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 04/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM, ESPECIE MINIVAN, MODELO: 2017, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até às 14 horas do dia 27/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 021.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 021//2017

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na Limpeza emanutenção dos procedimentos de rotina na Agencia Comunitária de Correio;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora, MARCIONE LOPES ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento na Agencia Comunitária de Correio, do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 022.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 022//2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina na Agencia Comunitária do Correio;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor ORLI CARLOS PAUL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, passando a exercer suas funções junto a Agência Comunitária de Correio, do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 023.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 023//2017

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na Limpeza e manutenção dos procedimentos de rotina nas Escolas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora, IZOLENE BATISTA CORREIA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, passando a exercer suas funções junto ao Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor VernyPassig.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 024.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 024//2017

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora, ZILA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

#### **025.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 025//2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, GEORGE HENRIQUE SEBOLD, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

#### **026.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 026//2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, CLOBSON SCHEIDT, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

#### **027.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 027//2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, JAIR CORREIA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**028.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 028//2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, EDESIO VALDOMIRO CHIQUIO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.17.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**029.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 029/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02.02.2015 à 01.02.2016, a DIRCE DE SOUZA, matriculada sob o nº 2429/05, ocupante do cargo Efetivo de Atende de Consultório Dentário – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 09.01.2017 a 07.02.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017- SRP

1 PREAMBULO

1.1 O Município de Chapadão do Lageado, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra MARLI GORETTI KAMMERS, comunica aos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à contratação do objeto abaixo indicado. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, pelo regime de execução do contrato de FORNECIMENTO, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei n. 10.520/2002, Decreto n. 3.555/2000, Decreto n. 7.892/2013 e pelo Decreto Municipal n. 068/2013, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/1993..

1.2 O recebimento dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA e nº. 02 – HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á através do Credenciamento a partir das 08h00min, sendo que às 08h30min do dia 23 de Janeiro de 2017, será aberta a sessão pública, que se realizará na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado/SC.

**2 DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II, a saber:

- 125.000L (cento e vinte e cinco mil litros) de Óleo Diesel S 10;

**3 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

3.1 As despesas deste processo licitatório correrão por conta das Dotações Orçamentárias do orçamento vigente do Município de Chapadão do Lageado.

**4 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

4.1 O Registro de Preço será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo IX, e posteriormente conforme estabelecido no art.62 da Lei Federal nº 8.666/93 e nas condições previstas neste Edital.

4.2 A Ata de Registro de Preço resultante deste certame terá vigência de 01 (um) ano, contados a partir da publicação da respectiva ata.

**5 DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA/fornecimento**

5.1 O abastecimento dos veículos deverão ser realizados no Posto de Combustível da Empresa Vencedora da licitação, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, imediatamente, mediante apresentação, pelo motorista do carro oficial e da Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município.

5.2 Ainda, quando houver necessidade, mediante requisição prévia a empresa Contratada deverá em qualquer horário realizar o abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Para a realização deste atendimento, deve a empresa disponibilizar um responsável, em regime de sobreaviso, para que o Município possa contatar quando houver necessidade.

5.3 O Município de Chapadão do Lageado reserva-se no direito de, a qualquer tempo, exigir comprovação de qualidade do produto, de acordo com as normas da "ANP (Agência Nacional do Petróleo).

5.4 A contratada deverá repassar ao contratante todas as promoções temporárias oferecidas pelo Posto de Abastecimento, como por exemplo, lavagens de aparência.

5.5 Além do disposto nos itens acima arrolados, a Contratada deverá:

5.5.1 Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a entrega dos materiais.

5.5.2 Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor;

5.5.3 Os equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho da entrega dos materiais devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção;

5.5.4 Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;

5.5.5 Responder por qualquer acidente de trabalho na entrega dos materiais, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

5.5.6 Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada na entrega dos materiais;

5.5.7 Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital na forma e nos prazos previstos em lei;

5.5.8 Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de entrega dos materiais que fujam às especificações do Objeto deste edital;

5.5.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos materiais empregados, no prazo assinalado pelo Município;

5.6 Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao Município requerer que ela seja executada às custas do detentor dos preços registrados, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor dos preços registrados;

5.7 Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo, o abastecimento dos veículos será realizado de acordo com as necessidades do Município de Chapadão do Lageado, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

**6 DO PREÇO**

6.1 O valor da proposta dos licitantes não poderá ultrapassar o preço unitário orçado, conforme estabelecido no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

**7 DOS PAGAMENTOS**

7.1 Como haverá o abastecimento de veículos lotados no Fundo Municipal de Saúde e nos demais órgãos que integram a estrutura do Município, a Empresa contratada deverá se ater no momento da emissão da Nota Fiscal, pois, os combustíveis fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde e os demais órgãos deverão ser objetos de Notas Fiscais diversas.

7.2 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento do objeto, conforme solicitado expressamente na Autorização de Fornecimento emitida pelo setor competente para a empresa contratada.

7.1 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie.

**8 DO REAJUSTE**

8.1 Em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**9 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

9.1 Serão desclassificadas as propostas de preços que não mantiverem conformidade com os requisitos do Edital; com valores superiores aos estimados constante no Termo de Referência; manifestamente inexecutáveis, omissas ou que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**10 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

10.1 Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e que tenham seus estabelecimentos localizados no Município de Chapadão do Lageado/SC.

10.2 Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

**11 RESTRIÇÕES:**

11.1 Não poderão participar deste Pregão:



11.2 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

11.3 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

11.4 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

11.5 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

11.6 Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e que não tenha restabelecida a sua idoneidade.

11.7 Concordatária ou com falência decretada.

11.8 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

11.9 Consorciada.

## 12 DO CREDENCIAMENTO

12.1 O credenciamento se dará conforme indicado no item 1.2. deste edital.

12.2 Para se credenciar, o representante da empresa licitante, deverá apresentar ao Pregoeiro documento que comprove a existência dos poderes necessários para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, acompanhado de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

12.3 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada FORA DOS ENVELOPES "proposta" e "habilitação", em 01(uma) via devidamente autenticada.

12.4 O credenciamento do representante da licitante deverá ser efetuado da seguinte forma:

a) Do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;

b) Do envelope, fechado, contendo documentação de habilitação.

c) No caso do representante ser sócio-gerente ou diretor da empresa, o mesmo deverá apresentar o Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto da mesma, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM NOME DA PREGOANTE.

d) Caso o representante não seja sócio ou diretor, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração ou termo de credenciamento (conforme modelo constante do Anexo V), sendo que deverá ser assinado pelo (s) representante (s) legal (is) da empresa, cuja comprovação far-se-á através da apresentação, antes da abertura dos envelopes propostas, do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social.

e) As licitantes deverão apresentar, ainda, no ato de Credenciamento, a DECLARAÇÃO disposta no ANEXO IV- (Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520/02).

f) MICROEMPRESAS – ME, OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP:

12.4.1.1 As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar "fora dos envelopes", no ato de CREDENCIAMENTO a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007 - Certidão Específica ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

12.4.1.2 A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação do documento acima descrito, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123/2006.

12.4.1.1 A não apresentação ou a incorreção de qualquer documento exigido no ato de credenciamento, bem como, o não comparecimento do interessado ou do seu representante legal à sessão, impedirá a pessoa de apresentar lances verbais, exceto a apresentação do documento disposto no item f).

12.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

## 13 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 Os licitantes apresentarão suas propostas dentro de envelope lacrado, denominado ENVELOPE "1", com os seguintes dizeres em sua parte externa:

13.2 A proposta de preços – Envelope 01 – devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

Carta Proposta – Anexo III deverá conter:

a) Nome ou razão social, endereço completo e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, no Ministério da Fazenda, número de telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato, além do nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

a) Preço unitário e total, conforme Termo de Referência – Anexo II, para o item ofertado, em moeda nacional corrente (real), expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

b) Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro.

c) Quaisquer tributos, custos e/ou despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais;

13.3 A empresa deverá apresentar dentro do envelope nº 01 – PROPOSTA:

a) ANEXO VII- CARTA DE COMPROMISSO DA LICITANTE;

b) ANEXO VIII - FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO.

13.4 Na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, deverão estar incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição

do objeto da licitação.

13.5 A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste edital.

13.6 Prazo de validade da proposta, que será contado a partir da data da entrega da proposta e que não deverá ser inferior a 60 dias. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.5 Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com frete, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado e entregue nos locais solicitados pelo Município de Chapadão do Lageado/SC, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

13.6 Não serão aceitas propostas abertas ou por via telex, fac-símile ou meio eletrônico.

13.7 Em hipótese alguma serão aceitas alterações nos conteúdos dos envelopes já protocolizados.

13.8 Os produtos deverão ser entregues de maneira fracionada, no estabelecimento do contratado, de acordo com as necessidades, mediante apresentação de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

Obs.

1 - Caso os proponentes apresentem valores totais com 04(quatro) ou mais casas decimais após a vírgula, o Pregoeiro considerará apenas as 03 (três) primeiras.

#### 14 DA HABILITAÇÃO

14.1 Os licitantes apresentarão os documentos necessários a sua habilitação em envelope lacrado, denominado ENVELOPE "2", com os seguintes dizeres em sua parte externa:

14.2 NO ENVELOPE Nº. 2 deverá conter documentação a seguir relacionada:

##### 14.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

###### 13.2.1.1

a) em se tratando de empresário individual, registro na Junta Comercial;

b) em caso de sociedade empresária, ato constitutivo registrado na Junta Comercial, bem como alterações contratuais que constem o nome do administrador ou ato separado de sua designação e, em sendo sociedade anônima, acompanhada de documento de eleição de seus atuais administradores. Fica facultada a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, em substituição aos documentos anteriores mencionados, contendo resumo das disposições do ato constitutivo e suas alterações que estejam em vigor.

c) em caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, acompanhado da prova de quem exerce sua contratante.

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

e) em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, comprovante do respectivo enquadramento expedido pelo órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos).

14.2.1.2 Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo VI), assinada por representante legal da empresa.

14.2.1.3 Declaração de idoneidade (conforme modelo do Anexo IX), assinada por representante legal da empresa.

14.2.1.4 Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação ou na execução do objeto (conforme modelo do Anexo X).

##### 14.2.2 HABILITAÇÃO FISCAL:

14.2.2.1 Prova de regularidade com a Fazenda Federal do domicílio do proponente conjunta com a Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em vigor.

14.2.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente, em vigor.

14.2.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente, em vigor.

14.2.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em vigor.

14.2.2.5 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

14.2.2.6 Comprovante de inscrição Estadual.

14.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

##### 14.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.2.3.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

##### 14.2.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.2.1.1 Alvará de Localização e Funcionamento do Estabelecimento;

14.3 Os documentos exigidos para Habilitação poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral expedido pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado em vigor (ou seja, com todos os documentos dentro do prazo de validade), no caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante poderá anexar junto ao CRC (no envelope documentação), os documentos atualizados na forma de cópia reprográfica autenticada.

14.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão.

14.5 Os licitantes deverão observar ainda:

14.5.1 O envelope de documentação deste Edital que não for aberto ficará em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

14.5.2 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

14.5.3 A Contratante Municipal de Chapadão do Lageado e a Comissão não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil, dentro do prazo estabelecido no presente Edital, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

14.5.4 Nenhum documento exigido poderá ser apresentado fora do ENVELOPE 2 e/ou posteriormente a sua abertura.

14.5.5 Não serão aceitos documentos enviados por FAX ou E-MAIL.

14.5.6 A falta de apresentação de qualquer dos documentos exigidos inabilita o licitante, impedindo-o de prosseguir no processo licitatório.

#### 15 DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

15.1 Fica estabelecido que as especificações e toda a documentação da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado válido.

15.2 A contratada será responsável pelo frete, descarga e armazenamento do objeto, no local indicado pelo servidor responsável, comprometendo-se, ainda, integralmente, por eventuais danos causados;

#### 16 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste instrumento, será realizada sessão pública para o recebimento das propostas comerciais e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal entregar ao Pregoeiro os documentos de credenciamento e comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão:

16.2 Depois da hora marcada, nenhum documento ou proposta será recebido pelo Pregoeiro, pelo que se recomenda a todos os interessados em participar da licitação que estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para o recebimento dos envelopes.

16.3 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais, devidamente credenciados, entregarão ao Pregoeiro, em envelopes separados, a Proposta (envelope 1) e a Documentação de Habilitação (envelope 2);

16.4 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais e verificará a conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

16.5 Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance por item ofertado.

16.5.1 As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo II – Termo de Referência serão desclassificadas.

16.5.2 Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificarão o licitante autor da proposta de MENOR PREÇO por ITEM, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de MENOR PREÇO, conforme disposto no inciso V do artigo n.º 11 do Decreto n.º 3.555/2000.

16.5.3 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VI, do artigo 11, do mesmo Decreto.

16.5.4 O empate entre dois ou mais licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

16.5.5 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

16.5.6 Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

16.5.7 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

16.5.8 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

16.5.9 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

16.5.9.1 Aceita a oferta de menor preço, o pregoeiro irá verificar a ocorrência de empate ficto, na forma prevista no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº. 123/06, sendo assegurada à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

16.5.9.2 Entende-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor.

16.5.9.3 Caso ocorra o empate ficto será assegurado à Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para que, caso queira, apresente novo lance, inferior ao melhor lance, sob pena de preclusão do direito de preferência.

16.5.10 Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

16.5.11 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor.

16.5.12 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto. As decisões do Pregoeiro, quanto a não aceitabilidade da proposta, serão motivadas.

16.5.13 Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

16.5.14 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

16.5.15 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada



pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

16.5.16 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Contratante e nem firam os direitos dos demais licitantes.

16.5.17 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante será convocado para firmar a ata, conforme minuta do Anexo XI.

17 dA impugnação do ato convocatório

17.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

17.2 O pedido de impugnação referido no subitem anterior, para que surta o efeito necessário, deverá ser protocolado na Divisão de Contratos, Compras e Licitações do Município de Chapadão do Lageado, dentro do prazo estipulado.

17.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000.

17.4 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se houver necessidade.

17.5 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18 DOS RECURSOS

18.1 Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

18.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

18.5 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a contratada.

18.6 Os recursos administrativos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19 DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 A homologação do resultado desta licitação será feita a critério da Autoridade Competente e o resultado adjudicado ao licitante que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM e cumprir todas as exigências legais.

19.2 O Prefeito Municipal de CHAPADÃO DO LAGEADO poderá antes da homologação, por despacho motivado de que se dará ciência aos licitantes, revogar a licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, na forma do Art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

20 do registro dos preços e DA CONTRATAÇÃO

20.1 Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto ao licitante mais bem classificado e será registrado os preços unitários das três melhores propostas na ordem de classificação por item.

20.2 Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de Chapadão do Lageado convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato, quando for o caso, em até 02 dias, contados a partir da intimação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

20.3 O prazo máximo de validade do Registro de Preços não será superior a 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação da respectiva ata.

20.4 A existência de preços registrados não vincula a Contratante a firmar contratações que deles possam advir, não gerando às licitantes direito a indenizações de quaisquer espécies.

20.5 Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, quando então será emitida a respectiva Nota de Empenho.

20.6 Fica vedada a transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços, bem como, do Contrato de Fornecimento.

20.7 O Município de Chapadão do Lageado poderá durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

20.8 Os detentores dos Preços Registrados não eximir-se-ão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual;

20.9 A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições;

20.10 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666 / 93;

20.11 Os detentores dos Preços Registrados terão sob sua responsabilidade todos os seguros e ônus decorrentes da obrigação assumida, eximindo o Município de todas e quaisquer reclamações e/ou indenizações porventura pleiteadas por terceiros.

21 DAS RESPONSABILIDADES CIVIS, TRABALHISTAS, previdenciárias, PENAIAS, FISCAIS E COMERCIAIS:

21.1 O objeto da contratação possui feição estritamente pública e, por conseqüência se rege pelas normas do direito administrativo exclusivamente.

21.2 Os efeitos jurídicos decorrentes do instrumento contratual por seu objeto e fins, não geram relação de emprego entre a Contratante Pública Municipal e o Contratado, seja pela modalidade do ajuste, seja por sua natureza autônoma, seja finalmente por sua característica administrativa.

21.3 É de responsabilidade do licitante contratado as eventuais ocorrências de danos causados por este ou preposto seu, ficando afastada qualquer obrigação do Poder Público Municipal.

21.4 Fica o contratado, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, civis, penais, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de acordo com o Art. 71, §1 da Lei nº 8.666/93.

22 DA FISCALIZAÇÃO

22.1 A CONTRATANTE Pública Municipal, poderá a qualquer momento fiscalizar os bens/serviços entregues/prestados durante a vigência do contrato.

22.2 A Fiscalização do objeto contratado pela Contratante Municipal em nenhum momento eximirá a proponente vencedora das responsabilidades civis, administrativas e/ou penais;

22.3 No recebimento e aceitação do objeto será observada, no que couber, as disposições contidas nos arts.73 a 76 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

### 23 DAS SANÇÕES e PENALIDADES

23.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do objeto, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município de Chapadão do Lageado, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

23.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 22.1, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) suspensão temporária da possibilidade de participar de licitação e contratar com o Município de Chapadão do Lageado pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) declaração de inidoneidade.

23.3 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Contratante, se cabíveis os argumentos apresentados.

23.4 Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

23.5 Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

23.6 As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação.

23.7 As sanções pelo descumprimento das obrigações contratuais estão previstas no Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

23.8 Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993.

23.9 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

### 24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

24.1.1 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal e no Diário Oficial dos Municípios, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

24.2 Qualquer modificação de forma, qualidade ou quantidade (supressão ou acréscimo de novos serviços), poderá ser determinada pelo Contratante, através de aditamento nos moldes das disposições dos arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93 e alterações.

24.3 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório.

24.4 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

24.5 Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei n. 10.520/2002 e no Decreto n. 3.555/2000 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n. 8.666/1993.

24.6 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

24.7 O objeto contratado deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa e a devolução imediata, com a aplicação das penalidades contratuais.

24.8 Caso a Licitante se recuse a fornecer o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de Licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

24.9 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação sobre o presente edital, bem como o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

24.10 Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento ao Pregoeiro no prazo fixado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientes, claros e precisos para permitir a apresentação das propostas não cabendo, portanto, aos licitantes direito a reclamações administrativas posteriores.

24.11 O presente Edital, contendo seus anexos, está disponível e poderá ser examinado e adquirido pelos interessados na Divisão de Contratos, Compras e Licitações, situado à Rua Allan Régis Inácio, nº 15 em horário de expediente, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira e no site: [www.chapadaodolageado.sc.gov.br](http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br)

25 CONSTITUEM ANEXOS, SENDO PARTES INTEGRANTES AO PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - CARTA PROPOSTA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO (Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520/02)

ANEXO V - CREDENCIAMENTO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

ANEXO VII - CARTA COMPROMISSO

ANEXO VIII - FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMEDITIVOS

Chapadão do Lageado, 11 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

1. CONTRATANTE: Município de Chapadão do Lageado, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Allan Régis Inácio, n.15, Centro, Chapadão do Lageado/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal, Senhora Marli Goretti Kammers, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 437.795.309-53 ao final assinado, e a

2.

3. CONTRATADA: Empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxx, portador do RG nº ....., CPF nº .....

4. Este contrato, regido pela Lei n. 10.520/2002 e pelo Decreto n. 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/1993, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, origina-se do Processo Licitatório nº xxxx/2017, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II, a saber:

- 125.000L (cento e vinte e cinco mil litros) de Óleo Diesel S 10;

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE

2 CLÁUSULA SEGUNDA – do regime de execução, e DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 O abastecimento dos veículos deverão ser realizados no Posto de Combustível da Empresa contratada, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, imediatamente, mediante apresentação, pelo motorista do carro oficial e da Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município.

2.2 Ainda, quando houver necessidade, mediante requisição prévia a empresa Contratada deverá em qualquer horário realizar o abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Para a realização deste atendimento, deve a empresa disponibilizar um responsável, em regime de sobreaviso, para que o Município possa contatar quando houver necessidade.

2.3 O Município de Chapadão do Lageado reserva-se no direito de, a qualquer tempo, exigir comprovação de qualidade do produto, de acordo com as normas da "ANP (Agência Nacional do Petróleo).

2.4 A contratada deverá repassar ao contratante todas as promoções temporárias oferecidas pelo Posto de Abastecimento, como por exemplo, lavagens de aparência.

2.5 Além do disposto nos itens acima arrolados, a Contratada deverá:

2.5.1 Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a entrega dos materiais.

2.5.2 Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor;

2.5.3 Os equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho da entrega dos materiais devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção;

2.5.4 Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;

2.5.5 Responder por qualquer acidente de trabalho na entrega dos materiais, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

2.5.6 Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada na entrega dos materiais;

2.5.7 Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital na forma e nos prazos previstos em lei;

2.5.8 Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de entrega dos materiais que fujam às especificações do Objeto deste edital;

2.5.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos materiais empregados, no prazo assinalado pelo Município;

2.6 Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao Município requerer que ela seja executada às custas do detentor dos preços registrados, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor dos preços registrados;

2.7 Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo, o abastecimento dos veículos será realizado de acordo com as necessidades do Município de Chapadão do Lageado, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

### 3 CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pelo objeto descrito na Cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, os preços unitários abaixo, importando num valor total estimado de R\$ .....

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO

3.2 Como haverá o abastecimento de veículos lotados no Fundo Municipal de Saúde e nos demais órgãos que integram a estrutura do Município, a Contratada deverá se ater no momento da emissão da Nota Fiscal, pois, os combustíveis fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde e os demais órgãos deverão ser objetos de Notas Fiscais diversas.

3.3 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento do objeto, conforme solicitado expressamente na autorização de fornecimento emitida pelo setor competente para a empresa contratada.

3.4 Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

3.5 O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

3.1 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie.

### 4 CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 Em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 De acordo com o determinado no item anterior, os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

4.3 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Contratante requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II - junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III - A Contratante, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato;

4.4 Independentemente de solicitação, a Contratante poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

4.5 As alterações para fins de revisão contratual poderão ser concedidos, desde que solicitados oportunamente pela contratada, devendo esta respaldar-se em documentação legal de suporte com a respectiva memória de cálculo comprobatória da alteração pretendida, quando relativa à revisão por alteração na composição de custos.

4.6 Também a contratante poderá solicitar a revisão em caso de redução de valores por conta da política de preços praticada nas refinarias.

### 5 CLAUSULA QUINTA – do PRAZO de fornecimento e da VIGÊNCIA

5.1 O prazo de fornecimento deverá ser imediato, a partir da solicitação.

5.2 O presente contrato possui vigência até XX/XX/XXXX, contados a partir da data de sua assinatura.

5.3 O presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

### 6 CLAUSULA SEXTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

6.1 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Município de Chapadão do Lageado, e recursos alocados no orçamento:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

16 – 33.90.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Secretaria da Fazenda

2.005 – Manutenção/Pessoal Secretaria da Fazenda

29 - 33.90.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;



08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 - Divisão De Obras

2.071 – Manutenção de Maquinas Equipamentos Implementos Agrícolas Obras e serviços

161 - 3.3.90.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

2.092 – Manutenção/Pessoal da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

153 - 3.3.90.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

2.076 Manutenção/Pessoal da secretaria de Meio Ambiente

206 - 33.90.00.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão de Agricultura

2.063 – Manutenção/Pessoal da secretaria, com veículos para assistência técnica;

121 – 33.90.00.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

2.074 – Manutenção de máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e veículos de Transporte de Carga

123 – 33.90.00.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

2.075 – Contratação de Serviços Terceirizados Máq., Equip., Impl. Agrícolas e Veículos de Transportes

131 - 33.90.00.00.00.00.00.0090 Aplicações Diretas;

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

2.016 – Manutenção/Pessoal do Ensino Fundamental

70 – 33.90.00.00.00.00.00.0110 Aplicações Diretas;

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

2.017 – Manutenção/Pessoal do Ensino Infantil

89 – 33.90.00.00.00.00.00.0110 Aplicações Diretas;

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

2.015 – Manutenção do Programa do Transporte Escolar;

59 – 33.90.00.00.00.00.00.0110 Aplicações Diretas;

61 – 33.90.00.00.00.00.00.0115 Aplicações Diretas;

62 – 33.90.00.00.00.00.00.0120 Aplicações Diretas;

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

2.021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

19 – 33.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas;

20 - 33.90.00.00.00.00.00.0103 Aplicações Diretas;

2.026 - Manutenção/Pessoal do programa Saúde da Família

36 – 33.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas;

37 - 33.90.00.00.00.00.00.0103 Aplicações Diretas;

7 Cláusula SÉTIMA – Da Garantia DOS SERVIÇOS

7.1 A garantia legal para os bens objeto do presente contrato é de 90 dias ambos contados a partir do recebimento e aceite pelo CONTRATANTE.

7.2 O CONTRATADO se obriga a reparar ou refazer os serviços que se apresentarem com vício de qualidade, fornecendo todos os materiais, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

8 Cláusula OITAVA – Das Alterações

8.1 As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

9 Cláusula NONA – Das Prerrogativas do Contratante

9.1 O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10 CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Cumprir fielmente este Contrato;

10.2 Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização do contratante;

10.3 Fornecer o objeto de acordo com o previsto na clausula 2a.

10.4 Garantir a qualidade do produto fornecido.

10.5 Substituir imediatamente o produto que se apresentarem fora das especificações técnicas.

10.6 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

10.7 Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

#### 11 CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

11.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

11.3 Notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

#### 12 CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de execução dos serviços ou atraso na entrega dos bens consumíveis ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20%.

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Chapadão do Lageado pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

12.2 Para efeito de aplicação da multa prevista na alínea b, do item 12.1, por atraso no fornecimento do objeto contratado, o prazo será contado a partir do dia seguinte a solicitação do produto.

12.3 O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.4 A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o § 2º do artigo 87, da Lei nº 8666/93.

12.5 Vencido o prazo para o pagamento da respectiva multa, esta será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

#### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### 14 Cláusula DÉCIMA QUARTA – dos direitos do Contratante em caso de rescisão unilateral

14.1 Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Contratante;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

#### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

15.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

15.2 Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

15.3 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

15.4 A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho.

15.5 Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

#### 16 CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei n. 10.520/2002 e no Decreto n. 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/1993, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

16.3 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

CHAPADÃO DO LAGEADO, ..... de ..... de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS Empresa

Prefeita Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO II

## TERMO DE REFERENCIA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO					
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017- SRP					
ITEM	QUANT	UND	CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS	Preço Unit.	TOTAL
1	125.000	LT	ÓLEO DIESEL S 10	R\$ 3,15	R\$ 393.750,00
Valor total dos itens R\$ 393.750,00 (trezentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta reais)					

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017- SRP

## ANEXO III

## CARTA PROPOSTA

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

Nome da Proponente:

Endereço:

Telefone/Fax:

CNPJ/MF:

Banco: (BANCO DO BRASIL OU BESC) Conta Corrente:

Agência: Cidade:

\* as empresas que não possuem conta nos bancos acima especificados deverão atentar-se para a cobrança de TED (Transferência Eletrônica Disponível).

Conforme estipulado nos itens do edital e suas especificações, propomos:

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO					
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017-SRP					
ITEM	QUANT	UND	CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS	Preço Unit.	TOTAL
1	125.000	LT	ÓLEO DIESEL S 10		
Valor total dos itens R\$					

· Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando à natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão também por nossa contra e risco.

· Prazo de validade da presente proposta \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias da data estipulada para sua apresentação não inferior a 60 (sessenta) dias.

· Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações.

Data:

Assinatura:

Nome:

RG: CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017- SRP

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO

(Exigida pelo Art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520)

Ao Município de Chapadão do Lageado

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_, Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, declaramos junto ao Pregoeiro do Município de Chapadão Lageado que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os

documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão de nº. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, que realizar-se-á no dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_.

Localidade, ..... de ..... de 2017.

\_\_\_\_ (assinatura)\_\_\_\_

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO V

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob n \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Chapadão do Lageado, na modalidade Pregão, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2017.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

(Em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº. 9.854 de 27/10/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/02)

Ao Município de Chapadão do Lageado

Prezados Senhores,

\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_ (endereço completo)\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Localidade, ..... de ..... de 2017.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO VII

CARTA COMPROMISSO DA LICITANTE

Ao Município de Chapadão do Lageado

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, apresentamos a presente proposta para o fornecimento e entrega do serviço indicado na Planilha do Termo de Referência anexo, de conformidade com o Objeto do Edital mencionado, pelo valor apresentado na Proposta de Preços, já inclusos todos os custos, lucros e encargos fiscais.

Outrossim, declaramos que:

a) Declaro, sob as penas da lei, que efetuarei o completo fornecimento dos materiais no prazo previsto no Edital, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pela CONTRATANTE;

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, aos ..... dias de ..... de 2017.

\_\_\_\_(assinatura)\_\_\_\_



## PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

## ANEXO VIII

## FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Razão Social: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
 Nome da pessoa para contatos: \_\_\_\_\_  
 Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: \_\_\_\_\_  
 Cargo que a pessoa ocupa na empresa: \_\_\_\_\_  
 RG : \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

## ANEXO IX

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2017  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2017  
 INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

O Município de Chapadão do Lageado, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Allan Régis Inácio, n.15, Centro, Chapadão do Lageado/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal, Senhora Prefeita Municipal, Senhora Marli Goretti Kammers, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 437.795.309-53, nos termos das Leis 8.666/93, 10.520/2002, Decreto n. 3.555/2000, Decreto n. 7.892/2013, Decreto Municipal n. 068/2013, Lei Complementar n. 123/2006 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº xx/2017, RESOLVE registrar o preço ofertado para os itens conforme estabelecido abaixo:

ITEM 01						
Fornecedor:						
Preço cotado para o item: R\$						
DETALHAMENTO DO PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO					

## 1 DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA

1.1 O abastecimento dos veículos deverão ser realizados no Posto de Combustível da Empresa Vencedora da licitação, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, imediatamente, mediante apresentação, pelo motorista do carro oficial e da Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município.

1.2 Ainda, quando houver necessidade, mediante requisição prévia a empresa Contratada deverá em qualquer horário realizar o abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Para a realização deste atendimento, deve a empresa disponibilizar um responsável, em regime de sobreaviso, para que o Município possa contatar quando houver necessidade.

1.3 O Município de Chapadão do Lageado reserva-se no direito de, a qualquer tempo, exigir comprovação de qualidade do produto, de acordo com as normas da "ANP (Agência Nacional do Petróleo).

1.4 A contratada deverá repassar ao contratante todas as promoções temporárias oferecidas pelo Posto de Abastecimento, como por exemplo, lavações de aparência.

1.5 Além do disposto nos itens acima arrolados, a Contratada deverá:

1.5.1 Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a entrega dos materiais.

- 1.5.2 Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor;
- 1.5.3 Os equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho da entrega dos materiais devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção;
- 1.5.4 Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;
- 1.5.5 Responder por qualquer acidente de trabalho na entrega dos materiais, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;
- 1.5.6 Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada na entrega dos materiais;
- 1.5.7 Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital na forma e nos prazos previstos em lei;
- 1.5.8 Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de entrega dos materiais que fujam às especificações do Objeto deste edital;
- 1.5.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos materiais empregados, no prazo assinalado pelo Município;
- 1.6 Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao Município requerer que ela seja executada às custas do detentor dos preços registrados, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor dos preços registrados;
- 1.7 Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo, o abastecimento dos veículos será realizado de acordo com as necessidades do Município de Chapadão do Lageado, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

## 2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 Cumprir fielmente este instrumento;
- 2.2 Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização do contratante;
- 2.3 Garantir a qualidade do produto fornecido.
- 2.4 Substituir imediatamente o produto que se apresentarem fora das especificações técnicas.
- 2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- 2.6 Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

## 3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1 Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 3.3 Notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

## 4 DO PAGAMENTO

- 4.1 Como haverá aquisição de produtos para o Fundo Municipal de Saúde e para os demais órgãos que integram a estrutura do Município, a Empresa contratada deverá se ater no momento da emissão da Nota Fiscal, pois, os produtos fornecidos ao Fundo Municipal de Saúde e os demais órgãos deverão ser objetos de Notas Fiscais diversas.
- 4.2 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após recebimento dos materiais solicitados na Autorização de Fornecimento emitida pelo setor competente à Empresa contratada e emissão da Nota Fiscal.
- 4.3 Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.
- 4.4 O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.
- 4.5 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie.

## 5 das SANÇÕES e penalidades

- 5.1 No caso de descumprimento contratual ou atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município de Chapadão do Lageado, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 5.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 22.1, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:
  - a) advertência;
  - b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
  - c) suspensão temporária da possibilidade de participar de licitação e contratar com o Município de Chapadão do Lageado pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
  - d) declaração de inidoneidade.
- 5.3 Para efeito de aplicação da multa prevista na alínea b, subitem 12.2, do item 12, por atraso no fornecimento do objeto contratado, o prazo será contado a partir do dia seguinte a solicitação do produto.
- 5.4 O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 5.5 A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o § 2º do artigo 87, da Lei nº 8666/93.
- 5.6 Vencido o prazo para o pagamento da respectiva multa, esta será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.
- 5.7 Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- 5.8 As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação.
- 5.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações

legais.

#### 6 DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO promover as negociações junto à EMPRESA FORNECEDORA, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2 O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO empreenderá, periodicamente, análise comparativa dos preços com os praticados no mercado a fim de comprovar sua vantajosidade.

6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO convocará a EMPRESA FORNECEDORA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3.1 Se a EMPRESA FORNECEDORA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

6.4 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

6.4.1 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, entre outros, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

6.4.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, antes, porém, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original da licitação, tendo por base a ata do certame, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa, desde que atendidas as exigências de habilitação.

6.4.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

6.5 O registro da EMPRESA FORNECEDORA será cancelado quando:

6.5.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.5.2 Não retirar a Ordem de Compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.5.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.5.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.5.5. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto registrado;

6.5.5 Tiver presentes razões de interesse público.

6.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.6.1 Por razão de interesse público;

6.6.2 A pedido da EMPRESA FORNECEDORA;

6.7 Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade das propostas apresentadas na Licitação em epígrafe.

6.8 Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Sessão que, após constada em ata, lida e aprovada, será assinada pelo Pregoeiro e demais presentes.

Chapadão do Lageado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

#### ANEXO IX

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Município de Chapadão do Lageado

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins que a empresa ..... , CNPJ ..... , com sede na Rua ..... - Bairro ..... Cidade de ..... - ..... , que nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Art. 32 – Parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93. Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

..... , .... de ..... de 2017.

Assinatura do Representante Legal

Nome: .....

CPF .....

Carimbo do CNPJ da Empresa

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017– SRP

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS

Ao Município de Chapadão do Lageado

Prezados Senhores,

A empresa ..... , CNPJ ..... , com sede na Rua ..... - Bairro .....Cidade de ..... - ....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... , .... de ..... de 2017.

-----  
Assinatura do Representante Legal

Nome: .....

CPF .....

Carimbo do CNPJ da Empresa

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

#### EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Departamento de Habitação, TORNA PÚBLICA a DESCLASSIFICAÇÃO dos(as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC, seguindo os critérios estabelecidos pela Portaria 140, de 05 de Março de 2010 do Ministério das Cidades e Resolução 001/09 de 02 de Junho de 2009 do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para a efetivação no referido programa e abertura de vagas para os suplentes sorteados.

Citamos ainda, que as informações referentes às desclassificações serão repassadas junto ao Departamento de Habitação.

#### MONTE CASTELO 1

Class	Nome	Cód. Domiciliar
34	IZAQUE FONSECA SILVA	12221
35	ROBERTINA PIRES DA SILVA	6523
36	CECILIA ALVES DA SILVA	120

#### MONTE CASTELO 3

Class	Nome	Cód. Domiciliar
37	OLANDA BATISTA	7198
38	TEREZA JACHISKI FIDELIS	13571
39	FRANCISCO DE JESUS AMARAL	958
40	NEIDE DE FATIMA TORRES	7637

#### MONTE CASTELO 4

Class	Nome	Cód. Domiciliar
63	IVANEI STUDINSKI	10691
64	MANASSEIS DE MOURA	1237
65	ARY DOMINGO SASSI	985

#### MONTE CASTELO 5

Class	Nome	Cód. Domiciliar
48	SIMONE DALLACORT	1223
50	MARIA CENIRA DE CAMPOS	13686
51	ODILES MARLI ALVES CERIOLI	12928
52	SIRLEI TEREZINHA DE LIMA VEIGA	311

#### MONTE CASTELO 6

Class	Nome	Cód. Domiciliar
61	CLEVERTON DE ANDRADE	1996
62	SOLANGE DE ALMEIDA OLIVEIRA ZAMBONI	770
63	SETEMBRINO DE ASSIS DA ROSA	12298

Chapecó - SC, 11 de Janeiro de 2017.

Wilson Lobo de Carvalho  
Secretário de Desenvolvimento Urbano

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Departamento de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem ao Departamento de Habitação, localizado na Rua Clevelândia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC até o dia 27 (vinte e sete) de janeiro de 2017, a fim de regularizar sua inscrição e trazer a documentação necessária para a efetivação no referido programa.

#### MONTE CASTELO 1

Class	Nome	Cód. Domiciliar
37	MILENA MARCIA GEREMIA	13531
38	ANA CLAUDIA BARBOSA	14513
39	TATIANE GODOIS	13597
40	JOICE MARIA VIVIAN	9663
41	VALDECIR DA SILVA	12130

## MONTE CASTELO 3

Class	Nome	Cód. Domiciliar
41	JUSELI DO PRADO BAZZO	338
42	CLACIR LAUTERIO ABRAHÃO	13491
43	ADEMAR CANABARRO	1330
44	ERENITA TERESINHA BELTZ	330
45	LUCIMAR OLIVEIRA CARDOSO	13839

## MONTE CASTELO 4

Class	Nome	Cód. Domiciliar
66	CRISTIANO ANTONIO DE S. MACHADO	13694
67	BERNADETE CONTINI	1910
68	LUIZ VALTER BARBOSA SILVA	14464

## MONTE CASTELO 5

Class	Nome	Cód. Domiciliar
53	LUCIRLEI CAMARGO DE OLIVEIRA	14179
54	DIRCE BELATTO SAVARIS	2157
55	LEONIR ANTUNES DA SILVA	12880
56	DIANA KATRINA SCHEINER	1572
57	SEVILHA MARIA TRENTIN	2189

## MONTE CASTELO 6

Class	Nome	Cód. Domiciliar
65	JUSSARA PEREIRA DA SILVA	14210
66	GREISE ANDREIA PEDROSO	1425
67	JOAO CARLOS DA SILVA MARQUES	14607

Chapecó - SC, 11 de Janeiro de 2017.

Wilson Lobo de Carvalho  
Secretário de Desenvolvimento Urbano

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº001/2017

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 5.994, de 27 de abril de 2011, INTIMA (LOTES SUJOS), os proprietários de imóveis abaixo descritos, para que efetuem a roçada e limpeza dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	NOME
52474-3	2533	29	IVANETE REMOCRI

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, efetuaram a roçada de seus imóveis, deverão comunicar o fato imediatamente, por escrito, à Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores a multa, e autorizará o Município a efetuar a roçada, com a cobrança do preço público correspondente.

Chapecó – SC, 06 de Janeiro de 2017.

WILSON LOBO DE CARVALHO  
Secretário de Desenvolvimento Urbano  
Prefeitura Municipal de Chapecó

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos dos artigos 222,223 e 224 da Lei nº 04, de 31 de maio de 1990, NOTIFICA (OBRAS), o proprietário do imóvel abaixo descrito, para regularizar junto ao Município de Chapecó ou apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	T.O.I NO.	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO
58783	1033/16	2499	12	ADRIANA BRUM
10479	914/16	1008	5	BERNARDETE D AGUSTINI BOLZ
17087	915/16	1020	11	CLEONIR JASCKOVSKI
3006	933/16	90	7 - UNIDADE 1	CRISTINE MARIA RIGONI
48449	699/16	1895	4	GENTIL CIOTTA
24198	553/16	1763	10	HONELIO SEBASTIÃO BALBINOT
13591-7	713/16	718	1	HUMBERTO CIRO SCOPEL
397297	1035/16	4410	2	IGREJA CRISTÃ BÍBLICA DE CHAPECÓ
40507	837/16	2459	16	JOÃO MACHADO DA SILVA
36089	1047/16	2384	3	LIRIO ANTONIO CERIZOLLI
12310	1275/16	634A	2	MARIEMA ROSINA BORSOI
17078	163/16	1020	4	MILITINA QUINOT
24361	967/16	1773	6	VALDIR ROMANOSKI
30553	771/16	2100	8	VILSON COELHO

O proprietário que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, regularizar sua situação de pendência, deverá comunicar o fato imediatamente, por escrito, à Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará o proprietário infrator a multa, e autorizará o Município a tomar as medidas cabíveis.

Chapecó - SC, 06 de Janeiro de 2017.

WILSON LOBO DE CARVALHO  
Secretário de Desenvolvimento Urbano  
Prefeitura Municipal de Chapecó

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos dos artigos 222,223 e 224 da Lei nº 04, de 31 de maio de 1990, NOTIFICA (ESGOTO), os proprietários de imóveis abaixo descritos, para regularizem junto ao Município de Chapecó ou apresentem defesa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	T.O.I NO.	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO
21727	751/2016	1402	01	ALCIDES PEDON

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, regularizarem sua situação de pendência, deverão comunicar o fato imediatamente, por escrito, à Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores a multa, e autorizará o Município a tomar as medidas cabíveis.

Chapecó - SC, 06 de Janeiro 2017.

WILSON LOBO DE CARVALHO  
Secretário de Desenvolvimento Urbano  
Prefeitura Municipal de Chapecó



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 027/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 027/2016**

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova objetiva, bem como de atendimento especial à lactante, conforme subitem 11.2.2, 11.2.3 e 15.10 relativos ao Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, sob o regime da Lei Complementar n.º 433, de 28 de fevereiro de 2011, para atuação na Educação Indígena da Rede Municipal no ano letivo de 2017.

Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 13 de janeiro de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06/FMAS/2016

CONTRATO Nº: 04/2016.

ADITIVO Nº: 06/2016.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 03/FMAS/2016.

TOMADA DE PREÇOS: 01/FMAS/2016.

Objeto do contrato: Fornecimento de material e prestação de serviços para construção de 02 (duas) casas de madeira, de 46,98 M² cada, no município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 14/09/2016.

Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 28/02/2017.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 08/FMS/2016

CONTRATO Nº: 61/2014.

ADITIVO Nº: 08/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: MARCELO GONÇALVES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11/FMS/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/FMS/2014.

Objeto do contrato: Locação de imóvel, localizado na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 197, sala 02, centro, Cocal do Sul/SC, de propriedade do locador, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município/FMS – Vigilância Sanitária.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 06/05/2014.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 37/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 68/2013.

ADITIVO Nº: 37/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – PRORROGAÇÃO & ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12/PMCS/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 04/PMCS/2013.

Objeto do contrato: Locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 460, Centro Comercial Dagostim, Salas 30,31,32,33,34 e 35, medindo aproximadamente 150,00 m², no centro de Cocal do Sul – SC, para nelas serem instalados serviços públicos de interesse do município – Casa da Cidadania e outros.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto prorrogação e acréscimo de 7,13% (sete vírgula treze por cento) IGP – M ao valor do contrato firmado entre as partes em 01/03/2013.

Assinatura: 14/12/2016

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017

Valor: R\$ 14.509,44 (quatorze mil e quinhentos e nove reais e quarenta e quatro centavos).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 39/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 58/2016.

ADITIVO Nº: 39/2016.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 54/PMCS/2016.

TOMADA DE PREÇOS: 06/PMCS/2016.

Objeto do contrato: Fornecimento de material e prestação de serviços para delimitação do lote (muro de alvenaria, portões metálicos e cerca com mourões) e pavimentação (Paver) da Escola de Educação Básica, no Bairro Vila nova, no município de Cocal do Sul, por meio do termo de compromisso PAR nº 32325/2014, firmado entre o município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 23/08/2016.

Assinatura: 14/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 28/02/2017.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 44/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 79/2014.

ADITIVO Nº: 44/2016.

TIPO DE ADITIVO: OITAVO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 60/PMCS/2014.

PREGÃO PRESENCIAL: 30/PMCS/2014.

Objeto do contrato: Serviços de vigilância eletrônica nos imóveis municipais.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência de contrato firmado entre as partes em 26/06/2014.

Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017.

Valor: R\$ 7.187,40 (sete mil e cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA – Secretária Municipal de Administração.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 10/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 10/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia DENISE JUSTI LOPES – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora DENISE JUSTI LOPES, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 11/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 11/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI – Secretária Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 12/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 12/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JACIR HERMINIO MAZOCCO – Secretário Municipal de Finanças.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JACIR HERMINIO MAZOCCO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Finanças, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de

2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 13/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 13/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT – Secretário Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 14/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 14/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JOÃO VALMOR REITEL – Secretário Municipal de Transportes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JOÃO VALMOR REITEL, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 15/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 15/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia WAGNER ISIDORO SIMIONI – Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor WAGNER ISIDORO SIMIONI, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 16/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 16/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia EDILA GRACIELI SOUZA no cargo de Assessora de Comunicação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a senhora EDILA GRACIELI SOUZA, para exercer o cargo de Assessora de Comunicação Social – Assessoria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 17/2017**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 17/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia NEURI COMIN no cargo de Diretor de Gabinete.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor NEURI COMIN, para exercer o cargo de Diretor de Gabinete – Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 18/2017**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 18/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ADEMIR PEDRO GRANDO no cargo de Chefe do Departamento de Transporte Oficial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADEMIR PEDRO GRANDO, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Transporte Oficial – Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 19/2017**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 19/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia CARLOS ALBERTO FERRARI no cargo de Diretor de Divulgação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor CARLOS ALBERTO FERRARI, para exercer o cargo de Diretor de Divulgação – Assessoria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 2/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 2/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA – Secretária Municipal de Administração, para responder pelo cargo de Assessora de Planejamento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, Secretária Municipal de Administração, para responder pelo cargo de Assessora de Planejamento, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 20/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 20/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JAIME ESTEVÃO BERNARDI no cargo de Diretor de Ação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JAIME ESTEVÃO BERNARDI, para exercer o cargo de Diretor de Ação Social – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 21/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 21/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ADEMAR GERHARDT no cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADEMAR GERHARDT, para exercer o cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

MAURO MARTINI  
Secretário Municipal de Agricultura,  
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA



**DECRETO Nº 22/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 22/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia IRINEU MARTTINI no cargo de Diretor de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor IRINEU MARTTINI, para exercer o cargo de Diretor de Trânsito – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito MunicipalNEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de AdministraçãoWAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 23/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 23/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia GRACE SIMIONI MENEGAT no cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora GRACE SIMIONI MENEGAT, para exercer o cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho – Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito MunicipalNEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de AdministraçãoSIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 24/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIADECRETO Nº 24/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora MERLI THOME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora MERLI THOME, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 41211-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito MunicipalNEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 25/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 25/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ELIZA TEBALDI BORSATTI no cargo de Diretora Financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Contador, para exercer o cargo de Diretora Financeira – Secretaria Municipal de Finanças, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 26/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 26/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência a servidores e dispõe sobre a movimentação das contas bancárias do Município, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Finanças, senhor JACIR HERMINIO MAZOCCO e à Diretora Financeira, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, para atuarem como Ordenadores de Despesas do Município de Concórdia, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica designada a servidora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, para responder pela Tesouraria do Município de Concórdia.

Art. 3º A movimentação e controle das contas bancárias do Município de Concórdia, será efetuada mediante assinatura, em conjunto, do Secretário Municipal de Finanças, senhor JACIR HERMINIO MAZOCCO e da Diretora Financeira, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI e da Tesoureira, senhora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 969/2013, de 28 de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 27/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 27/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia VALDECIR FILIPPI FRANZEN no cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor VALDECIR FILIPPI FRANZEN, para exercer o cargo de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 3/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 3/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia GILBERTO ANTONIO ROMANI – Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor GILBERTO ANTONIO ROMANI, para

exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

#### **DECRETO Nº 4/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 4/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia GIL ARTIFON – Diretor Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 217, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor GIL ARTIFON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

#### **DECRETO Nº 5/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JULIO GOMES – Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura – FMC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração e nas Leis Complementares nºs. 216, de 12 de dezembro de 2001 e 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JULIO GOMES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura – FMC, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de representação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FMC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

#### **DECRETO Nº 6/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN – Diretora-Presidente do IPRECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, para exercer o cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes correrão à conta do orçamento próprio do IPRECON.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 7/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia MARCIANO CORADI – Auditor Interno.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor MARCIANO CORADI, para exercer o cargo de Auditor Interno – Auditoria Geral, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 8/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 8/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia MAURO MARTINI – Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e na Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor MAURO MARTINI, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Agente Político, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designado o servidor MAURO MARTINI, Administrador-Geral e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 9/2017** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia CARLOS ERNANI BOMM – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor CARLOS ERNANI BOMM, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro 2017.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**PORTARIA FMC Nº 01/2017**  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 01/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383 de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o senhor BRUNO DARIVA, para exercer o cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40%, a partir de 11 janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES  
Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
em 10 de janeiro de 2017  
JÚLIO GOMES  
Diretor Geral da FMC

**PORTARIA FMC Nº 02/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 2/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando as avaliações efetuadas pela Comissão de Planos de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pela Portaria FMC Nº 19/2013, de 16 de abril de 2013 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos da Fundação Municipal de Cultura, abaixo relacionados, Promoção Horizontal:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Ademir Paulo Klein	Técnico em Iluminação Cênica
2	Cleci Bison	Auxiliar Artístico
3	Fábio Jean D'Ávila dos Santos	Técnico Artístico I
4	Flávia Lucy de Mattos Centofante	Técnico Artístico I
5	Luis Fernando Saldanha Soares	Auxiliar Artístico
6	Nery Dick	Auxiliar Artístico
7	Tiago Roberto D'Ávila dos Santos	Técnico Artístico II

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES  
Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
em 11 de janeiro de 2017

JÚLIO GOMES  
Diretor Geral da FMC

**PORTARIA FMEC Nº 2/2017**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 2/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada, pela Portaria FMEC nº 17/2013, de 17 de abril de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos da Fundação Municipal de Esportes, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento C:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Clodimar Antônio Thomé	Técnico Desportivo
2	Emiliano Ferrari	Técnico Desportivo
3	Marisete Paz de Oliveira	Técnico Desportivo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2017.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicada no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 11 de janeiro de 2017.

ROSILENE SALVADOR POLINA  
Fundação Municipal de Esportes

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO 102/2016 - DISPENSA 36/2016 - CHAMADA PÚBLICA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS AGRICULTURA FAMILIAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

#### RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 102/2016

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Fica alterada o número do processo administrativo, da chamada pública e da dispensa de licitação. Desta forma, os itens retificados passam a valer da seguinte forma:

#### Retificação:

Onde se lê:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 01/2017

PROCESSO 01/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2017

Leia-se:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 05/2016

PROCESSO 102/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

Retificação do subitem 3.1 constante no ITEM 3 do edital:

Onde se lê:

O envelope de "HABILITAÇÃO" deverá ser apresentado lacrado e rubricado no fecho, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

Leia-se:

O envelope de "HABILITAÇÃO" deverá ser apresentado lacrado e rubricado no fecho, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

Retificação do subitem 4.1 constante no ITEM 4 do edital:

Onde se lê:

ENVELOPE 2 – PROJETO DE VENDA

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº. DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2017

Leia-se:

ENVELOPE 2 – PROJETO DE VENDA

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº. DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE  
PARA: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.36/2016

A presente retificação não altera a data de abertura dos envelopes programada para o dia 23/01/2017.

O edital retificado poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 12 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 01/2017

IZEU JONAS TOZETTO, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, sito a Av. Santa Catarina, Nº 1022, centro, no Município de Coronel Freitas, REGISTRO CADASTRAL para novos FORNECEDORES e atualização para os já existentes, conforme dispõe o Art.34 e seguintes da Lei Nº 8666/93 e atualizações posteriores.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 - O presente edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Coronel Freitas, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestação de serviços, habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

#### 2 - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Para fins de cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

2.1.1 – Para habilitação jurídica, conforme o caso:

I – Cédula de Identidade;

II – Registro Comercial, no caso de empresa individual;

III – Ato Constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil acompanhada de prova da diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.1.2 – Para a qualidade técnica:

I – Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

2.1.3 – Para a qualificação econômica financeira:

I – Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social;

II – Certidão negativa de recuperação fiscal (Falência ou concordata)

2.1.4 – Regularidade fiscal:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal jurídica (CNPJ);

II – Prova de inscrição no cadastro Estadual;

III – Prova de inscrição no cadastro Municipal quando for o caso;

IV – Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

V – Prova de Regularidade relativa a Seguridade social (FGTS E INSS).

2.1.5 – A presente documentação poderá ser apresentada em originais ou em cópia autenticadas em órgão oficial, ou seja, tabelionato de Notas, bem como a autenticidade poderá ser reconhecida por servidores públicos municipais, para este fim designados.

2.1.6 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras, ressalvas ou entre linhas.

#### 3 – DA VALIDADE

3.1 - O interessado que providenciar sua inscrição receberá um certificado de Registro Cadastral, que terá validade de 01 (um) ano,

#### 4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As inscrições serão realizadas durante todo o dia, a partir o dia 10/01/2017, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ressaltando-se que as inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados.

4.2 – Os documentos exigidos neste edital, que tenham data de validade, deverão ser substituídos até o vencimento, para manter atualizado o cadastro, sob pena de cancelamento do registro.

4.3 - Havendo alteração do estatuto, o fornecedor deverá providenciar a sua imediata substituição.

4.4 – Para as empresas não cadastradas e que por ventura vierem a participar de processos de licitação, para habilitação, além dos documentos exigidos pelo edital, deverão apresentar até o terceiro (03) dia anterior à abertura, os documentos exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

4.5 – Os casos omissos no presente edital serão analisados sob os aspectos da Lei Nº 8.666/93 com as atualizações da Lei Nº 8.883/94.

4.6 – Os interessados poderão obter a íntegra do presente edital, sem qualquer custo junto a Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, sito a Av. Santa Catarina, Nº 1022, centro, Coronel Freitas - SC, ou pelo fax (0xx49) 3347.3400, setor de compras e licitações. Coronel Freitas, 11 de janeiro de 2017.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 003/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE 02 DE JANEIRO DE 2017

MÊS/ANO: JANEIRO 2017 NÚMERO CONTRATO: 003/2017

VALOR: R\$ 6.358,00 (seis mil e trezentos e cinquenta e oito reais) anual

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa jornalística para publicação de atos oficiais, bem como demais informações de interesse da administração municipal no exercício financeiro de 2017.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins OAB/SC nº 38.444A

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 04.287.014/0001-99  
CONTRATADA: REDE DE COMUNICAÇÃO OESTE LTDA - ME.

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2017.

### DECRETO Nº 038/2017

DECRETO Nº 038 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Laudinei Bandeira, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Coronel Martins/SC, passa a prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Público e na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 05 de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

### DECRETO Nº 039/2017

DECRETO Nº 039 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Rudinei Chitto, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Município de Coronel Martins/SC, passa a prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Público e na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 05 de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

### DECRETO Nº 040/2017

DECRETO Nº 040 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de



abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Egídio Reginatto, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Coronel Martins/SC, passa fazer parte e a prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Público, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 05 de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

### **DECRETO Nº 041/2017**

DECRETO Nº 041 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Cleiton André Fenes da Silva, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Coronel Martins/SC, passa a prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde e na Praça Municipal Otto May, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 05 de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

### **DECRETO Nº 042/2017**

DECRETO Nº. 042, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA COBRIR DESPESAS URGENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 236/2003, pelos artigos 28 e 44 da Resolução do Tribunal de Contas Nº 16/94, pelos artigos 65 e 68 da Lei 4.320, e pelo artigo 7º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias da Lei Orgânica Municipal do Município, e pelos § 3º e 4º do artigo 40, § 3º e 4º do artigo 47, artigo 48 e 54 da Lei nº 234/2003, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Responsáveis pelo Regime de Adiantamento de Recursos para cobrir despesas urgentes do Município de Coronel Martins, os Servidores Valderes Karacek– Diretor geral dos Serviços de Saúde Pública e Daniela Smaniotto – Assessora de Secretaria, para efetuarem pagamentos de despesas consideradas urgentes, nos termos de Legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o decreto nº. 076 de 06 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de Janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Adm. Planej. E finanças

### **DECRETO Nº 043/2017**

DECRETO Nº. 043, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA RESPONSÁVEL PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA COBRIR DESPESAS URGENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 236/2003, pelos artigos 28 e 44 da Resolução do Tribunal de Contas Nº 16/94, pelos artigos 65 e 68 da Lei 4.320, e pelo artigo 7º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias da Lei Orgânica Municipal do Município, e pelos § 3º e 4º do artigo 40, § 3º e 4º do artigo 47, artigo 48 e 54 da Lei nº 234/2003, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Responsáveis pelo Regime de Adiantamento de Recursos para cobrir despesas urgentes relacionadas ao Município de Coronel Martins, exceto a Secretaria Municipal de Saúde – FUNSAU, os Servidores Lucas Cuchi– Chefe de Gabinete e Daniela Smaniotto – Assessora de Secretaria, para efetuarem pagamentos de despesas consideradas urgentes, nos termos de Legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Adm. Planej. E finanças

### DECRETO Nº 044/2017

DECRETO Nº. 044, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA RESPONSÁVEL PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA COBRIR DESPESAS URGENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 236/2003, pelos artigos 28 e 44 da Resolução do Tribunal de Contas Nº 16/94, pelos artigos 65 e 68 da Lei 4.320, e pelo artigo 7º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias da Lei Orgânica Municipal do Município, e pelos § 3º e 4º do artigo 40, § 3º e 4º do artigo 47, artigo 48 e 54 da Lei nº 234/2003, resolve;

#### NOMEAR:

Art. 1º Responsáveis pelo Regime de Adiantamento de Recursos para cobrir despesas urgentes relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde – FUNSAU os Servidores Valderes Karacek– Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública e Alice Molon Smaniotto – Diretora Geral dos Serviços de Saúde Preventiva, para efetuarem pagamentos de despesas consideradas urgentes, nos termos de Legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao decreto nº. 149 de 12 de Agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

FABIANO JOTON  
Vice-Prefeito Municipal  
Conforme Decreto 002/2017

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Adm. Planej. E finanças

### DECRETO Nº 045/2017

DECRETO Nº 045. DE 05 DE JANEIRO DE 2017  
EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Valdir Brum, ocupante do cargo de Vigia, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 12 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de Janeiro de 2017  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

### DECRETO Nº 046/2017

DECRETO Nº. 046 DE 05 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 26/01/2017 Á 24/02/2017

Nome Cargo Referência

Geneci da Costa Pertussatti Fiscal de Tributos 01/04/2015 a 31/03/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

### DECRETO Nº 047/2017

DECRETO Nº. 047 DE 05 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade

pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/02/2017 À 07/03/2017

Nome Cargo Referência

Raquel Sbabo Fabris Psicóloga 15/09/2014 á 14/09/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

#### DECRETO Nº 048/2017

DECRETO Nº. 048 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 23/01/2017 À 01/02/2017

Nome Cargo Referência

Lídia de Barba Técnica de Enfermagem 01/08/2015 á 31/07/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

#### DECRETO Nº 049/2017

DECRETO Nº. 049 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 20 (vinte) dias no período de 13/02/2017 À 04/03/2017.

Nome Cargo Referência

Talita Scheffer Gitrone Enfermeira 02/06/2015 á 01/06/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

#### DECRETO Nº 050/2017

DECRETO Nº. 050 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 25 (vinte e cinco) dias no período de 16/01/2017 À 09/02/2017.

Nome Cargo Referência

Lucimara Valardão Estagiaria 10/03/2015 á 09/03/2016



Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO NÚMERO 1110/2017

DECRETO NUMERO 1110/2017  
DE 11 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

"NOMEIA OS MEMBROS PROVISÓRIOS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, REVOGA O DECRETO Nº 987/2015 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros provisórios para integrarem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do município de Correia Pinto, instituída pela Lei Municipal nº 1852, de 17/10/2013:

I - Coordenador da COMPDEC: Casimiro Reuter de Liz

II - Secretária da COMPDEC: Osani Alves Branco;

III - Conselho Técnico:

- Oliveira Pires Burg - Secretário Municipal de Administração;
- Cleomara Fiamoncini Rodrigues - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Rosimere Martins - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- Léia Vieira Gallas - Secretária Municipal de Saúde;
- Altaide Ivan Zago - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras.

IV - Conselho Comunitário:

- 3º Sargento Otto Fritz Heinzen - Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- Tenente José Luis Valério - Representante da Polícia Militar;
- Delegado Fabiano Henrique Schmitt - Representante da Polícia Civil;
- Gilmar Vilson de Souza - Representante da CASAN;
- Luis Valdeci Ferreira da Silveira - Representante da CELESC;
- Keli Cristini Szymczak - Representante do CDL.

V - Agente de Defesa Civil: Daniele Oliveira Madruga da Silva,

servidora pública efetiva, matrícula 12.780.

Art. 2º - Os membros nomeados neste decreto, atuarão de forma provisória, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, ou até que sejam indicados os representantes definitivos de cada órgão e entidade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se o disposto no Decreto nº 987, de 08 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 11 de janeiro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de  
Correia Pinto, em 11 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

### PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 02/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 02/2017 - PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 25/01/2017 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)  
Correia Pinto/SC, 12 de janeiro de 2017.  
CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito Municipal  
ALISSON G. R. ANTUNES  
Pregoeiro Municipal  
NATHASA AMARAL PEREIRA  
Presidente da Comissão de Licitação

# Curitibanos

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos e ILLO IMÓVEIS LTDA., com o valor total de R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

RESUMO: Locação de um imóvel construído em alvenaria com dois pavimentos, com área total construída de 183m<sup>2</sup>, localizado na rua Maximino de Moraes, 485; esquina com a rua Heraclides Vieira Borges, Centro, em Curitibanos - SC, bem como lote de terras onde se localiza o imóvel perfazendo uma área total de 900m<sup>2</sup>, durante o período de janeiro de 2017 até dezembro de 2017, destinada a sediar o Centro de Atenção Psicossocial de Curitibanos - CAPS.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:  
- X – "X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso X da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.  
Curitibanos, 06 de janeiro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto Presidente da Comissão Membro

Daniela Rinaldi Tirelli  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso X dou como aprovada.  
Curitibanos, 06 de janeiro de 2017.

Hérion Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 06 de janeiro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten  
Presidente do Fundo

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 236/2016

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 236/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo

Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 25/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).  
Curitibanos, 12 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 120/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 223/2016 - PR</b>
<b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>Rua Coronel Vidal Ramos, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</b>	<b>Processo Administrativo: 223/2016</b> <b>Processo de Licitação: 223/2016</b> <b>Data do Processo: 24/11/2016</b>
	Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 120/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 11 de Janeiro de 2017, às 18:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 223/2016, Licitação nº 223/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A EMPRESA VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA NÃO APRESENTOU 2 VEÍCULOS COM NO MÁXIMO 7 ANOS CONFORME EXIGÊNCIA PARA O ITEM Nº 06, EXIGÊNCIA DO ITEM 6.7 ALÍNEA C.1, SENDO DESCLASSIFICADO DO ITEM Nº 06, SENDO CONVOCADO O SEGUNDO COLOCADO DO REFERIDO ITEM, A EMPRESA TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B) A F) NO PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS, SENDO AGENDADO O DIA 19/01/2017 ÀS 14:00 HRS PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO. AS DEMAIS EMPRESAS VENCEDORAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS.

**Participante:** 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. DEVERÁ POSSUIR BANHEIRO E AR CONDICIONADO.	KM	15.500,00	VOLKS/BUSC/	0,0000	4,30	66.650,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, TENDO EM VISTA O TRANSPORTE NO PERÍMETRO URBANO DOS MUNICÍPIOS	KM	15.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,75	41.250,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	13.000,00	RENAULT MASTER	0,0000	1,55	20.150,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 223/2016 - PR**

Processo Administrativo: 223/2016  
 Processo de Licitação: 223/2016  
 Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 2/4

**Participante: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	CONTRATAÇÃO DE MICROONIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	252.000,00	AGRALE/VOLV	0,0000	2,05	516.600,00
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV	240,00	SCANIA/MARC	0,0000	270,00	64.800,00

**Total do Participante —→ 709.450,00**
**Participante: 8385 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	TRANSPORTE ALUNOS CEDUP - COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA/ SÃO JOSÉ DO CERRITO, LIMITADO A UMA IDA E UMA VOLTA DOS ALUNOS, 1 VÉZ AO MÊS, COM RETORNO DO VEÍCULO VAZIO, DA SEGUINTE FORMA: CURITIBANOS - SÃO JOSÉ (IDA COM ALUNOS); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO VAZIO); CURITIBANOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO (IDA VAZIO); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO COM ALUNOS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 140 KM NA SEXTA FEIRA (BUSCAR ALUNOS) E 140 KM NA SEGUNDA RETORNO DOS ALUNOS, TOTALIZANDO 280 KM AO MÊS.	KM	2.800,00	MB	0,0000	1,30	3.640,00

**Total do Participante —→ 3.640,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

**CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 223/2016 - PR**

**Processo Administrativo:** 223/2016  
**Processo de Licitação:** 223/2016  
**Data do Processo:** 24/11/2016

Folha: 3/4

**Participante:** 9110 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR PLATAFORMA ELEVATÓRIA.	KM	21.000,00	MERCEDES	0,0000	4,48	94.080,00

**Total do Participante** ———> 94.080,00

**Participante:** 11459 - TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONTRATAÇÃO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO À SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEVAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	200.000,00	RENAULT MASTER/DUC,	0,0000	1,17	234.000,00

**Total do Participante** ———> 234.000,00

**Total Geral** —————> 1.041.170,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC****PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 223/2016 - PR****Processo Administrativo:** 223/2016  
**Processo de Licitação:** 223/2016  
**Data do Processo:** 24/11/2016

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 11 de Janeiro de 2017

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

**CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 223/2016 - PR**

**Processo Administrativo:** 223/2016  
**Processo de Licitação:** 223/2016  
**Data do Processo:** 24/11/2016

Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 120/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 11 de Janeiro de 2017, às 18:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 223/2016, Licitação nº 223/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A EMPRESA VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA NÃO APRESENTOU 2 VEÍCULOS COM NO MÁXIMO 7 ANOS CONFORME EXIGÊNCIA PARA O ITEM Nº 06, EXIGÊNCIA DO ITEM 6.7 ALÍNEA C.1, SENDO DESCLASSIFICADO DO ITEM Nº 06, SENDO CONVOCADO O SEGUNDO COLOCADO DO REFERIDO ITEM, A EMPRESA TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ITEM 6.7 ALÍNEA B) A F) NO PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS, SENDO AGENDADO O DIA 19/01/2017 ÀS 14:00 HRS PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO. AS DEMAIS EMPRESAS VENCEDORAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS.

**Participante:** 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. DEVERÁ POSSUIR BANHEIRO E AR CONDICIONADO.	KM	15.500,00	VOLKS/BUSC/	0,0000	4,30	66.650,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, TENDO EM VISTA O TRANSPORTE NO PERÍMETRO URBANO DOS MUNICÍPIOS	KM	15.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,75	41.250,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINAVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	13.000,00	RENAULT MASTER	0,0000	1,55	20.150,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 223/2016 - PR**

Processo Administrativo: 223/2016  
 Processo de Licitação: 223/2016  
 Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 2/4

**Participante: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	CONTRATAÇÃO DE MICROONIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	252.000,00	AGRALE/VOLV	0,0000	2,05	516.600,00
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV	240,00	SCANIA/MARC	0,0000	270,00	64.800,00

**Total do Participante —>** 709.450,00

**Participante: 8385 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	TRANSPORTE ALUNOS CEDUP - COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA/ SÃO JOSÉ DO CERRITO, LIMITADO A UMA IDA E UMA VOLTADA DOS ALUNOS, 1 VÉZ AO MÊS, COM RETORNO DO VEÍCULO VAZIO, DA SEGUINTE FORMA: CURITIBANOS - SÃO JOSÉ (IDA COM ALUNOS); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO VAZIO); CURITIBANOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO (IDA VAZIO); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO COM ALUNOS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 140 KM NA SEXTA FEIRA (BUSCAR ALUNOS) E 140 KM NA SEGUNDA RETORNO DOS ALUNOS, TOTALIZANDO 280 KM AO MÊS.	KM	2.800,00	MB	0,0000	1,30	3.640,00

**Total do Participante —>** 3.640,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 223/2016 - PR**

Processo Administrativo: 223/2016  
 Processo de Licitação: 223/2016  
 Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 3/4

**Participante: 9110 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR PLATAFORMA ELEVATÓRIA.	KM	21.000,00	MERCEDES	0,0000	4,48	94.080,00

**Total do Participante ———>** 94.080,00

**Participante: 11459 - TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONTRATAÇÃO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE EMBARQUE CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO À SUAS CUSTAS COM IDENTIFICAÇÃO NAS PLANILHAS, PARA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, COM CONFIRMAÇÃO DO ATENDIMENTO ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEVAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	200.000,00	RENAULT MASTER/DUC,	0,0000	1,17	234.000,00

**Total do Participante ———>** 234.000,00

**Total Geral —————>** 1.041.170,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34  
**Rua Coronel Vidal Ramos, 860**  
**C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC****PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 223/2016 - PR****Processo Administrativo:** 223/2016  
**Processo de Licitação:** 223/2016  
**Data do Processo:** 24/11/2016

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 11 de Janeiro de 2017

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Ermo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO N° 13/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 13/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação do programa de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), durante o exercício de 2017., com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00, hs do dia 25/01/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 001/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 001/2017  
Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Locação e Assessoria Técnica específica de sistemas de Gestão Municipal de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.

Contratado: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 5.084,40 (Cinco mil e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Silvano Rodrigo Pratto  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 002/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 002/2017  
Edital de Dispensa de Licitação nº 002/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Locação de uma máquina copiadora digital para o Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017.

Contratado: MAQ-SISTEM COM E SERVIÇOS LTDA,

Valor do Contrato: R\$ 3.360,00 (Três mil trezentos e sessenta reais)

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Silvano Rodrigo Pratto  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº 001/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ANDRÉ KILPP DE FIGUEIREDO, portador do CPF nº040.710.299-00, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 002/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº002/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI, portadora do CPF nº509.400.239-20, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 003/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº003/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor PEDRO PAULO RAMILO, portador do CPF nº 593.571-699-20, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 004/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº004/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JOÃO CARLOS ZANETTI, portador do CPF nº 605.707.419-04, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 005/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº005/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ELENICE PIRES, portadora do CPF nº052.862.099-12, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE RECURSOS HUMANOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 006/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº006/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora SIRLEI APARECIDA MEIRELES DA SILVA, portadora do CPF nº033.492.069-80, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 007/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº007/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor CRISTIANO CERATTO, portador do CPF nº 056.707.129-43, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 008/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº008/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JONAS MANOEL SIRINO, portador do CPF nº 949.696.479-68, para o exercício do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 009/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº009/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora VANESSA ZANETTI OZELAME, portadora do CPF nº062.313.519-12, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SAÚDE PÚBLICA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 010/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº010/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora DAYANE MOSENA, portadora do CPF nº037.572.479-65, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE EDUCAÇÃO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 011/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº011/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor MARCOS PASIN, portador do CPF nº026.170.039-14, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 012/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº012/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JAODIR ILHA, portador do CPF nº701.666.849-53, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 013/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº013/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor GENES SILVA ANTUNES, portador do CPF nº425.872.399-15, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 014/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº014/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JOSIEL BATTISTI, portador do CPF nº004.794.819-11, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 015/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº015/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor GILSE TEREZINHA DE ANDRADE



MELLO, portador do CPF nº005.640.749-18, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO DO CIDADÃO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 016/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº016/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora JUSSARA LURDES DA SILVA, portadora do CPF nº594.309.749-04, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 017/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº017/2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora HELENA MARIA REBELATTO, portadora do CPF nº915.538.739-04, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROGRAMAS SOCIAIS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 018/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº018/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora MARTA PARENTI, portadora do CPF nº 053.975.749-70, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 019/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº019/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora MICHELE SANTIN, portadora do CPF nº063.630.459-08, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SANEAMENTO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 020/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº020/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ELOI BOTTIN, portador do CPF nº674.468.259-87, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE OBRAS E SERVIÇOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 021/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº021/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ESTEVÃO KOSLOWSKI SCHUH, portador do CPF nº 017.467.299-37, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 022/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº022/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ELOÍSA SPEROTTO, portadora do CPF nº 113.065.449-47, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE CONTADORIA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 023/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº023/2017

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei 8.666/93:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Comissão Municipal Permanente de Licitações, para o exercício do ano de 2017, composta pelo seguinte quadro:

I- MARTA PARENTI – Presidente e Pregoeira;

II- SUZETE TERESINHA LAZZAROTO RAMILO – Secretária;

III- ANDRÉ LUIZ TONET FRACASSO – Membro Titular;

IV- ALTEMIR JOSÉ CASAGRANDE – Primeiro Titular

Art.2º. O Presidente e Pregoeiro, em suas faltas, serão substituídos pela secretária e esta por sua vez pelo Membro titular e este pela primeira suplente, nos casos de falta ou ausências dos membros da comissão.

Art.3º. Compete a Comissão:

I- Julgar pedidos de registros cadastrais dos fornecedores e prestadores de serviços;

II- Processar e julgar os processos licitatórios do Município, inclusive dos fundos especiais;

III- Divulgar as relações dos fornecedores e prestadores de serviços com cadastro aprovado, cancelado ou alterado;

IV- Cumprir as demais atribuições constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Art.4º. Das reuniões da Comissão Municipal de Licitação deverá ser lavrada Ata;

Art.5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 024/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Janeiro de 2017.

Decreto nº024/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ILEUZA CARLA FELTRIN, portadora do CPF nº053.916.249-32, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE FAZENDA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## **DECRETO 025/2017**

DECRETO N. 025/2017

“NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso III, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, suas posteriores alterações;

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro:

a) Marta Parenti – Servidora Pública Municipal em cargo comissionado, ocupante do cargo de Assessora de Licitações e Contratos;

b) Suzete Teresinha Lazzaroto Ramilo – Servidora Pública Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de assistente administrativo;

c) André Luiz Tornet Fracasso – Servidor Público Municipal, do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

d) Altemir José Casagrande – Servidor Público Municipal, do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Estação de tratamento de Esgoto – ETE.

§ 1º - na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas por seus sucessores, conforme determinado no artigo anterior, devendo, porém o Presidente em seu retorno, vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Forquilha

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/PMF/2017;**

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 08/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de janeiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 12 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 01/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 01/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 14/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica, a ser executada na Rua Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, conforme contrato de operação de crédito, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades.

DO PRAZO – Fica acrescido 53 (cinquenta e três) dias no prazo de execução do contrato nº. 14/PMF/2016 passando de 06/01/2017 para 28/02/2017 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 29/05/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA –02 de janeiro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2017-SF RP 0001 DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2017 – SF

Registro de Preços nº 0001/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para manutenção dos poços artesianos, durante o período de janeiro a junho de 2017. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a junho de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 26.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017

Idione Fantinel - Secretária de Saúde

### CT17FMS03

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FMS03

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Valor ..... : 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil e reais)

Vigência ..... : Início: 06/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 3/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO "CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM CARÁTER SUPLEMENTAR E COMPLEMENTAR À POPULAÇÃO DE FRAIBURGO, CONFORME CONTRATO DE PROGRAMA 05/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, BEM COMO O RATEIO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017

Idione Fantinel - Secretária de Saúde

### CT17FMS01

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FMS01

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA-PN

Valor ..... : 5.140,32 (cinco mil cento e quarenta reais e trinta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 1/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO CONTROLE DE QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017

Idione Fantinel - Secretária de Saúde

### CT17FMS04

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FMS04

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Valor ..... : 22.320,00 (vinte e dois mil trezentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 06/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 3/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DO "CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM CARÁTER SUPLEMENTAR E COMPLEMENTAR À POPULAÇÃO DE FRAIBURGO, CONFORME CONTRATO DE PROGRAMA 05/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, BEM COMO O RATEIO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017

Idione Fantinel - Secretária de Saúde

### CT17FMS02

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FMS02

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: HGL TECNOLOGIA LTDA

Valor ..... : 2.427,12 (dois mil quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 2/2017

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA O SISTEMA COVS – CONTROLE OPERACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA O ANO DE 2017.

### CT17FMS05

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17FMS05

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ANTUNES E PEREIRA – INFRAESTRUTURA, APOIO E ASSIST

Valor ..... : 158.922,56 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 10/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2016



Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA CLÍNICAS E HOSPITAIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS, DE PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ENCAMINHADOS A CASA DE APOIO, SITUADA NA RUA SÃO JUDAS TADEU, Nº 20, BAIRRO JOSÉ MENDES, FLORIANÓPOLIS – SC, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Idione Fantinel - Secretária de Saúde

**CT17PMF02****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF02  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
Valor ..... : 29.092,80 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017  
Objeto ..... : RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – PROAMA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NA AÇÃO: MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF04-FME****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF04  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA  
Valor ..... : 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
João Batista Dalanhhol - Superintendente

**CT17PMF04-SANEFRAI****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF04  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA  
Valor ..... : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Ildo Lucas - Presidente

**CT17PMF04-SAUDE****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF04  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA  
Valor ..... : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 4/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Idione Fantinel - Secretária de Saúde

**CT17PMF10-FME****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF10  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA  
Valor ..... : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
João Batista Dalanhhol - Superintendente

**CT17PMF10-SANEFRAI****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF10  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA  
Valor ..... : 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Ildo Lucas - Presidente

#### **CT17PMF10-SAUDE** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF10  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA  
Valor ..... : 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Idione Fantinel - Secretária de Saúde

#### **CT17SF01** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17SF01  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME  
Valor ..... : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/05/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços - Nº.: 1/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO MENSAL DO SITE DA SANEFRAI [www.sane-frai.sc.gov.br](http://www.sane-frai.sc.gov.br), NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 12 de Janeiro de 2017  
Ildo Lucas - Presidente

#### **DECRETO Nº 007-2017**

DECRETO Nº 007, DE 12 DE JANEIRO DE 2017  
NOMEIA COORDENADOR, PRESIDENTE, SECRETÁRIO E MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – COMPDEC.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2224, de 12 de março de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros titulares e

suplentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Fraiburgo – COMPDEC:

Coordenador: Hélio de Bairros

Presidente: Claudete Gheller Mathias

Secretária: Francine de Souza Correia

Membro: Luiz Carinhato

Membro: Gilmar Silva

Membro: Idione Fantinel

Membro: Ildo Lucas

Suplente: André Luiz de Oliveira

Suplente: Débora Peliser

Suplente: Júlio Santos

Art. 2º. Os membros do COMPDEC possuem mandato por prazo indeterminado, podendo os mesmos ser reconduzidos e suas atividades não são remuneradas.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 12 DE JANEIRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **DECRETO Nº 008-2017**

DECRETO Nº 008, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 57,44M², CONSTANTE DA MATRÍCULA Nº 1179, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3702/2015, o desmembramento conforme descrito, Inicia junto ao vértice M2, de coordenadas X (E) 508.310,9648; Y (N) 7.010.872,9041; Z 1.030,033, descrito em planta em anexa, segue em direção até o vértice M2a no azimuth 252°43'53", em uma distância de 2,006 m, confrontando com a Rua Aristides Ramos, do vértice M2a segue em direção até o vértice M2b no azimuth 341°01'07", em uma distância de 7,595 m, confrontando com a Rua Aristides Ramos, do vértice M2b segue em direção até o vértice M2c em curva com AC 81°41'48", DC = 6,559, R = 4,600 e Tangente de 3,977 ou em linha reta com no azimuth 21°52'01", em uma distância de 6,017 m confrontando com Rua Aristides Ramos e Avenida Adalberto Schmidt Burda, do vértice M2c segue em direção até o vértice M2d no azimuth 62°42'55", em uma distância de 7,966 m, confrontando com Avenida Adalberto Schmidt Burda, do vértice M2d segue em direção até o vértice M2e no azimuth 62°46'22", em uma distância de 8,329 m, confrontando com Avenida Adalberto

Schmidt Burda, do vértice M2e segue em direção até o vértice M2f no azimute 62°39'24", em uma distância de 2,324 m, confrontando com Avenida Adalberto Schmidt Burda, do vértice M2f segue em direção até o vértice M2g em curva com AC 100°07'09", DC = 15,028, R = 8,600 e Tangente de 10.271 ou em linha reta com azimute 112°42'58", em uma distância de 13,187 m, confrontando com Avenida Adalberto Schmidt Burda e Rua Victor Meirelles, do vértice M2g segue até o vértice M1 com azimute 162°46'33", em uma distância de 7,018 m, confrontando com a Rua Victor Meirelles, do vértice M1 segue até o vértice M5 com azimute 342°43'53", em uma distância de 6,000 m, confrontando com lote 97 da quadra 35, matriculado sob o nº 3525, do vértice M5 segue até o vértice M4 em curva com AC 99°22'50", DC = 16,270, R = 9,380 e Tangente de 11,057 ou em linha reta com azimute 293°01'37", em uma distância de 14,306 m, confrontando com lote 97 da quadra 35, matriculado sob o nº 3525, do vértice M4 segue até o vértice M3 com azimute 243°19'04", em uma distância de 7,271 m, confrontando com lote 97 da quadra 35, matriculado sob o nº 3525, finalmente do vértice M3 segue até o vértice M2 (início dessa descrição), em curva com AC 81°31'31", DC = 20,041, R = 14,260 e Tangente de 12,077 ou em linha reta com no azimute 203°00'29", em uma distância de 18,432 m, confrontando com lote 97 da quadra 35, matriculado sob o nº 3525, fechando assim uma área de 57,44 m², matriculada no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 1179 de propriedade do MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 12 DE JANEIRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0346/2017**

PORTARIA N.º 0346, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em comunicação interna nº 217/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, ROALVES JORGE POLESE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 371.911.870-34, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR GERAL DE DEPARTAMENTO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0347/2017**

PORTARIA Nº. 0347, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JEAN CARLOS DE ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 059.188.019-95, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SUPERINTENDÊNCIA, lotado na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0348/2017**

PORTARIA Nº. 0348, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLARICE MARIA ANGO-LERI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0349/2017**

PORTARIA Nº. 0349, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário HELENA CORREA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0350/2017**

PORTARIA Nº. 0350, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 777.377.509-59, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0351/2017**

PORTARIA Nº. 0351, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JESSICA RODRIGUES BELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.243.649-45, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0352/2017**

PORTARIA Nº. 0352, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NÁDIA PATRÍCIA MELO LEMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.739.209-51, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0353/2017**

PORTARIA Nº. 0353, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0354/2017**

PORTARIA Nº 0354, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidor Público Municipal como Supervisor de Administração da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 15 do Estatuto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a servidora, GIOVANA OLIVA DE CARLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 000.402.329-30, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, como SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0355/2017**

PORTARIA Nº. 0355, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELLEN CRISTINE BALDO PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.058.399-21, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RETIFICAÇÃO DE AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004\_2017-AGF**

Retificação do Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2017-PMF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0011/2017 – PMF INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2017 – PMF

Retificação: O referido aviso de Inexigibilidade publicado, continha título "Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2016-PMF", o qual passa a ter sua redação corrigida, portanto leia-se Retificação do Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2017-PMF.

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2017, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços de operacionalização de 12 (doze) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas Localidades: Barro Preto; Vila Reflor – Butiá Verde; Faxinal dos Domingues; Assentamento Rio Mansinho; Linha Brasília; Nossa Senhora de Saúde; Baía e Taboão, Arroio da Barra; Casa do Turista; Dez de Novembro. No município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 242.391,45 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos).

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias– Prefeita

**RETIFICAÇÃO DO AVISO DA CHAMADA PÚBLICA 0001.2017-PMF**

RETIFICAÇÃO DO AVISO DA CHAMADA PÚBLICA – MERENDA ESCOLAR 217

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 0001/2017 – PMF

Objeto: O Município de Fraiburgo(SC), com base na Lei Federal 8666/93 e suas alterações, torna público que fará o Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Os interessados deverão protocolar os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE PREÇOS (projeto de venda) Retificação: Por equívoco o aviso da chamada pública constou como data o dia 31

de janeiro de 2016, quando na verdade seria 31 de janeiro 2017. Desta forma a abertura do certame permanece no 31 de janeiro de 2017, às 14:00 horas, para abertura no mesmo dia às 14:15 horas, na Sala do Departamento de Compras e Licitação do Município, sito a Avenida Rio das Antas, 185-Centro. Informações Complementares: O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Educação, através do telefone (49)3256-4257, ou, no Departamento de Compras e Licitações, através do telefone: (49) 3256-3039/3023.

Fraiburgo(SC), 12 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 08/2017**

PORTARIA Nº 08/2017

DISPÕE SOBRE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA CRISTINA MEASSI, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, que dispõe 9+sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, a pedido da Servidora CRISTINA MEASSI, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.443.308 e inscrita no CPF sob o nº 059.664.629-17, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de mais 02 (dois) anos, a partir de 01 de janeiro de 2017, sem remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017, de acordo com o Processo Administrativo nº 001/2017.

Fraiburgo, 13 de janeiro de 2017.

GERSON DE MATIA

Presidente da Mesa

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 05/2017 EDUCAÇÃO

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 005/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 001/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 30 de janeiro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, ESPORTES, INFRAESTRUTURA, RODOVIÁRIA MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort Rose Ester Miglioretto

Prefeito Municipal Secretaria Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 06/2017 EDUCAÇÃO

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 007/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 003/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 31 de janeiro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort Rose Ester Miglioretto

Prefeito Municipal Secretaria Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 07/2017 EDUCAÇÃO

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 007/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 003/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 01 de fevereiro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA SER UTILIZADO PELO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort Rose Ester Miglioretto

Prefeito Municipal Secretaria Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 026/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 026/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANTONIO PEDRO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**ATO 006 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016**

Estado de Santa Catarina

**Município de GAROPABA****Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS****ATO 006/PS/004/2016****DIVULGA ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS****DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016 PROGRAMAS ESPECIAIS**

O Senhor **Paulo Sergio de Araujo**, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos listados no **ensalamento do anexo I** deste ato, para comparecerem no dia **15 de janeiro de 2017**, para a realização da Prova Escrita Objetiva, no seguinte local e horário:

**1.1 Confirmação do Local de Prova:**

**Escola do Centro – E.B.B Prof. José Rodrigues Lopes**  
**Rua Prof. Antonio José Botelho, Centro**  
**Garopaba - SC**

**1.2 Confirmação dos Horários de Prova conforme o Cargo:**

PERÍODO MATUTINO		
Cargo	Período de Prova	Fechamento Portão
Agente Comunitário de Saúde (Área 1-Centro)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 2-Norte)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 3-Ambrosio)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 4-Palhocinha)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 5-Campo Duna I)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 6-Encantada)	Matutino	08h50
Agente Comunitário de Saúde (Área 7-Campo Duna II)	Matutino	08h50
Agente de Combate à Endemias	Matutino	08h50
Auxiliar de Consultório Dentário (Ax. de Saúde Bucal)	Matutino	08h50
Monitor de Oficina de Arte Terapia/teatro (PETI)	Matutino	08h50
Monitor de Oficina Terapêutica Artes - CAPS	Matutino	08h50
Monitor de Oficina Terapêutica Corporal - CAPS	Matutino	08h50
Monitor de Oficina Terapêutica Música - CAPS	Matutino	08h50
Técnico em Enfermagem (CAPS)	Matutino	08h50
Técnico em Enfermagem (ESF)	Matutino	08h50
Técnico em Enfermagem (SAMU)	Matutino	08h50
Técnico em Enfermagem (Unidades)	Matutino	08h50
Técnico em Raio X	Matutino	08h50

PERÍODO VESPERTINO		
Cargo	Período de Prova	Fechamento Portão
Assistente Social	Vespertino	13h50
Educador Físico (NASF)	Vespertino	13h50
Enfermeiro	Vespertino	13h50
Enfermeiro (CAPS)	Vespertino	13h50
Fisioterapeuta (	Vespertino	13h50
Fonoaudiólogo	Vespertino	13h50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Médico	Vespertino	13h50
Médico Cardiologista	Vespertino	13h50
Médico Emergencista	Vespertino	13h50
Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça/Pescoço	Vespertino	13h50
Médico Ortopedista	Vespertino	13h50
Médico Psiquiatra (CAPS)	Vespertino	13h50
Médico Urologista	Vespertino	13h50
Médico Veterinário	Vespertino	13h50
Nutricionista	Vespertino	13h50
Odontólogo	Vespertino	13h50
Psicólogo (NASF)	Vespertino	13h50
Psicólogo CAPS (clínica e grupos)	Vespertino	13h50

2. Os candidatos devem comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o fechamento dos portões de acesso, portando documento oficial com foto, caneta esferográfica de tubo transparente preferencialmente de tinta preta, ou azul.

GAROPABA, 12 de janeiro de 2017

\_\_\_\_\_  
Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 13/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
 Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

**ANEXO I – ENSALAMENTO CANDIDATOS**

Agente Comunitário de Saúde (Área 1-Centro)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	519200	17/05/1979	Anai Bogado De Oliveira De Araujo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	508703	14/07/1966	Carla Bonaspetti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	513729	18/10/1971	Cristiane Trindade	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	508699	06/02/1975	Daiane Menna Barreto Maciel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	507657	21/01/1978	Edilene Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	517827	02/02/1975	Eduardo Santos De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	515380	28/09/1973	Fabiane Alexandra Ramos Bottini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	517907	20/02/1992	Gabrielle Maia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	511829	23/10/1979	Gisele Medeiros De Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	512223	23/10/1979	Glaucci Cristina Cardoso Marcelina	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
11	513410	10/01/1995	Jessica Barbosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
12	517949	07/12/1977	Julliano Machado Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
13	521549	13/05/1981	Luciane Beatriz Schumann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
14	517532	10/01/1978	Marcos Pereira Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
15	508491	15/02/1984	Maria Cristina Campos Luehring	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
16	516036	08/07/1970	Maria Helena Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
17	521531	25/04/1990	Nicoli Sacco Sanguine	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
18	507667	05/07/1967	Patrice Guimaraes Tavares	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
19	518081	07/08/1973	Paula Tatiana De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
20	519003	11/09/1977	Saionara De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
21	521504	17/06/1961	Sirlei Santos Spier	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
22	511846	26/11/1993	Taísa Rodrigues Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
23	521232	31/07/1987	Tamara Stromm Xavier	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50





Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Agente Comunitário de Saúde (Área 2-Norte)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	518914	06/02/1997	Eduarda Schneider Parolin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	515765	09/07/1987	Ellen Andrade Do Amaral	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	519538	21/04/1976	Fabiula Conceicao De-bona	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	514791	05/11/1985	Geisilane Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	507647	19/12/1964	Izabel Aguiar De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	508529	26/09/1962	Izabel Silva De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	508328	17/02/1990	Jaqueline Lourenco Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	512796	31/08/1998	Jenifer De Carvalho Falcao	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	508333	16/05/1995	Maiara Rosangela Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	520710	16/10/1975	Maria Das Gracas Bento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
11	507696	17/02/1981	Maria Madalena Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
12	512843	19/03/1977	Maria Terezinha Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
13	507578	10/11/1995	Rafaela Machado Reginaldo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
14	521540	11/02/1978	Rodolfo Rezende	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
15	507695	10/03/1985	William Cirnes Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
Agente Comunitário de Saúde (Área 3-Ambrosio)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	520644	15/03/1982	Alana Correa Azevedo Stromm	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	511515	06/04/1989	Alexandre Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	508226	29/12/1980	Ana Paula Rodrigues Pedro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	513008	07/08/1986	Ariella Paulo Patricio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	515943	08/12/1960	Carla Beatriz Kuhn	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	518099	21/05/1982	Carolina Alano Lacerda	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	508853	25/11/1985	Eliane De Souza Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	521261	02/07/1990	Emerson De Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	519183	04/09/1991	Gabriela Marques Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	511511	14/02/1965	Ivonezia Amorim De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

11	508981	26/03/1993	Juliana Webster Teixeira Brasil	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
<b>Agente Comunitário de Saúde (Área 4-Palhocinha)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	507676	31/05/1981	Aletuzia Botelho Torquato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
2	510847	17/12/1976	Clara Fernanda Sena De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
3	521124	07/07/1986	Daniel Linck	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
4	512514	07/01/1989	Fernanda Mendes Viana	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
5	508960	27/05/1990	Gilmara Da Silva Antunes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
6	517607	23/09/1977	Jorge Leandro Borges Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
7	514154	09/09/1988	Julia Maria Soares Raggi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
8	517766	09/09/1977	Luciana Lopes De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
9	507504	11/12/1984	Rosane Alves Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
10	507673	06/10/1991	Tamara De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
<b>Agente Comunitário de Saúde (Área 5-Campo Duna I)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	508582	18/04/1978	Alessandra Fraga Salaberry	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
2	520891	30/06/1968	Doraci Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
3	519695	17/10/1996	Isadora Moraes Campos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
4	507972	09/04/1984	Janaina Pieruccini Pulgatti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
5	518153	12/07/1987	Joseane Feliciano De Lacerda	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
6	508873	23/11/1983	Juliana Martins Barcellos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
7	512252	05/03/1972	Marlene Faustino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
8	507951	10/11/1982	Patricia Vieira Pinheiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
9	514715	09/01/1987	Rosiele Costa Duarte Venancio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7
10	507567	27/05/1991	Sandrilene Botzan Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 7



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Agente Comunitário de Saúde (Área 6-Encantada)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	517962	14/07/1989	Alexandre Germani Xavier	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	516206	20/07/1975	Cassia Iara Irazzo Leal D'Avila	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	510911	05/04/1990	Franciele Barth Moralles	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	520711	28/01/1984	Juliana Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	507758	21/01/1965	Maria Elena Da Silva Freitas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	520600	18/09/1994	Pamela Zanelatto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	511733	20/02/1982	Renata Daiane Martins Ramos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	508082	16/03/1977	Rita De Cassia Raquel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	518547	13/02/1979	Rosana Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	507620	23/07/1972	Rozaria Americo Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
11	512075	07/04/1994	Rute David Ribas De Campos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
Agente Comunitário de Saúde (Área 7-Campo Duna II)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	514949	13/05/1990	Artur Souza Boutros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	516893	03/09/1989	Bruno Lima De Moraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	516389	20/03/1969	Eliza Souza Da Rosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	515925	04/11/1970	Marcelo De Lima Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	507521	01/12/1952	Natalia Raquel Neri	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	517898	18/09/1963	Rita De Cassia Maia De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	507528	28/11/1983	Sandra Regina Botzan Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	520413	21/03/1972	Valesca Correa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
Agente de Combate à Endemias						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	507615	24/09/1982	Adriana Auta David	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	520792	05/05/1982	Alexandre Fell Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	517391	21/02/1984	Ana Cristina Fogaca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50

Processo Seletivo Edital 004/2016 Programas Especiais do Município de Garopaba

Página 6 de 23



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

4	509185	27/08/1993	Andressa Paula Miorando	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
5	520599	01/09/1987	Clarissa Ferreira Pillon	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
6	518585	21/01/1984	Claudia De Jesus Ferreira May	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
7	521521	19/11/1994	Cristiano Batista	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
8	511079	02/09/1964	Debora Maria Ourique Zelanis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
9	511287	26/05/1985	Diego Rodrigues Correia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
10	521180	19/03/1982	Eduardo Magalhaes Capeletto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
11	515038	22/01/1982	Elisangela Matos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
12	513153	15/11/1987	Fabiano Moraes Campelo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
13	520099	20/02/1987	Felipe Gustavo Da Rosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
14	521205	25/11/1978	Gizelle Catarina Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
15	517007	19/02/1966	Iara Maria Zaupa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
16	520884	06/03/1994	Jaqueline Porto Anflor	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
17	508078	22/10/1998	Jeferson Marcelino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
18	519525	29/11/1966	Jerri Jose Da Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
19	511379	14/06/1989	Joao Luis Gomes Canez	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
20	521128	17/05/1995	Jonpedro Policarpo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
21	515637	17/04/1965	Jorge Antonio Da Silva Brunetta	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 8
22	510890	04/09/1979	Josimere Maria Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
23	509275	15/08/1985	Lissandra De Almeida	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
24	519054	08/02/1997	Luana Resnizeke Kaminski	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
25	521019	15/02/1993	Lucas De Souza Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
26	516998	06/04/1985	Luiz Antonio Fontanive Linck Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
27	516413	19/02/1958	Marcelo De Mattos Brum	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
28	516409	16/10/1967	Marcia Eloy Da Cunha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
29	517294	23/01/1996	Maria Leda Santos Da Silva Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
30	518541	10/04/1982	Mary Ellen Silva Rosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
31	519065	24/03/1991	Mayara Nunes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
32	519115	25/01/1984	Nauro Almeida Canabarro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
33	514602	20/11/1994	Patricia Carvalho De Morais	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9

Página 7 de 23

Processo Seletivo Edital 004/2016 Programas Especiais do Município de Garopaba



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

34	508067	26/04/1970	Paula Soares	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
35	517754	05/06/1994	Priscila Martinho Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
36	507626	24/05/1988	Rebeca Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
37	513616	10/04/1961	Reinaldo Felix	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
38	519331	10/12/1992	Renan Santos De Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
39	519044	24/05/1991	Riceli Guatimosim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
40	511870	27/04/1960	Rita Nazario	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
41	515980	02/08/1982	Rodrigo Barcellos Brizolla	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
42	511845	29/09/1989	Rodrigo Orestes Tabor	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
43	508104	02/06/1972	Rozimeia Dos Santos Pires	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
44	511124	07/02/1957	Vera Susana Cardona Siqueira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
45	519889	19/08/1983	Vinicius Reis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
46	510913	21/05/1990	Viviane Maria Raulino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
47	517854	03/09/1990	Waleska De Almeida Machado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
<b>Assistente Social</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	519457	20/04/1969	Benta Campos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
2	508431	16/06/1965	Carlos Eduardo Dos Santos Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
3	508429	27/08/1982	Ingrid Cabreira Burque	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
4	512107	07/06/1985	Leidiane De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
5	519242	09/09/1994	Renata Cyrillo Mota	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
6	508543	09/03/1962	Vera Lucia Ramos Fraga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
<b>Auxiliar de Consultório Dentário (Ax. de Saúde Bucal)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	516586	09/01/1981	Alexandra Fonseca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
2	512205	29/10/1983	Camila Mainieri Chagas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
3	512025	23/10/1971	Digleima Santos da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
4	518535	12/04/1998	Elisa Campos Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

5	521421	14/03/1999	Gabriela Lima Santana	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
6	507979	10/01/1961	Leni Santos De Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
7	508368	13/07/1983	Lisiane Antunes Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
8	507685	06/09/1984	Luana Tereza Silvano	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
9	515337	31/08/1973	Rute Dias Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
10	508396	01/09/1984	Silvana Rosa De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
11	515933	15/11/1974	Suziane Endres	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
12	511917	22/04/1979	Telma Da Silva Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
<b>Educador Físico (NASF)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	518754	20/10/1962	Adriane De Oliveira Ehlers	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
2	520294	07/06/1969	Alex Sandro Rodrigue Madruga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
3	518092	14/03/1976	Andre Luiz Schardong	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
4	520694	15/06/1983	Carolina Weingärtner Tavares	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
5	520401	25/05/1971	Claudia Feijo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
6	521181	19/03/1982	Eduardo Magalhaes Capeletto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
7	517412	18/03/1983	Eliana Seibel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
8	521419	14/01/1984	Jose Gustavo Canova	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
9	518936	23/02/1976	Jose Gustavo De Azevedo Misurelli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
10	516186	21/10/1958	Jose Luiz Laguna De Paula	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
11	511773	17/01/1989	Julio Cezar Sena Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
12	510872	30/07/1992	Lidiane Fatima Lino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
13	508702	11/04/1969	Maria Cristina Candido Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
14	509274	06/12/1990	Oanita De Oliveira Braga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
15	507633	28/05/1989	Tatiane Do Nascimento Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
16	518889	23/03/1987	Wagner Moreira Mello	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Enfermeiro										
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala			
1	517535	20/09/1991	Andressa Soares Seer De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
2	520937	30/01/1980	Bianca Carlos De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
3	517643	07/08/1986	Bruna Disconzi Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
4	507643	17/12/1978	Carolina Fornari Bitencourt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
5	520406	04/12/1984	Caterine Berwig	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
6	514530	11/08/1959	Celita Bregue Daniel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
7	518655	01/07/1984	Cintia Abel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
8	519105	30/11/1973	Cristiane Macuglia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
9	519169	12/12/1991	Damaris Souza Matta De Mattos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
10	518894	06/04/1986	Danubia Cascaes Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
11	516973	19/02/1983	Edineia Lazzari	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
12	512725	14/03/1994	Eduarda Serafim Pacheco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
13	519171	03/04/1986	Fernanda Pereira Botega	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
14	520047	12/01/1985	Gabriella Baldessar Polla	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
15	515879	10/08/1992	Hyago Guedes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
16	519317	06/08/1968	Ilma Chaves Duarte	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
17	516438	02/10/1964	Katia Regina Jose	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
18	507768	14/01/1978	Leticia Scheufler Stefani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
19	520958	12/10/1983	Lizandra Chane	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
20	517073	03/05/1970	Luciane Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
21	520953	03/10/1981	Luzia Carlos De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
22	518066	30/12/1980	Maira Bernardino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
23	508590	15/03/1979	Marcia Kersting Battaglim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
24	516485	05/01/1969	Maria Teresa Bertoncini Mendes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
25	521454	05/03/1989	Mariana Cholet De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
26	518816	16/03/1979	Nedison Dos Santos Marcelli Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
27	519807	13/08/1989	Pamela Delgado De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			
28	511326	06/03/1986	Paula Elias De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13			



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

29	515954	25/10/1991	Rafaela Nazzi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13
30	515924	20/08/1972	Renata Graciani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13
31	518561	12/02/1971	Simone Baciuet Pistorello	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13
32	507915	08/06/1962	Tania Regina Almeida De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13
33	517834	14/09/1978	Valkiria Sanches Pereira Tolentino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 13
<b>Enfermeiro (CAPS)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	521414	24/03/1987	Luana Carminatti Pizani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14
2	508649	29/09/1986	Simoni Tomaz Do Nascimento Zucheto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14
<b>Fisioterapeuta</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	519050	16/07/1990	Bruna Bohrer Mozzaquattro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
2	516184	23/07/1993	Fernanda De Gregori	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
3	507816	08/02/1967	Heloisa Kihara Baldanca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
4	521396	22/06/1989	Ido Canova Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
5	507751	12/01/1989	Julia Coimbra Naue	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
6	515473	11/08/1983	Kassio Magnus Klassmann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
7	507801	07/10/1990	Laura Wuttig Berbam	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
8	519773	14/04/1992	Luanna Oliveira Leal	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
9	516933	13/02/1987	Maiara Miri	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
10	516200	17/11/1977	Mayra Ternes Amaral	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
11	512438	04/06/1977	Melissa Wallauer	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
12	517074	26/06/1991	Monica De Oliveira Dutra	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
13	520661	19/06/1985	Renan Machado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
14	515250	16/11/1983	Sabrina Scheid Mezzari	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
15	507595	13/05/1990	Taina Polita	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18
16	516841	09/05/1986	Viviane Carvalho De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 18





Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Fonoaudiólogo									
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala		
1	520646	21/09/1993	Guilherme Jair Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17		
2	521513	02/06/1974	Luana Fabiola Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17		
3	515575	02/12/1971	Luciana Brito Veiga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17		
Médico									
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala		
1	511636	04/07/1972	Alexandra Nunes Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
2	520621	05/03/1991	Ana Clara D'acampora	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
3	518181	10/07/1990	Andrea Ruschel Träsel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
4	519918	26/07/1991	Barbara Perussatto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
5	518416	15/08/1984	Bruna Lourenco Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
6	514725	19/05/1989	Bruna Lucena Bohlke	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
7	520361	03/12/1989	Bruno Kras Friedrich	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
8	520900	27/01/1969	Daniel Rech Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
9	511039	25/01/1987	Danielle Jardim Trevisan	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
10	512636	28/06/1982	Fabio Pinto Da Silva Jordao De Barros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
11	519661	11/03/1991	Guilherme Quint	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
12	507940	20/10/1988	Guilherme Frederico Weege	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
13	520388	06/07/1985	Gustavo Henrique Cavalli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
14	521296	28/11/1988	Leticia Moreira De Castro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
15	508571	12/10/1966	Luciano Raymundo Huber	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
16	517266	31/03/1987	Martina Becker	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
17	518176	24/10/1952	Nair Magalhaes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
18	511673	04/11/1985	Paula Sassi Tomasi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
19	508199	03/12/1987	Pedro Hilgert	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		
20	512960	21/01/1993	Vitor Leonardo Nandi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14		



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Médico Cardiologista				Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO				
1	517942	06/04/1956	Eduardo Moili	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 14
Médico Emergencista				Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO				
1	521579	23/08/1980	Alessandra Basilio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
2	515398	09/07/1966	Ana Lucia Corveta Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
3	517084	26/12/1975	Ana Paula Dias Barbosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
4	518941	23/04/1985	Antonia Teixeira Leite Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
5	511849	07/10/1975	Arlindo Pereira Dias Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
6	515611	16/02/1987	Barbara Sabrine Kilpp	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
7	511273	22/04/1978	Bruno Mancini Bari	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
8	518896	02/04/1981	Bruno Righetto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
9	511297	16/04/1987	Bruno Rosso Bianchi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
10	514854	02/03/1987	Caio Cesar Martins Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
11	513132	16/02/1982	Elizandra Sottili	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
12	518061	20/07/1965	Fabio Silveira De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
13	520977	30/07/1983	Guilherme Zimmermann Kummer	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
14	512437	10/06/1981	Gustavo Amaral De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
15	521391	14/10/1992	Joao Antonio Spott De Oliveira Boza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
16	507989	09/05/1974	Leila Andersson Westphalen De Godoy	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
17	518915	12/03/1975	Marco Streliaev Centeno	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
18	511933	25/03/1990	Mariana Viana Bezzi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
19	520426	31/07/1981	Michael Correia Alcantara	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
20	508206	29/05/1972	Peter Maciel Haberlehner	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
21	520051	17/06/1985	Rafael Caetano Do Amaral	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
22	521467	04/07/1978	Raquel Ferreira Jose	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15
23	514191	19/07/1987	Thales Simoes Pires De Almeida	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 15



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça/Pescoço						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	519191	31/10/1986	Ana Paula Baggio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	513494	24/04/1970	Diego Alvarez Naranjo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Médico Ortopedista						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	518395	20/12/1968	Eduardo Stangherlini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	521339	02/10/1974	Leandro Avellar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	521177	09/09/1986	Paulo Alves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	507969	08/06/1983	Rodrigo Pereira Do Amaral	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
5	520174	01/10/1982	Thiago Arpini Valerio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Médico Psiquiatra (CAPS)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	507794	27/03/1966	Andrea Aparecida Monne	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	520579	10/09/1955	Benhur Xavier Porto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	509283	22/01/1985	Christofer Moraes Balen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	516742	11/04/1980	Edyr Batista Schwerz Burtet	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
5	508351	17/10/1978	Pedro Edison de Campos Juliani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
6	516362	30/06/1986	Rafael Arceno	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
7	519280	14/10/1980	Rodrigo Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Médico Urologista						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	514298	13/03/1972	Andre Luis Silva De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Médico Veterinário						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	515355	24/11/1980	Alexandre Figueira Lemos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

2	519349	30/07/1970	Ana Claudia Fagundes Gurgel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
3	518154	01/01/1972	Andrea De Souza Rita Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
4	509160	27/01/1988	Bruna Rufatto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
5	513137	27/04/1989	Eduardo Rosa Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
6	512929	29/07/1992	Estela Deunio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
7	516150	16/03/1977	Guilherme Durante Cruz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
8	512453	31/12/1992	Joao Paulo Novelletto Pisa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
9	516984	12/05/1983	Julia Dos Santos Eitelwein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
10	521066	04/05/1987	Julia Morais	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
11	518133	06/12/1990	Melissa Juliette Meisen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
<b>Monitor de Oficina de Arte Terapia/teatro (PETI)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	518697	10/03/1982	Eveline Klein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
<b>Monitor de Oficina Terapêutica Artes - CAPS</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	517398	14/08/1968	Liliane Gomez Wasem	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
2	511935	16/10/1966	Marcia Miranda Barbosa Mello	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
3	519179	19/04/1976	Nina Paula Thomas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
4	514900	04/09/1967	Osnaldo Airtton Leite De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
5	515481	09/01/1982	Paula Paz Reichert	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
6	518773	24/07/1982	Renata Bonora Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
7	516494	26/08/1981	Simone Silveira Nunes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
<b>Monitor de Oficina Terapêutica Corporal - CAPS</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	515725	26/08/1988	Carolina Pohlmann De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
2	512427	04/11/1992	Luisa Fialho Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
3	511076	05/04/1981	Raquel Amaral Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9

Processo Seletivo Edital 004/2016 Programas Especiais do Município de Garopaba

Página 15 de 23



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

4	520660	19/06/1985	Renan Machado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
5	508275	20/09/1977	Sonia Beatriz De Moraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 9
<b>Monitor de Oficina Terapêutica Música - CAPS</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	517567	30/10/1980	Gilberto Francisco Magalhaes Capeletto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
2	511296	13/08/1973	Teodoro Aparecido Rafael	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
<b>Nutricionista</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	520204	16/11/1995	Bruna Da Costa Borges	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
2	520819	14/09/1985	Carolina Pereira Rolim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
3	515157	15/01/1994	Eduarda Mello Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
4	520057	06/07/1991	Fernanda Chaves Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
5	520612	18/12/1992	Francielle Zolim Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
6	515633	22/03/1966	Karem Cristina De Arruda Calvete	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
7	519645	09/08/1986	Leticia Longaray Mahl	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
8	521502	26/10/1995	Luana Bremm	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
9	521300	02/01/1983	Maria Isabel Nunes Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
10	512416	27/12/1979	Marisa Rodrigues Prado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
11	518249	02/10/1949	Miriam Helma Jochade Breda	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
12	520622	04/10/1985	Pamela Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
13	516609	20/04/1989	Thábata Nalu de Andrade	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
14	511790	06/11/1981	Viviane Cossio Senandes Sena	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
15	515289	27/05/1988	Viviane Skrepka Vaz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
<b>Odontólogo</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	508348	23/05/1987	Ageu Raupp Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
2	515300	08/07/1991	Ana Laura Gurski Mattia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

3	515415	26/11/1983	Andre Luiz Giongo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
4	518775	19/10/1993	Andressa Sberce	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
5	521006	14/11/1992	Anna Carolina Vitti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
6	520381	15/04/1992	Arthur Milech De Assuncao	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
7	519855	16/04/1993	Bruna Fatima Vargas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
8	508598	20/01/1992	Bruna Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
9	518487	17/08/1994	Camila Zanatta Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
10	516135	22/10/1984	Camilla Ferreira Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
11	516091	26/11/1984	Carina Cardinal Do Amaral Velho Heck De Novaes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
12	520307	08/10/1985	Cassia Ferreira Guimaraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
13	516169	05/03/1991	Cassia Oliveira Klein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
14	511538	15/05/1980	Cristian Zanonni Dallastra	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
15	518693	08/07/1981	Cristiano Figueiredo Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
16	518242	05/05/1985	Daianne Kffuri	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
17	511140	09/02/1994	Daniela Da Silva Bittencourt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
18	513007	16/05/1991	Dayana Damazio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
19	517255	08/12/1992	Diully Rodrigues Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
20	519365	16/04/1992	Eduardo Picinini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
21	520525	20/11/1984	Elisama Silveira Azevedo Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
22	507960	21/12/1992	Eloise Nathalia Ruschel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
23	517682	25/08/1993	Eneias Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
24	521333	18/02/1993	Fabio Barzan De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
25	516162	14/09/1982	Felipe Ferreira Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
26	518134	18/02/1975	Felipe Jose Dias Mendes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
27	508256	17/01/1985	Felipe Mariani Daltrozzo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
28	518946	01/01/1982	Fernanda Machado Broering	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
29	518873	16/11/1986	Fernando Bergossa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
30	519364	27/02/1991	Franciny Scharf Patel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 10
31	515295	27/01/1982	Gabriel Alves Pinto De Lemos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
32	516227	03/10/1989	Gabriel Behs Gerhardt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11

Processo Seletivo Edital 004/2016 Programas Especiais do Município de Garopaba

Página 17 de 23



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

33	508977	17/10/1987	Gabriela Walter Da Luz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
34	520774	06/02/1989	Giordano Maciel Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
35	516155	15/08/1988	Giulia Lima Sberse	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
36	516078	04/12/1995	Igor Abreu De Bem	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
37	518980	29/12/1992	Igor Suptitz Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
38	510998	26/08/1993	Ilen Nascimento Regis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
39	508444	11/02/1992	Inaui Niero De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
40	508820	28/08/1993	Isabel Lange Funari De Carvalho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
41	520458	23/02/1994	Jaqueline Leonardi Pazinato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
42	508437	13/11/1991	Jean Carlos Riboldi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
43	518845	09/09/1994	Jheinniffer Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
44	508949	03/10/1992	Julia Michels	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
45	521018	13/01/1985	Juliano Barbosa da Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
46	521491	29/10/1993	Kauane Larissa fuck	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
47	511421	11/06/1994	Larissa Alano Bratti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
48	518842	16/07/1990	Leidna Caumo Grapilia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
49	516198	08/09/1986	Lucas De Gregori	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
50	518646	14/02/1986	Lucas Ramos Puzinato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
51	515563	07/07/1962	Lucia Mara Xavier Avanco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
52	515901	20/11/1990	Luciana Thais Pilz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
53	520509	14/01/1983	Luisa Rezende Rosinato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
54	514961	17/10/1992	Luiz Guilherme Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
55	512274	22/02/1992	Maiara Alves Serafim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
56	518861	21/03/1963	Mara Lucia Germani Xavier	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
57	518642	04/06/1992	Marcela Rodrigues Moretti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
58	517835	26/07/1977	Marcelo Vaz Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
59	515659	17/02/1972	Marco Antonio Diniz Azevedo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
60	513105	27/01/1987	Marcos Fernando Tronco Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 11
61	519075	14/04/1992	Mariana Brun	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
62	518201	17/11/1994	Mariana Sousa Alves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12

Processo Seletivo Edital 004/2016 Programas Especiais do Município de Garopaba

Página 18 de 23



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

63	512278	18/07/1991	Mariane Machado Botega	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
64	508439	14/07/1993	Marília Cimolin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
65	516317	17/05/1988	Marina Polyana Wanghon Maia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
66	519916	15/01/1973	Maurício Serikawa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
67	509088	01/07/1994	Micheli Alves Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
68	519753	11/08/1988	Miriam Martins Bueno	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
69	519802	09/08/1992	Norton Rodrigo Facin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
70	508375	10/01/1996	Paulina Schmidt Boesel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
71	516753	14/05/1991	Priscila Moraes Flores	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
72	514812	28/02/1989	Renato Petille	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
73	511152	20/09/1980	Sidhartha Dos Reis Stefanosky	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
74	507682	19/10/1991	Tamara Barcellos Peron	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
75	515087	23/11/1994	Tamirys Prim Pauli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
76	519796	24/10/1991	Thalita Zanette De Albuquerque	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
77	515319	06/06/1979	Vagner Figur Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
78	515354	24/09/1975	Veronica De Almeida Gardelin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12
79	520474	07/12/1991	Victor Marcio Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 12

  

Psicólogo (NASF)							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	514888	05/05/1988	Adriana Souza Gallo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
2	519197	15/12/1979	Aline Tome Igreja	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
3	516696	21/05/1982	Bertrand Freund	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
4	516777	08/06/1991	Bruna Abbud Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
5	508633	20/01/1988	Carolina De Vasconcellos Mazoni	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
6	515394	18/09/1983	Cecilia De Castro E Marques	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
7	517664	22/09/1984	Francine Viegas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
8	518954	14/10/1989	Gabriela Viana	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
9	515664	19/05/1986	Inti De Mesquita Alt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
10	517534	07/07/1977	Jessica Oliveira Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16





Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

11	508577	17/08/1989	Larissa Santana Cunha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
12	514473	17/01/1969	Leo Luciano	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
13	513626	22/12/1987	Liana Cristina Della Vecchia Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
14	508395	03/03/1989	Luciana Bohnen Azambuja	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
15	518258	23/09/1983	Marcio Leandro Delor Rodriguez	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
16	516518	26/04/1989	Mariana Vanzo Batista De Azevedo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
17	519877	21/02/1993	Marriety Cristine Braz Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
18	518458	01/06/1987	Pamela Xavier Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
19	518741	01/07/1980	Renata Fonini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
20	519493	09/12/1975	Richard Jesus Assimos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
21	519222	23/03/1980	Simone Celaro Begni	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
22	519346	14/09/1987	Valesca Miotti Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16
23	515953	28/02/1962	Valquiria Domingues De Faria Felix	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 16

  

Psicólogo CAPS (clínica e grupos)							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	518979	17/03/1951	Andre Luiz De Carvalho Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
2	508480	13/09/1988	Fernanda Maria Stein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
3	508046	03/07/1987	Francieli Sarmento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
4	518180	13/03/1986	Francine Medeiros De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
5	509125	19/09/1991	Guillermo Falavigna Cracco Paiva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
6	507941	16/10/1982	Helton Luiz Godinho Bederode	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
7	517287	25/10/1961	Ilani Michielin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
8	517388	21/01/1974	Izabel Barbelli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
9	521439	09/06/1992	Jefferson Leal	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
10	507656	26/05/1983	Joici Estacio Jordao	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
11	520726	28/10/1988	Juliana Catarina Kras Maffra	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
12	521163	22/08/1969	Lilian Mara Toews	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
13	519051	21/09/1989	Maluany Borges De Lorena	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
14	519043	25/10/1984	Marcos Silveira Fagundes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

15	513915	08/12/1990	Maria Alice De Carvalho Echevarrieta	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
16	516054	06/06/1983	Marina De Nadal Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
17	510921	03/03/1980	Naira Cristina Pires	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
18	519979	21/01/1985	Natalia Amaral Ambros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
19	512289	16/11/1979	Paola Colleone Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
20	515966	14/06/1993	Paula Steinhau	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
21	518635	06/11/1974	Tatiane Nunes Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 17
<b>Técnico em Enfermagem (CAPS)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	508630	18/01/1968	Benhur De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 10
<b>Técnico em Enfermagem (ESF)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	508022	22/09/1981	Adriana Bessa Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
2	517066	07/03/1975	Ana Cristina Almeida Da Silva De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
3	508039	26/07/1981	Ana Lucia Estevaso Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
4	507454	24/12/1981	Angela De Jesus Alves Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
5	513816	25/11/1969	Eliane De Campos Jeronimo Geremias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
6	511618	23/08/1985	Giselle De Souza Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
7	507618	14/08/1992	Jaqueline Rita Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
8	516203	19/07/1983	Josilene De Souza Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
9	519267	10/06/1956	Lidia De Fatima Quinto Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
10	511143	23/09/1995	Luana Dias Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
11	518488	14/07/1988	Marcia Amaral Da Cruz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
12	507544	11/03/1963	Maria Elizabet De Lima Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
13	507532	07/08/1959	Maria Izabel Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
14	517437	25/08/1980	Maria Nazare Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
15	516241	30/08/1973	Patricia Varela Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
16	507678	28/02/1983	Raquel Ivani Mendonca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

17	507568	13/10/1974	Valmes Adriana Estevao Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
<b>Técnico em Enfermagem (SAMU)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	507739	17/01/1979	Carlos Eduardo De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
2	518528	26/01/1981	Giselle Gerhardt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
3	508369	18/07/1973	Rozimar Pacheco Martins Lourenço	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
4	517295	01/07/1978	Samana Grotkowski	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 11
<b>Técnico em Enfermagem (Unidades)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	521001	12/04/1972	Alessandra Hofmann Allet	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
2	519419	25/08/1979	Ana Paula Pessi	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
3	508165	26/03/1977	Andreia Pohlmann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
4	515869	20/09/1981	Anelise Santos De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
5	509295	19/09/1974	Cristiane dos Santos Teixeira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
6	515687	12/06/1982	Fabiula Rodrigues Garcia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
7	515758	09/04/1987	Gabriela Lopes Duarte	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
8	520326	22/08/1989	Gustavo Muniz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
9	517062	24/10/1976	Ivete Solange Barbosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
10	515744	03/04/1992	Jenifer Paz Bastos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
11	520186	11/04/1987	Juliana Da Luz Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
12	518548	25/10/1990	Lenise Motta De Avila	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
13	518507	16/07/1980	Lidiane Silveira Domingos Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
14	516039	26/07/1994	Linda Ines Dihi Malta	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
15	520133	15/02/1966	Lisiani Serefini Benetti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
16	512979	12/10/1972	Maria Aparecida Bernardino Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
17	511577	10/06/1982	Mariliete Vieira Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6
18	515275	16/03/1988	Paola Costa Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 6



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Editais n.º 004/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS**

Técnico em Raio X						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	511641	15/02/1965	Angela Batista	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	511184	03/12/1987	Danieli Macedo Da Cunha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	516158	23/12/1987	Diego Joao Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	515518	15/06/1974	Fatima Stromm Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	516824	05/10/1983	Guacira Regio Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	515314	21/07/1990	Inajara Cagliari Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	507721	05/03/1996	Iria Caroline Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	511422	05/08/1993	Isabelle Cristine Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	513635	03/03/1980	Jaqueline De Jesus Godoy	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	518899	21/03/1992	Jessica Vicente	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
11	519928	06/07/1987	Juliana Latronico Torres	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
12	516555	01/07/1983	Leila Noal	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
13	515469	24/05/1996	Lucas Barotto Boettcher	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
14	508087	04/05/1982	Maina Neis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
15	512738	02/05/1988	Mariana Ribeiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
16	520673	25/10/1960	Mirtes Monte Da Fonseca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
17	515006	07/10/1989	Morgana Lanziotti	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
18	519682	20/08/1980	Rodrigo Canello Kaufmann De Camargo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
19	520469	30/05/1979	Rodrigo Gomes De Vargas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
20	508258	27/02/1983	Vagner Pires	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
21	513112	31/03/1995	Vinicius Seara Barreto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
22	515743	12/04/1982	Walex Irmo Daniel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50

**ATO 006 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016**

Estado de Santa Catarina

**Município de GAROPABA****Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****ATO 006/PS/005/2016****DIVULGA ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS****DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2016 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

O Senhor **Paulo Sergio de Araujo**, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos listados no **ensalamento do anexo I** deste ato, para comparecerem no dia **15 de janeiro de 2017**, para a realização da Prova Escrita Objetiva, no seguinte local e horário:

**1.1 Confirmação do Local de Prova:**

**Escola do Centro – E.B.B Prof. José Rodrigues Lopes**  
**Rua Prof. Antonio José Botelho, Centro**  
**Garopaba - SC**

**1.2 Confirmação dos Horários de Prova conforme o Cargo:**

PERÍODO MATUTINO		
Cargo	Período de Prova	Fechamento Portão
Merendeira	Matutino	08h50
Motorista (caminhão/automóvel/ônibus)	Matutino	08h50
Professor com Habilitação (20h Nível Médio)	Matutino	08h50
Professor com Habilitação (40h Nível Médio)	Matutino	08h50
Servente	Matutino	08h50
PERÍODO VESPERTINO		
Cargo	Período de Prova	Fechamento Portão
Fonoaudiólogo	Vespertino	13h50
Nutricionista	Vespertino	13h50
Professor com Licenciatura (20h Nível Superior)	Vespertino	13h50
Professor com Licenciatura (40h Nível Superior)	Vespertino	13h50
Professor de Artes (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Artes (30h)	Vespertino	13h50
Professor de Ciências (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Educação Física (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Educação Física (30h)	Vespertino	13h50
Professor de Educação Física (40h)	Vespertino	13h50
Professor de Geografia (10h)	Vespertino	13h50
Professor de História (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Inglês (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Inglês (30h)	Vespertino	13h50
Professor de Inglês (40h)	Vespertino	13h50
Professor de Língua Portuguesa (10h)	Vespertino	13h50
Professor de Matemática (10h)	Vespertino	13h50
Psicólogo	Vespertino	13h50
Psicopedagogo	Vespertino	13h50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**

**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

2. Os candidatos devem comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o fechamento dos portões de acesso, portando documento oficial com foto, caneta esferográfica de tubo transparente preferencialmente de tinta preta, ou azul.

GAROPABA, 12 de janeiro de 2017

---

Paulo Sergio de Araújo  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 13/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**ANEXO I – ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS**

Fonoaudiólogo						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão Sala
1	520527	15/10/1993	Gabriela Farias De Camargo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50 Sala 9
2	508871	30/05/1993	Micheli Machado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50 Sala 9
<b>Merendeira</b>						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão Sala
1	521243	27/01/1977	Ana Paula Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
2	512451	28/12/1971	Andrea Amorim Carlsem	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
3	518328	25/08/1958	Deyse Suzana Utzig Monteiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
4	511963	10/12/1973	Gislei Aparecida Da Cunha Campos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
5	511761	05/02/1954	Marcia Costa Pacheco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
6	515803	08/06/1964	Maria Madalena Teixeira Puchalski	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
7	509207	25/05/1967	Marli Fatima De Camargo Miorando	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
8	515963	16/05/1989	Mauricio Machado Figueiredo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
9	521522	19/11/1970	Reginaldo Nunes De Araujo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
10	521459	12/11/1964	Soraia De Oliveira Vicente	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 2
<b>Motorista (caminhão/automóvel/ônibus)</b>						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão Sala
1	511799	26/06/1979	Adilson Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
2	511232	17/07/1972	Alexandre Jose Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
3	515887	07/08/1981	Andre Alves Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
4	516209	04/02/1961	Andre Pereira Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
5	513686	03/09/1985	Atanasio Goncalves Filho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
6	521159	23/04/1981	Atelis Izac Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
7	508690	05/02/1962	Batista Santana	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
8	520601	02/01/1984	Daniel Rodrigues Da Cruz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1
9	511099	09/11/1991	Edson Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50 Sala 1



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

10	508847	20/08/1953	Erico Zanini Feitosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
11	516988	06/11/1988	Fernando Pospichil De Araujo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
12	508162	03/06/1983	Gilberto Gonçalves Ramos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
13	508110	09/02/1984	Gilmar Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
14	511819	21/01/1971	Gilsi Manoel Valentim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
15	515550	20/02/1985	Giovani Da Silva Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
16	511745	30/07/1976	Idmilson De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
17	509100	01/01/1984	Ismael Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
18	517784	02/11/1981	Israel Rodrigues De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
19	509192	16/07/1969	Jair Da Silva Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
20	518113	23/08/1983	Janilson Pereira De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
21	514709	15/10/1976	Jardel Beschow Von Muhlen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
22	509182	16/11/1962	Joao Batista De Souza Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
23	509329	26/02/1982	John Raquel Neri	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
24	511813	03/10/1991	Jonas Zanghelini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
25	512635	31/10/1953	Jose Amilton Teixeira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
26	515258	07/05/1983	Jose Bruno Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
27	513111	02/02/1983	Leandro Dos Santos Ribeiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
28	520652	10/08/1978	Leonir Radaelli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
29	520665	03/04/1992	Lucas Santana Furtado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
30	521452	11/04/1971	Luiz Fernando Trindade Paim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
31	517524	16/07/1976	Manoel Joao De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
32	518162	11/10/1986	Marciano Da Luz Hoffmann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 1
33	520934	27/05/1976	Marcio Messa Xavare	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
34	508612	12/07/1992	Matheus Antunes Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
35	507790	12/02/1988	Michel Araujo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
36	514933	30/05/1979	Otair Silveira Correia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
37	521093	03/10/1987	Paulo Roberto Moraes Filho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
38	513138	02/08/1983	Robson De Souza Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2
39	513015	15/07/1981	Silvio De Sousa Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 2





Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Nutricionista						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	509334	15/01/1995	Ana Paula Leandro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	507576	13/01/1991	Angelica De Vargas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	515981	26/05/1960	Neusa Klein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	509035	30/01/1986	Taize Da Silva Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Professor com Habilitação (20h Nível Médio)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	521189	13/05/1976	Daniela Pacheco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
2	521082	08/02/1971	Deizi Jacobsen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
3	518198	19/03/1958	Eliana De Castro Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
4	520107	20/02/1977	Estefania Espirito Santo Hermel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
5	516067	12/01/1954	Eva Antoria Almeida	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
6	517003	06/07/1980	Grasiela Maciel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
7	518240	09/08/1980	Leandra Carine Costa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
8	512002	13/12/1965	Luci Lelia De Oliveira Azambuja	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
9	511383	20/01/1982	Luciana Chultes Cirone	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
10	517650	12/07/1974	Luiz Augusto Gerchevski	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
11	516258	18/11/1954	Maria Cristina De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
12	517407	10/11/1967	Mariangela Moreira Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
13	518100	07/05/1992	Milene Chagas De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
14	515019	01/09/1994	Raiana Kosarevitz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
15	512966	25/04/1974	Sandra Regina Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
16	514889	27/10/1976	Sônia Regina de Souza Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50
Professor com Habilitação (40h Nível Médio)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	509311	16/10/1970	Aline Denise Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

2	514756	16/06/1984	Anaís Klamt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
3	519414	24/06/1999	Bianca Reis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
4	519920	27/07/1971	Carla Luciane Favero Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
5	517725	29/09/1983	Carlise Ledur Rigo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
6	516894	13/08/1970	Celia Dos Santos Soares	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
7	517647	27/06/1977	Debora Korndorfer	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
8	516809	08/11/1979	Debora Pires Custodio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
9	516882	30/04/1998	Guilherme Kahl	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
10	519109	25/04/1967	Humberto Ribeiro Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
11	516926	22/05/1998	Milena De Oliveira Xavier	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
12	508076	14/01/1979	Priscilla Da Costa Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
13	509102	01/10/1970	Suzana Larroyd	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
14	517592	23/11/1975	Taise Bacquet Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
15	510852	06/11/1990	Tatiana Inacio Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3
16	518050	29/04/1984	Vanessa Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	Sala 3

**Professor com Licenciatura (20h Nivel Superior)**

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	516163	07/08/1994	Aline Nascimento Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
2	519199	04/02/1975	Ana Cristina Leal	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
3	509302	04/07/1981	Angela Maria Zanelato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
4	518930	20/04/1989	Angelica De Amorim Constante	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
5	515974	18/04/1979	Barbara Carolina Figueiro Lersch	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
6	512647	30/06/1987	Betina Lorensi Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
7	519235	20/02/1987	Bibiana Casulo Jaquet Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
8	508271	29/05/1986	Bruna Giordani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
9	513068	02/02/1988	Camila Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
10	508674	06/03/1967	Carmem Motta Nunes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
11	507602	17/06/1974	Carulina Medeiros Duarte	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
12	510955	09/03/1984	Clarissa Rodrigues Veronese	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

13	510975	12/11/1976	Claudia Marques	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
14	512742	24/01/1976	Cristiani Pacheco Freitas Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
15	508586	25/07/1988	Daniela Porsch Casagrande	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
16	521083	08/02/1971	Deizi Jacobsen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
17	508309	09/03/1975	Denize Pacheco De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
18	508695	30/11/1974	Elizandra Celina Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
19	510940	26/11/1980	Emerenciana Maciel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
20	518226	01/06/1990	Francieli Silveira De Assis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
21	515947	18/10/1985	Gabriela De Amorim Crispim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
22	512268	22/09/1978	Giovana Badia Pires	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
23	512768	05/01/1981	Giselle Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
24	511181	02/01/1973	Glauce De Cassia Tacques Fogaca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
25	507767	01/09/1976	Indiamara Joice de Araujo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
26	515324	20/02/1990	Isis	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
27	511666	12/02/1985	Jaqueline Benta Santana Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
28	507501	25/04/1976	Josiane Terezinha Goncalves De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
29	511977	30/06/1987	Joyce Ferreira Rosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
30	513406	02/07/1979	Juliana De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
31	512335	27/07/1981	Katia De Souza Goncalves De Amorim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
32	517473	16/11/1985	Maria Cristina De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
33	507788	19/06/1959	Maria De Lurdes Martins Do Nascimento Ostrowski	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
34	518948	21/12/1974	Maria Elizabete Bento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
35	517408	10/11/1967	Mariangela Moreira Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
36	512364	07/04/1962	Marilisa Menezes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
37	521033	24/04/1961	Marta Bergallo Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
38	516666	02/02/1979	Maurilia Pereira Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 4
39	510956	12/03/1993	Naiane Da Silveira Severino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
40	511587	31/08/1977	Otilia Darci Rodrigues Stefen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
41	516800	30/08/1982	Pamela Paula Aureli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
42	516464	11/01/1975	Patricia Pereira Lobo De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5

Página 7 de 17

Processo Seletivo Edital 005/2016 Secretaria da Educação do Município de Garopaba



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

43	507732	10/02/1989	Rafaela Vieira Adriano	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
44	507631	28/04/1989	Renata Vieira Marcelino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
45	514862	16/12/1982	Roberta Nascimento Pacheco Furtado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
46	520154	03/10/1965	Rosane Maria Pereira Roese	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
47	513777	29/03/1989	Rosimere Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
48	518704	11/06/1986	Sandrine Botzan Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
49	511700	11/03/1986	Sara Cabral	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
50	508402	07/07/1973	Silvia Cristina Scrinz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
51	517328	10/03/1965	Silvia Regina De Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
52	512532	28/02/1980	Silvia Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
53	508037	07/06/1972	Valdirene Rodrigues Estevao Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
54	507461	31/12/1985	Vanessa Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
55	508870	04/01/1984	Vivian De Abreu	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
56	515316	28/11/1981	Viviana Flor Teixeira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5

  

Professor com Licenciatura (40h Nível Superior)							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	511001	26/05/1977	Adriana Dos Santos Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
2	512344	18/11/1979	Adriana Ilda Torquato	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
3	508923	13/10/1968	Alcina Maria De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
4	508092	27/07/1992	Amabile Da Silva Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
5	507433	13/11/1992	Amanda Martins Lourenco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
6	518504	15/02/1966	Ana Claudia Capra Pastro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
7	514364	15/11/1983	Ana Paula Prata De Lima Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
8	516484	22/04/1986	Ana Paula Raupp	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
9	508247	27/09/1985	Andresa De Oliveira Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
10	519764	02/03/1994	Andressa Campos Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
11	508006	16/01/1990	Bruna Soares De Jesus	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
12	521542	10/02/1988	Camila Bueno	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
13	507687	16/08/1983	Charlene Pacheco De Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

14	508619	10/10/1991	Chirlem Pacheco Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
15	512371	06/10/1981	Chirley Coutinho Domingos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
16	516178	19/06/1985	Clara Amaral Frota Simm	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
17	508290	08/10/1983	Claudia Cristina Medeiros Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
18	512253	26/09/1964	Conceicao Da Silveira Pacheco Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
19	520120	28/10/1971	Cristiane Abreu Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
20	507723	18/08/1979	Cristina Farias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
21	519300	06/10/1985	Daiana Cleide Marcelino Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
22	512170	09/08/1979	Daniela Cizino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
23	514705	19/10/1981	Darlene Pires Custodio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
24	515121	23/07/1994	Deborah De Souza Bento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
25	515418	27/11/1968	Edula Queiroz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
26	512241	13/04/1982	Erica Amboni Rocha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
27	508670	26/08/1988	Etielle Pacheco De Sousa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
28	507586	05/12/1977	Fabiana Custodio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
29	507791	31/10/1985	Fernanda Aline Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
30	508599	22/07/1980	Fernanda Tiemi Setani	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 1
31	507750	21/07/1984	Francieli De Almeida Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
32	512595	29/07/1984	Georgina Dornelles Saraiva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
33	512637	21/10/1982	Gislaine Kelli Joao	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
34	507617	15/06/1984	Greicy Pacheco Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
35	516157	27/03/1971	Iara Dos Santos Martins Westrup	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
36	508742	20/02/1969	Idalimar Madruga Garcia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
37	511727	28/09/1981	Isabel Cristina Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
38	508746	15/01/1987	Isabela Hoffmann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
39	514773	25/01/1992	Janaína Elenir Marcelino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
40	512664	21/01/1992	Jessica Helena Coelho Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
41	513970	15/10/1984	Joise Luiz Bento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
42	513043	27/08/1977	Josiane Faraco Da Luz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
43	512375	11/05/1976	Jussandra Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2

Página 9 de 17

Processo Seletivo Edital 005/2016 Secretaria da Educação do Município de Garopaba



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

44	509187	17/06/1977	Kacilda De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
45	512615	15/09/1974	Kirley Lisboa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
46	512717	04/06/1991	Lays Alves Dos Anjos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
47	508015	12/05/1987	Lilian Bortolatto Nunes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
48	511812	19/08/1985	Luana Dias Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
49	508705	24/06/1967	Lucia Eckert Madalosso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
50	510941	19/12/1984	Lucilene Maciel Alexandre	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
51	512684	05/02/1980	Marcia Regina Dos Anjos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
52	512817	16/08/1962	Maria Da Gloria Nascimento Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
53	511719	05/05/1974	Maria De Lourdes Alexandre	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
54	507572	22/07/1968	Maria Goreth De Matos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
55	515935	11/03/1985	Mariana Di Fiori Busin	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
56	518973	19/06/1984	Mariana Quevedo De Jesus	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
57	508945	26/04/1967	Marilene Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
58	508968	04/09/1963	Mercedes Alexandrino Aguiar	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
59	512459	08/12/1971	Mirian Moraes Espindola Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
60	509312	31/03/1960	Ondina Marinet Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 2
61	520389	26/09/1970	Patricia De Souza Quadros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
62	512624	23/12/1992	Priscila Cunha Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
63	508509	22/06/1989	Renan Rodrigues Fraga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
64	511122	19/01/1976	Rosiana Rodrigues Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
65	511709	30/12/1978	Rosimari Maria Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
66	511586	08/10/1975	Rosinei Rodrigues Pereira Lopes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
67	511402	03/07/1985	Rosinete Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
68	517432	28/08/1975	Saete Ivone Dill	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
69	516284	14/05/1971	Sandra Izabel Inacio Pedro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
70	507527	28/11/1983	Sandra Regina Botzan Maria	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
71	519408	13/05/1979	Sani Goncalves Jobim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
72	508812	25/04/1975	Sheilacristina Jaculi Martins Silverio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
73	515578	16/12/1968	Simone Aguiar Passuelo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

74	507434	21/09/1983	Suelen Maria De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
75	511976	25/01/1968	Tania Mara Porto Laurentino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
76	512734	12/03/1972	Tania Maria Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
77	509058	23/05/1972	Tatiane Agostinho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
78	509082	05/07/1962	Teresa Campos De Quadros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
79	512729	03/07/1987	Vanessa Drechsler	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
80	515562	09/09/1989	Vanessa Ojeda Rocha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
81	512260	25/09/1966	Veronica Marques De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
82	518238	30/01/1982	Viviane Mallmann Hehn	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 3
<b>Professor de Artes (30h)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	509181	01/06/1969	Aloiso De Mello Filho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
2	510915	16/08/1973	Andrea Maria Do Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
3	517864	13/01/1980	Claudia Pires Bento Lobo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
4	515706	17/02/1984	Diord Luid Borges	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
5	518807	09/02/1984	Francisco Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
6	519767	08/03/1981	Gislaine Nair Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
7	518898	13/05/1982	Maria De Fatima Domingos Pacheco	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
8	508595	24/12/1994	Mariane De Souza Avila	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
9	519036	03/03/1977	Nidia Di Paula Batalha	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 8
<b>Professor de Ciências (10h)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	520635	10/12/1984	Aline De Oliveira Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
2	508312	20/10/1981	Bruno Zanella Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
3	517726	29/09/1983	Carlise Ledur Rigo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
4	517718	08/02/1964	Ducilea Pacheco Guimaraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
5	517004	06/07/1980	Grasiela Maciel	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
6	508954	12/12/1986	Igor Da Silveira Berned	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

7	513121	27/05/1977	Jerusa Soares De Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
8	517689	13/11/1994	Luana Gonçalves Miguel Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
9	507807	11/12/1987	Miriane Do Nascimento Schaurich	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
10	517089	01/02/1986	Renata Martins Caçador	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
11	511135	24/01/1988	Virginia Aparecida Barbosa Batista	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 5
<b>Professor de Educação Física (10h)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	507766	31/03/1982	Lauro Da Silveira Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
2	508011	17/11/1980	Patrícia De Toledo Ramos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
3	508969	15/10/1983	Priscila Unbehaum Rocha Pinto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
<b>Professor de Educação Física (30h)</b>							
<b>Seq.</b>	<b>Nº INSC</b>	<b>Data Nasc</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>Local de Prova</b>	<b>Período</b>	<b>Fechamento Portão</b>	<b>Sala</b>
1	515762	15/05/1983	Alvaro Francisco Carvalho Alvares	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
2	507551	13/12/1978	Ana Maria Von Hoonholtz	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
3	508748	23/09/1988	Bruna De Souza	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
4	516063	29/10/1986	Carla Castro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
5	507691	19/05/1994	Cesar Mattos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
6	513050	03/02/1983	Clarissa Mercker Sperafico	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
7	514262	17/06/1982	Conrad Da Silva Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
8	519708	02/05/1979	Daniel Marcelino Rabello	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
9	515059	31/07/1973	Edilberto Alves Passos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
10	515727	30/11/1971	Edler Terraciano	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
11	520649	15/02/1980	Eduardo Marcel Fernandes Nascimento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
12	519878	29/10/1978	Eduardo Spritzer	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
13	516741	19/11/1989	Frederico Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
14	511040	13/05/1995	Jonas Morais Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
15	521000	13/04/1983	Marcia Portela	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
16	515169	18/08/1984	Mariana Barbosa Drago	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6





Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

17	518348	14/12/1972	Mirele Monguilhott	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
18	516433	01/01/1993	Monique De Souza Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
19	520616	02/02/1987	Nicolas Beck	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
20	511984	22/04/1992	Nicole Kaufmann Anselmo	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
21	509273	06/12/1990	Oanita De Oliveira Braga	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
22	516561	15/04/1987	Ricardo Linden	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
23	519770	23/11/1991	Robinson Barros Mendonca	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
24	507936	23/11/1993	Rodrigo Mendonca Da Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6
25	508904	06/09/1982	William Vargas Paes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 6

**Professor de Educação Física (40h)**

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	512285	23/09/1988	Adriano Garcia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
2	518757	29/05/1978	Aneia Dematte Vanelli	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
3	519477	14/12/1952	Dartagnan Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
4	512632	28/10/1971	Eliete Serafini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
5	519142	19/11/1984	Fernanda Menezes Goettems	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
6	507982	16/03/1984	Hudson Pires Teixeira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
7	510957	12/05/1992	Jean Garcia Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
8	510949	05/04/1993	Karine Da Silva Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
9	516367	17/06/1982	Maicon Lima De Moraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
10	512799	16/06/1985	Paula Carolina Bitello De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
11	510926	13/02/1982	Pietra Gonzales Da Silva	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
12	507983	18/03/1991	Ricardo Teixeira Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
13	518358	30/05/1989	Rogério Nunes Bonorino	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
14	509215	23/08/1981	Ruy Castro Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7

**Professor de Geografia (10h)**

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	512905	13/09/1972	Clovis Augusto Da Conceicao Monteiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

2	507925	27/01/1985	Julio Fernandes de Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
<b>Professor de História (10h)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	511861	05/05/1984	Anderson Voss	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
2	520412	22/12/1990	Fernanda Figueiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
3	518145	17/12/1990	Gilmar Gonçalves Machado	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
4	508363	07/07/1980	Isabel Lacau	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
5	515003	09/03/1982	Joao Vinicius Dos Santos Bobek	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
6	518311	13/02/1974	Mauricelia Teixeira De Albuquerque	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
7	512318	15/10/1985	Raquel Braun Figueiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
8	513031	26/03/1987	Renata Silvano De Carvalho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
9	518237	01/02/1973	Rodrigo De Azevedo Biermann	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 7
<b>Professor de Inglês (10h)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	519777	08/04/1969	Adriana Regina Tome	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
2	518282	29/12/1975	Andrea Jeanine Tecchio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
<b>Professor de Inglês (30h)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	512267	20/12/1987	Camila Cristina Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
2	515468	24/09/1990	Francine Luiz Bento	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
3	521360	09/02/1988	Nathalia De Oliveira Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9
<b>Professor de Inglês (40h)</b>							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	509142	13/07/1984	Clebson Machado Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50	Sala 9



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Professor de Língua Portuguesa (10h)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	519138	05/10/1964	Ana Delmar Ribeiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	514861	14/06/1981	Andreia Gadini Maia	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	517872	05/08/1982	Daiane Bulsing	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	517756	05/06/1994	Priscila Martinho Gonçalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
5	518802	24/07/1982	Renata Bonora Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Professor de Matemática (10h)						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	519152	13/05/1990	Andrea Da Costa Greff	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	520316	27/07/1992	Celiane Santini	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	519866	24/11/1972	Deise Lisana Fogliato Dala Nora	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	511835	30/08/1979	Igor Silva Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
5	514971	28/11/1973	Jean Carlos Feliciano	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
6	519952	12/08/1972	Leandro De Moraes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
7	520239	29/01/1984	Priscilla Marcelino Martins	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
8	516918	25/04/1974	Sandra Regina Silveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
9	520245	12/01/1989	Valdirene Teixeira Flor	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
Psicólogo						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão
1	520022	13/01/1991	Eduarda Vilanova	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
2	508481	13/09/1988	Fernanda Maria Stein	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
3	512827	30/01/1983	Flora Curia Gomes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
4	518772	01/08/1982	Gabriela Tegen	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
5	516468	20/11/1990	Lais Sincas Conte	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
6	507585	02/09/1960	Lucia Raquel Sieben De Oliveira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
7	518393	08/08/1975	Maria Aparecida Castilho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50
8	520505	14/07/1986	Paula Silva De Felippetto	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	15/01/2017 13:50



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
 Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Psicopedagogo						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Sala
1	517886	03/04/1984	Leidiana Dantas Alves Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	Sala 9
2	516165	22/06/1957	Luiza Schmidt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Vespertino	Sala 9
Servente						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Sala
1	513408	29/01/1986	Alex Rodrigo Meinchein Macaneiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
2	508647	16/12/1967	Amarildo Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
3	519923	01/03/1977	Andresa Fidelis Fernandes	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
4	508349	17/07/1998	Annelise Soares De Lemos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
5	512735	16/06/1955	Antonio Carlos Monteiro	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
6	508424	08/10/1980	Carmina Amorim	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
7	507747	17/02/1973	Cristiane Maria Vieira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
8	512743	05/09/1967	Elizabeth Pereira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
9	508953	26/06/1972	Iara Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
10	509098	07/09/1960	Joceli Da Costa Marques	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
11	517954	12/11/1988	Jonas Oliveira De Andrades Junior	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
12	507606	25/04/1997	Kethily Kelli Leodoro Dos Santos	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
13	508346	08/12/1976	Leandro Mortola De Lima	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
14	511035	05/09/1990	Leticia Santos Botelho	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
15	512649	19/12/1964	Malvina Soares Estacio	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
16	514751	13/10/1956	Maria De Fatima Klamt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
17	520459	13/04/1970	Mauricio Leal Evangelista	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
18	507675	15/07/1965	Maurina Goncalves	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
19	508719	09/03/1954	Mercedes Batista Cardoso	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
20	507623	25/11/1976	Meryvone Maria Cardoso Leal	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
21	512291	04/11/1972	Neide Patricia Ferreira	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4
22	517396	01/02/1973	Odair Jose Mari	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	Sala 4



Estado de Santa Catarina  
**Município de GAROPABA**  
**Edital n.º 005/2016 de PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

23	511141	05/07/1964	Regina Sebastiao Dias	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
24	514928	26/04/1974	Rosa Maria Furtado Scheidt	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
25	507955	14/08/1966	Rosimaria Rodrigues	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
26	507714	12/07/1967	Rozineia Pacheco Machado Da Rosa	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
27	514990	19/10/1961	Sergio Miorando	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
28	512746	13/03/1959	Valciria De Medeiros	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>
29	507679	21/10/1977	Zelina Alexandrina Soares De Freitas	EBB Prof José Rodrigues Lopes	Matutino	15/01/2017 08:50	<b>Sala 4</b>

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 025/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 025/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 031/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 031/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 13/01/2017 até 13/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 027/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 027/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NILTON FERREIRA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO Nº 44/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 44/2015. Processo nº 95/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ N.º 13.565.760/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 44/2015 por mais 12 (doze) meses a partir de 01/01/2017. Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 028/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 028/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PERTONILIO ESTÁCIO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 029/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 029/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GABRIELA CAETANO SILVERIO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 13/01/2017 até 13/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 030/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 030/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EMERSON RONALDO KLAVAL

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 13/01/2017 até 13/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

# Garuva

## PREFEITURA

### **DECRETO 043/2017**

DECRETO Nº. 043 de 12 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a nomeação da senhora Geisse Kelly Budal, para o cargo comissionado de Secretária Administrativa do Gabinete do Vice-Prefeito.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a senhora GEISSE KELLY BUDAL, portadora do CPF nº 102.659.549-59, para o cargo comissionado de Secretária Administrativa do Gabinete do Vice-Prefeito – CC5, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 16 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Decreto Municipal nº 013/2007.

RESOLVE:

Constituir a equipe responsável para realização de Pregão Presencial, de acordo com o art. 3º inciso I da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, no Samae de Governador Celso Ramos.

Art.1º - Fica designado como Pregoeiro:

Renato da Silva, ocupante de cargo efetivo.

Art 2º - Ficam designados para compor as equipes de apoio ao Pregoeiro os servidores:

Edson Antonio Francisco, ocupante de cargo efetivo;

Angilberto Roberto Amon, ocupante de cargo efetivo;

Kleber leite, ocupante de cargo em comissão.

Ailson Jadir Porto, ocupante cargo em comissão;

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de Janeiro de 2017.

AICIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

### PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Constituir a CPL – Comissão Permanente de Licitação de Acordo com o art. 51 parágrafo 4. da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição.

AILSON JADIR PORTO PRESIDENTE

RENATO DA SILVA SECRETARIO

EDSON ANTONIO FRANCISCO MEMBRO

ANGILBERTO ROBERTO AMON MEMBRO

KLEBER LEITE MEMBRO

A presente portaria entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições contrárias.

Governador Celso Ramos, 11 de Janeiro de 2017.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do SAMAE

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 04 - 2017

PORTARIA Nº 04/2017

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 13, inciso III, alínea "a", do regimento interno e considerando os termos da Lei Municipal 816 de 01 de abril de 2013 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JAISON JOSÉ DOS SANTOS, CPF nº 008.533.329-83 para exercer o cargo comissionado de Chefe de Gabinete da Presidência, no Poder Legislativo, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 11 de Janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

Presidente

020.383.859-98, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE DO PODER LEGISLATIVO, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo.

Art. 2º - Fica o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Poder Legislativo a perceber os vencimentos correspondentes ao nível CC4 definido pela lei Municipal nº 816 de 01.04.2013.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 11 de Janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

Presidente

### PORTARIA Nº 05 - 2017

PORTARIA Nº 05/2017

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e considerando os termos da Lei Municipal nº 816 de 01 de abril de 2013 e demais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SIMONE VIEIRA GUIMARÃES, brasileira, CPF



# Grão Pará

## PREFEITURA

### PR 01/2017 COMBUSTÍVEL

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 10/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2017-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017. Data e Horário de Abertura: 24/01/2017, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 10 de janeiro de 2017. MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

### PR 02/2017 INST. ARTESANATO

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 11/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2017-PR

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO. Data e Horário de Abertura: 25/01/2017, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 10 de janeiro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EDITAL PARA CADASTRO DE FORNECEDORES COMPLETO 2017.DOC

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS E INSCRIÇÃO DE NOVOS INTERESSADOS 01/2017

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas às inscrições para Registro Cadastral para efeito de habilitação para Licitação, e também atualização dos registros existentes, para o ano de 2017, válidos por, no máximo, um ano, conforme Art. 34 e § 1º da Lei 8.666/93.

#### I – DO HORÁRIO

1.1 – As inscrições e atualizações dos registros serão realizadas através da Comissão Permanente, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no Setor de Compras e Licitações, na Rua Ademar de Barros, 85, em Guaraciaba, de Segunda a Sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. O registro cadastral estará permanentemente aberto aos interessados.

#### II – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

2.1 – Ao requerer a inscrição no cadastro, ou a atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do Art. 27 da Lei 8.666/93:

- 2.1.1 – habilitação jurídica;
- 2.1.2 – qualificação técnica;
- 2.1.3 – qualificação econômico-financeira;
- 2.1.4 – regularidade fiscal.

2.2 – A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- 2.2.1 – cédula de identidade;
- 2.2.2 – registro comercial, no caso de empresa individual;
- 2.2.3 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhamento de documentos de eleição de seus administradores;
- 2.2.4 – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 2.2.5 – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.3. – A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso consistirá em:

- 2.3.1 – prova de inscrição no cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.3.2 – prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.3.3 – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 2.3.4 – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.3.5 – prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho,

mediante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (Disponível no site: <http://www.tst.jus.br/certidao>), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.4 – A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
2.4.1 – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

2.5 – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

- 2.5.1 – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- 2.5.2 – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Parágrafo único: os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão oficial.

#### III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididas em grupos, segundo a qualificação técnica e econômica avaliada pelos elementos constantes da documentação relacionada nos itens 2.4 e 2.5 deste Edital e conforme os Arts. 30 e 31 da Lei 8.666/93.

3.2 – Aos inscritos será fornecido certificado, renovável sempre que atualizarem o registro.

3.3 – A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do item 2.1 deste Edital, ou as estabelecidas para classificação cadastral.

3.4 – Maiores informações e/ou cópias do Edital poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, junto a prefeitura Municipal de Guaraciaba, na Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, de Segunda à Sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas ou pelo telefone 049 3645-2000.

GUARACIABA, 12 de janeiro de 2017

ROQUE LUIZ MENEHINI,  
Prefeito Municipal

### MINUTA DE EDITAL DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES 2017.DOC

Estado de Santa Catarina  
Município de Guaraciaba

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados no fornecimento de bens e serviços a este Ente Federado, para procederem à inscrição e/ou atualização de seus registros cadastrais.

Os interessados obterão maiores informações junto ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Ademar de Barros, Nº85, ou pelo

telefone 0xx49-3645.2000.  
Guaraciaba 12 de janeiro de 2017.  
ROQUE LUIZ MENEZHINI,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 02.17 AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO IDOSOS E MATERIAIS DE LIMPEZA. DOC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 05/17, Edital de Pregão Presencial Nº 02/17. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para Manutenção atividades dos Idosos; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 30/01/17; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 30/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)  
Guaraciaba em 13 de janeiro de 2017.

IDIONE KROTH FABBI,  
Ordenador do FMS

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 14.17 MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA ESCOLAS MUNICIPAIS.DOC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 18/17, Edital de Pregão Presencial Nº 14/17, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 01/02/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 01/02/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)  
Guaraciaba em 12 de janeiro de 2017.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 188/2016 – PMG

Processo Licitatório: 188/2016 – PMG

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa para o serviço de roçada, poda de árvores, limpeza de áreas públicas e jardinagem para o município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 26/01/2017 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 26/01/2017 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de janeiro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 028/2017**

PORTARIA Nº. 028/2017

Nomeia Alisson Demetrio Fernandes como Assistente Administrativo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Alisson Demetrio Fernandes, na função de Assistente Administrativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 029/2017**

PORTARIA Nº. 029/2017

Nomeia Jaderson Jesse Girola como Assistente Administrativo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Jaderson Jesse Girola, na função de Assistente Administrativo, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017 - PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2017

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso VIII da Lei nº. 8666/93 comunica a Contratação de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, com metas e ações a serem executadas com as famílias rurais, tendo por finalidade promover o desenvolvimento sustentável, possibilitando o aumento da renda, melhorando a qualidade de vida e zelando pela preservação ambiental do município de Guarujá do Sul.

FORNECEDOR: EMPRESA DE PESQUEIRA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL – EPAGRI

VALOR ANUAL R\$ 31.140,24

Vigência: Janeiro a dezembro de 2017.

Guarujá do Sul, 12 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder;

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01\_2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento

dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO, abaixo relacionado, para na data de 16 de Janeiro de 2017, as 07h30min, comparecer junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Condutor de Veículos	WILMAR REINISCH	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

12 DE JANEIRO DE 2017.

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA.

ATA 001/2017

ATA DA SESSÃO SOLENE ESPECIAL PARA ESCOLHA DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2017/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADOR DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO EXERCÍCIO DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA, PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, PRIMEIRO PERÍODO, QUINQUAGÉSIMO QUARTO ANO DE SUA INSTALAÇÃO. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, com início às dez e quarenta e cinco horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores reuniram-se em Sessão Solene Especial os Vereadores eleitos, sob a Presidência do vereador ILÁIRO BAUMGARDT, conforme prevê o artigo 47 do Regimento Interno. Constatando-se o número regimental, a existência de quórum legal, com a totalidade de seus membros, o Presidente em exercício cumprimentou os parlamentares presentes: ANTÔNIO ANDRÉ DE SOUZA, CLEBER JONAS WESCHENFELDER, GILMAR KLAUS, JORGE BATISTA DA SILVA JUNIOR, JAIR JACÓ MALLMMAN, JAIR TIBOLLA, MARCOS VINICIUS DOS SANTOS E MÔNICA REGINA TAUBE. O Presidente em exercício cumprimentou as autoridades presentes os funcionários desta Casa Legislativa e a população presente. Invocando a

proteção de Deus e das Leis, o Presidente em exercício declarou abertos os trabalhos da presente Sessão Solene Especial para a escolha da Mesa Diretora para o Biênio de 2017/2018. Conforme o Regimento Interno em seu artigo 22 e na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 32 será eleito os seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. Em seguida o Presidente em exercício convidou o vereador Marcos Vinícius dos Santos para secretariar a presente sessão. Convidou todos os presentes, para ficar em pé, em posição de sentido para ouvir a execução do hino do município de Guarujá do Sul. Na sequência convidou a Assessora Jurídica Leidi Daiane Amann para assessorar nos trabalhos. Iniciando os trabalhos o Presidente em exercício explana que conforme edital publicado pela Casa a eleição da mesa diretora será realizada em quatro escrutínios secretos. As inscrições para Presidente já ocorreram anteriormente havendo três inscrições protocoladas pela Casa, sendo: Senhor Antônio André de Souza, Ilário Baumgardt e Gilmar Klaus. Também foi protocolado pelo senhor Antônio André de Souza um requerimento para Registro de Bloco Parlamentar. No que tange a inscrição para Presidente do vereador Antônio André de Souza e o requerimento para o registro do Bloco Parlamentar, o Presidente em exercício proferiu a seguinte decisão: O vereador Antônio André de Souza, protocolou junto a Casa Legislativa sua inscrição para Candidato a Presidente. O



partido PP, PT, PSDB, registrou Bloco parlamentar nessa Casa Legislativa às 9h:31min. Considerando que o edital o qual orienta a Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, assim dispõe: Do Registro dos Blocos Parlamentares: Os Blocos parlamentares deverão ser registrados até as 08horas do dia 1º de Janeiro de 2017 na Secretaria Legislativa para a devida publicação (art. 41 e seus §§ do Regimento Interno). O artigo 41 e §§ do Regimento Interno assim dispõe: Artigo 41. As representações partidárias eleitas em cada legislatura se constituirão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum. § 1º O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara Municipal. § 2º As Lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais. § 3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço dos membros da Câmara Municipal. § 4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentada à Mesa para registro e publicação. Considerando que o artigo 46 do regimento interno assim prevê: Art. 46: A Eleição dos membros da Mesa Diretora, presente a maioria absoluta dos Vereadores, Far-se-á por voto secreto e nominal, realizando-se a escolha por cargos, individualmente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que tenham assento na Câmara. § 1º As Vagas de cada partido ou bloco parlamentar na composição da Mesa serão definidas com base no número de candidatos eleitos pela respectiva agremiação, conforme o resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral, desconsideradas as mudanças de filiação partidária posterior a esse ato. §2º A Representação numérica das bancadas na Mesa será estabelecida com a divisão do número de membros do partido ou bloco parlamentar aferido na forma de § 1º deste artigo pelo quociente resultante da divisão do número de membro da Câmara pelo número de membros da Mesa; o inteiro do quociente assim obtido, denominado quociente partidário, representará o número de lugares a que o partido ou bloco parlamentar poderá concorrer na Mesa. Sendo assim, Indefero o registro da Candidatura do Vereador Antônio André de Souza, tendo em vista que o bloco parlamentar protocolado é intempestivo, pois conforme o edital o mesmo deveria ter sido protocolado até as 08horas do dia 01/01/2017. Diante do indeferimento do pedido da inscrição do vereador Antônio André de Souza a eleição seguiu-se somente em relação aos candidatos Ilário Baumgardt e Gilmar Klaus. Seguindo-se os trabalhos, as cédulas de votação para Presidente foram rubricadas pelo Presidente em exercício e pelos escolhidos da plateia, Senhores: José Carlos Foiatto e Lauri Doss. Em seguida, o Presidente em exercício Senhor Ilário Baumgardt, solicitou a auxiliar legislativa, Franciane Baseggio, para que trouxesse a urna para conferência. Na sequência a urna foi lacrada e devolvida para colocar no local destinado para votação. Após, solicitou ao secretário da mesa em exercício senhor Marcos Vinícius dos Santos para fazer a chamada nominal dos vereadores para a votação do Presidente. O Secretário da Mesa em exercício chamou nominalmente os vereadores: Antônio André De Souza, Cleber Jonas Weschenfelder, Gilmar Klaus, Ilário Baumgardt, Jair Jacó Mallmann, Jair Tibolla, Jorge Batista Da Silva Junior, Marcos Vinícius Dos Santos e Mônica Regina Taube. O Presidente em exercício Solicitou a auxiliar legislativa para que buscasse a urna para conferência. Na sequência, conferiu as cédulas juntamente com os escolhidos da plateia e proclamou o número de votos de cada candidato para Presidente sendo: 05 (cinco) votos para o vereador Gilmar Klaus e (04) quatro votos para o vereador Ilário Baumgardt. Assim, ficando eleito como Presidente para o biênio 2017/2018 o senhor GILMAR KLAUS. O Presidente em exercício suspendeu a sessão para inscrição da eleição a Vice-Presidente. Reaberta a sessão, com duas inscrições protocoladas na secretaria da Casa do vereador Jair Jacó Mallmmman e Jair Tibolla o Presidente em Exercício conferiu as cédulas de votação para Vice-Presidente, sendo

rubricadas pelo mesmo e pelos senhores Normélio Ari Menegazzo e Edemar Taube. A urna foi lacrada com fita e entregue para a Auxiliar Legislativa colocar no local destinado a votação. O secretário em exercício, Marcos Vinícius dos Santos, fez a chamada nominal dos vereadores para a votação para Vice-Presidente. Encerrada a votação para Vice-Presidente o Presidente em exercício conferiu as cédulas juntamente com os escolhidos da plateia e proclamou o número de votos de cada candidato sendo: 05 (cinco) votos para Jair Jacó Mallmmman e 04 (quatro) votos para Jair Tibolla. Ficando eleito como Vice-Presidente para o biênio 2017/2018 o senhor JAIR JACÓ MALLMMAN. Suspendeu a sessão para inscrição de 1º secretário. Reaberta a sessão. Uma inscrição protocolada pela Casa para a vaga de 1º secretário pelo senhor Ilário Baumgardt. As cédulas de votação para 1º secretário foram rubricadas pelo Presidente em exercício e pelos senhores Claudir Olimpio Gräf e Renato Winter. O Presidente em exercício lacrou a urna com fita e entregou para a Auxiliar Legislativa colocar no local destinado a votação. Em seguida, o secretário da mesa senhor Marcos Vinícius dos Santos fez a chamada nominal dos vereadores para votar para 1º secretário. Encerrada a eleição o Presidente solicitou a Auxiliar Legislativa para buscar a urna para conferência. Conferiu as cédulas juntamente com os escolhidos da plateia e proclamou o número de votos do candidato para 1º secretário sendo: 09 (nove) votos para o vereador Ilário Baumgardt. Ficando eleito como 1º secretário para o biênio 2017/2018 o senhor ILÁRIO BAUMGART. O ato de votação prosseguiu continuamente por já constar uma inscrição para 2º Secretário que fora anteriormente protocolada na casa pelo senhor Jair Tibolla. As cédulas de votação para 2º secretário foram rubricadas pelo Presidente em exercício e pelo senhor Darci Hart e pela senhora Iria Rohemkohl Taube. Lacrada a urna com fita e entregue para a Auxiliar Legislativa colocar no local destinado a votação. O secretário da mesa senhor Marcos Vinícius dos Santos fez a chamada nominal dos vereadores para votação do 2º secretário. Encerrada a votação o Presidente em exercício, Conferiu as cédulas e proclamou o número de votos do candidato para 2º secretário sendo: 09 (nove) votos para o vereador Jair Tibolla. Ficando eleito como 2º secretário para o biênio 2017/2018 o senhor JAIR TIBOLLA. Em seguida o Presidente Ilário declarou empossada a mesa diretora para o biênio 2017/2018, a qual ficou assim composta: Presidente GILMAR KLAUS, Vice Presidente JAIR JACÓ MALLMMAN, 1º Secretário ILÁRIO BAUMGART, 2º Secretário JAIR TIBOLLA. Na sequência o Presidente em exercício Ilário Baumgardt passou a palavra para o Presidente eleito Gilmar Klaus para fazer seu pronunciamento. O Presidente eleito fez o uso da palavra e em seguida em nome de Deus e da lei declarou encerrada a presente Sessão Solene Especial para escolha da mesa diretora para o biênio 2017/2018. Convidou a todos para a sessão extraordinária para escolha das comissões permanentes a qual será no dia 10/01/2017 às 19h nesta casa legislativa. Por solicitação do Secretário da mesa em exercício, Marcos Vinícius dos Santos, eu, Franciane Baseggio, Auxiliar legislativa, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos parlamentares presentes. Os pronunciamentos proferidos nesta reunião do Legislativo Municipal Guarajuense não foi gravado, tendo em vista que ocorreu problemas técnicos com o som. Sala das Sessões, ao primeiro dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete.

ANTÔNIO ANDRÉ DE SOUZA	CLEBER JONAS WESCHENFELDER
GILMAR KLAUS	ILÁRIO BAUMGART
JORGE BATISTA DA SILVA JUNIOR	JAIR JACÓ MALLMMAN
JAIR TIBOLLA MARCOS	VINÍCIUS DOS SANTOS
MÔNICA REGINA TAUBE	

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 2º SEMESTRE DE 2016**

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	483.843,53	0,00
Pessoal Ativo	483.843,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>483.843,53</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.342.993,62	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	483.843,53	2,96
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	980.579,62	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	931.550,64	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	882.521,66	5,40

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>61.695,78</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	67.323,56	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	5.627,78	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-61.695,78</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	1.566,39	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	31.963,37	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Guarujá do Sul, 12/01/2017

\_\_\_\_\_  
RODRIGO BREMM  
Presidente

\_\_\_\_\_  
MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

\_\_\_\_\_  
IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

\_\_\_\_\_  
CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

\_\_\_\_\_  
KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

FONTE:

**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.342.993,62	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	483.843,53	2,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	980.579,62	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	931.550,64	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.595.458,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.614.878,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.144.009,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2016**

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	483.843,53	0,00
Pessoal Ativo	483.843,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>483.843,53</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.342.993,62	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>483.843,53</b>	<b>2,96</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	980.579,62	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	931.550,64	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	882.521,66	5,40

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>37.937,07</b>	<b>82.924,70</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	39.647,07	83.141,70	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.710,00	217,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-37.937,07</b>	<b>-82.924,70</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	739,79	2.771,94	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.198,66	17.243,51	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

FONTE:

**MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>				
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3



MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.342.993,62	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	483.843,53	2,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	980.579,62	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	931.550,64	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.595.458,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.614.878,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.144.009,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

# RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOVEMBRO A DEZEMBRO 2016/ BIMESTRE NOVEMBRO DEZEMBRO

Município de Guarujá do Sul - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	579.554,87	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—
DESPESAS							
DOTAÇÃO INICIAL (d)	690.000,00	690.000,00					
DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)							
DESPESAS EMPENHADAS							
No Bimestre	100.141,26	579.554,87	109.362,19		579.554,87		
Até o Bimestre	100.141,26	564.036,87	109.362,19		564.036,87		
SALDO (g) = (e-f)							
110.445,13	68.963,13	52.026,47	16.936,66		110.445,13		
DESPESAS LIQUIDADAS							
No Bimestre	101.249,83	483.843,53	8.112,36		483.843,53		
Até o Bimestre	-1.108,57	80.193,34	0,00		80.193,34		
SALDO (h) = (e-h)							
41.482,00	15.518,00	15.518,00	0,00		41.482,00		
DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)							
579.554,87	564.036,87	483.843,53	16.936,66		579.554,87		
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)							
0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)							
DESPESAS CORRENTES	607.000,00	607.000,00	109.362,19		564.036,87		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	505.000,00	505.000,00	101.249,83		483.843,53		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.000,00	102.000,00	8.112,36		80.193,34		
DESPESAS DE CAPITAL	83.000,00	83.000,00	0,00		15.518,00		
INVESTIMENTOS	83.000,00	83.000,00	0,00		15.518,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00		0,00		
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00		0,00		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Guarujá do Sul - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	109.362,19	579.554,87	110.445,13	579.554,87	0,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	109.362,19	579.554,87	110.445,13	579.554,87	0,00
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	—	109.362,19	579.554,87	—	579.554,87	0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
PresidenteMÔNICA REGINA TAUBE  
Vice PresidenteIRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º SecretáriaCLAUDINEI PEDRO AWANN  
2º SecretárioKELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR POR PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	100,00	109.362,19	579.554,87	0,00
Legislativa	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	100,00	109.362,19	579.554,87	0,00
Ação Legislativa	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	100,00	109.362,19	579.554,87	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	110.445,13	100,00	109.362,19	579.554,87	0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM Presidente	MÔNICA REGINA TAUBE Vice Presidente	IRIA ROHENKOHL TAUBE 1º Secretária
CLAUDINEI PEDRO AMANN 2º Secretário	KELI FÁTIMA GRIEBLER Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPI/TUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.TEL.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM Presidente	MÔNICA REGINA TAUBE Vice Presidente	IRIA ROSENKOHIL TAUBE 1º Secretária
-----------------------------	--	--

CLAUDINEI PEDRO AMANN 2º Secretário	KELI FÁTIMA GRIEBLER Técnico Contábil, CRC-SC 089262/O-3
--	---

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Recarga de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outras Receitas de Contribuições				
Recarga Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Recarga de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)				
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA SOCIAL				

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Guarujá do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Guarujá do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(X) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de Guarujá do Sul - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS								
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM Presidente	MÔNICA REGINA TAUBE Vice Presidente	IRIA ROHENKOHL TAUBE 1º Secretária	CLAUDINEI PEDRO AMANN 2º Secretário	KELI FÁTIMA GRIEBLER Técnico Contab. ORC-SC 039262/C
-----------------------------	--	---------------------------------------	--	---

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	87.535,06	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	87.652,06	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	117,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-87.535,06	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>-87.535,06</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>87.535,06</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita Tributária		0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.		0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A.		0,00	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa		0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VI) = (I + VI)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>564.036,87</b>	<b>551.342,38</b>	<b>564.036,87</b>	<b>551.342,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	535.870,00	483.843,53	428.558,32	483.843,53	428.558,32	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	97.130,00	80.193,34	122.784,06	80.193,34	122.784,06	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>633.000,00</b>	<b>564.036,87</b>	<b>551.342,38</b>	<b>564.036,87</b>	<b>551.342,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>57.000,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>13.748,98</b>	<b>15.518,00</b>	<b>13.748,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	57.000,00	15.518,00	13.748,98	15.518,00	13.748,98	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>57.000,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>13.748,98</b>	<b>15.518,00</b>	<b>13.748,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>690.000,00</b>	<b>579.554,87</b>	<b>565.091,36</b>	<b>579.554,87</b>	<b>565.091,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-690.000,00</b>	<b>-579.554,87</b>	<b>-565.091,36</b>	<b>-579.554,87</b>	<b>-565.091,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
							0,00

**META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM Presidente	MÔNICA REGINA TAUBE Vice Presidente	IRIA ROHENKOHL TAUBE 1º Secretária
CLAUDINEI PEDRO AMANN 2º Secretário	KELI FÁTIMA GRIEBLER Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

<b>RODRIGO BREMM</b> Presidente	<b>MÔNICA REGINA TAUBE</b> Vice Presidente	<b>IRIA ROHENKOH TAUBE</b> 1ª Secretária
<b>CLAUDINEI PEDRO AMANN</b> 2ª Secretário	<b>KELI FÁTIMA GRIEBLER</b> Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	—	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	—	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	—	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							0,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

**FONTE:**

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Guarujá do Sul - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
--	-------------	-------------	-------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>57.000,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.482,00</b>
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>57.000,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>15.518,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.482,00</b>

<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-57.000,00</b>	<b>-15.518,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-41.482,00</b>
--	-------------------	-------------------	----------	----------	-------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guarujá do Sul, 12/01/2017

<b>RODRIGO BREMM</b> Presidente	<b>MÔNICA REGINA TAUBE</b> Vice Presidente	<b>IRIA ROHENKOHL TAUBE</b> 1º Secretária
<b>CLAUDINEI PEDRO AMANN</b> 2º Secretário	<b>KELI FÁTIMA GRIEBLER</b> Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/MÊS JUNHO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
PresidenteMÔNICA REGINA TAUBE  
Vice PresidenteIRIA ROHENKOHIL TAUBE  
1º SecretáriaCLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º SecretárioKELI FÁTIMA GRIEBLER  
Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	0,00	0,00	0,00		0,00		
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							0,00
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIb)/100]</b>							0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00	0,00			0,00	
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	
TOTAL (VIII)					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-	-			-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100
<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
TOTAL					
					<b>0,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Guarujá do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM Presidente	MÔNICA REGINA TAUBE Vice Presidente	IRIA ROHENKOHL TAUBE 1º Secretária
CLAUDINEI PEDRO AMANN 2º Secretário	KELI FÁTIMA GRIEBLER Técnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

Município de Guarujá do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Guarujá do Sul, 12/01/2017

RODRIGO BREMM  
Presidente

MÔNICA REGINA TAUBE  
Vice Presidente

IRIA ROHENKOHL TAUBE  
1º Secretária

CLAUDINEI PEDRO AMANN  
2º Secretário

KELI FÁTIMA GRIEBLER  
Tecnico Contab. CRC-SC 039262/O-3



Município de Guarujá do Sul - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			579.554,87	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			690.000,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			690.000,00	
Despesas Empenhadas			579.554,87	
Despesas Liquidadas			579.554,87	
Despesas pagas			579.554,87	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			579.554,87	
Liquidadas			579.554,87	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-579.554,87	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			15.518,00	41.482,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Guarujá do Sul - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guarujá do Sul, 12/01/2017

<b>RODRIGO BREMM</b> Presidente	<b>MÔNICA REGINA TAUBE</b> Vice Presidente	<b>IRIA ROHENKOHL TAUBE</b> 1º Secretária
<b>CLAUDINEI PEDRO AMANN</b> 2º Secretário	<b>KELI FÁTIMA GRIEBLER</b> Tecnico Contab. CRC-SC 039262/O-3	

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2017/SMAS/HO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017/SMAS/HO

De 13 de Janeiro de 2017.

ABRE INSCRIÇÕES E FIXA NORMAS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO POR CURRÍCULO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO JUNTO AO ABRIGO ANJOS DA LUZ.

A Prefeitura Municipal de Herval d` Oeste SC, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando a necessidade essencial, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado em caráter temporário urgente para o quadro de Psicólogo para o Abrigo Anjos da Luz que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital, e Anexos I e II.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores designados através de Portaria.

1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal.

1.4 Os demais atos e decisões, inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal.

1.5 Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias corridos.

1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.

1.7 As contratações serão pelo prazo determinado, não podendo ser renovado.

#### 2. VAGAS:

Este processo seletivo destina-se ao provimento de 01 (uma) vaga para Psicólogo, para jornada de trabalho de 40 horas semanais podendo atuar em plantão de sobreaviso em finais de semana e feriados, a fim de substituir temporariamente servidor efetivo afastado para licença maternidade:

VAGAS	CARGO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO
01	PSICÓLOGO	40 HORAS SEMANAIS	3.964,08

#### 3. Inscrições:

Local, data e horário das inscrições:

3.1 As inscrições deverão ser realizadas presencialmente no período de 16 e 17 de janeiro de 2017, das 08: 00 às 11:30 h, na sede da Prefeitura Municipal de Herval d Oeste SC, localizada Rua Nereu Ramos nº389, Centro de Herval d Oeste.

3.2 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

3.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

3.4 As inscrições serão gratuitas.

#### 4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO:

4.1 A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato, devidamente registrado em Cartório, (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos:

4.2.1 Ficha de inscrição disponibilizada, devidamente preenchida e assinada.

4.2.2 Cópia do documento de identidade oficial com foto (acompanhada do original).

4.2.3 Cópia do documento com número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);

4.2.4 Cópia do diploma do curso superior na área;

4.2.5 Atestado de Tempo de Serviço em Serviço Público.

4.2.6 Certificados de Curso de aperfeiçoamento na área afim.

4.2.7 Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

4.2.8 Todos os documentos, constantes no item 4 deverão ser entregues no ato da inscrição. Não serão considerados os itens não comprovados na forma descrita, incluindo a experiência profissional.


**5. CRITÉRIOS**

5.1 Maior tempo de serviço prestado ao Serviço Público.

5.2 Maior tempo de serviço prestado em Psicologia.

5.3 Horas de aperfeiçoamento na área afim.

**6. CRITÉRIO DE DESEMPATE**

6.1 Apresentar idade mais avançada.

6.2 Maior número de filhos.

6.3 Residência mais próxima ao local do serviço.

**7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR**

7.1 No prazo de um dia, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

7.3 Os candidatos que não tiverem seu nome contemplado na lista preliminar dos classificados poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, por meio de requerimento protocolado junto à Prefeitura Municipal, na Secretaria de Assistência Social, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irrisignação.

7.4 No prazo de um dia, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de classificação preliminar.

7.5 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será indeferido, com a devida exposição de motivos.

**8. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

8.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, bem como, sem necessidade de desempate, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

8.2 Homologado o resultado final, será lançado edital no mural da Prefeitura Municipal, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Herval d Oeste: com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

**9. CONVOCAÇÕES**

9.1 A convocação para assumir a vaga será imediata.

9.2 A convocação obedecerá à ordem de classificação.

9.3 O candidato classificado que for convocado e não comparecer em 24 (vinte e quatro) horas perderá o direito a vaga, assim como os candidatos que deixarem números de telefone e não retornarem ao chamado, ou endereço desatualizado.

9.4 O candidato que não assumir o cargo no ato da contratação poderá ir para o final da lista de classificação.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 Não seremos fornecidos qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

10.2 Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

Herval D Oeste, 12 de janeiro de 2017.

IVONE ESQUINA AMÉRICO LORINI

Diretora de Assistência Social Prefeito Municipal

**ANEXO I****CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO****ANÁLISE DE CURRÍCULO – EDITAL Nº 001/2017****Análise de Currículos**

Descrição	Data
Período de inscrição:	16/01/2017 a 17/01/2017
Análise dos currículos:	18/01/2017
Publicação do resultado preliminar:	18/01/2017
Recurso:	19/01/2017
Manifestação da Comissão na reconsideração:	20/01/2017
Publicação da relação final:	20/01/2017

**ANEXO II****FICHA DE INSCRIÇÃO****PROCESSO SELETIVO – ANALISE DE CURRÍCULO****EDITAL Nº 001/2017/SMAS/HO**

Nome Completo:

Sexo: M ( ) F ( ) Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Doc. Identidade: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Fones: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Documentos a Recolher:

- Cópia do CPF e identidade oficial com foto (acompanhada do original).
- Comprovante de escolaridade exigida;
- Documentos comprobatórios de participação em cursos, seminários, congressos... na área de atuação;
- Experiência na área de atuação (cópia da carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração, etc..).

DECLARO ter conhecimento prévio e aceitação das instruções e normas estabelecidas neste Edital.

Herval d Oeste, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

Candidato Inscrito Responsável pela Inscrição

**PORTARIA Nº 073/2017**

PORTARIA Nº 073/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CLAIR ZIMMER (Matr. 4041), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de novembro de 2014 e 24 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 12 de janeiro de 2017 a 10 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2017**

PORTARIA Nº 074/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de janeiro de 2017, do servidor LUIZ HENRIQUE GIACOMINI DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência "B", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 075/2017**

PORTARIA Nº 075/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO à Portaria Nº 1411/2016, do Servidor Público Municipal RUBENS ANTONIO CORREIA (matr. 2878), onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 23 de dezembro de 2014 a 22 de dezembro de 2016 ;" leia-se: "referente ao período aquisitivo de 23 de dezembro de 2014 a 22 de dezembro de 2015."

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 12 de Janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 076/2017**

PORTARIA Nº 076/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 602/2016, da Servidora LETÍCIA FUGA VARELA DE OLIVEIRA (Matr. 2776), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2014 e 11 de julho de 2015, para serem gozadas a partir de 12 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 078/2017**

PORTARIA Nº 078/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/ Referência – 9/I, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pelo Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Projetos Técnicos, Nível – DAS-1, a contar de 12 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 001/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
ORGÃO GESTOR

Estado do Paraná  
MUNICÍPIO DE CURITIBA  
STARMED ARTIGOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.  
CNPJ/MF Nº 02.223.342/0001-04  
Rua Benjamin Antonio Ansai nº 180 - Bairro Novo Mundo  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 001/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa STARMED ARTIGOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Benjamin Antonio Ansai nº 180 - Bairro Novo Mundo – município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 02.223.342/0001-04, neste ato representado por sua sócia administradora, Senhora Marta Irene Gesselle, CPF: 666.744.339-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 05C/2016, que tem por objeto de fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para as diversas unidades de saúde do município e Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello – UPA 24HS pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 018/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo do item 089, registrado para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Aditivada	Valor em R\$	Valor Total em R\$
089	DISPOSITIVO INTERMEDIARIO 2 VIAS COM CONECTORES LUERLOK FEMEA, 2 EXTENSÕES EM PVC DOTADAS DE CLAMP E CONEXÃO LUER-DISTAL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO	UNI	VITAL GOLD	1.250	0,56	700,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 76.319,99 (setenta e seis mil trezentos e dezenove reais e noventa e nove centavos) para R\$ 77.019,99 (setenta e sete mil dezenove reais e noventa e nove centavos) representando um acréscimo de R\$ 700,00 (setecentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI	MARTA IRENE GESSELLE
CPF: 162.730.799-00	CPF: 666.744.339-34
Prefeito Municipal	Sócia Administradora

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87



**TERMO ADITIVO Nº 002/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
ORGÃO GESTOR

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
CNPJ/MF Nº 00.802.002/0001-02  
Estrada Boa Esperança nº 2.320 - Bairro Fundo Canoas  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 002/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Estrada Boa Esperança nº 2.320 - Bairro Fundo Canoas – município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhora Anacleto Ferrari, CPF: 523.140.819-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 05E/2016, que tem por objeto de fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para as diversas unidades de saúde do município e Unidade de Pronto Atendimento Remi Alcício Mascarello – UPA 24HS pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 018/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo do item 0255, registrado para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Aditivada	Valor em R\$	Valor Total em R\$
255	SOLUÇÃO DE RINGER LACTATO, 500 ML, SISTEMA FECHADO, ESTERIL, PARA APLICAÇÃO ENDOVENOSA	UNI	Segmenta- Euro-farma	50	2,821	141,05

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 118.520,03 (cento e dezoito mil quinhentos e vinte reais e três centavos) para R\$ 118.661,10 (cento e dezoito mil, seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos) representando um acréscimo de R\$ 141,05 (cento e quarenta e um reais e cinco centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI	ANACLETO FERRARI
CPF: 162.730.799-00	CPF: 523.140.819-00
Prefeito Municipal	Sócio Administrador

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87



**TERMO ADITIVO Nº 003/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
ORGÃO GESTOR

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
CNPJ/MF Nº 94.516.671/0002-34  
Rua Luiz Fagundes nº 1486 - Bairro Picadas do Sul  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 003/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Luiz Fagundes nº 1486 - Bairro Picadas do Sul – município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 94.516.671/0002-34, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Ademar Paulo Schuster CPF: 219.912.940-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 05M/2016, que tem por objeto de fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para as diversas unidades de saúde do município e Unidade de Pronto Atendimento Remi Alcício Mascarello – UPA 24HS pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 018/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo do item 0256, registrado para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Aditivada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
256	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 100 ML, ESTERIL, APLICAÇÃO ENDOVENOSA	UNI	EUROFARMA	1.250	1,98	2.475,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 27.210,00 (vinte e sete mil duzentos e dez reais) para R\$ 29.685,00 (vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais) representando um acréscimo de R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI  
CPF: 162.730.799-00  
Prefeito Municipal

ADEMAR PAULO SCHUSTER  
CPF: 219.912.940-34  
Sócio Administrador

Testemunhas:  
Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 004/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
ORGÃO GESTOR

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
CNPJ/MF Nº 03.505.263/0001-40  
Rua Colibri nº 425 - Bairro Salto Weissbach  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 004/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017**

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Colibri nº 425 - Bairro Salto Weissbach– município de Blumenau - SC, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob 03.505.263/0001-40, neste ato representado por sua Diretora Administrativo Financeiro, Senhora Marileusa Aparecida Stinghen, CPF: 633.595.539-34, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 05D/2016, que tem por objeto de fornecimento de materiais e insumos de enfermagem para as diversas unidades de saúde do município e Unidade de Pronto Atendimento Remi Alcécio Mascarello – UPA 24HS pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 018/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 007/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo de itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Aditivada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
20	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 40X12, BISELTRI-FACETADO E SILICONIZADO, CANHÃO COLORIDO PADRÃO.	UND	SOLIDOR	3750	0,065	243,75
98	EQUIPO MACRO GOTAS INDICADO PARA INFUSÃO SOLUÇÕES PARENTERAIS ESTEREIS; EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO; ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO; PVC FLEXIVEL; TUBO DE 1,50M COM PONTA PERFURANTE E TAMPA PROTETORA; PINÇA ROLETE E CORTA-FLUXO; INJETOR LATERAL RESISTENTE; CONECTOR TIPO LUER UNIVERSAL; CAMERA GOTEJADORA MACROGOTAS COM RESPIRO DE AR COM FILTRO HIDROFOBO E BACTERIOLOGICO; ATOXICO	UND	LABOR IMPORT	2000	1,39	2.780,00
234	SERINGA DE 10 ML, SEM AGULHA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO PRECISA. O ÊMBOLO É DIVIDIDO EM HASTE QUEBRÁVEL E ROLHA DE BORRACHA, O CILINDRO É DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E POR UM PROTETOR DE AGULHA ARTICULADO PRÉ-ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA, TODO O CONJUNTO ESTÉRIL. A SERINGA POSSUI DOIS SISTEMAS: UM DE SEGURANÇA QUE É UM PROTETOR DE AGULHA ARTICULADO QUE DEVE SER ACIONADO APÓS A UTILIZAÇÃO DA SERINGA (EVITANDO ASSIM ACIDENTES COM MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE) E OUTRO SISTEMA DE PREVENÇÃO DE REUSO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTÉREIS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO À OXIDO DE ETILENO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND	LABOR IMPORT	1000	0,297	297,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 214.231,10 (duzentos e quatorze mil, duzentos e trinta e um reais e dez centavos ) para R\$ 217.551,85 (duzentos e dezessete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos ) representando um acréscimo de R\$ 3.320,75 (três mil, trezentos e vinte reais e setentas e cinco centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI MARILEUSA APARECIDA STINGHEN  
CPF: 162.730.799-00 CPF: 633.595.539-34  
Prefeito Municipal Diretora Administrativo Financeiro

**Testemunhas:**

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

**TERMO ADITIVO Nº 005/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Empresa: Andrade Construções Ltda.  
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40  
Av. Beira Rio nº 333 - Centro  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 005/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Beira Rio, 333, Centro, Herval D'Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio-Administrador, portador do CPF nº 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 010/2015, que tem por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra em decorrência do Processo Licitatório Nº 0086/2014, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia Nº 003/2014, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 180 dias contados da publicação do presente termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI  
CPF: 162.730.799-00  
Prefeito Municipal  
Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA  
CPF: 437.061.009-59  
Sócio Administrador  
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

# Ibiam

## PREFEITURA

**CH Nº 01/2017 - PMI**

Município de Ibiam

Edital de Chamamento nº 0001/2017

O Prefeito Municipal de Ibiam, SC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua sede administrativa, sito na rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, na cidade de Ibiam, no dia 03/02/2017 propostas e documentação para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, o edital completo está no site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3534-0044.

Ibiam, 12 de janeiro de 2017.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

**DL Nº 001/2017 - FMS**

Município de Ibiam - FMS

Dispensa de Licitação Nº 0001/2017

O Município de Ibiam, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público a dispensa de licitação para aquisição de combustível.

Contratado: AUTO POSTO XIMBICA LTDA.

Valor: 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Ibiam, 12 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**DL Nº 001/2017 - PMI**

Município de Ibiam - PMI

Dispensa de Licitação Nº 0001/2017

O Município de Ibiam, torna público a dispensa de licitação para serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

Contratado: BRANDALISE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO.

Valor: 7.440,00 (sete mil setecentos e quarenta reais)

Ibiam, 03 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**DL Nº 002/2017 - PMI**

Município de Ibiam - PMI

Dispensa de Licitação Nº 0002/2017

O Município de Ibiam, torna público a dispensa de licitação para aquisição de combustível.

Contratado: AUTO POSTO XIMBICA LTDA.

Valor: 5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais)

Ibiam, 10 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 004/2017**

PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“INSTITUI COMISSÃO PARA CONFERÊNCIA DE ESCRITURAÇÃO PATRIMONIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o parágrafo único, do art. 29 e do inciso VII, do art. 88, ambos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída Comissão para Conferência da Escrituração Patrimonial, a qual será composta pelos seguintes membros:

I – Elaine Mariza Piovesan Zanin, Professor II – Presidente;

II – Rosinei Ceron, Agente Administrativo – Secretária;

III – Gelson Luiz Trevisol, Agente Administrativo – Membro;

IV – Arquilino Antonio de Moraes, Operador de Máquinas Agrícolas – Membro;

V – Maria Solange da Silva Matos Borsoi, Agente Administrativo – Membro.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo, deverá elaborar no prazo de 60 (sessenta) dias a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 005/2017**

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2015 a 31.12.2015	18.01.2017 a 27.01.2017
Elza Rinaldi Coser	02.01.2014 a 01.01.2015	09.01.2017 a 07.02.2017

Ivete Ceron	19.06.2015 a 18.06.2016	02.01.2017 a 11.01.2017
Nilza Teresinha Ceron Trevisol	02.06.2015 a 01.06.2016	16.01.2017 a 25.01.2017
Rozely Ceron	17.02.2015 a 16.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Claudinei Peretti	02.01.2016 a 01.01.2017	03.01.2017 a 01.02.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e

ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adriana de andrade Soares Taiba	01.03.2016 a 28.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Agustinho Cecatto	28.02.2016 a 27.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2016 a 10.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Cácia Aparecida Gonzatto Araldi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Caio Murilo Rinaldi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Domingos Machado da Silva	01.03.2016 a 28.02.2017	03.01.2017 a 01.02.2017
Elaine Mariza Piovesan Zanin	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Eliane Maria Piovesan Recalcatti	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Fátima Fontana Gonzatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Itamar Romanatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Janete Terres	12.12.2015 a 11.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lorizete Teresinha Lutkemeier Gonzatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lucena Teresinha Panceri Viecei	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lucila Dalmolin Ciarnoschi	18.02.2015 a 17.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Mônica Tragancin Hollewegger	14.01.2016 a 13.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Odete Gonçalves Walter Wille	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Rodrigo Felicetti Perosa	10.02.2015 a 09.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Salete Maria da Silva Andrique	06.10.2015 a 05.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Sandra Regina Boesing	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Sandra Trevisol	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Wilmar Scuciato	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:



ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Damir José Cardoso	02.01.2016 a 01.01.2017	05.01.2017 a 03.02.2017
Ivair Ceron	02.01.2016 a 01.01.2017	03.01.2017 a 01.02.2017
Juarez Siqueira	01.03.2015 a 29.02.2016	03.01.2017 a 01.02.2017
Miguel Ernesto Hetzler	18.02.2016 a 17.02.2017	03.01.2017 a 01.02.2017
Severino Antunes	16.09.2015 a 15.09.2016	02.01.2017 a 03.02.2017
Waldir Antonio Rampon	09.02.2015 a 08.02.2016	03.01.2017 a 17.01.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA Nº 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Antonio Luis Souza do Amaral	01.11.2015 a 31.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Delcia Maria dos Santos	02.11.2015 a 01.11.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2015 a 21.01.2016	16.01.2017 a 30.01.2017
Liandro Mengatto	30.06.2015 a 29.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Rose Mari Kowalczyk	01.06.2015 a 31.05.2016	20.01.2017 a 03.02.2017
Salette Maria Balbinote	01.07.2015 a 30.06.2016	02.01.2017 a 16.01.2017
Silvana Regina Bloat	01.05.2015 a 30.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Soeli Aparecida Raizer de Souza	01.05.2015 a 30.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Verônica da Costa Silva	04.12.2015 a 03.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Waldemar Cordeiro	02.07.2015 a 01.07.2016	16.01.2017 a 14.02.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIA Nº 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Debora Rossatto	07.06.2015 a 06.06.2016	09.01.2017 a 07.02.2017
Giseli Seffer Alves de Anhaia	18.12.2015 a 17.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº 018, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

“INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, especialmente as contidas no inciso VII do art. 88, da Lei Orgânica do Município, juntamente com o contido no art. 51, da lei n.º 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2017, a qual será composta pelos seguintes membros:

I – MATHEUS ETHIERRY CERON ZANIN, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, portador do CPF nº 076.699.959-98 – Presidente;

II – RODRIGO FELICETTI PEROSA, Técnico Educacional, portador do CPF nº 007.944.769-45 – Secretário;

III – CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, Diretora de Departamento de Recursos Humanos, CPF nº 490.157.709-30 – Membro;

IV – MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, Agente Administrativo, CPF nº 894.413.209-78 – Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JANEIRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIA Nº 019, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer a função de Pregoeiro, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Ibiã, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Ibiã, o servidor MATHEUS ETHIERRY CERON ZANIN, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, portador do CPF nº 076.699.959-98.

Art. 2º. Ficam também nomeados, para a Equipe de Apoio do pregoeiro, os servidores:

I – RODRIGO FELICETTI PEROSA, Técnico Educacional, portador do CPF nº 007.944.769-45 – Secretário;

II – CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, Diretora de Departamento de Recursos Humanos, CPF nº 490.157.709-30 – Membro;

III – MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, Agente Administrativo, CPF nº 894.413.209-78 – Membro.

Art. 3º. O pregoeiro solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JANEIRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 020/2017**

PORTARIA Nº 020, 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 13 de dezembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ARQUILINO ANTONIO DE MORAES, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível 2 – Referência C, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 05.09.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 15 (quinze) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 10 a 19 de janeiro de 2017.



Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 021/2017**

PORTARIA Nº 021, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA A SRA. MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei nº 584, de 07 de junho de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal da Saúde e Secretária Municipal da Assistência Social – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Parágrafo único. A servidora perceberá os subsídios relativos ao cargo de Secretário Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 022/2017**

PORTARIA Nº 022, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“DESIGNA A SRA. MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA PARA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o inc. II, do art. 7º, da Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997, bem como o art. 10, da Lei nº 027, de 25 de abril de 1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 177, de 31 de agosto de 2001; bem como a Lei Municipal nº 404, de 22 de maio de 2009, RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a Sra. MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA como

Gestora do Fundo Municipal da Saúde – CNPJ nº 11.250.761/0001-18, do Fundo Municipal da Assistência Social – CNPJ nº 14.760.897/0001-66 e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNPJ nº 20.314.353/0001-73.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 023/2017**

PORTARIA Nº 023, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os Senhores CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, Tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 490.157.709-30 e o senhor MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da saúde e Secretária Municipal da Assistência Social, inscrito na CPF sob o nº 015.580.459-61, para efetuar movimentações das contas bancárias dos seguintes Fundos Municipais:

I – CNPJ nº 11.250.761/0001-18 – Fundo Municipal da Saúde;

II – CNPJ nº 14.760.897/0001-66 – Fundo Municipal da Assistência Social;

III – CNPJ nº 20.314.353/0001-73 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Os representantes do Município de Ibiã terão poderes para:

I. 026 solicitar saldos, extratos e comprovantes;

II. 027 requisitar talonários de cheques;

III. 031 autorizar débito em conta relativo a operações;

IV. 036 retirar cheques devolvidos;

V. 094 sustar/contra-ordenar cheques;

VI. 095 cancelar cheques;

VII. 096 baixar cheques;

VIII. 098 efetuar resgates/aplicacoes financeiras;

IX. 099 cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

X. 100 efetuar saques - conta corrente;

XI. 104 efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XII. 105 efetuar transferências por meio eletrônico;

XIII. 106 efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;

XIV. 107 efetuar transferências, exceto por meio eletro;

XV. 119 liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

XVI. 124 solicitar saldos/extratos de investimentos;

XVII. 126 emitir comprovantes;

XVIII. 128 efetuar transferência p/ mesma titularidade- m

XIX. 137 consultar obrigações do débito direto autoriza.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIA Nº 024, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Alcindo Perosa – Carteira Nacional de Habilitação nº 1161840397, nº registro 01377280400, categoria “AC”, com validade até 16.08.2020.

Art. 2º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JANEIRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 025/2017**

PORTARIA Nº 025, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

a) Maria Ivete Gomes de Oliveira – Carteira Nacional de Habilitação nº 859776675, nº registro 02938862926, categoria “B”, com validade até 22.09.2018.

Art. 2º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JANEIRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**PP Nº 01/2017 - PMI**  
MUNICÍPIO DE IBIAM

Edital de Pregão Presencial nº 01/2017

O Prefeito Municipal de Ibiã, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 01/2017 para aquisição de merenda escolar. A abertura das propostas se dará no dia 27/01/2016 às 08h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3534-0044.

Ibiã, 12 de janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA SESSÃO DE POSSE E ELEIÇÃO DE MESA DIRETORA

Ata da Sessão Solene de posse do Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores, realizada na Câmara Municipal de Ilhota (SC), no primeiro período de sua décima quinta Legislatura em 01/01/2017, as 10h00min. Ao primeiro dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete nas dependências da sede do legislativo municipal sito a Rua Bertoldo Simon-98, estiveram reunidos os 09 (Nove) Vereadores eleitos no dia dois de outubro do ano de Dois Mil e Dezesseis Sendo Eles: Pela Legenda Do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Almir Aníbal de Souza com duzentos e oitenta e quatro votos (284), Arnoldo Adriano com quinhentos e vinte e dois votos (522), Francisco Domingos com quatrocentos e cinquenta e dois votos (452). Pela Legenda do Partido Progressista (PP) Sidney Carlos Tomé com Trezentos e noventa e quatro Votos (394). Pela Legenda do Partido Social Democrático (PSD) Sidnei Reinert com quatrocentos e treze votos (413), Juarez Antônio da Cunha com duzentos e oitenta e sete Votos (287). Pela Legenda do Partido trabalhadores (PT) Rogerio Flôr de Souza com trezentos e quatro Votos (304).e pela legenda do Democratas (DEM) Luiz Gustavo dos Santos Fidel com duzentos e quarenta e seis Votos (246). Estiveram Presentes também o Prefeito e Vice –Prefeito Eleitos em dois mil e dezesseis, os Senhores Erico de Oliveira (PMDB) e Joel Jose Soares (DEM). Fora Constatados também a presença Comandante da Policia Militar de Gaspar Capitão Heintje Heerd, Comandante Policia Militar Ilhota Sargento Sérgio Bacher, Comandante Grupoamento Bombeiro Militar Sargento Alexandre Cardoso, Representante Policia Cível Mario Cesar Hack, Reverendíssimo Padre Idonizete Krieger, Representante da Igreja Assembléia de Deus Pastor Claudio Jacó. Iniciando a Sessão, a Mestre de Cerimonia, Senhora Amanda Maschio, Cumprimentou a todos e Convidou para se posicionarem na mesa, Conforme paragrafo único do art.5º do Regimento Interno da Casa, os respectivos Senhores: Arnoldo Adriano para presidir esta Sessão Excelentíssimo Sr. Prefeito Erico de Oliveira Ilustríssimo Vice –Prefeito Joel Soares e Francisco Domingos, o qual iria secretariar a Sessão e Segundo Secretário Luiz Gustavo dos Santos Fidel. Em continuidade, o mestre de Cerimônia procedeu à chamada por ordem alfabética dos demais Vereadores para se posicionarem. Depois dos Vereadores, Prefeito e Vice- Prefeito tomarem seus Lugares, a mestre de Cerimônia convidou a todos os representantes para juntos tomarem seus lugares, o Mestre de cerimônias convidou a todos os presentes para juntos entoassem o Hino Nacional brasileiro. Em seguida a mestre de Cerimonia passou a condução dos trabalhos ao Vereador Presidente dos trabalhos da sessão, o Senhor Arnoldo Adriano, lembrando que o mesmo presidiria a reunião devida ser o Vereador mais idoso. Com a palavra o Senhor Presidente proferiu o seguinte: É com muita satisfação que a Câmara de Vereadores de Ilhota realiza esta Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice–Prefeito do Município de Ilhota, Instalação da 15ª Legislatura (2017/2020) e Eleição da Mesa da Câmara Municipal de Ilhota para a Sessão Legislativa de 2017. Dando Continuidade o Senhor Presidente deu por aberta a sessão solene de posse e instalação da legislatura, de acordo com art.5º do Regimento Interno. Como os Senhores Vereadores eleitos em 02 de Outubro do ano passado já haviam apresentado seus respectivos diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral na Sessão Preparatória de Posse, Realizada em 20 de Dezembro de 2016, ficaram dispensados de fazê-lo nesta data. Ainda, de acordo com o artigo 32 da lei Orgânica, o Senhor Presidente informou que os Senhores Vereadores já haviam apresentado suas respectivas DECLARAÇÕES DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DEVIDAMENTE ATUALIZADAS, quando da realização da Sessão Preparatória. Por

consequente o Senhor Presidente ficou de pé e convidou a todos os Vereadores eleitos a proferirem, também de pé, o seguinte compromisso: " Prometo cumprir a Constituição da Republica Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Ilhota e as demais normas legais, desempenhar com lealdade, o mandato que me foi o bem geral do povo de ilhota, exercendo, com patriotismo, as funções de meu cargo". Em seguida o Senhor Presidente convidou o senhor secretário da Mesa provisória para proceder a chamada nominal dos Vereadores, os quais ainda de pé, resplenderiam: "Assim Prometo". Com a palavra o Senhor Secretário chamou os respectivos Vereadores de forma Nominal, os quais confirmaram o compromisso proferindo a frase subscrita acima. Tendo sido Prestado Compromisso de Posse, o senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário da Mesa Provisória que procedesse à leitura do TERMO DE POSSE DOS SENHOERS VEREADORES, que após lido e achado conforme, fora assinado por todos os Vereadores, para fins de registro. Feito isto, o Senhor Presidente, por poderes regimentais e da Lei Orgânica, na qualidade de presidente da mesa provisória, declarou empossados os Senhores Vereadores pelo período de 1º de Janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020 e declarou instalada a 15ª Legislatura, compreendida de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, Finda a Cerimonia de posse dos senhores Vereadores e instalação da 15ª Legislatura, o Senhor Presidente passou para a Solenidade de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, nos termos do artigo 9º do Regimento Interno desta Edilidade. Em seguida o Senhor Presidente Convidou Senhor Erico de Oliveira e o Senhor Joel Jose Soares a apresentarem os respectivos Diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral e Declaração de Bens, Direitos e Obrigações de seus patrimônios, devidamente atualizados conforme artigo 66, parágrafo 1º da Lei Orgânica Municipal. Realizado Tal Procedimento, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Prefeito e Vice-Prefeito diplomados, que proferissem, de pé, o seus compromissos de posse. De pé, ambos, o Senhor Prefeito e Vice-Prefeito proferiram seus compromissos: "Prometo defender e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, A Lei Orgânica do Município de Ilhota e as demais normas legais, desempenhando, com lealdade, o mandato que me foi outorgado, e exercendo com patriotismo as funções do meu cargo". Tendo sido prestado o compromisso de Posse, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário da mesa Provisória que procedesse à leitura do Termo de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito, que após lido e achado conforme, fora assinado Pelo Prefeito, Vice- Prefeito e pelo Presidente em exercício. Nestes termos, cumpridos os trâmites regimentais, o Senhor Presidente declarou empossados no cargo de Prefeito do Município de Ilhota o Senhor Erico de Oliveira e, no Cargo de Vice- Prefeito, o Senhor Joel Jose Soares, para o mandato compreendido entre 1º de Janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, solicitando ao público que saudassem com uma salva de palmas. Em seguida cumprindo os tramites regimentais o Senhor Presidente convidou por Ordem Alfabética. Os Vereadores para fazerem uso da palavra logo após Convidou Senhor Vice- Prefeito Joel Jose Soares e por último o Senhor Prefeito Erico De Oliveira para fazer uso da palavra, Agradecendo a todos. Encerrados os trabalhos constantes no artigo 6º do Regimento Interno, com o compromisso e posse dos eleitos em 02 de outubro de 2016 e Instalação da Legislatura, de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ilhota, o Senhor Presidente Suspendeu a Sessão pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, para efetivação dos preparativos da eleição da Mesa Diretora da Câmara para Sessão Legislativa de 2017. Antes de desfazer a Mesa de Diretora, o Senhor Presidente agradeceu a

presença de todos, desejando um Feliz Profícuo Ano Novo. Logo após a sessão Foi encerrada ou suspensa por trinta minutos. Após trinta minutos o Senhor Presidente em exercício Arnaldo Adriano, reabriu a Sessão Solene e sob os termos do artigo 23, paragrafo 1º do Regimento Interno, Verificou a presença da maioria absoluta dos Edis. Desta forma, declarou iniciados os trabalhos de escolha dos mesmos da Mesa Diretora para o Exercício de 2017, nos termos Regimentais. Explicou que passados os 30 (trinta) minutos estipulados e regimentais fora apresentado uma única chapa, desta forma perguntou aos nobres Edis, se havia no presente momento alguma objeção ou chapa a ser registrada, todavia nada fora apresentado, sendo assim a reunião deu continuidade. Continuidade, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º do Regimento Interno, que a votação seria secreta, mediante cédula única e impressa, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa Diretora num só ato de votação. Ainda, informou que a cédula de votação seria rubricada por esta Presidência e Fornecida aos Vereadores á medida que fossem chamados, sendo depositada na urna, a qual se encontrava sobre a Mesa Diretora Provisória. Lembrou que, de acordo com o artigo 23, parágrafo 4º do Regimento Interno, seria nulo o voto contido em cédula não rubricada pelo Presidente; que indicasse mais de um nome para o mesmo cargo; que viesse a conter sinal que possa identificar o votante; ou que apresentasse rasuras incapazes de defini-lo. Na oportunidade, lembrou também, que nos termos do Regimento Interno seriam eleitos os Vereadores que obtiverem maioria absoluta. Ou seja, conforme artigo 24 paragrafo 1º do Regimento Interno. Disse que se o candidato não obtivesse maioria absoluta, proceder-se-ia, imediatamente, nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso, conforme artigo 24, paragrafo 2º do Regimento Interno. Comentou que concorreriam num segundo escrutínio os dois Vereadores mais votado para o cargo e, se houvesse empate, o mais idoso, conforme artigo 24, paragrafo 2º do Regimento Interno. Dito isto, Solicitou ao Senhor Secretário da Mesa Provisória que procedesse a leitura da chapa apresentada bem como á chamada nominal de cada Vereador, por Ordem alfabética para votação. Com a palavra o Secretário da mesa Provisória o Senhor Francisco Domingos, leu a única Chapa apresentada, na qual constatava para o cargo de Presidente o Vereador Francisco Domingos, Vice Presidente Vereador Jonatas de Oliveira Jaco, 1º Secretário Vereador Luiz Gustavo dos Santos Fidel e 2º Secretário Arnaldo Adriano. Em seguida o Senhor Secretário informou aos Vereadores que a Cédula de votação era Chapa Única SIM E Chapa Única NÃO, Lembrando que os Vereadores deveriam assinalar com X no Sim ou no X Não, possibilitando ainda em deixar em branco caso quisessem. Depois de rubricadas as cédulas, o senhor Secretário proferiu a chamada nominal para iniciação da Votação. Realizada a votação o Senhor Presidente solicitou a três Vereadores pertencentes a diferentes Bancadas da Casa Legislativa (de acordo com caput do art 24º do Regimento Interno) que procedessem á apuração/contagem dos votos, atuando com escrutinadores, os quais foram: Almir Aníbal de Souza (PMDB), Jonatas de Oliveira Jaco (PSDB) e Juarez Antônio Da Cunha (PSD) Feita apuração dos votos o Senhor Presidente recebendo a mesma, divulgou o resultado em que constaram: sete (07) votos SIM , um (01) votos NÃO , E Um (01) voto BRANCO. Após divulgação do resultado o senhor presidente homologou o mesmo e declarou a composição da Mesa Diretora para sessão legislativa de 2017, a qual ficou assim constituída: Presidente Vereador Francisco Domingos, Vice- Presidente : Vereador Jonatas de Oliveira Jaco , 1º Secretário Vereador Luiz Gustavo dos Santos Fidel, 2º Secretário Vereador Arnaldo Adriano. Em seguida o senhor Presidente convidou os eleitos a tomarem assento á Mesa e assumirem seus respectivos cargos. Senhor Presidente ELEITO, Vereador Francisco Domingos, assumiu os trabalhos, e Agradeceu a todos. não havendo mais Vereador para fazer uso da palavra Presidente deu por encerrada a presente sessão Solene. Essa ata foi Lavrada e assinada por Clarice Barbieri, técnica Administrativa desta Casa, pelo Presidente da Mesa Provisória e Presidente Eleito.

Arnaldo Adriano  
Presidente da Mesa Provisória

Francisco Domingos  
Presidente Eleito

Clarice Barbieri  
Técnica Administrativa

## **ATO DE HOMOLOGAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA – ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 01, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

O excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Ilhota, o Sr. FRANCISCO DOMINGOS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 51 do Regimento Interno, após acordo dos Líderes Partidários, vem por meio deste HOMOLOGAR a nominada dos membros indicados para comporem as Comissões Permanentes para o ano de 2017, a saber:

### **I - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Presidente: Vereador Jonatas de Oliveira Jacó

Relator: Vereador Arnaldo Adriano

Membro: Vereador Cidney Carlos Tomé

### **II - COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO.**

Presidente: Vereador Almir Aníbal de Souza

Relator: Vereador Juarez Antonio da Cunha

Membro: Vereador Luiz Gustavo dos Santos Fidel

### **III - COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.**

Presidente: Vereador Sidnei Reinert

Relator: Vereador Jonatas de Oliveira Jacó

Membro: Vereador Almir Aníbal de Souza

### **IV - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR SOCIAL E ECOLOGIA.**

Presidente: Vereador Rogério Flôr de Souza

Relator: Vereador Juarez Antonio da Cunha

Membro: Vereador Arnaldo Adriano

### **V – COMISSÃO DE URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Luiz Gustavo dos Santos Fidel

Relator: Vereador Cidney Carlos Tomé

Membro: Vereador Almir Aníbal de Souza

### **VI – COMISSÃO DE DEFESA DO CIDADÃO**

Presidente: Vereador Cidney Carlos Tomé

Relator: Vereador Rogério Flôr de Souza

Membro: Vereador Arnaldo Adriano

Ilhota, 09 de janeiro de 2017.

Publique-SE.  
REGISTRE-SE.

Francisco Domingos  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota



**PORTARIA 04/2014**

PORTARIA Nº 4/2014

NOMEIA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA/SC

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a senhora WANEISSA SCHUTZ portadora do RG nº 4.430.057 e inscrita no CPF nº 040.217.759-27, para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, com vencimentos conforme a Lei Municipal nº 1620/2011 – Anexo – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 14 de junho de 2014.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Paulo Roberto Drun  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Fischer Lavino                      Miguel Nunes  
Vice-Presidente                      1º Secretário

Francisco Domingos  
2º Secretário

**PORTARIA 02/2017**

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 173 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte resolução:

Art. 1º Altera o artigo 50 do Regimento Interno que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. Na composição das Comissões Permanentes, na primeira sessão ordinária após a eleição da Mesa Diretora ou em sessão extraordinária convocada pela presidência, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Ilhota, 05 de janeiro de 2017.

Francisco Domingos  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

**PORTARIA 03/2016**

PORTARIA Nº 03/2016

“NOMEIA AUXILIAR TÉCNICO LEGISLATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC,

no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhora AMANDA CRISTINA MASCHIO para exercer o cargo de provimento em Comissão de AUXILIAR TÉCNICO LEGISLATIVO, OAB Nº 43.536 com vencimento conforme Lei Municipal nº 1620/2011 - ANEXO I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 01 de fevereiro de 2016.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Almir Aníbal de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Paulo Roberto Drun                      Lavino Miguel Nunes  
1º Secretário                      2º Secretário

Registrado nesta data e publicado  
Por afixação no mural da Câmara  
E Quadro de Editais  
Em 15 de fevereiro de 2016.  
José Geraldo de Oliveira  
Contador da Câmara Municipal de Ilhota.

**PORTARIA 06/2014**

PORTARIA Nº 6/2014

NOMEIA AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA/SC

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a senhora MARISTELA CASTELAIN CLASEN portadora do RG nº 1.291.246 e inscrita no CPF nº 505.519.579-72, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, com vencimentos conforme a Lei Municipal nº 1620/2011 – Anexo – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Ilhota, 18 de julho de 2014.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Paulo Roberto Drun  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Fischer Lavino                      Miguel Nunes  
Vice-Presidente                      1º Secretário

Francisco Domingos  
2º Secretário

**PORTARIA 06/2015**

PORTARIA Nº 6/2015

CONCEDE A SERVIDORA MARISTELA CASTELAIN CLASEN O AVANÇO FUNCIONAL VERTICAL DO ENSINO FUNDAMENTAL (NÍVEL I) PARA O ENSINO MÉDIO (NÍVEL II) E PARA O NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL III) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora MARISTELA CASTELAIN CLASEN portadora do RG nº 1.291.246 e inscrita no CPF nº 505.519.579-72, o avanço funcional vertical do ensino fundamental (nível I) para o ensino médio (nível II) e para o nível superior (nível III) na carreira em que foi nomeada pela Portaria de nº 6/2014 de 18 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015.

Ilhota, 9 de junho de 2015.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Lavino Miguel Nunes  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Francisco Domingos      Paulo Roberto Drun  
Vice-Presidente      1º Secretário

Almir Aníbal de Souza  
2º Secretário

**PORTARIA 07/2015**

PORTARIA Nº 7/2015

CONCEDE A SERVIDORA WANEISSA SCHUTZ O AVANÇO FUNCIONAL VERTICAL DO ENSINO MÉDIO (NÍVEL I) PARA O ENSINO SUPERIOR (NÍVEL II) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a servidora WANEISSA SCHUTZ portadora do RG nº 4.430.057 e inscrita no CPF nº 040.217.759-27, o avanço funcional vertical do ensino médio (nível I) para o ensino superior (nível II) na carreira em que foi nomeada pela Portaria de nº 4/2014 de 14 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015.

Ilhota, 9 de junho de 2015.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Lavino Miguel Nunes  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Francisco Domingos      Paulo Roberto Drun  
Vice-Presidente      1º Secretário

Almir Aníbal de Souza  
2º Secretário

**PORTARIA 08/2016**

PORTARIA Nº 08/2016

"NOMEIA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhora CLARICE BARBIERI, portadora do RG nº 4.465.018 SSP/SC e inscrita no CPF nº 042.362.159-93 para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo com vencimentos conforme Lei Municipal nº 1785/2014, ANEXO I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 03 de maio de 2016.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Almir Aníbal de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Paulo Roberto Drun Lavino Miguel Nunes  
1º Secretário 2º Secretário

Registrado nesta data e publicado  
Por afixação no mural da Câmara  
E Quadro de Editais  
Em 03 de maio de 2016.  
José Geraldo de Oliveira  
Contador da Câmara Municipal de Ilhota.

**PORTARIA 19/2016**

PORTARIA Nº 19/2016

"EXONERA ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições de suas obrigações legais, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Senhor AURÉLIO MARCOS DE SOUZA, do cargo em Comissão de Assessor Jurídico em 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 31 de dezembro de 2016.

Registra-se  
Publica-se  
Cumpra-se

Almir Aníbal de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Paulo Roberto Drun      Lavino Miguel Nunes  
1º Secretário      2º Secretário

**RESOLUÇÃO 02/2017**

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 173 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte resolução:

Art. 1º Altera o artigo 50 do Regimento Interno que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. Na composição das Comissões Permanentes, na primeira sessão ordinária após a eleição da Mesa Diretora ou em sessão extraordinária convocada pela presidência, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Ilhota, 05 de janeiro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

**RESOLUÇÃO 12/2014**

RESOLUÇÃO Nº 12/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DOS INCISOS III, V E VI DO §6º DO ARTIGO 132 DA RESOLUÇÃO 04 DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 173 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte resolução:

Art. 1º. Revogam-se os incisos III, V e VI do §6º do artigo 132 da Resolução 04 de 2012.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Ilhota, 21 de agosto de 2014.

Paulo Roberto Drun

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 43/17

. DECRETO Nº 43/17  
. De 10 de janeiro de 2017

Nomeia Comissão Permanente de Sindicância

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 e demais atribuições legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA, para avaliar denúncias de irregularidades praticadas no serviço público do Município de Indaial, na forma prevista na Lei Complementar 105 – Estatuto dos Servidores e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie:

- Francisco Nunes
- Jean Roberto Zonta
- Tânia Lúcia Petters

Art. 2º - Será concedida aos servidores integrantes da Comissão nomeada pelo artigo 1º, gratificação conforme artigo 53, parágrafo 2º, da Lei Complementar 105/10, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a serem pagas ao final de cada processo, mediante requerimento a ser deferido pelo Chefe do Executivo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1251/15.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publicado na Forma da Lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 44/17

. DECRETO Nº 44/17  
. De 10 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE III /  
ANA PAULA ITEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na UEI Ermínio Lanznaster, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ANA PAULA ITEN.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Ana Paula Iten, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 46/17

. DECRETO Nº 46/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE III /  
DANIELA CRISTINA ROSSI DOS SANTOS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na UEI Bairro Tapajós – Profª Áurea Bonatti Merini, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, DANIELA CRISTINA ROSSI DOS SANTOS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 47/17

. DECRETO Nº 47/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE III /  
KARINA ROBERTA REITER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na UEI Brilho do Sol, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, KARINA ROBERTA REITER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 48/17**

. DECRETO Nº 48/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE III /

ANA EMÍLIA DE OLIVEIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na UEI São Judas Tadeu, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ANA EMÍLIA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 49/17**

. DECRETO Nº 49/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

DANIELA SMITEK

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para

exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Curumim, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, DANIELA SMITEK

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 50/17**

. DECRETO Nº 50/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

ELIANI SCHMITZ TOMIO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Augusto Moser, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ELIANI SCHMITZ TOMIO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 51/17**

. DECRETO Nº 51/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

SCHEILA KARINA MARTINS DA SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Gato de Botas, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, SCHEILA KARINA MARTINS DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 52/17**

. DECRETO Nº 52/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
DAYSE APARECIDA JUNKES GEISLER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Hilário Buzzarello, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, DAYSE APARECIDA JUNKES GEISLER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 53/17**

. DECRETO Nº 53/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
SANDRA MARA MERINI SEIBT

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Dilma Terezinha Harbs, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, SANDRA MARA MERINI SEIBT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 54/17**

. DECRETO Nº 54/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
ARLETE TEREZINHA BALDUSSI POLIDORO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Pinguinho de Gente, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ARLETE TEREZINHA BALDUSSI POLIDORO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 55/17**

. DECRETO Nº 55/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
ZOREIDE MARIVONE KLEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Recriar, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ZOREIDE MARIVONE KLEN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 56/17**

. DECRETO Nº 56/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
CAMILA KLUG OLIVEIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Bairro João Paulo II – José Lino Kuhnen, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, CAMILA KLUG OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 57/17**

. DECRETO Nº 57/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
SANDRA REGINA DA SILVA SCHULZ

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Centro – Professora Loreni Graziela Bittelbrunn, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, SANDRA REGINA DA SILVA SCHULZ.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 58/17**

. DECRETO Nº 58/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
VANESSA CECÍLIA AGOSTINI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na UEI Aquarela, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, VANESSA CECÍLIA AGOSTINI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 59/17**

. DECRETO Nº 59/17  
. De 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL – COR 2 /  
FABRÍCIA DOS SANTOS ESKELSEM

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da LEI 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Educação Infantil (COR2), na UEI Warnow – Alfredo Stahnke, FABRÍCIA DOS SANTOS ESKELSEM, sob CPF nº 004.181.629-30.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 60/17**

. DECRETO Nº 60/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
PRISCILA DE SOUZA RADTKE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Bairro Encano Baixo – Martha Elisabeth Mantau, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, PRISCILA DE SOUZA RADTKE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 61/17**

. DECRETO Nº 61/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
LUCIANA CARLA GRAHL LANZMASTER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Bairro dos Estados – Teresa Luiza Lucini Tridapalli, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, LUCIANA CARLA GRAHL LANZMASTER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 62/17**

. DECRETO Nº 62/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
VIVIANE PATEL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Encano do Norte – Elsa Schreiber, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, VIVIANE PATEL.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 63/17**

. DECRETO Nº 63/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL /  
ARLETE CÂNDIDO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da LEI 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Educação Infantil (COR2), na UEI Encano do Norte, ARLETE CÂNDIDO sob CPF nº 678.576.719-91.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 64/17**

. DECRETO Nº 64/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
ANA PAULA RIBEIRO DE SOUZA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Carijós, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ANA PAULA RIBEIRO DE SOUZA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 65/17**

. DECRETO Nº 65/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA COORDENADORA EDUCAÇÃO INFANTIL /  
GABRIELA BERTOLDI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da LEI 3990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Educação Infantil (COR2), na UEI Polaquia, GABRIELA BERTOLDI sob CPF nº 853.233.579-91.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 66/17**

. DECRETO Nº 66/17

. De 11 de janeiro de 2017

. NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
LETÍCIA CONCEIÇÃO MENSOR

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Arapongas, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, LETÍCIA CONCEIÇÃO MENSOR.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 67/17**

. DECRETO Nº 67/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
PATRÍCIA CORREA MENGARDA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte I, na UEI Vô Alfredo, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, PATRÍCIA CORREA MENGARDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 68/17**

. DECRETO Nº 68/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE OBRAS/ CLÁUDIO JUAREZ SCHWINDEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Obras, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CLÁUDIO JUAREZ SCHWINDEN, inscrito no CPF sob o nº 646.953.879-72.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 69/17**

. DECRETO Nº 69/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS / RUBENS STUDNICHIA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Serviços Administrativos, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-3), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, RUBENS STUDNICHIA, inscrito no CPF sob o nº 659.769.329-91.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 70/17**

. DECRETO Nº 70/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE ESPAÇOS ESPORTIVOS, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ CÉZAR GIOVANNI MICHELS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Espaços Esportivos da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo DEE), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CÉZAR GIOVANNI MICHELS, inscrito no CPF sob o nº 017.252.579-78.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 71/17**

. DECRETO Nº 71/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR DE ESPORTES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ VALMIR THEISS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Esportes da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo DES), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, VALMIR THEISS, inscrito no CPF sob o nº 791.852.589-20.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 72/17**

. DECRETO Nº 72/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA ASSESSORIA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ VANDERLEI WATERSTRADT

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Assessoria de Atividades Esportivas da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo ATE), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, VANDERLEI WETERSTRADT, inscrito no CPF sob o nº 047.317.369-78.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 73/17**

. DECRETO Nº 73/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFIA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ LEISE CRISTINA PEREIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefia de Espaços Esportivos da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo CHF), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, LEISE CRISTINA PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 004.968.839-17.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 74/17**

. DECRETO Nº 74/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA CHEFIA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ JOSÉ ADEMIR GUEDES BRUM

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefia de Espaços Esportivos da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo CHF), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, JOSÉ ADEMIR GUEDES BRUM, inscrito no CPF sob o nº 001.233.540-13.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 75/17**

. DECRETO Nº 75/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA ASSESSOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "VEREADOR MARO MARCOS HADLICH"/ JOSÉ LINO PEREIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Serviços Administrativo da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, previsto na Lei Complementar nº 106, alterada pela Lei Complementar 150, (símbolo CSA), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, JOSÉ LINO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 448.541.029-34.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### **DECRETO Nº45/17**

. DECRETO Nº 45/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE III /

ELFI SCHROEDER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 16 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na UEI Espaço de Crescer, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ELFI SCHROEDER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017****Processo Licitatório Nº 16/00000165****Pregão Nº 50/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2017**

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000165 - Pregão Nº 50/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 POSTO J R LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 403 – Bairro DAS NAÇÕES, no município de Indaial – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Aquisição de combustível tipo gasolina aditivada, etanol comum e diesel S-10.  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

17302 - POSTO J R LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01 - COMBUSTÍVEL - GASOLINA E ETANOL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	COMBUSTÍVEL GASOLINA ADITIVADA.	LITRO		250.000	R\$3,31	R\$827.500,00
2	COMBUSTÍVEL ETANOL COMUM.	LITRO		10.000	R\$2,91	R\$29.100,00
					Total Lote:	R\$856.600,00
Lote: 2 - LOTE 02 - COMBUSTÍVEL DIESEL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017**

3	COMBUSTÍVEL DIESEL S-10.	LITRO	350.000	R\$2,82	R\$987.000,00
Total Lote:					R\$987.000,00
Total Fornecedor:					R\$1.843.600,00
Total Homologação:					R\$1.843.600,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017**

---

- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 165/2016 - Edital de Pregão nº 50/2016.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017**

---

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017**

---

- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2017**

---

Indaial/SC, em 2 de janeiro de 2017.

**MUNICÍPIO DE INDAL**

André Luiz Moser  
Prefeito Municipal

**POSTO J R LTDA**

RICARDO FURLAN  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 0009/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017. "DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL POR PROJETOS DO MUNICÍPIO JUNTO A AMAI E CONFERE OUTRAS**

PORTARIA Nº 0009/2017  
DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL POR PROJETOS DO MUNICÍPIO JUNTO A AMAI E CONFERE OUTRAS".

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora INDIAMARA VISOLI, ocupante do cargo de Diretora de Industria Comércio e Urbanismo, como responsável por projetos do município de Ipuaçu junto a AMAI, e ainda, receber e encaminhar projetos e assinar ART.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuaçu- SC, em 09 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **PORTARIA Nº 0010/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017. "CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICAS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS**

PORTARIA Nº 0010/2017  
DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICAS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 11/2005 de 14 de junho de 2005 à qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando o requerimento do servidor, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA para atividade política, para a servidora ELIEZE COMACCHIO, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira 40 horas, a partir da data de 01 de janeiro de 2017, até 31 de dezembro de 2020, conforme requerimento da servidora, protocolado no município, em atendimento ao disposto no art. 82, VI, da Lei Complementar nº 011/2005, do município e ainda o art. 38, II, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. A referida licença para desempenhar atividade política, é concedida para a servidora, sem remuneração, dado que a mesma irá desempenhar o cargo de prefeita do município de São

Domingos/SC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuaçu- SC, em 09 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **PORTARIA Nº 007/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017; "NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES"**

PORTARIA Nº 007/2017  
DE 09 de Janeiro de 2017;

"NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES".

CLORI PEROZA, Prefeita do município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores (as) abaixo relacionados (as), nomeados (as) para comporem a Comissão de Acompanhamento e supervisão do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, de contratação de servidores:

§ Maristela Fátima Rovani Fuzinatto – (mat. 409)  
§ Marilda Salete Iuzzi Bagatini- (mat. 713)  
§ Franciele Rabaioli Piana- (mat. 1665)  
§ Vagner Piana – Secretário Municipal de Educação;  
§ Sarita Andrea Braghini – Assessora de Administração Geral;

Art. 2º. A comissão será responsável por acompanhar todo o processo seletivo simplificado nº 001/2017, desde a abertura do edital, inscrições, julgamento de eventuais recursos, avaliação de títulos, classificação e homologação do resultado do referido certame.

Art. 3º - Para desempenhar estas atividades, seus integrantes não farão jus a nenhuma vantagem ou gratificação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Municipio de Ipuaçu- SC, em 09 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretaria de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 008/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA Nº 008/2017  
DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Alessandro Jose Ceron	Operador de trator Agrícola – 40 hs	12/05/2015 à 11/05/2016	05/01/2017 à 03/02/2017
-----------------------	-------------------------------------	-------------------------	-------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuacu/SC, em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 011/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017. "REDUZ A CARGA HORÁRIA ALTERADA TEMPORARIAMENTE DE SERVIDOR EFETIVO E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA Nº 011/2017  
DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"REDUZ A CARGA HORÁRIA ALTERADA TEMPORARIAMENTE DE SERVIDOR EFETIVO E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Legislação vigente e considerando o requerimento do servidor, RESOLVE:

Art. 1o. Fica reduzida a carga horária do servidor relacionado, conforme o quadro descrito abaixo:

NOME	CARGO	CH Anterior	CH Reduzida/atual
Marcia Regina Tosatti Simon	Psicóloga	30 horas	20 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuacu/SC, em 09 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda



**PORTARIA Nº 012/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA Nº 012/2017  
DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
Cheila Rodrigues	Coordenadora de Assistência Social Indígena	18/04/2016 à 17/04/2017	02/01/2017 à 31/01/2017
Germina Narciso	Agente de copa e limpeza	01/02/2016 à 31/01/2016	02/01/2017 à 31/01/2017
Maria Saugo	Agente de copa e limpeza	31/01/2013 à 31/01/2014	02/01/2017 à 31/01/2017
Sabrina Luiza Lorenzon	Agente de copa e limpeza	01/03/2016 à 28/02/2017	02/01/2017 à 31/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos à contar da data de 02/01/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuacu/SC, em 10 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 013/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017. "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA Nº 013/2017  
DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias ao Servidor abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Antonio Cardoso Costa	Operador de Trator Agrícola	15/09/2014 à 14/09/2015	09/01/2017 à 07/02/2017
-----------------------	-----------------------------	-------------------------	-------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Ipuacu/SC, em 10 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2.271 DE 03 DE JANEIRO DE 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 323.352,59.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 110, Projeto/Atividade 20.606.0019.1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0071 - Recursos Conv. União, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 138.860,00.

II - Código reduzido 111, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.038,87.

III - Código reduzido 112, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0021 - Recursos de Operações de Crédito, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 169.453,72.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 323.352,59

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0071 - Recursos Conv. União, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 138.860,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.038,87.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0021 - Recursos de Operações de Crédito, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 169.453,72.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 323.352,59

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 03 de janeiro de 2.017.

Ipumirim-SC, 03 de janeiro de 2.017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

### DECRETO N. 2.272 DE 03 DE JANEIRO DE 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 348.589,42

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 109, Projeto/Atividade 20.606.0019.1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 15.000,00.

II - Código reduzido 113, Projeto/Atividade 20.606.0019.1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0071 - Exerc. Ant - Recursos Conv. União, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 333.589,42.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 348.589,42

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0071 - Exerc. Ant - Recursos Conv. União, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 333.589,42

TOTAL GERAL .....  
R\$ 348.589,42

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 03 de janeiro de 2.017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 03 de janeiro de 2.017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017/CMV**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim – SC, Estado de Santa Catarina, torna público pelo presente Edital para conhecimento dos interessados que estará abrindo prazo de 13 a 20 de janeiro do ano de 2017, na Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim, situada na Rua Bento Gonçalves nº 220, 3º andar, credenciamento de Profissionais de Imprensa interessados para acompanhar as Sessões Plenárias, com acesso ao espaço destinado ao Plenário da Câmara e que que preencherem as condições do Edital, devendo retirar o Edital de Credenciamento até 24 (vinte e quatro) horas antes do término do prazo estabelecido do Edital, na Secretaria da Câmara de Vereadores, situada na Rua Bento Gonçalves nº. 220 - 3º Andar - Centro, na cidade e Município de Ipumirim, no horário de expediente compreendido: das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico: [www.camaraipumirim.sc.gov.br](http://www.camaraipumirim.sc.gov.br), assim como as demais informações que se fizerem necessárias, podem ser tomadas por intermédio do telefone (49) – 3438.1126, durante o horário de expediente.

Ipumirim – SC, 12 de janeiro de 2017

Kleber Toni Tecchio

Presidente

# Irineópolis

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2014

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 002/2014

“TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E A ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS BOM JESUS”.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Caetano Valões, nº 22, Bairro Centro, Irineópolis / SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS BOM JESUS, neste ato representada por seu Presidente Sr. ADECIR LINO, inscrito no CPF sob o nº 899.244.799-04, RG nº 1.792.453- SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Estrada Geral, S/N, Localidade de Colônia Velha, neste Município, doravante denominado CONVENIADO, celebram o presente Termo aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.774/2014, de 27 de fevereiro de 2014, com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender as seguintes condições e cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Convênio nº 02/2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.774/2014, de 27 de Fevereiro de 2014, e Cláusula Décima Segunda do Convênio nº 002/2014, iniciando em 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 12 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	ADECIR LINO Presidente Associação dos Catadores de Recicláveis "Bom Jesus"
---	---

Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Rosani R. da Silva Mischka CPF: 664.622.159-68

### 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 07/2014

3º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO N.º 07/2014.

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO DE IRINEÓPOLIS (SC).”

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO, com sede à Rua Paraná, nº 461, Centro, Irineópolis / SC, inscrita no CNPJ nº 02.035.775/0001-28, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Wilson Maiorki, inscrito no CPF nº 552.185.559-91, RG nº 1.794.550, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, têm justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Constitui objeto deste termo aditivo a alteração do valor repassado mensalmente a Conveniente. Em virtude desta alteração, o valor mensal que era de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), passará, a partir de 01/01/2017, a ser de R\$ 1.250,00 ( hum mil duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Por meio deste Termo Aditivo, o prazo de vigência do Convênio será de 01º de janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017, podendo, ainda, sofrer novas prorrogações, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;

II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;

III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;

IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;

V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo de Supressão em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis (SC), 12 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	WILSON MAIORKI Presidente da Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão
Testemunhas:	
Rosani Rodrigues da Silva Mischka CPF nº 664.622.159-68	Patricia Fabiane Fronczak CPF nº 037.425.669-11

#### CONTRATO Nº 69/2016 - PM

CONTRATO Nº 69/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2016

TOMADA DE PREÇOS N.º 12/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços para construção da Quadra Poliesportiva no Distrito de Poço Preto nº 43/2016, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa J Lopes Construções Ltda EPP.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa J Lopes Construções Ltda EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.912.255/0001-84, com sede a rua XV de novembro, nº 356, sala 01, Centro, Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, CEP 89.380-000, neste ato representada pelo Sr. Jerson Lopes de Oliveira, inscrito no CPF nº 520.264.269-53, RG 1.644.901 SSP SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação

nº 28/2016, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 12/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº. 43/2016, conforme Ofício nº 802/2016 de 22 de dezembro de 2016, do Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 30/06/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS JULIANO POZZI PEREIRA	J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA EPP JERSON LOPES DE OLIVEIRA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Gessica Greschechen Nome: Valdir Marafigo  
CPF: 072.218.599-57 CPF: 017.851.289-30

#### DECRETO Nº 3129/2016

Decreto nº 3.129/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.0194 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00



2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (41)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0205 (38)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0205 (29)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 6º - Suplementar o valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 65.000,00

Art. 7º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.003 – Obras e Reformas de Escolas e Quadras – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (55)	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (46)	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de dezembro de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 3142/2016

Decreto nº 3.142/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 101.901,30 (Cento e um mil novecentos e um reais e trinta centavos), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (30)	Aplicações Diretas	R\$ 92.951,30
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (45)	Aplicações Diretas	R\$ 7.950,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 77.087,71
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (46)	Aplicações Diretas	R\$ 209,01
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 963,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (59)	Aplicações Diretas	R\$ 22.640,26
3.4.90.00.00.00.00.00.0257 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 1,32

Art. 4º - Suplementar o valor de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 88.000,00

Art. 5º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 68.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (41)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 31 de janeiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADE". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 12 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE AGENDAMENTO ABERTURA PROPOSTAS PL 062/2016

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 007/2016, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 14h30min do dia doze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann, para recebimento e análise da decisão da autoridade superior, lido, verifica-se que sua decisão manteve a habilitação das empresas CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA e RICARDO LUIS BONIN EIRELLI ME. Diante do fato fica agendado a abertura dos envelopes de "Proposta" das empresas habilitadas no referido processo para o dia dezesseis de janeiro de dois e mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá a sessão de abertura dos envelopes de proposta. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Delso Minski Silvine Carla Mertins  
Presidente Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

### AVISO DE REVOGAÇÃO PL 083/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que REVOGOU o Processo de Licitação 083/2016, na modalidade Concorrência, que seria realizada no dia 19 de janeiro de 2017, cujo objeto concessão não remunerada de incentivos econômicos, através da Cessão do Direito Real de Uso de Bens Públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município. O aviso de revogação se encontra disponível no site [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC, 12 de janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

### DECRETO N. 005/2016

DECRETO Nº 005/2017, de 09 de Janeiro de 2017.

"Nomeia Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nomeia Conselho Municipal de Defesa Civil – CONMDEC e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o artigo 69, inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 2.230, de 27 de março de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, conforme segue:

I – Coordenador: Renato Vailon (RG: 4.534.894-4 SSP/SC Data Exp.: 10/10/1998 – CPF: 049.479.489-57 – Data de Nascimento: 09/12/1986 – Endereço: Avenida Tancredo Neves, n. 279, Bairro Pioneiros, Itá-SC);

II – Conselho Municipal de Defesa Civil – CONMDEC;

III – Secretário: Delso Minski;

IV – Setor Técnico: Marta Inês Bender Sartoretto;  
Felipe Uba Chupel;  
Francieli Dall Bello;  
Ezequiel Marcos Farina Andreolla.

V – Setor Operacional: João Carlos Dalle Laste;  
Odair de Oliveira;  
Ivonei Gollo;  
Neuri João Simon;  
Julcimar Antônio Zotti.

Art. 2º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Defesa Civil – CONMDEC, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:  
Titular: Antônio Lopes;

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:  
Titular: Nereo Norberto Rostirolla;  
Suplente: Silvine Carla Mertins;

III - Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Joice Anita Sartoretto Zotti;

IV – Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo:  
Titular: Andriano Stadtober;  
Suplente: Jaqueline Sartoretto;

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:  
Titular: Leocir Haach;

VI – Secretária Municipal de Transportes:  
Titular: Leonildo Detorini;

VII - Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social:  
Titular: Caren Fantin;

VIII - Gabinete do Prefeito:  
Titular: Ana Carla Porn Lopes da Silva;

IX - Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC:  
Titular: Renato Machado;  
Suplente: Alessandro Ribeiro da Silva;

X - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN:  
Titular: Edson Comin;  
Suplente: Ari Otto Simon;

XI - Polícia Militar:



Titular: Lourenço Bevilaqua;  
Suplente: Fábio Lúcio Sunti;

XII – Polícia Civil:  
Titular: Fabiane Sorgetz;  
Suplente: Elaine da Costa Xavier;

XIII - Associação Empresarial de Itá – ACITA/CDL:  
Titular: Jucinei Lugarini;  
Suplente: Lauri Simon.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Defesa Civil - CONMDEC sempre será presidido e representado pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 013/2013, de 21 de janeiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC 09 de Janeiro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## **DECRETO N. 006/2016**

Decreto nº 006, de 09 de janeiro de 2017

“Dispõe Sobre Reajuste no valor do Auxílio Funeral e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 2º da Lei Municipal 1.550/2001, alterado pela Lei 2.083/2010;

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica reajustado o valor de R\$ 1.578,87 (um mil e quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), correspondente ao Auxílio Funeral estabelecido pela Lei Municipal 1.550/2001, alterado pela Lei 2.038/2010, para R\$ 1.692,39 (um mil seiscentos e noventa e dois reais e trinta e nove centavos).

§ 1º O valor que trata o caput deste artigo foi reajustado conforme a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM – FGV, do período de Janeiro a Dezembro de 2016, conforme disposto no Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 1.550/2001, alterado pela Lei 2.083/2010.

§ 2º A variação total do IGPM – FGV no período foi de 7,19 % (sete vírgula dezenove por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 015 de 01 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,  
em 01 de março de 2016.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário de Administração e Fazenda

## **PORTARIA SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO** PORTARIA Nº 001/17

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Itá, Lei Complementar nº 34/2006, de 11 de Dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 66/2010, de 08 de Junho de 2010,

### **RESOLVE :**

Nomear NEREO NORBERTO ROSTIROLLA, portador da Carteira de Identidade nº 6022420217-SSP/RS, para o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Código 61001, Nível CC-090 da Lei Complementar Nº 066/2010, de 08 de Junho de 2010, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 02 DE JANEIRO DE 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

Dispensa de Licitação nº 1/2017 – Objeto: locação de salas comerciais para instalação e funcionamento das Intendências Distritais e Agências Comunitárias de Correios, nos Distritos de Itaió e Iraputã. Locador: Olizandro Sebastião Kuhl. Valor Mensal: R\$ 468,50. Valor Total: R\$ 5.622,00. Locador: Antônio Linécia. Valor Mensal: R\$ 468,50. Valor Total: R\$ 5.622,00. Vigência: 12 meses. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso X da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 11/01/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014 DE 09 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 14 DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Regulamenta as atribuições dos Cargos Comissionados da Lei Complementar nº 002, de 20 de abril de 2006 e alterações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 002, de 20 de abril de 2006 e alterações;

#### Decreta:

Art. 1º Ficam regulamentados os CARGOS EM COMISSÃO, constantes na Lei Complementar nº 2, de 20 de abril de 2006 e alterações. Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão e suas atribuições são os seguintes:

#### I. COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO – 1 VAGA

- Coordenar o Sistema de Controle Interno do Município, harmonizar a interpretação dos atos normativos e os procedimentos relativos as atividades do cargo;
- promover a integração do Sistema de Controle Interno com os outros sistemas da administração municipal;
- normatizar, sistematizar e padronizar os procedimentos operacionais dos órgãos e unidades da administração municipal;
- exercer a supervisão técnica das atividades desempenhadas pelos diversos setores;
- verificar a consistência dos dados contidos nos relatórios de gestão fiscal e balanço geral do Município;
- elaborar a prestação de contas anual do Prefeito, assinando-a;
- realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos;
- realizar auditoria e fiscalizações nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacional;
- apurar os atos considerados ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização dos recursos públicos municipais, dando ciência ao controle externo e ao Ministério Público;
- comunicar a unidade responsável pela contabilidade geral, para providências cabíveis;
- acompanhar o Tribunal de Contas nas auditorias;
- exercer outras atividades inerentes ao cargo.

#### II. DIRETOR INSPEÇÃO SANITÁRIA – 4 VAGAS

- Dirigir e coordenar os programas de inspeção sanitária nos estabelecimentos do município de Itapiranga.

#### III. ASSESSOR JURÍDICO (30 HORAS) – 2 VAGAS -

- Representar, assessorar e defender o Município em todas as questões e demandas no âmbito jurídico, preservando sempre o interesse da municipalidade;
- prestar assessoramento técnico-jurídico, na área administrativa, ao Prefeito Municipal e Secretarias;
- estudar e sugerir soluções para assuntos de ordem administrativo-legal de interesse do Município;
- promover e acompanhar processos de ordem técnico-administrativa em todas as suas fases, emitindo parecer técnico na fase

própria;

- elaborar minutas das peças informativas solicitadas judicialmente em virtude de ajuizamento de mandado de segurança contra o Município;
- elaborar contratos, aditivos, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, ofícios e outros documentos de natureza jurídico-administrativa;
- elaborar anteprojetos de lei, resoluções, portarias e demais atos oficiais que digam respeito a assuntos administrativos;
- integrar e/ou fornecer subsídios a comissões de licitação, de sindicância e processo administrativo, disciplinar ou não;
- praticar os demais atos e promover medidas que se relacionem com atribuições próprias da Assessoria Jurídica.

#### IV. ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO – 1 VAGA

- Elaborar e encaminhar diário de avisos e notícias para a imprensa escrita e falada;
- agendar e acompanhar entrevistas para a imprensa escrita e falada;
- elaborar, gravar e acompanhar a veiculação de programas da administração municipal em emissoras de rádio;
- arquivar notícias veiculadas na imprensa escrita local, regional e estadual do interesse da municipalidade;
- atualizar permanentemente os contatos que possam interessar à administração municipal;
- coordenar a elaboração de panfletos, folders, cartazes, informativos, entre outros;
- fotografar e manter arquivo das principais atividades da administração municipal;
- efetuar a atualização semanal e reestruturação permanente do site do Município;
- coordenar a sonorização em pequenos eventos da administração;
- coordenar o protocolo e cerimonial em eventos;
- organizar e verificar permanentemente o calendário de datas comemorativas e eventos, criando alternativas para ações e atividades inerentes às diferentes comemorações e festividades;
- arquivar e resumir os relatórios de todas as secretarias e setores da prefeitura;
- controlar assinaturas de jornais e revistas;
- atualizar o painel de prestação de contas públicas.

#### V. DIRETOR DE PROGRAMAS MUNICIPAIS – 10 VAGAS:

##### a) DIRETOR DE CONTABILIDADE

- Dirigir e coordenar o departamento de contabilidade.

##### b) DIRETOR ESPORTIVO

- Dirigir e coordenar o Departamento de Esporte.

##### c) DIRETOR DE CULTURA

- Dirigir e coordenar o Departamento de Cultura.

##### d) DIRETOR DE PROJETOS E ENGENHARIA

- Assessorar e controlar o processo da execução de projetos de interesse municipal disponíveis nos programas dos diferentes órgãos federais, estaduais e privados e dirigir as atividades da equipe de engenharia.

##### e) DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- Dirigir e coordenar as compras e processos licitatórios a serem realizados pela municipalidade.

**f) DIRETOR DE MEIO AMBIENTE**

- Coordenar os procedimentos de licenciamento ambiental das obras públicas junto aos órgãos competentes;
- coordenar programas de recuperação e compensação ambiental;
- coordenar a emissão de Declarações Ambientais de uso e ocupação do solo no meio rural.

**g) DIRETOR DE COMUNICAÇÃO**

- Responsável pela publicidade das ações, programas, serviços, investimentos e obras da Administração Municipal;
- dirigir e acompanhar a veiculação de programas da administração municipal em emissoras de rádio;
- encaminhar diários de avisos e notícias para a imprensa escrita e falada;
- centralizar as informações, comunicados, avisos e notícias para os encaminhamentos;
- dirigir e coordenar o registro fotográfico, filmagem e edição de imagens dos eventos municipais.

**h) DIRETOR DE URBANISMO**

- Dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Urbanismo.

**i) DIRETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA**

- Dirigir e coordenar as atividades do sistema elétrico das instalações nos prédios públicos;
- Dirigir e coordenar o estudo e implantação de novas instalações e equipamentos elétricos.

**j) DIRETOR DO NASF**

- Dirigir e coordenar o Programa do NASF – Núcleo de Apoio de Saúde da Família.

**VI. ASSESSOR DE PROGRAMAS MUNICIPAIS – 5 VAGAS****a) ASSESSOR DE PROGRAMAS VETERINARIOS**

- Assessorar a assistência técnica e veterinária extensiva em bovinos, ovinos e equinos;
- coordenar a realização de palestras de profissionalização ao produtor rural;
- coordenar o melhoramento genético e reprodução em bovinos de corte e leite visando o planejamento estratégico com desenvolvimento de rebanhos de produção e comercial;
- viabilizar a realização de cursos de criação de terneiras e novilhas, casqueamento de vacas leiteiras, entre outros;
- assessorar grupo de ovinocultores no manejo, casqueamento tosquilha e comercialização;
- assessor na realização de feiras municipais.

**b) ASSESSOR DE PROGRAMAS AGROPECUÁRIOS**

- Assessorar na elaboração dos programas e projetos da secretaria da agricultura;
- auxiliar na reestruturação e implementação dos programas da secretaria da agricultura e meio ambiente;
- implementar programas de gestão e assistência técnica nas propriedades rurais de suinocultura, bovinocultura, avicultura e piscicultura;
- assistir a produção de mudas exóticas, nativas;
- assessorar as propriedades para produção de alimentos de subsistência e geração de renda.

**c) ASSESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

- Assessorar nas atividades e programas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

**d) ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE**

- Assessorar as atividades do Departamento de Esporte e coordenar equipes esportivas do Município em competições oficiais e eventos esportivos promovidos pelo Município.

**VII. DIRETOR DE PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO – 1 VAGA**

- Dirigir e coordenar as atividades pedagógicas nos seguintes eixos:
  - 1) projetos políticos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares;
  - 2) cursos de capacitação e aperfeiçoamento do Corpo Docente;
  - 3) desencadear programas de estudo;
  - 4) organizar, distribuir e controlar materiais didáticos que vão para as escolas;
  - 5) acompanhar todos os trabalhos de planejamento;
  - 6) organizar o calendário anual com as respectivas unidades escolares.

**VIII. DIRETOR DE ESCOLA II– 6 VAGAS**

- Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrar maturidade no trabalho com os alunos e colegas;
- seguir as diretrizes educacionais da Unidade Escolar, da Secretaria Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação na consecução dos fins e objetivos educacionais;
- executar as normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinentes;
- promover a articulação entre a escola família e comunidade;
- participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar;
- promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
- buscar atualização permanente;
- coordenar e participar da construção do projeto político pedagógico;
- garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
- organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do PPP da escola;
- coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades do educando;
- executar outras atividades compatíveis com a sua função;
- participar e coordenar os planejamentos escolares.

**IX. DIRETOR DE ESCOLA I – 8 VAGAS**

- Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrar maturidade no trabalho com os alunos e colegas;
- seguir as diretrizes educacionais da Unidade Escolar, da Secretaria Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação na consecução dos fins e objetivos educacionais;
- executar as normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinentes;
- promover a articulação entre a escola família e comunidade;
- participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar;
- promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
- buscar atualização permanente;
- coordenar e participar da construção do projeto político pedagógico;

- garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
- organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do PPP da escola;
- coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades do educando;
- executar outras atividades compatíveis com a sua função;
- participar e coordenar os planejamentos escolares.

#### X. ASSESSOR DE GABINETE E SECRETARIA – 7 VAGAS

##### a) ASSESSOR DO GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Assessorar e coordenar as atividades do Gabinete do Secretario de Saúde;
- manter atualizados os programas da Secretaria.

##### b) ASSESSORA EXECUTIVA

- Planejar, organizar, coordenar e controlar serviços da secretaria executiva;
- gerenciar informações auxiliando na execução das tarefas administrativas e em reuniões;
- coletar informações para consecução de objetivo e metas da Instituição;
- prestar assessoramento ao Prefeito, encaminhando-lhe, para aprovação final, as matérias que lhe forem submetidas;
- orientar na avaliação e na seleção da correspondência para fins de encaminhamento ao gabinete do Prefeito e demais setores;
- analisar previamente os documentos a serem assinados pelo Prefeito e colher assinatura nos documentos oriundos dos diversos setores do Poder Executivo;
- coordenar a elaboração de mensagem e exposição de motivos do Prefeito à Câmara Municipal, bem como a elaboração de minutas de atos normativos, em articulação com a Assessoria Jurídica ou secretário da área específica;
- elaborar textos profissionais especializados e outros documentos oficiais;
- exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam delegadas pelo Prefeito;

##### c) ASSESSOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Assessorar nas atividades da Secretaria Municipal de Administração;

##### d) ASSESSOR DE PROJETOS E PLANEJAMENTO

- Assessorar nas atividades da Secretaria Municipal de Planejamento.

##### e) ASSESSOR DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Assessorar as atividades da Secretaria de Assistência Social;
- coordenar e acompanhar os programas sociais junto aos grupos da 3ª idade.

#### XI. DIRETOR DE GABINETE E SECRETARIA – 8 VAGAS

##### a) DIRETOR DA FROTA MUNICIPAL

- Coordenar a manutenção dos veículos da frota municipal.

##### b) DIRETOR DE TRIBUTOS

- Dirigir e coordenar o departamento de tributos.

##### c) DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

- Dirigir, coordenar e desenvolver ações relacionadas ao Departamento de Recursos Humanos e Setor de Pessoal.

##### d) DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO

- Coordenar a fiscalização de obras públicas e privadas.

##### e) DIRETOR DE ÁGUA E ESGOTO

- Dirigir e coordenar os serviços das estações de tratamento e redes de água e esgoto no município;
- coordenar os servidores municipais que atuam nas estações de tratamento de água e esgoto.

##### f) DIRETOR DE GABINETE DO PREFEITO

- Dirigir e coordenar as atividades do Gabinete do Prefeito.

##### g) DIRETOR DE INFORMÁTICA

- Dirigir e coordenar o departamento de informática do Município.

#### XII. SECRETÁRIO DE ESCOLA – 8 VAGAS

- Contribuir para o bom andamento da escola em todos os aspectos;
- organizar e atualizar os documentos escolares;
- participar da coordenação dos planejamentos, conselhos de classe da escola e demais atividades de apoio pedagógico;
- coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas que possibilitem constante avaliação do processo educacional;
- registrar os dados de todos os alunos, transferências recebidas e emitidas;
- garantir o registro de todos os alunos que passarem pela escola, fazendo um arquivo "histórico individual" dos mesmos;
- organizar as fichas de matrículas, arquivando-as em uma única pasta em ordem alfabética;
- organizar o livro ponto para registrar e documentar o serviço dos profissionais que atuam na escola, independente de sua função;
- garantir o acesso à materiais e ou informações de uso rotineiro (Horário das aulas, calendário escolar, convocações, convites, cronogramas entre outros);
- efetuar o registro das deliberações e decisões da escola e expedir, requerimentos de interesse da escola e de seus funcionários, bem como atestados de frequência, históricos, boletins, convites recados, bem como, toda e qualquer documentação de cunho oficial da Unidade Escolar;
- registrar no Projeto Série todas as informações da vida escolar do aluno;
- zelar e registrar os bens que pertencem a APP;
- organizar arquivos com as leis que dizem respeito à educação, como as leis municipais, bem como, leis estaduais e federais, sempre procurando as atualizações e disponibilizá-las a todos os funcionários;
- expedir declarações e/ou outros documentos para alunos, ex-alunos ou pais;
- buscar atualização constante;
- participar com a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico.

#### XIII. DIRETOR DE DEPARTAMENTO – 10 VAGAS

##### a) DIRETOR DE MÍDIAS SOCIAIS

- Responsável pelo arquivamento das notícias veiculadas na imprensa local, regional e estadual, que sejam de interesse da municipalidade;
- coordenar a elaboração de vídeos administrativos, culturais e históricos do município;
- atualizar permanentemente os contatos que possam interessar à administração municipal;
- efetuar a atualização semanal e reestruturação permanente do site do Município;

##### b) DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO



- Coordenar os trabalhos das pessoas encaminhadas pelo setor social ao setor de urbanismo para atuar no Programa bairro limpo, cidade limpa;
- responsável pela ouvidoria dos serviços de iluminação pública;
- chefiar e coordenar os encaminhamentos dos serviços urbanos.

c) DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO

- Dirigir e controlar os bens patrimoniais do Município.

d) DIRETOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

- Dirigir e coordenar os trabalhos da biblioteca pública municipal;
- solicitar a aquisição de novos títulos para renovação e atualização do acervo e solicitar a aquisição de equipamentos para atender as necessidades dos usuários.

e) DIRETOR DE EVENTOS CULTURAIS

- Coordenar os eventos culturais promovidos pelo Município.

f) DIRETOR DO MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL

- Dirigir e coordenar os trabalhos do Museu Público Municipal.

g) DIRETOR DO ALMOXARIFADO CENTRAL

- Dirigir o almoxarifado central e supervisionar o controle de estoques.

h) DIRETOR DE ESCOLINHAS DE ESPORTE E LAZER

- Dirigir e acompanhar o desempenho dos professores do município que atuam em escolinhas de esporte e lazer;
- coordenar e promover intercâmbio entre escolinhas;
- fomentar o surgimento de novas modalidades de escolinhas esportivas.

XIV. CHEFE DE SETOR – 15 VAGAS

a) CHEFE DO SETOR DE EVENTOS

- Coordenar os eventos realizados pelo Município.

b) CHEFE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

- Chefiar e executar o recebimento e a conferência de documentos, o cumprimento de prazos para o envio de informações, encaminhamentos de diárias e adiantamentos ao setor competente;
- Coordenar o sistema de registro de ponto dos servidores municipais.

c) CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DA AGRIC.

- Coordenar e assessorar nas atividades do Secretário Municipal da Agricultura.

d) CHEFE DO SETOR DE CONTRATOS

- Coordenar a elaboração de contratos no setor de compras e licitações.

e) CHEFE DO MOVIMENTO ECONÔMICO AGROPECUÁRIO

- Chefiar e implementar o movimento econômico agropecuário sugerindo alternativas para fomentar o aumento.

f) CHEFE DO PROGRAMA SIMASE

- Chefiar a equipe multidisciplinar do Programa SIMASE – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- chefiar os serviços de atendimento a adolescentes do Programa PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e o Programa LA - Liberdade Assistida.

g) CHEFE DO PROGRAMA ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

- Coordenar as ações dos programas "ESF" (Estratégia Saúde da Família);
- supervisionar o serviço de enfermagem;
- coordenar as ações das Agentes Comunitárias de Saúde;

- acompanhar o planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde;

- supervisionar e coordenar atividades de educação continuada, de acordo com as necessidades da saúde pública.

h) CHEFE DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL

- Coordenar as ações da saúde bucal dos programas "ESF" (Estratégia Saúde da Família);
- supervisionar o programa de bochecho com flúor nas escolas;
- coordenar o programa de próteses dentárias;
- assessorar, monitorar e articular programas e projetos de saúde bucal;
- supervisionar e coordenar atividades de educação continuada de acordo com as necessidades dos programas de saúde bucal.

i) CHEFE DO SETOR DE HABITAÇÃO

- Chefiar e acompanhar os programas de habitação rural e urbana;
- Coordenar a mobilização social dos grupos e elaborar relatórios e pareceres dos programas de habitação rural e urbana.

j) CHEFE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

- Assessorar, coordenar e acompanhar o programa de Cadastro Único, Bolsa Família e outros programas sociais (Carteira do Idoso, Habitação Rural, Cisternas, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Benefício de prestação continuada - BPC).

k) CHEFE DO POSTO AGROPECUÁRIO

- Coordenar os trabalhos no viveiro de mudas, controlar a distribuição das mudas de variedades exóticas e nativas produzidas no posto agropecuário;
- responsável pelo sistema de irrigação;
- controlar a produção anual de mudas para as diversas épocas do ano;
- controlar o consumo de sementes, adubos e demais materiais, solicitando a reposição do estoque.

l) CHEFE DO SETOR DE ENGENHARIA

- Chefiar o Setor de Engenharia.

XV. CHEFE DE SEÇÃO – 10 VAGAS

a) CHEFE DA SEÇÃO DE LOTEAMENTOS

- Coordenar o Programa de Loteamentos no Município.

b) CHEFE DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

- Chefiar e coordenar os serviços de confecção de carteiras de identidade, junto à Delegacia Regional;
- coordenar os serviços de emissão de carteiras de trabalho.

c) CHEFE DO TRANSPORTE ESCOLAR

- Chefiar e coordenar o transporte escolar do município;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir de 9 de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 3 de 2 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC, 9 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 016 DE 10 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 016, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 nas repartições públicas do Município de Itapiranga – SC e dá outras providências.

O Prefeito do Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, nas repartições públicas do Município de Itapiranga – SC, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretario Municipal de Administração.

**ANEXO ÚNICO****DECRETO Nº 16, DE 10 DE JANEIRO DE 2017****FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 2017**

MÊS	DIA	DIA DA SEMANA	COMEMORAÇÃO	LEGISLAÇÃO PERTINENTE
Janeiro	01	Domingo	Confraternização Universal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Fevereiro	14	Terça-feira	Emancipação Político-Administrativa	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
	27	Segunda-feira	Véspera de Carnaval	Ponto Facultativo Decreto nº 016/2017
	28	Terça-feira	Carnaval	Ponto Facultativo Decreto nº 016/2017
Abril	13	Quinta-feira	Quinta-feira Santa	Ponto Facultativo Decreto nº 016/2017
	14	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Municipal Lei 2.630, de 21/09/2010
	16	Domingo	Páscoa	
	21	Sexta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2012
Maio	1º	Segunda-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Junho	15	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
Julho	25	Terça-feira	São Cristóvão	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010

Setembro	7	Quinta-feira	Independência do Brasil	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Outubro	12	Quinta-feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional Lei nº 6.802, de 30/06/1980
	28	Sábado	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo (Estatuto Servidores Municipais) e Decreto nº 016/2017
Novembro	2	Quinta-feira	Finados	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	15	Quarta-feira	Proclamação da República	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Dezembro	25	Segunda-feira	Natal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002

**DECRETO Nº 017 DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições aos Secretários Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a :**

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições ao Secretário da Administração, Obras e Serviços Urbanos, Lauro Schlickmann, matrícula nº 15264/01 e à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento, Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01 para efetuarem as assinaturas da documentação referenciada ao setor financeiro e administrativo deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII, XXIII e XXV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Ficam revogados os decretos nº 007 e 008 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 11 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 018 DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 018, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento do Município de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro", verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

**Decreta:**

Art. 1º Fica o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta do "superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 175 – Recurso Tesouro Exercício Anterior – Alienação de Bens, no valor de R\$ 9.820,00 (nove mil oitocentos e vinte reais).

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0140.1002 – Aquisição de Veículos, Equip. e Mat. Permanente

44.90.00.00.00.00.0175 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.820,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 11 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### **PORTARIA Nº 72/2017**

Portaria nº 72 de 5 de janeiro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a Servidora Municipal Elenice Ana Kirchner matrícula nº 7579/01, para exercer as funções de Apoio Pedagógico, com 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta nomeação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 73/2017**

Portaria nº 73 de 9 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 14/2017 de 9/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 9 de janeiro de 2017, Enio José Pauli matrícula nº 6723/06 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Esporte com 20 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 549, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 74/2017**

Portaria nº 74 de 9 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 14/2017 de 9/1/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a partir do dia 9 de janeiro de 2017, Mauro José Delavy matrícula nº 10206/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Engenharia com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2017 DO EDITAL Nº 028/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 005/2017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 028/2016

Elisiane de Souza Martins, com base do item 1.2. do Edital nº 028/2016 e no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato Antonio dos Santos Junior para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 12 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins  
Secretária Municipal da Assistência Social

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 009, de 11 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 009, de 11 de janeiro de 2017

"Suspende temporariamente os pagamentos das gratificações aos servidores das Comissões Especiais de Trabalho".

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 21 e seguintes da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) sobre o controle de gastos de pessoal.

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir as despesas com pessoal para atender aos limites fiscais, especialmente em se tratando de novo mandato.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos temporariamente os pagamentos das gratificações devidas aos servidores que compõe as comissões especiais de trabalho de que trata o art. 2º. da Lei nº.2.627, de 20 de julho de 2015.

"Terão direito ao recebimento da gratificação a que se refere o artigo 1º desta Lei, os membros titulares de Comissões Especiais de Trabalho, assim entendidas as de Processo Disciplinar e a Comissão Especial de Concurso Público/Teste Seletivo, cuja matéria ou necessidade imperiosa do serviço público exija sua constituição e as Comissões Permanentes de Licitação e Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – CAD".

Parágrafo primeiro. O Departamento de Recursos Humanos deve ser cientificado para se abster de realizar os referidos pagamentos pelo período indeterminado.

Parágrafo segundo. Não é dado aos servidores deixar de realizar os trabalhos especiais de que trata as comissões às quais foram nomeados, tendo em vista se tratar de comissão permanente e essencial ao serviço público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 11 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

ARNITO SARDA FILHO

Secretário da Fazenda

### DECRETO Nº 010, de 11 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 010, de 11 de janeiro de 2017

"Constitui Comissão Permanente de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, realizados pelo Município de Ituporanga"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 e letra "c", do inciso II, do artigo 97 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o artigo 51 da Lei nº. 8.666/93, bem como o artigo 7º, inciso II e artigo 10, do anexo I, do Decreto nº. 498/2007,

Art. 1º - Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Luis Augusto Wagner Scheeren, Tiago Jesser Marques Vieira, César Antônio Grah e Edna Luckmann Paza, sendo presidida pelo primeiro e secretariado pela segundo.

Art. 2º - Fica nomeada como pregoeira a funcionária pública do município ZULEIDE DUMES HESSMANN, para atuar nos procedimentos relativos aos processos licitatórios na modalidade pregão, com atribuições de acordo com o artigo 9º do Decreto nº. 498, de 20 de abril de 2007.

Art. 3º - Fica nomeada a Equipe de Apoio ao pregoeiro nos processos licitatórios modalidade pregão, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Josiane Rosa Sieves, Tânia Maria Beling de Carvalho e Márcio Lima da Costa Junior, designanda como secretária a primeira.

--	--

Art. 4º - Como Suplentes ficam nomeados os seguintes servidores: Eliane Aparecida Rodrigues Eyng e Maria Fernanda Nienkötter Müller.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 578, de 15 de junho de 2016, e as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 11 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

PREFEITO MUNICIPAL

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EDITAL DE POSSE 001-2017- CONCURSO PUBLICO

EDITAL Nº 001/2017 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

#### ANEXO I DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Professor de Educação Infantil   Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
384	28837	9º Cristiane Teixeira Cechinel	10/01/1978

Professor de Artes (20h)   Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
374	25607	4º Fabricia Giassi Furlanetto	23/03/1991

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC),  
em 12 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.182/2017

D E C R E T O Nº 11.182/2017

Delega Poderes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX, e parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO as competências da Secretaria Municipal de Educação previstas no inciso VIII, do artigo 24, combinado com os incisos I e II, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar e acelerar a tramitação de processos administrativos, visando promover a distribuição dos servidores públicos municipais do Magistério Público Municipal, de acordo com as funções, atividades e tarefas que lhes serão atribuídas;

DECRETA :

Art.1º Ficam delegados ao Secretário Municipal de Educação poderes para expedir os atos administrativos que importem em lotação, remoção, alteração de carga horária e atribuição de exercício dos servidores do Quadro do Magistério Público Municipal, como também aqueles de designação de professores para atuarem em projetos específicos da Secretaria Municipal de Educação, para ministrarem aulas excedentes e para contratação de professores em caráter temporário, estes, após a prévia autorização do Prefeito.

Art.2º O Secretário Municipal de Educação, no desempenho da competência ora delegada, procederá, no que couber, na forma do disposto no artigo 37, da Lei Complementar Municipal Nº 002/93 (Estatuto do Magistério).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017, revogado o Decreto Municipal Nº 9.112/2013, de 31/01/2013.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 11.183/2017

D E C R E T O Nº 11.183/2017

Delega Poderes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX, e parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO as competências da Secretaria Municipal da Administração previstas no inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar e acelerar a tramitação de processos administrativos que tenham por objeto a concessão de licenças aos servidores públicos municipais;

DECRETA :

Art.1º Ficam delegados ao Secretário Municipal da Administração poderes para expedir os atos administrativos que importem na concessão de Licença Prêmio, de Licença para Tratamento de Saúde, de Licença ao Servidor Acidentado em Serviço, de Licença à Maternidade e de Licença em função de Adoção ou Guarda Judicial de Criança, aos servidores públicos municipais.

Art.2º O Secretário Municipal da Administração, no desempenho da competência ora delegada, procederá, no que couber, na forma do disposto na Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017, revogado o Decreto Municipal Nº 9.111/2013, de 31/01/2013.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 11.184/2017

D E C R E T O Nº 11.184/2017

Delega Poderes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com os incisos IX, XII e XX, c/c o parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Ficam delegados aos titulares das Secretarias Municipais da Administração; da Fazenda; de Educação; de Saúde; de Assistência Social e Habitação; de Planejamento e Urbanismo; de Obras e Serviços Públicos; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo; de Desenvolvimento Rural e Abastecimento; e de Cultura, Esporte e Lazer; bem como da Procuradoria-Geral do Município e da Controladoria-Geral do Município, poderes para ordenar as despesas da Prefeitura Municipal correlatas as suas áreas de competência.

§1º As despesas do Gabinete do Prefeito, do Gabinete do Vice-Prefeito e da Chefia de Gabinete serão ordenadas pela titular da Chefia de Gabinete.

§2º A responsabilidade de cada ordenador fica vinculada às despesas de sua pasta de acordo com o Orçamento vigente.

Art.2º As contas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, sendo:

I - uma delas do Secretário Municipal da Fazenda e a outra do Diretor Financeiro e Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda; ou

II - uma delas a do Secretário Municipal da Administração, da Chefia de Gabinete ou do Procurador-Geral do Município e a outra do Diretor Financeiro e Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda;

ou

III - uma delas a do Secretário Municipal da Fazenda, do Secretário Municipal da Administração, da Chefe de Gabinete ou do Procurador-Geral do Município e a outra do(a) Gerente Contábil e Custos da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art.3º A movimentação financeira de que trata este Decreto abrange as seguintes transações: abrir contas de depósito; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos; cancelar cheques; baixar cheques; sustar/contrordenar cheques; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; autorizar débito em conta relativo a operações; encerrar contas de depósito; efetuar transferências e pagamentos, inclusive por meio eletrônico; efetuar resgates e aplicações financeiras; liberar arquivos de pagamentos; emitir comprovantes; solicitar saldos e extratos, inclusive de investimento e operações de crédito, e cadastrar, alterar e desbloquear senhas.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/01/2017, revogado o Decreto Municipal Nº 9.778/2014, de 14/02/2014.

Jaraguá do Sul, 11 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 032/2017**

PORTARIANº 032/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 003/2017/Semsa, de 03/01/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, o servidor público municipal ADALBERTO GERALDO MORAIS, matrícula 9392-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 033/2017**

PORTARIANº 033/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 004/2017/Semsa, de 03/01/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, a servidora pública municipal LORENA VIANA PEREIRA DA FONSECA, matrícula 9329-7, ocupante do cargo efetivo de Contadora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 034/2017**

PORTARIANº 034/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 005/2017/Semsa, de 03/01/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, o servidor público municipal REIMUNDO BRASIL RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 7737-2, ocupante do cargo efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 035/2017**  
PORTARIANº 035/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/01/2017, ELCIO RICARDO ALBERTON, matrícula 7308, ocupante do cargo efetivo de Escriurário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR FINANCEIRO E CONTÁBIL, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 036/2017**  
PORTARIANº 036/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 11/01/2017, NEIVOR JOSÉ BUSSOLARO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 037/2017**  
PORTARIANº 037/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 001/2017/DGP, de 12/01/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/01/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para BRUNA MARIA ROCKER, nomeada pela Portaria Nº 1070/2016, de 30/11/2016, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 038/2017**  
PORTARIANº 038/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 002/2017/DGP, de 12/01/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/01/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para ANA CAROLINA JERONIMO OLIVEIRA, nomeada pela Portaria Nº 1112/2016, de 02/12/2016, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 039/2017**  
PORTARIANº 039/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 003/2017/DGP, de 12/01/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o nome constante na Portaria Nº 1138/2016, de 13/12/2016, de Gislaíne Pires do Nascimento para GISLAINE PIRES DO NASCIMENTO FERREIRA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA Nº 040/2017**

PORTARIANº 040/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III, do artigo 9º, da Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, de 23/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 36/2004, de 25/05/2004; 45/2005, de 17/11/2005; 50/2005, de 21/12/2005; 51/2006, de 24/02/2006; 53/2006, de 06/06/2006; 54/2006, de 16/08/2006; 62/2006, de 22/12/2006; 67/2007, de 29/06/2007; 89/2009, de 1º/10/2009; 90/2009, de 02/10/2009; 100/2010, de 21/09/2010; 112/2011, de 13/07/2011; 124/2012, de 23/04/2012; 141/2013, de 22/11/2013; 151/2014, de 21/08/2014; e 152/2014, de 18/12/2014,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/01/2017, ROSANA MARIA DE SOUZA ROSA para exercer o cargo de provimento em comissão de SUPERINTENDENTE DE PREVIDÊNCIA, da Diretoria Executiva, do INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 041/2017**

PORTARIANº 041/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II, do artigo 9º, da Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, de 23/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 36/2004, de 25/05/2004; 45/2005, de 17/11/2005; 50/2005, de 21/12/2005; 51/2006, de 24/02/2006; 53/2006, de 06/06/2006; 54/2006, de 16/08/2006; 62/2006, de 22/12/2006; 67/2007, de 29/06/2007; 89/2009, de 1º/10/2009; 90/2009, de 02/10/2009; 100/2010, de 21/09/2010; 112/2011, de 13/07/2011; 124/2012, de 23/04/2012; 141/2013, de 22/11/2013; 151/2014, de 21/08/2014; e 152/2014, de 18/12/2014,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/01/2017, GILSÉIA KASSNER LEONI para exercer o cargo de provimento em comissão de SUPERINTENDENTE DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE, da Diretoria Executiva, do INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 11/2017**

PORTARIA Nº 11/2017

Retifica Portaria 07/2007.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - RETIFICAR na portaria nº 07/2017, de 02/01/2017, que nomeia o servidor RUDIMAR BRUCH, onde se lê: "Chefe de Gabinete", leia-se: "Assessor Parlamentar".

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 09 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

**PORTARIA Nº 12/2017**

PORTARIA Nº 12/2017

Nomeia Chefe de Gabinete.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, o SR. ALMIR GIESE, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 12 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

**PORTARIA Nº 13/2017**

PORTARIA Nº 13/2017

Nomeia Assessor da Presidência.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. ADRIANE SCHIMAINSKI DOS SANTOS, para o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DA PRESIDENCIA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 12 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
-----------------------

Presidente
------------

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 62/2015 FMS TA 02

CONTRATO Nº 62/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MARIA DE LOURDES ALVES DANTAS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.622.670/0001-02, estabelecida na AV. XV DE NOVEMBRO, 232, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, representada neste ato pela Sra. MARIA DE LOURDES ALVES DANTAS, portadora da Carteira de Identidade nº 11/C 641.036 e inscrita no CPF/MF sob o nº 682.825.679-49, residente e domiciliada na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 62/2015/FMS, firmado em 13/01/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 33/2014/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 24/2014/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de lavanderia para as peças de roupas utilizadas nas Unidades de Saúde, SAMU e Pronto Atendimento do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 13 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em 7,38%, correspondentes a variação do INPC/IBGE dos últimos doze meses, passando o valor unitário de R\$ 3,34 para R\$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos), a contar de 13 de fevereiro de 2017.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 10 de janeiro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Valmor João Reisdorfer - Secretário

MARIA DE LOURDES ALVES DANTAS-ME

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### ALTERAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

#### ALTERAÇÃO DE FISCAL

Considerando o teor do memorando nº 02/2017 de 11/01/2017, emitido pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, fica responsável pela fiscalização do contrato nº 32/2013/PMJ – proveniente do PL 90/2012/PMJ – PP 46/2012/PMJ, cujo objeto é “a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de serventes de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município”, a servidora Suelen Ferreira França.

**DECRETO Nº 5.063 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.063 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2017 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2017, para as repartições públicas municipais de Joaçaba -SC:

- I. 27 de fevereiro, segunda-feira - Ponto Facultativo;
- II. 28 de fevereiro, terça-feira - Ponto Facultativo;
- III. 01 de março, quarta-feira - Quarta-feira de Cinzas - Ponto Facultativo (período da manhã);
- IV. 14 de abril, sexta-feira - Sexta-Feira da Paixão (Paixão de Cristo) - Feriado Nacional;
- V. 21 de abril, sexta-feira – Tiradentes - Feriado Nacional.
- VI. 01 de maio, segunda-feira - Dia do Trabalhador - Feriado Nacional.
- VII. 15 de junho, quinta-feira - Corpus Christi – Feriado ( Lei municipal nº 817/76);
- VIII. 25 de agosto, sexta-feira - Aniversário do Município - Feriado Municipal.
- IX. 07 de setembro, quinta-feira - Independência do Brasil - Feriado Nacional;
- X. 12 de outubro, quinta-feira - Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional;
- XI. 02 de novembro, quinta-feira – Finados - Feriado Nacional;
- XII. 15 de novembro, quarta-feira - Proclamação da República - Feriado Nacional;
- XIII. 25 de dezembro, segunda-feira - Natal - Feriado Nacional.

Parágrafo único – O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 12 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 01/2017-CMAS-JBA**

RESOLUÇÃO Nº 01/2017-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS, relativos ao exercício de 2016, no valor de R\$1.704,10(mil setecentos e quatro reais e dez centavos).

§ 1º. A prestação de contas de que trata o caput deste artigo, conta no parecer nº01/2017 aprovado em reunião do CMAS em 11/01/2017.

Art.2º Esta Resolução entrará a em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2017.

Ivone Zanatta

Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO Nº 02/2017-CMAS-JBA**

RESOLUÇÃO Nº 02/2017-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, relativos ao exercício de 2016, no valor de R\$16.401,92(dezesseis mil quatrocentos e um reais e noventa

e dois centavos).

§ 1º. A prestação de contas de que trata o caput deste artigo, conta no parecer nº02/2017 aprovado em reunião do CMAS em 11/01/2017.

Art.2º Esta Resolução entrará a em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2017.

Ivone Zanatta

Presidente do CMAS

---

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

### **PREGÃO 0001/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

PROTOCOLO JHL 0009/2017

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0001/2017 – Licitação 0003/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTORBOMBA PARA SEREM INSTALADOS NA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, DENOMINADA EEH-001, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 26/01/2017 na sede do SIMAE, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 26/01/2017 às 9h10min, na sede do SIMAE, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/01/2017 a 26/01/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 12 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

# Laguna

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/17 - COMDEMA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO

DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

A Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, Carla Silveira de Souza Coelho, no uso de suas atribuições legais, em especial àquelas conferidas pela Lei Municipal nº 0894 de 16 de outubro de 2002, CONVOCA a todos os interessados e os membros da sociedade civil a participarem das ELEIÇÕES GERAIS do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, mencionado na Lei acima citada, nos termos e condições fixadas neste Edital e respeitados os termos constantes no Regimento Interno do COMDEMA:

- Poderão inscrever-se para as eleições quaisquer membros do COMDEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- As inscrições deverão conter nome do candidato a presidente e do vice-presidente, desde que sejam representantes de entidades que estejam ligados ao COMDEMA, a partir de 13/01/2017 até 31/01/2017;
- A eleição será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Laguna, situada na Rua Osvaldo Cabral, nº 140, Centro, 2º andar neste município, no dia 09 de fevereiro de 2017, às 15:00;
- Poderão votar na eleição todos os membros do COMDEMA, titulares ou suplentes, podendo ser apenas um voto por entidade cadastrada;

Carla Silveira de Souza Coelho Presidente do COMDEMA

### **LICITAÇÕES E CONTRATOS 2017**

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0125.0005744/2016

O Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016, tendo por objeto a exploração, sob o regime de concessão onerosa, das vagas de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do Município de Laguna devido à interesse da Administração Pública.

Laguna, 10 de janeiro de 2017

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 023/2017

DECRETO Nº 023/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DILSON TARTARI FELISBINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Recursos Humanos junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 024/2017

DECRETO Nº 024/2017.

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citados abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Veterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: PROFESSOR II - MATEMÁTICA  
- Francisco de Oliveira João

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 025/2017

DECRETO Nº 025/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, RICARDO FONTANELLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Fiscalização e Tributação junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.



**DECRETO Nº 026/2017**

DECRETO Nº 026/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, VALDIR WESSLER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 027/2017**

DECRETO Nº 027/2017.

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citados abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Veterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA  
- Edson Mazzuco

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo

através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 028/2017**

DECRETO Nº 028/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, GRAZIELA EYNG NUERNBERG, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017 HMHL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/HMHL/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 27/01/2016 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços laboratoriais (Tabela SUS) com sobreaviso com desígnio de atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2017.



Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 07h00min as 13h00min, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller – SC, 12 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

**Leoberto Leal****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum, para o abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum), para o abastecimento de toda a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e o Óleo Diesel S10 deverão ser entregue na Garagem da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 02/01/2017, pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

**LOTE I – ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10**

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	25.000	Óleo Diesel Comum	Petrobras	2,78	69.500,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	15.000	Óleo Diesel S10	Petrobras	2,88	43.200,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Total						112.700,00	

**LOTE II - GASOLINA COMUM**

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Total Preço	Empresa Vencedora
03	Litro	40.000	Gasolina Comum	RDP	3,55	142.000,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Total						142.000,00	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores

inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 O vencedor do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2 O vencedor do Lote 02 – gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.3 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA	AUTO POSTO CAMILO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES      2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 017.410.949-09                  CPF: 023.728.959-82

**VISTO:**

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes

contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32), para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 040/2016.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, deverão ser entregues da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 02/01/2017 pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

##### LOTE I – ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Litro	165.000	Óleo Diesel Comum	Petrobrás	2,78	458.700,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	60.000	Óleo Diesel S10	Petrobrás	2,88	172.800,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

##### LOTE II - GASOLINA COMUM:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
03	Litro	75.000	Gasolina Comum	RDP	3,55	266.250,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA

## LOTE III – AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
04	Unid.	200	Agente redutor líquido Arla 32, balde com 20 litros.	ECOTEC	53,00	10.600,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA

## CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

## CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

## CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.



7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O vencedor do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstrução da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2. O vencedor do Lote 01 - Óleo Diesel S10, deverá disponibilizar em forma de comodato, um Tanque com Reservatório com capacidade máxima total de 5.000 litros nas seguintes localidades conforme mencionado:

I- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

II- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);



IV- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

9.3. A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

9.4. O vencedor do Lote 02 – gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.5. Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família

Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo

Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA	AUTO POSTO CAMILO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016, para eventuais aquisições parceladas de peças complementares para montagem do motor do veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, Processo Licitatório nº 057/2016.

Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças complementares para montagem do motor do veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 041/2016.

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA  
CNPJ: 85.776.003/0002-55

RODOVIA BR 470, Nº 7150, BAIRRO CANTA GALO, CEP: 89.163-020, RIO DO SUL/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças complementares para montagem do motor do veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 041/2016, a contar da assinatura da presente Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

#### LOTE I – PEÇAS VEÍCULO FORD TRANSIT, PLACA MLX 0515.

ITEM	QT.	DESCRIÇÃO	UND.	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
1	01	VOLANTE DO MOTOR	PÇ	4.000,00	4.000,00	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
2	01	ROLAMENTO PILOTO EMBREAGEM	PÇ	150,00	150,00	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
3	01	RADIADOR DE ÁGUA	PÇ	1.300,00	1.300,00	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
4	01	ANEL DE VEDAÇÃO COLETOR	PÇ	30,35	30,35	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
5	01	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	PÇ	125,50	125,50	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
6	01	COLETOR DE ADMISSÃO	PÇ	588,59	588,59	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
7	01	JUNTA DO COLETOR ESCAPAMENTO	PÇ	147,06	147,06	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
8	01	JUNTA DO TUBO ESCAPAMENTO	PÇ	168,06	168,06	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
9	01	CARÇA DO FILTRO DE AR	PÇ	905,10	905,10	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
10	02	CHICOTE PASTILHA DE FREIO	PÇ	51,35	102,70	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
11	01	MANGUEIRA DO RESFRIADOR	PÇ	536,74	536,74	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
12	01	JUNTA DO CABEÇOTE DO FILTRO	PÇ	74,80	74,80	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
13	01	JUNTA VEDAÇÃO MANGUEIRA TURBO	PÇ	22,18	22,18	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
14	01	TUBO EVAPORADOR AR CONDICIONADO	PÇ	1.148,92	1.148,92	FORD	COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA
TOTAL				9.300,00			

#### LOTE II – PEÇAS VEÍCULO FORD TRANSIT, PLACA MLX 0495.

ITEM	QT.	DESCRIÇÃO	UND.	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
15	01	ROLAMENTO PILOTO EMBREA- GEM	PÇ	150,00	150,00	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
16	01	ANEL DE VEDAÇÃO COLETOR	PÇ	30,35	30,35	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
17	01	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	PÇ	125,50	125,50	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
18	01	COLETOR DE ADMISSÃO	PÇ	588,59	588,59	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
19	01	JUNTA DO COLETOR ESCAPA- MENTO	PÇ	147,06	147,06	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
20	01	JUNTA DO TUBO ESCAPAMENTO	PÇ	168,06	168,06	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
21	01	JUNTA DO TUBO ESCAPAMENTO ENTR.	PÇ	171,57	171,57	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
22	01	PASTILHA DIANTEIRO	JG	457,60	457,60	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
23	01	PASTILHAS TRASEIRO	JG	307,69	307,69	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
24	01	MANGUEIRA DO RESFRIADOR	PÇ	536,74	536,74	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
25	01	JUNTA DO CABEÇOTE DO FILTRO	PÇ	74,80	74,80	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
26	01	JUNTA VEDAÇÃO MANGUEIRA TURBO	PÇ	22,18	22,18	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
27	04	UNIDADE INJETORA	UN	1.786,18	7.144,72	DENSO	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
28	04	ANEL VEDAÇÃO INJETORES	PÇ	16,93	67,72	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
29	04	ANEL O'RING VÁLVULA PRESSÃO	PÇ	7,01	28,04	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
30	01	CATALISADOR	PÇ	4.520,48	4.520,48	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
31	01	TUBO EVAPORADOR AR CONDI- CIONADO	PÇ	1.148,92	1.148,92	FORD	COMÉRCIO DE AU- TOMÓVEIS RIO DO SUL SA
TOTAL				15.690,02			

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos materiais e prestação dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,

falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar – EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Manutenção do Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 – Manutenção do Transporte Escolar – EF



04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 – Manutenção do Transporte Escolar - EF

04.01.12.361.0004.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção do Transporte Escolar - EF

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Manutenção do Transporte Escolar - EI

04.01.12.365.0004.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 – Manutenção do Transporte Escolar - EI

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Manutenção do Transporte Escolar – EM

04.01.12.362.0004.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 – Manutenção do Transporte Escolar – EM

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de janeiro de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL SA  
EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

#### VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

#### CONTRATO Nº 003/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 003/2017 – PMLL

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015 - Aditivo de Valor.

Por este instrumento particular de Termo de Aditivo ao Contrato nº 009/2015 de Empreitada por Preço Unitário, que fazem entre si, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 065/2014, homologado em 09/02/2015:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A EMPRESA A.R.G INDUSTRIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rodovia SC 302, nº 1860 – Bairro Barragem, CEP 89.190-000, Taió/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, neste ato representada pelo Senhor ALMIR RENI GUSKI doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

Considerando a, Comunicação Interna nº 057/2016 da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, que solicita Aditivo de Valor ao Contrato nº 009/2015;

Considerando a, solicitação da Empresa A.R.G Industrial LTDA EPP, em fevereiro de 2016, que solicita Aditivo de Valor ao Contrato nº

009/2015, em virtude das perdas inflacionárias ocorridas pelo atraso na conclusão da obra, o qual o município requereu junto ao BRDE/FUNDAM, onde os fatos foram submetidos a análise da Assessoria Jurídica do referido órgão, sendo aprovado o aditivo com base ao INPC do período de Fevereiro de 2016 à Dezembro de 2016;

Considerando o, parecer da Assessoria Jurídica, na data de 02 de janeiro de 2017, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 1118/2015, aprovando ao Aditivo de Valor ao Contrato nº 009/2015, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 065/2014, celebrar o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015 – Aditivo de Valor, com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, a Concorrência nº 001/2014, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 009/2015, passa a vigorar com o acréscimo do Item nº 01 com a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO”:

01. O presente Termo Aditivo de Contrato nº 003/2017, será de R\$ 41.149,64 (quarenta e um mil cento e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente ao reajustamento de valor contratual, sobre o saldo residual em fevereiro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	ALMIR RENI GUSKI A.R.G INDUSTRIAL LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

#### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

TIPO: “Menor Preço por Item”. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2017. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 25 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 32681212. Em 12/01/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.



**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Administração Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 004/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 16:30 (dezesesseis horas e trinta minutos), do dia 25 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 12/01/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2016 - RELAÇÃO DOS APROVADOS**

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 003/2016

**RELAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO**

ENFERMEIRO (CURSO SUPERIOR NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Alex Kammers	2,0	4,4	6,4	1º

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (CURSO TÉCNICO NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Loreni de Oliveira Scheidt	3,2	4,8	8,0	1º
Vanderléia Müller	3,6	4,4	8,0	2º
Walter Miranda Costa	2,4	4,4	6,8	3º
Mayara Terezinha Francisco	2,8	3,6	6,4	4º
Viviane Miguel	2,0	4,0	6,0	5º
Valdete Malescki da Silva	1,6	3,6	5,2	6º
Patrícia Aparecida Gomes	2,8	1,6	4,4	Reprovou

NUTRICIONISTA (CURSO SUPERIOR NA ÁREA)				
Nome do Candidato	Prova Objetiva			Classificação
	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	
Bruna Sabedra Bordin	2,8	4,4	7,2	1º

Leoberto Leal, 13 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TP 01/2017 PMLS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 01/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área administrativa e de projetos, no dia 02 de fevereiro de 2017, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 002.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 001/2017

Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – ESTRELA MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Astorga nº 804, Casa 02, Bairro Sítio Cercado, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 26.225.739/001-95, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. JOEL DE JESUS FRANÇA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 6.264.981-0. e inscrito no CPF/MF sob o nº 937.571.239-72, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 001/2017, Pregão Presencial nº 001/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para a fabricação, montagem e instalação de móveis sob medida, destinados ao Espaço da Primeira Infância do Município de Luzerna, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital, e conforme tabela discriminativa abaixo:

LOTE 1					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	ARMÁRIO PARA COZINHA TIPO AÉREO em MDF de 18mm NA COR BRANCO TX, medindo 1900 x 600 x 350 mm (LxAxP) com 1 (uma) prateleira e 5 (cinco) portas com laterais arredondadas (pós forming), puxador maciço de 128mm.	891,8919	891,89
2	1,00	UN	ARMÁRIO EM MDF 18mm NA COR BRANCO TX com bordas engrossadas medindo 2100 x 2500 x 500 mm (LxAxP) com 6 (seis) prateleiras e 3 (três) portas de correr. Puxador de cima até embaixo na lateral das portas.	1.702,7027	1.702,70
3	1,00	UN	ARMÁRIO EM MDF 18mm NA COR ABEDUL com bordas engrossadas medindo 2400 x 2340 x 600 (LxAxP) com 6 (seis) gavetas e portas com chave e 5 (cinco) prateleiras. Corrediças telescópicas nas gavetas e puxador tipo cava.	3.405,4054	3.405,41

O FORNECEDOR 1 – ESTRELA MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - ME, responsável pelo fornecimento dos itens especificados no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do Edital, sendo que móveis sob medida deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.1. Os mobiliários adquiridos deverão ser entregues e devidamente instalados nos locais indicados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna.

1.3. Os móveis sob medida deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá fornecer os móveis sob medida na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no Edital e seus anexos.

1.5. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos móveis sob medida, inclusive as oriundas da devolução e reposição de móveis recusados por não atenderem ao Edital.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.7. O FORNECEDOR deverá disponibilizar junto com o mobiliário todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.8. O FORNECEDOR deverá apresentar para os móveis as garantias de fabricação.

- 1.8.1. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.
- 1.8.2. O prazo de garantia total e irrestrita será de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e para reposição de peças, contados do recebimento definitivo. Para cobertura da garantia, deverá ser utilizada assistência técnica autorizada do fabricante, com o fornecimento integral de peças, componentes e mão-de-obra, sem qualquer custo adicional aos apresentados na proposta de preços;
- 1.8.3. Caso a garantia prestada pelo fabricante seja menor que 5 (cinco) anos, o fornecedor dos produtos ou serviços será responsável pela garantia mínima, sem quaisquer ônus adicionais, independente de declaração expressa.
- 1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 1.9.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do mobiliário enviado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
- 1.10. O aceite dos móveis sob medida não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.
- 1.11. Caso os móveis sob medida sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.
- 1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, qualquer mobiliário em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem;
- 4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- 4.3.1. Se durante ou após a instalação dos móveis a fiscalização do contrato ou qualquer funcionário do Município de Luzerna constatar que houve danos às instalações (películas, pintura, etc) a proponente vencedora deverá recompô-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem qualquer ônus ao Poder Público, sob pena de serem glosados os pagamentos até que haja o satisfatório e completo cumprimento da obrigação;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexos causal devido à

ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos



produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Atividade(s):

08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches

Modalidade de Aplicação:

4.4.90. Outras despesas correntes – Investimentos CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento REGINA CARIN JACOBY CUREAU a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

JOEL DE JESUS FRANÇA  
ESTRELA MOVEIS SOB MEDIDA LTDA - ME  
FORNECEDOR 1

## TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 001/2017 - PP 001/2017 - MÓVEIS SOB MEDIDA - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 001/2017 - PML

Pregão nº 001/2017 - PML

O Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº PML 001/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a fabricação, montagem e instalação de móveis sob medida, destinados ao Espaço da Primeira Infância do Município de Luzerna, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ESTRELA MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME

- Valor total: R\$ 6.000,00

Luzerna (SC), 11 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

**PORTARIA 005/17**

PORTARIA Nº 005/17 de 04 de janeiro de 2017.

"TORNA SEM EFEITO PORTARIA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITOS a PORTARIA Nº 082/16 de 1º de abril de 2016 que designou o servidor ELISEU ROBERTO DORÉ, Operador de Máquinas II, designado para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços, para responder pela Secretaria de Obras e Serviços, a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 04 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0002/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0003/2017

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0002/2017 para a prestação de serviços de: - ASO, atestado de saúde ocupacional; - LTCAT, atualização de laudo de condições ambientais de trabalho; - PPRA, programa de prevenção de riscos ambientais; - PPP, perfil profissiográfico previdenciário; - PCMSO, programa de controle médico de saúde ocupacional e exames de audiometria, conforme a necessidade do município e atendendo as normas vigentes. Através da empresa BRANDALISE CLÍNICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, (PORTALMED-SST SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO), em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subseqüentes.

Contrato Administrativo n° 0003/2017

Vigência do Contrato: 31/12/2017

Valor Total do Contrato: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).

Pagamento: Até o 10° (décimo) dia útil subseqüente após a prestação dos serviços.

Macieira, 12 de janeiro de 2017.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão de Licitações



# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 01/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
--	--

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 001/2017

OBJETO: Aquisição do Sistema de Ensino Aprende Brasil para atendimento as escolas da rede municipal de ensino do Município de Maracajá.

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 377.365,80 (Trezentos e setenta e sete mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos I e II, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93

RECONHECIMENTO: 10/01/2017, Nicéia Izabel de Oliveira Martins – Diretora do departamento de Educação e Cultura.

RATIFICAÇÃO: 10/01/2016, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 37/2017

DECRETO Nº 37, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARIA JANETE ROSSATO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 430.851.729-04, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 08 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 38/2017

DECRETO Nº 38, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARIA REZENDE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 800.080.979-68, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 06 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 39/2017

DECRETO Nº 39, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARINES ECHER SCHAEFER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.351.829-51, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 12 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 40/2017

DECRETO Nº 40, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada PATRÍCIA DIAS DA CUNHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.442.679-30, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 05 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 41/2017**

DECRETO Nº 41, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 11 de janeiro de 2017 a 10 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARCIA SCHATZ SCHMITZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 991.213.449-49, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 14 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 42/2017**

DECRETO Nº 42, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 11 de janeiro de 2017 a 10 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARLI TEREZINHA WORN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.837.239-34, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 02 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 43/2017**

DECRETO Nº 43, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 11 de janeiro de 2017 a 10 de janeiro de 2018, da servidora nomeada NELI FÁTIMA SCHAEFER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 007.216.909-55, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 06 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 44/2017**

DECRETO Nº 44, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública ADRIANE JAQUELINE BECKER SCHAEFER, matrícula nº 507301, ocupante do cargo de Psicólogo, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 45/2017**

DECRETO Nº 45, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 12 de janeiro de 2017 a 11 de janeiro de 2018, da servidora nomeada TICIANA KAUFMANN DE ARAÚJO brasileira, inscrita no CPF sob nº 015.426.849-60, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 46/2017**

DECRETO Nº 46, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 12 de janeiro de 2017 a 11 de janeiro de 2018, da servidora nomeada LILIANE CATRINE DA SILVA RODRIGUES OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.054.489-69, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 02 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO 005/2017

Decreto n. 005/2017

De 02/01/2017

ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA

Art. 1º - O horário de atendimento ao público, junto a Prefeitura Municipal e respectivos Departamentos, a partir do dia 03 de janeiro de 2017, passará a ser das 07h30min às 11h30min, da 13h30min às 17h30min, de segunda feira a sexta feira.

§ 1º – As aulas escolares terão o horário definido pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o calendário escolar e de maneira que não venha prejudicar o andamento normal da Secretaria.

§ 2º - O horário do Transporte Escolar obedecerá ao cronograma aprovado pelo Departamento de Educação, conforme o roteiro pré-estabelecido.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, mantém seu atendimento das 07h30min às 11h30min, da 13h00min às 17h00min, de segunda feira a sexta feira.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Agricultura, a partir do dia 03 de janeiro de 2017, terá o atendimento das 07h30min às 11h30min, da 13h30min às 17h30min, de segunda feira a sexta feira.

Art. 2º - Fica a cargo do Setor de RH em conjunto com cada Secretaria, através de comunicação interna a regulamentação e ajuste de horários dos servidores municipais para o cumprimento da jornada de trabalho e atendimento de emergência e urgência, serviços de atendimento da forma de plantões ou escala de trabalho.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### DECRETO 004/2017

DECRETO n. 004/2017

De 02/01/2017

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL TANIA MARIA TOFFOLO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SUBDIRETOR – CC-04, CONSTANTE NO ANEXO II – DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e o Art. 84 do Estatuto dos Servidores Público Municipais e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração.

#### DECRETA

Art. 1º - A nomeação da Servidora Publica Municipal TANIA MARIA TOFFOLO, para o Cargo de Provimento em Comissão de SUBDIRETOR CC-04, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Finanças, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento do cargo de Subdiretor CC-04.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

### **DECRETO 006/2017**

DECRETO nº006/2017

De 02/01/2017

NOMEIA CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR – CC-02 – CARGO DE PROVIMENTO COMMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIN na função de Diretor – CC-02 – Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014-2017 - SUPERAVIT CIASS

DECRETO n.º 014/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.  
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 122.100,00 (Cento e vinte e dois mil, cem reais), nestes termos:

09- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
0901.08.243.2023 – Manutenção Fundo Infância e Adolescência - FIA	
3.1.71.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas (253)	R\$ 78.901,02
3.3.71.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas (254)	R\$ 37.924,26
4.4.71.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas (255)	R\$ 5.274,72
Total .....	R\$ 122.100,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2016.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Janeiro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 27/01/2017 às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2017. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC,

no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 11 de janeiro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº018-2017

PORTARIA nº 018/2017

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### D E S I G N A R

Art. 1.º A Senhora AGDA FERMINA SCHNEIDER SCARSANELA, ocupante do cargo de Assistente Social, para atuar na coordenação do CRAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Janeiro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006-2017 SERVIÇOS MÉDICOS FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE MODELO/SC  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 016/2017  
Modalidade: Pregão Nº 006/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica prestadora de serviços médicos de Clínico Geral, com especialização em saúde de família, prestação de serviços de consultas e atendimentos ambulatoriais na área médica estratégia da saúde da família (ESF), com disponibilidade para procedimentos cirúrgicos de pequeno porte.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27 de janeiro de 2017  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 27 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)  
Modelo/SC 12 de janeiro de 2017.

ERNO MICHELIN  
Gestor FMS

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007-2017 GÁS E ÁGUA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 021/2017  
Modalidade: Pregão Nº 007/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de itens de consumo para dar continuidade as atividades da Administração em geral do Município de Modelo/SC

Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 27 de janeiro de 2017  
Abertura dos Envelopes: 10:45 horas do dia 27 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 12 de janeiro de 2017.  
Ricardo Luis Maldaner  
Prefeito Municipal

### **CONTRATO 003-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - LOCAÇÃO - DONIDA - PRORROGAÇ...**

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 003/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A SENHORA DIRCE REICHERT DONIDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Senhora DIRCE REICHERT DONIDA, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF nº 824.712.749-00, Cédula de Identidade nº 2.167.563-5, residente e domiciliada, Rua João Felipe Werlang, nº 275, nesta cidade de Modelo – SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Administrativo nº 003/2016 de 04/01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica aditado o contrato nº 003/2016 de 04.01.2016, constante da Cláusula Nona, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 01 (um) mês, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/01/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa, Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2016; porém com este termo aditivo fica prorrogado por mais 01 (um) mês, o prazo terminará em 31 de janeiro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização e do Prefeito Municipal, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 003/2016 de 04.01.2016.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.



Modelo (SC), aos 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	DIRCE REICHERT DONIDA Locadora Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

### **CONTRATO 004-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - LOCAÇÃO - EPAGRI-CIDASC - PR...**

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 004/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A SENHORA LINETE HALMENSCHLAGER VOGEL, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Senhora LINETE HALMENSCHLAGER VOGEL, brasileira, contador, portadora da carteira de Identidade nº 2.163.047 e do CPF nº 612.962.609-68, residente e domiciliada na Avenida Porto Alegre, 1455, Centro, na Cidade e Comarca de Pinhalzinho – SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Administrativo nº 004/2016 de 04/01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica aditado o contrato nº 004/2016 de 04.01.2016, constante da Cláusula Nona, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 01 (um) mês, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/01/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa, Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2016; porém com este termo aditivo fica prorrogado por mais 01 (um) mês, o prazo terminará em 31 de janeiro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização e do Prefeito Municipal, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 004/2016 de 04.01.2016.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	LINETE HALMENSCHLAGER VOGEL Locadora - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

### **CONTRATO 006-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - LOCAÇÃO - CONSELHO TUTELAR -...**

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 006/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A SENHORA NEUDIR JOSÉ FAVRETTO, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e o Senhor NEUDIR JOSÉ FAVRETTO, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de Identidade nº 12c 3.261.674 e do CPF nº 020.327.079-77, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, Centro, na Cidade de Modelo – SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Administrativo nº 006/2016 de 04/01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica aditado o contrato nº 006/2016 de 04.01.2016, constante da Cláusula Nona, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 01 (um) mês, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/01/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa, Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2016; porém com este termo aditivo fica prorrogado por mais 01 (um) mês, o prazo terminará em 31 de janeiro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização e do Prefeito Municipal, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 006/2016 de 04.01.2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	NEUDIR JOSÉ FAVRETTO Locador Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

#### CONTRATO 019-2015 - TERMO ADITIVO 03-2016 - LOCAÇÃO - GUTH - PRAZO

TERMO ADITIVO Nº. 003/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2015, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E O SENHOR MAURICIO GUTH, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e o Senhor MAURICIO GUTH, pessoa física, residente na Rua Presidente Vargas, 1148, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrito no CPF nº 077.989.339-56, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 006/2015 – Pregão nº 002/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica aditado o prazo do contrato nº 019/2015 de 16.01.2015, Constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 06 (seis) meses, por conveniência

administrativa e de comum acordo entre as partes.

Sendo que este aditivo terá validade de 01 de janeiro à 30 de junho de 2017.

Que o prazo de locação era de até o dia 31/12/2015; porém, com o aditivo nº 01/2015 de 29 de dezembro de 2015, foi prorrogado em 07 (sete) meses, e terminaria em 31 de julho de 2016; e, com o Termo Aditivo nº 02/2016 de 29/07/2016, foi prorrogado em 05 (cinco) meses e o prazo terminará em 31 de dezembro de 2016; e com este aditivo de 06 (seis) meses o prazo terminará em 30 de junho de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente aditivo decorre de autorização da administração municipal, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 019/2015 de 16.01.2015.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MAURICIO GUTH Contratado
--	-----------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

#### DECRETO Nº 018-2017 CESTAS BÁSICAS DEPARTAMENTO SOCIAL

Decreto nº 018/2017 de 12/01/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1757/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1757/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 053/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto Registro de Preços para aquisição de cestas básicas para distribuição à famílias carentes do Município de Modelo/SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	4.580,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	3.196,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, SC, Quinta-Feira,  
12 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
Depto. de Licitações

### **ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2017 VEÍCULO APAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Errata de Aviso de Licitação

Processo nº: 010/2017  
Modalidade: Pregão Presencial nº 001/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

O Prefeito do Município de Modelo/SC, juntamente com o pregoeiro, torna público que fica alterada a data de entrega e abertura dos envelopes do processo licitatório supracitado, devido a inclusão de informações que caracterizam o objeto a ser adquirido.

Objeto: Aquisição de veículo automotor zero quilômetro, van adaptada/transformada em veículo misto de passageiros e cadeirante destinada para a APAE de Modelo/SC. Conforme convênio nº 827936/2016 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e recursos próprios do Município, objetivando a Estruturação de Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26 de janeiro de 2017  
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 26 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08h:00min às 12h:00min, e das 13h:30min às 17h:30min, ou a qualquer horário pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 12 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 017-2017 COMBUSTÍVEIS ADMINISTRAÇÃO GERAL-COOPER ITAIPU**

Extrato de Contrato nº 017/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 1700/2016  
Pregão nº 049/2016  
Contratada: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU  
Valor: R\$ 55.680,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município de Modelo/SC.

Modelo/SC, 12 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 010/2017**

PORTARIA Nº 010/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE CONCES- SÃO
Andreia Kath	24.04.2015 a 23.04.2016	18.01.2017 a 16.02.2017 (30 dias)
Juliana Pavalicini Cesco	02.04.2015 a 01.04.2016	23.01.2017 a 11.02.2017 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 12 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 009/2017**

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA nº 009 de 02 de janeiro de 2017.

	VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais...
--	--

**RESOLVE:**

Art. 1º – INSTITUIR, e acordo com o § 4º do art. 51 da Lei n. 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação do Município de Mondaí/SC, com a seguinte composição:

**I – Membros efetivos:**

- a) – Presidente: SIDNEI RODRIGUES
- b) – 1º Membro: FÁBIO JUNIOR BLANK
- c) – 2º Membro: ZÉLIA BALKE

**II – Membros Suplentes:**

- a) – 1º Suplente: VANICE FETZNER BARBOSA
- b) – 2º Suplente: IVO HENKEL
- c) – 3º Suplente: IVALINO DE OLIVEIRA

§º 1º – O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura no inciso I deste artigo, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

§º 2º – Nas ausências do 1º ou 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º – DESIGNAR, de acordo com as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, e Decreto n. 5.450, de 31.05.2005, os servidores abaixo para exercerem as atribuições de pregoeiro:

**I – Pregoeiros Oficiais:**

- a) – MARISA WUNSCH PITTELKOW
- b) – SIDNEI RODRIGUES

**II – Equipe de Apoio:**

- a) – MARISA WUNSCH PITTELKOW
- b) – SIDNEI RODRIGUES
- c) – ZÉLIA BALKE
- d) – IVO HENKEL
- e) – VANICE FETZNER BARBOSA

Art. 3º – O pregoeiro que iniciar a condução do certame, poderá ser substituído, em seus impedimentos legais ou eventuais, por um dos pregoeiros caput do artigo anterior.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Mondaí, 02 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT Prefeito Municipal	MILITÃO KNAPP Secretário de Administração e Fazenda
-------------------------------------	---

**PORTARIA Nº 061/2017**

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 061 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

=====

Nomeia Comissão para proceder ao Inventário Patrimonial do Município de Mondaí.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, resolve:

DESIGNAR os servidores VANICE FETZNER BARBOSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3.526.789, inscrita no CPF sob nº 033.409.569-79, matrícula 2246, DÉCIO JOSÉ MACHRY, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.791.610, inscrito no CPF sob nº 780.499.899-68, matrícula 1808, SIDNEI RODRIGUES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.492.156, inscrito no CPF nº 022.902.709-11, matrícula 3516, CATIANE DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº 4.829.460, inscrita no CPF nº 051.124.929-29, matrícula 3515, e JULIANO RIGO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.712.112, inscrito no CPF nº 036.216.599-86, matrícula 2836, para constituírem a COMISSÃO ESPECIAL com a finalidade de identificar, conferir, numerar e contabilizar os BENS MÓVEIS que formam o Patrimônio Municipal, com poderes para avaliar aqueles que pelos Registros Contábeis forem indispensáveis determinar o valor.

Presidirá a Comissão a servidora VANICE FETZNER BARBOSA, sendo que a supervisão ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração.

Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas e far-se-á ao término dos trabalhos o Inventário Patrimonial do Município de Mondaí.

Caberá ao responsável pelo Controle Interno sempre que possível, o acompanhamento dos serviços.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 10 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí

**PORTARIA Nº 062/2017****ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 062 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

=====

Nomeia Comissão para proceder ao Inventário  
Patrimonial do Município de Mondaí.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí VALDIR RUBERT, no uso de  
suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, resolve:

DESIGNAR os servidores VANICE FETZNER BARBOSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 3.526.789, inscrita no CPF sob nº 033.409.569-79, matrícula 2246, DÉCIO JOSÉ MACHRY, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.791.610, inscrito no CPF sob nº 780.499.899-68, matrícula 1808, EVANDRO ROSIN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 5.657.160, inscrito no CPF nº 068.465.939-50, matrícula 3513, CATIANE DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade nº 4.829.460, inscrita no CPF nº 051.124.929-29, matrícula 3515, e JULIANO RIGO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.712.112, inscrito no CPF nº 036.216.599-86, matrícula 2836, para constituírem a COMISSÃO ESPECIAL com a finalidade de identificar, conferir, numerar e contabilizar os BENS IMÓVEIS que formam o Patrimônio Municipal, com poderes para avaliar aqueles que pelos Registros Contábeis forem indispensáveis determinar o valor.

Presidirá a Comissão a servidora VANICE FETZNER BARBOSA, sendo que a supervisão ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração.

Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas e far-se-á ao término dos trabalhos o Inventário Patrimonial do Município de Mondaí.

Caberá ao responsável pelo Controle Interno sempre que possível, o acompanhamento dos serviços.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 10 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017/PMMC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 02/2017/PMMC

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução dos serviços de assessoria contábil para o exercício de 2017

ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 23/janeiro/2017 até as 12:00 horas do dia 26.janeiro.2017. Abertura da sessão no dia 26.janeiro.2017 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL - JULGAMENTO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-Mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 12.janeiro.2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016 PMN

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016 PMN

GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA, FUTURA COMÉRCIO DE MAT. EDUCACIONAIS LTDA, ON LINE PAPELARIA E INFORMÁTICA, SIO-NE MARIA GEREMIAS SCHAEFER, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, LUGRAF GRÁFICA E PAPELARIA, PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA, NAYR CONFECÇÕES LTDA.

REABERTO O CERTAME AS 13H30, A EQUIPE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ANALISOU AS FICHAS TÉCNICAS APRESENTADAS NA PROPOSTAS. AS EMPRESAS MARCELO JACOB ME, CÉLIA REGINA W. SANI, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, WP E A COMERCIAL ÔNIX FORAM DESCLASSIFICADAS POIS NÃO CUMPRIRAM COM O ITEM 4.2.2.2 DO EDITAL. A EMPRESA BRINQUEDOS E PAPELARIA FOI DESCLASSIFICADA POIS NÃO CUMPRIU COM OS ITENS 3.10.2, 3.10.3 E 3.10.4.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS E CONSTATOU-SE QUE TODAS CUMPRIAM COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADOS PARA OS PRESENTES VISTAREM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA - SE O CERTAME.

12/01/2017 09:00 ATÉ 16:35

CARLA CLAUDINO TATIANA DE ALENCAR CARLINI JOSEZITE DOS SANTOS	PREGOEIRA MEMBRO MEMBRO
---	-------------------------------

às 13h50. Abertura envelopes: 25/01/2017 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira. (Prefeito).

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 297/2016.

Contrato Nº...: 297/2016.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.  
CNPJ: 00.145.589/0001-16

Vigência ..... : Início: 01/01/2017 Término: 02/03/2017

Valor Acréscimo: R\$ 22.731,36

Valor Supressão: R\$ 21.553,38.

Licitação ..... : Concorrência nº 216/2014..

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015 REFERENTE À DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS COM GUIAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE A 4ª ETAPA DA RUA FRANCISCO SCHIMIDT, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 800193/2013 FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL ORIUNDOS DO PROGRAMA MCIDADES/ MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 216/2014.

### EXTRATO DA ATA Nº 138/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 138/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 138/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10 COMUM) PARA ABASTECIMENTO E SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, DURANTE O ANO DE 2017. Conforme Pregão Presencial nº 138/2016 PMN.

Fornecedor: Posto DNA Ltda

Valor: R\$ 873.008,00

Fornecedor: W. K. Bernardi Stang Eireli

Valor: R\$ 325.377,48

Vigência: 10/01/2017 a 10/01/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 10 de janeiro de 2016.

### PORTARIA 437/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 437 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o servidor NELSON DA CUNHA, do cargo de Diretor de Gestão de Bens Materiais e Serviços, a partir de

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2016 / AVISO DE LICITAÇÃO Nº 48/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES) PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017. Data da entrega dos envelopes: 25/01/2017 até às 08h50. Abertura envelopes: 25/01/2017 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira. (Prefeito).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LISTAGEM BRASINDICE DE A a Z (MEDICAMENTO GENERICOS E SIMILARES) PARA ATENDER OS PACIENTES JUDICIAIS, ATRAVÉS DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES /SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 25/01/2017 até

10/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 438/2017 REINTEGRA**

PORTARIA N º 438 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

REINTEGRA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – REINTEGRAR conforme parecer jurídico 03/2017, a servidora NAIARA LUCIANA SERAFIM, no cargo de Monitora, a partir de 22/12/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 22/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 439/2017 EXONERA**

PORTARIA N º 439 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) RAIMUNDO MESSIAS BEZERRA DE OLIVEIRA JUNIOR, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 06/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 440/2017 RETIFICA PORTARIA 374/2016**

PORTARIA N º 440 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

R E T I F I C A a portaria 374/2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARA SILVA OLIVEIRA BUSSATO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professora Monitora, posicionando para a classe/referência “01 A” a partir de 01/03/2015.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011/2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 441/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

PORTARIA N º 441 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora VANIA ALVES VOLTOLINI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de JORNALISTA, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 11/01/2017 a 09/02/2017, referente ao período aquisitivo entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de janeiro de 2017 a 09 de fevereiro de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, RESTANDO AINDA 30 DIAS DESTE PERÍODO PARA GOZO POSTERIOR.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 001/2017/IPREVENT

CONTRATO nº 001/2017

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, que fazem o IPREVENT, pessoa jurídica Direito Público Interno, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ/MF, sob o número 82.925.025/0001-60, estabelecida na Praça del Comune, 126 - Centro - representado pelo seu Diretor-Executivo, Sr MOISÉS CIPRIANI usando da competência prevista do Decreto nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, ANDREA CRISTINE KRAUSE, com endereço à Rua Fernando Ferreira de Melo, 204, Bl A, conjunto 303, Bom Abrigo, Florianópolis/SC, e registro no CPF sob o nº 864.073.419-49, registro na OAB/SC sob nº 10325/SC, doravante denominada "CONTRATADA" firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, conforme decisão de fls. 35 a 89 da Comissão de Licitações, do processo nº 001/2016, bem como homologação do senhor Diretor-Executivo, às fls. 090 do processo citado, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores e do Edital de Licitação Nº 001/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016, bem como da proposta da adjudicatária e de conformidade com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1. Constitui objeto deste contrato a contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento - IPREVENT, conforme Termo de Referência.

1.2. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste contrato a partir do dia ..... mediante emissão de ordem de serviço e que passará a fazer parte integrante deste contrato.

1.3. Os serviços serão executados no regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DO CONTRATO E REAJUSTE

2.1. Este contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses sem reajuste do valor, com início em 02 de janeiro de 2017 e encerramento em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

2.2. Em caso de prorrogação do contrato, o valor devido pelos serviços de consultoria será atualizado pelo índice de inflação acumulado medido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos doze meses e já publicado. Em caso de extinção do índice de inflação medido pelo INPC, será adotado outro índice oficial escolhido de comum acordo.

2.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou a redução da carga horária semanal em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme preceitua o artigo 65, §1º, da Lei (federal) nº 8666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PAGAMENTO.

3.1. O valor mensal dos serviços de consultoria objeto deste contrato é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), conforme resultado do pregão presencial.

3.2. O presente contrato onera as seguintes dotações da Lei Orçamentária para 2017:

3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes

3.3. O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês imediatamente subsequente ao mês de adimplemento, mediante apresentação da nota fiscal depois de liquidada a despesa pelo Secretário da Fazenda, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º da Lei (federal) nº 8666/93. Ao final de cada quadrimestre, deverá ser apresentado, relatório

quadrimestral com descrição resumida dos serviços de assessoria e consultoria realizados no quadrimestre de referência.

3.4. Do valor a ser pago e creditado em conta bancária indicada na proposta, será descontado a parcela correspondente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E MULTAS

4.1. Pela inexecução total ou parcial ou atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, aqui incluída a verificação a qualquer tempo da incapacidade técnica dos profissionais indicados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados e ainda garantida à prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

4.1.1. Advertência;

4.1.2. Aplicação de multas:

a) Pela prestação de serviços de assessoria e consultoria equivocada, contrária às normas legais vigentes, capaz de induzir o agente público ou político ao erro na execução de atos da administração e passíveis de imputação de responsabilidade pelos órgãos incumbidos constitucionalmente de fiscalizar - multa equivalente a 3% (três por cento) do valor global do contrato para cada fato até o limite de 30% (trinta por cento).

b) Pelo atraso na prestação dos serviços de assessoria e consultoria de forma a comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações diária aprovada pelo Decreto Municipal nº 107/2011 e alterações posteriores - multa equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato para cada evento até o limite de 10% (dez por cento).

c) Pelo atraso injustificado superior a 3 (três) dias em atender as demandas por assessoria e consultoria - multa equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

d) Pelo não cumprimento de qualquer das condições fixada na Lei 8666/93, no instrumento convocatório ou no contrato e não abrangida nas letras anteriores - multa equivalente a 1% (um por cento) do valor do contrato para cada evento até o limite de 20% (dez por cento).

e) Comprovada a incapacidade técnica da contratada em executar com segurança e confiança o objeto desta licitação segundo avaliação da administração - multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

4.2. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas no item 4.1 acima constitui ainda motivo para rescisão do contrato, e:

4.2.1. Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Trento pelo prazo de até 2 (dois) anos.

4.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

4.3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei (federal) nº 8666/93 durante o prazo de execução contratual.

4.4. As multas eventualmente aplicadas à contratada poderão ser descontadas dos pagamentos porventura devidos, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição do crédito em dívida ativa, ou por qualquer outra forma prevista na lei.

#### CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA

**CONTRATADA**

5.1. A CONTRATADA, além das responsabilidades previstas neste CONTRATO e no Edital e seus anexos que o integram, se obriga a:

5.1.1. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste CONTRATO, de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as normas constitucionais e legais, bem como, nos prazos previstos ou solicitados.

5.1.2. Manter durante a execução do contrato, profissionais qualificados nas mesmas condições apresentadas na proposta.

5.1.3. Manter na coordenação dos trabalhos, um profissional com formação superior, nas condições exigidas no edital.

5.1.4. Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços de consultoria objeto deste CONTRATO, correrão por conta da CONTRATADA.

5.1.5. Fica desde já convencionado que a CONTRATADA cede e transfere, à CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional, além dos serviços previstos neste CONTRATO, a posse, propriedade, direitos de repetição parcial ou total dos trabalhos e documentos criados no âmbito do mesmo, podendo a CONTRATANTE fazer o uso que lhe convier.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

6.1. Além das responsabilidades previstas neste CONTRATO e nos anexos que o integra, a CONTRATANTE obriga-se a fornecer à CONTRATADA, todas as informações necessárias à execução dos serviços objeto deste CONTRATO e espaço adequado e equipado para o bom desenvolvimento dos serviços de consultoria.

6.2. As despesas com passagens, hospedagens e alimentação dos profissionais da CONTRATADA, quando em serviços de assessoria e consultoria jurídica objeto desta licitação que envolver a necessidade de viagens fora da sede da CONTRATANTE, da CONTRATADA OU DA CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, desde que autorizada pela mesma, correrão por conta desta.

6.3. Efetuar o pagamento dos serviços de Assessoria e Consultoria na forma e no prazo estabelecido na neste contrato.

6.4. O pagamento com atraso superior a 30 (trinta) dias sofrerá incidência de juros de 1% ao mês sobre a parcela em atraso corrigida pelo INPC do segundo mês imediatamente anterior a data de pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUB-CONTRATAÇÃO.**

7.1. A CONTRATADA não poderá transferir ou sub-contratar os serviços objeto do presente contrato, no todo ou em parte.

7.2. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste CONTRATO, a CONTRATANTE, por seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva no direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços e para esse efeito, a CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE e seus prepostos, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

8.1.2. Atender prontamente as reclamações, exigências ou observações feitas pela CONTRATANTE ou seus prepostos, corrigindo, quando for o caso, à sua própria custa, os serviços que não obedecerem às respectivas especificações, legislação ou normas.

8.1.3. Sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo executado com a boa técnica ou, ainda, por inobservância e ou desobediência às ordens ou instruções da CONTRATANTE e seus prepostos, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da paralisação.

**CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.**

9.1. O objeto do Contrato realizado em cada mês será reconhecido

pelo Diretor-Executivo do IPREVENT, em cumprimento ao estágio da liquidação da despesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - TOLERÂNCIA**

10.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das Cláusulas e Condições do presente CONTRATO e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, e de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas Cláusulas e Condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

11.1. A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o presente CONTRATO, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA, qualquer direito à indenização, nos seguintes casos:

11.1.1 Pela prestação de serviços de Assessoria e Consultoria de forma equivocada, contrária às normas legais vigentes, capaz de induzir o agente público ou político ao erro na execução de atos da administração e passíveis de imputação de responsabilidade pelos órgãos incumbidos constitucionalmente de fiscalizar, sem prejuízo da aplicação da multa prevista neste contrato e equivalente a 3% (três por cento) do valor global do contrato para cada fato, até o limite de 30% (trinta por cento).

11.1.2 Pelo atraso na prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria de forma a comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações diária aprovada pelo Decreto Municipal nº 91/2010 e alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação da multa prevista neste contrato e equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato para cada evento, até o limite de 10% (dez por cento).

11.1.3. Pelo atraso injustificado superior a 3 (três) dias em atender as demandas por Pelo atraso injustificado superior a 3 (três) dias em atender as demandas por consultoria - multa equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

11.1.4. Pelo não cumprimento de qualquer das condições fixada na Lei 8666/93, no instrumento convocatório ou no contrato e não abrangida nas letras anteriores - multa equivalente a 1% (um por cento) do valor do contrato para cada evento até o limite de 20% (dez por cento).

11.1.5 Comprovada a incapacidade técnica da contratada em executar com segurança e confiança o objeto desta licitação segundo avaliação da administração, sem prejuízo da aplicação da multa prevista neste contrato e equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

11.1.6 Paralisação dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem comprovada justificativa apresentada à CONTRATANTE, por escrito, e por ela aceita.

11.1.7 Não conclusão dos serviços no prazo previsto ou execução em desacordo com o contratado.

11.1.8. Cessão ou transferência do presente CONTRATO, no todo ou em parte.

11.1.9. Inobservância das normas ou especificações da CONTRATANTE.

11.1.10. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, concurso de credores, transformação, fusão ou incorporação da CONTRATADA.

11.1.11. Imperícia, negligência, imprudência ou desídia na realização dos serviços contratados.

11.1.12. No caso da Rescisão ser resultante de inadimplemento contratual por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ser indenizado de todo o prejuízo decorrente da Rescisão.

11.1.13 Atendendo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá promover a Rescisão unilateral do CONTRATO, mediante notificação prévia e pagamento à CONTRATADA dos serviços corretamente executados, multa rescisória correspondente ao valor de 3 (três) meses de Assessoria e Consultoria.

11.1.14 A CONTRATANTE, após notificar a CONTRATADA da Rescisão contratual, tomará posse imediata de todos os serviços executados

devendo, porém, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, apresentar um relatório completo, historiando a Rescisão do CONTRATO, contendo uma avaliação detalhada dos serviços, a ser elaborado por comissão especialmente designada.

11.14.1. A Comissão terá um prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua constituição, para apresentação de seu relatório conclusivo, o qual servirá para o acerto de contas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

11.15 Nos casos de Rescisão amigável do CONTRATO, a CONTRATADA fará jus apenas aos pagamentos dos serviços executados e devidamente medidos.

11.15.1. Desta forma, far-se-á o pagamento final, com mútua, plena e geral quitação no ato da assinatura do destrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO, devendo a parte vencida pagar á vencedora as custas, despesas judiciais extrajudiciais e demais cominações legais e contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica fazendo parte integrante do presente contrato, o Edital correspondente, com seus anexos e a Ordem de Início de Serviço.

13.2. Os casos omissos deste CONTRATO serão dirimidos pela CONTRATANTE, de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores e a legislação específica pertinente à matéria.

E por se acharem assim acordados, e após lido e achado conforme, firmam as partes este CONTRATO em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2017.

INSTIT. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - IPREVENT

Contratante

ANDREA CRISTINE KRAUSE

Contratada

TESTEMUNHAS

01 \_\_\_\_\_

02 \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 004/2017 - NOMEIA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

DECRETO Nº 004/2017

NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para o cargo abaixo indicado, o aprovado no Concurso Público nº 002/2015:

NOME	CARGO	C.H.
Katia Maria Ventura Bernardo	Assistente Administrativo	40h/ Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de janeiro de 2017

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2017 - SRP 001

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 001/2017 – Concorrência nº 001/2017 – SRP 001

Objeto: O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição parcelada de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega e abertura dos envelopes: 16/02/2017 até as 9:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211/3213 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº032/2016 - GUILHERME

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Denílson Luiz Padilha, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 032/2016, GUILHERME LOPES DE SOUZA. Finalidade/Objeto: REFORMA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO PAÇO MUNICIPAL, através do convênio PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária, exercício/ano base de 2015/2015, A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo de Licitação nº 083/2016, Pregão 042/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93. As partes resolvem de comum acordo, Aditivar o Contrato supracitado. O aditivo do contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8000 - Ramal 1214.

Otacílio Costa 08/08/2016.

Luiz Carlos Xavier - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 133/2015 - INTECTUS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Denílson Luiz Padilha, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 133/2015, com INTELECTUS – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EIRELI. Finalidade/Objeto: Contratação de empresa especializada para a capacitação do quadro de funcionários das áreas de Administração Geral, Financeira, Tributária e área de Apoio (aproximadamente 80 servidores) para a implantação e execução de um Programa de Excelência na Qualidade do Atendimento e Serviços prestados à população do Município, e de 20 funcionários do Departamento Tributário e áreas afins em Código Tributário Municipal e demais Legislação pertinente, através do convênio PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária. A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo de Licitação nº 065/2015, Pregão 032/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93. As partes resolvem de comum acordo, Aditivar o Contrato supracitado. O aditivo do contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8000 - Ramal 1214.

Otacílio Costa 05/07/2016.

Luiz Carlos Xavier - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 140 - ELETROTEC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito de Otacílio Costa, Sr. LUIZ CARLOS XAVIER, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP, de acordo com o Contrato nº 140/2016, que tem por Finalidade/Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, E INSTALAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE VOZ E DADOS,. A autorização para a lavratura do contrato decorre do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº089/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº.053/2016; em conformidade com a Lei 8.666/93.

O Valor total da contratação é de R\$ 151.000,00. E a vigência do contrato a partir de 07/12/2016 até 31/12/2016.O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica.

Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa – 07/12/2016

LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.



# Palhoça

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS VEREADORES

001

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 18ª LEGISLATURA E POSSE DO SENHOR PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS SENHORES VEREADORES REALIZADA EM 01/01/2017

Presidente: JOÃO CARLOS AMANDIO

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2017 [dois mil e dezessete] no auditório do Tribunal de Júri do Fórum da Comarca de Palhoça o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Solene de Instalação da Décima Oitava Legislatura e Posse do Senhor Prefeito e dos Senhores Vereadores. O Senhor Presidente convidou nominalmente os Senhores Vereadores Eleitos para a Legislatura de dois mil e dezessete a dois mil e vinte para entrarem ao auditório e para ocuparem seus respectivos lugares, tomando assento de suas cadeiras, dando sequência, o Senhor Presidente chamou para composição da mesa o Prefeito diplomado o Senhor Camilo Nazareno Pagani Martins, o Vice-Prefeito diplomado o senhor Amaro José da Silva Junior, a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, o secretario municipal Daniel Broering Harger e os representantes da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Em sequência, o Senhor Presidente solicitou que o Prefeito diplomado e o Vice-Prefeito diplomado a apresentassem seu diploma e declaração de bens, conforme Regimento Interno da Casa Legislativa deste Município. Na sequência o Senhor Presidente convidou o Senhor Prefeito, Vice-Prefeito a ficarem de pé para prestar o compromisso de posse, assim o prestando afirmando "Assim o prometo". Em seguida o Senhor Presidente declarou empossados o Prefeito, Vice-Prefeito e os convidou à assinar o Termo de Posse, que assim o fizeram. Dando seguimento, o Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores e apresentarem seu diploma e declaração de bens conforme o artigo 4º, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sendo os senhores Vereadores Adelino Severiano Machado, André Carlos Xavier, Arlindo Fernandes Moraes, Edemir Niehues, Elton Esomérico de Quadros, Fabio Coelho, Jean Henrique Dias Carneiro, João Carlos Amândio, Joel Filipe Gaspar, Luciano Pereira, Maria Rosangela Pratis, Marcos Roberto de Melo, Nelson Martins Filho, Nirdo Artur Luz, Otávio Marcelino Martins Filho, Rodrigo Alves Quintino e Rosinei de Souza Horácio. Na sequência o Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores a ficarem de pé para prestar o compromisso de posse: "Prometo respeitar a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, desempenhando de forma leal o mandato a mim conferido, cumprindo as leis e trabalhando pelo engrandecimento do nosso Município." Em ato contínuo, feita a chamada os Senhores empossados, de pé, declararam: "Assim o prometo." Em seguida o Senhor Presidente declarou empossados os Senhores Vereadores, e os convidou para assinarem o Termo de Posse, o que assim o fizeram. Dando sequência aos trabalhos o Senhor Presidente convidou a todos para ficarem de pé para a execução do Hino Nacional. Posteriormente o Senhor Presidente convidou a fazer uso da palavra o Senhor Prefeito, que fez seus agradecimentos e lembrou das obras realizadas em sua primeira gestão, em seguida foi convidado o Senhor Vereador Fábio Coelho que lembrou das dificuldades de uma eleição no período em que passa o Brasil, tratando os Vereadores como vencedores e aptos a arduamente trabalhar por Palhoça. Foram realizadas homenagens e entrega de placas ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores, encerrando os trabalhos da Sessão Solene de Instalação da Décima Oitava Legislatura e Posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Senhores Vereadores. Em seguida o Presidente da mesa convidou os Senhores Vereadores e todos os demais presentes para a Sessão Especial a ser realizada na sede da Câmara de Vereadores para eleição da Mesa Diretora, biênio 2017/2018.

João Carlos Amândio

Presidente Camilo Nazareno Pagani Martins Amaro José da Silva Junior

Prefeito Municipal Vice-Prefeito Municipal

002

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DO 1º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO DOIS MIL E DEZESSETE E DOIS MIL E DEZOITO, EM 01/01/2017

Presidente: JOÃO CARLOS AMANDIO

Secretário: FÁBIO COELHO

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2017 [dois mil e dezessete] no paço Municipal – Sala de Sessões da Câmara de Vereadores – o Senhor Presidente JOÃO CARLOS AMANDIO declarou aberta a Primeira Sessão Extraordinária do 1º Período da Décima Oitava Legislatura para Eleição e Posse da Mesa Diretora para o Biênio Dois Mil e dezessete e Dois Mil e dezoito, conforme artigo 4º, parágrafo 5º do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Dando sequência o Senhor Presidente chamou para secretariar os trabalhos o Vereador FÁBIO COELHO, nesse momento, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos da sessão por dez minutos para a confecção das chapas para a eleição e formação da Mesa Diretora. Reiniciados os trabalhos o Senhor Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura das chapas apresentadas. O Vereador FÁBIO COELHO informou que foi encaminhada à Mesa uma única chapa para concorrer à eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, com a seguinte composição: Presidente – FÁBIO COELHO, Vice-Presidente – JOEL FILIPE GASPAR, Primeiro Secretário – ELTON ESOMÉRICO DE QUADROS e Segundo Secretário – NIRDO ARTUR LUZ. Em continuidade o Senhor Presidente solicitou que todos os Vereadores manifestassem seu voto. Em chamada nominal, feita pelo Presidente em exercício, o Vereador Adelino Severiano Machado votou a favor da única chapa. O Vereador André Carlos Xavier votou a favor da única chapa. O Vereador Arlindo Fernando Moraes votou a favor da única chapa. O Vereador Elton Esomérico de Quadros votou a favor da única chapa. O Vereador Rosinei de Souza Horácio votou a favor da única chapa. O Vereador Fábio Coelho votou a favor da única chapa. O Vereador Jean Henrique Dias Carneiro votou a favor da única chapa. O Vereador Joel Filipe Gaspar votou a favor da única chapa. O Vereador João Carlos Amândio votou a favor da única chapa. O Vereador Luciano Pereira votou a favor da única chapa. O Vereador Marcos Roberto de Melo votou a favor da única chapa. O Vereador Nirdo Artur Luz votou a favor da única chapa. O Vereador Edemir Nieheus votou contra a única chapa. O Vereador Rodrigo Alves

Quintino votou contra a única chapa. A Vereadora Maria Rosângela Pratis votou contra a única chapa. O Vereador Nelson Martins Filho votou contra a única chapa. O Vereador Otávio Marcelino Martins Filho votou contra a única chapa. O senhor Presidente passou a palavra para o secretário apresentar o resultado da Eleição, que assim o proferiu: Senhor Presidente o resultado foi doze votos a favor da chapa e cinco votos contra a chapa. O Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura da formação da chapa, que assim o fez: Senhor Presidente a chapa para o Biênio de 2017/2018 ficou com a seguinte formação: Presidente – FÁBIO COELHO, Vice-Presidente – JOEL FILIPE GASPAS, Primeiro Secretário – ELTON ESOMÉRICO DE QUADROS e Segundo Secretário – NIRDO ARTUR LUZ. O Presidente Proclamou eleita a Mesa Diretora para o Biênio de 2017/2018. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente convidou nominalmente os integrantes da Mesa Diretora para o Biênio Dois Mil e dezessete e Dois Mil e dezoito para tomarem seus acentos e nesta ordem foram chamados para tomar acento o Presidente, Vereador Fábio Coelho; o Vice-Presidente, Vereador Joel Filipe Gaspar; o Primeiro Secretário, Vereador Elton Esomérico de Quadros e Segundo Secretário, Vereador Nirdo Artur Luz. Posteriormente o Senhor Presidente Fábio Coelho fez seu discurso agradecendo a todos e falou da importância de seu trabalho para o crescimento do Município de Palhoça, agradecendo ainda, a confiança de seus Pares ao o eleger como Presidente deste Poder. Dando continuidade o Presidente deixou livre a palavra para os vereadores que dela quiserem fazer uso. Usaram da palavra os Vereadores Joel Filipe Gaspar, Nelson Martins Filho, João Carlos Amândio, Rosinei de Souza Horácio, Arlindo Fernandes Moraes, André Carlos Xavier, Luciano Pereira, Rodrigo Alves Quintino e Nirdo Artur Luz, que solicitou que registre em ata sua insatisfação em saber que o plenário vai ter sua parte superior reduzida para fazer gabinetes: "eu acho um erro reduzir o espaço do plenário", o vereador Luciano Pereira

003

apoiou o vereador Nirdo Artur Luz. Em seguida o Senhor Presidente deu por encerrada a SESSÃO ESPECIAL DO 1º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, em 01/01/2017. Não havendo nenhum vereador que quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da Sessão convocando os Senhores Vereadores para a Sessão Ordinária, no dia 06/02/2017 no horário regimental.

Fábio Coelho  
Presidente

Joel Filipe Gaspar

Vice-Presidente
Elton Esomérico de Quadros 1º Secretário
Nirdo Artur Luz 2º Secretário

**PORTARIA Nº 09/2017**

PORTARIA Nº 09, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

NOMEAR:

Art. 1º - Nomear o servidor para ocupar cargo em comissão de acordo Lei Complementar nº 234, de 22 de dezembro de 2016, conforme segue:

Servidor	Cargo
DAURI BORGES	DIRETORA ADM

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

**PORTARIA Nº 08/2017**

PORTARIA Nº 08, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

NOMEAR:

Art. 1º - Nomear a servidora para ocupar cargo em comissão de acordo com a Lei Complementar nº 234, de 22 de dezembro de 2016, conforme segue:

Servidor	Cargo
NEIDLEN HOHENSEE HENRIQUE	DIRETORA GERAL

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO  
Presidente

## **PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017**

### **EDITAL**

#### **1- MODALIDADE : PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017**

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV E FRIGOBARES. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 3, 47 e 48 - I E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.2 - Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 10h00min do dia 26 de janeiro de 2017, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3 - Integram este edital, independentemente de transcrição:

1.3.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.3.2 – ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;

1.3.3 – ANEXO III – CREDENCIAMENTO;

1.3.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

1.3.5 – ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;

1.3.6 – ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;

1.3.7 – ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;

1.3.8 – ANEXO VIII – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;

1.3.9 – ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

#### **2 - DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV E FRIGOBARES, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme quantitativos e descrições técnicas constantes no anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

#### **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1- Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

#### **4 - DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

## 5 - DA PROPOSTA

5.1 - O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.1, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

a) assinatura do representante legal da empresa;

b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

c) indicação do número da conta corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2 - A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4 - O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5 - Para fins do disposto no subitem 7.4 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, na folha 1 do Anexo I se for o caso.

5.6 - A empresa deverá informar em sua proposta o prazo a ser concedido.

## 6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "DOCUMENTAÇÃO" - "PROPOSTA".

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

6.10.1 - Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

6.10.2 - Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;

6.10.3 - Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1 e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final,



não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

6.10.4 - Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.

6.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.

6.14 - Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

6.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

6.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.18 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

## 7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou E-Mail.

7.2 - O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1 - Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2 - Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por (Art. 29, inciso IV, da Lei 8.666/93);

7.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.5 - Certidão de quitação da Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com prazo de validade em vigor;

7.2.6 - Certidões Negativas expedidas pelos Órgãos Distribuidores de Falências e Concordatas do local da sede de empresa, expedida há menos de 60 dias (sessenta) dias da data designada no subitem 1.2.

7.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "ONLINE".

## 8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## 9 - DO CONTRATO

9.1 - Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3 - Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no Prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

## 10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações

legais.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5 - Em caso de atraso na entrega do material, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

#### 11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa à aquisição do material descrito nos itens anteriores, correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, com os Elementos de despesas:

4.4.90.52.33 (Televisores).

4.4.90.52.12 (Aparelhos e utensílios domésticos)

#### 12 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - O fornecimento dos materiais e serviços objeto deste Pregão Presencial serão entregues mediante a emissão da autorização de fornecimento pela Contratante, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2 - O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 30 dias úteis.

#### 13 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 - O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível através do e-mail: licitação@cmp.sc.gov.br, para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 19h00min, ou na sede da Câmara Municipal situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC.

#### 14 - DO VALOR

14.1 - Estima-se o valor total desta licitação para fins de bloqueio orçamentário R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

#### 15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento devido à contratada será efetuado em parcela única, após a efetiva entrega dos materiais e serviços, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária.

#### 16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

16.3 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 12 de janeiro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

ANEXO I – Folha1

#### TERMO DE REFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 001/2017

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, 12 de janeiro de 2017.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

C N P J Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:  
INSC. MUNICIPAL Nº:  
BANCO (nome e nº):  
AGÊNCIA (nome e nº):  
CONTA CORRENTE:

ANEXO I – Folhas 2

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 001/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV e FRIGOBARES, conforme segue descrição abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Televisor Smart TV de LED de 32 polegadas, resolução HD (1366 x 768p); conversor digital integrado; frequência de 120 Hz ou superior; potência de áudio mínima de 20W RMS; mínimo de 02 (duas) entradas HDMI e de 02 (duas) entradas USB; LAN; Wi-Fi integrado; saída de áudio digital (óptica); bivolt. Acompanha 01 (um) controle remoto, pilhas para o controle, 01 (um) cabo de força e manual de instalação. Garantia mínima: 12 meses.	17
	Suporte articulado para TV LCD LED PLASMA 3D 10 até 55 polegadas. Permite inclinação e rotação (3 movimentos). Ideal para salas, escritórios. Tipo de Suporte: Suporte de parede articulável e inclinável para visão frontal, lateral e superior. Tipo de Material: Aço Carbono. Cores: Preto. Tipo de Pintura: Pintura Eletrostática Furação Compatível: VESA: 50x50, 75x75, 100x100, 200x100, 200x200, 300 x 200, 300x300max.400x400mm. Conteúdo da Embalagem: Suporte para TV, hastes extensoras, manual, parafusos (M4X16mm, M6X20mm e M8X16mm) e buchas Garantia: 05 anos.	17
02	Refrigerador tipo frigobar, capacidade bruta entre 100 a 120 litros, cor branca, alimentação bivolt ou 220V, classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006) - Dimensões máximas (A86.2-L48.2-P51.9); Dimensões Mínimas (A 75- L43 – P 45) Garantia mínima: 12 meses.	11

Prazo de validade da Proposta: 30 dias.

Palhoça, 12 de janeiro de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

ANEXO II

(MODELO)  
DECLARAÇÃO

Fora do envelope  
Ref.: Pregão nº \_\_\_\_\_

(nome da empresa)

Inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Representante legal da empresa  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

### ANEXO III

(MODELO)

CREDENCIAMENTO  
Fora do envelope

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob o n.º \_\_\_\_\_ a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_, supra referenciada, na qualidade de Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_ bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Representante legal da empresa

### ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO  
Fora do envelope

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Representante legal da empresa

### ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO  
Fora do envelope

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Representante legal da empresa

### ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº \_\_\_\_\_ a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Nome e identificação do declarante

Obs.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

#### ANEXO VII

SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL  
(MODELO)

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 306  
À Câmara Municipal de Palhoça/SC

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Responsável

#### ANEXO VIII – Folha 01

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA  
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº \_\_\_\_/2017

#### PROPOSTA

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão Presencial e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

## ANEXO VIII – Folha 02

## FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

## Objeto:

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV E FRIGOBAR, para Câmara Municipal, conforme segue descrição abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Televisor Smart TV de LED de 32 polegadas, resolução HD (1366 x 768p); conversor digital integrado; frequência de 120 Hz ou superior; potência de áudio mínima de 20W RMS; mínimo de 02 (duas) entradas HDMI e de 02 (duas) entradas USB; LAN; Wi-Fi integrado; saída de áudio digital (óptica); bivolt. Acompanha 01 (um) controle remoto, pilhas para o controle, 01 (um) cabo de força e manual de instalação. Garantia mínima: 12 meses.	17		
	Suporte articulado para TV LCD LED PLASMA 3D 10 até 55 polegadas. Permite inclinação e rotação (3 movimentos). Ideal para salas, escritórios. Tipo de Suporte: Suporte de parede articulável e inclinável para visão frontal, lateral e superior. Tipo de Material: Aço Carbono. Cores: Preto. Tipo de Pintura: Pintura Eletrostática. Furação Compatível: VESA: 50x50, 75x75, 100x100, 200x100, 200x200, 300 x 200, 300x300max.400x400mm. Conteúdo da Embalagem: Suporte para TV, hastes extensoras, manual, parafusos (M4X16mm, M6X20mm e M8X16mm) e buchas Garantia: 05 anos.	17		
	Valor Total lote 01 (item 1 + item 2)		R\$	R\$
02	Refrigerador tipo frigobar, capacidade bruta entre 100 a 120 litros, cor branca, alimentação bivolt ou 220V, classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006) - Dimensões máximas (A86.2-L48.2-P51.9); Dimensões Mínimas (A 75- L43 – P 45) Garantia mínima: 12 meses.	11		

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_ dias

Palhoça, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Responsável pela empresa

## ANEXO IX

## MINUTA DO CONTRATO

Contrato que celebram a Câmara Municipal de Palhoça e a empresa \_\_\_\_\_, para aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV e FRIGOBARES, conforme o Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2017 – Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, e vinculado à Lei 8.666/93, alterações posteriores e Lei 10.520/2002.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua: Joci José Martins, 101, em Residencial Pagani, inscrita no CNPJ 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_ – Presidente da Câmara Municipal, aqui denominada CONTRATANTE, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_ representada nesse ato por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aqui denominada CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de direito e nos termos do processo de Pregão Presencial nº XX/2017, tem justo e contratado o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de TELEVISORES DE LED DO TIPO SMART TV E FRIGOBAR, para Câmara Municipal de Palhoça, conforme as especificações e quantitativos constantes no termo de referencia, parte integrante do edital.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.****2.1 - Do Preço:**

a) O preço total para o presente termo de contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, sendo este, aceito pelo contratado, entendido este como preço justo e suficiente para a entrega total do presente objeto, como segue:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Televisor Smart TV de LED de 32 polegadas, resolução HD (1366 x 768p); conversor digital integrado; frequência de 120 Hz ou superior; potência de áudio mínima de 20W RMS; mínimo de 02 (duas) entradas HDMI e de 02 (duas) entradas USB; LAN; Wi-Fi integrado; saída de áudio digital (óptica); bivolt. Acompanha 01 (um) controle remoto, pilhas para o controle, 01 (um) cabo de força e manual de instalação. Garantia mínima: 12 meses.	17		
	Suporte articulado para TV LCD LED PLASMA 3D 10 até 55 polegadas. Permite inclinação e rotação (3 movimentos). Ideal para salas, escritórios. Tipo de Suporte: Suporte de parede articulável e inclinável para visão frontal, lateral e superior. Tipo de Material: Aço Carbono. Cores: Preto. Tipo de Pintura: Pintura Eletrostática. Furação Compatível: VESA: 50x50, 75x75, 100x100, 200x100, 200x200, 300 x 200, 300x300max.400x400mm. Conteúdo da Embalagem: Suporte para TV, hastes extensoras, manual, parafusos (M4X16mm, M6X20mm e M8X16mm) e buchas Garantia: 05 anos.	17		
Valor Total lote 01 (item 1 + item 2)			R\$	R\$
02	Refrigerador tipo frigobar, capacidade bruta entre 100 a 120 litros, cor branca, alimentação bivolt ou 220V, classificação "A" no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Portaria INMETRO / MDIC número 20 de 01/02/2006) - Dimensões máximas (A86.2-L48.2-P51.9); Dimensões Mínimas (A 75- L43 – P 45) Garantia mínima: 12 meses.	11		

**2.2- Condições de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado em cota única após a devida entrega e verificação da certificação do INMETRO e das descrições técnicas e apresentação da Nota Fiscal, em 10 dias após toda a conferência de todo o material.

b) A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**2.3- Da Dotação Orçamentária**

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação se darão através da seguinte dotação orçamentária:

Lote 01 - 4.4.90.52.33 (Televisores).

Lote 02- 4.4.90.52.12 (Aparelhos e utensílios domésticos)

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE ENTREGA**

3.1 - A entrega dos produtos da presente licitação deverá ser efetuada em 15 dias após emissão de Ordem de compra e assinatura do Contrato.

3.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

4.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização do presente contrato através do responsável pelo departamento de Compras da Câmara Municipal de Palhoça.

4.2 - Assume a contratada inteira e expressa responsabilidade pelo recolhimento das obrigações sociais e pela proteção aos seus empregados, como também obrigações comerciais, previdenciárias e tributárias referente à execução deste contrato.

4.3 - A CONTRATADA é responsável diretamente aos danos causados a CONTRATANTE ou contra terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento pelo órgão interessado.

**CLAUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

5.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido da seguinte forma:

5.1.1 PROVISORIAMENTE, por responsável do setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

5.1.2 DEFINITIVAMENTE, pelo gerente do departamento de informática da CMP, após vistoria que comprove a adequação dos objetos aos objetivos previstos, observando o art. 64 da lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 Ao fornecedor total ou parcialmente inadimplente durante o contrato, serão aplicadas as seguintes sanções legais:

a) o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 78 e com a observância dos termos do art. 79 da lei nº 8.666/93.

7.2 O contrato poderá ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II do art. 65 da lei 8.666/93.

7.3 Em caso de rescisão administrativa, as multas previstas no ato convocatório, não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrente das infrações cometidas (art. 55, inciso IX, lei 8.666/93).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

8.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a licitação.

8.3 Fica eleito o Foro de Palhoça, para dirimir as dúvidas decorrentes deste contrato na via Judicial.

8.4 E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma.

Palhoça, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente da Câmara Municipal

EMPRESA CONTRATADA

1º \_\_\_\_\_ 2º \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA TESTEMUNHA



# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 005/2017

Decreto nº 005, de 04 de janeiro de 2017.

DELEGA COMPETÊNCIAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos VI, XXV e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso XIV, do art. 7º, mais o § 3º, do art. 39, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência aos Secretários Municipais o planejamento, coordenação, implementação, orientação, supervisão, apoio, controle técnico e a fiscalização dos procedimentos licitatórios e seus contratos administrativos realizados no âmbito do Poder Executivo do Município de Palma Sola, vinculados à respectiva Secretaria, autarquia ou fundação nas quais se subordinam técnica e administrativamente as unidades administrativas descentralizadas, localizadas no município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Em caso de necessidade este Decreto poderá ser revisto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 12 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSE MANTELLI  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

### TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 98/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 98/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA – EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA- EPP.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Domingos Lirio Locatelli, portador do CPF Nº. 295.487.999-87 e de outro lado à empresa Embrasemen – Empresa Brasileira de Semen Ltda- EPP, estabelecida na Linha Menino Jesus, perímetro rural, na cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 07.108.829/0001-51, neste ato representada por Francisco Romano Gaievski, portador do CPF: 659.557.819-00, de ora adiante denominada de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 119/2015, firmado em 11 de dezembro de 2015, que trata da aquisição de sêmen bovino e material para Inseminação Artificial para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias,

contados a partir de 01 de janeiro de 2017 e término previsto para 30/03/2017.

Cláusula Segunda – DO REAJUSTE

Em havendo reajuste de valores o índice a ser utilizado para a correção do mesmo será o IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

Prefeitura Municipal:

06.01.2.067.3.3.90.32.00.00.00.00 – Sec. De Agricultura – material de distribuição gratuita.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Palma Sola, 28 de dezembro de 2016.

Domingos Lirio Locatelli  
Prefeito municipal  
Contratante

Embrasemen – Empresa Brasileira de Semen Ltda - EPP  
CNPJ: 07.108.829/0001-51  
Francisco Romano Gaievski  
CPF: 659.557.819-00  
Contratada

Testemunhas:

NOME: Valdemar Gritti  
CPF: 296.902.859-04

NOME: Ana C. Pies.  
CPF: 024.607.219-94

### TERMO ADITIVO Nº. 02 - AO CONTRATO Nº. 98/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 98/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA – EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA- EPP.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Domingos Lirio Locatelli, portador do CPF Nº. 295.487.999-87 e de outro lado à empresa Embrasemen – Empresa Brasileira de Semen Ltda- EPP, estabelecida na Linha Menino Jesus, perímetro rural, na cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 07.108.829/0001-51, neste ato representada por Francisco Romano Gaievski, portador do CPF: 659.557.819-00, de ora adiante denominada de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 98/2016,

firmado em 16 de novembro de 2016, que trata da aquisição de sêmen bovino e material para Inseminação Artificial para fazer constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº. 8.666, de 1993, a teor de seu artigo 65, Alínea "d", parágrafo I, "prevê que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato".

Considerando ainda, o documento (anexo) recebido do Secretário de Agricultura Sr. Agenor Munaro, justificasse o presente termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a modificação do valor contratual em decorrência do aumento quantitativo de seu objeto, conforme fundamentação na cláusula anterior – Aquisição de Sêmen e material para inseminação artificial.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES FINANCEIROS

O Valor total acrescido ao Contrato nº. 098/2016 é de R\$ 4.346,20 (quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). Com o acréscimo acima citado, o valor total do Contrato nº. 098/2016 que era de R\$: 17.479,00 (Dezessete mil, quatrocentos e setenta e nove reais)), passará a ser de R\$: 21.825,20 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços decorrentes do acréscimo de que trata o presente Termo ficarão condicionados à apresentação dos documentos fiscais legais exigíveis.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Instrumento correrão por conta dos recursos orçamentários:

06.01.2.067.3.3.90.32.00.00.00- Sec. De Agricultura – material de distribuição gratuita.

#### CLÁUSULA SEXTA DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 098/2016, e seus termos aditivos não alcançadas pelo presente.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 05 de janeiro de 2017.

-----  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal  
Contratante

-----  
Embrasemen – Empresa Brasileira de Semen Ltda - EPP  
CNPJ: 07.108.829/0001-51  
Francisco Romano Gaievski  
CPF: 659.557.819-00  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla  
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana C. Pies.  
CPF: 024.607.219-94

# Papanduva

## PREFEITURA

### ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo á Ata de Registro de Preço nº 008/2016 datada em 13(treze) de janeiro de 2016 CONTRATANTE: Município de Papanduva CONTRATADA: Safra Diesel Ltda RESUMO DO OBJETO: Acréscimo no prazo de vigência da presente ata por mais 30(trinta) dias a partir da data de vencimento da mesma a fim de não prejudicar a continuidade dos serviços prestados e possibilitar a abertura de nova Licitação Pública em tempo hábil. Processo Pregão Presencial nº 094/2015 Base Legal: Lei nº 8666/93

# Paraíso

## PREFEITURA

### CT. 01/2017

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL 24/2016

PROCESSO LICITATORIO 43/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 82.380,00 (Oitenta e dois mil trezentos e oitenta reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 02 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 372.120,00 (Trezentos e setenta e dois mil, cento e vinte reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ABASTECEDORA PEPERI LTDA - ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 02 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### CT. 04/2017

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL 27/2016

PROCESSO LICITATORIO 46/2016

REGISTRO DE PREÇO 01/2016

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO E GRUPO DE POLÍCIA MILITAR DE PARAISO/SC E AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO - SC, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 76.028,40 (Setenta e seis mil, vinte e oito reais e quarenta centavos).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: PASINATO SCHMIDT & CIA LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 02 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### CT. 02/2017

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL 25/2016

PROCESSO LICITATORIO 44/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, LOCAÇÃO DE SOFTWARE E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM GERAÇÃO DOS ANEXOS DO SICONFI E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 02 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### CT.06/2017

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

PROCESSO LICITATORIO 49/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MÍNIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, LIMPEZA E CONFECÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, de acordo com as Leis Municipais Nº 1123/09 e 1186/2010, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 358.400,00 (Trezentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: BBS SERVIÇOS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA - ME.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até

### CT. 03/2017

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL 27/2016

PROCESSO LICITATORIO 46/2016

REGISTRO DE PREÇO 01/2016

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAISO E GRUPO DE POLÍCIA MILITAR DE PARAISO/SC E AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO - SC,

31/12/2017.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações e Leis Municipais Nº 1123/09 e 1186/2010.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC  
Paraíso/SC, 11 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

### **CTR. 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de padronização do S.I.M. e preparação de unidades para o SISBI/SUASA/POA, durante o período de Janeiro/2017 a Dezembro/2017

DO VALOR: R\$ R\$ 21.035,76 (Vinte e um mil e trinta e cinco reais e setenta e seis reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio será contado a partir da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 12 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

### **CTR. 01/2017FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017 FMS

DO OBJETO TERMO ADITIVO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05

DO VALOR: R\$ R\$ 9.958,08 (Nove mil novecentos e cinquenta e

oito reais e oito centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

DO CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – CIS/AMEOSC

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio será contado a partir da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 12 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

GESTORA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

### **CTR. 02/2017FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2017 FMS

DO OBJETO TERMO ADITIVO: Este Contrato de Rateio tem por tendo por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de PARAÍSO SC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

DO VALOR R\$ 39.001,92 (trinta e nove mil um real e noventa e dois centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

DO CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC – CIS/AMEOSC

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente convênio será contado a partir da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2017

DO FUNDAMENTO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 12 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

GESTORA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DE POSSE PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC**

#### **TERMO DE POSSE**

Termo de Posse do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina

Às onze horas, tendo por local o Prédio do Centro de Múltiplo Uso, cito à Rua dos Pinheiros, número 824, nesta cidade de Paraíso, Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, compareceu o Senhor Valdecir Antônio Casagrande, sob. CPF 563.501.399-68, eleito em dois de outubro de dois mil e dezesseis e diplomado pelo Senhor Márcio Luiz Cristófolli, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis e de conformidade com o artigo 55 da Lei Orgânica do Município de Paraíso, perante a Edilidade em sessão solene tomou posse, ratificando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da união, do Estado e do Município; promover o bem geral do Município de Paraíso, e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade. Declarado o compromisso e dado posse, o Presidente da Câmara Municipal, eleito nesta data, o vereador Fabrício Garlet solicitou a mim Paula Roberta Bacin, que elaborasse o presente termo que segue assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, pelo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores e Vereadores empossados em sessão solene, também nesta data e local. Paraíso, em 1º de janeiro de 2017. Fabrício Garlet, Gilberto Belegante, Antoninho Leão, Valdecir A. Casagrande, Marcos Luiz Penz, Flávio Lamb, Ruben Paulo Giacomini, Silene Maria Berwanger Líbero, André S. Zanin, Joel Antonio Gelhen, Valdecir Silveira Menegais, Valdecir F. Prestes.



**ATA DE POSSE VICE PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC**  
**TERMO DE POSSE**

Termo de Posse do Excelentíssimo Senhor Vice Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina

Às onze horas, do dia primeiro de janeiro de 2017, tendo como local o prédio do Centro de Múltiplo Uso, cito à Rua dos Pinheiros, nº 824, Município de Paraíso, Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, compareceu o Senhor Valdirez Ferreira Prestes, sob CPF nº 605.116.309-30, eleito em dois de outubro de dois mil e dezesseis e diplomado pelo Senhor Marcio Luiz Cristofólli aos quinze de dezembro de dois mil e dezesseis e de conformidade com o artigo 55 da Lei Orgânica do Município de Paraíso, perante a Edilidade em sessão solene tomou posse, ratificando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da união, do Estado e do Município de Paraíso e, exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade. Declarado o compromisso e dado posse, o Presidente da Câmara Municipal, eleito nesta data, o vereador Fabrício Garlet solicitou a mim Paula Roberta Bacin, que elaborasse o presente termo que segue assinado pelo Excelentíssimo Senhor Vice Prefeito Municipal, pelo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores e Vereadores empossados em sessão solene, também nesta data e local. Paraíso, em 1º de janeiro de 2017. Fabrício Garlet, Gilberto Belegante, Antoninho Leão, Valdecir A. Casagrande, Marcos Luiz Penz, Flávio Lamb, Ruben Paulo Giacomini, Silene Maria Berwanger Líbero, André S. Zanim, Joel Antonio Gelhen, Valdecir Silveira Menegais, Valdecir F. Preste.

**ATA Nº 001/2017**

ATA nº 001/2017

Às dez horas do dia primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, tendo por local o centro de Múltiplo Uso da Cidade de Paraíso – SC, nº 824, sob a presidência do Vereador Antoninho Leão (presidente em exercício), por ser o mais idoso, em atendimento a Lei Orgânica do Município de Paraíso e ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, reuniu-se a edilidade anteriormente empossada, sendo eles: Antoninho Leão, Gilberto Belegante, Fabrício Garlet, Flávio Lamb, Joel Gehlen, Marcos Luiz Penz, Ruben Paulo Giacomini, Silene Maria Berwanger Líbero, Valdecir Silveira Menegais devidamente diplomados pela Justiça Eleitoral da Comarca de São Miguel do Oeste para entre si elegerem os membros da mesa diretora da Câmara Municipal para o ano de 2017, que após votação sendo verificados os seguintes resultados e composição da Mesa Diretora no período de primeiro de janeiro e trinta e um de dezembro de 2017.

Presidente: Fabrício Garlet

Vice Presidente: Antoninho Leão

1º Secretário: Marcos Luiz Penz

2º Secretário: Silene Maria Berwanger Líbero

Na continuidade o Senhor Presidente em exercício declarou eleito e empossado para o mandato da Mesa Diretora no ano de 2017, o Senhor vereador Fabrício Garlet com cinco votos, verificou-se também que o vereador Ruben Paulo Giacomini somou três votos, havendo também um voto nulo. Para Vice Presidente da Mesa Diretora para o ano de 2017, foi eleito o vereador Antoninho Leão, com cinco votos, verificou-se também que o vereador Valdecir Silveira Menegais somou quatro votos. Para o 1º Secretário da Mesa diretora houve empate entre o vereador Marcos Luiz Penz e Gilberto Belegante somando quatro votos, verificou-se que a vereadora Silene Maria Berwanger Líbero somou um voto, sendo assim houve nova votação, para o 1º Secretário da Mesa Diretora assim composta, declarou-se eleito o vereador Marcos Luiz Penz com cinco votos, verificou-se que o vereador Gilberto Belegante somou quatro votos. Para 2º Secretário da Mesa Diretora para o ano de 2017, foi eleita a vereadora Silene Maria Berwanger Líbero, verificou-se que o vereador Flávio Lamb somou quatro votos. Na continuidade fez o uso da palavra o Presidente Fabrício Garlet. Nada mais havendo tratar para ser deliberado foi determinada a lavratura desta ata que após lida foi assinada pelos presentes. Fabrício Garlet, Gilberto Belegante, Antoninho Leão, Flávio Lamb, Marcos Luiz Penz, Ruben Paulo Giacomini, Silene Maria Berwanger, Valdecir Silveira Menegais, Valdecir Casagrande, Valdecir F. Prestes, André S. Zanim e Joel Antonio Gehlen.

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 01/2017

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 01, de 12 de janeiro de 2017.

“NOMEIA CARGO COMISSIONADO”

O cidadão Altemir Catel Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Nomear a cidadã KARINI LUMMERTZ COLARES, brasileira, solteira, filha de Silvio Martins Colares e Maria Zeni Lummertz Colares, portadora da cédula de identidade nº 4.070.188 e do CPF nº 045.088.999-86, para ocupar o cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, criado pela Lei Municipal Complementar nº 030 de 26 de maio de 2015, com vencimentos previstos na referida Lei.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Altemir Catel Cardoso  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

André Cardoso  
1º Secretário

**Passos Maia****PREFEITURA****DECRETO N, 012/2017**

DECRETO N° 012, de 11 de Janeiro de 2017.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 97.738,69 (noventa e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.301.1001	2.037	Manutenção Bloco de Atenção Básica
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 39
3.3.90.00.00	03.01383-08	Superávit Transferência de SUS – PAB FIXO
TOTAL		97.738,69

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-00 – Superávit Transferência de SUS – PAB FIXO.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

**DECRETO N. 014/2017**

DECRETO N° 014, de 11 de Janeiro de 2017.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.976,28 (nove mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.301.1001	2.038	Manutenção Bloco de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 41
3.1.90.00.00	03.0138-12	Superávit Transferência de SUS – PACS
TOTAL		9.976,28

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-12 – Superávit Transferência de SUS – PACS.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.



Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 015/2017

DECRETO N° 015, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.094,13 (seis mil, noventa e quatro reais e treze centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.301.1001	2.042	Manutenção Bloco Assistência Farmacêutica
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 42
3.3.90.00.00	03.0138-13	Superávit Transferência de SUS – Farmácia Básica 6.094,13
TOTAL		6.094,13

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-13 – Superávit Transferência de SUS – Farmácia Básica.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 016/2017

DECRETO N° 016, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.257,46 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.304.1001	2.041	Manutenção Bloco Vigilância Sanitária
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido – 43 e 44
3.3.90.00.00	03.0138-15	Superávit Transferência de SUS – Vigilância Sanitária 14.857,46
4.4.90.00.00	03.0138-15	Superávit Transferência de SUS – Vigilância Sanitária 4.400,00
TOTAL		19.257,46

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-15 – Superávit Transferência de SUS – Vigilância Sanitária.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 017/2017

DECRETO Nº 017, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.970,56 (quatorze mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.305.1001	2.040	Manutenção Bloco Vigilância em Saúde Epidemiológica
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 45
3.3.90.00.00	03.0138-16	Superávit Transferência de SUS – Vigi.Saúde Epidem. 14.970,56
TOTAL		14.970,56

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-16 – Superávit Transferência de SUS –Vigilância em Saúde Epidemiológica.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.  
Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 018/2017

DECRETO Nº 018, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.269,76 (dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.302.1001	2.039	Manutenção Bloco MAC Amb. Hosp. E Lim. Financ.
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 46
3.3.90.00.00	03.0138-17	Superávit Transferência de SUS – MAC 2.269,76
TOTAL		2.269,76

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-17 – Superávit Transferência de SUS – MAC.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo

### DECRETO N. 019/2017

DECRETO Nº 019, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.032,66 (três mil, trinta e dois reais e sessenta e seis centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.301.1001	2.053	Programas Saúde/Estado	
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 47	
3.3.90.00.00	03.0138-22	Superávit Transferência de SUS – Cofinanciamento Atenção Básica - Estado	3.032,66
TOTAL		3.032,66	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-22 – Superávit Transferência de SUS – Cofinanciamento Atenção Básica - Estado.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 020/2017

DECRETO Nº 020, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 74.027,87 (setenta e quatro mil, vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.301.1001	2.053	Programas Saúde/Estado	
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 48	
3.3.90.00.00	03.0167-00	Superávit Transferência de SUS	74.027,87
TOTAL		74.027,87	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138- – Superávit Transferência de SUS.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.  
Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo.

### DECRETO N. 488/2017

DECRETO Nº 488, de 02 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 153.112,16 (cento e cinquenta e três mil, cento e doze reais e dezesseis centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.301.1001	1.004	Ampliação da Rede Física de Saúde	
Modalidade	Fonte	Dotação	
4.4.90.00.00	03.0133-00	Superávit Transferência de Convênio – União/Saúde	153.112,16
TOTAL		153.112,16	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.133-00 – Superávit Transferência de Convênio – União/Saúde

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 02 de Janeiro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### DECRETO N.013/2017

DECRETO Nº 013, de 11 de Janeiro de 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.503,31 (dez mil, quinhentos e três reais e trinta e cinco centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.301.1001	2.038	Manutenção Bloco de Atenção Básica	
Modalidade	Fonte	Dotação - Código reduzido - 40	
3.3.90.00.00	03.0138-11	Superávit Transferência de SUS – PAB FIXO	10.503,31

TOTAL	10.503,31
-------	-----------

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.138-08 – Superávit Transferência de SUS – PAB FIXO.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de Janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Secretário Executivo.

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO 0006/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 0006/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº. 0004/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 0006/2017. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de ginecologia e obstetrícia e consultas médicas para avaliação de cirurgias gerais; (estando inclusos nestes serviços a realização de exames de ultrassonografia, e colposcopia que forem necessários). Realização de todos procedimentos cirúrgicos e clínicos de pequeno porte como: partos/cesáreas, laqueaduras, histerectomia, hérnias, vasectomia, apendicectomia, entre outras cirurgias afins. 50 (cinquenta) exames de raios-X por mês, ou 600 (seiscentos) por ano. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 08:45 horas do dia 26 de janeiro de 2017. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0\*\*49- 3437-0010.

Passos Maia, 12 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

#### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017**

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 02/2017; DL nº. 02/2017; Contratada: NOEMI APARECIDA DA SILVA MACHADO; CPF: 050.480.909-18; Objeto: Locação do imóvel nº 2547[ 2.1.001]situado à Rua Manoel Elizandro da Silva, s/n sala 01 para instalação da Agência Comunitária dos Correios no Bairro Penha do Município de Paulo Lopes.Valor: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). dividido em doze parcelas iguais mensais.

Paulo Lopes, 09 de janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO 262/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 262/2016-PMP  
AO CONTRATO Nº 140/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 56/2016 – PMP, modalidade Carta Convite nº 05/2016 – PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE PENHA, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA APR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA.

Através do presente instrumento de 2º Termo nº. 262/2016-PMP ao Contrato 140/2016-PMP, que dispõe acerca de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa APR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA, com endereço na cidade de Itajaí/SC, Endereço Modesto Fernandes Vieira, nº 100, Bairro Centro, CEP: 88303.396, inscrita no CNPJ nº 24.874.253/0001-08, neste ato representada pelo Sr(a) Ana Paula Rudolf Dagnoni, CPF nº 019.323.709-19, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes para o período de vigência constante no 1º Termo Aditivo 229/2016-PMP, objeto do Contrato 140/2016, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Funcional: 12.365.0009.2.024 - Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas (80)  
Valor: R\$ 11.900,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA                      CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### 2º TERMO ADITIVO 264/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 264/2016-PMP  
AO CONTRATO Nº 74/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 36/2016 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 22/2016 – PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº. 264/2016-PMP ao Contrato Administrativo 74/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Avenida Irineu Bornhausen, nº 855 – 1º andar, Bairro: São João, CEP: 88305-102, Telefone: (47) - 33481313, E-mail: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes do período de vigência constante no 1º Termo Aditivo 226/2016-PMP, objeto do contrato 74/2016-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS  
Unidade: 03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL  
Funcional: 25.751.0013.2.041 - Funcionamento e Manutenção da COSIP  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas (135)  
Valor: R\$ 252.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA                      CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



**3º TERMO ADITIVO 222/2016-PMP**

3º Termo aditivo nº 222/2016-PMP

Ao contrato nº 172/2015 PMP

Licitação: Processo Administrativo Nº 60/2015 - PMP modalidade  
Dispensa de Licitação Nº 06/2015 - PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua José João Batista,  
465, Centro – Penha/SC e cadastrado no Ofício de Registro de Imó-  
veis da Comarca de Balneário Piçarras sob a matrícula de nº 34764

Pelo presente instrumento do 3º Termo Aditivo nº 200/2016-PMP  
ao Contrato Administrativo 172/2015-PMP, para execução de ser-  
viço de aluguel, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa ju-  
rídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida  
Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-  
00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro  
Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominado  
simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Gil-  
berto Domingo Reis, portador do CNPJ/CPF nº 624.208.109-10,  
residente à Rua Arthur Silvino dos Reis, 130, Centro – Penha/SC,  
e de outro lado, doravante denominada simplesmente de CON-  
TRATADA, têm entre si ajustada as cláusulas e condições abaixo  
especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O valor do contrato fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE),  
passando o valor mensal para R\$: 4.104,56 (quarto mi, cento e  
quatro reais e cinquenta e seis centavos) e com o valor total re-  
ferente a 9 (nove) meses de R\$: 36.941,04 (trinta e seis reais,  
novecentos e quarenta e um reais e quatro centavos).

**CLAUSULA SEGUNDA**

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil

Projeto/Atividade: 2.024 – Funcionamento e Manutenção do Ensi-  
no Infantil/Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611– Aplicações Diretas

Código reduzido: 000080

**CLAUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**3º TERMO ADITIVO 256/2016-PMP**

3º Termo aditivo nº 256/2016- PMP

Ao Contrato nº 173/2014- PMP

Licitação: Processo Adm. nº 98/2014 - PMP modalidade Dispensa  
de Licitação Nº 10/2014 - PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Lauro Zimmer-  
mann Filho, 200, Centro, Penha/SC

Os signatários deste instrumento de 3º Termo aditivo nº 256/2016-  
PMP, de um lado NEUSA FELOMENA VOLPI, Telefone: 3345-1717,  
portadora do RG 1.204.179 – SSI/SP e CNPF 953.256.389-04, re-  
sidente e domiciliada à Rua Benjamim Constant, nº 1798, Bairro  
América, Joinville/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de  
Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, repre-  
sentada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Muni-  
cipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam  
e outorgam, a saber:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

O prazo previsto na cláusula primeira do contrato administrai-  
vo nº 173/2014- PMP fica aditado do dia 30.12.2016 até o dia  
31.12.2017.

**CLAUSULA SEGUNDA**

O valor presente na cláusula segunda do contrato administrativo  
nº 173/2014 - PMP fica reajustado para R\$: 5.368,38 (cinco mil,  
trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos) mensais  
e um valor anual de R\$: 64.420,56 (sessenta e quatro mil, quatro-  
centos e vinte reais e cinquenta e seis centavos), conforme índice  
IPCA (IBGE).

**CLAUSULA TERCEIRA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato corre-  
rão por conta da dotação:

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Funcional: 12.365.0009.2.024 - Funcionamento e manutenção do  
Ensino Infaltil/Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas (80)

**CLAUSULA QUARTA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-  
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**3º TERMO ADITIVO 265/2016-PMP**

3º TERMO ADITIVO Nº 265/2016-PMP

AO CONTRATO Nº 02/2015- PMP

LICITAÇÃO: Compra direta de objeto nº 27, conforme requisição  
nº 21/2014.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A.,  
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL DIGITAL  
PÓS-PAGO

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 265/2016-PMP,  
ao Contrato Administrativo nº 02/2015-PMP, para prestação de



serviços, O MUNICÍPIO DE PENHA com sede na Av Nereu Ramos, 80, Centro, Penha – SC, inscrita no CNPJ nº 83.102.327/0001-00, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., com Sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1376 na cidade de São Paulo/SP, CNPJ 02.558.157/0001-62, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seus Procuradores, Srs. CLEBER PINHEIRO LIMA, CPF nº 652.051.030-00, e JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR, CPF nº 032.860.479-88, tem entre si justos e contratados os serviços em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, sob o regime instituído pela Lei nº 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores e demais legislações específicas e pertinentes à matéria e estabelecidas pela ANATEL, e demais normas que regem a espécie, bem como as cláusulas abaixo discriminadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes do período de vigência constante no 2º Termo Aditivo 244/2016-PMP, objeto do Contrato nº 02/2015-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 15.07 – Departamento de Trânsito

Funcional: 06.181.0016.2.086 – Funcionamento e manutenção do convenio SSP/SC – Polícia Militar

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0012 - (160)

Valor: R\$ 7.989,30

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de dezembro de 2016.

#### MUNICÍPIO DE PENHA

Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### TELEFÔNICA BRASIL S/A.

CLEBER PINHEIRO LIMA  
CONTRATADA

#### TELEFÔNICA BRASIL S/A.

JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHA

#### DE ACORDO:

#### MUNICÍPIO DE PENHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### 4º TERMO ADITIVO 258/2016-PMP

4º Termo aditivo nº 258/2016- PMP

Ao Contrato nº 199/2013- PMP

Licitação: Processo Adm. nº 68/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 08/2013 – PMP.

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Locação de Imóvel para funcionamento do Departamento de Trânsito de Penha, localizada na Avenida Eugênio Krause, nº 152, Centro - Penha/SC.

Os signatários deste instrumento de 4º Termo aditivo nº 258/2016-PMP, de um lado José Nelmo Pinto, portador da carteira de identidade de nº 420.209-0 SSP/SC e inscrito no CPF de nº 304.074.439-91, residente e domiciliado à Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm

justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 199/2013 PMP e 3º Termo Aditivo 211/2015-PMP, fica aditado do dia 31.12.2016 até o dia 31.12.2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 199/2013 PMP fica reajustado para R\$ 2.424,43 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos) mensais e um valor anual de R\$: 29.093,16 (vinte e nove mil, noventa e três reais e dezesseis centavos), conforme índice IPCA (IBGE).

#### CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 15.07 – Departamento de Trânsito

Funcional: 06.181.0016- policiamento

Projeto/Atividade: 2050 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0012 - Aplicações Diretas (155)

#### CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS

#### DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### 4º TERMO ADITIVO 260/2016-PMP

4º Termo aditivo nº 260/2016-PMP

Ao contrato nº 126/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 36/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 04/2013 – PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, nº 3780, Armação, Penha/SC.

Pelo presente instrumento do 4º Termo Aditivo nº 260/2016-PMP ao Contrato Administrativo 126/2013-PMP, para execução de serviço de aluguel, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, o Sr. EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO, portador do CPF Nº 871.722.249-49, residente à Rua Salvador Mateus, nº 133, Armação, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada à execução de obras de infraestrutura, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula primeira do contrato administrativo nº 126/2013-PMP e 3º Termo Aditivo nº 126/2016-PMP, fica prorrogada até o dia 31.12.2017 a contar do dia 31.12.2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O valor do contrato fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), passando o valor mensal para R\$: 5.098,44 (cinco mil, noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) e com o valor correspondente de 12 (doze) meses de R\$: 61.181,28 (sessenta e um mil, cento e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

**CLAUSULA TERCEIRA**

Dotação Orçamentaria

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino

Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil

Projeto/Atividade: 2024 – Funcionamento e Manutenção do ensino Infantil/Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611– Aplicações Diretas

Código reduzido: 000080

**CLAUSULA QUARTA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**4º TERMO ADITIVO 263/2016-PMP**

4º TERMO ADITIVO Nº 263/2016 PMP

AO CONTRATO Nº 195/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2015 - PMP, TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMP

OBJETO: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para execução de obras de infraestrutura elétrica em diversos locais no Município de Penha, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento do 4º Termo aditivo nº 263/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 195/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n° 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Blumenau, nº 1530 - B, Bairro: São João, CEP: 88305-102, Telefone: (47) - 33481313, Email: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

As despesas decorrentes para o período de vigência constante no 3º Termo Aditivo 212/2016-PMP, objeto do contrato nº 195/2015-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL

Funcional: 25.751.0013.2.041 - Funcionamento e Manutenção da COSIP

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas (136)

Valor: R\$ 175.749,26

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**4º TERMO ADITIVO 266/2016-PMP**

4º TERMO ADITIVO Nº 266/2016 PMP

AO CONTRATO Nº 193/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 62/2015 - PMP, PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 – PMP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTROLE PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DE ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 4º Termo aditivo nº 266/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 193/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n° 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA –ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.640.413/0001-42, com sede na cidade de São Jose/SC, Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, Bairro: Jd. Cidade de Florianópolis, CEP: 88111-110, Telefone: (48) – 3035-7740/ (48) 9146-7323, E-mail: rodrigo-fpaim@gmail.com, neste ato representada por Rodrigo Figueiro Paim, brasileiro, solteiro, diretor do comércio, inscrito no CPF/MF sob n.º 696.369.740-04 e no RG sob n.º 7050542526, residente e domiciliado na Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

As despesas decorrentes para o período de vigência constante no 3º Termo Aditivo 204/2016-PMP, objeto do Contrato nº 193/2015-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Funcional: 04.122.0004.2.007 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (19)

Valor: R\$ 14.900,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.04 – DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

Funcional: 04.122.0004.2.010 - Funcionamento e Manutenção do

Departamento de Almoxarifado e Patrimônio  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (30)  
Valor: R\$ 30.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### 5º TERMO ADITIVO 259/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 259/2016- PMP

AO CONTRATO Nº 196/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 65/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 06/2013 – PMP.

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 160, Centro, Penha/SC.

Os signatários deste instrumento do 5º Termo Aditivo nº 259/2016-PMP, de um lado, Leonaldo Lima de Borba, portador da carteira de Identidade 3.465.346-5 SSP/SC, e inscrito no CPF de nº 023.880.689-83, residente e domiciliado à Rua João Medeiros, nº 160, Centro, Penha/SC, e a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do contrato administrativo nº 196/2013 PMP e 4º Termo Aditivo nº 239/2015-PMP fica aditado do dia 31.12.2016 até o dia 31.12.2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na cláusula segunda do contrato administrativo nº 196/2013 PMP fica reajustado para R\$: 2.359,50 (dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensais e um valor total de 12 meses de R\$: 28.314,00 (vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais), reajustado conforme o índice IPCA(IBGE).

#### CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 04- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade: 04.02- CASA DA CIDADANIA

Funcional: 04.061.0003

Projeto/Atividade: 2.006 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE CASA DA CIDADANIA

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000014

#### CLAUSULA QUARTA

As taxas para pagamento de consumo de água, luz, IPTU e taxa de lixo são de inteira responsabilidade do LOCATÁRIO.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### 5º TERMO ADITIVO 267/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 267/2016 PMP

AO CONTRATO Nº 181/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/2015 - PMP, PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 – PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA NOS EQUIPAMENTOS, REDES E SOFTWARES (INCLUSIVE: BETHA COMPRAS, BETHA TRIBUTOS, BETHA SAPO, E OUTROS SISTEMAS BETHAS DISPONÍVEIS NA ADMINISTRAÇÃO) PARA AS SECRETARIAS DE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 5º Termo aditivo nº 267/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 181/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA –ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.640.413/0001-42, com sede na cidade de São Jose/SC, Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, Bairro: Jd. Cidade de Florianópolis, CEP: 88111-110, Telefone: (48) – 3035-7740/ (48) 9146-7323, E-mail: rodrigo-fpaim@gmail.com, neste ato representada por Rodrigo Figueiro Paim, brasileiro, solteiro, diretor do comércio, inscrito no CPF/MF sob nº 696.369.740-04 e no RG sob nº 07050542526, residente e domiciliado na Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes do período de vigência constante no 4º Termo Aditivo 210/2016-PMP, objeto do Contrato nº 181/2015-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Funcional: 04.122.0004.2.007 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (19)

Valor; R\$ 12.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Funcional: 12.361.0009.2.022 - Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas (66)

Valor; R\$ 48.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade: 06.03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

Funcional: 04.123.0005.2.013 - Funcionamento e manutenção do

Departamento de Tributação e Cadastro  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (43)  
Valor: R\$ 12.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### 5º TERMO ADITIVO 268/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 268/2016 PMP  
AO CONTRATO Nº 27/2014 PMP

Processo Licitatório nº 19/2014 - Dispensa de Licitação nº 04/2014 - PMP

OBJETO: CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE TENDO POR OBJETO O GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO E ACESSO A PESQUISA A BANCO DE DADOS, VIA INTERNET.

Pelo presente instrumento do 5º Termo aditivo nº 268/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 27/2014-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Considera-se como valor para a execução do período constante no 4º Termo Aditivo 206/2016-PMP a quantia de R\$ 7.459,94 (sete mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), que corresponde a 02 (duas) parcelas trimestrais de R\$ 3.729,97 (três mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos). Tais valores foram reajustados conforme índice previsto na Cláusula Quinta do Contrato Original.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente 5º Termo Aditivo 268/2016-PMP para o período de vigência constante no 4º Termo Aditivo 206/2016-PMP, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Funcional: 04.122.0004.2.007 - Funcionamento e Manutenção do

Departamento Administrativo  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (19)

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

MÔNICA PINHEIRO COELHO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### 6º TERMO ADITIVO 230/2016-PMP

6º TERMO DE ADITIVO Nº 230/2016-PMP  
AO CONTRATO 08/2012- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 03/2012 – PMP, modalidade Carta Convite nº 01/2012 – PMP.

Objeto: Contratação de serviços de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, para o desenvolvimento e execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de inspeção de produtos de origem animal, no município de Penha/SC.

Pelo presente instrumento 6º Termo Aditivo nº 230/2016-PMP firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Senhora IVO-NETE MIQUELOTTI GARCIA, residente e domiciliada na cidade de Penha/SC, Rua Othilio Beduschi, nº 403, Fone 96006100, CPF nº 371.067.917-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de serviços profissionais, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor mensal constante do Contrato nº08/2012 – PMP, fica alterado para R\$ 2.165,81 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos) mensais, e com um valor anual de R\$: 25.989,72 (vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos) corrigido de acordo com o índice do IGPM acumulado no período, conforme conta em contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Órgão: 11 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Unidade: 11.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Funcional: 04.122.0012

Projeto/Atividade: 2.036 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA TERÇA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.



Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### 6º TERMO ADITIVO 257/2016-PMP

6º TERMO ADITIVO Nº 257/2016 - PMP  
AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 210/2011 - PMP

OBJETO: O imóvel, objeto de locação, destina-se ao funcionamento da Creche Berçário Terezinha Marlene Correia e/ou qualquer departamento da Administração Pública.

Processo de Licitação nº 23/2011 - PMP modalidade Dispensa de Licitação nº 02/2011 – PMP.

Os signatários deste instrumento, de um lado a Sra. ADRIANA WILBERT, portador do CPF nº 034.669.059-58, residente na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 700, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e aditivado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante da cláusula primeira do Contrato de Locação nº 210/2011 - PMP e 5º Termo Aditivo 16/2016, passa a contar de 31/12/2016 a 31/10/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do aluguel mensal constante da cláusula segunda do Contrato de Locação nº 210/2011 - PMP fica alterado para R\$ 1.210,10 (um mil, duzentos e dez reais e dez centavos), com o valor total referente a 10 meses de R\$: 12.101,00 (doze mil, cento e um reais), corrigido de acordo com o IPCA (IBGE) acumulado no período, constante no parágrafo único da referida cláusula.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente aditivo de contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 10– Secretaria da Educação e Cultura  
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino  
Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil  
Atividade: 2.024– Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche.  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611– Aplicações Diretas  
Código Reduzido - 000080

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA                      CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 6º TERMO ADITIVO 261/2016-PMP

6º TERMO ADITIVO Nº 261/2016 - PMP  
AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 168/2012 - PMP

OBJETO: Locação de imóvel ao funcionamento da extensão da Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PROCESSO: Processo Adm. nº 79/2012 – PMP, modalidade Dispensa de Licitação Nº 05/2012 - PMP

Os signatários deste instrumento, de um lado Laci Moser Leal, portadora do CPF nº 69088713987, residente à Avenida Nereu Ramos, nº 10, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante da cláusula primeira do Contrato de Locação nº 151/2012-PMP e 5º Termo Aditivo nº 208/2015-PMP, passa a contar de 31/12/2016 a 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do aluguel mensal constante da cláusula segunda do Contrato de Locação nº 168/2012 - PMP fica alterado com valor mensal de R\$ 1.641,53 (um mil seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos), e com valor total para 12 meses de R\$ 19.698,36 (dezenove mil, seiscentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos) corrigidos de acordo com o IPCA (IBGE) acumulado no período, constante no parágrafo único da referida cláusula.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente aditivo de contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL  
Unidade: 08.03 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO  
Funcional: 23.691.0007 – PROMOÇÃO COMERCIAL  
Projeto/Atividade: 2.018 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas (59)

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA                      CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº. 3125/2017**

DECRETO Nº3125/2017

Autoriza o uso de forma precária e por prazo determinado da Escola Municipal Cipriano Custódio e dá outras providências.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o pedido feito pelo Pastor da Igreja Adventista do 7º Dia, através do Ofício 18/2016, protocolado junto a Secretaria de Educação do Município de Penha;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a Secretaria de Educação Municipal autorizada a ceder as dependências de sala de aula, banheiros e cozinha da Escola Municipal Cipriano Silvino Custódio para jovens da Igreja Adventista do 7º Dia, no período de 12 a 22 de janeiro do corrente ano.

Parágrafo Único: As dependências da escola deverão ser utilizadas apenas como dormitório e refeitório.

Art. 2º. Fica estabelecida a proibição de realização de cultos ou afins, nas dependências da escola municipal.

Art. 3º. A entidade solicitante será responsável por:

- I. zelar pelo patrimônio;
- II. entregar a unidade escolar na mesma situação que lhe foi cedida;
- III. limpar o espaço utilizado ao final do evento.

Art. 4º. Em caso de constatação de dano, a entidade solicitante deverá cobrir os prejuízos causados à unidade cedida.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº. 3124/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha/SC, 06 de janeiro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Leandro de Lima Borba

Secretário de Administração

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 08/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 04/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2017 – Pregão Presencial 04/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e coletivo, a serem utilizados pelos servidores da administração pública municipal.

Processo licitatório é destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 01/02/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 01/02/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 12 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 005/2017, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 26/01/2017, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 10 DE JANEIRO DE 2017  
Pedro Rabuske  
Prefeito Municipal

### CHAMDA PÚBLICA 001/2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017  
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02/02/2017, seleção de proposta, visando à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 02/02/2017, até as 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE JANEIRO DE 2017  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 4523

DECRETO Nº 4.523, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I,

da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.  
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 29.588,34 (Vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
03.36 – Salário Educação

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 209.439-8 - Salário educação)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 4524

DECRETO Nº 4.524, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.900,21 (Quatro mil, novecentos reais e vinte e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com qualidade  
Atividade: 2.57 – Manutenção Assistência Farmacêutica - Estado  
Fonte: 0367 3.3.90.00.00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016,



conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 51.110-2 – Farmácia Básica Estado).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 4525

DECRETO Nº 4.525, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.441,36 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com qualidade

Atividade: 2.56 – Manutenção Assistência Farmacêutica -União

Fonte: 0338 3.3.90.00.00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5987-0 – Farmácia Básica União).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

## EDITAL CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime celetista)
3.427.289	NEILA REGINA BONADIMAN NORA	Atendente de Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias,

contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Lauda médica (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 09 de novembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

## EDITAL PROCESSO SELETIVO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

O Município de Pinheiro Preto, por meio do seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Rabuske, no uso das suas atribuições legais, com fundamento nas informações constantes no Ofício nº 003/2017, da Sra. Secretária de Administração e Finanças, e nos pareceres emitidos pelos setores de Recursos Humanos, de Contabilidade e Jurídico do Município, bem como na Lei Complementar nº 194/2013, RESOLVE prorrogar a validade do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, nos seguintes termos:

### 1. DA VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO E DO CONTRATO DE TRABALHO

1.1 A vigência do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, destinado à contratação temporária de professores da Rede Pública de Ensino, homologado em 12/1/2016, fica prorrogada por 12 (doze) meses.

1.2 O item 12.11 do Edital nº 005/2015 passe a ter a seguinte redação: "A contratação será por prazo determinado para atender necessidades temporárias e de excepcional interesse público, no âmbito da Secretaria da Educação, podendo ser rescindido antecipadamente, desde que haja interesse público e ou cesse a necessidade, findando com o término do ano letivo de 2017."

1.3 Proceda-se à convocação dos aprovados, conforme o quantitativo de vagas aferido pela Secretaria de Educação, na ordem estabelecida no "Edital de Homologação de Resultado Final Processo Seletivo nº 005/2015", observado os limites legais para custeio de despesas com pessoal.

1.4 O item 14.1 do Edital nº 005/2015 passa a ter a seguinte redação: "A chamada para a escolha de todas as vagas disponíveis será realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no auditório municipal, às 13h30min. A escolha deverá ser efetuada pelo próprio candidato, vedada a escolha por procuração."

## 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Permanecem inalteradas as demais especificações do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015.

2.2 Proceda-se à anexação deste Processo Administrativo aos autos do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015.

Pinheiro Preto (SC), 11 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA 019/2017

PORTARIA Nº 019, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença prêmio AO Servidor Público MANOEL TENORIO DA SILVA FILHO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público MANOEL TENORIO DA SILVA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE BRITAGEM, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referentes ao período aquisitivo de 21/08/2009 A 21/08/2014, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 04 de janeiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA 020/2017

PORTARIA Nº 020, DE 04 DE Janeiro DE 2017.

Corrige Portaria nº. 004, de 02 de Janeiro de 2017, a qual CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a servidora Rosania Inês Rossatto Zago encontra-se em Licença Prêmio desde 02 de janeiro de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a relação de servidores públicos municipais vinculados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, que encontram-se de férias no período de 02 de janeiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2017, excluindo a servidora Rosania Inês Rossatto Zago da relação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA 021/2017

PORTARIA Nº 021, DE 06 de janeiro DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AMILTON CIVIDINI.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor AMILTON CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/10/2015 a 15/10/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 06 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA 022/2017

PORTARIA Nº 022, DE 06 de janeiro DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR HELIO BROCARDI.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor HELIO BROCARDI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 19/01/2015 a 18/01/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 06 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 023/2017**

PORTARIA Nº 023, DE 06 de janeiro DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA INES APARECIDA NUNES.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora INES APARECIDA NUNES, ocupante do cargo efetivo de servente, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 10/04/2015 a 09/04/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 06 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 025/2017**

PORTARIA Nº 025, DE 09 DE Janeiro DE 2017.

Concede Licença prêmio à Servidora Pública ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER à servidora pública ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, 02

(dois) meses de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 16/02/2010 a 16/02/2015, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 a 02 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 09 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 026/2017**

PORTARIA Nº 026, DE 10 de janeiro DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE ALDAIR DOS SANTOS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOSE ALDAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Retroescavadeira, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/03/2015 a 20/03/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de janeiro de 2017 a 08 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 10 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 002/2016

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 002/2016

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 002/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016**

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, faz publicar o presente extrato.

Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Empresa Contratada: Pública Informática LTDA.

Objeto Da Licitação: LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA – Ano 2017

- Sistema de Contabilidade e Orçamento Público
- Sistema de Gestão de Pessoas
- Sistema de Gestão de Compras, Licitações e Contratos
- Sistema de Controle Patrimonial
- Portal da Transparência

Valor Total Anual: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Correspondendo a 12 parcelas R\$ 665,00 (Seiscentos e sessenta e cinco reais) mensais.

Dotação: 2.19 - 33.90.39.11 – Locação de Software

Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 26 de dezembro de 2016.

Aldir Rech

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 02º - Nº 001/2017 - CONTRATO Nº 006/2015**

CONTRATO: Nº 006/2015

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

ADITIVO: 02º TERMO – Nº 001/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 02º - Nº 001/2017

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, faz publicar o presente extrato.

Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Contratada: Infopasa Telecomunicações Ltda.

Objeto: Prorrogação do Contrato De Comodato De Equipamentos De Internet E De Prestação De Serviços De Transmissão De Internet Via Fibra Óptica 22MB + IP - Nº 006/2015

Valor Total: R\$ 1.738,80 (Um Mil Setecentos e Trinta e Oito Reais e Oitenta Centavos) correspondendo a 12 parcelas R\$ 144,90 mensais.

Despesa: Projeto/Atividade Manutenção das Atividades Legislativas / Aplicações Diretas

Período: 01/01/2017 a 31/12/017

Fundamentação Legal: Art.57, Inc. II da Lei nº 8.666/93.

Pinheiro Preto, 02 de janeiro de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 02º - Nº 002/2017 - CONTRATO Nº 005/2015**

CONTRATO: Nº 005/2015

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

ADITIVO: 02º TERMO – Nº 002/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 02º - Nº 002/2017

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, faz publicar o presente extrato.

Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Contratada: Jefferson Pereira Minato Serviços Me.

Objeto: Prorrogação do Contrato De Manutenção Técnica do Web site da Câmara, Nº 005/2015 (<http://cmpinheiropreto.sc.gov.br>)

Valor Total: R\$ 2.680,00 (Dois Mil e Seiscentos e Oitenta Reais)

Despesa: Projeto/Atividade Manutenção das Atividades Legislativas / Aplicações Diretas

Período: 01/01/2017 a 31/12/017

Fundamentação Legal: Art.57, Inc. II da Lei nº 8.666/93.

Pinheiro Preto, 02 de janeiro de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4679/2017

DECRETO Nº 4679/2017, de 11 de janeiro de 2017.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados para comporem a Comissão de Licitações do Município de Planalto Alegre, os seguintes membros:

I – VANICE CRISTINA DE MELLO – Presidente

II – RAQUELI PAGLIARI – Secretária

III – SILVANIA TEREZINHA GNOATTO MULINARI – Equipe de Apoio

IV – ROZELEI MORAES DE MELLO – Equipe de Apoio

Art. 2º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação adicional nos respectivos vencimentos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4594 de 08 de Setembro de 2016.

Planalto Alegre – SC, de 11 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

### DECRETO 4680/2017

DECRETO Nº 4680/2017, de 11 de janeiro de 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA A FUNÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados para comporem a Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Planalto Alegre, os seguintes membros:

I — VANICE CRISTINA DE MELLO - Pregoeiro

II — ROZELEI MORAES DE MELLO - Titular

III – RAQUELI PAGLIARI – Titular

IV- SILVANIA TEREZINHA MULINARI – Suplente

V- IVONE DALLACORTE – Suplente

Art. 2º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação adicional nos respectivos vencimentos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4595 de 08 de setembro de 2016.

Planalto Alegre – SC, de 11 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3167/17

DECRETO MUNICIPAL Nº 3167/17  
DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

"REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM"

ERCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no §1º do art. 446 da Lei Complementar nº 75, de 12 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO que a atualização da Unidade Fiscal Municipal - UFM é baseada na variação anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

CONSIDERANDO o referido índice teve uma variação de 6,29 % (seis virgula vinte e nove por cento) no exercício de 2016;

DECRETA:

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2017 será de R\$ 3,0033 (três reais e trinta e três décimos de milésimos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 12 de Janeiro de 2017.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3168/17

DECRETO MUNICIPAL Nº 3168/17  
DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA O DECRETO N.º 3053/16 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ERCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, e ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do "Regulamento Geral" do concurso para escolha da rainha e princesas da Festa Pomerana com o novo calendário de eventos para o ano de 2017 e seguintes;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a interação da comunidade local com os Clubes de Caça e Tiro do Município de Pomerode;

DECRETA :

Art. 1º O novo "Regulamento Geral" do concurso para escolha da rainha e princesas da Festa Pomerana será elaborado em conjunto pelo Município de Pomerode e a Associação dos Clubes de Caça e Tiro do Município de Pomerode, atendendo as necessidades e reafirmando as obrigações de cada qual.

Art. 2º As normas do novo "Regulamento Geral" deverão ser apresentadas até o dia 15/02/2017 para posterior publicação.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário em especial do Decreto Municipal n.º 3053/16.

Pomerode (SC), 12 de Janeiro de 2017.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.

Pregão Presencial n.º 051 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MODELO PNEUS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$9.208,00 (nove mil e duzentos e oito reais) – Itens 31, 53, 66 e 67.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2017

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.

Pregão Presencial n.º 051 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$32.603,60 (trinta e dois mil, seiscentos e três reais e sessenta centavos) – Itens 02, 03, 04, 11, 52 e 72.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.  
Pregão Presencial n.º 051 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: GL COMERCIAL EIRELI - ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$257.803,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e três reais) – Itens 10, 14, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 34, 36, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76 e 77.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.  
Pregão Presencial n.º 051 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: PNEU BOM LTDA - EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais) – Itens 32, 37, 41, 46, 54, 58, 63 e 75.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2016.

Pregão Presencial n.º 051 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$72.612,00 (setenta e dois mil e seiscentos e doze reais) – Itens 01, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 28, 30, 33, 35, 44 e 59.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006 / 2017**

Processo Administrativo n.º 089 / 2016.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$1.169.000,00 (um milhão e cento e sessenta e nove mil reais) / Lote 01 - Itens 01 e 02.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2017**

Processo Administrativo n.º 089 / 2016.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2016 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: DIBRAPE - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais) / Lote 02 - Item 01.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 089 / 2016.

Pregão Presencial n.º 052 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$1.169.000,00 (um milhão e cento e sessenta e nove mil reais).

Prazo de Vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017

Processo Administrativo n.º 089 / 2016.

Pregão Presencial n.º 052 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: DIBRAPE - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais).

Prazo de Vigência – 12 meses – Prazo final: 31/12/2017.

Pomerode / SC, 02 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

#### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017

Processo Administrativo n.º 090 / 2016.

Pregão Presencial n.º 053 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMINHONETE, 4x4, CABINE DUPLA, NOVO (0km) PARA O 1º PELOTÃO DE POMERODE DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, DEVIDAMENTE PLOTADO E EQUIPADO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Marca / modelo vencedor: FORD MOTOR COMPANY - RANGER XLS 2.2 DIESEL - AUTOMÁTICA 4x4.

Valor total contratado: R\$164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).

Prazo de entrega do veículo – 90 dias – Prazo final: 10/04/2017.

Pomerode / SC, 09 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO PROCESSO 4/2017 TP 03/2017**

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017

TP N° 03/2017

O Município de Ponte Serrada torna público aos interessados, a realização da licitação supracitada, torna público que realizará licitação, na modalidade TP, conforme descrito no Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e 147/14 do tipo TÉCNICA E PREÇO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I. A abertura da sessão pública dar-se-á às 09 horas do dia 26 de janeiro de 2017 na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, à rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, na Ponte Serrada, SC. As empresas interessadas poderão retirar o edital e seus anexos a partir do dia 17 de janeiro de 2017, e/ou obter maiores informações no endereço citado acima, pelo fone (49) 3435-0122 ou pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br>. Ponte Serrada SC, 12 de Janeiro de 2017. Alceu Alberto Wrubel Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 015/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 015/2015 – PMPB – 6º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 015/2015 referente a contratação de empresa para execução de urbanização de passeio com ciclovia entre o trecho que liga o Bairro do Centro ao Bairro Enseada Encantada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 001/2015 – PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2017

Porto Belo, 12 de Janeiro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

**001/2017 ANEXO I - METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

Página: 1/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

**Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)**

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	15.984.076,18	12.078.624,05	10.654.337,40	9.945.186,40	7.654.782,16	7.545.173,81	63.862.180,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.662.377,98	4.616.474,84	2.613.325,62	2.481.486,96	1.735.341,70	1.139.493,10	20.248.500,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	6.461.574,18	3.828.464,84	2.259.029,32	2.084.311,66	1.410.351,90	876.268,10	16.920.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.678.828,58	3.230.941,64	1.681.339,72	1.537.921,26	1.021.625,50	569.343,30	13.720.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbane	5.034.243,34	2.746.965,34	787.731,34	752.343,34	488.593,34	185.123,30	9.995.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPITU - Outros	2.589.270,00	1.431.570,00	407.490,00	325.890,00	251.430,00	94.350,00	5.100.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução IPTU - Outros	0,00	-2.427,60	-122,40	0,00	0,00	0,00	-2.550,00
1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPITU - Educação	1.428.540,00	757.770,00	220.400,00	301.020,00	138.330,00	53.940,00	2.900.000,00
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução IPTU - Educação	0,00	-1.380,40	-69,60	0,00	0,00	0,00	-1.450,00
1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPITU - Saúde	1.016.600,00	561.600,00	160.200,00	125.600,00	99.000,00	37.000,00	2.000.000,00
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução IPTU - Saúde	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,70	-1.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Na	71.455,36	66.210,30	189.483,78	202.610,92	94.141,64	106.098,00	730.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	57.143,40	51.292,80	165.014,40	137.535,00	82.916,40	106.098,00	600.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	Rendimentos do Trabalho - Outros	29.284,20	37.974,60	72.522,00	70.074,00	42.197,40	53.947,80	306.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	Rendimentos do Trabalho - Educação	16.495,20	7.882,20	54.740,40	39.933,00	24.099,00	30.850,20	174.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	Rendimentos do Trabalho - Saúde	11.364,00	5.436,00	37.752,00	27.528,00	16.620,00	21.300,00	120.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	14.311,96	14.917,50	24.469,38	65.075,92	11.225,24	0,00	130.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IR Outros Rendimentos - Outros	13.120,77	14.917,50	7.041,06	23.390,64	7.830,03	0,00	66.300,00
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IR Outros Rendimentos - Educação	704,99	0,00	10.314,72	24.670,88	2.009,41	0,00	37.700,00
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IR Outros Rendimentos - Saúde	486,20	0,00	7.113,60	17.014,40	1.385,80	0,00	26.000,00
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	573.129,88	417.766,00	704.124,60	582.967,00	438.890,52	278.122,00	2.995.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Outros	287.181,00	209.304,00	349.758,00	332.316,00	216.954,00	134.487,00	1.530.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Dedução ITBI - Outros	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-2.550,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Educação	169.737,00	123.627,00	210.453,00	148.596,00	132.327,00	85.260,00	870.000,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Dedução ITBI - Educação	-250,42	0,00	-474,30	0,00	-725,28	0,00	-1.450,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - Saúde	117.060,00	85.260,00	145.140,00	102.480,00	91.260,00	58.800,00	600.000,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Dedução ITBI - Saúde	-172,70	0,00	-327,10	0,00	-500,20	0,00	-1.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISSQN - Outros	391.843,20	298.819,20	288.864,00	310.406,40	192.412,80	149.654,40	1.632.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISSQN - Educação	231.350,40	176.784,00	170.937,60	139.664,00	116.185,60	93.078,40	928.000,00
1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISSQN - Saúde	159.552,00	121.920,00	117.888,00	96.320,00	80.128,00	64.192,00	640.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.199.137,14	796.343,14	352.629,64	395.508,64	323.323,14	261.558,30	3.318.500,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	435.493,16	397.934,16	222.527,66	212.165,66	173.220,16	175.659,20	1.617.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	80.775,00	57.075,00	39.200,00	36.050,00	22.025,00	14.875,00	250.000,00
1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,70	52.000,00
1.1.2.1.21.00.01.00.00	Taxa de Licença Ambiental Prévia - LAP	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00

Página: 29  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.1.2.1.21.00.02.00.00	Taxa de Licença Ambiental Instalação - LAI	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.1.2.1.21.00.03.00.00	Taxa de Licença Ambiental Operação - LAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Se	281.736,00	204.813,00	62.748,00	34.776,00	19.341,00	26.586,00	630.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	1.228,50	8.356,50	3.453,00	1.653,00	142,50	166,50	15.000,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	19.750,00	88.250,00	80.050,00	104.500,00	109.950,00	97.500,00	500.000,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polic	43.337,00	30.773,00	28.410,00	26.520,00	13.095,00	27.865,00	170.000,00
1.1.2.1.99.02.00.00.00	Taxa Segurança e Combate a Incêndios	35.145,00	28.665,00	28.410,00	26.520,00	13.095,00	18.165,00	150.000,00
1.1.2.1.99.03.00.00.00	Taxa de Ambulantes	8.192,00	2.108,00	0,00	0,00	0,00	9.700,00	20.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	763.643,98	388.408,98	130.101,98	183.342,98	150.102,98	85.899,10	1.701.500,00
1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administr	6.354,00	6.879,00	5.892,00	5.373,00	2.793,00	2.709,00	30.000,00
1.1.2.2.12.01.00.00.00	Emolumentos e Custas de Apreç de Atos e C	6.354,00	6.879,00	5.892,00	5.373,00	2.793,00	2.709,00	30.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	757.289,98	381.529,98	124.209,98	177.969,98	147.309,98	83.190,10	1.671.500,00
1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Coleta de Lixo	712.040,00	336.280,00	78.960,00	132.720,00	102.060,00	37.940,00	1.400.000,00
1.1.2.2.99.03.00.00.00	Tx de Ancoragem de Navios	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
1.1.2.2.99.06.00.00.00	Tx de Serviços Ambientais	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.250,10	31.500,00
1.1.2.2.99.06.01.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Consulta de Viabiliz	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.1.2.2.99.06.02.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Certificado Ambien	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
1.1.2.2.99.06.03.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Declarações Meio /	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.1.2.2.99.06.04.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Cortes de Vegetaçã	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complement	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	604.780,00	625.890,00	591.180,00	601.720,00	401.630,00	225.000,00	3.050.000,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMIN	379.780,00	400.690,00	366.180,00	376.720,00	176.630,00	0,00	1.700.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	258.605,05	296.754,18	316.167,61	318.091,71	284.373,51	259.407,94	1.733.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	258.605,05	296.754,18	316.167,61	318.091,71	284.373,51	259.407,94	1.733.400,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	77.605,07	115.754,20	135.167,63	137.091,73	103.373,53	78.407,84	647.400,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.034,11	26.143,94	27.073,17	29.632,97	25.841,57	23.174,24	155.900,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB	3.999,99	3.999,99	3.999,99	3.999,99	3.999,99	4.000,05	24.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB 60%	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB 40%	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,90	38.500,00
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - PAB	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm. Bá	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Vigilância	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Co-financ	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm. Bási	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00

Página: 3/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - VS - VIS/	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinculados - MDE	3.516,65	3.949,98	4.183,31	4.183,31	4.183,31	4.183,44	24.200,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Transporte Esc E	0,00	222,22	444,44	444,44	444,44	444,46	2.000,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Salário Educaçã	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNAE	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNATE	0,00	11,11	22,22	22,22	22,22	22,23	100,00
1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - PDDE	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Apoio as Creches	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Recursos Vinculados -	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração Depósitos Bancáric	150,10	186,00	205,10	189,70	117,90	151,20	1.000,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	699,97	699,97	699,97	699,97	699,97	700,15	4.200,00
1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PBF - Piso Básico Finc	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FMAPFMC III	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.10.00.00	Rec Rem Dep Vinc - Bolsa Família	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec Rem Dep Vinc - IGD- SUAS	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec Rem Dep Rec Vinc - ACESSUAS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FNAS SCFV	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remuneração de Outros Depósito	8.750,78	10.391,38	11.068,18	13.643,38	9.923,78	7.222,50	61.000,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Remun Dep Banc Vinc - Polícia Militar	146,40	150,10	191,40	310,30	102,70	99,10	1.000,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Polícia Ci	150,40	166,10	199,70	315,90	90,20	77,70	1.000,00
1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv. Det	302,10	643,80	621,60	597,00	258,90	576,60	3.000,00
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	3.807,00	5.052,00	5.883,00	7.317,00	5.472,00	2.469,00	30.000,00
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc-FEP	2.011,56	2.046,06	1.839,16	1.769,86	1.666,66	1.666,70	11.000,00
1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - Fia IR	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - FIA Deme	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem Rec Vinc - Tx Anoragem FMT	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos de Pol	53.570,96	89.610,26	108.094,46	107.458,76	77.531,96	55.233,60	491.500,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não	53.570,96	89.610,26	108.094,46	107.458,76	77.531,96	55.233,60	491.500,00
1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	181.000,10	1.086.000,00
1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fi	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	181.000,10	1.086.000,00
1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS RF-Diver	179.999,99	179.999,99	179.999,99	179.999,99	179.999,99	180.000,05	1.080.000,00
1.3.2.8.10.02.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS RF-Tx Ac	999,99	999,99	999,99	999,99	999,99	1.000,05	6.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	920,33	1.232,33	1.044,53	2.039,03	1.666,23	1.067,55	8.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	0,00	0,00	88,40	427,70	483,90	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	0,00	88,40	427,70	483,90	0,00	1.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propri Particu	87,00	399,00	122,80	778,00	379,00	234,20	2.000,00

Página: 4/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.041.281,04	6.118.628,33	6.837.903,65	6.200.012,18	4.884.651,01	5.543.003,79	36.625.480,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.039.447,72	6.116.795,01	6.836.070,33	6.198.178,86	4.882.817,69	5.541.170,39	36.614.480,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.654.624,73	2.626.648,63	3.261.149,93	2.608.364,11	1.789.299,44	2.877.393,16	16.817.480,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	2.986.083,49	1.900.032,01	2.540.673,03	1.887.111,51	1.074.445,04	970.454,92	11.358.800,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mui	2.824.466,67	1.741.566,67	2.381.166,67	1.728.566,67	912.166,67	812.066,65	10.400.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Outros	1.661.478,00	1.109.199,00	1.435.395,00	1.102.569,00	686.205,00	635.154,00	6.630.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Educação	944.762,00	630.721,00	816.205,00	626.951,00	390.195,00	361.166,00	3.770.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM p/ Formação F	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,35	-2.600.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Saúde	651.560,00	434.980,00	562.900,00	432.380,00	289.100,00	249.080,00	2.600.000,00
1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	426.000,00
1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	174.000,00
1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,40	350.000,00
1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,70	248.500,00
1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,70	101.500,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rura	3.283,50	132,02	1.173,04	211,52	3.945,05	54,87	8.800,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte ITR - Outros	2.093,09	84,16	747,81	134,64	2.514,97	35,33	5.610,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte ITR - Educação	1.190,19	47,86	425,23	76,88	1.430,08	19,76	3.190,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução Cota-Parte ITR p/ Formação FUNI	-820,60	-33,00	-293,26	-52,80	-986,26	-14,08	-2.200,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte ITR - Saúde	820,82	33,00	293,26	52,80	986,26	13,86	2.200,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Re	14.511,30	22.620,90	19.942,60	20.718,30	15.820,10	9.386,80	103.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos I	111,30	1.560,90	402,60	468,30	260,10	196,80	3.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - F	14.400,00	21.060,00	19.540,00	20.250,00	15.560,00	9.190,00	100.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde -	384.999,97	384.999,97	384.999,97	384.999,97	384.999,97	385.000,15	2.310.000,00
1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	294.999,98	294.999,98	294.999,98	294.999,98	294.999,98	295.000,10	1.770.000,00
1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
1.7.2.1.33.11.31.00.00	Saúde da Família	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
1.7.2.1.33.11.38.00.00	NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Financeiro MAC	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Sa	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico da Assistência Farmac	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social -	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.480,05	224.880,00
1.7.2.1.34.04.00.00.00	PTMC - Deficientes	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	9.480,00

Página: 5/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - Bolsa Família	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
1.7.2.1.34.09.00.00.00	PBF - Piso Básico Fixo	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	72.000,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	Piso Fixo Média Complexidade III	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	104.400,00
1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD- SUAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Serviço de Conv e Fortalecimento de Vínculo	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educaç	208.549,98	273.427,76	273.705,54	273.705,54	273.705,54	273.705,64	1.576.800,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,40	1.250.000,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	216,66	216,66	216,66	216,66	216,66	216,70	1.300,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	0,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	323.000,00
1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE - Ensino Fundamental	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	150.000,00
1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE - Quilombolas	0,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	800,00
1.7.2.1.35.03.04.00.00	PNAE - Pré Escola	0,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	44.100,00
1.7.2.1.35.03.05.00.00	PNAE - Creches	0,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	121.000,00
1.7.2.1.35.03.06.00.00	PNAE - EJA	0,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	4.000,00
1.7.2.1.35.03.07.00.00	PNAE - AEE	0,00	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	3.100,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	0,00	277,78	555,56	555,56	555,56	555,54	2.500,00
1.7.2.1.35.04.02.00.00	PNATE - Educação Infantil	0,00	277,78	555,56	555,56	555,56	555,54	2.500,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	3.000,00	8.088,00	4.348,80	4.348,80	2.848,80	1.365,60	24.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Outros	1.912,50	5.156,10	2.772,36	2.772,36	1.816,11	870,57	15.300,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Educação	1.087,50	2.931,90	1.576,44	1.576,44	1.032,69	495,03	8.700,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte LC 87/96 p/ Formação d	-750,00	-2.022,00	-1.087,20	-1.087,20	-712,20	-341,40	-6.000,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Saúde	750,00	2.022,00	1.087,20	1.087,20	712,20	341,40	6.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	FEX - Auxílio Financeiro para Fomento Expor	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.1.99.03.00.00.00	Transf Lei 13.240/2015 - Tx Ocupação, Foro e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.551.489,67	1.656.813,06	1.741.587,08	1.756.481,43	1.260.184,93	830.443,83	8.797.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.497.323,02	1.563.757,53	1.609.642,65	1.624.537,00	1.128.240,50	698.499,30	8.122.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.502.935,20	1.461.041,40	1.509.245,40	1.502.155,20	1.086.415,20	738.207,60	7.800.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDE	-300.587,04	-292.208,28	-301.849,08	-300.431,04	-217.283,04	-147.641,52	-1.560.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Outros	766.968,40	745.477,20	767.754,00	766.560,60	554.533,20	376.716,60	3.978.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	435.208,80	423.220,20	440.411,40	434.982,60	314.418,00	213.759,00	2.262.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	300.768,00	292.344,00	301.080,00	300.612,00	217.464,00	147.732,00	1.560.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	326.730,80	457.930,00	479.934,40	503.489,80	308.521,40	123.393,60	2.200.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNI	-65.346,16	-91.586,00	-95.986,88	-100.697,96	-61.704,28	-24.678,72	-440.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Outros	167.739,00	235.171,20	241.903,20	254.469,60	158.875,20	63.841,80	1.122.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	93.211,80	130.534,80	143.167,20	149.228,20	87.342,20	34.515,80	638.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	65.780,00	92.224,00	94.864,00	99.792,00	62.304,00	25.036,00	440.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	22.724,02	19.285,51	22.873,51	23.230,00	15.364,02	11.522,94	115.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDE	-4.544,80	-3.857,10	-4.574,70	-4.646,00	-3.072,80	-2.304,60	-23.000,00

Página: 6/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Outros	11.589,25	9.835,61	11.665,49	11.847,30	7.835,65	5.876,70	58.650,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Educação	6.599,97	5.592,80	6.633,32	6.736,70	4.455,57	3.341,64	33.350,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Saúde	4.544,80	3.857,10	4.574,70	4.646,00	3.072,80	2.304,60	23.000,00
1.7.2.2.01.23.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dor	15.411,00	13.152,00	0,00	1.437,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas e	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,40	260.000,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Co-financiamento de Atenção Básica em Sau	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC - Incentivo Estadual 030 Port 473/2014	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	10.833,33	49.722,21	88.611,11	88.611,11	88.611,11	88.611,13	415.000,00
1.7.2.2.99.00.01.00.00	Outras Transf Estado FEAS	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,35	65.000,00
1.7.2.2.99.00.01.01.00	Outras Transf Estado FEAS - Benef Eventu	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.7.2.2.99.00.01.02.00	Outras Transf Estado FEAS - Básica Custe	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.7.2.2.99.00.01.03.00	Outras Transf estado FEAS - Média Custeio	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,35	47.000,00
1.7.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	38.888,88	77.777,78	77.777,78	77.777,78	77.777,78	350.000,00
1.7.2.2.99.99.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	0,00	38.888,88	77.777,78	77.777,78	77.777,78	77.777,78	350.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,70	8.800.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,70	2.200.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	999,99	999,99	999,99	999,99	999,99	1.000,05	6.000,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.7.5.0.02.00.00.00.00	Transferências de Pessoas - FIA Demais	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	416.111,78	419.844,57	294.715,99	341.836,52	347.089,71	377.201,43	2.196.800,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	216.462,93	187.385,22	147.620,34	176.802,95	192.157,01	231.771,55	1.152.200,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	24.193,85	19.510,62	11.820,49	15.619,34	12.025,68	22.030,02	105.200,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	7.604,57	6.655,87	7.974,05	9.143,56	6.671,30	6.950,65	45.000,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Outros	3.864,79	3.357,59	4.071,33	4.734,59	3.398,90	3.522,80	22.950,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Educação	2.210,68	1.977,08	2.300,72	2.600,87	1.931,40	2.029,25	13.050,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Saúde	1.529,10	1.321,20	1.602,00	1.808,10	1.341,00	1.398,60	9.000,00
1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	149,00	0,00	51,00	0,00	0,00	200,00
1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Outros	0,00	51,00	0,00	51,00	0,00	0,00	102,00
1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multa/Juro ITBI- Educação	0,00	58,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58,00
1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Saúde	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	6.005,28	654,75	138,44	2.487,28	2.055,88	3.658,37	15.000,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multa/Juros ISS- Outros	3.063,07	333,55	70,38	2.249,87	1.933,13	0,00	7.650,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multa/Juros ISS- Educação	1.741,31	190,10	40,46	140,51	72,65	2.164,97	4.350,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multa/Juros ISS- Saúde	1.200,90	131,10	27,60	96,90	50,10	1.493,40	3.000,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.584,00	12.051,00	3.708,00	3.937,50	3.298,50	11.421,00	45.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.584,00	12.051,00	3.708,00	3.937,50	3.298,50	11.421,00	45.000,00



Página: 7/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tribu	118.102,43	93.707,95	61.633,20	87.016,96	105.964,68	135.574,78	602.000,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	100.990,00	77.341,00	45.223,50	69.741,50	87.066,00	119.638,00	500.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Outros	51.255,00	39.219,00	23.026,50	38.479,50	43.554,00	59.466,00	255.000,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Educação	29.435,00	22.562,00	13.137,00	18.502,00	25.752,00	35.612,00	145.000,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Saúde	20.300,00	15.560,00	9.060,00	12.760,00	17.760,00	24.560,00	100.000,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.779,10	1.033,62	1.076,37	1.942,13	3.565,35	603,43	10.000,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Outros	823,14	431,46	470,73	1.350,99	1.753,89	269,79	5.100,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Educação	622,63	268,83	272,31	257,81	1.478,13	0,29	2.900,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Saúde	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. Se	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,75	445.000,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	70.000,05	420.000,00
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convenio Transito - Militar	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convenio Transito - Civil	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Convenio Transito - Prefeitura	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,70	220.000,00
1.9.1.9.15.04.00.00.00	Convenio Transito - RENAIF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.9.1.9.35.10.00.00.00	Multas por ADM por Danos ao Meio Ambiente	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.9.1.9.99.02.00.00.00	Multa regularização de obras	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	190.132,20	222.942,70	137.579,00	155.516,92	145.416,05	135.913,13	987.500,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	190.132,20	222.942,70	137.579,00	155.516,92	145.416,05	135.913,13	987.500,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	158.166,40	146.557,60	127.776,00	126.623,20	125.033,60	115.823,20	800.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Outros	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	408.000,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	53.290,40	47.165,60	35.264,00	34.591,20	33.593,60	28.095,20	232.000,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	36.866,00	31.392,00	24.512,00	24.032,00	23.440,00	19.728,00	160.000,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	8.469,00	3.879,00	2.409,00	5.975,22	3.059,85	6.207,93	30.000,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Outros	4.319,19	1.978,29	1.228,59	4.677,21	2.418,93	677,79	15.300,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	2.456,01	1.124,91	698,61	768,21	379,32	3.272,94	8.700,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	1.693,80	775,80	481,80	529,80	261,60	2.257,20	6.000,00
1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	1.102,00	626,00	334,00	258,50	177,50	2.502,00	5.000,00
1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	284,80	215,10	0,00	0,00	500,10	0,00	1.000,00

Página: 8/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	22.090,00	71.665,00	7.060,00	22.660,00	16.645,00	11.380,00	151.500,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - F	22.090,00	71.665,00	7.060,00	22.660,00	16.645,00	11.380,00	151.500,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,35	55.100,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,35	55.100,00
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas Prefeitura	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Receita LC 42/2012 - Outorga Onerosa	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.116.666,65	1.138.888,88	1.161.111,10	1.161.111,09	1.161.111,09	1.461.111,19	20.200.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper. de Créd. Internas p/ Prog. de Modern. Adm.	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.033.333,31	1.055.555,54	1.077.777,76	1.077.777,75	1.077.777,75	1.437.777,89	19.700.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	25.000,05	150.000,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.01.00.00.00	Bloco Investimentos na rede Serviços de Saúde	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.01.01.00.00	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Estado - FNAS Média Investimentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
2.4.2.2.99.02.00.00.00	Transf. Estado - FNAS Básica Investimentos	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.008.333,32	1.030.555,55	1.052.777,77	1.052.777,76	1.052.777,76	1.435.777,84	19.550.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	858.333,33	880.555,56	902.777,78	902.777,77	902.777,77	1.420.777,79	18.650.000,00
2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa	608.333,33	630.555,56	652.777,78	652.777,77	652.777,77	952.777,79	4.150.000,00
2.4.7.1.02.01.00.00.00	Conv. Educação - Constr. Ampl. e Reforma Ur	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	3.150.000,00
2.4.7.1.02.02.00.00.00	Conv. Educação - Construção e Reforma de C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
2.4.7.1.02.03.00.00.00	Conv. Educação - Aquisição de Veículos Tran	0,00	22.222,23	44.444,45	44.444,44	44.444,44	44.444,44	200.000,00
2.4.7.1.02.05.00.00.00	Convênio Educação - Educação Infantil	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.7.1.03.02.00.00.00	Transf. Conv. - Const. Molhe e Dren Rio Sta. L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Destin. Prog. Infra-Estrut. Tra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000.000,00	12.000.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.01	Outras Transferências de Convênios da L	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Ent	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	150.000,05	900.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estad	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	150.000,05	900.000,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,40	2.486.000,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMEN	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orç	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00

Página: 9/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
7.9.4.0.00.00.00.00.00	Rec Decor de Aportes Períod. p/ Amort Déf Atu R	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>17.515.076,15</b>	<b>13.631.846,25</b>	<b>12.229.781,82</b>	<b>11.520.630,81</b>	<b>9.230.226,57</b>	<b>22.420.618,40</b>	<b>86.548.180,00</b>

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito Municipal

BIANCA MEDEIROS  
Diretora CRC/SC 039.889/O-0

CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
Contadora CRC 029510/O-0

Página: 1/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	15.984.076,18	12.078.624,05	10.654.337,40	9.945.186,40	7.654.782,16	7.545.173,81	63.862.180,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.662.377,98	4.616.474,64	2.613.325,62	2.481.486,96	1.735.341,70	1.139.493,10	20.248.500,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	6.461.574,18	3.828.464,84	2.259.029,32	2.084.311,66	1.410.351,90	876.268,10	16.920.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.678.828,58	3.230.941,64	1.681.339,72	1.537.921,26	1.021.625,50	569.343,30	13.720.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbane	5.034.243,34	2.746.965,34	787.731,34	752.343,34	488.593,34	185.123,30	9.995.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00	IPTU - Outros	2.589.270,00	1.431.570,00	407.490,00	325.890,00	251.430,00	94.350,00	5.100.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00	Dedução IPTU - Outros	0,00	-2.427,60	-122,40	0,00	0,00	0,00	-2.550,00
1.1.1.2.02.02.00.00	IPTU - Educação	1.428.540,00	757.770,00	220.400,00	301.020,00	138.330,00	53.940,00	2.900.000,00
1.1.1.2.02.02.00.00	Dedução IPTU - Educação	0,00	-1.380,40	-69,60	0,00	0,00	0,00	-1.450,00
1.1.1.2.02.03.00.00	IPTU - Saúde	1.016.600,00	561.600,00	160.200,00	125.600,00	99.000,00	37.000,00	2.000.000,00
1.1.1.2.02.03.00.00	Dedução IPTU - Saúde	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,66	-166,70	-1.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Na	71.455,36	66.210,30	189.483,78	202.610,92	94.141,64	106.098,00	730.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	57.143,40	51.292,80	165.014,40	137.535,00	82.916,40	106.098,00	600.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00	Rendimentos do Trabalho - Outros	29.284,20	37.974,60	72.522,00	70.074,00	42.197,40	53.947,80	306.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00	Rendimentos do Trabalho - Educação	16.495,20	7.882,20	54.740,40	39.933,00	24.099,00	30.850,20	174.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00	Rendimentos do Trabalho - Saúde	11.364,00	5.436,00	37.752,00	27.528,00	16.620,00	21.300,00	120.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	14.311,96	14.917,50	24.469,38	65.075,92	11.225,24	0,00	130.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00	IR Outros Rendimentos - Outros	13.120,77	14.917,50	7.041,06	23.390,64	7.830,03	0,00	66.300,00
1.1.1.2.04.34.02.00	IR Outros Rendimentos - Educação	704,99	0,00	10.314,72	24.670,88	2.009,41	0,00	37.700,00
1.1.1.2.04.34.03.00	IR Outros Rendimentos - Saúde	486,20	0,00	7.113,60	17.014,40	1.385,80	0,00	26.000,00
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	573.129,88	417.766,00	704.124,60	582.967,00	438.890,52	278.122,00	2.995.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI - Outros	287.181,00	209.304,00	349.758,00	332.316,00	216.954,00	134.487,00	1.530.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00	Dedução ITBI - Outros	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-425,00	-2.550,00
1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI - Educação	169.737,00	123.627,00	210.453,00	148.596,00	132.327,00	85.260,00	870.000,00
1.1.1.2.08.02.00.00	Dedução ITBI - Educação	-250,42	0,00	-474,30	0,00	-725,28	0,00	-1.450,00
1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI - Saúde	117.060,00	85.260,00	145.140,00	102.480,00	91.260,00	58.800,00	600.000,00
1.1.1.2.08.03.00.00	Dedução ITBI - Saúde	-172,70	0,00	-327,10	0,00	-500,20	0,00	-1.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	782.745,60	597.523,20	577.689,60	546.390,40	388.726,40	306.924,80	3.200.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00	ISSQN - Outros	391.843,20	298.819,20	288.864,00	310.406,40	192.412,80	149.654,40	1.632.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00	ISSQN - Educação	231.350,40	176.784,00	170.937,60	139.664,00	116.185,60	93.078,40	928.000,00
1.1.1.3.05.01.03.00	ISSQN - Saúde	159.552,00	121.920,00	117.888,00	96.320,00	80.128,00	64.192,00	640.000,00
1.1.2.00.00.00.00	TAXAS	1.199.137,14	786.343,14	352.629,64	395.508,64	323.323,14	261.558,30	3.318.500,00
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	435.493,16	397.934,16	222.527,66	212.165,66	173.220,16	175.659,20	1.617.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	80.775,00	57.075,00	39.200,00	36.050,00	22.025,00	14.875,00	250.000,00
1.1.2.1.21.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,66	8.666,70	52.000,00
1.1.2.1.21.00.01.00	Taxa de Licença Ambiental Prévia - LAP	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00

Página: 29  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.1.2.1.21.00.02.00.00	Taxa de Licença Ambiental Instalação - LAI	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.1.2.1.21.00.03.00.00	Taxa de Licença Ambiental Operação - LAO	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Se	281.736,00	204.813,00	62.748,00	34.776,00	19.341,00	26.586,00	630.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	1.228,50	8.356,50	3.453,00	1.653,00	142,50	166,50	15.000,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	19.750,00	88.250,00	80.050,00	104.500,00	109.950,00	97.500,00	500.000,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polic	43.337,00	30.773,00	28.410,00	26.520,00	13.095,00	27.865,00	170.000,00
1.1.2.1.99.02.00.00.00	Taxa Segurança e Combate a Incêndios	35.145,00	28.665,00	28.410,00	26.520,00	13.095,00	18.165,00	150.000,00
1.1.2.1.99.03.00.00.00	Taxa de Ambulantes	8.192,00	2.108,00	0,00	0,00	0,00	9.700,00	20.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	763.643,98	388.408,98	130.101,98	183.342,98	150.102,98	85.899,10	1.701.500,00
1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administr	6.354,00	6.879,00	5.892,00	5.373,00	2.793,00	2.709,00	30.000,00
1.1.2.2.12.01.00.00.00	Emolumentos e Custas de Apreç de Atos e C	6.354,00	6.879,00	5.892,00	5.373,00	2.793,00	2.709,00	30.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	757.289,98	381.529,98	124.209,98	177.969,98	147.309,98	83.190,10	1.671.500,00
1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Coleta de Lixo	712.040,00	336.280,00	78.960,00	132.720,00	102.060,00	37.940,00	1.400.000,00
1.1.2.2.99.03.00.00.00	Tx de Ancoragem de Navios	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
1.1.2.2.99.06.00.00.00	Tx de Serviços Ambientais	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.249,98	5.250,10	31.500,00
1.1.2.2.99.06.01.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Consulta de Viabiliz	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.1.2.2.99.06.02.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Certificado Ambien	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
1.1.2.2.99.06.03.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Declarações Meio /	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.1.2.2.99.06.04.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Cortes de Vegetaçã	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complement	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	604.780,00	625.890,00	591.180,00	601.720,00	401.630,00	225.000,00	3.050.000,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMIN	379.780,00	400.690,00	366.180,00	376.720,00	176.630,00	0,00	1.700.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	258.605,05	296.754,18	316.167,61	318.091,71	284.373,51	259.407,94	1.733.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	258.605,05	296.754,18	316.167,61	318.091,71	284.373,51	259.407,94	1.733.400,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	77.605,07	115.754,20	135.167,63	137.091,73	103.373,53	78.407,84	647.400,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.034,11	26.143,94	27.073,17	29.632,97	25.841,57	23.174,24	155.900,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB	3.999,99	3.999,99	3.999,99	3.999,99	3.999,99	4.000,05	24.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB 60%	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB 40%	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,62	6.416,90	38.500,00
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - PAB	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,32	3.333,40	20.000,00
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm. Bá	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Vigilânci	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Co-financ	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc -Farm. Bá	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00

Página: 3/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - VS - VIS/	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinculados - MDE	3.516,65	3.949,98	4.183,31	4.183,31	4.183,31	4.183,44	24.200,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Transporte Esc E	0,00	222,22	444,44	444,44	444,44	444,46	2.000,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Salário Educaçã	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNAE	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNATE	0,00	11,11	22,22	22,22	22,22	22,23	100,00
1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - PDDE	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Apoio as Creches	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Recursos Vinculados -	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração Depósitos Bancáric	150,10	186,00	205,10	189,70	117,90	151,20	1.000,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	699,97	699,97	699,97	699,97	699,97	700,15	4.200,00
1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PBF - Piso Básico Finc	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FMASPFMC III	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.10.00.00	Rec Rem Dep Vinc - Bolsa Família	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec Rem Dep Vinc - IGD- SUAS	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33	33,35	200,00
1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec Rem Dep Rec Vinc - ACESSUAS	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FNAS SCFV	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,35	500,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remuneração de Outros Depósito	8.750,78	10.391,38	11.068,18	13.643,38	9.923,78	7.222,50	61.000,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Remun Dep Banc Vinc - Polícia Militar	146,40	150,10	191,40	310,30	102,70	99,10	1.000,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Polícia Ci	150,40	166,10	199,70	315,90	90,20	77,70	1.000,00
1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Conv. Det	302,10	643,80	621,60	597,00	258,90	576,60	3.000,00
1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	3.807,00	5.052,00	5.883,00	7.317,00	5.472,00	2.469,00	30.000,00
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc-FEP	2.011,56	2.046,06	1.839,16	1.769,86	1.666,66	1.666,70	11.000,00
1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - Fia IR	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - FIA Deme	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem Rec Vinc - Tx Anoragem FMT	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos de Pol	53.570,96	89.610,26	108.094,46	107.458,76	77.531,96	55.233,60	491.500,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não	53.570,96	89.610,26	108.094,46	107.458,76	77.531,96	55.233,60	491.500,00
1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	181.000,10	1.086.000,00
1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fi	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	180.999,98	181.000,10	1.086.000,00
1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS RF-Diver	179.999,99	179.999,99	179.999,99	179.999,99	179.999,99	180.000,05	1.080.000,00
1.3.2.8.10.02.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS RF-Tx Ac	999,99	999,99	999,99	999,99	999,99	1.000,05	6.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	920,33	1.232,33	1.044,53	2.039,03	1.666,23	1.067,55	8.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	0,00	0,00	88,40	427,70	483,90	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	0,00	88,40	427,70	483,90	0,00	1.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propri Particu	87,00	399,00	122,80	778,00	379,00	234,20	2.000,00

Página: 4/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.041.281,04	6.118.628,33	6.837.903,65	6.200.012,18	4.884.651,01	5.543.003,79	36.625.480,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.039.447,72	6.116.795,01	6.836.070,33	6.198.178,86	4.882.817,69	5.541.170,39	36.614.480,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.654.624,73	2.626.648,63	3.261.149,93	2.608.364,11	1.789.299,44	2.877.393,16	16.817.480,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	2.986.083,49	1.900.032,01	2.540.673,03	1.887.111,51	1.074.445,04	970.454,92	11.358.800,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mu	2.824.466,67	1.741.566,67	2.381.166,67	1.728.566,67	912.166,67	812.066,65	10.400.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Outros	1.661.478,00	1.109.199,00	1.435.395,00	1.102.569,00	686.205,00	635.154,00	6.630.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Educação	944.762,00	630.721,00	816.205,00	626.951,00	390.195,00	361.166,00	3.770.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM p/ Formação F	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,33	-433.333,35	-2.600.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Saúde	651.560,00	434.980,00	562.900,00	432.380,00	289.100,00	249.080,00	2.600.000,00
1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	426.000,00
1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	174.000,00
1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,40	350.000,00
1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,70	248.500,00
1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregue no m	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,70	101.500,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rura	3.283,50	132,02	1.173,04	211,52	3.945,05	54,87	8.800,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte ITR - Outros	2.093,09	84,16	747,81	134,64	2.514,97	35,33	5.610,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte ITR - Educação	1.190,19	47,86	425,23	76,88	1.430,08	19,76	3.190,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução Cota-Parte ITR p/ Formação FUNI	-820,60	-33,00	-293,26	-52,80	-986,26	-14,08	-2.200,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte ITR - Saúde	820,82	33,00	293,26	52,80	986,26	13,86	2.200,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Re	14.511,30	22.620,90	19.942,60	20.718,30	15.820,10	9.386,80	103.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos I	111,30	1.560,90	402,60	468,30	260,10	196,80	3.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - F	14.400,00	21.060,00	19.540,00	20.250,00	15.560,00	9.190,00	100.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde	384.999,97	384.999,97	384.999,97	384.999,97	384.999,97	385.000,15	2.310.000,00
1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	294.999,98	294.999,98	294.999,98	294.999,98	294.999,98	295.000,10	1.770.000,00
1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
1.7.2.1.33.11.31.00.00	Saúde da Família	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,33	78.333,35	470.000,00
1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
1.7.2.1.33.11.38.00.00	NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teio Financeiro MAC	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Sa	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico da Assistência Farmac	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,35	80.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social -	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.479,99	37.480,05	224.880,00
1.7.2.1.34.04.00.00.00	PTMC - Deficientes	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	9.480,00

Página: 5/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - Bolsa Família	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
1.7.2.1.34.09.00.00.00	PBF - Piso Básico Fixo	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	72.000,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	Piso Fixo Média Complexidade III	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	104.400,00
1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD- SUAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Serviço de Conv e Fortalecimento de Vínculo	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educaç	208.549,98	273.427,76	273.705,54	273.705,54	273.705,54	273.705,64	1.576.800,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,32	208.333,40	1.250.000,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	216,66	216,66	216,66	216,66	216,66	216,70	1.300,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	0,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	64.600,00	323.000,00
1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE - Ensino Fundamental	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	150.000,00
1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE - Quilombolas	0,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	800,00
1.7.2.1.35.03.04.00.00	PNAE - Pré Escola	0,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	8.820,00	44.100,00
1.7.2.1.35.03.05.00.00	PNAE - Creches	0,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	24.200,00	121.000,00
1.7.2.1.35.03.06.00.00	PNAE - EJA	0,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	4.000,00
1.7.2.1.35.03.07.00.00	PNAE - AEE	0,00	620,00	620,00	620,00	620,00	620,00	3.100,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes a	0,00	277,78	555,56	555,56	555,56	555,54	2.500,00
1.7.2.1.35.04.02.00.00	PNATE - Educação Infantil	0,00	277,78	555,56	555,56	555,56	555,54	2.500,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	3.000,00	8.088,00	4.348,80	4.348,80	2.848,80	1.365,60	24.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Outros	1.912,50	5.156,10	2.772,36	2.772,36	1.816,11	870,57	15.300,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Educação	1.087,50	2.931,90	1.576,44	1.576,44	1.032,69	495,03	8.700,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte LC 87/96 p/ Formação d	-750,00	-2.022,00	-1.087,20	-1.087,20	-712,20	-341,40	-6.000,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Saúde	750,00	2.022,00	1.087,20	1.087,20	712,20	341,40	6.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	FEX - Auxílio Financeiro para Fomento Expor	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.1.99.03.00.00.00	Transf Lei 13.240/2015 - Tx Ocupação, Foro e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.551.489,67	1.656.813,06	1.741.587,08	1.756.481,43	1.260.184,93	830.443,83	8.797.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.497.323,02	1.563.757,53	1.609.642,65	1.624.537,00	1.128.240,50	698.499,30	8.122.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.502.935,20	1.461.041,40	1.509.245,40	1.502.155,20	1.086.415,20	738.207,60	7.800.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDE	-300.587,04	-292.208,28	-301.849,08	-300.431,04	-217.283,04	-147.641,52	-1.560.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Outros	766.968,40	745.477,20	767.754,00	766.560,60	554.533,20	376.716,60	3.978.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	435.208,80	423.220,20	440.411,40	434.982,60	314.418,00	213.759,00	2.262.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	300.768,00	292.344,00	301.080,00	300.612,00	217.464,00	147.732,00	1.560.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	326.730,80	457.930,00	479.934,40	503.489,80	308.521,40	123.393,60	2.200.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNI	-65.346,16	-91.586,00	-95.986,88	-100.697,96	-61.704,28	-24.678,72	-440.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Outros	167.739,00	235.171,20	241.903,20	254.469,60	158.875,20	63.841,80	1.122.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	93.211,80	130.534,80	143.167,20	149.228,20	87.342,20	34.515,80	638.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	65.780,00	92.224,00	94.864,00	99.792,00	62.304,00	25.036,00	440.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	22.724,02	19.285,51	22.873,51	23.230,00	15.364,02	11.522,94	115.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDE	-4.544,80	-3.857,10	-4.574,70	-4.646,00	-3.072,80	-2.304,60	-23.000,00



Página: 6/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Outros	11.589,25	9.835,61	11.665,49	11.847,30	7.835,65	5.876,70	58.650,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Educação	6.599,97	5.592,80	6.633,32	6.736,70	4.455,57	3.341,64	33.350,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Saúde	4.544,80	3.857,10	4.574,70	4.646,00	3.072,80	2.304,60	23.000,00
1.7.2.2.01.23.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dor	15.411,00	13.152,00	0,00	1.437,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas e	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,32	43.333,40	260.000,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Co-financiamento de Atenção Básica em Sau	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,35	200.000,00
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
1.7.2.2.33.06.00.00.00	MAC - Incentivo Estadual 030 Port 473/2014	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	10.833,33	49.722,21	88.611,11	88.611,11	88.611,11	88.611,13	415.000,00
1.7.2.2.99.00.01.00.00	Outras Transf Estado FEAS	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,33	10.833,35	65.000,00
1.7.2.2.99.00.01.01.00	Outras Transf Estado FEAS - Benef Eventu	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.7.2.2.99.00.01.02.00	Outras Transf Estado FEAS - Básica Custe	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.7.2.2.99.00.01.03.00	Outras Transf estado FEAS - Média Custeio	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,33	7.833,35	47.000,00
1.7.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	38.888,88	77.777,78	77.777,78	77.777,78	77.777,78	350.000,00
1.7.2.2.99.99.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	0,00	38.888,88	77.777,78	77.777,78	77.777,78	77.777,78	350.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,70	8.800.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,70	2.200.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	999,99	999,99	999,99	999,99	999,99	1.000,05	6.000,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.7.5.0.02.00.00.00.00	Transferências de Pessoas - FIA Demais	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	416.111,78	419.844,57	294.715,99	341.836,52	347.089,71	377.201,43	2.196.800,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	216.462,93	187.385,22	147.620,34	176.802,95	192.157,01	231.771,55	1.152.200,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	24.193,85	19.510,62	11.820,49	15.619,34	12.025,68	22.030,02	105.200,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	7.604,57	6.655,87	7.974,05	9.143,56	6.671,30	6.950,65	45.000,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Outros	3.864,79	3.357,59	4.071,33	4.734,59	3.398,90	3.522,80	22.950,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Educação	2.210,68	1.977,08	2.300,72	2.600,87	1.931,40	2.029,25	13.050,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Saúde	1.529,10	1.321,20	1.602,00	1.808,10	1.341,00	1.398,60	9.000,00
1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	149,00	0,00	51,00	0,00	0,00	200,00
1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Outros	0,00	51,00	0,00	51,00	0,00	0,00	102,00
1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multa/Juro ITBI- Educação	0,00	58,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58,00
1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Saúde	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	6.005,28	654,75	138,44	2.487,28	2.055,88	3.658,37	15.000,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multa/Juros ISS- Outros	3.063,07	333,55	70,38	2.249,87	1.933,13	0,00	7.650,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multa/Juros ISS- Educação	1.741,31	190,10	40,46	140,51	72,65	2.164,97	4.350,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multa/Juros ISS- Saúde	1.200,90	131,10	27,60	96,90	50,10	1.493,40	3.000,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.584,00	12.051,00	3.708,00	3.937,50	3.298,50	11.421,00	45.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.584,00	12.051,00	3.708,00	3.937,50	3.298,50	11.421,00	45.000,00

Página: 7/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tribu	118.102,43	93.707,95	61.633,20	87.016,96	105.964,68	135.574,78	602.000,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	100.990,00	77.341,00	45.223,50	69.741,50	87.066,00	119.638,00	500.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Outros	51.255,00	39.219,00	23.026,50	38.479,50	43.554,00	59.466,00	255.000,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Educação	29.435,00	22.562,00	13.137,00	18.502,00	25.752,00	35.612,00	145.000,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Saúde	20.300,00	15.560,00	9.060,00	12.760,00	17.760,00	24.560,00	100.000,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.779,10	1.033,62	1.076,37	1.942,13	3.565,35	603,43	10.000,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Outros	823,14	431,46	470,73	1.350,99	1.753,89	269,79	5.100,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Educação	622,63	268,83	272,31	257,81	1.478,13	0,29	2.900,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Saúde	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. Se	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,35	2.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,65	74.166,75	445.000,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	69.999,99	70.000,05	420.000,00
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convenio Transito - Militar	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convenio Transito - Civil	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Convenio Transito - Prefeitura	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,70	220.000,00
1.9.1.9.15.04.00.00.00	Convenio Transito - RENAIF	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.9.1.9.35.10.00.00.00	Multas por ADM por Danos ao Meio Ambiente	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.9.1.9.99.02.00.00.00	Multa regularização de obras	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,40	2.000,00
1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	190.132,20	222.942,70	137.579,00	155.516,92	145.416,05	135.913,13	987.500,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	190.132,20	222.942,70	137.579,00	155.516,92	145.416,05	135.913,13	987.500,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	158.166,40	146.557,60	127.776,00	126.623,20	125.033,60	115.823,20	800.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Outros	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	408.000,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	53.290,40	47.165,60	35.264,00	34.591,20	33.593,60	28.095,20	232.000,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	36.866,00	31.392,00	24.512,00	24.032,00	23.440,00	19.728,00	160.000,00
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	8.469,00	3.879,00	2.409,00	5.975,22	3.059,85	6.207,93	30.000,00
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Outros	4.319,19	1.978,29	1.228,59	4.677,21	2.418,93	677,79	15.300,00
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	2.456,01	1.124,91	698,61	768,21	379,32	3.272,94	8.700,00
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	1.693,80	775,80	481,80	529,80	261,60	2.257,20	6.000,00
1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	1.102,00	626,00	334,00	258,50	177,50	2.502,00	5.000,00
1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	284,80	215,10	0,00	0,00	500,10	0,00	1.000,00

Página: 8/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	22.090,00	71.665,00	7.060,00	22.660,00	16.645,00	11.380,00	151.500,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - F	22.090,00	71.665,00	7.060,00	22.660,00	16.645,00	11.380,00	151.500,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,35	55.100,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,33	9.183,35	55.100,00
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas Prefeitura	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Receita LC 42/2012 - Outorga Onerosa	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.116.666,65	1.138.888,88	1.161.111,10	1.161.111,09	1.161.111,09	1.461.111,19	20.200.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper. de Créd. Internas p/ Prog. de Modern. Adm.	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.033.333,31	1.055.555,54	1.077.777,76	1.077.777,75	1.077.777,75	1.437.777,89	19.700.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	24.999,99	25.000,05	150.000,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.01.00.00.00	Bloco Investimentos na rede Serviços de Saúde	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.1.01.01.01.00.00	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,35	50.000,00
2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Estado - FNAS Média Investimentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
2.4.2.2.99.02.00.00.00	Transf. Estado - FNAS Básica Investimentos	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,35	20.000,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.008.333,32	1.030.555,55	1.052.777,77	1.052.777,76	1.052.777,76	1.435.777,84	19.550.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	858.333,33	880.555,56	902.777,78	902.777,77	902.777,77	1.420.777,79	18.650.000,00
2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa	608.333,33	630.555,56	652.777,78	652.777,77	652.777,77	952.777,79	4.150.000,00
2.4.7.1.02.01.00.00.00	Conv. Educação - Constr. Ampl. e Reforma Urb.	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	3.150.000,00
2.4.7.1.02.02.00.00.00	Conv. Educação - Construção e Reforma de Edif.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
2.4.7.1.02.03.00.00.00	Conv. Educação - Aquisição de Veículos Transp.	0,00	22.222,23	44.444,45	44.444,44	44.444,44	44.444,44	200.000,00
2.4.7.1.02.05.00.00.00	Convênio Educação - Educação Infantil	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,33	83.333,35	500.000,00
2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.7.1.03.02.00.00.00	Transf. Conv. - Const. Molhe e Dren. Rio Sta. L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Destin. Prog. Infra-Estrut. Transp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000.000,00	12.000.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.01	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Ent.	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	150.000,05	900.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	149.999,99	150.000,05	900.000,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,32	414.333,40	2.486.000,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orç.	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00

Página: 9/9  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13º da L.C. 101/00) (Consolidado)

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,32	374.333,40	2.246.000,00
7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
7.9.4.0.00.00.00.00.00	Rec Decor de Aportes Períod. p/ Amort Déf Atu R	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>17.515.076,15</b>	<b>13.631.846,25</b>	<b>12.229.781,82</b>	<b>11.520.630,81</b>	<b>9.230.226,57</b>	<b>22.420.618,40</b>	<b>86.548.180,00</b>

EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito Municipal

BIANCA MEDEIROS  
Diretora CRC/SC 039.889/O-0

CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
Contadora CRC 029510/O-0

## 002/2017 - ANEXO II - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Página: 1/1  
Data: 12/01/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE PORTO BELO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Cronograma Mensal de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00) (Consolidado)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.637.349,74	4.637.349,74	4.630.349,74	4.630.349,74	4.630.349,74	5.065.988,26	4.630.349,74	4.630.349,74	4.630.349,74	4.630.349,74	4.630.349,74	5.065.988,26	58.109.420,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.326.173,60	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.060.565,08	3.326.173,60	37.258.000,00
3.1.10.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	45.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	3.122.425,81	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	2.872.214,67	3.122.425,81	34.967.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Operações-Operantárias	184.600,41	184.600,41	184.600,41	184.600,41	184.600,41	196.967,79	184.600,41	184.600,41	184.600,41	184.600,41	184.600,41	196.967,79	2.246.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	400.000,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	400.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.543.451,33	1.543.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	1.736.451,33	20.451.420,00
3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	90.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem F.I.	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	58.123,30	697.480,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	56.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.443.661,37	1.443.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	1.636.661,37	19.253.940,00
3.3.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opente Org	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	240.000,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opente Org	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	114.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	1.021.146,44	25.303.760,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	912.813,11	24.003.760,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	74,99	900,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	912.738,12	24.002.860,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	1.300.000,00
9.0.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	108.333,33	1.300.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.135.000,00
9.9.90.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.135.000,00
Totais:		5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	6.117.104,70	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	66.548.180,00
Total Geral:		5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	6.117.104,70	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	5.658.496,18	66.548.180,00

CLARICE LOURDES DORFESCHMIDT  
Contadora CRC 0285101/O-0

EMERSON LUCHIANO STEIN  
Prefeito Municipal

EMERSON LUCHIANO STEIN  
Prefeito Municipal

EMERSON LUCHIANO STEIN  
Prefeito Municipal



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 025/2017

DECRETO Nº 025, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA GUILHERME ZIEGEMANN SEIDEL, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Símbolo AJ, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 026/2017

DECRETO Nº 026, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA EMERSON LUIZ ALVES LOURENÇO, para o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CH, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 027/2017

DECRETO Nº 027, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ANDREA LE SENECHAL DUARTE, para o cargo de Provimento em Comissão de Ouvidor e Articulador Municipal, Símbolo OP, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 028/2017**

DECRETO Nº 028, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MARCELO ANTONIO VEIGA, para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Obras e Serviços Públicos, Símbolo DI, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 029/2017**

DECRETO Nº 029, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ROBERTO DOMIT DE OLIVEIRA, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 030/2017**

DECRETO Nº 030, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA LUIZ RICARDO FANTIN, para o cargo de Provimento em Comissão de Consultor de Apoio Jurídico, Símbolo CJ, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 031/2017**

DECRETO Nº 031, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA IVO ADOLFO WERLE JUNIOR, para o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Planejamento, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 032/2017**

DECRETO Nº 032, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA VANDERLEI WERLE, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Fiscalização, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 033/2017**

DECRETO Nº 033, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA RUAN GUILHERME WOLF, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Imprensa, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.



Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 034/2017**

DECRETO Nº 034, de 11 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### **DECRETA:**

Art. 1º NOMEIA ADÃO CARLOS VINCOSKI, para o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Iluminação Pública, Símbolo SU, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 004/2017 DE 11/01/2017. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 004/2017 de 11/01/2017.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de HERDEIROS SALVIO RODRIGUES DA SILVA, Situado no lado par da Rua do Hipódromo, esquina com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, de matrícula nº3.174.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: DECLIVIDADE APROXIMADA 3%

O terreno urbano, situado no lado par da Rua do Hipódromo, esquina com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 9.161,64m<sup>2</sup> (nove mil, cento e sessenta e um metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), e confronta-se AO LESTE - FRENTE, em 70,00 metros, com a Rua do Hipódromo; AO OESTE - FUNDO, em 82,30 metros, com terras de Rosinho Gonzaga; AO SUL - LADO DIREITO, em 120,00 metros, com terras de Herdeiros Salvio Rodrigues da Silva; e AO NORTE - LADO ESQUERDO, em 163,50 metros, com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos.

#### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

LOTE 01 – (REMANESCENTE MATRÍCULA Nº 3.174 ÁREA 6.749,87m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado par da Rua do Hipódromo, esquina com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 6.749,87m<sup>2</sup> (seis mil, setecentos e quarenta e nove metros e oitenta e sete decímetros quadrados), e confronta-se AO LESTE - FRENTE, em cinco linhas lineares, sendo: 18,08 metros, com a Rua do Hipódromo, 27,75 metros, com lote 02; 12,08 metros, com lote 02; 7,94 metros, com lote 03; 8,75 metros, com lote 06; 13,23 metros, com lote 07 e 27,47 metros, com lote 07; AO OESTE - FUNDO, em 82,30 metros, com terras de Rosinho Gonzaga; AO SUL - LADO DIREITO, em 120,00 metros, com terras de Herdeiros Salvio Rodrigues da Silva; e AO NORTE - LADO ESQUERDO, em 87,61 metros, com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos.

LOTE 02 – (A DESMEMBRAR ÁREA 373,76m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado par da Rua do Hipódromo, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 373,76m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e três metros e setenta e seis decímetros quadrados), e confronta-se AO LESTE - FRENTE, em 14,47 metros, com a Rua do Hipódromo; AO OESTE - FUNDO, em 12,08 metros, com lote 01 - remanescente matrícula nº 3.174; AO SUL - LADO DIREITO, em 27,75 metros, com lote 01 - remanescente matrícula nº 3.174; e AO NORTE - LADO ESQUERDO, em 34,50 metros, com lote 03.

LOTE 03 – (A DESMEMBRAR ÁREA 456,92m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado par da Rua do Hipódromo, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 456,92m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e seis metros e noventa e dois decímetros quadrados), e confronta-se AO LESTE - FRENTE, em 14,82 metros, com a Rua do Hipódromo; AO OESTE - FUNDO, em duas linhas lineares, sendo: 7,94 metros, com lote 01 - remanescente matrícula nº 3.174 e 4,13 metros, com lote 06; AO SUL - LADO DIREITO, em 34,50 metros, com lote 02; e AO NORTE - LADO ESQUERDO, em três linhas lineares, sendo: 20,00 metros, com lote 04; 16,86 metros, com lote 05 e 5,00 metros, com lote 06.

2.4 – LOTE 04 – (A DESMEMBRAR ÁREA 497,77m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado na esquina da Rua do Hipódromo com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 497,77m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), e confronta-se AO LESTE - FRENTE, em uma linha curva, sendo: 19,46 metros e Raio 3,17 metros, com a Rua do Hipódromo; AO OESTE - FUNDO, em 20,19 metros, com lote 05; AO SUL - LADO DIREITO, em 20,00 metros, com lote 03; e AO NORTE - LADO ESQUERDO, em 31,58 metros e Raio 3,17 metros, com a Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos.

LOTE 05 – (A DESMEMBRAR ÁREA 360,40m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 360,40m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros e quarenta decímetros quadrados), e confronta-se AO NORTE - FRENTE, em 16,96 metros, com a Rua Fritz Windisch; AO SUL - FUNDO, em 16,86 metros, com lote 03; AO LESTE - LADO DIREITO, em 20,19 metros, com lote 04; e AO OESTE - LADO ESQUERDO, em 22,59 metros, com lote 06.

LOTE 06 – (A DESMEMBRAR ÁREA 361,82m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitibanos, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 361,82m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros e oitenta e dois decímetros quadrados), e confronta-se AO NORTE - FRENTE, em 14,12 metros, com a Rua Fritz Windisch; AO SUL - FUNDO, em três linhas lineares, sendo: 5,00 e 4,13 metros com lote 03

e 8,75 metros, com lote 01 – remanescente matrícula nº 3.174; AO LESTE - LADO DIREITO, em 22,59 metros, com lote 05; e AO OESTE - LADO ESQUERDO, em 27,46 metros, com lote 07.

LOTE 07 – (A DESMEMBRAR ÁREA 361,10m<sup>2</sup>) - DECLIVIDADE APROXIMADA 3%.

O terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Fritz Windisch, antiga estrada geral de Rio do Sul-Curitiba, Município de Pouso Redondo/SC, contendo a área de 361,10m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros e dez décimos quadrados), e confronta-se AO NORTE - FRENTE, em 13,23 metros, com a Rua Fritz Windisch; AO SUL - FUNDO, em 13,23 metros, com lote 01 – remanescente matrícula nº 3.174; AO LESTE - LADO DIREITO, em 27,46 metros, com lote 06; e AO OESTE - LADO ESQUERDO, em 27,47 metros, com lote 01 – remanescente matrícula nº 3.174.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central/SC, Matrícula nº3.174, do Livro nº2, com uma área total de 9.161,64m<sup>2</sup> (nove mil, cento e sessenta e um metros e sessenta e quatro décimos quadrados), de propriedade de HERDEIROS SALVIO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 021.050.049-20.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 11 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 001/2015 DE 02/01/2017 CONCEDE LICENÇA PARA ATUAR NA SDR DE TAIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 001/2015 DE 02/01/2017

Concede Licença Para atuar na SDR de Taio e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 02/01/2017, LICENÇA PARA ATUAR NA SDR DE TAIÓ, pelo período DO CONVENIO 001/2015, sem remuneração, ao Servidor GIONEI DE SOUZA, ocupante do Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 002/2017 DE 04/01/2017 ALTERA E NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 002/2017 de 04/01/2017

Altera e Nomeia Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Altera e nomeia para dois anos os membros da Comissão Permanente de Licitações, composta pelos Srs. ERIVALDO EIGEN, CAROLINE PELUSO MARTINS E VALNETE MARIA ZONTA PAULI para, sob a presidência do primeiro, promoverem a Abertura, Avaliação e Julgamento das Licitações, em todas as suas modalidades, realizadas pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

§ 1º - Ficam nomeados, na qualidade de Suplentes da Comissão definida nesse artigo, EMERSON DOBRANTZ E ADENIR FERRARI, que serão convocados no caso de falta ou impedimento de qualquer dos titulares.

§ 2º - Na falta ou impedimento do Presidente, os Membros presentes, deliberarão no sentido de elegerem quem deverá presidir os trabalhos da comissão.

§ 3º - A Comissão constituída neste artigo lavrará ata dos trabalhos realizados, declarando o Vencedor de cada Licitação, independente de sua modalidade, que será encaminhada a Prefeita Municipal, o qual dará continuidade aos prosseguimentos legais estabelecidos na Lei de Licitações e na legislação municipal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Portaria nº 056/2016.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 003/2017 DE 04/01/2017. DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 003/2017 de 04/01/2017.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de Pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, de acordo com o Decreto nº 039/07 de 05.06.2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, a servidora:

Tayse Vendramin Marchi – Técnico em Gestão ADM. e Serviços Licitador

Parágrafo Único – O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, os servidores:

Erivaldo Eigen – Tec. Em Gestão Adm e Serviços - Comprador - matrícula nº 131009, CPF 065.854.959-69

Caroline Peluso Martins – Engenheiro Civil - matrícula nº 120802, CPF 031.270.149-70

Valnete Maria Zonta – Telefonista - matrícula nº 506001 CPF 539.661.399-87

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 117/2016.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 004/2017 DE 04/01/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 004/2017 DE 04/01/2017

Concede Férias Coletivas para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 02/01/2017 a 31/01/2017:

Código	NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	PERÍODO AQUISITIVO
132113	ADELAIDE KREUSCH	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	21/02/2013	2016/2017
605009	AGMARA KLEGIN	ZELADOR	15/05/2006	2016/2017
140318	ANTONIO ALVES	MOTORISTA	12/03/2014	2016/2017
120244	ARLEIDE SARDO ANDRADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/02/2012	2016/2017
140605	ARLENE TERERSINHA SARDO NUNES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/06/2014	2016/2017
130229	CAMILA WEBER	AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	07/02/2013	2016/2017
130505	CAMILO FREITAS MACHADO	PSICOLOGA (O)	06/05/2013	2016/2017
110501	CHARLES ROBSON CARDOSO	MOTORISTA DE ONIBUS	02/05/2011	2016/2017
510003	CLEUZA DE FÁTIMA PIRES DO PRADO	ZELADOR	07/10/2005	2016/2017
132112	DEBORA PAULA DE ARAUJO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	21/02/2013	2016/2017
140306	ELIZETE BACK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	05/03/2014	2016/2017
508002	ENELICE PADILHA SCHNEIDER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2005	2016/2017
132114	ERICA EIGEN BICHELS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	22/02/2013	2016/2017
150290	FERNANDO CENSI	MOTORISTA DE ONIBUS	09/02/2015	2016/2017
140205	GISLENE NICHELETTI PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	05/02/2014	2016/2017
120245	IRMA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/02/2012	2016/2017
100517	JACIRA CUNHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	07/05/2010	2016/2017
140607	JAQUELINE BORGES MOURA SCHLOSSER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	12/06/2014	2016/2017
152018	JENIFFER KEUREM DO NASCIMENTO	MOTORISTA DE ONIBUS	18/02/2015	2016/2017
506012	JENS ROLAND REIF	MOTORISTA DE ONIBUS	01/06/2005	2016/2017
990501	JOSE NILSON MACHADO	MOTORISTA DE ONIBUS	04/05/1999	2016/2017
101108	LAIDE DE ANDRADE MARCONSINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/11/2010	2016/2017
140206	LUCIANE PEREIRA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	05/02/2014	2016/2017
120902	MARIA ANGELITA APARECIDA CAMARGO TEPLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03/09/2012	2016/2017
203004	MARIA ARLENE VERDI DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	17/02/2003	2016/2017
909009	MARILEIDE MARTINS DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/09/2009	2015/2016
130203	MARISA ZAGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	04/02/2013	2016/2017
802053	MARISTELA VALENTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	08/02/2008	2016/2017
509008	MARLENE SCHLOSSER	ZELADOR	01/09/2005	2016/2017
130138	MIRIAM PIRES DE MORAES DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	21/01/2013	2016/2017
130224	NEIVA AGOSTINI GUCKERT	AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	06/02/2013	2016/2017
130514	NEUSA MARIA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	15/05/2013	2016/2017
120816	ODIRLEIA NIEHUES BONESSI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	15/08/2012	2016/2017
140208	OMAIRA PRADO DA LUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	05/02/2014	2016/2017
100710	OSDAIANA ROBERTA DA ROSA RISKOWSKI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	06/07/2010	2016/2017
150289	RICARDO KESTRING	MOTORISTA DE ONIBUS	09/02/2015	2016/2017
150411	RODRIGO VICENTE	MOTORISTA DE ONIBUS	06/04/2015	2016/2017
130223	RONIVAN BORGES	AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	06/02/2013	2016/2017
508003	ROSELI MARIA BECKER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2005	2016/2017
130230	ROSELI QUADRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/02/2013	2016/2017

804014	RUI MARCOS PETERS	MOTORISTA DE ONIBUS	10/04/2008	2016/2017
100507	SILVIA REJANE TEIXEIRA CARVALHO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2010	2016/2017
507007	SIRLENE MOIK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/07/2005	2016/2017
203005	SONIA DOS SANTOS HENN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	17/02/2003	2016/2017
121102	TANIA MARIA DA SILVA ODORIZE	AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO	01/11/2012	15 dias2015/2016 15 dias2016/2017
121001	VANDERLEIA PARRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/10/2012	2015/2016
130340	VALMOR BEBER	MOTORISTA	21/03/2013	2016/2017
202102	VILMAR MARTINS	MOTORISTA	05/07/2002	2015/2016
121101	ZELIA PETERS DE SOUZA	AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO	01/11/2012	2015/2016
140117	RUTH BAADE SCHAUFFERT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	07/01/2014	2016/2017

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 02/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 005/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 005/2017 DE 04/01/2017

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MARLI VASSELAI, brasileira, portadora do CPF: 686.585.329-68, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, nível de vencimento 540-B001, do Grupo 07 – Classe I - NS, do plano de classificação de Cargos da Administração Direta do município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este Artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 03/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 006/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 006/2017 DE 04/01/2017

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.



OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado ELENIO AMANCIO, brasileiro, portadora do CPF: 041.296.419-80, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível de vencimento 30, do Grupo 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 03/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 007/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 007/2017 DE 04/01/2017

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Comissionado e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado JOAO CARLOS FELIPE KNOBLAUCH, brasileiro, portadora do CPF: 005.729.799-16, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA, nível de vencimento 29, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 03/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 008/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 008/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 1.972/07 de 17/05/2007, Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeada a partir desta data, a Sra. ELIANA RITA SARDO, código 150209 e 170105, para exercer cargo comissionado de Coordenação de Centro de Educação Infantil, com fundamento na Lei n.º 1.972/07.

Parágrafo Único – Fica concedida, a partir de 03/01/2017, em função da nomeação, com fundamento na Lei n.º 1.972/07, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o seu Nível/Referência.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 03/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 009/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 009/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.404/2012, de 17/04/2012:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data o Sr. RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, brasileiro, portador do CPF n.º 062.245.859-03, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 010/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 010/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.404/2012, de 17/04/2012:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir desta data a Sra. ELIZIANE DO CARMO, brasileira, portadora do CPF n.º 041.862.649-96, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 011/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 011/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.404/2012, de 17/04/2012:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data o Sr. ADENIR FERRARI, brasileiro, portador do CPF n.º 530.741.499-49, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETARIO ADJUNTO DE SERVIÇOS GERAIS, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 012/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 012/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013, de 15/01/2013:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data, o Sr. JOSIMAR DA SILVA, brasileiro, portador do CPF n.º 072.584.169-94, para ocupar o Cargo em Comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, da CLASSE DOS CARGOS EM COMISSÃO, do Anexo III, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 013/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 013/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei n° 2.404/2012, de 17/04/2012:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data o Sr. ADAIR FELIZARDO, brasileiro, portador do CPF n.º 686.567.429-49, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DA CULTURA, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 014/2017 DE 04/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 014/2017 DE 04/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n° 001/2013, de 15/01/2013:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeada a partir desta data, a Sra. GERUZA LUECKMANN, brasileira, portadora do CPF n.º 558.919.189-00, para ocupar o Cargo em Comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO DA SAUDE, da CLASSE DOS CARGOS EM COMISSÃO, do Anexo III, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 015/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 015/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias Coletivas para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 05/01/2017 a 03/02/2017:

Código	NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	PERÍODO AQUISITIVO
140420	ADRIANA FERNANDES DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	23/04/2014	15 dias2015/2016 15 dias2016/2017

152051	ANGELICA TALAMINI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	16/03/2015	2016/2017
140294	ANGELITA MANES DE SOUZA DE LIZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140130	ANNE KELLY ALVES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	22/01/2014	2016/2017
100905	ARLETE POMMERENING	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	27/09/2010	2015/2016
140413	CAMILA VENDRAMIN	ENFERMEIRA	08/04/2014	2016/2017
140716	CAUANY BARBARA LOURENÇO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	17/07/2014	2016/2017
140412	CLAUDENIR MARIA PROCHNOW	ENFERMEIRA	08/04/2014	15 dias2015/2016 15 dias2016/2017
142117	CLEIDICEIA DE LIZ SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142103	DAIANA FRONTORIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142115	EDINA SALETE RIBEIRO DE ALMEIDA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140302	ELIZANDRA CORRENTE ZEFERINO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	05/03/2014	2016/2017
140291	EREZOLDA DE CAMPOS DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
130732	FABIANO COELHO DE LIZ	MOTORISTA	26/07/2013	2015/2016
141007	FABIO CARDOSO PEREIRA	CIRURGIÃO DENTISTA	13/10/2014	15 dias2015/2016 15 dias2016/2017
121209	GENUARIO DALMARCO	INSEMINADOR	19/12/2012	2015/2016
142111	GILMARA FELGER SCHROEDER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
809004	GISELI APARECIDA TRENTINI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/09/2008	2015/2016
140505	GREICE PACHECO MACEDO	TECNICO EM ENFERMAGEM	01/05/2014	2016/2017
100278	INES DA ROSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	17/02/2010	2015/2016
142114	IOLENE VARELA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140290	ISOLANE PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
130329	JANAINA BITENCOURT	NUTRICIONISTA	01/03/2013	2016/2017
140299	JANAINA ROSA LOURENÇO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
141002	JENAINA DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	01/10/2014	2016/2017
142104	JOICE COMPER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142107	JOSIANI SEMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140403	JULIANA ALZIRA GONZALES OLIVEIRA LEGUIZAMON	MEDICO	01/04/2014	2016/2017
140124	JUPITER DA COSTA VARGAS FILHO	MEDICO 20 HRS	13/01/2014	2016/2017
142116	LEILA HONORIO SCHMOLLER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
100605	LEO SCHNEIDER	MOTORISTA	01/06/2010	2015/2016
142112	LETICIA DA CUNHA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140313	LISSI LEITE ESSER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/03/2014	2016/2017
142102	LUCIANA BRIGNOLI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140807	LUCIANA PIRES DE MORAES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	21/08/2014	2015/2016
100518	LUCILENI MARCONSINI ANDRADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10/05/2010	2016/2017
142113	MARCIA GODERT SEMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142105	MARCIA PEDROSO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142118	MARINA BIRCK	ENFERMEIRA	10/02/2014	2016/2017
142109	MARINEUSA ZEFERINO PIRES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
802068	MARLENE BENNERT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	08/02/2008	2015/2016
507020	MARLY NARCISO SUTIL GARCIA	RECEPCIONISTA	14/07/2005	2016/2017
140511	MONALIZA DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	05/05/2014	2015/2016

150298	NATASHA DAVID DE ARAUJO	FISIOTERAPEUTA	11/02/2015	2016/2017
140295	NEUZA MORAES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
807012	PAULO CESAR PAULI	FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10/07/2008	2016/2017
140298	ROSENILDA BARBOSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
142100	SILVANI MOICK JUST	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140292	SILVIA ANDREIA MARASCA HOFFMANN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
140126	TEODORO LEGUIZAMON JUNIOR	MEDICO	14/01/2014	2016/2017
140293	TERESINHA ROSANGELA NUNES DE LIZ MELO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017
703005	VALQUIRIA DO AMARAL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/03/2007	2015/2016
706011	VITORIO ANTONIO ROVERI DA SILVA	MEDICO	11/06/2007	2014/2015
142110	ZONILDO SEMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	10/02/2014	2016/2017

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 016/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias Coletivas para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 05/01/2017 a 03/02/2017:

Código	NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	PERÍODO AQUISITIVO
202185	ADENIR FOGAÇA	FISCAL AMBIENTAL	01/11/2002	2015/2016
111002	ADILSON MACHADO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	03/10/2011	2015/2016
121104	ADILSON RIBEIRO DA SILVA	JARDINEIRO	01/11/2012	2015/2016
142122	ADOLFO RIBEIRO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	10/02/2014	2015/2016
131007	ADORICO PORTO	OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA	26/09/2013	2016/2017
111003	ALDO HANG	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	03/10/2011	2015/2016
130436	ALVACIR JORDÃO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	24/04/2013	2015/2016
130114	ANGELICA CECILIA CARDOSO	PSICOLOGA	14/01/2013	2016/2017
506006	ATALIBIO FARIAS	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	01/06/2005	2015/2016
130928	DAIVAN MARCHI	OPERADOR DE MAQUINA ESCAVADEIRA HI-DRAULICA	18/09/2013	2015/2016
100411	DERCI LOPES DOS SANTOS	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	26/04/2010	2016/2017

110251	EDNA APARECIDA DIAS	ASSISTENTE SOCIAL	01/02/2011	2016/2017
112106	ELIAS SCHMOLLER	OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA	08/02/2011	2015/2016
940101	ELPIDIO PEDROSO DE MORAES	MOTORISTA	05/01/1994	2015/2016
130613	ELSIO CARDOSO DE AGUIAR	MOTORISTA	25/06/2013	2015/2016
111006	EVANDRO DO CARMO	OPERADOR DE MAQUINA TRATOR ESTEIRA	03/10/2011	2015/2016
506007	FABIO ALEXANDRO MAÇANEIRO	MOTORISTA	01/06/2005	2015/2016
130334	FABIO PETERS	MOTORISTA	20/03/2013	2015/2016
152029	FELIPE HARRY BROERING GOMES	ENGENHEIRO AGRONOMO	24/02/2015	2016/2017
110312	GEOVANI MOTTA	OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA	17/03/2011	2016/2017
20325	GUILHERME GOLLE FLORIANI	ASSISTENTE DE PROTOCOLO	19/03/2012	2015/2016
120302	IRIANE WAGNER	SECR. DA JSM, INCRA E IDENTIFIC	01/03/2012	2015/2016
909005	IVALDO PRADO	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	01/09/2009	2015/2016
202118	JAIR RIBEIRO	PEDREIRO	05/07/2002	2015/2016
804012	JANIR VENDRAMIN	OPERADOR DE MAQUINA TRATOR ESTEIRA	07/04/2008	2016/2017
506042	JAQUELINE KRAEMER	ASSISTENTE SOCIAL	20/06/2005	15 dias2015/2016 15 dias2016/2017
142124	JOÃO AVELINO DOS SANTOS LIMA	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	10/02/2014	2015/2016
807001	JOAO BATISTA DE BARROS	OPERARIO	01/07/2008	2015/2016
508018	JOHNNY FABER DO NASCIMENTO	MOTORISTA	16/08/2005	2015/2016
130434	JORGE CARLOS FREITAS DA SILVA	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	24/04/2013	2015/2016
100315	JOSE LUIZ DA LUZ CARVALHO	OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA	01/03/2010	2015/2016
100509	KATIANE LOURENCO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2010	2015/2016
101105	LAURO AMANCIO	PEDREIRO	03/11/2010	2015/2016
991207	LEANDRO ZUNINO	ATENDENTE DE AGRICULTURA	01/07/2008	2015/2016
130733	MAICON DA SILVA MELO	MOTORISTA	26/07/2013	2015/2016
607003	MANSUETO BEZ FONTANA	ENGENHEIRO CIVIL	06/07/2006	2015/2016
120424	MARCIA ROSANE WITZKE	ADVOGADO	09/04/2012	2015/2016
140711	MARCIO FERNANDES DA ROSA	ELETRICISTA DE AUTOMOVEIS	14/07/2014	2015/2016
3274	MARLI CIRICO	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/06/2010	20 dias2015/2016 10 dias2016/2017
140132	MAURICIO ISIDORO CORREA	FISCAL DE TRIBUTOS	24/01/2014	2016/2017
909002	MAYKON ROSA	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	01/09/2009	2015/2016
152054	NILSO FIGUEIREDO	OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA	18/03/2015	2016/2017
120411	NILSON DOS SANTOS	OPERADOR DE TRATOR SOBRE PNEUS	02/04/2012	2016/2017
111001	NILTO DA SILVA	AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS	03/10/2011	2015/2016
130140	RAQUEL LOURENCO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	28/01/2013	2016/2017
202114	RENI JOSÉ WERTER	MOTORISTA	05/07/2002	2015/2016
121103	ROGERIO RIBEIRO DA COSTA	OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA	01/11/2012	2015/2016
120810	RONALDO DANILO PETERS	MÉDICO VETERINÁRIO/PISCICULTURA	01/08/2012	2015/2016
100714	SEDENIR LEMOS RIBEIRO	OPERADOR DE MAQUINA CARREGADEIRA	19/07/2010	2015/2016
910004	VANIO BELL	OPERADOR DE TRATOR SOBRE PNEUS	01/10/2009	2015/2016
508006	VERONICA RODRIGUES DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2005	2016/2017
803003	VILCIONI DE LIZ	OPERARIO	03/03/2008	2016/2017
130723	VINICIUS AGUSTINI	MOTORISTA	10/07/2013	2015/2016

110118	WANDERLEI DA COSTA	CHAPEADOR, PINTOR E REPARADOR DE VEÍCULOS	24/01/2011	2016/2017
--------	--------------------	---	------------	-----------

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 017/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 017/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias Coletivas para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 05/01/2017 a 19/01/2017:

Código	NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	PERÍODO AQUISITIVO
140125	OTAVIO FRANCISCO GOMES DIAS	CIRURGIÃO DENTISTA	13/01/2014	2016/2017
131009	ERIVALDO EIGEN	TÉCNICO EM GESTÃO ADM. E SERVIÇOS - COMPRADOR	24/10/2013	2015/2016
100602	NEUMA ANDERLE FELIZARI	AGENTE OPERACIONAL	01/06/2010	2016/2017
152030	PATRICIA HORONGOZO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE PESSOAL	02/03/2015	2015/2016
111009	RAQUEL PETERS	CONTROLE INTERNO	03/10/2011	2015/2016
100601	TEOTONIO RONAN BONESSI	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/06/2010	2016/2017

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 018/2017 DE 05/01/2017 NOMEIA ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 018/2017 DE 05/01/2017

Nomeia Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde e da outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Considerando que o Fundo Municipal de Saúde necessita a nomeação de responsável pela ordenação das suas despesas.

Considerando que a pasta da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, esta desprovido de ordenador de despesas.

Considerando que há necessidade de implementar a redução de custos para gestão eficiente dos recursos públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica ordenado a servidora DANIELE FERNANDES, nomeada em 01/05/2014, pela Portaria Nº 202/2014, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, do Grupo Ocupacional 05 Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, para atuar como responsável pelas assinaturas e ordenação de despesas do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.321.353/0001-72.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 019/2017 DE 05/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 019/2017 DE 05/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.404/2012, de 17/04/2012:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data o Sr. GILMAR JUNKES, brasileiro, portador do CPF n.º 019.945.529-56, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETARIO ADJUNTO DE TRANSPORTES E OBRAS, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei n.º 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 020/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 020/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora SIMONE SILVEIRA MACHADO MARTINS, lotado nesta Prefeitura, no período de 05/01/2017 à 24/01/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.



Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 021/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 021/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora SELMA BICHELS BLASIUS, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/01/2017 à 30/01/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 11/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 022/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 022/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor FABIO ALVES DE CAMPOS, lotado nesta Prefeitura, no período de 20/01/2017 à 18/02/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 20/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 023/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 023/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias Coletivas para Servidores desta Prefeitura e dá outras providências.



OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, abaixo relacionados, durante o período de 20/01/2017 a 03/02/2017:

Código	NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	PERÍODO AQUISITIVO
140414	MAURICIO SERIKAWA	CIRURGIÃO DENTISTA	14/04/2014	2016/2017
604003	DANIELA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/04/2006	2015/2016
140321	GLAUBER MAURICIO VIEDO DE AVILA	MEDICO VETERINARIO	13/03/2014	2016/2017

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de de 20/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 024/2017 DE 05/01/2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 024/2017 DE 05/01/2017

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora CHEILA SCHAEFFER HELLER, lotado nesta Prefeitura, no período de 23/01/2017 à 01/02/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 23/01/2017.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 025/2017 DE 09/01/2017. DETERMINA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CGC 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 025/2017 DE 09/01/2017.

Determina horário de atendimento ao público do Prefeito e vice-prefeito municipal e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixa horário de atendimento ao público do Prefeito ou Vice-Prefeito que será realizado nas quintas-feiras, das 7:30 às 11:30 e nas terças-feiras das 13:30 às 17:30.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 026/2017 DE 10/01/2017 DESIGNA EMERSON FRANCISCO DE SOUZA COMO RESPONSÁVEL PELA SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 026/2017 DE 10/01/2017

Designa Emerson Francisco de Souza como responsável pela secretária de planejamento, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (lei nº 1.972/07 e suas alterações).

CONSIDERANDO que existe a necessidade de nomear responsável pela secretária de planejamento;

CONSIDERANDO que, há no quadro de servidores efetivos, profissional apto para ocupar a função;

CONSIDERANDO que, há a necessidade e urgência de servidor para atuar nesta função;

CONSIDERANDO que, a medida visa manter o equilíbrio das finanças públicas, sendo uma forma de economia e redução de gastos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor EMERSON FRANCISCO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR DE CONVÊNIOS, CPF nº 933.190.109-72, para atuar como responsável pela secretária de planejamento.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 027/2017 DE 10/01/2017 DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL PELO POLO DA UNIVERSIDADE FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 027/2017 DE 10/01/2017

Designa servidora para atuar como responsável pelo polo da universidade federal, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora FLAVIA ISIDORO, ocupante do cargo contratado de PROFESSOR, para atuar como responsável pelo polo da universidade federal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 028/2017 DE 10/01/2017 SOBRE AVISO CEMITÉRIO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 028/2017 DE 10/01/2017

Sobre aviso Cemitério Municipal, e da outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no artigo 89-A Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 006/2015, de 11 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de manter plantão de sobreaviso do Cemitério Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído o plantão de sobre aviso de 08 (oito) horas dias em horário diurno nos seguintes dias.

JOSÉ CARDOSO e OSNI BLASIUS

JANEIRO 2017
07, 08
14, 15
21, 22
28, 29
8 dias

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 029/2017 DE 10/01/2017 SOBRE AVISO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 029/2017 DE 10/01/2017

Sobre aviso Departamento de Tributos, e da outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no artigo 89-A Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 006/2015, de 11 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de manter plantão de sobreaviso do Departamento de Tributos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído o plantão de sobre aviso de 08 (oito) horas dias em horário diurno nos seguintes dias.

MARCOS PEREIRA

JANEIRO DE 2017
07, 08
14, 15
21, 22
28, 29
08 dias

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 030/2017 DE 10/01/2017 DESIGNA SERVIDOR PARA EXTRAIR E CONSULTAR AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 030/2017 DE 10/01/2017

Designa servidor para extrair e consultar as movimentações bancárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora DANIELA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do Grupo 04, Classe III – NM, para extrair e consultar os extratos das movimentações bancárias relativas aos Fundos Municipais, abaixo relacionados:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

CNPJ: 12.321.353/0001-72

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POUSO REDONDO

CNPJ: 15.682.059/0001-84

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE POUSO REDONDO

CNPJ: 20.050.388/0001-42

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DA ADOLESCENCIA

CNPJ: 21.236.895/0001-38

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC

CNPJ: 15.334.759/0001-88

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 031/2017 DE 10/01/2017 DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 031/2017 DE 10/01/2017

Designa servidor para atuar como Responsável pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c lei nº 1.972/07 e suas alterações.

CONSIDERANDO que, não há ocupante do cargo em Comissão de Secretário de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO que, há no quadro o servidor apto para ocupar a função como responsável pela Secretaria de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO que, há necessidade e urgência de servidor para atuar como responsável pelas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO que, a medida visa manter o equilíbrio das finanças públicas, sendo uma forma de economia e redução de gastos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor ELENO AMANCIO ocupante do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO, CPF nº 041.296.419-80, para atuar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desempenhando a Coordenação da Secretaria.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 032/2017 DE 11/01/2017 DESIGNA MAIKEL VERDI PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 032/2017 DE 11/01/2017

Designa Maikel Verdi para atuar como responsável pela secretaria de finanças e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 1.972/07 e suas alterações).

CONSIDERANDO que existe a necessidade de nomear responsável pela secretária de finanças, e que passe a responder pelas movimentações financeiras do município;

CONSIDERANDO que, há no quadro de servidores efetivos, profissional apto para ocupar a função;

CONSIDERANDO que, há a necessidade e urgência de servidor para atuar nesta função;

CONSIDERANDO que, a medida visa manter o equilíbrio das finanças públicas, sendo uma forma de economia e redução de gastos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor MAIKEL VERDI ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CPF nº 003.780.089-27, para atuar como Responsável pela Secretária de finanças.

Parágrafo único – Fica concedido a partir desta data, em função da designação, gratificação correspondente a 40,0 % de seus vencimentos.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 033/2017 DE 11/01/2017 NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 033/2017 DE 11/01/2017

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.404/2012, de 17/04/2012:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data o Sr. TERCILIO BONESSI, brasileiro, portador do CPF nº 154.357.259-68, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO DE GABINETE, do Grupo Ocupacional DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAS, do Anexo II, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei nº 1.784/05 de 24.01.05.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 034/2017 DE 11/01/2017 PROÍBE O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS NÃO OFICIAIS NO PÁTIO INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 034/2017 DE 11/01/2017

Proíbe o estacionamento de veículos não oficiais no pátio interno da prefeitura municipal de Pouso Redondo.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de abrigar os veículos oficiais do município, e a segurança das operações de manobra e manutenção dos veículos do município dentro do pátio da prefeitura municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica proibido o estacionamento de veículos não oficiais, nas dependências do pátio interno da prefeitura.

Art. 2º — Eventuais ocorrências de descumprimento desta normativa, serão passivas de sanções e da instauração do devido processo administrativo.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PROCESSO 001 2017 - SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, CONserto E VULCANIZAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 25/01/2017, licitação que tem por objeto a Registro de Preços para prestação de serviços de recauchutagem, conserto e Vulcanização nas Maquinas, caminhões, ônibus e equipamentos pertencentes as Secretarias de Obras, Educação e Agricultura. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 12 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2017 - MÉDICO VETERINÁRIO

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº01/2017, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE MÉDICO VETERINÁRIO COM A FINALIDADE DE COBRIR O PERÍODO DE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL, NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, representando o Fundo Municipal de Agricultura, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro lado, Evaldo Wachholz, medico veterinário, inscrito no CPF sob n.º302.896.610-72, estabelecida na Rua Tenente Jacob Philippi nº 409 - Centro doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços DE MÉDICO VETERINÁRIO COM A FINALIDADE DE COBRIR O PERÍODO DE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL conforme tabela de valores abaixo discriminados:

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	18	DIAS	SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO	233,42	4.201,60
---	----	------	--------------------------------	--------	----------

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 01/2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- Caberá a CREDENCIADA o fornecimento da mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- Os serviços de médico veterinário serão prestados no Município de Presidente Nereu nos seguintes dias: segundas, terças, quartas, quintas e sextas-feiras, das 13:00 as 19:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31/01/2017.

#### CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário de Agricultura do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria de Agricultura do Município de Presidente Nereu;
- Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria de Agricultura do Município de Presidente Nereu até o décimo (10º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

#### CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.



A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A FISCALIZAÇÃO FICARÁ A CARGO DO SECRETÁRIO DE GABINETE SR. AMILTON PETRY.

#### CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

#### CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria de Agricultura, no valor avençado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

11	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
001	FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
2015	Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 01/2017 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.



Presidente Nereu, 09 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO WACHHOLZ  
MEDICO VETERINÁRIO

## **DECRETO 07/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 24/11/2016

DECRETO Nº 7, de 09 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 5.275,69 ( cinco mil e duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2024.33900000000000.03000000 5.275,69

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro : R\$5.275,69 ( cinco mil e duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.000000000000.03000000 5.275,69

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 09 de janeiro de 2017

ISAMAR DE MELO

ALINE LESKE TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

## **DECRETO 08/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 09/01/2017

DECRETO Nº 8, de 09 de janeiro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 18.452,52 ( dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO 11.001.0020.0606.1401.2015.33900000000000.03000000 18.426,40  
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO 11.001.0020.0606.1401.2015.44900000000000.03890000 26,12

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro : R\$18.452,52 ( dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03000000 18.426,40  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03890000 26,12

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 09 de janeiro de 2017  
ISAMAR DE MELO ALINE LESKE TILLMANN  
Prefeito Municipal Contadora

**DECRETO 09/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28  
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC  
Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br  
Numero Lei: 1508  
Ano lei : 2016

Data Lei: 09/01/2016

DECRETO Nº 9, de 09 de janeiro de 2017  
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA  
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 141.410,52 ( cento e quarenta e hum mil e quatrocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.03380200 7.830,52  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.03380400 19.821,44  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.03380500 10.834,90  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.03670200 12.236,58  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03020000 20.124,67  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03380100 914,27

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03380300 4.476,98  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03380600 11.803,43  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03380700 2.344,50  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03670100 3.640,53

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03800400 245,04  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.03800800 15,77  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.03381000 2.989,69  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.03670400 3.809,88  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.44900000000000.03380800 15.825,53  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.44900000000000.03380900 24.496,79

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro : R\$141.410,52 ( cento e quarenta e hum mil e quatrocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03020000 20.124,67  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380100 914,27  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380200 7.830,52

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380300 4.476,98  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380400 19.821,44  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380500 10.834,90  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380600 11.803,43  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380700 2.344,50  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380800 15.825,53  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03380900 24.496,79

ISAMAR DE MELO ALINE LESKE TILLMANN  
Prefeito Municipal Contadora

-----  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03381000 2.989,69  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03670100 3.640,53  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03670200 12.236,58  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03670400 3.809,88

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03800400 245,04  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03800800 15,77

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 09 de janeiro de 2017  
ISAMAR DE MELO ALINE LESKE TILLMANN  
Prefeito Municipal Contadora

-----  
**DECRETO 10/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 24/11/2016

DECRETO Nº 10, de 09 de janeiro de 2017  
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA  
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 102.239,90 ( cento e dois mil e duzentos e trinta e nove reais e noventa centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03000000 19.957,69  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2007.33900000000000.03350500 43.472,56  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350100 20,64

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350200 9.500,72  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350300 5.360,35  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350400 1.188,31  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03640200 11.149,49  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.44900000000000.03640200 11.590,14

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro :  
R\$102.239,90 ( cento e dois mil e duzentos e trinta e nove reais e noventa centavos )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03000000 19.957,69  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03350100 20,64  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03350200 9.500,72  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03350300 5.360,35

Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03350400 1.188,31  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03350500 43.472,56  
Superávit Financeiro 00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03640200 22.739,63

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 09 de janeiro de 2017  
ISAMAR DE MELO ALINE LESKE TILLMANN  
Prefeito Municipal Contadora

-----  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28  
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC  
Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

ISAMAR DE MELO                      ALINE LESKE TILLMANN  
Prefeito Municipal                      Contadora

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 19 DE 12.01.2017

DECRETO Nº 19, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

REMANEJA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica REMANEJADA a Sra. DAIANE STURM, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 069.062.729-77, ocupante do cargo de DIRETOR DE MANUTENÇÃO URBANA, na Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo, Grupo CC – 01, para o cargo de DIRETOR DA 3ª. IDADE, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Grupo CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
12 de Janeiro de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 20, DE 12.01.2017.

DECRETO Nº 20, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. PEDRINHO LAURI BALD, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Avenida Santo Cristo, nº. 668, portador do CPF nº. 620.953.829-00, para ocupar o cargo de DIRETOR DE MANUTENÇÃO URBANA, na Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo, Grupo CC – 01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 12 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 12.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
12 de Janeiro de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO N 01/2017 FMS.

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC

Contrato: 01/2017-FMS

Processo Licitatório: 01/2017-FMS

Dispensa de licitação: 01/2017-FMS

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/05 e demais legislação.

Objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Princesa, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Data da Assinatura: 11/01/2017

Data da Publicação: 12/01/2017

Vigência: de 02/01/2017 a 31/12/2017

Valor Total: 25.924,80 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos),

Forma de Pagamento: Conforme Contrato de Rateio.

### EXTRATO DO CONTRATO N 02/2017 FMS.

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC

Contrato: 02/2017-FMS

Processo Licitatório: 01/2017-FMS

Dispensa de licitação: 01/2017-FMS

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/05 e demais legislação.

Objeto: Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Princesa, através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC, para custeio de despesas administrativas.

Data da Assinatura: 11/01/2017

Data da Publicação: 12/01/2017

Vigência: de 02/01/2017 a 31/12/2017

Valor Total: R\$ 7.171,20 (Sete mil, cento e setenta e um reais e vinte centavos).

Forma de Pagamento: Conforme Contrato de Rateio.

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO NOMEAÇÃO N.º 5936 - FÁBIO ALEXANDRINI**

DECRETO Nº 5936, 12 de janeiro de 2017.

"NOMEIA FÁBIO ALEXANDRINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear FÁBIO ALEXANDRINI, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo de Agente Político – Secretário Municipal de Planejamento, urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do Art. 54, § 6º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**PORTARIA N.º 0049/RH**

PORTARIA N. 0049/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ELIANE KROENKE, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, para, a partir de 02/01/2017, atuar como Diretor Departamento Trânsito, com opção pelo vencimento do cargo comissionado, fundamentado no Art. 56 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/9/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Rp

**DECRETO NOMEAÇÃO N.º 5937 - CARLOS ALBERTO BONKHE**

DECRETO Nº 5937, 12 de janeiro de 2017.

"NOMEIA CARLOS ALBERTO BOHNKE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear CARLOS ALBERTO BOHNKE, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor Departamento Obras e Melhorias Viárias, nos termos do art. 54, caput, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2017 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ANÁLISE E CORRELAÇÃO DE DADOS, RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS, ATRAVÉS DO REGIME DE COMODATO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 03/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ANÁLISE E CORRELAÇÃO DE DADOS, RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS, ATRAVÉS DO REGIME DE COMODATO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO E CORREÇÃO DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS FUTUROS NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 24/01/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 24/01/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12 de Janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2017 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC-160**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 04/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC-160, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 24/01/2017 - Hora: 10:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 24/01/2017 - Hora: 11:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12 de Janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### **DECRETO 3.795/2017**

DECRETO Nº 3.795/2017

CORRIGE VALOR DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, disposto no Artigo 355 da Lei Municipal nº. 1.196/1997, conforme prevê o Artigo 356 da mesma Lei.

ART. 2º - Desta forma como prevê o Artigo 356 da Lei nº 1.196/1997, a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, verificada pelo IBGE no ano de 2016 foi de 6,58% (Seis vírgula cinquenta e oito por cento), ficando portanto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 3,75 (três reais e setenta cinco centavos).

ART. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 1.196/1997 de 22 de dezembro de 1997 e na Lei Municipal nº. 1.684/2006 de 18 de Dezembro de 2006.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto Municipal Nº 3.669/2016 de 13 de janeiro de 2016 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 12 de janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

Adriane T Merigo Jung

Secretária de Administração



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da prefeita municipal ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão sendo realizadas inscrições para o PROCESSO SELETIVO no âmbito da Administração Pública Municipal para o provimento dos cargos de profissionais na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para suprir necessidade temporária de recursos humanos para as respectivas funções conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e demais Leis aplicáveis a espécie.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, resultante da falta de servidores efetivos, nos casos de licenças ou afastamentos do cargo de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal para manutenção dos serviços públicos essenciais.

1.2. Para efeito do Processo Seletivo, considera-se motivo para a contratação temporária a substituição de servidor efetivo em licença de caráter compulsório ou a vacância do cargo efetivo por aposentadoria ou falecimento do titular, caso não existam vagas abertas em concurso público.

1.3. O Processo Seletivo será supervisionado e elaborado por uma Comissão de Processo Seletivo, nomeada por ato da Prefeita Municipal, podendo, dita comissão, contar com o auxílio técnico pedagógico de outros profissionais.

1.4. O Processo Seletivo será realizado através de prova escrita para os cargos de Professores do Ensino Fundamental, Educação Infantil, merendeira e servente. Para o cargo de motorista será de prova escrita e prova prática.

1.5. O prazo de validade do Processo Seletivo será de um ano, ou seja, de 02 de janeiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017, período no qual poderá haver a contratação em caráter temporário caso haja necessidade e justificativa.

1.6. A aprovação no Processo Seletivo não cria direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

#### 2. DOS ANEXOS

2.1. Serão parte integrante do presente edital os anexos:

1. Conteúdo Programático comum para os cargos de professores.

2. Conteúdo Programático para cargo de servente de limpeza.

4. Conteúdo Programático para cargo de merendeira.

5. Conteúdo Programático para cargo de motorista.

#### 3. DOS CANDIDATOS

3.1. Poderão se candidatar às vagas do Processo Seletivo, todos os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.

b) Ter no mínimo 18 anos completos no ato da inscrição.

c) Estar em gozo com os direitos políticos.

d) Estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino.

e) Atender as condições especiais prescritas para o preenchimento do cargo.

#### 4. VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Processo Seletivo, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas previstas para o Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05(cinco).

4.2 - Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99.

4.3 - Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

4.4 - O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

4.5 - A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

4.6 - O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, dentro do prazo legal, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido para as inscrições.

4.7 - Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

4.8 - O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Santa Cecília, que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

4.9 - O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.10 - O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

4.11 - A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.12 - A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

4.13 - Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2. As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Cecília situada à Rua João Goetten Sobrinho, Centro, na cidade de Santa Cecília entre os dias 16/01/2017 a 20/01/2017 do corrente ano das 13h30min às 19h.

5.3. As inscrições serão gratuitas e requeridas pelo próprio candidato ou procurador legalmente habilitado, com poderes especiais mediante o preenchimento da ficha de inscrição, fornecida pela Comissão do Processo Seletivo que se encontra em anexo no edital.

## 6. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. A ficha de inscrição não será aceita sem que esteja corretamente preenchida ou apresente qualquer rasura ou emenda.

6.2. O candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação os seguintes documentos:

1. 1 (uma) fotografia recente tamanho 3X4,

2. Original e Fotocópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

3. Original e Fotocópia comprovante de Residência;

4. Original e Fotocópia comprovante de votação da última eleição;

5. Original e Fotocópia do certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

6. Original e Fotocópia do documento de comprovação da habilitação mínima exigida

7. Original e Fotocópia do documento de comprovação do nível de escolaridade, conforme disposto no item deste Edital;

6.3. A declaração falsa ou inexata de dados na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determina o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes.

6.4. O pedido de inscrição significa a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste regulamento geral e do presente edital.

6.5. Os pedidos de inscrição serão recebidos pela Comissão de Processo Seletivo, cabendo ao seu presidente decidir sua aceitação.

6.6. O candidato para cargo de professor poderá se inscrever para 1(uma) ou 2 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas.

6.7. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/área de inscrição pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, Rua João Goetten Sobrinho, Centro, Santa Cecília-SC. De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 13h30min às 19h no período de 16/01/2017 a 20/01/2017.

6.8. O candidato que não apresentar no dia da inscrição o diploma de conclusão do curso só poderá se inscrever para a categoria de não habilitado.

6.9. Os candidatos para os cargos de professor serão classificados como:

Habilitados: graduação específica na área que está se candidatando, ou nos casos, de Educação Infantil e Séries Iniciais: ter concluído o curso de Magistério e Pedagogia.

Não habilitados: não ter concluído a graduação em nível superior.

## 7. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E NORMAS PARA INSCRIÇÃO

7.1. A inscrição deverá ser feita exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida a Secretaria Municipal de Educação.

7.3. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição, em anexo, informações da área ou disciplina, orientando-se pelas tabelas constantes neste Edital.

7.4. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

7.5. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo.

7.6. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina, área.

7.7. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se à Secretaria Municipal de Educação o direito de excluir do Processo Seletivo o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.8. No ato da inscrição é responsabilidade do candidato fornecer as cópias da documentação. A equipe que realizará a inscrição não fornecerá em hipótese alguma, cópias de documentos para a realização da inscrição.

7.9. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

## 8. DA ASSINATURA NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

8.1. O candidato, ou seu representante legal, ao ASSINAR o Requerimento de Inscrição, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo nos casos omissos e não previstos.

8.2. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para admissão, conforme previsto no item 6 deste Edital.

## 9. DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO

9.1. A inscrição somente será validada através da comprovação da habilitação mínima exigida prevista no item 13 deste Edital, dentro do prazo previsto para a entrega da documentação.

## 10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS

10.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará no endereço eletrônico [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br) a partir do dia 23/01/2017, o resultado e homologação preliminar da avaliação dos documentos encaminhados pelo candidato para a comprovação da habilitação

mínima exigida.

10.2. Caso o nome do candidato não conste no resultado preliminar dos documentos encaminhados, este deverá interpor recurso no período de 24 horas, via Secretaria Municipal de Educação e Cultura, solicitando a regularização da inscrição através de requerimento próprio disponível na Secretaria.

10.3. A comissão verificará a regularidade da inscrição e, se comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone e pelo endereço eletrônico.

#### 11. ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará:

1. Prova escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos para todos os cargos, ambas de caráter eliminatório e classificatório;

2. Prova Prática para os cargos de motorista.

#### 12. DA CONFIRMAÇÃO DO DIA E LOCAL DE PROVA

12.1. É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova a partir do dia que este edital foi publicado.

12.2. As provas serão realizadas na Escola de Educação Básica Municipal "Dilma Grimes Evaristo", situada a Rua Brasilão de Paula Goetten, Bairro Guilherme Rauhen, cidade de Santa Cecília-SC com início às 9:00 às 12:00 do dia 29 de janeiro de 2017.

12.3. A prova terá duração de 3 horas. Os candidatos deverão chegar com 30 minutos de antecedência ao local da prova.

12.4. Os três últimos candidatos que estiverem realizando a prova deverão permanecer na sala até o último candidato findar a prova, oportunidade em que terão que acompanhar e rubricar o fechamento dos envelopes com os gabaritos.

12.5. Após o início da prova o candidato deverá permanecer na sala pelo tempo mínimo de 30 minutos.

12.6. Nenhum candidato inscrito poderá levar o caderno de provas para casa.

12.7. O gabarito preliminar estará à disposição dos interessados a partir das 13h00min do dia 30 de janeiro de 2017.

#### 13. HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA OS CARGOS DE PROFESSOR

13.1. As disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

##### DISCIPLINA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

Professor Educação Infantil
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura em Pedagogia ou Curso de Magistério
Professor – Ensino Fundamental - Séries Iniciais, incluindo as escolas de Campo
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura em Pedagogia ou Curso de Magistério
Professor de Artes
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Educação Artística ou Artes Visuais.
Não habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida
Professor de Inglês
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras – Inglês.
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida
Professor de Ciências/Biologia
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas.
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida
Professor de Geografia
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Geografia.
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
Professor de História
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em História.
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
Professor de Matemática
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Matemática.
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
Professor de Língua Portuguesa em Letras Portuguesas.
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras Portuguesas
Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
Professor Educação Especial – Segundo Professor
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Especial; ou
1. Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura em Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas;
2. Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas.
Não Habilitado – Atestado de matrícula da Instituição de Ensino Superior em Pedagogia, Educação Especial.
Professor Educação Física
Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Educação Física.

Não Habilitado – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.

**CARGO E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA**

Servente de Limpeza

- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental.

Merendeira

- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental.

Motorista

-Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental. Carteira de motorista categoria D ou E e Curso de Transporte Escolar.

**14. DA JORNADA DE TRABALHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

14.1. O regime de trabalho para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Segundo Professor, corresponde à carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais; conforme a carga horária curricular das áreas de ensino/disciplinas.

14.2. O regime de trabalho para os cargos de motorista, merendeira e servente será de 40(quarenta) horas semanais.

**15. DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO**

15.1 Na inscrição o candidato declarará, sob as penas da Lei:

1. Ter nacionalidade brasileira;

2. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;

3. Gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo que o candidato realizou o Processo Seletivo, expedido há no máximo 30 (trinta) dias;

4. Não ter sofrido, nos últimos 3 (três) anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão;

5. Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior, nos últimos 3 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;

6. Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum; documentos exigidos;

7. Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;

8. Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de Inscrição.

**16. DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO**

16.1. Para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, será nomeada uma Comissão de Processo Seletivo composta de até 06 (seis) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

**17. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

17.1. O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia junto com o comprovante de inscrição.

17.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

17.3. Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original ou a fotocópia da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

17.4. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins:

Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

17.5. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 45 (quarenta e cinco) dias.

**18. DO MATERIAL PERMITIDO**

18.1. Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

18.2. O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Também não será permitido a nenhum candidato o porte de qualquer arma.

18.3. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

18.4. Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova escrita e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o Processo Seletivo, nem por danos neles causados.

**19. DA SAÍDA DA SALA**

19.1. O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

19.2. O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

19.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

19.4. O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão-resposta.

19.5. Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

19.6. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.



**20. DAS PROVAS E DOS TÍTULOS**

20.1. As provas terão 20 questões de múltipla escolha com conteúdo de conhecimentos gerais e específicos no desempenho do cargo de professor a que se refere a vaga, para os candidatos com Nível Superior e Médio; e para os cargos de motorista, merendeira e servente serão 10 questões de conhecimentos gerais.

20.2. As provas objetivas terão caráter eliminatório e serão ministradas para cada cargo, tendo como os conteúdos programáticos constante dos anexos.

20.3. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

a) Comunicar-se com os demais candidatos, ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos.

b) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal.

c) Uso de qualquer aparelho eletrônico ou similar como calculadora, celular, fones de ouvido e outros.

20.5. O gabarito deverá ser identificado no ato com o cargo(s), nome do candidato e assinatura. A assinatura do candidato também será lançada em folha de presença.

As folhas de identificação depois de colocadas em sobrecarta fechada e rubricada ficarão sob a guarda do Presidente do Processo Seletivo. Somente após a homologação serão identificados, em ato público, os aprovados e anunciados por edital.

20.6 Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

**21. DA AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

21.1 O valor máximo da avaliação do nível de escolaridade é de 40 (quarenta) pontos.

21.2. A avaliação do nível de escolaridade será feita através dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação na área da educação ou para o mercado de trabalho, ou na área a que concorre, em nível de: Doutorado, Mestrado ou Especialização, na área de formação específica da disciplina para a qual o candidato se inscreveu obedecendo à tabela de pontos abaixo:

**PARA OS CARGOS DE PROFESSORES****TÍTULO PONTOS**

TÍTULO	PONTOS
Conclusão de Doutorado na área da educação	40
Conclusão de Mestrado na área da educação	30
Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, com apresentação de TCC	25
Conclusão de curso de graduação Licenciatura Plena na disciplina específica do cargo pretendido	20
Conclusão de curso de graduação Bacharelado com curso emergencial de Licenciatura Plena de Formação de Professores ou, complementação pedagógica, na disciplina/área específica do cargo pretendido	15
Conclusão de curso de graduação Licenciatura Curta na disciplina específica do cargo pretendido	15
Conclusão de curso de Magistério Ensino Médio somente para quem optou pela disciplina de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil ou Segundo Professor.	12
8ª fase do curso de Licenciatura.	11
7ª fase do curso de Licenciatura	10
6ª fase do curso de Licenciatura	09
5ª fase do curso de Licenciatura.	08
4ª fase do curso de Licenciatura.	07
3ª fase e Certidão de frequência em curso de curso de Magistério, no mínimo no 3º ano.	06
2ª fase do curso de Licenciatura.	05
1ª fase concluída do curso de Licenciatura.	04

21.3. Os candidatos para o cargo de motorista deverão obrigatoriamente apresentar curso de transporte escolar e carteira de habilitação D ou E no momento da inscrição.

21.4. No cargo de motorista os candidatos deverão ser submetidos a uma prova prática que será realizada no mesmo local e dia da prova às 14 horas.

21.5. Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do Processo Seletivo.

**22. DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO-RESPOSTA**

22.1. Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno com as questões para todas as áreas e deverá se orientar para realizar a prova com as questões para o seu cargo.

22.2. A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

22.4. O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta em caso de marcação errada ou rasura.

22.5. No cartão-resposta o candidato deverá assinar no campo apropriado e preencher com a letra apresentada a questão utilizando canetas esferográfica de tinta azul ou preta.

22.6. A Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de manter os cartões-resposta e cadernos de questões das provas.

**23. DAS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA**

23.1. O julgamento das provas será feito na forma deste regulamento.

23.2. As provas para os cargos de professor serão compostas por: 10 questões de conhecimentos da área educacional e 10 questões de conhecimentos na área específica.

23.3. A nota final no Processo Seletivo para efeitos de classificação será o somatório da prova objetiva e a prova prática para o cargo de motorista.

**24. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

24.1. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados por área, pela disciplina e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final.

24.2. Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver a maior idade, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo;  
 b) obtiver o maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais e específicos;

## 25. DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO

25.1. A relação dos candidatos classificados será divulgada no site [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br) a partir do dia 02/02/2017.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Compete a Prefeitura Municipal a homologação dos resultados do Processo Seletivo a vista do resultado apresentado pela Comissão Executora de Processo Seletivo, dentro de no máximo 05 (cinco) dias, contados da publicação do resultado final.

26.2. A contratação do aprovado será feita quando houver necessidade da administração e obedecerá a ordem rigorosa da classificação que ficará disponível na Secretaria Municipal de Educação.

26.3. Os candidatos serão comunicados através de telefone, que deverá ser respondido pelo mesmo, por isso devem ter seu cadastro atualizado.

## 27. DOS RECURSOS

27.1. Aos candidatos serão assegurados meios amplos de recursos nas fases de homologação das inscrições, divulgação do gabarito e divulgação do resultado final do Processo Seletivo.

27.2. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, mediante recomendação da Comissão de Processo Seletivo, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 28. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO.

28.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;  
 b) Não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;  
 c) Negar-se a realizar a prova;  
 d) Utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;  
 e) Não devolver integralmente o material recebido;

f) Tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos coordenadores e seus auxiliares ou autoridades presentes.

g) Os candidatos classificados que, ao serem chamados, assumirem as aulas no do ano de 2017 e desistirem das mesmas por qualquer motivo serão automaticamente excluídos do Processo Seletivo, impedindo que o candidato assumia aulas na rede municipal no decorrer do ano.

## 29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A ordem de classificação e as chamadas dos candidatos se darão através da Secretaria Municipal de Educação.

29.2. A primeira chamada será pública e realizada no mês de fevereiro de 2017, com data a ser informada através do site da Prefeitura Municipal de Santa Cecília no endereço: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br) As demais chamadas acontecerão pelo telefone. Caso o candidato não atender a Secretaria Municipal de Educação dá-se o direito de prosseguir com a lista, não tendo o candidato o direito de recorrer em momento algum, não ficando a Secretaria facultada a realizar o termo de desistência. O procedimento adotado tem a intenção de não gerar transtornos pedagógicos.

29.3. Este Edital entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 13 de janeiro de 2017.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA MARINEZ RIBEIRO ROSA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO 1

Conteúdos programáticos específicos para cada cargo de professor e vencimento salarial

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INFANTIL	VENCIMENTO
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	PROFESSOR I R\$ 2.065,44
Educação Infantil: Finalidade da Educação Infantil, Educar e cuidar, Direitos da criança em seu ambiente escolar, Desenvolvimento Infantil, Piaget e o desenvolvimento da inteligência, Educação Infantil e LDB, Organização da Educação Infantil, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Linguagem Oral e escrita, criatividade e socialização da Educação Infantil, Brincadeira e seus espaços.	40 HORAS  + 15% de regência de classe
DISCIPLINA: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS, INCLUINDO AS ESCOLAS DE CAMPO	VENCIMENTO
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Processo de Alfabetização segundo Emília Ferreiro, Alfabetização e Letramento, Ensino de Ciências, História e Geografia, Desenvolvimento da Linguagem e Piaget, PNAIC e o desenvolvimento do trabalho pedagógico, Prova Brasil e ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização, Escrita alfabética, Organização do tempo e espaço nas Séries Iniciais.	40 HORAS  + 15% de regência de classe
DISCIPLINA: INGLÊS	VENCIMENTO
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Verbo imperativo, Números ordinais, Interpretação de texto, O ensino da leitura em língua inglesa, Metodologias do ensino a língua inglesa, Pronomes, Verbos e conjunções, Horas, dias da semana, meses e estações, Discurso indireto	40 HORAS  + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: CIÊNCIAS	VENCIMENTO

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Poluição da água e saúde humana, Fotossíntese, Fases da lua, Movimento de retração da terra, eclipse solar. Os organismos e os ambientes – anfíbios, ciclos da água, herança biológica e tecnologia genética, Reino animal e vegetal, Conceito de estômato, Riscos que o etanol oferece ao organismo, Doenças causadas por bactérias.	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: GEOGRAFIA	VENCIMENTO
CONTEÚDO ESPECÍFICO	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Relação do homem com o espaço geográfico, Consumismo e desigualdade social, Intemperismo, Mata de Araucária, Agricultura Orgânica, Elementos climáticos e massas de ar, Revolução Verde, Geográfico Paul Vidal de La Blanche, Mercosul, Potencias que centralizavam o poder econômico antes da Segunda Guerra Mundial	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: HISTÓRIA	VENCIMENTO
CONTEÚDO ESPECÍFICO	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Revolução de 1930, Tratado de Madri, Vinda da Família Real ao Brasil, Introdução de trabalhadores livres da economia brasileira, Constituição de 1824, Uso das obras de arte no ensino de história, Surgimento da agricultura, A escravidão no Brasil e o tráfico de cativos, Proclamação da Independência do Brasil, Guerra do Vietnã, O 11 de setembro, A doutrina Bush e as guerras do Afeganistão e do Iraque.	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: MATEMÁTICA	VENCIMENTO
CONTEÚDO ESPECÍFICO	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Noções de geometria, Operações com números naturais, Grandezas e medidas, Estatísticas e noções de probabilidade, Equações, Geometria e representações, Ângulos, distâncias e circunferências, Relações métricas no triângulo retângulo, Funções	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA	VENCIMENTO
Adjetivos; Substantivos; Pronomes Possessivos, indefinidos, interrogativos e relativos; Verbo: modo imperativo; Vozes verbais; Emprego do hífen; uso da crase; processo de formação de palavras-composição e derivação; Separação de sílabas: ditongo, tritongo, hiato, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas.	R\$ 2.269,88 40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: ARTES	VENCIMENTO
CONTEÚDO ESPECÍFICO	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Etapas do Ensino da Arte no Brasil, Desenho de Observação, Pintores Brasileiros, Leitura e Apreciação de imagens, Definição de beleza na Arte Estética, Análise intertextual de imagens, Neoconcretismo, expressionismo, surrealismo, dadaísmo e futurismo, Linguagem cinematográfica, PCN Arte, Cores Primárias e Secundárias, Movimento Arte – Educação, Semana da Arte Moderna no Brasil, Manifestações artísticas na contemporaneidade.	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: SEGUNDO PROFESSOR – EDUCAÇÃO ESPECIAL	VENCIMENTO
CONTEUDOS ESPECIFICOS	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Definição de Escola Inclusiva; Alunos com deficiência de acordo com a legislação vigente; Distrofia muscular; Educação especial como garantia dos serviços de apoio especializado na escola; Como deve ser a oferta do atendimento educacional especializado nas redes de ensino; Deficiência auditiva; Deficiência mental; Estimulação precoce; Materiais adaptados e autismo.	40 HORAS + 10% de regência de classe
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA	VENCIMENTO
CONTEUDOS ESPECIFICOS	PROFESSOR II R\$ 2.269,88
Avaliação na Educação Física, PCN Educação Física, Adaptação dos desportos tradicionais para melhor aprendizagem dos alunos. História da Educação Física escolar no Brasil, Conceito de jogo e competição, Benefícios da atividade física para saúde, Abordagens práticas pedagógicas da Educação Física, Conceito e regras de ginástica rítmica, judô, handebol.	40 HORAS + 10% de regência de classe

## ANEXO 2

## CONTEUDOS PARA OS CARGOS DE SERVENTE – MERENDEIRA - MOTORISTA

CARGO: SERVENTE DE LIMPEZA – MERENDEIRA -	VENCIMENTO
---	------------

<p><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b>  <b>PORTUGUÊS</b> – Comum a todos 1. Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2. Ortografia. 3. Acentuação. 4. Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5. Sinônimos e antônimos. <b>RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO</b> – 1. Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2. Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3. Sistema monetário brasileiro. 4. Unidade de medida: tempo e comprimento. 5. Raciocínio lógico. 6. Aplicação dos conteúdos acima listados em situação cotidianas.</p> <p><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>- Servente de limpeza: 1. Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. 2. Remoção de lixo e detritos. 3. Segurança e higiene do trabalho.</p> <p>-Merendeira/cozinheira: 1. Limpeza e higiene em geral. 2. Noções gerais sobre: a) alimentos, b) estocagem dos alimentos, c) controle de estoque, de conservação e validade dos alimentos, d) Merenda escolar. 3. Segurança e higiene do trabalho. 4. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 5. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção.</p>	<p>R\$ 947,76 40 HORAS SEMANAIS</p>
CARGO: MOTORISTA	VENCIMENTO
<p><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p><b>PORTUGUÊS</b>: 1. Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2. Ortografia. 3. Acentuação. 4. Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5. Sinônimos e antônimos. <b>RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO</b>: 1. Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2. Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3. Sistema monetário brasileiro. 4. Unidade de medida: tempo e comprimento. 5. Raciocínio lógico. 6. Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.</p> <p><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>1. Legislação (Código de Trânsito Brasileiro, seu regulamento e Resoluções do Contran) 2. Conhecimento teórico de primeiros socorros, restrito apenas às exigências do Cotran ou órgão regulamentador de trânsito. 3. Direção defensiva. 4. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. 5. Conhecimentos de mecânica. 6. Noções sobre primeiros socorros.</p>	<p>R\$ 947,76 40 HORAS SEMANAIS</p>

## CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação do extrato do Edital	12/01/2017
Divulgação do Edital	12/01/2017
Período de Inscrições	16/01 a 20/01/2017
Divulgação da homologação	23/01/2017
Recurso quanto as inscrições	24/01/2017
Realização das provas – 9h às 12h	29/01/2017
Divulgação do gabarito	30/01/2017
Divulgação da classificação dos aprovados	02/02/2017
Divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo	06/02/2017

## EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA, no uso de suas atribuições legais, torna público que se acham abertas, no período de 16/01/2017 a 20/01/2017, as inscrições para o Processo Seletivo provimento de vagas para cargos de Provimento Temporário do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Os cargos a serem providos, a carga horária e os requisitos de habilitação e a remuneração mensal respectivos estão discriminados no quadro a seguir:

Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação/ Escolaridade
PROFESSOR I	40 horas	R\$ 2.065,44	Ensino Médio com habilitação em Magistério de 2º Grau
PROFESSOR II	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Pedagogia com Licenciatura Plena
PROFESSOR II- EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPECÍFICAS	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Educação Física e Licenciatura Plena com habilitação específica
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2º PROFESSOR	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Pedagogia-Educação Especial ou Complementação



SERVENTE	40 horas	R\$ 947,76	Alfabetizado
MOTORISTA	40 horas	R\$ 947,76	Ensino Fundamental e Carteira de habilitação D ou E e Curso de Transporte Escolar.
MERENDEIRA	40 horas	R\$ 947,76	Alfabetizado

2 – As provas serão realizadas das 09:00 às 12:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2017, nas dependências da Escola de Educação Básica Municipal “Dilma Grimes Evaristo”, situada à Rua Brasília de Paula Goetten, Bairro Guilherme Rauem, na cidade de Santa Cecília-SC.

3 - As inscrições estarão abertas no período de 16/01/2017 a 20/01/2017, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

4 – Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, situada à Rua João Goetten Sobrinho, Centro, na cidade de Santa Cecília – SC, ou através do telefone 49-3244-3117.

5 – O inteiro teor do edital encontra-se à disposição no site da Prefeitura Municipal de Santa Cecília: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br) e no Mural da Secretaria Municipal de Educação.

Santa Cecília, 12 de janeiro de 2017.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

MARINEZ RIBEIRO ROSA MARTINS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO PROCESSO SELETIVO 001/2017

#### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA, no uso de suas atribuições legais, torna público que se acham abertas, no período de 16/01/2017 a 20/01/2017, as inscrições para o Processo Seletivo provimento de vagas para cargos de Provimento Temporário do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Os cargos a serem providos, a carga horária e os requisitos de habilitação e a remuneração mensal respectivos estão discriminados no quadro a seguir:

Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação/ Escolaridade
PROFESSOR I	40 horas	R\$ 2.065,44	Ensino Médio com habilitação em Magistério de 2º Grau
PROFESSOR II	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Pedagogia com Licenciatura Plena
PROFESSOR II- EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPECÍFICAS	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Educação Física e Licenciatura Plena com habilitação específica
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2º PROFESSOR	40 horas	R\$ 2.269,88	Nível Superior em Pedagogia-Educação Especial ou Complementação
SERVENTE	40 horas	R\$ 947,76	Alfabetizado
MOTORISTA	40 horas	R\$ 947,76	Ensino Fundamental e Carteira de habilitação D ou E e Curso de Transporte Escolar.
MERENDEIRA	40 horas	R\$ 947,76	Alfabetizado

2 – As provas serão realizadas das 09:00 às 12:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2017, nas dependências da Escola de Educação Básica Municipal “Dilma Grimes Evaristo”, situada à Rua Brasília de Paula Goetten, Bairro Guilherme Rauem, na cidade de Santa Cecília-SC.

3 - As inscrições estarão abertas no período de 16/01/2017 a 20/01/2017, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

4 – Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, situada à Rua João Goetten Sobrinho, Centro, na cidade de Santa Cecília – SC, ou através do telefone 49-3244-3117.

5 – O inteiro teor do edital encontra-se à disposição no site da Prefeitura Municipal de Santa Cecília: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br) e no Mural da Secretaria Municipal de Educação.

Santa Cecília, 12 de janeiro de 2017.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

MARINEZ RIBEIRO ROSA MARTINS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### **LICITAÇÃO 06/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

Data, Horário e Local de Abertura: 03 de fevereiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 12 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### **LICITAÇÃO 07/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Data, Horário e Local de Abertura: 06 de fevereiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 12 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 001/2017 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 001/2017  
MENOR PREÇO GLOBAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB, DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DE SEU DIRETOR PRESIDENTE INTERINO, TORNA PÚBLICO, PARA QUEM INTERESSAR POSSA, CONFORME PRECEITUA A LEI Nº 8.666/93, ALTERADA PELA LEI Nº 8.883 DE 08/06/94 E LEI Nº 9.648 DE 27/05/98 E LEI 12.349/10, QUE RECEBERÁ ATÉ ÀS 09:30 HORAS DO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2017, NA SEDE DA MUNICIPALIDADE, NA RUA JORGE LACERDA, Nº 75, PROPOSTAS PARA:

#### DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA SERVIÇOS DE REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS INSTALAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LUAN FABRÍCIO CELESKI, SITO À RUA JOÃO KUROWSKI, S/Nº, BAIRRO SERRA ALTA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PLANILHA DE SERVIÇOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, LAUDO TÉCNICO, BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRO 00044-2016-0002773 E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS ANEXOS.

OS INTERESSADOS PODERÃO OBTER MAIORES INFORMAÇÕES E RETIRAR O EDITAL COMPLETO, NO SETOR DE LICITAÇÕES DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB, NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 120, SALA 02, NO HORÁRIO DAS 07:30HS ÀS 12:00HS E DAS 13:30HS ÀS 17:00HS.

SÃO BENTO DO SUL, 11 DE JANEIRO DE 2017.

TEODÓSIO KACHUBA

DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA EMHAB

### EDITAL Nº 001/2017

RETIFICAÇÃO 01

AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

O Município de SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2017, publicado em dia 02 de janeiro de 2017, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

1.1 – Corrige a descrição do Anexo I, em especial ao conteúdo programático relativo aos conhecimentos gerais de Matemática:

Onde se lê:

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, intersecção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo.

Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoração. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

#### Leia-se:

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, intersecção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e

bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoração. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

1.2 - Os demais itens do Edital seguem inalterados.

São Bento do Sul/SC, 11 de janeiro de 2017.  
Magno Bollmann  
Prefeito do Município de São Bento do Sul

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO  
Secretária Municipal da Educação

#### **PORTARIA Nº 0222/2017**

PORTARIA Nº 0222, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, ETIANE PLOSAI LINZMEYER, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Atenção de Saúde, para responder, interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 16 de janeiro de 2017 a 23 de janeiro de 2017, período este de viagem do titular da pasta.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 223/2017**

PORTARIA Nº 0223, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ALESSANDRO VALMOR FREDERICO, matrícula nº 36064, ROGÉRIO ADRIANO UNGER RODRIGUES, matrícula nº 39777, LARTES PASDIORA, matrícula nº 39528, JANINE LUCILIA FARIAS, matrícula nº 38380, LAURO ADEMAR DA SILVA, matrícula nº 38359, EDSON LUIS MARIANO, matrícula nº 39765, AMARILDO DE JESUS, matrícula nº 43314, DIRCEU ALVES DE LIMA, matrícula nº 39778, PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER, matrícula nº 29042,

CASSIANO RUTHES, matrícula nº 42698 e GILIARD BRAGA DA SILVA, matrícula nº 39529, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placa MBT 6615.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 224/2017**

PORTARIA Nº 0224, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ALESSANDRO VALMOR FREDERICO, matrícula nº 36064, ROGÉRIO ADRIANO UNGER RODRIGUES, matrícula nº 39777, LAURO ADEMAR DA SILVA, matrícula nº 38359, EDSON LUIS MARIANO, matrícula nº 39765, AMARILDO DE JESUS, matrícula nº 43314, DIRCEU ALVES DE LIMA, matrícula nº 39778, GILIARD BRAGA DA SILVA, matrícula nº 39529, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial KIA/Bongo K2500, placa MKC 9509.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 225/2017**

PORTARIA Nº 0225, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ALESSANDRO VALMOR FREDERICO, matrícula nº 36064, ROGÉRIO ADRIANO UNGER RODRIGUES, matrícula nº 39777, LAERTES PASDIORA, matrícula nº 39528, JANINE LUCILIA FARIAS, matrícula nº 38380, LAURO ADEMAR DA SILVA, matrícula nº 38359, EDSON LUIS MARIANO, matrícula nº 39765, DIRCEU ALVES DE LIMA, matrícula nº 39778, GILIARD BRAGA DA SILVA, matrícula nº 39529, EDSON LUIS MARIANO, matrícula nº 39765, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- HONDA/CG 125, placa MJP 1091
- HONDA/CG 125, placa MJP 1361

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 226/2017**

PORTARIA Nº 0226, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JANINE LUCILIA FARIAS, matrícula nº 38380, LAURO ADEMAR DA SILVA, matrícula nº 38359, AMARILDO DE JESUS, matrícula nº 43314, DIRCEU ALVES DE LIMA, matrícula nº 39778, PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER, matrícula nº 29042, CASSIANO RUTHES, matrícula nº 42698 e JONEI ANTONIO SCHRI-TKI, matrícula nº 43310, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FIAT/Doblo, placa MKU 3593.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 227/2017**

PORTARIA Nº 0227, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar AMARILDO DE JESUS, matrícula nº 43314, CASSIANO RUTHES, matrícula nº 42698, GILIARD BRAGA DA SILVA, matrícula nº 39529 e JONEI ANTONIO SCHRI-TKI, matrícula nº 43310, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Caminhão KIA, placa MIN 0873.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 228/2017**

PORTARIA Nº 0228, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar VALDECI ROPELATO, KARINA ALICE KINDLER, ALUÍSIO MOREIRA e JOÃO LUIS DOS SANTOS VIANNA, todos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MES 5242
- Fiat/Uno, placa MFB 7792
- VW/Gol, placa MHQ 7082
- GM/Classic, placa MDV 1453
- VW/Gol, placa MER 9736
- Peugeot, placa MJZ 8202
- GM/Agile, placa MKZ 8988
- FIAT/Uno, placa MLN 8112
- FIAT/Palio, placa MLF 9820
- VW/Saveiro, placa MML 0487
- GM/Spin, placa GHT 1633

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



# São Domingos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 02-2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 02/2017, DE 06.01.2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC.

Resolve:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Beatriz Hennerich	Assessor Legislativo	03/12/2012 à 03/12/2013	30	09/01/2017 á 07/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 06 de janeiro de 2017.

ABÍLIO VLADEMIR DEBORTOLI

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SIMONE VALENTINI

1º SECRETÁRIO

### PORTARIA Nº 03-2017 CONCEDE DE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 03/2017, DE 06.01.2017.

CONCEDE DE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC, e dá outras providências,

Resolve:

Art. 1º Conceder FÉRIAS a servidora da Câmara de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Roselei V. B. Szczpkowski	Agente de man. e limpeza	DIAS 01/12/2015 à 30/11/2016	30	09/01/2017 à 07/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 06 de janeiro de 2017.

ABÍLIO VLADEMIR DEBORTOLI

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SIMONE VALENTINI

1º Secretário

### PORTARIA Nº 04-2017 AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR O VEÍCULO DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 04/2017, DE 06.01. 2017.

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR O VEÍCULO DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Resolução nº 001/2011, que disciplinou a utilização do veículo da Câmara de Vereadores, resolve:

1º Fica autorizado o Servidor VOLNEI MEOTI, ocupante do cargo de Secretario Administrativo a CONDUZIR o Veículo GOL, Placas MKT 3130, da Câmara de Vereadores.

2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Domingos, 06 de janeiro de 2017.

ABÍLIO VLADEMIR DEBORTOLI

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SIMONE VALENTINI

1º Secretário

**PORTARIA Nº 05-2017 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES**

PORTARIA Nº 05/2017, DE 10.01.2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC, e dá outras providências,

Resolve:

Art. 1º Conceder FÉRIAS ao servidor da Câmara de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Marcio L. Bigolin Grosbelli	Advogado	30/09/2015 à 29/09/2016	08	11/01/2017 à 18/01/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 10 de janeiro de 2017.

ABÍLIO VLADEMIR DEBORTOLI

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SIMONE VALENTINI

1º Secretário

**REMUNERAÇÃO DE CARGOS E SUBSÍDIOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS –SC**

REMUNERAÇÃO DE CARGOS E SUBSÍDIOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS –SC.

(Com fundamentos no artigo 21, § 5º da Lei Orgânica Do Município: Os poderes Legislativos e Executivo publicarão anualmente, até 60 dias após o encerramento do exercício, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos)

1-Resolução 001/2011, de 29 de Março de 2011 Anexo IV.

Especificação	Sigla/Nível de Vencimento	R\$ Mensal
Vencimento Mensal	VM-01	939,08
Vencimento Mensal	VM-02	939,08
Vencimento Mensal	VM-03	1.055,57
Vencimento Mensal	VM-04	1.248,67
Vencimento Mensal	VM-05	1.359,22
Vencimento Mensal	VM-06	1.541,57
Vencimento Mensal	VM-07	1.786,36
Vencimento Mensal	VM-08	2.111,88
Vencimento Mensal	VM-09	2.489,41
Vencimento Mensal	VM-10	2.628,89
Vencimento Mensal	VM-11	2.859,15
Vencimento Mensal	VM-12	3.709,53
Vencimento Mensal	VM-13	4.056,95

2-Lei Municipal nº 1.784, de 01/06/2016: Fixa os subsídios dos agentes políticos para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2017.

Presidente da Câmara 3.800,00

Vereador 3.000,00

Secretário Administrativo 5.000,00

Abilio Vlademir Debortoli

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

São Domingos-SC, em 11 de Janeiro de 2017

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO 12/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO 12/2017

Partes: Município de São João do Oeste e C.E Macedo Com. Mat. Eirelli Epp.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 05/2017

OBJETO: "Aquisição de tubos de PVC e válvulas de retenção".

VALOR: 10.800,00

PRAZO: 12.01.2017 até 20.01.2017

São João do Oeste – 12 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### PP 05.17 EQUIP. MOB. ELETRONICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos, mobiliário e objetos eletrônicos para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:00 horas do dia 25 de janeiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br).  
br. São João do Oeste, SC, 13 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.



# São João do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

"Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1796 de 12 de dezembro 2016 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 107.711,37 (cento e sete mil, setecentos e onze reais e trinta e sete centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.93.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de Oper. entre Órgãos ..... R\$ 107.711,37

TOTAL .....  
..... R\$ 107.711,37

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 107.711,37

TOTAL .....  
..... R\$ 107.711,37

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
02 de janeiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DO CONTRATO 835660/2016 PROCESSO 1034203-64/2016 JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ITUARA LTDA – ME

VIGÊNCIA: 02/01/2017 à 30/06/2017.

VALOR: R\$ 100.500,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 078/2014 – Pregão Presencial nº 68/2017 de 15/12/2016, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.01 – 2.051 – 4.4.90.00.00.00 (134 e 135/2017)

São João do Sul, 02 de janeiro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

O Prefeito Municipal torna público que foi homologado o Processo de Licitação nº 68/2016, Pregão Presencial nº 34/2016 no dia 02/01/2017, que objetiva a AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DO CONTRATO 835660/2016 PROCESSO 1034203-64/2016 JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, conforme condições e quantitativos anexos ao edital, após análise do pregoeiro restou classificada em 1º. lugar, a empresa ITUARA LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.057.523/0001-30 com o menor valor unitário de R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados.

São João do Sul – SC, 02 de janeiro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 049/2017**

PORTARIANº 049/2017

“QUE NOMEIA COMISSÃO PARA AFERIR POSSIBILIDADES DE REAJUSTES DE PREÇOS EM CONTRATOS DECORRENTES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS EM VIGOR, BEM COMO RESPECTIVOS PERCENTUAIS POSSÍVEIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica NOMEADA Comissão para aferir possibilidade de acatar pedidos de revisão de preços em contratos decorrentes de Processos Licitatórios, bem como determinar os respectivos percentuais com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos contratos, composta pelos seguintes membros:

- FABIANO PADILHA;
- LUCAS DA SILVA;
- JAMILE Mª. DE ANDRADE SANTOS e
- MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 066/2015, de 10/02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 050/2017**

PORTARIANº 050/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ELSO CAVALHEIRO NUNES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - LEONARDO JOSÉ BATHKE, ocupante do Cargo de Médico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017. - MARCELO LUIZ SCHMITT, ocupante do Cargo de Farmacêutico Bioquímico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 051/2017**

PORTARIANº 051/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - JOÃO VARDELI DE LIMA, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 05/01/2017 à 03/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 052/2017**

PORTARIANº 052/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - LUIZ CARLOS BERNARDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 09/01/2017 à 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 09 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 5.937 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.937, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, MÁRCIA MARISA DELAZARI POSTAY, para exercer o cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇO I, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 16º lugar, média final 3,80, a partir de 12 de janeiro de 2017, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 11 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito municipal em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra “d”, do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2016, de 10 de maio de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.865, de 29 de julho de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – MODALIDADE A

LIANE MARIA LUNKES SIMIONI

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – MODALIDADE A

MAIARA ONGARATTO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE JANEIRO DE 2017.

JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato n. 02/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 02/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

CNPJ: 78.503.695/0001-11

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NOTADAMENTE O PROGRAMA GESTÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES.

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

São José do Cedro, 12 de Janeiro de 2017.

CLAUDIO ARCÍDIO WARTHA

Presidente da Câmara de Vereadores.

### PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIA Nº 028/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Jucinei Bonato, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Departamento Contábil, matrícula 1692, referente ao período aquisitivo de 12/07/2015 a 11/07/2016, para serem gozados no período de 09 a 28 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, em 12 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

ELANDIR JOAO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2015 a 2089**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				0,00

Continua 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro - Dezembro

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	-	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SII  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRO/SC 037204/O-4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.265.296,97	953.472,40	967.021,60
DEDUÇÕES (II)	4.515.088,39	4.449.283,40	5.630.206,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.578.833,26	4.537.027,62	5.686.348,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	63.744,87	87.744,22	56.142,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.249.791,42	-3.495.811,00	-4.663.184,52
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	55.076,37	38.005,21	35.461,25
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.304.867,79</b>	<b>-3.533.816,21</b>	<b>-4.698.645,77</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.164.829,56</b>	<b>-1.393.777,98</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.401.841,60</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	63.744,87	63.644,87	-	100,00	177.597,49	1.030.256,03	1.130.092,83	1.130.092,83	77.230,69	530,00	630,00			
EXECUTIVO	0,00	63.744,87	63.644,87	0,00	100,00	177.597,49	1.030.256,03	1.130.092,83	1.130.092,83	77.230,69	530,00	630,00			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	63.744,87	63.644,87	0,00	100,00	177.597,49	1.030.256,03	1.130.092,83	1.130.092,83	77.230,69	530,00	630,00			
FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,79	145,54	145,54	232,25	0,00	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM	0,00	7.046,02	7.046,02	0,00	0,00	0,00	12.028,18	7.528,88	7.528,88	4.199,30	300,00	300,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	190,72	90,72	0,00	100,00	0,00	19.869,21	7.622,67	7.622,67	12.246,54	0,00	100,00			
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.471,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
GABINETE DO VICE - PREFEITO	0,00	1.353,38	1.353,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	8.647,91	8.647,91	0,00	0,00	0,00	35.116,76	27.966,07	27.966,07	7.130,09	0,00	0,00			
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	8.243,85	8.243,85	0,00	0,00	144.597,49	23.131,56	167.074,70	167.074,70	654,36	0,00	0,00			
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	591,48	591,48	0,00	0,00	25.550,00	11.705,60	11.198,96	11.198,96	26.056,64	0,00	0,00			
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.750,47	4.750,47	0,00	0,00	0,00	4.336,00	4.332,00	4.332,00	4,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO	0,00	3.204,68	3.204,68	0,00	0,00	0,00	96,00	96,00	96,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DOS ESPORTES	0,00	3.131,70	3.131,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	21.113,11	21.113,11	0,00	0,00	0,00	923.595,53	904.108,01	904.108,01	19.257,52	230,00	230,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	63.744,87	63.644,87	0,00	100,00	177.597,49	1.030.256,03	1.130.092,83	1.130.092,83	77.230,69	530,00	630,00			
NOTA: FONTE:															

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DEBORA PAGNO  
CONTADOR(A) CRC/SC 037204/O-0

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.653.092,68	2.653.092,68	3.120.041,29	117,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	895.891,48	895.891,48	979.528,00	109,34
1.1.1- IPTU	842.741,51	842.741,51	921.089,14	109,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.565,00	5.565,00	4.386,26	78,82
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	44.303,62	44.303,62	36.746,99	82,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	27.367,02	27.367,02	17.305,61	63,24
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(24.085,67)	(24.085,67)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITEI	382.275,19	382.275,19	395.906,45	103,57
1.2.1- ITEI	382.275,19	382.275,19	395.906,45	103,57
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	794.601,97	794.601,97	1.021.066,59	128,50
1.3.1- ISS	782.291,42	782.291,42	994.808,38	127,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.134,32	1.134,32	1.270,07	111,97
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.446,13	7.446,13	22.555,99	302,92
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.730,10	3.730,10	2.432,15	65,20
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	580.324,04	580.324,04	723.540,25	124,68
1.4.1- IRRF	580.324,04	580.324,04	723.540,25	124,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.780.409,78	20.780.409,78	21.447.353,30	103,21
2.1- Cota-Parte FPM	11.210.590,66	11.210.590,66	12.029.945,01	107,31
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.210.590,66	11.210.590,66	11.232.065,76	100,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	466.413,55	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	331.465,70	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.936.627,43	7.936.627,43	7.771.800,76	97,92
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	47.005,31	47.005,31	31.305,72	66,60
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	121.704,38	121.704,38	106.791,56	87,75
2.5- Cota-Parte ITR	7.550,00	7.550,00	6.945,11	91,99
2.6- Cota-Parte IPVA	1.456.932,00	1.456.932,00	1.500.565,14	102,99
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	23.433.502,46	23.433.502,46	24.567.394,59	104,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINC. AO ENSINO</b>	17.744,86	17.744,86	2.114,04	11,91
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	661.354,59	661.354,59	875.169,72	132,33
5.1- Transferências do Salário-Educação	327.687,67	327.687,67	537.347,06	163,98
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	6.280,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	51.292,59	51.292,59	46.864,00	91,37
5.4- Transferências Diretas - PNATE	125.557,69	125.557,69	75.015,16	59,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	156.816,64	156.816,64	204.166,82	130,19
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	5.496,68	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	611.630,48	611.630,48	394.452,50	64,49
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	1.290.729,93	1.290.729,93	1.271.736,26	98,53

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.156.081,96	4.156.081,96	4.124.107,42	99,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.242.118,13	2.242.118,13	2.240.633,67	99,93
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.587.325,49	1.587.325,49	1.564.353,76	97,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.401,06	9.401,06	6.261,12	66,60
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.340,88	24.340,88	21.358,25	87,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.510,00	1.510,00	1.388,67	91,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	291.386,40	291.386,40	300.111,95	102,99
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.174.776,95	4.174.776,95	5.165.609,88	123,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.156.081,96	4.156.081,96	5.145.096,67	123,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	18.694,99	18.694,99	20.511,21	109,72
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-	0,00	1.020.991,25	0,00
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.506.066,17	4.611.938,63	4.611.525,70	99,99	4.611.525,70	99,99	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.102.447,27	2.293.128,81	2.293.128,81	100,00	2.293.128,81	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.403.618,90	2.318.809,82	2.318.396,89	99,98	2.318.396,89	99,98	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.668.710,78	497.297,42	493.697,66	99,28	493.697,66	99,28	0,00
14.1- Com Educação Infantil	401.153,84	125.531,40	124.658,75	99,30	124.658,75	99,30	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.267.556,94	371.766,02	369.038,91	99,27	369.038,91	99,27	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.174.776,95	5.109.236,05	5.105.223,36	99,92	5.105.223,36	99,92	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.105.223,36
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							89,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							9,56
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							41.991,10
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							41.991,10
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		5.858.375,62		5.858.375,62	6.141.848,65	104,84	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.024.397,68	3.018.767,03	3.003.551,55	99,50	3.003.551,55	99,50	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.341.949,06	4.812.343,98	4.767.466,31	99,07	4.757.710,55	98,86	9.755,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.671.175,84	2.690.575,84	2.687.435,80	99,88	2.687.435,80	99,88	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.670.773,22	2.121.768,14	2.080.030,51	98,03	2.070.274,75	97,57	9.755,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.366.346,74	7.831.111,01	7.771.017,86	99,23	7.761.262,10	99,11	9.755,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.020.991,25
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							20.511,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							1.041.502,46
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							6.729.515,40
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							27,39
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	336.821,67	547.065,05	545.091,71	99,64	545.091,71	99,64	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	906.340,32	1.039.543,67	749.759,04	72,12	749.559,04	72,10	200,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.273.161,99	1.586.608,72	1.294.850,75	81,61	1.294.650,75	81,60	200,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.639.508,73	9.417.719,73	9.065.868,61	96,26	9.055.912,85	96,16	9.955,76

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	58.659,58	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.145.098,67	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.100.318,68	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	5.097.314,98	0,00
49.2 Restos a Pagar	3.003,70	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	20.511,21	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	123.950,78	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/MÊS DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		66.806,69					66.806,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.357,00				0,00	11.357,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		55.449,69				0,00	55.449,69
<b>TOTAL</b>		66.806,69				0,00	66.806,69

  

		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
<b>DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>								
Despesas de Capital								
Investimentos								
Despesas de Capital		358.366,09	289.753,88	239.104,82	239.104,82	50.649,06	285.316,76	119.261,27
Investimentos		358.366,09	289.753,88	239.104,82	239.104,82	50.649,06	285.316,76	119.261,27
<b>TOTAL</b>		358.366,09	289.753,88	239.104,82	239.104,82	50.649,06	285.316,76	119.261,27

  

		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>				
		354.910,96		-524.421,58
<b>FONTE:</b>				

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
R\$ 1,00								
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	33.398.162,01 33.279.515,02 2.846.672,47 2.563.546,49 250.495,46 32.630,52 312.075,16 312.075,16 193.579,15 193.579,15 3.290.314,74 26.289.057,29 26.129.622,64 159.434,65 347.816,21 58.429,47 86.566,14 202.820,60 118.646,99 0,00 0,00 66.806,69 55.449,69 11.357,00 51.840,30 20.521,00 31.319,30	33.398.162,01 33.279.515,02 2.846.672,47 2.563.546,49 250.495,46 32.630,52 312.075,16 312.075,16 193.579,15 193.579,15 3.290.314,74 26.289.057,29 26.129.622,64 159.434,65 347.816,21 58.429,47 86.566,14 202.820,60 118.646,99 0,00 0,00 66.806,69 55.449,69 11.357,00 51.840,30 20.521,00 31.319,30	8.887.764,56 7.857.495,82 604.379,36 497.990,25 54.829,56 51.559,55 110.204,71 110.204,71 39.817,27 39.817,27 518.851,65 6.544.144,18 6.528.977,54 15.166,64 40.098,65 9.423,04 6.334,70 24.340,91 1.030.268,74 98.121,84 98.121,84 0,00 0,00 0,00 0,00 932.146,90 0,00 932.146,90	26,61 23,61 21,23 19,43 21,89 158,01 35,31 35,31 20,57 20,57 15,77 24,89 24,99 9,51 11,53 16,13 7,32 12,00 888,35 0,00 0,00 0,00 0,00 1,798,11 0,00 2,976,27	38.389.250,70 36.392.177,40 3.597.603,94 3.035.344,22 389.193,91 173.065,81 699.310,73 699.310,73 333.626,70 333.626,70 3.642.332,36 27.524.783,05 27.391.150,26 133.632,79 594.520,62 68.365,40 99.565,27 426.589,95 1.997.073,30 180.496,23 180.496,23 0,00 0,00 0,00 0,00 1.816.577,07 0,00 1.816.577,07	114,94 109,35 126,38 118,40 155,37 530,38 224,08 224,08 172,35 172,35 110,70 104,70 104,83 83,82 170,93 117,00 115,02 210,33 1.683,21 0,00 0,00 0,00 0,00 3.504,18 0,00 5.800,18	-4.991.088,69 -3.112.662,38 -750.931,47 -471.797,73 -138.698,45 -140.436,29 -387.235,57 -387.235,57 -140.047,55 -140.047,55 -352.017,62 -1.235.725,76 -1.261.527,62 25.801,86 -246.704,41 -9.935,93 -12.999,13 -223.769,35 -1.878.426,31 -180.496,23 -180.496,23 55.449,69 11.357,00 -1.764.736,77 20.521,00 -1.785.257,77	
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		33.398.162,01	33.398.162,01	8.887.764,56	26,61	38.389.250,70	114,94
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>33.398.162,01</b>	<b>33.398.162,01</b>	<b>8.887.764,56</b>	<b>26,61</b>	<b>38.389.250,70</b>	<b>-4.991.088,69</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	33.398.162,01	33.398.162,01	8.887.764,56	26,61	38.389.250,70	-4.991.088,69
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	2.726.888,54	—	—	2.427.405,24	—
Superávit Financeiro	—	2.726.888,54	—	—	2.427.405,24	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>33.398.162,01</b>	<b>42.642.800,07</b>	<b>2.608.577,47</b>	<b>37.613.657,76</b>	<b>5.029.142,31</b>	<b>7.646.529,38</b>	<b>36.127.054,92</b>	<b>6.515.745,15</b>	<b>36.071.012,17</b>	<b>1.486.602,84</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>30.537.430,76</b>	<b>35.550.398,50</b>	<b>4.667.629,84</b>	<b>33.252.555,74</b>	<b>2.297.842,76</b>	<b>6.774.082,88</b>	<b>33.108.941,68</b>	<b>2.441.456,82</b>	<b>33.093.939,32</b>	<b>143.614,06</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.692.419,58	17.856.586,82	3.871.640,28	17.493.619,06	362.967,76	3.877.682,88	17.493.619,06	362.967,76	17.493.619,06	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	120.000,00	18.678,29	115.322,09	4.677,91	18.678,29	115.322,09	4.677,91	115.322,09	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.595.011,18	17.573.811,68	777.311,27	15.643.614,59	1.930.197,09	2.877.721,41	15.500.000,53	2.073.811,15	15.484.988,17	143.614,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.845.331,25</b>	<b>7.077.001,57</b>	<b>-2.059.052,37</b>	<b>4.361.102,02</b>	<b>2.715.899,55</b>	<b>872.446,80</b>	<b>3.018.113,24</b>	<b>4.058.888,33</b>	<b>2.977.072,85</b>	<b>1.342.988,78</b>
INVESTIMENTOS	2.145.331,25	6.597.001,57	-2.143.625,01	3.882.330,42	2.714.671,15	787.874,16	2.539.341,64	4.057.659,93	2.498.301,25	1.342.988,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	480.000,00	84.572,64	478.771,60	1.228,40	84.572,64	478.771,60	1.228,40	478.771,60	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.400,00</b>	<b>15.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.400,00	15.400,00	0,00	0,00	15.400,00	0,00	0,00	15.400,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>33.398.162,01</b>	<b>42.642.800,07</b>	<b>2.608.577,47</b>	<b>37.613.657,76</b>	<b>5.029.142,31</b>	<b>7.646.529,38</b>	<b>36.127.054,92</b>	<b>6.515.745,15</b>	<b>36.071.012,17</b>	<b>1.486.602,84</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.398.162,01	42.642.800,07	2.608.577,47	37.613.657,76	5.029.142,31	7.646.529,38	36.127.054,92	6.515.745,15	36.071.012,17	1.486.602,84
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.262.195,78	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.398.162,01	42.642.800,07	2.608.577,47	37.613.657,76	—	7.646.529,38	38.389.250,70	—	36.071.012,17	1.486.602,84

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	33.085.935,87	36.058.550,70	318.36.894,47			
Receita Tributária	2.846.672,47	3.597.603,94	2.894.964,31			
I.P.T.U.	818.655,84	921.089,14	782.309,81			
I.S.S.	782.291,42	994.808,38	832.210,45			
I.T.B.I.	382.275,19	395.906,45	363.610,87			
I.R.R.F.	580.324,04	723.540,25	575.036,39			
Outras Receitas Tributárias	283.125,98	562.259,72	341.796,79			
Receita de Contribuição	312.075,16	699.310,73	652.422,23			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00			
Outras Contribuições	312.075,16	699.310,73	652.422,23			
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00			
Receita Patrimonial	193.579,15	333.626,70	404.025,39			
(-) Aplicações Financeiras	193.579,15	333.626,70	404.025,39			
Transferências Correntes	26.289.057,29	27.524.783,05	24.091.839,10			
F.P.M.	8.968.472,53	9.789.311,34	8.420.028,75			
I.P.V.A.	1.165.545,60	1.200.453,19	1.146.098,42			
I.C.M.S.	6.349.301,94	6.217.447,00	5.766.930,67			
Convênios	159.434,65	133.632,79	124.407,34			
Outras Transferências Correntes	9.646.302,57	10.183.938,73	8.634.373,92			
Demaís Receitas Correntes	3.638.130,95	4.236.852,98	4.197.668,83			
Dívida Ativa	86.566,14	99.565,27	187.268,84			
Diversas Receitas Correntes	3.551.564,81	4.137.287,71	4.010.399,99			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	118.646,99	1.997.073,30	3.276.621,65			
Operações de Crédito (III)	0,00	180.496,23	468.101,76			
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Ativos (V)	66.806,69	0,00	477.187,40			
Transferências de Capital	51.840,30	1.816.577,07	2.331.332,49			
Convênios	31.319,30	1.816.577,07	1.827.582,49			
Outras Transferências de Capital	20.521,00	0,00	503.750,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.840,30	1.816.577,07	2.331.332,49			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.137.776,17	37.875.127,77	34.168.226,96			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	35.550.398,50	33.252.555,74	30.143.824,68	117.491,83		
Pessoal e Encargos Sociais	17.856.586,82	17.493.619,06	15.555.845,78	0,00	598,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	115.322,09	126.657,92	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	17.573.811,68	15.643.614,59	14.461.320,98	143.614,06	116.893,83	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	35.430.398,50	33.137.233,65	30.017.166,76	143.614,06	117.491,83	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.077.001,57	4.361.102,02	3.682.550,30	1.342.988,78	912.764,20	
Investimentos	6.597.001,57	3.882.330,42	2.836.061,55	1.342.988,78	912.764,20	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>7.077.001,57</b>	<b>4.361.102,02</b>	<b>4.595.314,50</b>	<b>3.018.113,24</b>	<b>3.682.550,30</b>	<b>1.342.988,78</b>	<b>912.764,20</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	480.000,00	478.771,60	846.488,75	478.771,60	846.488,75	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.597.001,57</b>	<b>3.882.330,42</b>	<b>3.748.825,75</b>	<b>2.539.341,64</b>	<b>2.836.061,55</b>	<b>1.342.988,78</b>	<b>912.764,20</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>15.400,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>42.042.800,07</b>	<b>37.019.564,07</b>	<b>33.883.484,34</b>	<b>35.532.961,23</b>	<b>32.853.228,31</b>	<b>1.486.602,84</b>	<b>1.030.256,03</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.905.023,90</b>	<b>855.563,70</b>	<b>284.742,62</b>	<b>2.342.166,54</b>	<b>1.314.998,65</b>	<b>36.388.524,93</b>	<b>33.137.970,93</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.427.405,24</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	2.427.405,24	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>1.402.869,36</b>	

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	

SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
	No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		R\$ 1,00													
		Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.134.133,88	3.365.208,53	2.669.590,92	2.830.906,89	3.481.336,97	3.883.110,39	3.162.341,14	2.930.598,65	3.099.449,15	3.131.344,64	3.835.549,42	4.952.709,24	40.516.284,82	37.435.596,98
RECEITA TRIBUTÁRIA		148.743,31	179.890,13	184.504,84	157.723,72	374.024,59	807.402,45	287.579,64	251.417,56	317.650,89	303.287,06	365.189,07	239.190,29	3.597.803,94	2.846.672,47
IPI/LI		0,00	0,00	0,00	0,00	113.243,88	592.910,33	43.342,25	43.386,53	42.833,10	43.070,34	42.427,93	10.074,78	921.086,14	816.655,84
IRPJ		61.165,44	64.293,74	53.949,35	23.660,62	86.598,47	56.274,52	59.274,52	21.781,06	83.575,72	21.910,24	131.262,20	54.328,42	723.540,25	580.324,04
ISS		59.262,18	72.576,11	88.401,04	84.485,38	104.480,96	87.213,27	83.931,24	82.506,48	79.995,20	76.811,74	84.016,35	91.337,43	994.808,38	782.291,42
ITBI		17.323,11	26.557,44	22.576,88	30.309,04	35.878,20	51.021,32	42.171,22	27.838,00	15.796,44	41.901,76	39.594,96	44.948,08	395.006,45	382.275,19
Outras Receitas Tributárias		11.692,58	16.452,84	14.577,57	19.288,68	33.623,17	25.517,06	38.880,41	75.905,89	95.899,43	119.802,98	67.887,63	38.501,48	592.259,72	283.125,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		62.046,93	64.795,45	54.012,95	62.010,95	56.703,94	60.853,25	55.776,33	55.287,58	60.495,84	56.359,80	66.049,47	54.185,24	699.310,73	312.075,16
RECEITA PATRIMONIAL		33.808,43	32.693,41	35.077,05	27.629,01	29.455,05	32.716,88	34.577,83	34.251,61	5.690,58	27.693,57	25.335,15	14.482,12	333.626,70	193.579,15
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		343.543,33	282.463,49	282.590,00	288.695,01	340.976,59	601.431,16	254.144,85	255.632,32	245.752,54	228.089,42	238.063,91	289.787,74	3.642.332,36	3.290.314,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.492.662,18	2.771.989,11	2.095.113,51	2.251.385,61	2.638.717,66	2.348.009,09	2.527.711,91	2.303.988,28	2.244.420,65	2.500.014,45	3.134.203,67	4.340.703,35	31.648.890,47	30.445.199,25
Cota-Parte do FPM		869.535,16	1.086.532,28	661.184,76	786.016,59	1.045.214,97	863.516,90	957.525,58	776.401,03	631.389,16	766.415,87	1.388.314,96	2.185.905,75	12.029.945,01	11.210.590,66
Cota-Parte do ICMS		748.280,99	611.159,28	618.077,88	635.485,26	556.777,26	607.310,87	626.745,23	619.062,36	688.738,56	691.770,74	869.595,25	738.799,08	7.771.800,76	7.938.627,43
Cota-Parte do IPVA		65.625,14	108.532,69	130.266,29	120.300,78	211.046,74	145.045,94	139.375,01	159.734,89	141.527,56	148.873,45	86.032,77	44.173,88	1.500.955,14	1.455.932,00
Cota-Parte do ITR		0,00	93,87	184,39	53,50	0,00	15,21	0,00	2.695,60	3.980,41	5,00	14,13	6.945,11	7.550,00	0,00
Outras Transferências Correntes		346.287,87	544.083,15	288.174,73	289.081,34	411.535,09	319.918,23	404.591,95	337.771,12	376.527,52	410.865,82	494.638,33	829.993,25	5.056.438,50	5.506.647,51
Transferências de LC 61/1989		11.757,25	9.080,17	3.513,19	9.095,36	10.329,65	6.146,10	8.351,55	8.439,15	9.241,37	9.767,64	10.208,85	10.860,28	106.791,55	121.704,38
Transferências de LC 87/1996		2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	2.608,81	31.205,72	47.005,31	0,00
Transferências do FUNDEB		448.556,96	407.875,86	391.083,46	408.741,97	421.205,14	403.447,03	388.543,78	399.970,92	408.772,07	465.751,71	472.801,70	526.348,07	5.145.088,67	4.155.081,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		52.342,70	33.469,94	48.322,57	43.464,59	41.459,14	42.897,56	21.550,58	29.828,90	225.438,65	15.647,34	23.390,50	23.390,50	594.520,62	947.816,21
DEDUÇÕES (II)		339.561,26	363.996,39	283.170,86	310.712,34	361.195,31	324.528,57	280.627,88	313.249,03	291.223,74	324.679,20	433.352,53	497.410,31	4.124.107,42	4.155.081,96
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		339.561,26	363.996,39	283.170,86	310.712,34	361.195,31	324.528,57	280.627,88	313.249,03	291.223,74	324.679,20	433.352,53	497.410,31	4.124.107,42	4.155.081,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.794.572,62	3.001.212,14	2.416.420,06	2.520.194,55	3.120.141,66	3.558.581,82	2.881.713,26	2.617.349,62	2.808.225,41	2.806.665,44	3.402.196,89	4.455.298,93	36.392.177,40	33.279.515,02

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
					% (a/Total b)			% (a/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>									
Legislativa	33.398.162,01	42.642.800,07	2.608.577,47	37.613.657,76	100,00	7.646.529,38	36.127.054,92	100,00	14.866.602,84
Ação Legislativa	883.719,00	883.719,00	146.189,52	738.736,77	1,96	154.825,44	738.736,77	2,04	0,00
Administração	3.387.711,85	2.866.993,69	386.938,18	2.741.997,38	7,29	519.311,90	2.718.506,36	7,52	23.489,02
Administração Geral	2.557.111,85	2.298.619,30	293.902,47	2.202.695,89	5,86	399.831,46	2.179.865,87	6,03	22.739,02
Administração Financeira	830.600,00	568.374,39	93.035,71	539.301,49	1,43	119.480,44	538.551,49	1,49	750,00
Segurança Pública	408.704,57	778.914,63	66.944,63	648.045,90	1,72	243.362,14	595.297,10	1,65	52.748,80
Policimento	186.590,85	181.316,85	33.936,85	98.695,19	0,26	44.343,72	98.051,59	0,27	83.265,26
Defesa Civil	222.113,72	597.597,78	35.007,78	549.350,71	1,46	199.018,42	497.245,51	1,38	52.105,20
Assistência Social	1.416.413,12	2.766.961,05	-601.520,95	1.719.276,98	4,57	385.980,40	1.524.894,13	4,22	194.382,85
Assistência ao Idoso	228.760,65	1.296.763,02	-790.916,37	469.266,43	1,25	107.362,23	286.115,45	0,79	183.150,98
Assistência ao Portador de Deficiência	13.378,20	13.378,20	0,00	12.162,00	0,03	2.027,00	12.162,00	0,03	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	385.350,81	401.776,11	22.806,75	341.678,92	0,91	82.763,99	341.678,92	0,95	60.097,19
Assistência Comunitária	808.903,46	1.055.043,72	166.588,67	886.169,63	2,38	193.827,18	884.937,76	2,45	170.105,96
Saúde	7.890.498,85	9.493.302,43	1.149.065,93	8.695.867,35	23,04	1.739.663,88	8.618.509,90	23,86	874.792,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	205.068,00	8.950.721,76	1.126.141,24	8.228.677,47	21,88	1.701.265,45	8.182.767,94	22,65	767.923,82
Atenção Básica	71.267,88	231.273,03	-650,30	182.184,90	0,48	1.330,00	182.184,90	0,50	49.088,13
Vigilância Sanitária	151.267,88	151.267,88	-212,66	101.085,10	0,27	4.217,78	100.721,10	0,28	50.546,78
Vigilância Epidemiológica	81.439,76	160.039,76	23.787,66	153.939,88	0,41	32.850,65	152.805,96	0,42	7.233,80
Educação	7.901.760,33	9.706.336,33	1.715.263,81	9.343.653,36	24,84	2.212.255,58	9.333.697,60	25,84	372.638,73
Alimentação e Nutrição	269.661,93	321.193,93	64.239,80	312.264,37	0,83	109.700,71	312.264,37	0,86	8.929,56
E Ensino Fundamental	5.295.717,48	6.011.122,79	948.759,73	5.694.064,17	15,14	1.325.347,94	5.684.108,41	15,73	327.014,38
E Ensino Médio	151.595,62	151.595,62	15.316,28	138.809,84	0,37	65.204,46	138.809,84	0,38	12.785,78
E Ensino Superior	85.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,21	10.000,00	80.000,00	0,22	0,00
Educação Infantil	2.049.785,00	3.087.593,69	686.948,00	3.066.734,98	8,15	693.372,47	3.066.734,98	8,49	20.856,71
Educação Especial	50.000,30	54.830,30	0,00	51.780,00	0,14	8.630,00	51.780,00	0,14	3.050,30
Cultura	303.742,29	375.084,32	29.389,11	311.920,98	0,83	58.690,11	311.920,98	0,86	63.163,34
Artes	223.352,29	257.694,32	-3.852,28	216.695,59	0,58	25.648,72	216.695,59	0,60	41.008,73
Lazer	80.390,00	117.390,00	33.241,39	95.235,39	0,25	33.241,39	95.235,39	0,26	22.154,61
Urbanismo	1.114.874,73	873.123,47	52.818,64	793.461,44	2,11	130.151,32	793.461,44	2,20	79.668,03
Infra-Estrutura Urbana	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	974.874,73	873.123,47	52.818,64	793.461,44	2,11	130.151,32	793.461,44	2,20	79.668,03
Habituação	44.841,41	34.841,41	6.839,37	19.073,25	0,05	6.839,37	19.073,25	0,05	15.768,16
Habituação Urbana	44.841,41	34.841,41	6.839,37	19.073,25	0,05	6.839,37	19.073,25	0,05	15.768,16
Saneamento	2.125.112,00	3.030.599,02	385.868,87	2.880.123,83	7,60	586.908,92	2.803.245,18	7,76	227.353,84
Serviços Urbanos	1.884.112,00	2.543.595,05	341.989,21	2.421.090,32	6,44	492.076,80	2.402.510,73	6,65	141.085,32
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	196.000,00	252.618,26	43.879,66	204.695,10	0,54	6.262,20	186.396,04	0,46	38.299,06
Gestão Ambiental	50.000,00	234.384,71	0,00	234.384,71	0,62	88.569,92	234.384,71	0,65	46,30
Serviços Urbanos	106.000,00	279.750,00	-97.851,12	141.550,65	0,38	5.076,52	18.848,83	0,05	122.701,82
Controle Ambiental	76.000,00	279.750,00	-97.851,12	141.550,65	0,38	5.076,52	18.848,83	0,05	122.701,82
Ciência e Tecnologia	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	7.850,00	7.850,00	7.850,00	0,02	3.140,00	3.140,00	0,01	4.710,00
	0,00	7.850,00	7.850,00	7.850,00	0,02	3.140,00	3.140,00	0,01	4.710,00

Continua 12



Continuação 2/2

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	33.398.162,01	42.642.800,07	2.608.577,47	37.613.657,76	100,00		7.646.529,38	36.127.054,92	1.486.602,84
Agricultura	1.979.865,00	2.829.409,21	-61.527,25	2.578.090,60	6,85		378.732,28	2.434.272,87	395.136,34
Extensão Rural	1.936.365,00	2.626.856,26	7.498,56	2.458.618,39	6,54		374.821,48	2.410.808,07	216.048,22
Promoção da Produção Agropecuária	18.500,00	23.464,80	0,00	23.464,80	0,06		3.910,80	23.464,80	0,00
Comercialização	25.000,00	179.088,12	-69.025,81	96.007,41	0,26		0,00	0,00	179.088,12
Indústria	146.484,06	112.356,08	18.484,86	98.598,11	0,26		18.484,86	98.598,11	13.757,97
Promoção Industrial	124.556,08	112.356,08	18.484,86	98.598,11	0,26		18.484,86	98.598,11	13.757,97
Produção Industrial	21.927,98	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Energia	324.544,28	796.635,38	112.906,33	726.933,28	1,93		93.129,01	555.165,30	241.470,08
Energia Elétrica	324.544,28	796.635,38	112.906,33	726.933,28	1,93		93.129,01	555.165,30	241.470,08
Transporte	3.197.660,23	5.672.923,66	-977.701,24	4.179.254,71	11,11		699.189,29	3.520.481,93	2.152.441,73
Transporte Rodoviário	3.197.660,23	5.672.923,66	-977.701,24	4.179.254,71	11,11		699.189,29	3.520.481,93	2.152.441,73
Desporto e Lazer	670.600,00	940.464,10	46.592,48	881.056,16	2,34		190.542,06	881.056,16	59.407,94
Desporto Comunitário	670.600,00	940.464,10	46.592,48	881.056,16	2,34		190.542,06	881.056,16	59.407,94
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		110.222,06	776.854,07	59.399,94
Encargos Especiais	1.480.230,29	1.178.130,28	220.046,30	1.158.147,01	3,08		80.320,00	104.202,09	8,00
Serviço da Dívida Interna	950.000,00	600.000,00	103.250,93	594.093,69	1,58		220.046,30	1.158.147,01	19.983,28
Outros Encargos Especiais	530.230,29	578.130,28	116.795,37	564.053,32	1,50		103.250,93	594.093,69	5.906,31
Reserva de Contingência	15.400,00	15.400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	14.076,97
Reserva de Contingência	15.400,00	15.400,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	15.400,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	33.398.162,01	42.642.800,07	2.608.577,47	37.613.657,76	100,00		7.646.529,38	36.127.054,92	1.486.602,84

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)				0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.401.841,60	-1.393.777,98	-99,42
Resultado Primário		1.402.869,36	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.207.853,52	77.230,69	1.130.092,83	530,00
EXECUTIVO	1.207.853,52	77.230,69	1.130.092,83	530,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	63.744,87	0,00	63.644,87	100,00
EXECUTIVO	63.744,87	0,00	63.644,87	100,00
<b>TOTAL:</b>	<b>1.271.598,39</b>	<b>77.230,69</b>	<b>1.193.737,70</b>	<b>630,00</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.729.515,40	25%	27,39
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.611.525,70	60%	89,27
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		180.496,23	-180.496,23	
Despesa de Capital Líquida		4.361.102,02	2.715.899,55	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	66.806,69	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		289.753,88	68.612,21	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		5.737.181,17	15,00	24,14
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	2.553.092,68	2.553.092,68	3.120.041,29	117,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	818.655,84	818.655,84	921.089,14	112,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	382.275,19	382.275,19	395.906,45	103,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	782.291,42	782.291,42	994.808,38	127,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	580.324,04	580.324,04	723.540,25	124,68
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.699,32	6.699,32	5.656,33	84,43
Dívida Ativa dos Impostos	51.749,75	51.749,75	59.302,98	114,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	31.097,12	31.097,12	19.737,76	63,47
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	20.780.409,78	20.780.409,78	20.649.474,05	99,37
Cota-Parte FPM	11.210.590,66	11.210.590,66	11.232.065,76	100,19
Cota-Parte ITR	7.550,00	7.550,00	6.945,11	91,99
Cota-Parte IPVA	1.456.932,00	1.456.932,00	1.500.565,14	102,99
Cota-Parte ICMS	7.936.627,43	7.936.627,43	7.771.800,76	97,92
Cota-Parte IPH-Exportação	121.704,38	121.704,38	106.791,56	87,75
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.005,31	47.005,31	31.305,72	66,60
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.005,31	47.005,31	31.305,72	66,60
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>23.433.502,46</b>	<b>23.433.502,46</b>	<b>23.769.515,34</b>	<b>101,43</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	3.181.240,52	3.181.240,52	3.120.120,46	98,08
Provenientes da União	2.532.982,59	2.532.982,59	2.723.000,22	107,50
Provenientes dos Estados	619.326,93	619.326,93	324.726,49	52,43
Provenientes de Outros Municípios	28.931,00	28.931,00	72.393,75	250,23
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	4.192.898,12	4.192.898,12	5.157.172,78	123,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>7.374.138,64</b>	<b>7.374.138,64</b>	<b>8.277.293,24</b>	<b>112,25</b>

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	7.662.879,81	9.241.692,39	8.539.010,26	92,40	8.491.632,81	91,88	47.377,45
Pessoal e Encargos Sociais	4.066.646,23	5.137.065,77	4.957.666,62	96,51	4.957.666,62	96,51	0,00
Outras Despesas Correntes	3.596.233,58	4.104.626,62	3.581.343,64	87,25	3.533.966,19	86,10	47.377,45
DESPESAS DE CAPITAL	240.166,66	277.349,66	166.275,60	59,95	166.275,60	59,95	0,00
Investimentos	240.166,66	277.349,66	166.275,60	59,95	166.275,60	59,95	0,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	240.166,66	277.349,66	166.275,60	59,95	166.275,60	59,95	0,00
Investimentos	240.166,66	277.349,66	166.275,60	59,95	166.275,60	59,95	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	7.903.046,47	9.519.042,05	8.705.285,86	91,45	8.857.908,41	90,95	47.377,45
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.155.017,05	3.511.709,56	2.988.104,69	34,10	2.935.977,66	33,91	32.127,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.155.017,05	3.511.709,56	2.988.104,69	34,10	2.935.977,66	33,91	32.127,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	3.155.017,05	3.511.709,56	2.988.104,69	34,10	2.935.977,66	33,91	32.127,03
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.748.029,42	6.007.332,49	5.737.181,17	65,90	5.721.930,75	66,09	15.250,42
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(ih) - (15 x IIIb)/100]</b>							
2.171.753,87							

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2015	19.869,21	6.376,73	5.730,93		14.138,28	0,00		
TOTAL	19.869,21	6.376,73	5.730,93		14.138,28	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)						
	0,00	0,00		0,00				
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100		
	7.532.723,21	8.950.721,76	8.228.677,47	94,53	8.182.797,94	94,51	45.879,53	
	205.068,00	231.273,03	182.184,90	2,09	182.184,90	2,10	0,00	
	31.267,88	124.459,88	101.085,10	1,16	100.721,10	1,16	364,00	
	81.439,76	160.039,76	153.939,88	1,77	152.805,96	1,76	1.133,92	
	52.547,62	52.547,62	39.398,51	0,45	39.398,51	0,46	0,00	
	TOTAL	7.903.046,47	9.519.042,05	8.705.285,86	100,00	8.657.908,41	100,00	47.377,45

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado em itálico refere-se ao valor em R\$ 100,00 e não ao R\$ 1,00. O valor em R\$ 1,00 é o valor em R\$ 100,00 dividido por 100.

Continuação 4/5

Continuação 5/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

~ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "III" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".  
~ O valor apresentado na intercessão com a coluna "II" ou com a coluna "III" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE 2016

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>180.496,23</b>		<b>-180.496,23</b>
<b>DESPESAS</b>					
			DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS
					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		7.077.001,57	0,00	4.361.102,02	3.018.113,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>		<b>7.077.001,57</b>	<b>4.361.102,02</b>	<b>3.018.113,24</b>	<b>2.715.899,55</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>		<b>-7.077.001,57</b>	<b>-4.180.605,79</b>	<b>-</b>	<b>-2.896.395,78</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

**RGF 3º QUADRIMESTRE - 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	36.392.177,40

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.952.546,32	46,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.651.775,80	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.669.187,01	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.663.184,52	-12,81
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.670.612,88	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.006.279,03	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	180.496,23	0,50
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.822.748,38	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.547.452,42	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.487.132,84	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

**RGF 3º QUADRIMESTRE - 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.952.546,32	0,00
Pessoal Ativo	16.588.825,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	138.875,88	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	224.844,64	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>16.952.546,32</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.392.177,40	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>16.952.546,32</b>	<b>46,58</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.651.775,80	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.669.187,01	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.686.598,22	48,60

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**RATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Alienação de Bens destinados a Outros Programas Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde Atenção Básica Operações de Crédito Internas para Outros Programas Operações de Crédito Internas para Outros Programas Outras Especificações Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDEFNDE Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Recargas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde Salário Educação SF - Outros Recursos do FNDE Transf. de Convênios - Estado Assistência Social Transferências de Convênios – União/Saúde Transferências de Convênios - Assistência Social Transferências de Convênios - Educação Transferências de Convênios - Outros Transferências de Convênios Cedro, Princesa e Guarujá do Sul Transferências de Convênios Estados - Outros Transferências do Fundeb - 40% Transferências do Fundeb - 60% Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/E Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	139.333,37	0,00	0,00	0,00	0,00	139.333,37	50.649,06	0,00	
	251,03	0,00	0,00	0,00	0,00	251,03	0,00	0,00	
	192,37	0,00	0,00	0,00	0,00	192,37	0,00	0,00	
	9.040,47	0,00	0,00	0,00	0,00	9.040,47	0,00	0,00	
	42.593,46	0,00	0,00	0,00	1.220,27	41.373,19	0,00	0,00	
	0,00	0,00	41.040,39	0,00	0,00	(41.040,39)	0,00	0,00	
	140.472,90	0,00	0,00	230,00	0,00	140.242,90	364,00	0,00	
	52.139,96	0,00	0,00	0,00	0,00	52.139,96	650,00	0,00	
	35.861,90	0,00	0,00	0,00	0,00	35.861,90	0,00	0,00	
	1.883,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.883,21	0,00	0,00	
	3.811,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.811,95	0,00	0,00	
	3.432,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.432,07	0,00	0,00	
	1.701.602,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.701.602,90	0,00	0,00	
	4.025,21	0,00	0,00	0,00	0,00	4.025,21	3.998,06	0,00	
	2.067,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,01	0,00	0,00	
	23.582,68	0,00	0,00	0,00	0,00	23.582,68	0,00	0,00	
	1.660,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.660,57	469,99	0,00	
	349,14	0,00	0,00	0,00	0,00	349,14	0,00	0,00	
	567,74	0,00	0,00	0,00	0,00	567,74	0,00	0,00	
	1.495,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495,25	0,00	0,00	
	724.702,09	0,00	0,00	0,00	0,00	724.702,09	719.820,03	0,00	
	16.547,81	0,00	0,00	0,00	0,00	16.547,81	0,00	0,00	
	194.620,83	0,00	0,00	0,00	0,00	194.620,83	186.944,31	0,00	
47.236,80	0,00	0,00	0,00	0,00	47.236,80	0,00	0,00		
70.855,20	0,00	0,00	0,00	0,00	55.115,12	0,00	0,00		
19.030,54	0,00	0,00	179,80	0,00	18.850,74	0,00	0,00		
69.735,13	0,00	0,00	0,00	0,00	69.239,86	0,00	0,00		
611.285,70	0,00	0,00	0,00	0,00	596.250,34	32.127,03	0,00		

Continua 1/2

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	(b)						
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)			
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	611.285,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.035,36	32.127,03	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.918.376,89	0,00	0,00	41.220,19	230,00	32.490,98	995.022,48	0,00	
Bolsa Família	10.073,21	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	484.480,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.767,98	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	825,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transf. - Civil	43.823,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	0,00	
Convênio Transf. - Militar	31.608,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transf. - Prefeitura	1.452,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	19.734,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.891,33	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	2.661,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	1.791,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	185.135,14	0,00	0,00	5.938,80	0,00	3.998,42	9.955,76	0,00	
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	70.917,90	100,00	0,00	2.257,11	0,00	3.165,84	10.888,36	0,00	
Recursos Ordinários	910.677,58	0,00	0,00	6.626,65	0,00	17.149,21	283.241,93	0,00	
SF - Convênio Transf. - Prefeitura	4.789,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.767.971,98	100,00	0,00	14.822,56	300,00	24.313,47	491.580,36	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	5.686.348,87	100,00	0,00	56.042,75	530,00	56.804,45	1.486.602,84	0,00	

FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO
--	---	--

**RGF 3º QUADRIMESTRE - 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.265.296,97</b>	<b>1.106.789,05</b>	<b>949.830,13</b>	<b>967.021,60</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.265.296,97	1.106.789,05	949.830,13	967.021,60
Interna	1.265.296,97	1.106.789,05	949.830,13	967.021,60
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.008.040,80</b>	<b>3.559.911,48</b>	<b>3.703.528,58</b>	<b>4.760.802,30</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.071.594,95	3.630.627,20	3.775.194,83	4.814.587,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	63.554,15	70.715,72	71.666,25	53.785,64
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.742.743,83</b>	<b>-2.453.122,43</b>	<b>-2.753.698,45</b>	<b>-3.793.780,70</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>32.242.155,35</b>	<b>32.438.285,91</b>	<b>33.409.181,02</b>	<b>36.392.177,40</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,92%	3,41%	2,84%	2,66%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-8,51%	-7,56%	-8,24%	-10,42%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>38.690.586,42</b>	<b>38.925.943,09</b>	<b>40.091.017,22</b>	<b>43.670.612,88</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>34.821.527,78</b>	<b>35.033.348,78</b>	<b>36.081.915,50</b>	<b>39.303.551,59</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.265.296,97</b>	<b>1.106.789,05</b>	<b>949.830,13</b>	<b>967.021,60</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.265.296,97	1.106.789,05	949.830,13	967.021,60

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	59.828,39	62.477,16	64.639,13	38.107,98
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.187.984,31	5.736.950,60	6.146.263,17	1.439.755,39

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

FONTE:

**RGF 3º QUADRIMESTRE - 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>32.242.155,35</b>	<b>32.438.285,91</b>	<b>33.409.181,02</b>	<b>36.392.177,40</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>7.093.274,18</b>	<b>7.136.422,90</b>	<b>7.350.019,82</b>	<b>8.006.279,03</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>6.383.946,76</b>	<b>6.422.780,61</b>	<b>6.615.017,84</b>	<b>7.205.651,13</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 DÉBORA PAGNO  
 CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR CESAR WINTER  
 CONTROLE INTERNO



**RGF 3º QUADRIMESTRE - 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>180.496,23</b>	<b>180.496,23</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	180.496,23	180.496,23
Interna	180.496,23	180.496,23
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	180.496,23	180.496,23
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>36.392.177,40</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>180.496,23</b>	<b>0,50</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>5.822.748,38</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>5.240.473,55</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.547.452,42</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>180.496,23</b>	<b>0,50</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2016

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096 e inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Antonio Cantelmo Neto, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 32.998.593 e inscrito no CPF sob o nº 589.090.799-91, residente e domiciliado em Francisco Beltrão - PR, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, no Município de Planalto Alegre - SC, CEP: 89.882-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 005.351.199-92 e portadora da Cédula de Identidade sob o nº 4.256.445, residente e domiciliada no Município de Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 054/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2016, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que se faça o acréscimo de 14,28% (quatorze vírgula vinte e oito por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para atender às necessidades do Centro Administrativo Municipal, visto que a quantidade inicialmente licitada em 2016 foi insuficiente e que um novo processo licitatório será publicado somente nos próximos meses.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.180,00 (um mil, cento e oitenta reais) o que perfaz 14,28% (quatorze vírgula vinte e oito por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 054/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, E TAMBÉM NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER SENDO ESTES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE:

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CAFÉ TORRADO MOÍDO – Exta forte/ torra muito escura. Embalagem dupla: alto vácuo. Caixa com 500g íntegra, sem violação. c/ validade mínima 6 meses.	MELITTA	100	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
TOTAL					R\$ 1.180,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.180,00 (um mil, cento e oitenta reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS Ap Oeste Distribuidora E Comercio De Alimentos Ltda	ANTÔNIO CANTELMO NETO Secretário Municipal de Administração e Fazenda
--------------------------------------	--	--

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017 - FMS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ANO DE 2017, ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO

DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – APAE DE SLO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – APAE DE SLO - CNPJ: 80.622.376/0001-77

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8. 666/93, art. 25, caput.

VALOR TOTAL: R\$ 316.431,36 (trezentos e dezesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Orçamento do exercício financeiro de 2017, sob a seguinte rubrica:

D – 20/2017 – 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 – Bloco Média e Alta Complexidade.

VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **DECRETO Nº 5.590, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.590, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 162.947,00 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0034	130	Aplicação Direta	R\$ 162.947,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro 2016 e o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 150, DE 12 JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 150, DE 12 JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e com base no artigo 59 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art. Ceder, com ônus para o Município, a servidora pública municipal DANIELLA FRANÇOZI, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias (Readaptada pela Portaria nº 531/2016), matrícula 1256/02, para exercer suas funções junto à 28ª Delegacia Regional de Polícia de São Lourenço do Oeste, pelo período de 02 de janeiro a 29 de março de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

São Lourenço do Oeste- SC, 12 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 151, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 151, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inc. VII, da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no artigo 46, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013 e no art. 27, da Lei nº 2.010, de 23 de maio de 2012, alterada pela Lei nº 2.274, de 20 de abril de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Sra. Cinara Tissiani dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 1939/01, para executar processos relacionados à Gerência de Administração Financeira, durante a ausência da servidora Simone Cristina de Marco Monteiro, em conjunto com o chefe do Poder Executivo Municipal, efetuar as movimentações dos recursos das seguintes contas correntes:

I - Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08;

II - Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75;

III - Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 13.631.597/0001-14;

IV - Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70 e;

V - Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

§ 1º As mencionadas contas bancárias encontram-se abertas junto à Agência nº 1884, da Caixa Econômica Federal e à Agência nº 0777-3, do Banco do Brasil S/A, ambas de São Lourenço do Oeste/SC.

§ 2º A servidora mencionada no caput deste artigo fica outorgada, no que concerne às referidas contas bancárias, dos poderes abaixo especificados:

I - emitir cheques;

II - abrir contas de depósito;

III - autorizar cobranças;

IV - receber, passar recibo e dar quitação;

V - solicitar saldos e extratos;

VI - requisitar talonários de cheques;

VII - autorizar débito em conta relativo a operações;

VIII - retirar cheques devolvidos;

IX - efetuar resgates/aplicações financeiras;

X - efetuar saques na conta corrente;

XI - efetuar saques na conta poupança;

XII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XIII - efetuar transferências por meio eletrônico;

XIV - receber ordens de pagamento;

XV - solicitar saldos/extratos de investimentos;

XVI - solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

XVII - emitir comprovantes;

XVIII - efetuar transferência para mesma titularidade meio eletrônico; e

XIX - consultar obrigações do débito direto autorizado DDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 152, DE 12 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 152, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal MAURICIO PADILHA MULLER, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3249/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro 02 março de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 12 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2017.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO UNITARIO", para contratação de serviço especializado de coleta, transporte e disposição final adequada de resíduos sólidos com características domiciliares, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 30/01/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 13 de janeiro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EXT. CONTRATO 1.2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 1/2017

Processo Licitatório nº 4/2017

Dispensa de Licitação nº 1/2017

OBJETO: Aquisição de Combustíveis destinados para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme edital, necessidade emergencial, para suprir momentaneamente a frota municipal.

VALOR: R\$ 7.919,30

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA

VIGÊNCIA: 30 dias

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – GESTOR DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: VIANEI OLIVIO JULIO

São Miguel do Oeste, SC., 12 de janeiro de 2017.

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 07/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação para Obras e Serviços Engenharia tendo como objeto: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para execução e instalação de 06 (seis) sistemas de tratamento de esgoto, na Rua Projetada, parte da chácara nº 47, Bairro São Luiz, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto parte integrante deste Processo Licitatório. Contratado: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. Valor Total de R\$ 21.804,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 12 de janeiro de 2017

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 01/2017

EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 01/2017

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a escolha de turmas da educação infantil e ensino fundamental, para o ano letivo de 2017.

Art. 2º - Os/as professores (as) ficam convocados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de São Pedro de Alcântara e deverão comparecer na hora e local determinado.

§ 1º - Todos os/as professores (as) efetivos na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem da escolha de turmas;

§ 2º - Os/as professores (as) que se encontram afastados serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação e deverão comparecer na hora e local determinado para participarem da escolha;

§ 3º - Os/as professores (as) convocados que não comparecerem no dia da escolha, não estarão aptos para a escolha de turmas. Assim serão remanejados para as turmas remanescentes. Exceto os/as professores (as) que, impossibilitados (as) de comparecerem à escolha, produzirem uma declaração, autenticada em cartório, nomeando a pessoa que realizará a escolha em seu lugar.

Art. 3º - Para o Ensino Fundamental a escolha será realizada no dia 01 de fevereiro de 2017, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação às 8h e 30min.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do CME:

I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado;

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizada para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - A tabela de vagas para professor (a) titular, na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, será divulgada até as 13h do dia 31/01/2017.

§ 3º - A tabela de vagas para 2º professor (a), na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, será divulgada até as 13h do dia 31/01/2017.

§ 4º - A tabela de vagas para professor (a) alfabetizador - reforço, na Escola Básica Municipal Drº Adalberto Tolentino de Carvalho, será divulgada até as 13h do dia 31/01/2017.

§ 5º - Segue abaixo a tabela de vagas para Professor (a) titular, na Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler:

Parágrafo Único - Na Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Profº Augusto Schnitzler, não haverá escolha de turma, pois a Professora Efetiva está lotada na escola, e não na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto como os demais professores efetivos.

Art. 4º - Para os Professores II da Educação Infantil a escolha será realizada no dia 01 de fevereiro de 2017, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação às 09h.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do conselho municipal de educação (CME):

I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - A tabela de vagas para Professor (a) II, nos Centros de Educação Infantil, será divulgada até as 13h do dia 31/01/2017.

§ 3º - O/a professor (a) deverá escolher a vaga, correspondente a sua carga horária, sendo permitido ao professor (a) de 20h o ingresso a uma turma de 30h, desde que solicite aumento de carga horária ou tenha um (a) professor (a) I de 30h na correspondente turma.

Art. 5º - Para os Professores (as) I (Auxiliar de Sala) da Educação Infantil a escolha será realizada no dia 01 de fevereiro de 2017, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação às 09h e 30min.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do conselho municipal de educação (CME):

I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - A tabela de vagas para Professor (a) I (Auxiliar de Sala), nos Centros de Educação Infantil, será divulgada até as 13h do dia 31/01/2017.

Art. 6º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 7º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

Art. 8º - Logo após a escolha de turmas do professor efetivo, estes poderão alterar sua carga horária, desde que haja vaga e o professor demonstrar interesse pela mesma, usando os mesmos critérios do Art. 1º da resolução nº 08/2014 do CME.

São Pedro de Alcântara, 12 de janeiro de 2017.

CARLINHO SCHIMITT

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto ANEXO I

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) efetivo (a) da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de \_\_\_\_\_, declaro que escolhi a turma \_\_\_\_\_, turno \_\_\_\_\_ para o ano letivo de 2017, na (o):

( ) E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho

( ) C.E.I Profª Leonida Vieira Francener

( ) C.E.I Frei Ático

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, de fevereiro de 2017.

Nome:



**PORTARIA N.º 028/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 028/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA MARICELIA LOHN DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ MARICELIA LOHN DA SILVA – PROFESSORA AUXILIAR DE SALA – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.



# Seara

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº. 024/2016

Pregão Presencial nº. 028/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa G.A. Alflen & Cia Ltda, CNPJ n.º 85.334.910/0001-63, estabelecida na av. Paludo, nº. 1139, bairro São João, Seara SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Gilmar Antônio Alflen, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.552.322-5, CPF nº. 484.779.079-00, residente e domiciliado na av. Paludo, nº. 1139, bairro São João, Seara SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria da Cidade, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada do item abaixo:

- Item 35 – “Pó de brita e pedrisco – marca SulBritas”.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
35	77771	PÓ DE BRITA E PEDRISCO	TON	400	100	85,00	8.500,00
TOTAL R\$							8.500,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 10/01/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Gilmar Antônio Alflen  
G.A. Alflen & Cia Ltda  
Contratada

### PORTARIA 051/2017

Portaria nº 051/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Tiago Sonza, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assistente – ASSI, da Secretaria Municipal da Administração, Nível CC-050, Anexo I-C, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 12 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 12 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 12 de janeiro de 2017  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 52**

Portaria n.º 52, de 12 de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Seara, no uso das atribuições privativas do cargo, com base no inciso X do art. 108 da Lei Orgânica, e com fundamento no disposto na Lei 1074, de 20/10/1997, lei complementar 005, de 24/09/2001, nomeia os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Curador e Administração Superior da Fundação Municipal de Esportes de Seara, na forma que dispõe:

**Conselho Deliberativo:**

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário:

Nelson Carpe da Silveira – Presidente

- Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:

Cláudia Regina Nardi

- Superintendente da Fundação:

Ricardo Moisés Hoch

**Conselho Curador:**

- Representante da Secretaria Mun de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário:

Jairo Zaia Zanluchi

- Representante da Secretaria Municipal da Administração:

Neri Cosmann

- Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Fabiana Mariani

**Administração Superior:**

Superintendente: Ricardo Moisés Hoch

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 023

DECRETO Nº023/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA CLAIR FÁTIMA ANDREIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991, no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 498/2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o período de férias de 17/01/2017 a 15/02/2017 (30 dias) da Servidora Clair Fátima Andreis, constante no Decreto nº 188/2016, de 26 de 2016, considerando a necessidade de ajuste do Setor de Pessoal para o início de mandato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 024

DECRETO Nº 0../2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAUDIR BOTTEGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta (SC), bem como na Lei nº 498/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido de lotação o Servidor Público Municipal LAUDIR BOTTEGA – ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo como carga horária 40 horas semanais, Nível 11, do Grupo 1 - SEG, da Secretaria Municipal de Saúde para Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**DECRETO 025**

DECRETO Nº 025/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

**“DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinado o pagamento de Férias Trabalhadas no mês de Janeiro de 2017, aos Servidores Municipais abaixo relacionado, que no interesse do Serviço Público deu continuidade às atividades inerentes ao cargo:

1- CLAIR FÁTIMA ANDREIS - 10 (DEZ) DIAS.

2- AMAURI NEMERSKI – 10 (DEZ) DIAS.

3- ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI – 10 (DIAS)

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

Tipo: Menor Preço/Por item global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática pertencentes ao patrimônio público deste Município, tendo a finalidade de garantir o pleno funcionamento dos mesmos, viabilizando o desempenho das rotinas relativas às áreas meio e fim e demais atividades necessárias ao cumprimento das ações da gestão administrativa do Governo Municipal, permitindo maior segurança das informações internas.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de Janeiro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 13 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 02/2017 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO INTERNET

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PMS Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 01/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 30/01/2017, às 09h00min, no setor de licitações da municipalidade, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para "Contratação de empresa especializada em Serviço de Comunicação Multimídia para a prestação de serviço de Internet via Fibra Óptica e de internet via rádio, distribuídos nas repartições públicas do município de Siderópolis, incluídos equipamentos em comodato, instalação, configuração e demais condições constantes em edital". O edital está disponível no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br) ou através do fone: (48)3435 8900.

Siderópolis, 12 de janeiro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO Nº.001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo 005/2016.

Edital: CREDENCIAMENTO

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS

E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES

ESPECIALIZADOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

Data início: 16 de janeiro de 2017.

Data final: 16 de fevereiro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49 367 0030 ou [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL, 13 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 013/2017**

PORTARIA Nº 013, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDRESSA VIAL PROVENCI ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2016 a 31.01.2017 a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 14.02.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

12 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA 014/2017**

PORTARIA Nº 014, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUCIANO BODANESE, ocupante do cargo de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.06.2015 a 31.05.2016, a serem

gozadas no período de 16.01.2017 a 25.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
12 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA 015/2017**

PORTARIA Nº 015, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LORENI MARTINS, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria de Administração de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2015 a 31.01.2016, a serem gozadas no período de 12.01.2017 a 21.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
12 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº.004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 004/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA REDE DE ÁGUA

Entrega dos envelopes: 08:45 horas do dia 26 de janeiro de 2017

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 26 de janeiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 13 de janeiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 009/2017

DECRETO Nº 009/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO COMDEC – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Lei Municipal nº 335/2003,

DECRETA:

Art.1º - Nomeia membros do COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Cleiton Soethe– Presidente

Alderí Paulo Schafer – Secretário

Cleri Neu– Conselheiro Técnico

Francisco Ferrari– Conselheiro Técnico

Celso Cybulski – Conselheiro Técnico

REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS:

Antonio Grunwaldt

Silverio Weber

Abilio Weber

Rogério Petri

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, em 11 de janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 006-2017

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 006/2017 com a Empresa BAR E RESTAURANTE BEM ME QUER LTDA ME – CNPJ: 95.768.552/0001-50 para fornecimento de refeições aos Servidores do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de Maravilha/SC.

TIGRINHOS/SC, em 12 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 007-2017

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 001/2017

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 007/2017 com a Empresa INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP – CNPJ: 06.159.070/0001-73, para contratação de serviço/horas técnicas para manutenção de equipamentos de informática junto aos setores da Prefeitura Municipal de Tigrinhos e Centro Municipal de Saúde, durante o exercício de 2017.

TIGRINHOS/SC, em 13 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO 008-2017 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 008/2016 com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS - CNPJ: 01.201.427/0001-10 no valor total de R\$ 22.092,00 (anual) para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS, durante o exercício 2017.

TIGRINHOS/SC, em 12 de Janeiro de 2017.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 003-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 003/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a AQUISIÇÃO DE OLEOS DIVERSOS (LUBRIFICANTES, MOTOR, HIDRAULICOS) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O recebimento das propostas e documentação será até as 11h00min do dia 26/01/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 11h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 12 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 004-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 004/2017

TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2017

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE COLETA DE LIXO NO PERÍMETRO URBANO E INTERIOR DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS DURANTE O ANO DE 2017, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O recebimento da documentação e propostas será até as 08h30min do dia 31/01/2017 no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Rua Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos, 12 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

# Tijucas

## PREFEITURA

**001/FMS/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FMS/17

Objeto: Aquisição Parcelada de Medicamentos Judiciais, Visando Atender Pacientes com Processos Judiciais, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor preço/Maior Desconto;

Data de Abertura: 27 de Janeiro de 2017, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DOM: 13.01.2017

# Timbé do Sul

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### **ERRATA AO CONVITE SAMAE 1/2017**

Convite n.º 1/2017 - Processo n.º 1/207.

ERRATA – Definição do tipo da licitação para MENOR PREÇO POR ITEM.

No preâmbulo e no item 2 do Edital, onde se lê “MENOR PREÇO GLOBAL” deve ser lido MENOR PREÇO POR ITEM, conforme critério de julgamento já previsto no item 9.4 do edital.

Ficam mantidas as demais condições e a data de abertura para o mesmo dia 23/01/2017, conforme previsto no edital.

Timbé do Sul, 13 de janeiro de 2017.

Juciana Carlessi Burin

Presidente da Comissão Permanente de Licitação do SAMAE”.

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01 2017 PMT - PASSAGENS AÉREAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2017 PMT

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação, e fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e correlatos, conforme as quantidades e características descritas no Anexo I (Termo de Referência). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 25 de janeiro de 2017. ABERTURA: dia 25 de janeiro de 2017 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 12/01/2017  
MARIA RAMOS GONZAGA PELIN  
Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.  
OBJETO: Registro de preços para aquisição de papel para impressão,

tamanho A4, destinado a Administração Direta e Indireta.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: Aquinzel Suprimentos para Escritório Informatica e Papelaria Eireli e Dicapel Papeis e Embalagens Ltda.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 112.124,90 (cento e doze mil, cento e vinte e quatro reais e noventa centavos).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 12/10/2017  
Timbó, 11/10/2016  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### **SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07 2016 SAMAE**

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto  
- SAMAE  
OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes destinados aos servidores do SAMAE.  
EMPRESA FORNECEDORA: Confeccoes Mundo dos Uniformes Ltda – Me.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 13/07/2017  
Timbó, 13/07/2016  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017**

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017  
[EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LC 123, art. 48, I]  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 de janeiro de 2017 (quinta-feira), às 8h15min.  
LOCAL DA SESSÃO: Rua Honorato Tonolli, s/n, Bairro das Nações, Timbó (SC) - [Auditório – no TÉRREO]  
PREGOEIRO: AILTON BERTOLDI  
EQUIPE DE APOIO: Everton Bica Pedroso  
Ruben Parno

(Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 013/2016).  
Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de serviços jardinagem para a Câmara Municipal Timbó (SC), conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I, e demais disposições deste instrumento convocatório.  
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET  
<http://camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Douglas Emanuel Marchetti  
Presidente

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2249

DECRETO Nº 2.249/2017 de 12 de janeiro de 2017

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, SEUS RESPECTIVOS SUPLEN-  
TES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Com-  
plementar nº 80/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto nomeados pelo período de 02 (dois) anos, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes  
do Município de Treze Tílias/SC, tendo a seguinte composição:

I – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, indicados pelo Gabinete do Prefeito e seus respectivos  
suplentes:

TITULARES	SUPLENTE
Maria Lúcia Dalla Costa Cenci Sec. Administração e Finanças	Jaime Berté Sec. Administração e Finanças
Sandro Eduardo Hartmann Sec. Administração e Finanças	Vinícius Schirmann Mendes Sec. Administração e Finanças
Gilberto Hoffelder Jr. Sec. Administração e Finanças	Clarissa Anrain Sec. Administração e Finanças

II – 01 (um) representante indicado pela ASSETT e seu respectivo suplente:

TITULAR	SUPLENTE
Clair Martins Representante ASSETT	Armando Ansileiro Jr. Representante ASSETT

III - 01 (um) representante indicado pela CDL e seu respectivo suplente:

TITULAR	SUPLENTE
José Adair Zuffo Representante CDL	Rose Koroll Representante CDL

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 12 de janeiro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 19/2017

PORTARIA Nº 019/17 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - REDISTRIBUIR para a Secretaria municipal de Educação, o Sr. LEONARDO DE OLIVEIRA BELLO, CPF nº 071.260.209-70, funcio-  
nário efetivo deste Município, a fim de “conduzir” o veículo micro-ônibus, pertencente a frota da Prefeitura, no transporte dos alunos com  
necessidades especiais e que utilizam regularmente a APAE no município pólo de Joaçaba/SC.

--	--	--	--

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 20/2017**

PORTARIA Nº 020/17 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - REDISTRIBUIR para a Secretaria Municipal de Educação, o Sr. PAULO CESAR GEUSTER, CPF nº 947.435.769-20, funcionário efetivo, a fim de "conduzir" o veículo ônibus, pertencente a frota da Prefeitura, no transporte dos alunos deste Município e que estejam regularmente matriculados na rede municipal e estadual de ensino.

--	--	--	--

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 21/2017**

PORTARIA Nº 021/17 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - REDISTRIBUIR para a Secretaria Municipal de Educação, o Sr. GILMAR PESSIN, CPF nº 693.324.369-91, funcionário efetivo, a fim de "conduzir" o veículo ônibus, pertencente a frota da Prefeitura, no transporte dos alunos deste Município e que estejam regularmente matriculados na rede municipal e estadual de ensino.

--	--	--	--

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 22/2017**

PORTARIA Nº 022/17 DE 12 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - REDISTRIBUIR para a Secretaria Municipal de Educação, o Sr. ALBERTO ERHARTER, CPF nº 425.681.889-87, funcionário efetivo desta Prefeitura, levando em consideração a sua limitação física, e conseqüentemente os recorrentes afastamentos para tratamento de saúde, para que atue como "Zelador" junto a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, sem prejuízo dos vencimentos, procurando desta maneira oferecer atividades e atribuições compatíveis com a sua limitação.

--	--	--	--

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 03/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2017**

Processo de Compra Nº.: 03/2017

Pregão Presencial nº: 03/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS (EX-CETO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE).

Entrega das propostas e Credenciamento até as 8h do dia 26 de Janeiro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 13/01/2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2017**

Processo de Compra Nº.: 05/2017

Pregão Presencial nº: 05/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto de aquisição de Equipamentos para Centro Administrativo Municipal, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 13h30 do dia 26 de Janeiro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 13/01/2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 04/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 04/2017**

Processo de Compra Nº.: 04/2017

Pregão Presencial nº: 04/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto de aquisição de "Produtos Químicos" utilizados no tratamento da água da Sede e Interior do Município.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h30 do dia 26 de Janeiro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 13/01/2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL



# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial n° 15/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 25 de janeiro de 2017 às 14 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de produtos e materiais de higiene e limpeza e utensílios de cozinha, destinados à manutenção da rede municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 15/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 12 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PROCESSO 003/2017 PR 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual Aquisição de MERENDA ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 31 de Janeiro 2017 às 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 11 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

### PROCESSO 004/2017 PR 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para Alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino, residentes no Município de Vargem Bonita, nos Roteiros Escolares estabelecidos no Edital e seus Anexos, parte integrante deste Processo.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 26 de Janeiro 2017 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 12 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 08/2017 - CONCESSÃO DE USO PÚBLICO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2017

O Prefeito Municipal de Vidal Ramos - SC, Sr. LAÉRCIO DA CRUZ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, conforme dispõe a Lei 8666/93, com alterações introduzidas através da Lei 8883/94 e regulamentos municipais, que fará realizar, Processo Licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo MAIOR OFERTA, para concessão de uso mediante contrato administrativo, da Cozinha e Bar do Ginásio Municipal Karl Stoltenberg da Cidade de Vidal Ramos e exploração do Bar do Boliche Acácio e Lino Hoeppers pelo prazo até 31/12/2017, pertencente ao patrimônio público municipal nas condições do presente Edital e anexos e, que estará recebendo os envelopes da documentação e da proposta até às 09:00 horas do dia 13 de fevereiro de 2017, junto a administração pública municipal, sito à Av. Jorge Lacerda, Nº 1180, Centro, Município de Vidal Ramos e que neste mesmo dia e local, às 09:00 horas, realizará abertura dos envelopes.

Rege-se o processo licitatório ora aberto pela Lei Federal nº. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e em especial pelo constante neste Edital.

Vidal Ramos, 12 de janeiro de 2017

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E ELETRICOS

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017

OBJETO: Constituem objeto do presente certame Pregão Presencial a contratação de empresa para Prestação de Serviços de Oficina Mecânica e Elétrica, consertos e revisões nos veículos da frota do setor de obras, Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Funderural, veículos (pesados, leves, médios). O SERVIÇO A SER REQUISITADO DE FORMA FRAGMENTADA SEMPRE QUE ALGUM DOS VEÍCULOS APRESENTAREM DEFEITO MECÂNICO/ ELÉTRICO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 12 de janeiro de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2017 - PALESTRAS, FORMAÇÃO PROFESSORES

Prefeitura de Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2017

Ø OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior para, Palestras, Formação para Professores e Atendentes de Educação Infantil, Formação para Professores Séries Inicias, Formação para Agentes serviços Gerais, Formação para motoristas, Realização do processo Seletivo para o ano letivo de 2017 (Com provas escritas e práticas (se for o caso). a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II Termo de Referência.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 12 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.701/17

DECRETO Nº 13.701/17, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, nos Decretos nº 8.208/05 e 11.237/14, bem como na Lei Federal 10.520/02;

#### DECRETA

Art. 1º Fica designada como Pregoeira para modalidade de Pregão, nas formas eletrônica e presencial, nos termos dos Decretos nº 8.208/2005 e 11.237/14, bem como na Lei Federal nº 10.520/2002, a servidora LUCÉLIA FEDRIGO e, como integrantes da Equipe de Apoio, os servidores CRISTIANE MIOZZO, ALVAIR LÍRIO BARZOTTO, MÁRCIA REGINA VANZ, JÉSSICA PRIGOL e LUCIANO CAMAROTO.

Art. 2º A pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12957/16.

Videira, 09 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.702/17

DECRETO Nº 13.702/17, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, HERNANDEZ VEDOVATTO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Administração, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.683/17.

Videira, 09 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.703/17

DECRETO Nº 13.703/17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe da Casa Lar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.704/17

DECRETO Nº 13.704/17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANE DA ROCHA PINTO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter

exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.705/17**

DECRETO Nº 13.705/17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Urgência e Emergência

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARISTELA RIBEIRO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Urgência e Emergência, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.706/17**

DECRETO Nº 13.706/17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe do Almoxarifado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SELOIR DE FÁTIMA BEVILAQUA GRANDO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Almoxarifado, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 13.711/17**

DECRETO Nº 13.711/17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência ao Secretário Municipal de Planejamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 72, parágrafo único, 78 e 79, IV, da Lei Orgânica Municipal, bem como, no art. 9º, da Lei nº 2100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Delegar, ao Secretário Municipal de Planejamento, SANDRO ANTONIO CAREGNATO, a competência de proceder à assinatura de Alvarás, Habite-se e concordância com as atualizações de confrontações e inserções de medidas nos terrenos particulares que façam divisa com Ruas e terrenos pertencentes ao Município.

Art. 2º Na ausência do Secretário Municipal de Planejamento, fica delegada a competência prevista no art. 1º o servidor FRANCK MAYER BRANDALISE.

Art. 3º O servidor delegado poderá responder civilmente, penalmente e administrativamente pelas informações e documentações assinadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.024/16.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **PORTARIA Nº 0037/17**

PORTARIA Nº 0037/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01, e à vista do que consta no

Memorando nº 002/2017, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores SILVANE DA ROCHA PINTO, CAMILA STRAPAZZON, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, ELONI FRIGUETTO, MIRIA ESTHER WUNSCH ROSTIROLLA, ANDRÉA APARECIDA BERTO, ROSE MARIA BALDO PEREIRA, GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, ADILES APARECIDA ZAGO CORRÊA, FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI, KARINA DE SOUZA MOREIRA E RAQUEL FAUSTINO, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0650/16.

Videira, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE COMBUSTÍVEIS E ARLA PARA AS FROTAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA, POLICIA MILITAR, CONSELHO TUTELAR E CHEFIA DE GABINETE) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 26/01/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 12 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 008/2017 - CMV**

PORTARIA Nº 008/2017

Concede Férias a BRUNA WERLE DE OLIVEIRA.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (dez) dias de férias à Servidora Bruna Werle de Oliveira, portaria de nomeação nº 004/2015, Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista, nível alfabético CE-5, código 05, período aquisitivo 27/04/2015 a 26/04/2016, a partir do dia 16 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 12 de Janeiro de 2017.  
WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO  
Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR  
Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS  
1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS  
2ª Secretária



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0005/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0005/2017, tendo como objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar. O recebimento das propostas será até as 08h45min, do dia 26/01/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 12 de janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AM 031/2017

#### DECRETO Nº AM 031/2017

NOMEIA DIRETOR DE ESPORTES E EVENTOS DE LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o senhor JORGE FRIEDERICH, brasileiro, casado, bacharel em administração, inscrito no cpf/mf sob nº 503.488.849-15, portador da Cédula de Identidade 1.690.739, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes e Eventos de Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 032/2017

#### DECRETO Nº AM 032/2017

NOMEIA ASSESSORA DE GABINETE, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora JESSYCA DE MARCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 077.151.859-57, portadora da Cédula de Identidade 50723227, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete,

lotada no Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011. Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATAS RP PREGÃO 0100/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0001/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Dodovino Pagnussatt MEI

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreto Basculante destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, na prestação de serviços de ensilagem de milho e aveia para o gado leiteiro, de acordo com o Programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº BLB 3157/2009, nas quantidades e localidades constantes no Anexo I do Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 47.040,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0002/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Leandro Bagatini ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreto Basculante destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, na prestação de serviços de ensilagem de milho e aveia para o gado leiteiro, de acordo com o Programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº BLB 3157/2009, nas quantidades e localidades constantes no Anexo I do Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 51.100,00,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0003/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Thais de Andrade

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreto Basculante destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, na prestação de serviços de ensilagem de milho e aveia para o gado leiteiro, de acordo com o Programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº BLB 3157/2009, nas quantidades e localidades constantes no Anexo I do Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 44.100,00.

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0004/2017

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Trevisan Serviços Agrícolas LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreto Basculante destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, na prestação de serviços de ensilagem de milho e aveia para o gado leiteiro, de acordo com o Programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº BLB 3157/2009, nas quantidades e localidades constantes no Anexo I do Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 51.450,00.

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.



# Associações

## FECAM

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 - REUNIÃO CONSELHO FISCAL -- PRESTAÇÃO DE CONTAS** EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhora SISI BLIND, Prefeita de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições estatutárias,

#### CONVOCA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho Fiscal (Titulares e Suplentes), para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de janeiro de 2017

Horário: 11 horas

Local: GRANFPOLIS

R. Cândido Ramos, 250 - Capoeiras, Florianópolis - SC, 88090-800

#### Ordem do Dia:

- Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas da FECAM, relativa ao exercício 2016.

Florianópolis/SC, 12 de janeiro de 2017.

SISI BLIND

Prefeita de São Cristóvão do Sul

Presidente da FECAM

# Consórcios

## CIGA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO FISCAL - 01/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19, XV, d e no art. 24 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

#### CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho Fiscal do CIGA para a reunião, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data: 27 de janeiro de 2017 (sexta-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 9h00min às 9h30

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis – SC

#### Ordem do dia:

- Balanços e Relatórios de Prestação de Contas de 2016;
- Proposta Orçamentária 2017;
- Plano de Trabalho 2017;
- Assuntos gerais que os conselheiros apresentem.

Logo após a reunião do Conselho Fiscal acontecerá a Assembleia Geral do CIGA. No mesmo dia e local acontecerão outras reuniões das entidades EGEM, ARIS e FECAM.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 07/2017 - ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2017

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA e no art. 8º do Regimento Interno, visando atender ao disposto nos arts. 2º, § 2º, 14 e 16 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

#### CONVOCA:

Os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data: 27 de janeiro de 2016 (sexta-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 9h30min – Primeira convocação

10h00 – Segunda convocação

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis – SC

#### Ordem do dia:

- Relatório de Atividades e Prestação de Contas do Exercício de 2016;
- Orçamento e plano de trabalho para 2017;
- Definições dos valores dos programas do CIGA para 2017;
- Ingresso de novos Municípios no CIGA;
- Ampliação da sede (aquisição de novas salas);
- Atualização das carreiras, cargos e funções do CIGA;
- Alteração do Contrato de Consórcio Público do CIGA;
- Alteração do Regimento Interno (Estatuto do CIGA);
- Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito de Lebon Régis  
Presidente do CIGA

## **ESTATUTO (REGIMENTO INTERNO) - EMENDA 04/2016**

### **CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)**

#### **ESTATUTO**

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

A Assembleia Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, realizada no dia 25 de setembro de 2009, na cidade de Rio do Sul, aprovou e eu, Presidente do CIGA, publico o presente Estatuto, em atendimento ao Contrato de Consórcio e à Lei Federal nº 11.107/05.

#### **TÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Contrato de Consórcio, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

#### **TÍTULO II**

##### **ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS**

Art. 2º A estrutura do CIGA compreende os seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral, composta pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados;

II - Conselho de Administração, composto por:

- a) Um Presidente;
- b) Um Primeiro Vice-Presidente;
- c) Um Segundo Vice-Presidente;
- d) Um Primeiro Secretário;
- e) Um Segundo Secretário.

III - Conselho Fiscal, composto por três membros titulares e três suplentes;

IV - Diretoria Executiva, composta pelo Diretor Executivo do CIGA.

#### **CAPÍTULO I**

##### **ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 3º A Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

Art. 4º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no período de 1º de dezembro a 31 de janeiro, e extraordinariamente sempre que necessário, respeitadas as normas de convocação previstas no Contrato de Consórcio e neste Estatuto. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 5º Compete à Assembleia Geral deliberar sobre os temas definidos no Contrato de Consórcio, sendo as deliberações tomadas em maioria simples, salvo nos casos que exigirem maioria qualificada ou unanimidade de votos, nos termos do Contrato de Consórcio.

#### **CAPÍTULO II**

##### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 6º Ao Conselho de Administração compete, além das disposições do Contrato de Consórcio, supervisionar a gestão administrativa do CIGA e coordenar a Assembleia Geral.

Art. 7º Os membros do Conselho de Administração serão eleitos em Assembleia Geral, por maioria simples, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por um único período.

Art. 8º As inscrições para eleição às vagas do Conselho de Administração deverão ser realizadas até o horário da votação pela Assembleia Geral, e serão coordenadas pela Diretoria Executiva do CIGA.

Parágrafo único. Havendo mais de um candidato a cada vaga do Conselho de Administração, serão montadas chapas, até o limite previsto no Contrato de Consórcio, as quais serão registradas por ordem de chegada dos pedidos de inscrição.

Art. 9º A vaga de membro do Conselho de Administração pertence ao ente consorciado, devendo aquele que vier a suceder o Chefe do Poder Executivo assumir a respectiva vaga.

Art. 10. Em caso de vacância na vaga de membro do Conselho de Administração, a mesma será preenchida pelo conselheiro que ocupar a vaga subsequente na hierarquia do Conselho de Administração.

Parágrafo único. Em caso de vacância de três ou mais vagas de membro do Conselho de Administração, o Presidente convocará Assembleia Geral para eleição dos membros para preenchimento das vagas remanescentes.

#### **CAPÍTULO III**

##### **CONSELHO FISCAL**

Art. 11. Ao Conselho Fiscal compete, além das disposições do Contrato de Consórcio, supervisionar a gestão financeira e orçamentária do CIGA, em especial:

- I - emitir parecer sobre a prestação de contas trimestral do consórcio;
- II - emitir parecer sobre o balanço anual do consórcio.

Art. 12. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral, por maioria simples, para o mandato de um ano, podendo ser

reeleitos por um único período.

Art. 13. As inscrições para eleição às vagas do Conselho Fiscal deverão ser realizadas até o horário da votação da Assembleia Geral, e serão coordenadas pela Diretoria Executiva do CIGA.

Parágrafo único. Havendo mais de um candidato a cada vaga do Conselho Fiscal, serão montadas chapas, até o limite previsto no Contrato de Consórcio, as quais serão registradas por ordem de chegada dos pedidos de inscrição.

Art. 14. A vaga de membro do Conselho Fiscal pertence ao ente consorciado, devendo aquele que vier a suceder o Chefe do Poder Executivo assumir a respectiva vaga.

Art. 15. Em caso de vacância na vaga de membro titular do Conselho Fiscal, a mesma será preenchida pelo conselheiro suplente mais idoso.

#### CAPÍTULO IV

##### DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16. A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades do CIGA, dirigida pelo Diretor Executivo nomeado pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe exercer todos os atos atinentes ao cumprimento dos objetivos do CIGA.

Art. 17. O exercício das tarefas de competência da Diretoria Executiva será compartilhado com a Gerência Administrativa e a Gerência de Tecnologias da Informação.

Art. 18. O Diretor Executivo será contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em regime de emprego em comissão, de livre admissão e despedida, e exercerá o emprego por tempo indeterminado.

##### Seção I

##### Gerência de Tecnologias da Informação

Art. 19. A Gerência de Tecnologias da Informação é órgão técnico, integrante da Diretoria Executiva, e será dirigida por um Gerente de Tecnologias da Informação.

Art. 20. Compete à Gerência de Tecnologias da Informação elaborar, coordenar e supervisionar os projetos relacionados aos objetivos do CIGA, gerenciar a equipe de analistas, desenvolvedores e técnicos em informática, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Art. 21. O Gerente de Tecnologias da Informação será contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em regime de emprego em comissão, de livre admissão e despedida, e exercerá o emprego por tempo indeterminado.

Art. 22. Ficam estabelecidos os seguintes empregos permanentes sob a estrutura da Gerência de Tecnologias da Informação:

I - 05 (cinco) analistas de sistemas;

II - 10 (dez) programadores;

III - 10 (dez) técnicos em TI.

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 23. Na ausência ou impedimento do Diretor Executivo, o Gerente de Tecnologias da Informação exercerá, cumulativamente, as atribuições e competências daquele, cessando automaticamente com o retorno do Diretor Executivo ao exercício das funções públicas. (Revogado pelo inciso VIII do artigo 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA)

##### Seção II

##### Gerência Administrativa

Art. 24. A Gerência Administrativa é órgão técnico, integrante da Diretoria Executiva, e será dirigida por um Gerente Administrativo.

Art. 25. Compete à Gerência Administrativa organizar e executar a gestão administrativa do CIGA, em especial a relativa aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos e à execução financeira e orçamentária, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Art. 26. O Gerente Administrativo será contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em regime de emprego em comissão, de livre admissão e despedida, e exercerá o emprego por tempo indeterminado.

Art. 27. Ficam estabelecidos os seguintes empregos permanentes sob a estrutura da Gerência Administrativa:

I - 01 (um) contador;

II - 03 (três) assistentes administrativos;

III - 01 (um) controlador interno;

IV - 01 (um) assessor jurídico.

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

#### CAPÍTULO V

##### REUNIÕES

Art. 28. O procedimento de convocação da Assembleia Geral é aquele estabelecido no Contrato de Consórcio.

Art. 29. A convocação para realização de reunião do Conselho de Administração será efetuada pelo Presidente do CIGA, devendo ser publicada no órgão oficial de publicações do CIGA, com antecedência mínima de dez dias da data da reunião.

Parágrafo único. A reunião do Conselho de Administração terá início somente quando houver a presença da maioria de seus membros.

Art. 30. A convocação para realização de reunião do Conselho Fiscal será efetuada pelo Presidente do Conselho Fiscal, devendo ser publicada no órgão oficial de publicações do CIGA, com antecedência mínima de dez dias da data da reunião.

Parágrafo único. A reunião do Conselho Fiscal terá início somente quando houver a presença da maioria de seus membros.

Art. 31. O Conselho Fiscal, por seu Presidente ou por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração ou o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil ou nos atos de gestão financeira.

##### Seção I

##### Representação

Art. 32. A titularidade da representação dos entes consorciados na Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal compete ao Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

§ 1º No caso de ausência do Chefe do Poder Executivo, poderá o mesmo ser representado pelo vice-prefeito, por servidor público ou agente político do município consorciado, ou pelo Secretário Executivo da respectiva Associação de Municípios, inclusive com direito a voz e voto, devendo a representação ser informada por escrito.

§ 2º Poderá o Secretário Executivo de Associação de Municípios representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia

Geral, desde que devidamente autorizado.

Art. 33. Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz e voto quando estiverem na qualidade de substitutos do Chefe do Poder Executivo, e somente com direito a voz quando não estiverem na qualidade de substitutos.

## Seção II

### Reuniões Presenciais

Art. 34. As Assembleias Gerais, reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sempre que possível, deverão ser realizadas em data e local paralelo ou sequencial aos eventos promovidos pelas Associações de Municípios ou pela Federação Catarinense de Municípios.

Art. 35. A escolha do local da Assembleia Geral e das reuniões dos conselhos deverá considerar a alternância entre os municípios consorciados ou, em função de condições de infraestrutura e logística, entre os municípios não consorciados.

## Seção III

### Reuniões Virtuais

Art. 36. A Assembleia Geral e as reuniões dos conselhos poderão se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

§ 1º Poderá ser utilizada a forma virtual das reuniões para qualquer deliberação do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, exceto para deliberar sobre a alteração do Contrato de Consórcio e para eleger os membros dos conselhos.

§ 2º As reuniões virtuais, convocadas nos prazos estabelecidos no Contrato de Consórcio e neste Estatuto, deverão ser precedidas, com antecedência mínima de cinco dias úteis, de todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos membros convocados e deverão permitir o registro dos votos por um prazo mínimo de dois dias úteis, contados a partir do início da reunião virtual. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

## TÍTULO III

### ATOS NORMATIVOS

Art. 37. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente do CIGA, sem prejuízo das demais atribuições previstas do Contrato de Consórcio:

I - as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - as normas específicas de regulamentação do Contrato de Consórcio ou do Estatuto em que se tenha delegado a competência ao Presidente do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 38. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

Art. 39. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do CIGA a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CIGA.

## TÍTULO IV

### PATRIMÔNIO

Art. 40. Constitui patrimônio do CIGA os bens materiais e imateriais, registrados na contabilidade do CIGA.

§ 1º Os bens materiais do CIGA são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação, os quais poderão ser alienados nos termos previsto no Contrato de Consórcio e neste Estatuto. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os bens imateriais do CIGA são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

Art. 41. A desafetação de bens materiais, móveis ou imóveis, dar-se-á através de resolução específica.

Art. 42. A alienação, a permissão, a autorização, a cessão e a concessão de uso dos bens do CIGA dependerão, quando móveis ou imateriais, da aprovação do Conselho de Administração e, quando imóveis, da aprovação da Assembleia Geral, e serão processadas em conformidade com o disposto em lei acerca da alienação, permissão, autorização, cessão e concessão de bens públicos.

## TÍTULO V

### ORÇAMENTO

#### CAPÍTULO I

##### ORÇAMENTO ANUAL

Art. 43. O CIGA obedecerá, relativamente às suas finanças, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Estatuto, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - orçamento fiscal, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros ao CIGA.

Art. 44. O orçamento anual do CIGA deverá ser apresentado para deliberação pela Assembleia Geral até o último dia útil do mês de agosto de cada exercício.

Art. 45. Após a aprovação do orçamento anual, o Diretor Executivo deverá expedir orientações aos entes consorciados para que prevejam em seus respectivos orçamentos o montante de recursos financeiros a serem transferidos ao CIGA no exercício seguinte.

#### Seção I

##### Execução Orçamentária

Art. 46. O CIGA observará as normas de direito financeiro e contabilidade pública no tocante à execução orçamentária.

#### Seção II

##### Transparência

Art. 47. O CIGA dará transparência da execução orçamentária por meio da publicação, no seu órgão oficial de publicação, dos seguintes relatórios e respectivos prazos:

I - orçamento anual, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano;

II - balancetes mensais, até o último dia útil do mês seguinte;

III - prestações de contas trimestrais, até o último dia útil do mês seguinte ao do encerramento do trimestre; e

IV - balanço anual, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte.

## CAPÍTULO II RECURSOS FINANCEIROS

Art. 48. Constituem recursos financeiros do CIGA:

- I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;
- II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;
- III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV - as doações e legados;
- V - o produto de alienação de seus bens livres;
- VI - o produto de operações de crédito;
- VII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
- VIII - os créditos e ações.

## TÍTULO VI REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

### CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 49. O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Estatuto. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

### CAPÍTULO II CONCEITOS

Art. 50. Para fins deste Estatuto considera-se: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

- I - Quadro de pessoal: Conjunto de empregos em comissão e permanentes integrantes da estrutura do CIGA;
- II - Emprego: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao empregado, com denominação própria, em número de vagas determinado e remuneração previamente estabelecida, para admissão em caráter permanente ou em comissão ou para contratação temporária, de acordo com a área de atuação e formação profissional;
- III - Emprego em comissão: Emprego de livre admissão e despedida, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos;
- IV - Emprego permanente: Emprego cuja admissão se dá em caráter permanente, mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado às funções técnicas do CIGA;
- V - Emprego temporário: Emprego cuja contratação se dá em caráter temporário, mediante contratação por prazo determinado, destinado a atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas neste Estatuto; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- VI - Remuneração: Salário do emprego, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em Resolução; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- VII - Salário: Retribuição pecuniária básica pelo exercício de emprego, com valor mensal, forma de reajuste e aumento real fixados neste Estatuto; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- VIII - Referência Salarial: Graduação salarial ascendente de 01 (um) a 100 (cem), com intervalos graduais entre uma referência e outra, estabelecida na tabela de referências salariais constante no Anexo II deste Estatuto; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- IX - Promoção Funcional: Deslocamento do empregado de uma referência salarial para outra dentro do mesmo emprego, nos termos deste Estatuto; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- X - Vaga: Emprego desocupado definitivamente ou provisoriamente, ou emprego novo criado e ainda não preenchido.

### CAPÍTULO III QUADRO DE PESSOAL

Art. 51. Os empregos em comissão e permanentes do quadro de pessoal obedecem à descrição estabelecida no Anexo I, incluindo sua denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições.

### CAPÍTULO IV INGRESSO E VACÂNCIA

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 52. São requisitos básicos para ingresso no quadro de pessoal do CIGA:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;
- V - os requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;
- VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - aptidão física e mental;
- VIII - afastamento de qualquer outro cargo, emprego ou função pública.

§ 1º No caso de extinção do emprego público, o empregado terá rescindido automaticamente seu contrato de trabalho, não possuindo direito à disponibilidade remunerada ou aproveitamento em qualquer outro emprego público do CIGA ou dos entes consorciados.

§ 2º A contratação para emprego permanente depende de prévia seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação e o prazo de sua validade.



## Seção II

### Concurso Público

Art. 53. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em mais de uma etapa, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado em edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 54. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, o Presidente do CIGA designará Comissão Especial composta de 03 (três) empregados.

Parágrafo único. Poderá ser contratada, mediante autorização do Presidente do CIGA, instituição especializada ou instituição de ensino, para a elaboração das provas e aplicação do concurso público.

Art. 55. Observar-se-ão, na realização do concurso público, as seguintes normas:

I - a abertura de concurso dar-se-á por edital, publicado no órgão oficial de publicações do CIGA e em seu respectivo sítio na Internet, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a data limite para realização da inscrição, onde constarão:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) as atribuições de cada um dos empregos;
- c) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- d) o prazo e as condições para inscrição e admissão no emprego;
- e) tipo, natureza e programa das provas;
- f) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- g) os limites de pontos ou notas atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- h) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- i) a época da realização das provas, constando o dia, horário e local;
- j) o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - aos candidatos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais e homologação do resultado do concurso público.

III - os recursos têm efeito suspensivo, e o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do indeferimento do recurso, as provas do recorrente serão anuladas e desconsideradas.

## Seção III

### Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 56. Para fins de contratação temporária, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - a vacância do emprego permanente, nos casos previstos neste Estatuto, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - nos casos de licença ou afastamento do exercício do emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado;

Art. 57. A seleção de pessoal a ser contratado temporariamente será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 58. As contratações temporárias somente poderão ocorrer se houver suficiência de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Presidente do CIGA.

Art. 59. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego, inclusive quanto às vantagens pecuniárias.

Art. 60. O contrato temporário extinguir-se-á:

- I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;
- II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;
- III - por iniciativa do CIGA, antes do término do prazo contratual.

§ 1º A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

§ 2º A extinção do contrato nos termos do inciso III deste artigo somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do salário que lhe caberia referente ao restante do contrato.

## Seção IV

### Vacância

Art. 61. A vacância do emprego decorrerá do implemento de condições legalmente estabelecidas, inclusive:

- I - aposentadoria;
  - II - falecimento;
  - III - despedida ou demissão;
  - IV - término do prazo contratual ou rescisão antecipada do contrato, nos casos de contratação temporária;
  - V - contratação ou posse em outro emprego, função ou cargo público, em qualquer esfera da Administração Pública direta ou indireta.
- § 1º A despedida será aplicada ao empregado, à bem do serviço público, em virtude de:
- I - sentença judicial transitada em julgado;
  - II - não satisfeitas as condições do contrato de experiência;
  - III - processo administrativo disciplinar em que reste comprovada a justa causa para rescisão do contrato, nos termos da legislação trabalhista;
  - IV - razões de interesse público, devidamente motivadas, sem prejuízo das indenizações previstas na legislação trabalhista.
- § 2º A demissão dar-se-á a pedido do empregado.

## CAPÍTULO V

**REMUNERAÇÃO****Seção I****Salários**

Art. 62. Os valores dos salários dos empregos são os constantes da Tabela de Referências Salariais, de que trata o Anexo II deste Estatuto, assegurada a revisão geral anual.

Parágrafo único. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da jornada de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com a redução proporcional da remuneração.

Art. 63. O ingresso no CIGA dar-se-á na referência inicial do emprego para o qual o empregado foi concursado e contratado.

Parágrafo único. O empregado contratado, após realização de concurso público, para novo emprego do quadro de pessoal, perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, acrescida das referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço.

**Seção II****Vantagens**

Art. 64. Além do salário, poderão ser pagos ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - adicionais previstos em lei.

§ 1º As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

§ 2º As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários.

**Subseção I****Indenizações**

Art. 65. Conceder-se-á indenização a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, de acordo com o Anexo III.

Parágrafo único. Nos casos de locomoção do empregado que não demandar pernoite em cidade distinta da do local de trabalho, a indenização a título de alimentação far-se-á por ressarcimento das despesas realizadas, mediante comprovação fiscal.

Art. 66. Conceder-se-á indenização ao empregado que se deslocar para cidade distinta da do local de trabalho a serviço do CIGA, a título de descolamento, quando este se der por meio de veículo particular, nos termos do Anexo IV, mediante apresentação do respectivo roteiro descritivo de viagem.

Art. 67. Será concedido vale transporte, na forma da legislação federal, ao empregado que o requerer, para deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Art. 67-A. Poderá ser firmado com os empregados Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade, observadas as determinações legais e orçamentárias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

**Subseção II****Auxílios Pecuniários**

Art. 68. Serão concedidos aos empregados o auxílio alimentação e o auxílio refeição, na forma do Anexo V.

Art. 69. Poderão ser concedidos aos empregados outros auxílios pecuniários, a exemplo do auxílio capacitação e do auxílio para custeio de plano de saúde, observadas as determinações legais e orçamentárias. (Redação dada pela 12ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, de 11 de fevereiro de 2014)

**Subseção III****Adicionais Previstos em Lei**

Art. 70. Além do salário e das demais vantagens previstas neste Estatuto, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - décimo terceiro salário;

II - adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

**Seção III****Promoção Funcional**

Art. 71. A promoção funcional do empregado em comissão ou permanente dar-se-á através de progressão vertical, devida em função de nova titulação ou por tempo de serviço, e implica no avanço da referência salarial na qual esteja posicionado, dentro do mesmo emprego para o qual foi contratado.

**Subseção I****Progressão Vertical Por Nova Titulação**

Art. 72. A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, com observância dos seguintes critérios:

I - progressão de 02 (duas) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa; (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - progressão de 03 (três) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa;

III - progressão de 02 (duas) referências salariais no emprego, por ter concluído curso de Pós- Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego que ocupa;

IV - progressão de 05 (cinco) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa; e

V - progressão de 07 (sete) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo



considerados títulos aqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 2º Considera-se nova titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas.

§ 3º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo empregado público, da nova titulação auferida.

§ 4º A progressão vertical por nova titulação será concedida por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto para sua concessão. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os 03 (três) primeiros anos de exercício, considerados como de avaliação na função.

§ 6º Não serão considerados, sob nenhuma hipótese, os títulos obtidos antes do ingresso no emprego público.

#### Subseção II

##### Progressão Vertical Por Tempo de Serviço

Art. 73. A progressão vertical por tempo de serviço, designada de triênio, será concedida à razão de 01 (uma) referência salarial a cada 3 (três) anos de efetivo exercício do emprego em comissão ou permanente, contados da data de admissão.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o empregado, ao ser beneficiado pelo triênio, passará a ter como salário o valor da referência salarial imediatamente superior à anteriormente fixada.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de triênio, relativo ao período em que o empregado público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3º Não será concedido o triênio nos casos em que o empregado público tenha auferido avaliação insuficiente em qualquer avaliação periódica de desempenho, nos termos deste Estatuto e demais normas, realizada durante o período de contagem do referido triênio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 4º O triênio será concedido por ato do Diretor Executivo, após analisados os requisitos fixados por este Estatuto para sua concessão. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

#### Seção IV

##### Revisão e Aumento da Remuneração

Art. 74. Será concedida revisão geral anual de salários aos empregados do CIGA, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio n.º 04, de 2016)

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários, nos termos do caput, está condicionada à expedição de Resolução do Presidente do CIGA.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais constante neste Estatuto. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 75. A Assembleia Geral do CIGA poderá conceder aumento real dos salários dos empregados do CIGA, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os salários para adequá-los à realidade do mercado.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, para fins do disposto no caput, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes às do CIGA, considerando-se a área de abrangência da região do município em que o CIGA estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada nível de emprego do CIGA.

Art. 76. Compete ao Conselho de Administração, mediante resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de hospedagem, alimentação e deslocamento, previstas nos Anexos III e IV, bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição, previstos no Anexo V.

## CAPÍTULO VI

### REGIME DISCIPLINAR

#### Seção I

##### Deveres

Art. 77. São deveres do empregado, além das obrigações impostas pela legislação trabalhista:

I - respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido, bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto;

II - acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente do CIGA, Diretor Executivo ou superior hierárquico;

III - desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre aos objetivos do CIGA e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e servidores dos municípios consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos municípios consorciados;

VII - comunicar ao superior imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao CIGA e ao serviço.

VIII - oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - dedicar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, ou que sobreponham assuntos de ordem pessoal aos interesses do CIGA.

Art. 78. O empregado pode ser responsabilizado por:

I - sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do CIGA ou dos municípios consorciados, por culpa, dolo,

ignorância, indolência, negligência ou omissão.

## Seção II

### Proibições

Art. 79. Ao empregado é especialmente proibido:

I - referir-se de modo depreciativo aos superiores, bem como aos colegas e representantes dos municípios, sendo admitida a crítica construtiva;

II - promover, nas dependências do CIGA, manifestação de apreço ou despreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou alicia-mento partidário;

III - receber propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - fornecer informações que possam comprometer o CIGA ou os municípios consorciados;

V - executar, durante o expediente, serviços estranhos ao CIGA, sendo, também, proibido o uso de material do CIGA para fins particulares;

VI - retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do CIGA para fins particulares ou para terceiros, com cobrança de honorários;

VIII - ocupar concomitantemente ao emprego do CIGA qualquer cargo, emprego ou função remunerada no serviço público;

IX - prestar serviços particulares aos municípios do Estado de Santa Catarina, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem;

X - usufruir financeiramente, obter qualquer vantagem pessoal ou repassar a terceiros os sistemas de tecnologia da informação desenvolvidos ou projetados pelo CIGA.

Art. 80. A prática de qualquer uma das proibições constantes no artigo precedente sujeita o infrator à aplicação das penalidades disciplinares previstas neste Estatuto. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 81. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções de caráter trabalhista bem como à responsabilização civil e penal.

§ 1º A reparação de eventual prejuízo será feita mediante desconto na folha de pagamento, podendo ser parcelada.

§ 2º Quando necessário, o CIGA deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo CIGA e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas.

## Seção III

### Penalidades

Art. 82. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - despedida.

§ 1º A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir seus deveres.

§ 2º A pena de suspensão ocorre quando houver dolo ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido advertido.

§ 3º A pena de suspensão, aplicada pelo Diretor Executivo, deve ser progressiva em períodos de 03 (três), 07 (sete) e 15 (quinze dias), e importará no desconto proporcional do salário.

§ 4º A pena de despedida deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave pela legislação trabalhista ou por razões de interesse público, devidamente motivadas.

Art. 83. Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o CIGA ou para terceiros.

§ 1º As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 1,66% da referência salarial do empregado por dia de suspensão, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

## Seção IV

### Faltas e Descontos

Art. 84. As faltas do empregado ao serviço são consideradas justificadas, abonadas ou injustificadas.

§ 1º São faltas justificadas aquelas previstas em lei, as quais deverão ser devidamente comprovadas por meio documental, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 2º Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada intencional ao serviço ou sem motivo amparado em Lei, a qual ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, bem como dos dias de repouso semanal remunerado.

§ 3º As faltas decorrentes de chegadas tardias ou saídas antecipadas diárias poderão ser abonadas pelo Diretor Executivo, a pedido do empregado, mediante compensação de horas extraordinárias ou no período de gozo de férias.

## CAPÍTULO VII

### TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Art. 85. O CIGA deve promover constante treinamento e desenvolvimento dos seus empregados por si ou através de órgãos ou técnicos especializados de outras instituições.

Art. 86. A participação dos empregados em cursos, reuniões, palestras, encontros ou quaisquer outras atividades de treinamento é obrigatória, quando a determinação proceder do Presidente do CIGA ou do Diretor Executivo, salvo motivos justificados, comunicados previamente e por escrito.

Parágrafo único. Quando a participação nas atividades citadas no caput deste artigo não provier de determinação do Presidente do CIGA ou Diretor Executivo, o empregado deve solicitar a devida autorização.

Art. 87. Os empregados farão jus, quando participarem de atividades de treinamento e desenvolvimento, ao ressarcimento das despesas havidas com transporte, hospedagem, alimentação e inscrição.

## CAPÍTULO VIII

**AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO**

Art. 88. A Avaliação Periódica de Desempenho será realizada através de comissão permanente instituída para tal finalidade, para todos os empregados permanentes, aplicando-se questionário e observando-se os seguintes critérios:

- I - eficiência;
- II - responsabilidade;
- III - assiduidade;
- IV - pontualidade;
- V - relacionamento e conduta pessoal; e
- VI - penalidades disciplinares.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos no caput deste artigo varia de 0 (zero) a 5 (cinco), correspondendo respectivamente a:

- I - ótimo - 5 (cinco).
- II - bom - 4 (quatro).
- III - regular - 2 (dois).
- IV - insatisfatório - 0 (zero).

§ 2º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o empregado alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

**CAPÍTULO IX****DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 89. Aquele que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do CIGA é obrigado a comunicar ao Diretor Executivo para que este promova a apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º As denúncias serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação do denunciante.

§ 2º Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 90. A sindicância é procedimento administrativo apto a elucidar fatos e irregularidades que envolvam os interesses do CIGA, podendo resultar em:

- I - arquivamento do processo.
- II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.
- III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º O prazo para conclusão da sindicância não excederá 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º Sempre que a irregularidade praticada pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de despedida, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

**Seção II****Do Afastamento Preventivo**

Art. 91. Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**Seção III****Do Processo Disciplinar**

Art. 92. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego que ocupe.

§ 1º O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pelo Presidente do CIGA que indicará, dentre eles, o seu presidente e respectivo secretário.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurados o sigilo necessário à elucidação dos fatos.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 30 (trinta) dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 5º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 6º Será assegurado transporte aos membros da comissão, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 7º As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 93. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.
- II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.
- III - julgamento.

**Subseção I****Do Inquérito**

Art. 94. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em lei.

§ 1º Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, o Diretor Executivo encaminhará

cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 95. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 3º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 4º As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 5º Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 6º O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 7º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 8º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 96. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos no artigo anterior.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultado, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 97. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 98. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do CIGA.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu o ato de citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art. 99. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 1º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão oficial de publicação do CIGA, para apresentar defesa.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias a partir da publicação do edital.

Art. 100. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo, arcando com seus honorários.

Art. 101. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido ao Conselho de Administração, para julgamento.

## Subseção II

### Do Julgamento

Art. 102. No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, o Presidente do CIGA proferirá a decisão do Conselho de Administração.

Art. 103. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, o Conselho de Administração poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º Verificada a ocorrência de vício insanável, o Conselho de Administração declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 3º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 104. O empregado que responder a processo disciplinar só poderá requerer sua demissão após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 105. A jornada normal de trabalho dos empregados do CIGA é de 08 (oito) horas diárias, em turnos matutino e vespertino de no máximo quatro horas ininterruptas, perfazendo o total de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo intrajornada de, no mínimo, 01 (uma) hora para alimentação e descanso.

Parágrafo único. Os empregados que possuam jornada de trabalho diária ou semanal diferenciada da estabelecida no caput deste artigo, terão seu horário de trabalho regular disciplinado em ato da Diretoria Executiva, no que couber.

Art. 106. A descrição das atribuições dos empregos constantes do Anexo I, sempre que necessário e de interesse do CIGA, poderão ser alterados, adequados e modificados, por meio de Resolução, após aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 107. Fica concedido aos empregados do CIGA, a título de revisão geral anual correspondente à variação do poder aquisitivo apurado



desde a aprovação do Protocolo de Intenções do CIGA até a data da aprovação do presente Estatuto, o reajuste das referências salariais, nos termos dos Anexos I e II deste Estatuto, aplicáveis a partir de sua publicação. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

**ANEXO I**  
**RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS**  
(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Denominação	Número de Vagas	Tipo	Referência salarial inicial	Carga Horária semanal
Diretor Executivo	01	Em comissão	100	40h
Gerente Administrativo	01	Em comissão	70	40h
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Em comissão	70	40h
Analista de sistemas	05	Permanente	55	40h
Programador	10	Permanente	40	40h
Técnico em TI	10	Permanente	25	40h
Contador	01	Permanente	40	40h
Assistente Administrativo	03	Permanente	25	40h
Controlador Interno	01	Permanente	55	40h
Assessor Jurídico	01	Permanente	55	40h

**ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS**

**Diretor Executivo:** promover a execução das atividades e gestão do CIGA, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA, elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do CIGA; elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do CIGA, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIGA; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA; executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIGA.

**Gerente Administrativo:** Organizar e executar a gestão administrativa do CIGA, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do CIGA, executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos, supervisionar e os aspectos contábeis e financeiros do CIGA, auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

**Gerente de Tecnologias da Informação:** Elaborar, Coordenar e supervisionar os projetos relacionados aos objetivos do CIGA, gerenciar a equipe de analistas, programadores e técnicos em informática, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

**Analista de sistemas:** Atividades relacionadas com a análise dos sistemas, coordenando a implantação, propondo alterações, efetuando a manutenção necessária, com a finalidade de otimizar a área de processamento de dados.

**Programador:** Codificar programas de computação, conforme especificado, em qualquer linguagem; elaborar diagramas/fluxogramas de lógica para fins de documentação e/ou construção de programas, prestar assistência técnica na utilização de recursos de informática, atuar na causa básica de problemas e na padronização de soluções, conhecer e aplicar os requisitos de segurança das informações e dos sistemas de informação; e executar outras atribuições da mesma natureza e nível de complexidade correspondente ao emprego. Desempenhar atividades especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico, com vistas à concepção e desenvolvimento de projetos de objetos e mensagens visuais que equacionam sistematicamente dados ergonômicos, tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e estéticos que atendam concretamente às necessidades humanas.

**Técnico em TI:** Participar do desenvolvimento de projetos, elaboração, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas e hardware, bem como de executar serviços programados.

**Contador:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do CIGA, elaborar os balanços e balancetes patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

**Assistente Administrativo:** Auxiliar o Gerente Administrativo e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do CIGA, participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do CIGA, demais atividades administrativas do CIGA.

**Controlador Interno:** acompanhar, controlar, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do Consórcio, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a assinatura de Relatórios de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio, assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa n. TC-02/2006; fazer a remessa ao Presidente e Diretor Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. O Controlador Interno exercerá ainda funções de apoio a administração do CIGA, aos municípios consorciados, ou consórcios e associações e entidades parceiras do CIGA, bem como outras atividades afins. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

**Assessor Jurídico:** Representar em juízo ou fora dele o Consórcio, nas ações em que for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiência em outros atos, para defender direitos ou interesses. Estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; complementar ou apurar as informações levantadas, inquirindo o cliente, as testemunhas e outras pessoas e tomando medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação; preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-lo em juízo; acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento por meio de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; representar a parte de que é mandatário em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los na defesa do Consórcio. Orientar o Consórcio com relação aos seus direitos e obrigações legais. Prestar consultoria e assessoria aos municípios consorciados em matérias relacionadas às publicações legais e ao Diário Oficial dos Municípios, ou outras matérias solicitadas pela administração do CIGA. Prestar apoio aos demais setores do CIGA, incluindo licitações, controle interno e outras áreas da administração do Consórcio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

#### ESCOLARIDADE MÍNIMA

Nome do emprego	Escolaridade mínima
Diretor Executivo	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	Ensino superior completo
Analista de sistemas	Ensino superior completo
Programador	Ensino médio completo
Técnico em TI	Ensino médio completo
Contador	Ensino Superior completo e registro no órgão competente competente
Assistente Administrativo	Ensino médio completo
Controlador Interno	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

ANEXO II  
TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS  
(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Referência	Salário (R\$)
1	895,68
2	961,65
3	1.028,40
4	1.095,98
5	1.164,40
6	1.233,61
7	1.303,61
8	1.374,47
9	1.446,11
10	1.518,59
11	1.591,87
12	1.665,97
13	1.740,88
14	1.816,62
15	1.893,13
16	1.970,49
17	2.048,66
18	2.127,67
19	2.207,45
20	2.288,06
21	2.369,47
22	2.451,74
23	2.534,76
24	2.618,63
25	2.703,33
26	2.788,83
27	2.875,13
28	2.962,25
29	3.050,21
30	3.138,96
31	3.228,52
32	3.318,90
33	3.410,11
34	3.502,09

Referência	Salário (R\$)
35	3.594,94
36	3.688,57
37	3.783,03
38	3.878,31
39	3.974,38
40	4.071,28
41	4.168,98
42	4.267,51
43	4.366,84
44	4.467,00
45	4.567,96

46	4.669,75
47	4.772,36
48	4.875,74
49	4.979,98
50	5.085,03
51	5.190,87
52	5.297,55
53	5.405,02
54	5.513,31
55	5.622,43
56	5.732,35
57	5.843,09
58	5.954,62
59	6.067,00
60	6.180,19
61	6.294,19
62	6.409,00
63	6.524,63
64	6.641,05
65	6.758,31
66	6.876,38
67	6.995,25
68	7.114,95

Referência	Salário (R\$)
69	7.235,45
70	7.356,79
71	7.478,92
72	7.601,88
73	7.725,65
74	7.850,21
75	7.975,61
76	8.101,84
77	8.228,87
78	8.356,70
79	8.485,34
80	8.614,81
81	8.745,08
82	8.876,18
83	9.008,09
84	9.140,81
85	9.274,35
86	9.408,70
87	9.543,88
88	9.679,84
89	9.816,64
90	9.954,25
91	10.092,66
92	10.231,92
93	10.371,98
94	10.512,83



95	10.654,51
96	10.797,03
97	10.940,31
98	11.084,43
99	11.229,38
100	11.375,12

**ANEXO III****INDENIZAÇÃO DE DESPESAS COM HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO (DIÁRIA)**

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Executivo, Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação, todos do CIGA	Cidades de Santa Catarina	260,00
	Cidades de outros estados	395,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	525,00
Demais empregados públicos do CIGA	Cidades de Santa Catarina	250,00
	Cidades de outros estados	375,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	500,00

**ANEXO IV****INDENIZAÇÃO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PARTICULAR**

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Item	Valor por Km (R\$)
Descolamento com veículo particular	0,80

**ANEXO V****TABELA DE VALORES DO AUXÍLIO REFEIÇÃO E DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Auxílio	Valor unitário (R\$)	Quantidade mensal	Valor Total (R\$)
Refeição	34,89	22	767,58
Alimentação	359,76	1	359,76

**Extrato de Contrato n. 07 - Prefeitura Municipal de Anchieta**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Anchieta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Anchieta

CNPJ: 83.024.687/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da

nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.740,00 (sete mil e setecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 481 - Prefeitura Municipal de Água Doce**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 481/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Água Doce

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Água Doce

CNPJ: 82.939.398/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 482 - Prefeitura Municipal de Abelardo Luz**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 482/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abelardo Luz

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abelardo Luz

CNPJ: 83.009.886/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.985,00 (cinco mil e novecentos e oitenta e cinco reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 483 - Prefeitura Municipal de Ouro**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 483/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ouro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ouro

CNPJ: 82.777.228/0001-57

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 484 - Prefeitura Municipal de Orleans**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 484/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Orleans

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Orleans

CNPJ: 82.926.544/0001-43

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 156/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a

coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.580,00 (dezesete mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

### **RESOLUÇÃO Nº 177 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 - ANEXO IV - CONTRATO DE RATEIO Nº 2016/05 - EXERCÍCIO 2017 - GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR**

CONTRATO DE RATEIO Nº 2016/05

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO SANEAMENTO BÁSICO NO EXERCÍCIO DE 2017.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2017, aprovada na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de julho de 2016, e os Contratos de Rateio aprovados na 25ª Assembleia Geral Ordinária de 08 de dezembro de 2016, tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Saneamento Básico do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Saneamento Básico será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao saneamento básico.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção de

disposição de resíduos no aterro.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.302-9, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2017 o valor total de R\$888.000,00 (oitocentos e oitenta e oito mil reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporção de disposição de resíduos no aterro, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	34.608,00	3190	0,00	2.884,00
		3390	577,00	
		4490	2.307,00	
Ascurra	38.664,00	3190	0,00	3.222,00
		3390	644,00	
		4490	2.578,00	
Benedito Novo	28.608,00	3190	0,00	2.384,00
		3390	477,00	
		4490	1.907,00	
Doutor Pedrinho	8.388,00	3190	0,00	699,00
		3390	140,00	
		4490	559,00	
Indaial	325.800,00	3190	0,00	27.150,00
		3390	5.430,00	
		4490	21.720,00	
Pomerode	114.336,00	3190	0,00	9.528,00
		3390	1.906,00	
		4490	7.622,00	
Rio dos Cedros	43.680,00	3190	0,00	3.640,00
		3390	728,00	
		4490	2.912,00	
Rodeio	51.168,00	3190	0,00	4.264,00
		3390	853,00	
		4490	3.411,00	
Timbó	242.748,00	3190	0,00	20.229,00
		3390	4.046,00	
		4490	16.183,00	
Total	888.000,00	74.000,00		

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS**

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2017.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2017.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento Básico
2002	Gestão de Saneamento Básico
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
1000	Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

**CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de



direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 08 de dezembro de 2016.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

### CIS/AMMVI

#### ATA AGO CISAMVI - 02-08-2016

##### ATA

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, com sede à Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau (SC), portador do CNPJ nº. 03.269.695/0001-08. Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesesseis, no Auditório Pequeno da AMMVI – Associação dos municípios do Médio Vale do Itajaí, sito à Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau (SC), o presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, Sr. Pedro Celso Zuchi, verificou o número de prefeitos presentes e deu início à reunião de do conselho Deliberativo, com início marcado para as 14:00 horas em primeira convocação, tendo início as 14:30 conforme previsão da segunda convocação, com a seguinte ordem do dia: 1- Leitura e aprovação da ata anterior, a qual foi remetida via e-mail e aprovada na reunião por todos os presentes; 2- Previsão orçamentária para o ano de 2017 – O Presidente solicitou ao Diretor executivo que explicasse aos prefeitos presentes a forma de como foram obtidos os valores para o próximo exercício. Com a palavra o Diretor executivo informou que a previsão de receitas (serviços de saúde e medicamentos) foi estabelecida com base nos valores e compras realizados no presente exercício com o acréscimo de dez por cento ao montante obtido. Diante desses valores, a previsão de receitas para o seguinte ano (2017) será de: Medicamentos o valor de R\$ 7.930.000,00 (Sete milhões, novecentos e trinta mil reais) e Serviços de saúde em 3.950.000,00 (Três milhões, novecentos e trinta mil reais), chegando esta previsão de montante de R\$ 11.880.000,00 (Onze milhões, oitocentos e oitenta mil reais), aprovado pelos Prefeitos presentes. Com relação à manutenção das atividades do CISAMVI, as despesas apresentadas perfazem um montante de R\$ 53.375,00 (Cinquenta e três mil, trezentos e setenta e cinco reais) mensais sendo rateados da seguinte forma: quarenta por cento custeadas pela participação dos municípios na utilização do CISAMVI, outros quarenta por cento distribuídas de forma igualitária (dividido pelo número de municípios que são 14) e o restante dos vinte por cento foram estabelecidos com base na distribuição populacional entre o montante dos municípios e no vale do Itajaí. Todas as que simbolizavam os cálculos foram entregues aos prefeitos e diante das dúvidas foram esclarecidos os questionamentos realizados e aceitos pelos Prefeitos. Pelos presentes, o valor previsto para manutenção das atividades foi aprovado por unanimidade.; - Assuntos gerais – O prefeito de Ascurra

Sr. Moacir Polidoro solicitou maiores esclarecimentos sobre as despesas com o pessoal previstas nos documentos apresentados, os quais foram sanados pelo Diretor Executivo e aceitos pelo prefeito. No repasse da palavra o Prefeito de Botuverá solicitou explicações acerca das renovações contratuais as quais também foram esclarecidas pela área jurídica (Fátima), o que foi compreendido e aceito pelo prefeito. Vale registrar que, antes da ordem do dia, o Presidente do CISAMVI pediu aos funcionários concursados do Consórcio que se apresentassem aos Prefeitos, o que foi prontamente atendido pela Daniella e pelo Marcos. O diretor executivo do CISAMVI cientificou aos Prefeitos das renovações de todos os contratos de serviços executados dentro da média e alta complexidade e das consultas especializadas. Nada mais havendo a tratar, o Prefeito Presidente encerrou a reunião solicitando ao Diretor Executivo que lavrasse a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Diretor.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito de Gaspar  
Presidente do CISAMVI

CARLOS CESAR DA SILVA  
Diretor Executivo

### **RESOLUÇÃO Nº 138-2016 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 138, de 29/12/2016

**APROVA E CONFERE PUBLICIDADE A ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PEDRO CELSO ZUCHI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, e em especial ao disposto no Artigo 34, Inciso IV do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, realizada em 08 de dezembro de 2016, na qual os representantes legais votaram e aprovaram a Eleição da Diretoria Executiva (Cargos: Presidente, Vice-Presidente), Conselho Fiscal;

CONSIDERANDO que por decisão unânime dos presentes, foi conduzido ao cargo de Presidente o Prefeito reeleito de Guabiruba, Senhor Matias Kohler, e ao cargo de Vice-Presidente o Prefeito reeleito de Blumenau, Sr. Napoleão Bernardes;

CONSIDERANDO que por decisão unânime dos presentes, foram conduzidos aos cargos de Conselheiros Fiscais para o ano de 2017 os Prefeitos de Indaial e Apiuna, e os Secretários Municipais de Saúde dos Municípios de Botuverá, Ascurra e Doutor Pedrinho.

CONSIDERANDO a manifestação unânime dos presentes na permanência do atual Diretor Executivo no Cargo, confirmou-se o Sr. Cleones Hostins, no cargo de Diretor Executivo, para o exercício de 2017, cuja decisão foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam ratificadas e aprovadas as deliberações da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, realizada em 08 de dezembro de 2016, em especial quanto a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2017, que para tanto passará a constar com a seguinte composição:

I – Diretoria Executiva: Presidente o Senhor Matias Kohler – Prefeito reeleito do Município de Guabiruba, e ao cargo de Vice-Presidente o Sr. Napoleão Bernardes - Prefeito reeleito do Município de Blumenau,

II – Conselho Fiscal: os Prefeitos dos Municípios de Indaial e Apiuna, e os Secretários Municipais de Saúde dos Municípios de Botuverá, Ascurra e Doutor Pedrinho.;

Parágrafo único: Ratifica-se a confirmação em seu cargo para o exercício de 2017, o atual Diretor Executivo do CISAMVI, Sr. Cleones Hostins, bem como, para as atividades referentes ao exercício de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros e retroativos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Blumenau (SC), em 29 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR



**RESOLUÇÃO Nº 139-2016 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 138, de 12/01/2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMVI para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 02 de agosto de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 12.520.500,00 (doze milhões quinhentos e vinte mil e quinhentos reais).

§ 1º - A Receita do CISAMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.520.500,00
RECEITAS CORRENTES	12.488.500,00
Transferências Correntes	12.488.500,00
Transferências Correntes à Consórcios Públicos	12.488.500,00
Transferências Contrato de Rateio	608.500,00
Município de Apiúna	36.732,17
Município de Ascurra	23.325,36
Município de Benedito Novo	26.266,68
Município de Blumenau	107.472,22
Município de Botuverá	32.662,34
Município de Brusque	78.572,18
Município de Doutor Pedrinho	19.643,01
Município de Gaspar	69.873,47
Município de Guabiruba	28.637,98
Município de Indaial	49.318,43
Município de Pomerode	46.354,30
Município de Rio dos Cedros	26.255,28
Município de Rodeio	24.431,20
Município de Timbó	38.955,40
Outras Transferências à Consórcios Públicos	11.880.000,00
Procedimento Med/Hosp	3.950.000,00
Medicamentos	7.930.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	32.000,00
Transferências de Capital	32.000,00
Transferência de Capital à Consórcios Públicos	32.000,00
Transferências Contrato de Rateio	32.000,00
Município de Apiúna	1.931,69
Município de Ascurra	1.226,64
Município de Benedito Novo	1.381,32
Município de Blumenau	5.651,78
Município de Botuverá	1.717,66
Município de Brusque	2.268,69
Município de Doutor Pedrinho	1.032,99
Município de Gaspar	3.674,53
Município de Guabiruba	1.506,02
Município de Indaial	2.593,57
Município de Pomerode	2.437,70
Município de Rio dos Cedros	1.380,72
Município de Rodeio	1.284,80
Município de Timbó	2.048,60

§ 2º - As Despesas do CISAMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	12.520.500,00
Despesas Correntes	12.488.500,00
Pessoal e Encargos	503.000,00
Outras Despesas Correntes	11.886.500,00

Outras Despesas	105.500,00
Medicamentos	7.930.000,00
Procedimento Med/Hosp	3.950.000,00
Despesas de Capital	32.000,00
Investimentos	32.000,00

Art. 2º - A Presidência do CISAMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CISAMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 12 de janeiro de 2017.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI